



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

UnB

Carlos Alberto Gonçalves Fino

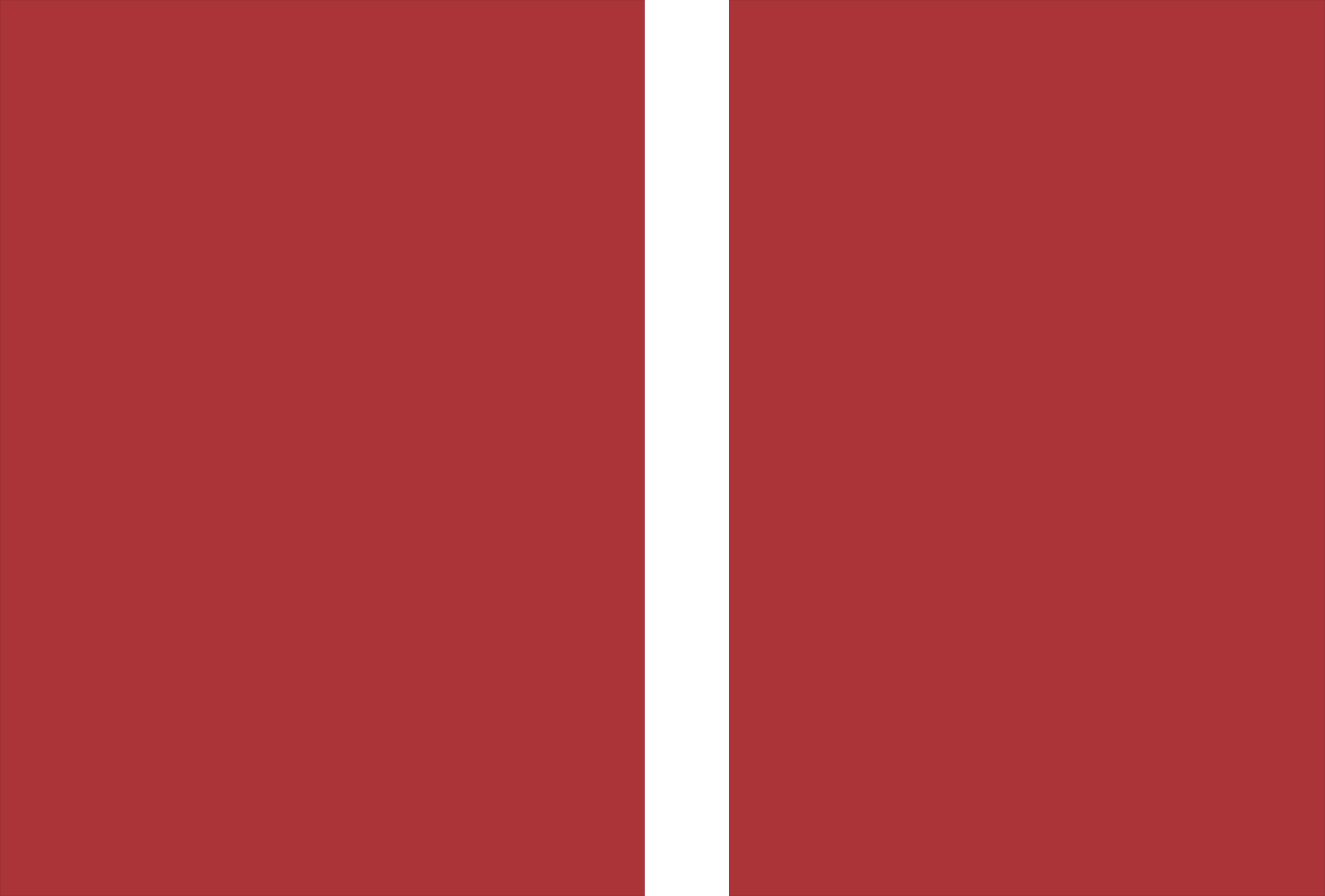
**Raízes do estranhamento:
a (in)comunicação Portugal-Brasil**

**Raízes do estranhamento:
a (in)comunicação Portugal-Brasil**

Carlos Alberto Gonçalves Fino

UMinho | 2019

abril de 2019





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

UnB

Carlos Alberto Gonçalves Fino

**Raízes do estranhamento:
a (in)comunicação Portugal-Brasil**

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação
Grau de Doutor atribuído em cotutela pela Universidade do Minho
(Portugal) e pela Universidade de Brasília (Brasil)

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Madalena da Costa Oliveira
e do
Professor Doutor Fernando Oliveira Paulino

DECLARAÇÃO

NOME

Carlos Alberto Gonçalves Fino

ENDEREÇO ELETRÓNICO

carlosfino1948@gmail.com

NÚMERO DE CARTÃO DE IDENTIDADE / PASSAPORTE

00370138 7 ZX5

TÍTULO DA TESE DE DOUTORAMENTO:

Raízes do estranhamento: a (in)comunicação Portugal-Brasil

ORIENTADORES:

Maria Madalena da Costa Oliveira

Fernando Oliveira Paulino

ANO DE CONCLUSÃO

2019

CURSO

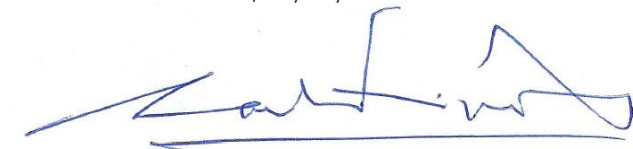
Doutoramento em Ciências da Comunicação

Grau de Doutor atribuído em cotutela pela Universidade do Minho (Portugal) e pela Universidade de Brasília (Brasil), conforme convénio específico celebrado entre as duas instituições de ensino superior para o efeito.



É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 02/04/2019

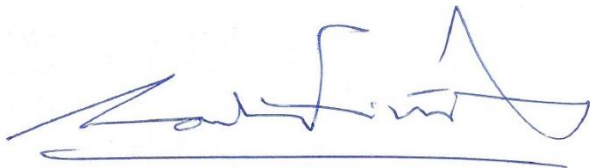


DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 02 de abril de 2019

A handwritten signature in blue ink, consisting of a series of fluid, connected strokes that form the name Carlos Alberto Gonçalves Fino.

Carlos Alberto Gonçalves Fino

Agradecimentos

Em Lisboa, ao Professor Eduardo Lourenço, pela inspiração e pelo encorajamento.

Em Brasília, ao Professor Amado Cervo, por me ter desafiado a decifrar o enigma.

Em Porto Alegre, à Professora Zélia Leal Adghirni, pela amizade e confiança.

No Rio de Janeiro, à Professora Sylvia Moretzsohn, pelo estímulo.

Em todo o Brasil, à Comunidade Portuguesa, coração que bate mas não se vê, pelo exemplo de vontade e determinação.

Em Portugal, ao Alentejo da minha infância e da minha saudade, com cujo povo aprendi a sonhar e a resistir.

Aos jornalistas Bárbara Reis, do *Pública*; Paulo Markun, da *TV Cultura*; Lopes Araújo, da *RTP*; José Manuel Barroso, da *Agência Lusa*; Rui Nogueira, do *Estado de São Paulo*; Jaime Spitzkovsky, da *Folha de São Paulo*; Alfredo Prado, do *Portugal Digital*; Odair Sena, do *Mundo Lusitano*; Graciano Coutinho, do jornal *O Povo*, de Fortaleza; e Vera Souto, da *Rede Globo* – pelas informações, críticas e sugestões.

Aos meus amigos portugueses de Brasília António Barahona, Manuel Lousada, Carlos Christo e Fernando Vasconcelos pelos livros, pelas histórias partilhadas e pelo tempo dispensado.

Aos meus orientadores, Professora Madalena Oliveira, em Braga, e Professor Fernando Oliveira Paulino, em Brasília, pelas sugestões e o enquadramento constante, a paciência benévola e as orientações e, acima de tudo, por terem sempre acreditado.

À Elaine, minha companheira, interlocutora crítica de todas as horas, sem cujo amor e ajuda este trabalho não teria literalmente visto a luz.

Resumo

Apesar da língua e de um fundo histórico e cultural comuns, as relações entre Portugal e o Brasil têm sido reconhecidamente permeadas por um sentimento de *estranhamento* ou desconforto mútuo, mesmo quando no plano estatal – sobretudo em períodos de coincidência ideológica e política dos regimes que os governam – se registam avanços em termos de acordos e tratados celebrados em diversas áreas.

Esse *estranhamento* opera como fator inibitório do aprofundamento das relações, que estão aquém da intensidade registada noutros casos de relacionamento entre a ex-potência colonial e as ex-colônias, designadamente os Estados Unidos com a Inglaterra e a Espanha com os países latino-americanos. Essa situação de latência não inteiramente realizada entre Portugal e o Brasil já foi caracterizada como “parceria inconclusa”.

Paralelamente, regista-se entre os dois países um défice de comunicação, que tanto pode derivar desse sentimento de desajustamento mútuo como estar, até, na sua origem. Em qualquer caso, essa *(in)comunicação* tende a reforçar o *estranhamento* e vice-versa, num *perpetuum mobile* em que ambos mutuamente se alimentam.

Investigar as origens dessa realidade, sondar na História do passado comum as razões desse *estranhamento* e dessa *(in)comunicação* – este o objetivo do presente estudo.

Para tal, procedeu-se a um levantamento historiográfico relativamente detalhado, acompanhando em simultâneo os juízos e interpretações de caráter político e sociológico que os acontecimentos foram suscitando logo na época em que ocorreram ou como foram integrados nos estudos e narrativas posteriores ao longo do processo, muitas vezes contraditório, de construção da(s) respetiva(s) identidade(s).

A investigação mostrou que não estamos perante fenómenos transitórios de fácil superação. O afastamento entre Portugal e o Brasil – traduzido nesse sentimento de *estranhamento* e nessa *(in)comunicação* – tem raízes profundas: surgiu em situações históricas de reiterados confrontos e consolidou-se ao longo de dois séculos nas narrativas históricas e sociológicas, tendo depois os seus termos sido absorvidos pelos sistemas escolar e mediático, que os consolidaram – pela repetida popularização – no próprio senso comum.

Ainda que sempre acompanhado e contrariado por uma corrente lusófila, o antilusitanismo – um dos fatores que gerou e alimenta esse sentimento e essa situação – não é, portanto, algo de efêmero: está na génese da própria nacionalidade, o que obviamente dificulta qualquer ação que tenha por objetivo superá-los.

Identificadas as raízes do *estranhamento* e da *(in)comunicação*, o autor procurou, no final da investigação e à luz das teorias e práticas já existentes, apontar, em traços gerais, o que poderia eventualmente ser feito para ao menos mitigar esse sentimento profundo que paira sobre o relacionamento entre Portugal e o Brasil.

Palavras-chave

(in)comunicação; estranhamento; Portugal; Brasil; identidade; lusofobia; lusofilia

Abstract

Despite common language and a common historical and cultural background, relations between Portugal and Brazil have been admittedly permeated by a sense of *strangeness* or mutual discomfort, even when at the state level – especially in periods of ideological and political coincidence of regimes, which govern them – there are advances in terms of agreements and treaties concluded in several areas.

This *strangeness* operates as an inhibitory factor in the deepening of relations, which is below the intensity of other cases of relationship between the former colonial power and the former colonies, namely the United States with England and Spain with the Latin-Americans. This situation of latency not fully realized between Portugal and Brazil has already been characterized as an “unfinished partnership”.

At the same time, there is a lack of communication between the two countries, which can arise from this sense of mutual maladjustment or even be at its origin. In any case, this *(in)communication* tends to reinforce *strangeness* and vice versa, in a *perpetuum mobile* in which both mutually feed each other.

To investigate the origins of this reality, to probe into the history of the common past the reasons for this *strangeness* and this *(in)communication* – this is the objective of the present study.

To this end, a relatively detailed historiographic survey was carried out, accompanying at the same time the judgments and interpretations of a political and sociological character that the events were provoking when they occurred or as they were integrated in the studies and later narratives during the contradictory process of their identity(ies) construction.

Research has shown that we are not dealing with transitory phenomena easily overcome. The discomfort between Portugal and Brazil – translated in this feeling of *strangeness* and this *(in)communication* – has deep roots: it emerged in historical situations of repeated confrontations and consolidated over two centuries in the Brazilian historical and sociological narratives, have been absorbed by the school and media systems, which consolidated them – by repeated popularization – in the people’s common sense.

Although always accompanied and contradicted by a Lusophile current, Antilusitanism – one of the factors that generated and feeds this feeling and situation – is therefore not something ephemeral: it is in the genesis of nationality itself, which obviously hinders any action intended to overcome them.

Once the roots of *strangeness* and *(in)communication* have been identified, the author sought, at the end of the investigation and in the light of existing theories and practices, to outline, in general terms, what could possibly be done to at least mitigate this deep feeling that permeates the relationship between Portugal and Brazil.

Keywords

(in)communication; strangeness; Portugal; Brazil; identity; lusophobia; lusophilia

Nota prévia

Esta dissertação foi redigida segundo a nova ortografia da Língua Portuguesa (apenas traída nas citações de obras cujo original não se encontra uniformizado com a norma atual). Apesar de o autor ser português e escrever na vertente idiomática vigente em Portugal, dada a sua longa vivência em território brasileiro e a natureza dos documentos que serviram de suporte à realização desta investigação, é possível que nalgumas passagens a expressão portuguesa pareça adquirir alguma sonoridade brasileira.

Em termos de formatação gráfica e referenciação bibliográfica, a redação do texto seguiu as normas vigentes na Universidade do Minho e o Manual de Publicações – Livro de Estilo das Edições do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, baseado no estilo APA.

Uma vez que esta tese é motivada, em parte, pela experiência profissional do autor, tanto como jornalista e correspondente internacional como na qualidade de diplomata, é possível que a alguns leitores o texto pareça excessivamente descritivo. O percurso narrativo traçado reflete um interesse muito particular pela história, justificado, no entanto, pela convicção de que a historiografia é, no caso concreto, um modo de compreender o processo de *estranhamento* ou de *(in)comunicação* em que se consubstancia a tese.

Sumário

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Palavras-chave	vii
Abstract	ix
Keywords	ix
Nota prévia	xi
Introdução	1
<i>Estranhamente estranhos...</i>	1
A. Das motivações para o tema	5
B. <i>Estranhamento e (in)comunicação</i>	10
C. Enquadramento teórico-metodológico	19
D. Percurso narrativo da tese	25
Capítulo 1	37
<i>Raízes remotas do estranhamento e da (in)comunicação</i>	37
1.1. Situação atual: entre a crítica e o esquecimento	37
1.2. Carta de Caminha: início do <i>estranhamento</i>	52
1.3. No princípio, era o nome	63
1.4. Do <i>estranhamento</i> ao confronto – um processo histórico secular	74
1.5. Quando e onde começa o sentimento antiluso?	81
Capítulo 2	87
<i>Do estranhamento ao antilusitanismo: um processo ambivalente</i>	87
2.1. Longa maturação	88
2.2. Movimentos limitados ou Revolução Nacional?	89
2.3. Do <i>estranhamento</i> à antipatia e ao ódio	91
2.4. Relação com os indígenas: um processo contraditório	94
2.5. Senhores e escravos	105
2.6. A “Nova Lusitânia” – metamorfose do português em brasileiro	111
2.7. Nobreza da terra versus reinóis	121
2.8. No labirinto nativista	134
2.9. Emergência de um novo paradigma	138
Capítulo 3	143
<i>De colônia a centro do Império: atração e repulsa</i>	143
3.1. Crise do Antigo Regime – a escravidão como limite	144
3.2. Brasil – um fascínio português antigo	149
3.3. Da transferência da Corte ao Reino Unido: a colônia coroada	162
3.4. Do Reino Unido à separação	172
Capítulo 4	183
<i>Nação fragmentada, Império dividido: separação e confronto</i>	183
4.1. Fatores de <i>estranhamento</i> e fatores de coesão	184
4.2. Desestabilização e desestruturação	190
4.3. Entre união e rutura	194
4.4. Dois conceitos de nação	205

4.5. Rutura consumada – a retórica da superioridade	211
4.6. Leitura invertida e invenção historiográfica	215
4.7. Entre ambiguidades e anacronismos: uma independência <i>sui generis</i>	223
Capítulo 5.....	239
<i>O Brasil em busca de si próprio: que lugar para a herança portuguesa?</i>	239
5.1. O enigma da Independência: de herança benigna a pesado fardo.....	240
5.2. “Laços de sangue” – entre privilégio e violência	242
5.3. Separação relutante e antilusitanismo intrínseco	258
5.4. Da retórica da fraternidade ao corte de relações.....	270
5.5. A moldagem do estigma - “jacobinismo” agrava antilusitanismo.....	278
Capítulo 6.....	291
<i>Obsessão da alteridade: a disputa identitária</i>	291
6.1. Um relacionamento ambíguo	292
6.2. República acentua rutura com Portugal.....	307
6.3. Lusofilia versus lusofobia – um confronto secular.....	319
6.4. Nem filhos nem irmãos	336
6.5. Esquecer Portugal	339
Capítulo 7	349
<i>No cerne do estranhamento e da (in)comunicação</i>	349
7.1. A herança negativa	350
7.2. Sistema educativo e média reforçam <i>estranhamento</i>	355
7.3. No âmago da identidade nacional – antropofagia e autofagia.....	369
7.4. Comemorações dos 500 anos: contradições e estranhamento	373
7.5. Interesse desigual, comunicação desigual - reiteração dos estereótipos	378
7.6. O enigma decifrado?	390
Que fazer?	413
Considerações finais	431
Raízes emaranhadas.....	431
Uma armadilha da História?.....	438
Quadro depreciativo prolonga estereótipos	439
Diferentes matrizes culturais	444
Um duplo espanto	445
Portugal esquecido, Portugal ausente.....	445
Referências bibliográficas.....	449

Introdução

Estranhamente estranhos...

“Que me quer o Brasil, que me persegue?”

Gregório de Matos, Bahia (1636-1696)

A relação entre Portugal e o Brasil tem sido descrita como uma experiência de ambiguidades geradora de *estranhamento* – um certo desconforto ao qual Eduardo Lourenço se refere como “esse sentimento de uma ausência de laços vivos e vividos no presente, entre os nossos dois povos” (Lourenço, 2004, p. 145).

Se, por um lado, se reconhece existir proximidade histórica marcada inclusive por “laços de sangue”, por outro, é notório que o vínculo entre os dois países é muito menos intenso do que faria supor a partilha de uma mesma língua e um passado de três séculos de convívio sob governo comum. Em introdução ao livro *Lusofonia e interculturalidade. Promessa e travessia*, Moisés de Lemos Martins assinala justamente que “entre Portugal e o Brasil e também entre estes e os países africanos de língua oficial portuguesa, o intercâmbio pedagógico, científico, cultural e artístico, assim como o intercâmbio de alunos e professores, e ainda, o intercâmbio editorial, continuam a ser deveras incipientes” (Martins, 2015, p. 19).

As novas tecnologias e os novos meios de comunicação vieram, é certo, facilitar imensamente as trocas culturais mútuas; no entanto, a muitos níveis, a relação entre os dois países continua a ser a de povos que são – em termos globais, e não apenas académicos – *estranhamente estranhos*.

Foi esta perceção genérica que despertou o propósito da tese apresentada ao longo das próximas páginas, inspirada, por um lado, pela constatação de Amado Luiz Cervo de que “algo especial governa as relações entre Brasil e Portugal, parceria eternamente inconclusa” e, por outro, pela interrogação que igualmente intriga o historiador brasileiro: “Que mistério existe a desafiar a compreensão das relações bilaterais?” (Cervo, 2011, p. 13).

A grande distância física que separa os dois países (“Tanto mar, tanto mar..”) reflete-se também, de algum modo, em distâncias sociais e culturais. Por exemplo, no difícil reconhecimento, no Brasil, das sonoridades do Português de Portugal ou na deficiente atenção que os currículos escolares portugueses dão à história e à cultura contemporânea brasileiras.

Embora podendo ser expresso de diversos pontos de vista – como o da Economia ou o das Relações Internacionais –, o *estranhamento* que dá o mote a esta dissertação pode ser também perspectivado como um efeito de uma história de sinais de *(in)comunicação*, isto é, de insuficientes trocas simbólicas que não se restringem apenas ao período pós-independência.

Partindo desta convicção, é numa leitura diacrónica das relações políticas, sociais e culturais que se baseia a ideia a que se chegará, neste trabalho, de que *não tem havido uma política de comunicação satisfatoriamente orientada para a aproximação entre os dois países à altura da profundidade histórica que já tiveram, quando os dois foram um.*

Ainda que a investigação do passado acabe por prevalecer na economia global da tese, essa prevalência justifica-se pelo facto de ser na História que se podem encontrar as raízes remotas do sentimento de *estranhamento/(in)comunicação*, que perpassa, reconhecidamente, as relações bilaterais.

Trazer à luz da atualidade o contexto e por vezes até os pormenores do “magma obscuro” dos acontecimentos que marcaram o envolvimento de Portugal com o Brasil pareceu-nos crucial para tornar mais clara a origem de sentimentos de oposição/*estranhamento/(in)comunicação* que acabaram por sedimentar e se cristalizar no relacionamento bilateral. Cientes dos paradigmas da pesquisa de cunho histórico – narrativa descritiva linear, predominante no século XIX – e com enfoque nos aspetos económicos e sociais – estruturas duradouras e comportamentos coletivos no tempo longo, dominantes no século XX –, não nos limitamos, porém, a um exercício meramente descritivo, procurando, na verdade, proceder a uma interpretação dos factos, com relevância para a vertente política. Um tal exercício tem por isso tanto de investigação “dura” como de narrativa

construída pelo autor, mais em estilo de ensaio do que propriamente de relatório, numa leitura que se pretende original, ainda que sempre baseada nos factos apurados.

A necessidade de estudar e aprofundar o conhecimento histórico das relações entre os portugueses e os povos lusófonos é, aliás, considerada hoje por diferentes pesquisadores como essencial para se ultrapassar a situação de “não reflexão” e “não reconhecimento” de si próprio e dos outros que envolve a problemática da Lusofonia. Como justamente assinala o antropólogo Miguel Vale de Almeida, é “da reaplicação de narrativas antigas e de interpretações da história que se faz o presente” (Almeida, 1998, p. 241). Por seu turno, para Maria Manuel Baptista, há, nesta matéria, um verdadeiro “buraco negro”:

assinalado pela ausência de estudos em quantidade e qualidade que possam devolver-nos a imagem da nossa história comum, uma narrativa já não dominada pela ideologia imperial, mas que recupere os diversos lados da História e das histórias que há para contar (Baptista, 2006, p. 24).

O nosso mergulho na História para a elaboração deste trabalho partiu do reconhecimento partilhado dessa realidade, considerando não ser possível falar do *estranhamento/(in)comunicação* que marca(m) a relação Portugal-Brasil sem investigar no passado a sua gestação e evolução ao longo do tempo. Detetar na História a origem desse sentimento – que a ausência ou a reduzida comunicação tende a perpetuar, num círculo perverso que mutuamente se alimenta – é justamente o principal objetivo do exercício reflexivo a que se propõe a exposição enunciada nos sete capítulos estruturantes desta tese.

Nessa postura metodológica tivemos em conta a advertência de Mattelart, segundo o qual “o esquecimento da história é (...) um dos traços recorrentes do pensamento sobre a comunicação. (...) A tomada de consciência sobre a necessidade de enraizamento histórico converge com aquela que procura estabelecer uma reflexão de ordem epistemológica sobre os fundamentos dos saberes deste campo científico ainda jovem e mal desbastado (Mattelart, 1999, p. 299). E também as reflexões de Wittgenstein, que chama a atenção para a importância da dimensão psicológica, os aspetos emotivos e espirituais que intervêm na compreensão, alertando que “(...) o sentimento confere significado às palavras (...) o sentimento...confere verdade às palavras” (Wittgenstein, 1994, p. 197). Confere não apenas significado e verdade às palavras, como marca também os acontecimentos, deixando um lastro que se pode prolongar por muito

tempo na memória. Como ensina Damásio, os sentimentos adicionam uma ordem de complexidade às reações emocionais:

Se só tivéssemos a emoção, a emoção viria e passaria, e não haveria maneira de marcar fortemente aquilo que a emoção é. Tendo sentimento, nós temos a possibilidade de tomar consciência daquilo que aconteceu em relação a certo objeto. Permite-nos também colocar na memória essa ligação.¹

No estudo do nosso objeto, esses fatores são, por isso, cruciais para se compreender em toda a sua profundidade as razões do *estranhamento* e da *(in)comunicação*. Trata-se, ao fim e ao cabo, de identificar no passado, a par dos óbvios momentos de aproximação, laços de proximidade e afeto, também os momentos marcantes de confronto, corte e separação que deixaram marcas profundas de antagonismo, ressentimento, rejeição e até ódio no relacionamento bilateral; e também as causas presentes que militam, juntas, no sentido do afastamento, traduzindo-se depois numa clara negligência nos processos de comunicação e fluxos de informação – encontrando aí as raízes da fragilidade de laços que, aparentemente, tudo teriam para ser estruturalmente mais seguros e profícuos para todos. Um exercício tanto mais necessário quanto é certo, como assinala Maria Manuel Baptista, continuam hoje em dia a vigorar no imaginário cultural português as representações de grandeza imperial e excepcionalidade benigna do colonialismo luso – criadas e inculcadas durante o Estado Novo de Salazar, designadamente a partir das comemorações do chamado “duplo Centenário” (da Independência, em 1140, e da Restauração, em 1640). Representações que foram, na época, retomadas praticamente pela totalidade dos órgãos de imprensa (incluindo da Oposição), que se tornaram “caixa de ressonância” de algumas das ideias mais caras ao Estado Novo (Baptista, 2006, pp. 26-27). Como escreve a autora, “a força mediática de toda esta mitologia dramaticamente encenada explicará a vigência de muitos estereótipos e mitos presentes na Cultura Portuguesa e que não puderam ainda ser devidamente enfrentados e aceites como parte de um passado histórico colectivo” (Baptista, 2006, p. 31). Não deixa, aliás, de ser motivo para reflexão mais aprofundada, em termos de comunicação, o facto de uma mitologia política gerada há quase um século e entranhada no imaginário nacional português por força do papel praticamente uníssono dos média, persistir até hoje, num contexto económico,

¹ António Damásio em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*. Retirado de <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0305200414.htm>

social e político totalmente distinto. Se, ontem, os órgãos de comunicação social colaboravam praticamente em uníssono nessa construção ideológica devido à subordinação em que se encontravam em relação ao poder e ao Estado, o que faz com que os média nacionais persistam hoje, muitas vezes, mergulhados numa mitologia claramente ultrapassada? Sobretudo em relação ao Brasil, face ao qual, “o discurso português – como assinala Lourenço – é uma pura *alucinação* nossa, que o Brasil – pelo menos desde há um século – nem ouve nem entende” (Lourenço, 2004, p. 137).

(In)comunicação e estranhamento, portanto, que resultam num “diálogo de surdos” institucional que é, na sua essência e na sua realidade, o pseudodiscurso, supostamente privilegiado, que estruturava essa invenção mítica da outrora chamada comunidade lusobrasileira” (Lourenço, 2004, p. 137). Daí, justamente, a importância da investigação histórica para melhor se compreenderem as razões do *estranhamento* e da *(in)comunicação*. Como assinala Onésimo Teotónio de Almeida, “a questão está em saber de onde partimos, que *história* nos precede, a nós portugueses, e sobretudo, os caminhos que não devemos e não queremos mais percorrer” (Almeida, O., 2003) (sublinhado nosso).

A. Das motivações para o tema

A escolha do tema radica diretamente na última década e meia da atividade profissional do autor. Primeiro, como correspondente internacional, quando assegurou, a partir de Bagdad, a cobertura da Guerra do Iraque para a RTP, televisão pública portuguesa (janeiro-abril de 2003). Depois, nos anos subsequentes, quando – já inserido no âmbito da atividade diplomática – manteve relacionamento diário com os média, a população e as mais diversas instituições do Brasil, na qualidade de conselheiro de imprensa da Embaixada de Portugal naquele país (2004/2012). Por mais estranho que à primeira vista possa parecer, há um nexo direto entre esses dois períodos e entre essas duas distintas atividades profissionais, unindo Lisboa, Bagdad e Brasília com São Paulo e Rio de Janeiro pelo meio – a comunicação.

Acontece que, por um conjunto de circunstâncias, nenhum órgão de média brasileiro tinha, na altura, qualquer correspondente na capital do Iraque. Por isso, quando a guerra começou, a TV Cultura de São Paulo, baseando-se num protocolo de cooperação com a RTP, decidiu pôr no ar as imagens da cobertura do conflito emitidas pela estação pública portuguesa (a

exemplo do que a própria RTP fizera com as imagens da CNN, quando da primeira Guerra do Golfo, em 1991). Essa decisão foi muito proveitosa para a TV Cultura, que assim não só preencheu uma lacuna nacional (a ausência de repórteres brasileiros no cenário de guerra) como ainda assegurou para si o privilégio de ser a primeira e única estação emissora a transmitir no Brasil imagens ao vivo/em direto da capital do Iraque sob bombardeamento. E isso pelo simples facto de a RTP ter sido então a primeira estação do mundo a reportar o início do conflito – à frente de grandes cadeias mundiais como a CNN, a BBC ou a Sky News.

Essa realidade chamou a atenção dos média brasileiros, que lhe deram bastante destaque. A *Agência Estado*, do jornal *O Estado de São Paulo*, chegou mesmo a fazer notícia sobre isso, frisando que fora a estação portuguesa “a dar o furo do início da guerra”, o que reforçou ainda mais o interesse da TV Cultura.

Foi então que o jornalista Heródoto Barbeiro², na época apresentador/editor do principal serviço de notícias daquela rede pública brasileira, sediada em São Paulo, telefonou para Bagdad propondo ao autor desta investigação entrar ao vivo/em direto no *Jornal da Cultura* (principal serviço de notícias da estação, às 21 horas da capital paulista).

Embora a diferença horária fosse enorme – às nove da noite de São Paulo eram três da manhã do dia seguinte na capital do Iraque – e a colaboração pedida *pro bono*, decidiu o autor, por puro imperativo categórico lusófono, aceitar a proposta, que logo a seguir seria “agravada” por outra intervenção, desta vez no *Jornal da CBN* (Central Brasileira de Notícias – uma das principais redes de rádio do Brasil, pertencente ao sistema Globo de Rádio) – onde Heródoto então também pontificava durante as manhãs. Por força das circunstâncias, o autor viu-se assim, de um momento para o outro e sem nunca o ter imaginado, transformado em correspondente luso-brasileiro (Fino, 2003, p. 15).

À descoberta do Brasil nas asas da língua

Terminada a guerra, em meados de 2003, a TV Cultura convidou o autor a visitar o Brasil, tendo na altura partilhado a experiência sobre a cobertura da guerra em concorridos seminários e

² Ver biografia aqui: https://pt.wikipedia.org/wiki/Her%C3%B3doto_Barbeiro (última consulta em 07/11/2017).

conferências promovidos por diferentes universidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e, mais tarde, Natal e Fortaleza³.

Foi esse interesse manifesto dos média e dos meios universitários ligados à comunicação, tendo no centro das atenções um jornalista português, que levou a Embaixada de Portugal no Brasil (então com o embaixador António Franco) a convidar o autor para lá trabalhar durante algum tempo como conselheiro de imprensa. A ideia – segundo lhe foi dito – era “explorar esse sucesso do ponto de vista mediático”, contribuindo para cimentar uma imagem positiva de Portugal no Brasil.

Aceite o desafio, em meados de 2004, o autor chegava a Brasília para nova missão – mais nas asas da língua do que propriamente do desejo.

Deslumbramento narcísico

Afinal, fora por causa da língua comum que a TV Cultura resolvera aproveitar a emissão da RTP; fora graças à língua comum e na língua comum que o autor se tornara um correspondente luso-brasileiro em Bagdad; e fora ainda devido à língua comum que os média brasileiros haviam destacado o facto de a RTP ter sido a primeira estação do mundo a reportar em direto o início da guerra, deixando por vezes transparecer até alguma identificação acompanhada de gosto pelo desafio assim lançado à tradicional hegemonia anglo-saxónica nesta matéria. “Fino, o portuga que furou a CNN” – titulóu, em primeira página, na altura, o *Correio Braziliense*, principal órgão de imprensa de Brasília (Fino, 2003, 16 de maio, p. 6).

Um ano depois e como já acontecera em 2003, o autor voltava a ter, à chegada ao Brasil, ao cabo de quase 10 horas de voo sobre o Atlântico, a espantosa sensação de continuar em casa – maravilhado com os letreiros das ruas e das estradas em Português, sempre envolvido pela melodia do sotaque brasileiro, onde as vogais são mais abertas e o tom e o trato (quase) invariavelmente mais doces.

Como certamente aconteceu com muitos outros portugueses que passaram por essa mesma experiência, o autor pensou narcisicamente que o Brasil é, de algum modo, o prolongamento de Portugal nos trópicos. Considerou até que, se por algum cataclismo, Portugal

³ Ver: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp2005200396.htm>

um dia viesse a desaparecer ou fosse absorvido por outra língua e/ou outra cultura, teria ali, no Brasil, preservada a sua matriz essencial e garantida a sua continuidade.

Ecos distantes, como viria a constatar no decurso da investigação, de ideias que existiram muito antes e que – de tão marcantes – persistiram difusamente disseminadas até hoje. No século XVI, o primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, imaginava já os seus novos domínios como uma *Nova Lusitânia* e era dela que assinava as cartas ao rei. Depois, no século XIX, quando a monarquia ponderou a construção de uma nova capital para o recém-fundado Reino Unido (1815), o nome que na altura se cogitou foi o de *Nova Lisboa...* (Vidal, 2009). Por outro lado, sempre que a monarquia esteve em perigo, por diversas vezes, não faltaram sugestões de transladar a Corte para o outro lado do Atlântico – considerado “o mais vasto, melhor e mais seguro domínio de todo o reino” – como acabaria, finalmente, por acontecer quando Napoleão decidiu ocupar Portugal.

Frei Vicente do Salvador refere que D. João III (1502-1557) já teria ponderado que

se alguma hora acontecesse (o que Deus não permita) ser Portugal entrado e possuído de inimigos estrangeiros, como há acontecido em outros reinos, de sorte que fosse forçado passar-se el-rei com seus portugueses a outra terra, a nenhuma o podia melhor fazer que a esta (do Brasil). (Salvador, 1982, p. 145)

A outra face da moeda – choque de contrários

Esta autossatisfação narcísica – com remotas raízes – de ver no Brasil prolongamento e garantia de salvação *in extremis* de Portugal seria, entretanto, atenuada e corrigida, ao longo dos anos, pelo desgaste continuado do outro lado da moeda, que até aí o autor desconhecia, e se foi, aos poucos, revelando. Esse outro lado da moeda é pesado e resume-se nisto: na atribuição sistemática de todos os males do Brasil à colonização portuguesa, “que levou o ouro e deixou as pedras”. Da destruição da Mata Atlântica à escravatura, passando pela burocracia e a corrupção, da liquidação dos índios⁴ ao atraso económico – de tudo, enfim, o que é mau ou “está errado” no Brasil – os portugueses têm mais ou menos a culpa, e ainda por cima “são burros e literais” –

⁴ Schwartz e Lockart assinalam com inteira propriedade que o termo “índio” – que, por comodidade, utilizamos aqui ao longo de todo o trabalho – é equivocado para designar os povos indígenas encontrados pelos ibéricos. Não só porque teve origem na percepção errada dos primeiros navegadores de que tinham chegado às Índias Orientais, como porque os próprios silvícolas não possuíam qualquer termo para designar o conjunto dessas populações: “Nenhum dos povos tinha uma palavra na sua língua que pudesse ser traduzida como “índio”; ou seja, era desconhecido um conceito que distinguisse os habitantes do hemisfério ocidental dos seres humanos de fora” (2002, p. 53).

tema genérico do anedotário antiluso que ainda hoje circula no país, apesar de já um pouco desgastado e até inibido pelo politicamente correto⁵.

A tudo isto acrescem as diferenças comportamentais, de psicologia e de cultura, agravadas ainda pela diversa forma de falar, que faz muitas vezes os interlocutores de um e outro lado não se entenderem, mesmo quando parecem estar e estão a falar a mesma língua⁶. Simpatia de acolhimento e grande gentileza do trato, num permanente impulso de aproximação e empatia, por um lado; tentativa de desqualificação pela galhofa do anedotário e quase rejeição – se não mesmo hostil desprezo – por outro.

Foi este *choque de contrários* que o autor vivenciou pessoal e profissionalmente nos anos de permanência no Brasil: primeiro, exaltação de um feito profissional de um português na área dos média (com aparente ponta de orgulho partilhado); depois e concomitantemente, progressiva percepção de uma antiga e persistente desvalorização e desprezo, por vezes a raiar a ofensa, de tudo o que é luso, profundamente ancorados na psicologia do comum dos brasileiros.

Tudo isso a par de um grande desconhecimento por parte da generalidade da população brasileira em relação a Portugal, a ponto de muitas vezes não se identificar a língua que se fala com o país de onde ela partiu. Um quadro que tende a perpetuar-se, não obstante um certo retorno a fluxos de migração Brasil-Portugal a partir de 2013, devido ao *grande vazio de informação* que existe no Brasil em relação a Portugal – raramente objeto de notícia a não ser pelos maus motivos ou quando se fala, em programas de grande auditório, de curiosidades pitorescas, “trivial variado” – em flagrante contraste com a atenção mediática conferida em Portugal aos temas brasileiros, a começar pela cultura e vida artística, mas abrangendo também assuntos sociais, políticos e económicos.

Para um português de há muito admirador da literatura, música e criatividade brasileiras, habituado a respeitar o Brasil como grande país com um grande futuro, e de muitas maneiras –

⁵ O Tribunal Superior do Trabalho, sediado em Brasília, condenou, em dezembro de 2015, a Gradiente, conhecida empresa de São Paulo, a pagar ao seu diretor jurídico, português, uma indemnização de mais de 300 mil reais (cerca de 80 mil euros) por aquele profissional repetidamente ter sido alvo de piadas sobre a sua nacionalidade no interior da companhia. Ver notícia sobre o caso: http://www.tst.jus.br/noticias//asset_publisher/89Dk/content/id/17236354

⁶ Ao contrário do que acontece com as novelas brasileiras, que passam nas televisões portuguesas tal e qual, sem qualquer adaptação, no Brasil, os filmes e outros produtos televisivos portugueses são quase sempre ou legendados ou dobrados. Um dos casos emblemáticos mais recentes foi o da série portuguesa *Equador*, baseada no romance homónimo de Miguel Sousa Tavares, que foi exibida em 2011 na estação pública brasileira EBC com dobragem (dublada, na terminologia local).

para o bem e para o mal – vendo nele uma projeção de Portugal na América, esta situação não podia deixar de suscitar perplexidade e profunda reflexão.

Interrogações fundamentais

O autor passou assim, naturalmente, a interrogar-se. Várias inquietações foram, a partir da experiência pessoal, ganhando relevância e gerando motivações científicas para uma reflexão menos impressiva e mais instruída, tanto na História como na análise da economia política da comunicação.

- Como se chegou até aqui no relacionamento entre os dois países, ditos “irmãos”?
- Quando se geraram esses sentimentos?
- Que acontecimentos marcantes os cristalizaram?
- Porque persistem até hoje, afastando-nos, quando os laços de sangue, história e língua nos deveriam, pelo contrário, aproximar?
- Que pode(r)íamos eventualmente fazer para minorar esta situação?

Enquanto jornalista, e no quadro de uma abordagem do ponto de vista das Ciências da Comunicação, julgou o autor ser também de interesse analisar, entre outros aspetos, o papel dos média. Daí a questão que foi ganhando densidade no foro da investigação: em que medida, com a sua comunicação ou o seu silêncio, contribuiu/contribui o contexto mediático para a formação ou consolidação desse estado de coisas?

Foi assim que progressivamente o autor foi chegando ao tema, que acabou por estruturar em torno de dois conceitos básicos – o de *estranhamento* e o de *(in)comunicação*

B. Estranhamento e (in)comunicação

O conceito de *estranhamento* há muito que integra – juntamente com os conceitos de distanciamento e reflexividade – o discurso das Ciências Sociais. Embora com origem em múltiplos campos de conhecimento, e por isso muitas vezes portador de significados divergentes ou até opostos, é na Antropologia que ganha maior precisão, adquirindo foros de princípio de conhecimento no estudo das diferenças culturais de cada grupo. Partindo da atitude de distanciamento própria da Antropologia face ao seu objeto, o *estranhamento* acabaria por se impor a todos os que de uma ou outra forma estejam envolvidos na problemática que desejam conhecer

e analisar. Essa ideia de *estranhamento*/distanciamento acabou assim por ser considerada uma das características do pensamento realista, com vista a garantir a objetividade científica.

Trata-se, no fundo, de um recurso metodológico – estranhar, distanciar-se das regras, da visão de mundo e das atitudes legitimadas pela sociedade e suas instituições, subtraindo-as à opacidade em que a cultura e o senso comum as envolvem. Uma atitude de que comunga o próprio jornalismo – como princípio a observar para garantir mais objetividade no relato dos factos e na análise das situações.

Sob outro prisma, no início do século passado, o *estranhamento* esteve no centro de uma polémica célebre entre os formalistas russos. Contra a opinião de Alexander Potebnia (1835-1891), que considerava que as imagens não teriam, na arte, outra função que não fosse “explicar o desconhecido pelo conhecido”, Viktor Chklovski (1893-1934) defendeu que o processo da arte é o de obscurecer e singularizar, separando, pelo *estranhamento* ou distanciamento (*otstranenie*) e prolongando dessa forma a percepção:

O objetivo da arte é dar a sensação do objeto como visão e não como reconhecimento; o procedimento da arte é o procedimento da singularização dos objetos e o procedimento que consiste em obscurecer a forma, aumentar a dificuldade e a duração da percepção. (Toledo, 1976, p. 45)

Em síntese, para Chklovski, “a arte é um meio de sentir o devir do objeto; aquilo que já se ‘tornou’ não interessa à arte” (Todorov, 1999, pp. 75 e 82). Seria o distanciamento imposto pelo *estranhamento* /singularização que nos permitiria entrar numa dimensão nova, só visível pelo olhar estético ou artístico.

No texto “Estranhamento: pré-história de um procedimento literário” (Ginzburg, 2001), o historiador italiano Carlo Ginzburg sublinha, por seu turno, as raízes profundas do *estranhamento* em literatura. O autor de *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância* (2001) remete ao exercício proposto por Epicteto, o escravo filósofo responsável pela formação do imperador romano Marco Aurélio: aprender a pensar com base na desmontagem/desconstrução das artes.

O que interessava – defendia Epicteto – era não o produto final da arte, mas o próprio processo da sua elaboração. No dealbar da modernidade europeia, será na senda desse veio (as reflexões autobiográficas de Marco Aurélio sobre o *estranhamento* enquanto via de acesso a realidades mais profundas) que vários autores se irão inspirar, quer para dar voz aos mais desfavorecidos (Tolstoi, Montaigne...) quer, também, para justificar os poderosos (La Bruyère...).

Na análise de Laura de Mello e Souza, Ginzburg sublinha que

o estranhamento não é técnica, mas modo de compreensão, alcançável quando, como Maquiavel, se observa a realidade do exterior, de longe, de uma posição periférica e marginal; quando, por meio de abordagem mais histórica que formal, atenta-se para a tradição longa de certos textos, acompanhando-os através do tempo e do espaço. (Souza, 2001, 13 de outubro)

Por via do *estranhamento* – acentua o autor, segundo Laura de Mello e Souza – usa-se o que é distante “para entender melhor o que é próximo ou para poder dizer a verdade nua e crua que, de outra forma, seria impossível enunciar” (Souza, 2011, 13 de outubro). Na definição/síntese do próprio Ginzburg, citado neste texto do *Jornal de Resenhas da Folha de S. Paulo*, “o estranhamento é um meio para superar as aparências e alcançar uma compreensão mais profunda da realidade”.

Talvez se possa, por isso, afirmar que foi justamente pelo *estranhamento* que o Brasil impôs a sua nova realidade, a sua especificidade, a Portugal e ao mundo.

No Congresso Internacional de Escritores, realizado em São Paulo em agosto de 1954, em réplica à intervenção de Roger Bastide, observava Miguel Torga:

A falar errado é que os povos americanos estão certos. Uma pátria não pode ser Sósia de nenhuma outra. E muito menos ainda um continente. Por isso, a sua fisionomia necessita de acentuar cada vez mais os traços. É no desenho específico deles que o resto da humanidade repara, quando passa da mera cortesia a uma activa valorização. (Torga, 1955, pp. 43-44)

Esse já fora também o apelo implícito na crítica de Almeida Garrett aos escritores brasileiros que começavam, a partir de meados do século XVIII, a enriquecer a literatura de expressão portuguesa:

E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece: a educação europeia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos. (Almeida Garrett, 2014, s. p.)

Continuação da Europa e da sua civilização noutra contexto e por outros meios ou afirmação da especificidade americana em contraponto e até em oposição à Europa? O dilema, que já se manifestava então na afirmação de uma identidade *sui generis* diferente da portuguesa,

prosseguiu, como veremos, até hoje, no Brasil, aparentemente sem resolução definitiva. De qualquer forma, o que resulta destas observações iniciais é que o *estranhamento* não é necessariamente um mal – pode até ser uma virtude necessária. E não espanta a sua permanência ao longo do tempo, expressão que é de uma *profunda diferença* que, entretanto, se consolidou e agudizou.

O que espanta é que essa diferença pareça por vezes ainda ser mal compreendida e aceite de parte a parte, ocasionando fricções que seria legítimo esperar ultrapassadas. Para tal, seria necessário, no entanto, que o *estranhamento* fosse mais bem compreendido (quer como método de conhecimento mais objetivo quer como forma de expressão e afirmação do outro). E se conhecessem também melhor as razões das diferenças – de como surgiram e se consolidaram, aceitando-as como natural manifestação da alteridade. Não havendo essa clareza, o que parece ocorrer é a projeção de expectativas desfasadas ou desajustadas sobre o outro e de parte a parte, dificultando o relacionamento.

No seu sentido corrente, o termo *estranhamento* remete para não (se) reconhecer, achar fora do comum, não estar familiarizado com aquilo que pode ser censurável, motivo de crítica, afastamento, esquiva... gerando, em última análise, *(in)comunicação*, compreendida esta tanto como ausência de informação ou como incompreensão mútua – o que parece corresponder exatamente ao tipo de relação entre Portugal e Brasil, portugueses e brasileiros.

De acordo com Eduardo Lourenço, talvez o ensaísta português que mais assidua e penetrantemente analisou a problemática do relacionamento bilateral luso-brasileiro, “(...) são os filhos de duas realidades distintas que dialogam, são duas formas de consciência histórica profundamente diversa que se confrontam, no mínimo dos gestos ou das palavras, quando estão frente a frente um português e um brasileiro” (Lourenço, 2015a, p. 75).

A permanência desse sentimento nas relações bilaterais Portugal-Brasil, ao longo dos últimos quase dois séculos desde a independência, não tem, em si mesmo, (passe o jogo de palavras) nada de estranho. O que parece faltar é maior conhecimento e maior clareza de como e porquê esse *estranhamento* surgiu e para isso seria necessário romper o círculo vicioso em que *estranhamento* gera *(in)comunicação* e esta acentua aquele, num *perpetuum mobile* de estagnação e confronto ou incompreensão. Nesta perspectiva, a *(in)comunicação* que detetamos na relação Portugal-Brasil, no sentido de ausência ou interrupção da capacidade de comunicar,

transmitir ou receber mensagens, provocando desencontros, enganos, medos, barreiras... seria quase como que a própria forma de expressão do *estranhamento*.

Investigar as raízes dessa situação, identificar os momentos de maior conflito de interesses que deixaram marcas que ainda hoje se fazem sentir e se erguem como obstáculos invisíveis a um relacionamento mais profícuo entre os dois países, e sugerir, por fim, na base desse conhecimento, alguns caminhos para quebrar o círculo da *(in)comunicação* que deriva do *estranhamento* e do *estranhamento* que perpetuamente se alimenta da *(in)comunicação*. é este, em síntese, o objeto deste trabalho. Como salientava Laura de Mello e Souza na resenha que escreveu sobre Ginzburg, "(...) quando nos sentimos fitados por olhos estranhos e enigmáticos, temos que nos esforçar para entender o porquê desse olhar" (Souza, 2001, 13 de outubro).

Mas o que se entende exactamente por *(in)comunicação*?

A complexa problemática da comunicação/*(in)comunicação* vem sendo estudada e aprofundada, como se sabe, desde meados do século passado, nas suas múltiplas vertentes: desde o ponto de vista teórico, com destaque para a Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver (1949), epistemológico (em que ressaltam os estudos de Merleau-Ponty, Russell e Wittgenstein, entre outros) até às questões da comunicação com vista à sua aplicação terapêutica, passando ainda por toda a densa problemática da linguagem e da linguística, a psicologia da comunicação e os seus aspetos antropológicos.

Em termos gerais, como refere o investigador francês Samuel Lepastier (2013, p. 216), de acordo com a definição do Centro Nacional de Pesquisas Textuais e Lexicais (França), *(in)comunicação* define-se como "ausência de comunicação, de relação entre duas coisas", remontando a origem do conceito pelo menos ao século XVIII. Mas foi apenas na segunda metade do século XX, quando se tornou patente o contraste cada vez maior entre a crescente multiplicação dos canais, por um lado, e a persistente falta de qualidade dos conteúdos e sua receção, por outro, que o conceito de *(in)comunicação* adquiriu maior relevância.

Num livro sobre esta problemática publicado pela primeira vez em 1979, e que, entretanto, se tornou clássico, o neuropsiquiatra Carlos Castilla del Pino já assinalava:

descobrimos que a nossa compreensão do fenómeno da comunicação e a própria existência de meios de comunicação até há poucos anos inimagináveis vão a par, mas em proporção inversa, com a incomunicação fáctica que se verifica entre as pessoas. Este paradoxo, ou melhor, esta contradição, tem que

ser explicada se quisermos entender quais os pré-requisitos indispensáveis para que a comunicação exista. (Castilla del Pino, 1979)

A partir dos anos 1980, os investigadores franceses levaram mais longe a reflexão teórica sobre a *(in)comunicação*. Primeiro, Denis Huisman, num ensaio publicado em 1985 refletiu “sobre alguns efeitos pletóricos abusivos ou perversos da comunicação atual”, concluindo que “quando a comunicação social se torna pletórica, abusiva e pervertida, ela tende a transformar-se no seu contrário, ou seja, em *(in)comunicação* (Huisman, 1985); quatro anos depois, Raymond Boudon, num artigo sobre “A pequena sociologia da Incomunicação”, veio lembrar ser necessário, para que haja comunicação, que os interlocutores partilhem dos mesmos *a priori*, o que na realidade muitas vezes não se verifica. Assim – escreve – “as nossas sociedades modernas, das quais se afirma serem sociedades de comunicação, são na realidade sociedades invadidas pela *incomunicação*” (Boudon, 1989).

A ideia de um mundo em que a comunicação não se realiza ganha terreno e em janeiro de 1996 (a World Wide Web e as redes sociais já davam os primeiros passos), no jornal *Le Monde Diplomatique*, Eduardo Galeano colocava-se a questão de saber se estaríamos a caminho de uma “sociedade da incomunicação”. O escritor e ensaísta uruguaio chamava a atenção para a abissal e crescente desigualdade económico-social, que teria como contraponto, no plano comunicacional, a possibilidade de muito poucos detentores de meios de comunicação globais poderem impor, como antes nunca acontecera, à escala do planeta inteiro, a sua visão do mundo à imensa maioria, sempre silenciando as responsabilidades do sistema, incluindo as responsabilidades históricas do colonialismo. Escrevia Galeano:

Os donos da informação, na era da informática, chamam comunicação ao monólogo do poder. Para eles, a universal liberdade de expressão consiste em fazer com que a periferia do mundo obedeça às ordens emitidas pelo centro, sem ter o direito de recusar os valores que este impõe. A clientela das indústrias culturais não tem fronteiras; é um supermercado de dimensões mundiais em que o controle social se exerce à escala planetária. (Galeano, 1996)

Entretanto, no plano propriamente intrínseco do estudo das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), foram também os investigadores franceses que avançaram no sentido de indentificar a *incomunicação*. Na viragem do milénio, André Akoun (2002), por exemplo, viu no comportamento dos média não a causa mas o sintoma de uma *incomunicação* ontológica:

Quanto mais os média desenvolvem a sua autonomia – e, portanto, os seus “efeitos” mais se torna claro que só conseguem fabricar um *elemento* (como se diz do mar que ele é um elemento) que é ao mesmo tempo comunicação e incomunicação. Talvez isso aconteça porque estamos numa sociedade em que os indivíduos têm uma procura exorbitante de comunicação e o fracasso em responder a tal necessidade engendre um sentimento de incomunicabilidade (...).” (Akoun, 2002, p. 8)

Por seu turno, um outro autor francês – Pascal Robert – passou a questionar a própria noção de comunicação como conceito-chave de aparente evidência nas Ciências da Informação e Comunicação (CIC), sendo o primeiro a tentar teorizar a questão da *(in)comunicação*.

Descartando os modelos canónicos do telégrafo e da orquestra, sempre invocados para fundamentar a comunicação, Pascal sugere, através da análise crítica de dois textos emblemáticos de épocas totalmente diferentes, mas ambos marcantes – a tragédia *Édipo-Rei*, de Sófocles (aproximadamente 427 a. C.), e o romance de ficção científica *Solaris* do polaco Stanislaw Lem (1961) – que o conceito ou noção de *(in)comunicação* talvez traduza melhor a realidade das relações humanas. Segundo o autor, em *Édipo Rei* defrontamo-nos com uma “cegueira comunicacional” e em *Solaris* com um “pessimismo comunicacional”.

Desta forma, contrariamente ao princípio da escola de Palo Alto (Gregory Bateson, 1972, e Paul Watzlawick, 1977, entre outros), de acordo com o qual “não se pode não comunicar”, uma vez que o homem é por natureza um animal semiótico que a todo o momento emite sinais e em permanência reage aos sinais externos (todo o comportamento é comunicação e toda a comunicação afeta o comportamento), Pascal Robert acaba por concluir que *há sempre um paradoxo em toda a comunicação, uma vez que esta só acontece quando primeiro há incomunicação ou incompreensão*. Daí que Robert defenda que a *(in)comunicação* não deva ser considerada de forma negativa, como expressão de uma patologia, mas como *condição da própria comunicação*. Nas suas próprias palavras, “a orquestra e o telégrafo não podem constituir instrumentos de análise da comunicação, devendo antes ser vistos como respostas à situação que primeiro se manifesta – a situação de *incomunicação*” (Robert, 2005). Recusando o que seria, no seu entender, uma concepção fraca de comunicação se se admitisse que ela ocorre facilmente, Pascal Robert acentua:

a comunicação, se ela existe, só pode surgir numa segunda vaga, só pode emergir de um trabalho longo e difícil. Ela não é dada à partida, precisando

ser construída, sendo necessário que nos interroguemos justamente sobre o processo social e os meios dessa construção. Isso equivale talvez a dizer, levando o raciocínio ao limite, que ela não passa de um *horizonte* que não se pode atingir porque todo o esforço nesse sentido acaba praticamente por ter resultados totalmente contra-producentes. (Robert, 2005, p. 16).

Desta forma, tal como os investigadores de Palo Alto – ao se afastarem do modelo linear do paradigma matemático da comunicação, introduzindo uma abordagem sistémica – já haviam dado uma inestimável e inovadora contribuição epistemológica para o estudo da comunicação, agora são os investigadores franceses que ao questionarem a abordagem da “Escola Invisível” californiana iluminam de outro ângulo a mesma problemática, trazendo um novo olhar, radicalmente diferente, sobre o fenómeno comunicativo, passando a comunicação a ser não uma realidade óbvia que não pode deixar de não acontecer, como pretendiam os pesquisadores californianos, mas antes o resultado de um esforço social determinado e porfiado para – na expressão de Robert – “esconjuram a incomunicação”.

Na mesma linha, Dominique Wolton acaba por fazer da *incomunicação* o fulcro da sua teoria da comunicação ao afirmar que embora a liberdade humana sempre pressione por mais comunicação, acaba rapidamente por defrontar-se com a *incomunicação*: “Os homens querem comunicar-se, mas não se compreendem necessariamente melhor. *A incomunicação é muitas vezes o horizonte da comunicação*” (Wolton, 2014, p. 482) (sublinhado nosso).

A compreensão pura e perfeita – a do amor – é sempre efémera: o recetor nunca está totalmente em linha com o emissor, nunca nos compreendemos perfeitamente:

O aumento dos volumes de informação trocados não cria forçosamente uma melhor comunicação pela simples razão de que emissor e receptor nunca estão em linha. Os receptores têm cada vez maior autonomia em relação às mensagens à medida que estas se tornam mais numerosas e heterogéneas. (Wolton, 2011)

Uma tal falta de sintonia ou incompreensão – sintetiza Dacheux (2015) – pode desembocar na rejeição do outro, na introspecção identitária ou na guerra; mas pode também conduzir ao estabelecimento de uma negociação com vista não a um entendimento absoluto, mas a uma convivência razoável.

Rompendo com o senso comum e os paradigmas lineares do fenómeno comunicacional, invertendo a conclusão dominante de que a comunicação seria a regra e a incompreensão/

(in)comunicação a exceção, demonstrando ser esta, afinal, a dominante que precisa de ser superada/esconjurada para que aquela aconteça, este conjunto de autores veio enriquecer as Ciências da Informação e da Comunicação, nelas operando praticamente uma revolução copernicana.

No Brasil, o professor Ciro Marcondes Filho, da Escola de Comunicação e Artes/ECA, da Universidade de São Paulo, tem sido, de alguma forma, embora com peculiaridades próprias, o expoente desta forma de olhar e compreender o fenômeno comunicacional, com vista à elaboração de uma Nova Teoria da Comunicação (NTC). Em trabalho já clássico sobre o tema, no qual sintetiza os seus pontos de vista – *Até que ponto de fato nos comunicamos?* (2004) – o pesquisador defende que a comunicação não é ontológica, não é algo estável, fixo, consistente – não é uma coisa; é antes um processo, um acontecimento, um encontro feliz, um momento mágico entre duas intencionalidades, que se produz no ‘atrito dos corpos’ (se tomarmos palavras, músicas, ideias também como corpos); ela vem da criação de um ambiente em que os dois lados participam, “extraíndo de sua participação algo novo, inesperado, que não estava em nenhum deles, e que altera o estatuto anterior de ambos, apesar de as diferenças individuais se manterem”. Trata-se, portanto – defende o autor – acima de tudo, de uma relação entre mim e o outro ou os demais. Por isso, não se reduz à linguagem, menos ainda à linguagem estruturada e codificada numa língua: “Ela ultrapassa e é mais eficiente que esse formato, realizando-se no silêncio, no contato dos corpos, nos olhares, nos ambientes”⁷.

Além disso, como reiteradamente sublinha Wolton, a multiplicação dos canais, ao contrário do que defendia McLuhan, não garante que a comunicação aconteça:

Todo o mito da aldeia global, de McLuhan aos nossos dias, é o mito de uma interatividade humana conseguida, sublimada pela técnica. *Mas o desafio da comunicação não está na troca de informações, está na alteridade. É preciso negociar para se conseguir coabitar. Comunicar é negociar, coabitar.* O Outro é sempre um inimigo potencial. Há uma contradição entre o desempenho das ferramentas, a sua velocidade, e a lentidão necessária para que os homens se tolerem. Se não compensarmos a velocidade das trocas com a lentidão da intersubjetividade, caímos num impasse. (Wolton, 2014, p. 214)

Desta forma, a incomunicação não é necessariamente um mal nem uma fatalidade. Ela é, antes de mais, a expressão de uma alteridade que precisa primeiro ser reconhecida e respeitada

⁷ Ciro Marcondes-Filho em entrevista à TV UNESP. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=kPzOH-evN0>

para abrir caminho à compreensão e, portanto, à comunicação. Como defende Dacheux, “a incomunicação não é mais o horizonte trágico da comunicação, mas uma das suas condições de existência. Sem inspiração não há expiração, sem incomunicação possível, não há comunicação desejável” (Dacheux, 2015, p. 270).

Estas considerações heurísticas sobre a comunicação/incomunicação afiguram-se-nos da maior relevância para o estudo do nosso objeto, sobretudo quando, revistas que forem as razões históricas do estranhamento, tentarmos equacionar os termos em que se apresentam a *(in)comunicação* e o *estranhamento* entre Portugal e Brasil e o que poderia eventualmente ser feito para assegurar entre eles maior comunicação.

C. Enquadramento teórico-metodológico

A investigação realizada e documentada ao longo desta dissertação enquadrou-se na interseção de três grandes áreas de conhecimento. Em primeiro lugar, e de forma particularmente extensa, na História, na medida em que se procedeu a um levantamento dos momentos-chave que foram contribuindo ao longo dos anos para a diferenciação, o afastamento e o *estranhamento* do Brasil em relação a Portugal e vice-versa. Contextualizar cada um desses momentos da história luso-brasileira, vendo-os não isoladamente, mas sim inseridos no quadro mais vasto da evolução histórica do respetivo período, pareceu essencial à compreensão deste processo que, no âmbito da presente tese, se classifica de *(in)comunicação*. Como assinala João Batista Natali,

“(...) o amor pela história perdeu sua dimensão militante, mas a relação entre história e jornalismo internacional é uma relação ainda constante, necessária, fundamental, quase osmótica. Não se pode praticar esse ramo do jornalismo sem que se tenha uma curiosidade muito aguçada pela história.” (Natali, 2004, p. 71)

A pesquisa realizada neste âmbito teve isso em conta e incidiu muito, como se verá, nos aspetos históricos, justamente por se considerar que é no magma e no húmus da História que melhor podem ser detetadas, no seu próprio germinar, as raízes de ideias e atitudes que acabam por enformar o imaginário das nações.

No caso específico em análise, a complexa relação Portugal-Brasil – tão complexa que um investigador a considera envolvida num verdadeiro mistério ainda à espera de ser decifrado (Cervo, 2011, p. 13) – seria particularmente difícil de explicá-la e entendê-la sem recurso, tanto quanto

possível aprofundado, à sua história multissecular: da conquista, povoamento e alargamento do território à independência e, para além dela, até aos nossos dias – uma vez que é esse passado histórico, entre outras razões, que dá forma, baliza e condiciona o relacionamento bilateral, configurando-o como *estranhamento* e *(in)comunicação*.

Por outro lado, procurou-se, também, ver em que medida algumas descrições ou leituras de determinados eventos ou fenómenos foram mudando ao longo do tempo, graças a novas pesquisas e debates, alterando por vezes radicalmente as perceções anteriores. Tudo isso por se entender que não basta olhar para os aspetos informativos e comunicacionais de uma forma rasa, tomando-os pelo seu valor facial e limitando-nos a descrevê-los, antes procurando sempre descobrir a origem de que partem e são consequência. Afinal, como ensinou Faulkner (1951), “the past is never dead. It’s not even past”, o que é particularmente verdade para a relação Portugal-Brasil, na qual se torna sempre necessário descobrir o olhar por detrás do olhar. Na História como na Antropologia e na Comunicação, nada é possível compreender sem inserir os factos no seu contexto. Só a inserção no contexto permite o acesso aos significados daquilo que se investiga. Daí a ênfase que tivemos de conferir à História, justamente porque só no contexto histórico poderíamos encontrar, para além da origem, o sentido do *estranhamento* e da *(in)comunicação*.

Uma razão suplementar que explica, também, o acentuado centrar analítico do autor na História decorre do facto de muitas das ideias que marcaram e ainda marcam a visão brasileira de Portugal e de os portugueses terem surgido nessa área; mais concretamente, no *corpus* dos chamados “*Intérpretes do Brasil*”⁸ – um conjunto diversificado de autores que, do século XIX para cá, equacionaram, de forma muitas vezes contraditória, as grandes questões do país, procurando as raízes históricas dos problemas e tentando equacionar soluções de futuro. Nessas circunstâncias, não havia outra alternativa que não fosse mergulhar nesse campo do conhecimento.

Como assinalou Nuno Monteiro, numa *démarche* de sentido inverso à de Tocqueville, que concluíra, na sua *Democracia na América*, pela inexistência de nobreza nas colónias inglesas do Novo Mundo, daí deduzindo serem de natureza matricialmente distinta as suas instituições

⁸ Intérpretes do Brasil. Para uma descrição detalhada dos principais autores que integram os *Intérpretes do Brasil*, ver: <http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/59.av>

democráticas, no Brasil, sucessivas gerações de historiadores e publicistas têm considerado que foi o impacto das instituições e elites lusas do Antigo Regime na ex-colónia que explica boa parte das características específicas da sociedade brasileira (Monteiro, 2005, p. 5).

A segunda grande área de conhecimento convocada ao longo desta tese é a Sociologia, uma vez que se tentou acompanhar e compreender como, ao longo de séculos, se metamorfoseou o português em brasileiro, que consequências houve do contacto entre grupos étnicos e culturais tão distintos, quais os fatores que conduziram à formação da identidade brasileira e ainda qual o papel da comunidade portuguesa no Brasil na evolução das relações bilaterais. De caminho, abordaram-se também aspetos que, de algum modo, se inscrevem no campo da Psicologia, na medida em que a investigação se deparou, de um lado e do outro da relação, com fortes sentimentos de ressentimento, desdém, ódio... que se procurou identificar e caracterizar, inserindo-os no contexto da época de ocorrência.

Finalmente, a área de conhecimento específica em que se inscreve o argumento principal da tese, o da *(in)comunicação*, é a das Ciências da Comunicação e dos Estudos Jornalísticos em particular.

Como se referiu nos primeiros parágrafos desta Introdução, a leitura diacrónica das relações entre Portugal e o Brasil procura averiguar se reside na ausência de uma política de comunicação parte significativa das raízes do mútuo desconhecimento. Daí que, não obstante a insistência no levantamento e compreensão dos factos históricos que possam estar na raiz do *estranhamento* e da *(in)comunicação* entre Portugal e o Brasil, se tenha igualmente procurado, como se explicita no último capítulo, refletir sobre o papel dos média no relacionamento bilateral e problematizar as razões da quase ausência dos meios de comunicação portugueses no Brasil, naquilo que poderíamos qualificar como o *estranho apagão mediático português* no maior país do espaço lusófono.

Investigação cruzada

Os contactos entre sociedades humanas são naturalmente geradores de *estranhamentos* e Portugal e Brasil não são exceção. Recuperando os momentos-chave que acabaram por tecer a trama da diversificação, separação e afastamento entre os dois países, foi ambição deste trabalho

tornar mais claras as razões da situação de *estranhamento* e *(in)comunicação* a que se chegou e dessa forma fornecer um contributo para a sua melhor compreensão e eventual superação.

Este propósito conduziu assim o percurso de uma investigação cruzada, de diálogo interdisciplinar, na linha proposta por Schudson (1978) e defendida por Barbie Zelizer (2004), em que diferentes perspetivas (histórica, sociológica, filológica, cultural, política, mediática e comunicacional) se entrecruzam e completam. Foi a própria natureza do objeto de estudo que assim o impôs. Com efeito, a ideologia que no Brasil alimenta o *estranhamento* entre Portugal e o Brasil tem, como se foi constatando, origens diversas: razões históricas e sociais, luta inicial pelo controlo hegemónico, diferenciação cultural e linguística, disputa por espaço e emprego, procura de um bode expiatório para as dificuldades próprias, diferente enquadramento internacional de cada um dos países, assim atraídos para diferentes esferas de relacionamento – Portugal para a Europa, o Brasil para os EUA...

Por fim, tentou-se compreender se as relações Portugal-Brasil são relevantes, como defendem uns, ou irrelevantes, como asseguram outros, tentando responder, como se assinalou nos primeiros parágrafos desta introdução, à intrigante questão que Amado Luiz Cervo, professor da Universidade de Brasília, se coloca: “Que mistério se esconde por detrás de apreciações tão diversas? (...) Algo especial governa as relações entre Brasil e Portugal, parceria eternamente inconclusa. (...) Que mistério existe a desafiar a compreensão das relações bilaterais?” (Cervo, 2011, p. 13).

Metodologia

A concretização deste projeto não foi alheia à experiência profissional prévia do investigador: mais de 30 anos como correspondente internacional e outros oito no Brasil tratando diariamente, a diversos níveis, da problemática das relações bilaterais. Os anos de prática como jornalista conferiram-lhe largo conhecimento dos métodos de trabalho dos correspondentes internacionais e do contexto em que eles atuam, reveladores, a vários títulos, da forma como os países se comunicam ou *(in)comunicam* entre si. Por outro lado, os anos de atuação na diplomacia e de vivência direta no Brasil foram particularmente importantes pelo que trouxeram de contacto com a realidade que se pretendia estudar – as redes por onde perpassam o *estranhamento*, a comunicação e a *(in)comunicação* entre os dois países.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa bibliográfica (pesquisa de dados secundários) foi absolutamente fundamental, tendo em vista a existência de um vasto conhecimento acumulado que trata direta ou indiretamente do tema. Dada a natureza deste projeto, que muito dependia de uma compreensão diacrónica das relações Portugal – Brasil, a consulta de bibliografia produzida em diversas áreas – da História à Sociologia, passando necessariamente pela Comunicação – constituiu uma das ferramentas mais pertinentes. Dado o carácter descritivo-histórico da investigação desenvolvida, esta foi a principal via de acesso a dados fundamentais para enquadrar historicamente e elucidar o tema.

Não se identificará, no trabalho realizado, uma revisão bibliográfica, no sentido com que o termo é considerado em matéria de metodologia científica. Dada a extensão e complexidade do tema e a diversidade de perspectivas pelas quais poderia ser abordado, seria desajustado tentar abarcar ou elencar todos os recursos bibliográficos eventualmente relevantes para a questão *sub judice*.

O processo de construção do conhecimento apresentado nesta tese dependeu do exercício comparativo entre dados os mais variados e plurais recolhidos ao longo de anos de permanência no Brasil, trabalhando na área da comunicação e lidando diariamente com o tema aqui abordado. Recolha de dados colhidos nas mais variadas fontes – de testemunhos pessoais a considerações de responsáveis políticos e diplomáticos, publicistas e operacionais da informação, passando pelos diversos suportes mediáticos – jornais, rádio, televisão, cinema, novas tecnologias e redes sociais online. Informações que foram sendo sistematicamente confrontadas com a literatura que trata do tema.

Os resultados apresentados decorrem, portanto, de uma composição de sentidos própria e – espera-se – original, feita à luz de todos os dados recolhidos no decurso da pesquisa a partir de fontes diversificadas. Ao tomar por referência contributos oriundos de vários campos de saber no vasto contexto das Ciências Sociais e das Humanidades, o que se procurou fazer foi uma leitura inédita; propondo, num registo que se aproxima ao do ensaio, uma interpretação das distâncias sociais e culturais que se instalaram entre Portugal e o Brasil.

Para além da investigação bibliográfica, entendida como a pesquisa que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44), também a análise documental, enquanto consulta de fontes primárias,

designadamente jornais e redes de rádio e televisão de um e outro país, se revelou um método de particular relevância.

Finalmente, respondendo à necessidade de comprovação prática que minimamente se atribui a toda a investigação social, seguiu esta pesquisa a opção de analisar notícias veiculadas sobre o Brasil em órgãos de comunicação portugueses e sobre Portugal em órgãos de comunicação brasileiros. O principal objetivo desta análise foi o de constatar uma produção informativa considerada insuficiente e reveladora de uma ausência de estratégia e política de comunicação orientada para relações de proximidade. Procurou-se assim observar qual a cobertura recíproca e ver em que medida um e outro país estão ou não “no radar” respetivo.

Correspondendo a uma metodologia muito mais explicativa e descritiva – em busca de dados qualitativos capazes de sugerir ou sustentar interpretações originais – do que a uma metodologia de natureza experimental e/ou quantitativa, o contributo desta tese em termos de produção de conhecimento novo é ainda resultado da realização de entrevistas abertas – algumas semiestruturadas, outras deliberadamente informais (nem todas explicitamente referidas) – que serviram para consolidar ou infirmar hipóteses de trabalho e caminhos de pesquisa. Com isso, teve-se em vista obter acesso a informações de carácter difuso sobre visões consolidadas no imaginário coletivo, método particularmente caro à pesquisa social e cultural. São dados que em geral extrapolam as opiniões particulares de cada um, expressando disposições coletivas e generalizadas sobre os factos objeto da pesquisa.

Trata-se de um procedimento que o autor conhece bem do contexto jornalístico, tanto pelo seu carácter instrumental de contacto com fontes de informação, como pela sua singularidade enquanto *modus faciendi* do tratamento de dados no jornalismo em geral e na reportagem em particular.

Não deixamos, no entanto, de ter em conta a advertência de Bachelard, de acordo com o qual, o “(...) espírito científico vive na estranha esperança de que o próprio método venha a fracassar totalmente. Porque um fracasso é facto novo, uma ideia nova” (2006, p. 136). E também a sentença de Goethe: “Quem perseverar na sua pesquisa é levado, mais tarde ou mais cedo, a mudar de método” (Bachelard, 2006, p. 136).

D. Percurso narrativo da tese

Organizado em sete capítulos, o enunciado da presente dissertação – resultado de longo e aturado processo de pesquisa – foi concebido não tanto como um relatório de investigação no sentido mais literal do termo, com apresentação sistemática das etapas analíticas percorridas, mas deliberadamente construído em termos de prosa crítica e ensaio. Esse caminho narrativo do enunciado segue, no entanto, de perto o percurso da própria investigação, assinalando, ao longo da História, os momentos de confronto e rutura que geraram tensões e sentimentos mútuos que deixaram marcas, acabando por se configurar em *estranhamento* e *(in)comunicação*.

Na decorrência do estilo pessoal do autor, que se iniciou na pesquisa depois de um longo trajeto profissional no campo do jornalismo e de alguns anos na diplomacia, o registo adotado segue, portanto, um alinhamento que propõe ao leitor um percurso narrativo específico, em que o fio condutor são os acontecimentos históricos marcantes para a compreensão dos temas em análise.

Assim, no Capítulo 1, começa-se por traçar um panorama geral da atual situação em termos de posicionamento do Brasil face a Portugal e aos portugueses, deduzido a partir de vivências concretas em que o próprio autor esteve envolvido, que detetou nos média ou presenciou *in loco* ao longo dos anos que viveu no país. Uma situação oscilando entre o acolhimento e o desdém e marcada, sobretudo, pelo grande desconhecimento, a ponto de se poder afirmar que o comum dos brasileiros nem sequer associa a língua que fala com Portugal.

Em seguida, em busca das razões do *estranhamento*, o autor remonta ao início da colonização, na tentativa de começar aí já a detetar os primeiros sintomas de uma contraposição que se viria a acentuar ao longo do tempo. Partindo das descrições feitas por Caminha na célebre Carta ao Rei D. Manuel, o autor conclui que apesar do sentimento de superioridade civilizacional de que os portugueses estavam imbuídos, da comunicação fraturada e da ausência de sintonia, nada ainda aí fazia prever toda a tragédia humana e cultural de que os indígenas viriam a ser vítimas.

Esse foi, porém, já o início de uma relação complexa e ambígua em que se inicia também o processo de metamorfose dos próprios portugueses, que em contacto com o novo território, acabariam por se transformar ao ponto de se contraporem à metrópole. Logo aí começa, também, uma luta ideológica entre narrativas distintas, em que tudo o que se relaciona com o Brasil –

incluindo o próprio nome! – acaba por ser objeto de controvérsia. Como se o destino do país estivesse marcado, *ab initio*, pela ambiguidade, na incessante busca identitária de um relato alternativo, oscilando entre o prosaico e o grandioso.

Assinalada essa ambivalência original, o autor constata, no Capítulo 2, que o processo de *estranhamento* ocorreu num período longo, em que os diferentes conflitos que foram surgindo não tinham conexão entre si, não havendo, portanto, ainda, uma consciência de âmbito nacional devidamente formada.

Mas, se é certo que nenhuma das “inconfidências” ocorridas ao longo do tempo teve ainda como motivação principal e como objetivo básico o ataque ao ponto fundamental da dominação portuguesa – o exclusivo do comércio – a verdade também é que nessas revoltas se podem já detetar as origens de sentimentos de *estranhamento*, antagonismo, antipatia, ressentimento e até ódio entre portugueses da terra e portugueses vindos do outro lado do Atlântico.

No que respeita aos indígenas, a relação com os lusos vai ser sempre contraditória, oscilando entre a cooperação e a guerra, dependendo das tribos e das circunstâncias. Os portugueses puderam simultaneamente estreitar a sua “amizade” com uma parcela das populações indígenas e escravizar outras, servindo-se da própria lógica inerente às sociedades silvícolas do Brasil, concretamente, o papel que a vingança e a guerra nelas desempenhavam em termos de reiteração social e cultural.

Entretanto, no século XVIII, com as políticas pombalinas de integração, expressas no Diretório dos Índios, estes passaram a ser defendidos pelo Estado e a miscigenação tornou-se política oficial, com vista a poder contar com essas populações para a defesa e ocupação do território. Mas isso não eliminou a guerra: à medida que aumentava a necessidade de mão de obra escrava, crescia também a violência sobre os indígenas com base na chamada “guerra justa” – frequentemente mero subterfúgio invocado pelos colonos para permitir a escravização dos índios, proibida por lei. De onde se pode concluir com segurança que pelo menos parte importante da população silvícola alimentava fortes sentimentos de *estranhamento* e hostilidade para com os portugueses.

O mesmo se pode dizer em relação aos escravos negros, cujo tratamento era frequentemente desumano, conforme raro testemunho de um deles que foi possível identificar ao

longo da pesquisa. É natural por isso que, também neste importantíssimo segmento da população, indispensável para todas as atividades dos colonos, fermentassem sentimentos de hostilidade.

O processo de metamorfose dos colonos brancos foi, por seu turno, evoluindo desde uma fase inicial em que se consideravam projeção de Portugal nos trópicos, construtores pioneiros de uma Nova Lusitânia, até à construção de uma autoimagem diferenciada, para cuja elaboração foram cruciais as descrições e análises críticas de uma série de autores da época. Mas essa metamorfose inicial não se expressava ainda em antilusitanismo. O que aconteceu, como também documenta a narrativa dos primeiros cronistas, foi o surgimento de um não menos precoce sentimento de superioridade, que decorria da própria extensão do território e dos primeiros resultados positivos obtidos com a aclimatização das plantas e animais trazidos do Reino.

O nativismo vai alimentar-se dessas contradições para procurar construir uma narrativa de nascimento remoto do sentimento nacional. Mas o conceito não parece ter muita consistência, sendo usado por grande diversidade de autores para designar realidades diferentes.

A conclusão que daí se pode tirar é, portanto, matizada – *nem irredentismo utópico alimentado pelo nativismo da historiografia brasileira, como se o desejo de independência tivesse estado presente desde o início da colonização* – ou mesmo antes, partindo da configuração da imaginada “Ilha Brasil”, como se o corpo da Pátria já prefigurasse o seu destino manifesto – *nem total compaginação dos colonos com o Reino ao longo dos séculos*. Antes uma evolução progressiva e muitas vezes contraditória entre fidelidade absoluta à Coroa e afirmação da própria identidade, cujo início, embora possa ter-se manifestado antes, só verdadeiramente começa a emergir e consolidar-se – ainda que de forma esparsa e diferenciada de região para região – apenas no século XVIII. E vai ainda precisar de mais um século para plenamente se desenvolver e acabar finalmente por, de início a contragosto, ponderar a separação.

No Capítulo 3, o autor passa em revista a transição do Brasil de colônia a centro do Império, sinalizando os sentimentos contraditórios que esse processo originou, suscitando, mais uma vez, um duplo movimento de atração e repulsa em relação a Portugal.

Entre meados do século XVIII e começos do século XIX, o Brasil vive um período particularmente agitado entre dois polos: por um lado, reforço das políticas ilustradas da Monarquia; por outro, movimentos de revolta nos principais centros – Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco... Os abalos que, nessa época, sacudiram o domínio das potências coloniais

– Inglaterra, Espanha, Holanda, Portugal... – e a política mercantilista até aí dominante, com o seu regime de monopólios, privilégios, restrições ao comércio e à produção local, indicam tratar-se de fenómeno global.

Entretanto, no Brasil, as ideias de revolução ainda só agitavam certas camadas ilustradas dos meios urbanos, com acesso à informação e esbarravam sempre no receio de uma revolta de escravos. Em todos os movimentos sediciosos acabou assim por prevalecer a opinião dos que eram contrários à emancipação. A escravidão constituía o limite do liberalismo no Brasil. Um limite que – salvo situações excepcionais de maior contraposição ou conflito – acabava até por aproximar os dois grandes extratos sociais das camadas dirigentes: a nobreza da terra e os reinóis.

Nessa medida, o liberalismo europeu e o nacionalismo ficavam contidos e com eles também o *estranhamento*. De qualquer forma, as “Inconfidências” de finais do século XVIII, começos do século XIX, não podem deixar de ser interpretadas, no mínimo, como sinais de um profundo mal-estar, tendo abalado seriamente o poder instituído. Abriram uma fenda que nunca mais viria a ser inteiramente preenchida.

É nesse cenário de repetida agitação – que se manifesta a partir do início do século XVIII, muito antes ainda da vinda da Corte e da elevação do Brasil a Reino – que os círculos dirigentes portugueses equacionam, em meados dessa centúria, a possibilidade de conferir/reconhecer ao Brasil um estatuto acrescido no contexto da Monarquia lusa pluricontinental, dentro de uma visão estratégica inovadora para a qual iriam tentar atrair as elites locais. Decididamente, o Brasil assumia uma importância acrescida no contexto do Império.

A viragem histórica que se opera em seguida, já no começo do século XIX, com a inédita transladação da Corte para o Brasil, acentua esse movimento e dá até origem, num primeiro momento, entre as elites locais, a sentimentos de “patriotismo imperial”. Simultaneamente, opera-se uma fratura – enquanto o Brasil se transformava de colónia em centro do poder imperial, Portugal via-se relegado a uma posição secundária, uma situação instável que obrigava o Rei a pôr em prática políticas contraditórias. Orientações diversas que acabavam por não agradar a nenhum dos lados. Foi então que se acentuaram ressentimentos mútuos, começando a desenhar-se uma incompatibilidade de interesses difíceis de conciliar.

Por outro lado, apesar do sentimento de “patriotismo imperial” que de início tomou conta das elites, o novo reordenamento não foi do agrado de muitos fora dos círculos dominantes

organizados em torno da capital. Quando se tornou patente que o novo polo centrado no Rio de Janeiro em torno da Corte deixara de ser apenas mais um entre outros centros de poder equivalentes, para se tornar sede hegemónica do conjunto, as reações surgiram com força.

Ao mesmo tempo, na metrópole, crescia também o descontentamento, chegando a haver quem propusesse uma união com Espanha como alternativa ao Reino Unido. Tais propostas mostram a que ponto chegara, nalguns círculos económicos, sociais, políticos e mediáticos portugueses, a rejeição à opção pela ligação com o Brasil feita pela Monarquia. O *estranhamento*, aqui, avançava um grau. E era português em relação ao Brasil.

No Capítulo 4, o autor descreve os numerosos *estranhamentos* que se haviam acumulado e acabaram por conduzir à cisão entre os “portugueses de um e outro hemisfério”.

Tudo somado, ao cabo de três séculos de colonização, e apesar de importantes atenuações proporcionadas pela miscigenação, era, com efeito, possível identificar, no começo do século XIX, todo um conjunto de *estranhamentos* mais ou menos consolidados: civilizacional entre brancos e indígenas, social entre senhores e escravos; da população branca face à crescente população mestiça; político entre as diferentes elites brancas da colónia; de várias ex-capitanias (depois províncias), sobretudo do Norte-Nordeste, face ao Rio de Janeiro enquanto nova sede da Corte, percecionada como réplica/continuação do antigo centro metropolitano; entre as diferentes partes dos “Brasis” (expressão utilizada pelos ingleses em relação ao território) – cada uma vendo-se como unidade própria com interesses específicos, relacionando-se pouco e conhecendo-se mal entre si; e, por fim, *estranhamento* geral crescente face ao Antigo Regime, opondo o conjunto dos grupos sociais locais, mesmo quando rivais, à administração do Reino.

Mas também havia fatores de coesão: miscigenação generalizada, num contraditório processo de metamorfose do português em brasiliense e, depois, em brasileiro, longamente maturada e processada; crescente integração; um processo de acumulação endógena; uma nova dinâmica de redescoberta e estudo das diferentes regiões num processo de otimismo desenvolvimentista e de modernização económica baseado na crença renovada nas possibilidades da razão e da ciência, em que foram envolvidas as elites locais, aproximando-as do centro político do Império. Outro fator muito importante de coesão era a formação dos filhos das elites coloniais na Universidade de Coimbra (que se prolongaria até 1850), onde os jovens adquiriam um conjunto coerente de valores, conhecimentos e quadros de pensamento que eram igualmente património

da juventude da metrópole com a qual conviviam nesses anos de estudo. Dessa forma, as elites luso-brasileiras acabavam por partilhar uma cultura político-ideológica comum.

Os elementos de reforço da unidade não tiveram, entretanto, tempo suficiente de se consolidar, desestabilizados que foram por desenvolvimentos posteriores que agravaram os fatores de *estranhamento* entre os principais grupos socioeconómicos de um e outro lado do Atlântico. No final da segunda década do século XIX, quando já eram mais que expressivos os prejuízos com que se viam confrontados os comerciantes lusos, a imprensa portuguesa sediada em Londres, dando expressão aos setores económicos portugueses que a sustentavam, já se questionava abertamente sobre as vantagens da ligação com o Brasil. Nela se expressam então sentimentos que levam a admitir a separação das duas partes do Reino.

Para os colonos, que sempre haviam sofrido com a dilacerante dicotomia existente entre a sede do seu enraizamento no território e a sede ausente da respetiva legitimidade, situada do outro lado do mar, a vinda da Coroa tendia obviamente a desfazer o *estranhamento*; mas, para os portugueses da Europa, era justamente o contrário que acontecia – a saída da Corte abria uma fratura, um vazio difícil de entender e colmatar, gerando um movimento no sentido de repor o *status quo ante*. Assim, e por mais paradoxal que possa parecer, por contrariar ideias feitas muito divulgadas e naturalizadas no senso comum, num primeiro momento, é Portugal que tenta libertar-se do Brasil, pelo menos de uma situação considerada asfixiante e até humilhante em termos nacionais.

Depois da Revolução do Porto de 1820 e da instauração do liberalismo em Portugal, os deputados brasileiros eleitos para as Cortes de Lisboa ainda começarão por defender a continuação do Reino Unido; mas quando entre os deputados portugueses acabou por predominar a ala integracionista, que queria à viva força recentralizar o Império em Lisboa, retirando ao Brasil as prerrogativas de que já desfrutava desde a ida da Corte para o Rio de Janeiro e a posterior elevação a Reino Unido, a conciliação de interesses mostrou-se impossível. É então que, face à discordância dos brasileiros com tais propostas, soa da tribuna das Cortes a exclamação desdenhosa do líder vintista Fernandes Tomás: “Adeus, Senhor Brasil!” O que acontecia era já um *estranhamento* e uma *(in)comunicação* entre portugueses de um e outro lado do Atlântico ditados pelas diferentes circunstâncias e interesses que geravam interpretações opostas.

Consumada a separação – constata o autor no Capítulo 5 – no complexo e contraditório processo de criação da sua própria “comunidade política imaginada”, vai ocorrer no Brasil, em torno da análise e interpretação dos factos então ocorridos - como (quase) sempre acontece nos temas que envolvem Portugal – uma acentuada disparidade de conclusões. Historiadores e sociólogos dividem-se profundamente sobre o sentido dos acontecimentos e em particular sobre a herança portuguesa, cuja valoração oscila entre herança benigna e pesado fardo.

É neste contexto de visões contraditórias sobre a Independência que vão surgir, a partir de 1822, atitudes igualmente contraditórias em relação aos portugueses no Brasil. Por um lado, reconhecimento da existência de “laços de sangue” entre os dois países e, nessa base, construção de uma retórica oficial de relações de parentesco (filiais ou fraternais), levando à concessão de privilégios legais, distinguindo os cidadãos portugueses positivamente dos restantes estrangeiros; por outro, frequente expressão de sentimentos de hostilidade e intolerância, chegando muitas vezes à violência.

O que acabou por dominar e deixar um traço na memória coletiva foi o tom de intolerância nacionalista dos confrontos, opondo “brasileiros” de um lado e “portugueses” do outro, forjando-se assim, progressivamente, uma ideologia nacionalista em que a identidade brasileira surgia *ab initio* como contrastante com a identidade portuguesa.

O antilusitanismo, que já havia permeado o ano fulcral de 1822, acabaria por cristalizar-se e consolidar-se – por força das interpretações negativas sobre a herança portuguesa feitas por sociólogos e historiadores cultivadas depois nas universidades, interiorizadas no ensino e repetidamente divulgadas nos média – como verdadeiro fator constituinte intrínseco da própria identidade nacional brasileira.

O sentimento dominante que resultava dos confrontos e episódios sangrentos e das contínuas fricções diplomáticas era o reforço da contraposição entre “brasileiros” e “portugueses”, a que já se vinha assistindo desde a Independência, consolidando cada vez mais a noção de que ser brasileiro implicava, de alguma forma, contrapor-se ao português.

Quando o envolvimento de D. Pedro, I para os brasileiros, IV em Portugal, nas questões portuguesas, a seguir à morte de D. João VI, em 1826, deixou pairar a suspeita de que poderia haver uma reunificação, os confrontos e as suscetibilidades ofendidas acentuaram-se. Foi então que a palavra *brasileiro* passou a adquirir o seu sentido moderno, como expressão de uma

identidade coletiva social, política e cultural diferenciada, que se distinguiu, antes de mais, por ser antilusitana.

Tudo se agravaria ainda mais a partir da proclamação da República, em 1889, quando os comerciantes portugueses já estabelecidos, por um lado, e os emigrantes lusos recém-chegados em massa, por outro, passaram a ser alvo fácil para canalizar o descontentamento das populações e assim reforçar o apoio ao novo regime. Quanto mais notória era a presença de portugueses e quanto mais se acentuava a concorrência que eles exerciam no mercado de trabalho, mais crescia a hostilidade para com eles. A contraposição atingiu o auge quando em 1894 navios de guerra portugueses ao largo do Rio de Janeiro acolheram e concederam asilo aos marinheiros da esquadra que se haviam revoltado meses antes, o que levou o presidente Floriano Peixoto a decretar o corte de relações com Portugal.

O corte de relações vai contribuir para o clima de acirramento antilusitano que já vinha sendo fomentado pelos “radicais da república”, os jacobinos. Mas era também mais do que isso – ficava a assinalar uma viragem na política externa brasileira, colocando os dois países em esferas geoestratégicas diferentes, com profundas consequências de longo prazo para o relacionamento bilateral, para seu mútuo *estranhamento* e *(in)comunicação*.

O veio de simpatia lusófila não estava extinto, mas quem dava o tom, nesse final do século XIX, era decididamente a lusofobia, com o “jacobinismo” a elevar ao extremo a agressividade antilusitana, numa clara tentativa de excluir os portugueses do processo de construção da Nação, na altura ainda não consolidado. Nesse complexo e contraditório processo de autoidentificação, o Brasil, pela necessidade de se distinguir e construir a sua própria identidade, procurou/procura retirar importância a Portugal na construção/invenção da sua “comunidade imaginada”. É então que definitivamente se fixa e consolida o estigma antiportuguês.

O Capítulo 6 trata já da disputa identitária que se seguiu à separação. No próprio momento em que D. Pedro proclama a Independência, fica registado em relação a Portugal e aos portugueses, por parte do Brasil, um duplo e ambivalente sentimento de atração e repulsa: reconhecimento de afinidades e proximidade, por um lado; desconfiança, azedume e ódio, por outro.

Esse será, a partir daí, um padrão que irá estar (quase) sempre presente nas relações do Brasil com Portugal: retórica oficial de “laços de sangue” e continuado favorecimento jurídico

através da outorga de privilégios legais aos portugueses, invocando afinidades étnicas, religiosas e de costumes, a par de repetidas manifestações de ressentimento antilusitano, particularmente acentuadas, como vimos, na Primeira República.

Afirmada no próprio momento da separação e reiterada por mais de um século – de 1822 até final do Estado Novo de Vargas, em 1945/1946, quando a preferência explícita pelo imigrante português (isento das restrições impostas à entrada de estrangeiros no país e equiparado aos brasileiros para efeitos de povoamento do território) teve consagração constitucional que se manteve até hoje – essa dupla atitude como que passou a fazer parte constitutiva do ADN da identidade nacional brasileira, num misto inextricável de rejeição e simpatia. De tão repetida, naturalizou-se e – pode dizer-se – está na medula da nacionalidade, expressando, ao fim e ao cabo, a contraditória relação dos brasileiros consigo mesmos no que respeita à íntima relação que – consciente ou inconscientemente – ainda mantêm com o que resta da parcela lusíada de si próprios.

Uma certa dualidade de juízos pode também ser constatada entre a intelectualidade portuguesa da época, oscilando entre o encómio da literatura brasileira – em particular da poesia – e o manifesto desprezo pela incultura das massas, apesar de ser no Brasil que os literatos lusos, dada a escassez do mercado interno em que reinava o analfabetismo (superior a 76%) – encontravam muitas vezes o “suplemento de alma” que na pátria lhes faltava.

De qualquer forma, as diferenças entre as literaturas e em geral as culturas de um e outro país não deixaram de se acentuar, tendência de que são expressão as polémicas acerbadas e mutuamente ofensivas travadas por sobre o Atlântico, envolvendo figuras de destaque das letras de um e outro país. Essas polémicas eram já reflexo da animosidade que se havia criado ao longo do século XIX, ao mesmo tempo que a realimentavam. Basicamente, republicanismo e antilusitanismo andaram juntos, uma vez que o combate ao regime monárquico se fazia com esta vertente de procurar uma alternativa ao modelo português, tido como sinónimo do atraso, quando o que se pretendia era uma sociedade moderna e industrial, mesmo que autoritária.

Os intelectuais portugueses da época pressentiram esse desenvolvimento, tendo reagido com desconfiança e até desagrado à proclamação da República. Para Oliveira Martins, por exemplo, tratava-se, “além de um ato de insensatez, uma ingratidão” que poderia macular o futuro

da “melhor obra lusitana na história” e afinal pôr em perigo a existência de uma idealizada comunidade luso-brasileira.

A intelectualidade lusa não se enganava – *com a proclamação da República de inspiração positivista radical, o Brasil passou a propor-se operar um autêntico corte epistemológico com o passado, por forma a lançar os fundamentos e construir uma identidade nacional própria em termos não só políticos e económicos, mas também culturais – o que significava romper com as raízes portuguesas.* Já não era apenas o “de Portugal nada queremos” proclamado num momento de ira contra as Cortes liberais portuguesas por D. Pedro, mantendo depois os “laços de sangue” da Monarquia. Agora, era muito mais do que isso – era voltar costas à Europa, virar-se para a América e cortar com as raízes portuguesas em todos os domínios.

A corrente lusófila reagiu: conjugando esforços com a forte comunidade portuguesa no Brasil – com a sua imensa rede de associações, clubes e instituições de Beneficência abertas ao público brasileiro de uma forma geral – e em parceria com alguns intelectuais portugueses, concebeu todo um plano de (re)aproximação entre os dois países e chegou mesmo a alimentar o sonho de uma Federação Luso-Brasileira. A criação de uma revista conjunta de difusão transatlântica tratando de temas de cultura e política – a Atlântida – ficou como um dos marcos desse projeto.

Em Portugal, a ideia de uma aliança com a antiga colónia foi exposta publicamente em 1909, numa conferência proferida por Coelho de Carvalho na Academia de Ciências de Lisboa. Logo depois, o presidente da Sociedade de Geografia, Consiglieri Pedroso, propôs um plano que ficaria conhecido por Acordo Luso-Brasileiro, o qual contemplava um largo conjunto de medidas no sentido da aproximação entre os dois países.

Este foi, talvez, o projeto de aproximação luso-brasileira mais completo jamais delineado. Não passaria, porém, do papel, nem teria mais desenvolvimentos dada a instabilidade política surgida na sequência da queda da Monarquia portuguesa (1910), o adensar das tensões internacionais e o desencadear da Primeira Guerra Mundial, pouco depois. Além disso, o projeto, embora tivesse o apoio, no Brasil, da ala lusófila, defrontou-se com a forte oposição dos setores lusófobos e da imprensa jacobina, que responsabilizavam a colonização portuguesa pelo atraso económico, social e cultural do país.

Por fim, no Capítulo 7, ao cabo de todo esse percurso histórico em que se foram assinalando movimentos de aproximação e distanciamento e cristalizando sentimentos de simpatia e antipatia mútuas, no contraditório processo de formação da identidade nacional brasileira, o autor analisa o próprio cerne do *estranhamento* e da *(in)comunicação* Portugal-Brasil. O lugar da fala de cada um é distinto e os interesses e perspectivas de futuro que a sustentam, opostos. Daí que as propostas de renovar o “universo mental” luso-brasileiro que por vezes surgiam por parte da intelectualidade lusa fossem quase sempre mal recebidas e repudiadas do outro lado do Atlântico, onde tendiam a ser vistas como tentativas abertas ou disfarçadas de recolonização ou sujeição intelectual.

A Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, foi um marco – um divisor de águas que – contra todos os esforços da lusofilia, da Comunidade Portuguesa e da intelectualidade lusitana – ficou a marcar o afastamento do Brasil mental em relação a Portugal. O antilusitanismo atingia aqui o zénite. Num clima marcado pela modernização e pela industrialização, o Brasil rejeitava as suas raízes agrárias de matriz lusitana. No primeiro centenário da Independência, era como se esta fosse novamente proclamada – um Ipiranga 2, em que o país se desfazia agora por completo do velho Portugal. Não só politicamente, como um século antes, mas – mais importante ainda – do ponto de vista cultural e identitário.

Não existe, no Brasil, propriamente equivalente da chamada “Lenda Negra” que lançou intensa sombra de condenação sobre a colonização espanhola da América. Mas há, no entanto, uma crítica generalizada difusa de idêntico teor sobre a colonização portuguesa que percorre os manuais escolares e os materiais de divulgação de uma forma geral. A repetição frequente de certos factos ou asserções críticas de historiadores e sociólogos passou mesmo a integrar a narrativa dos mediadores, tornando-os praticamente lugares comuns que sempre afloram cada vez que – por este ou aquele motivo, a propósito ou a despropósito – se lembra o lado nocivo da colonização lusa.

Não espanta, por isso, que os brasileiros de hoje não se vejam como continuadores dos portugueses de ontem que ali chegaram – primeiro, no século XVI, como pioneiros das grandes navegações marítimas; depois, nos séculos XVI e XVII, como conquistadores, desbravadores e colonizadores do território; em seguida, no século XVIII, como protagonistas da primeira grande corrida ao ouro do Ocidente, que precedeu de dois séculos a do Far-West; e por fim, já nos séculos

XIX e XX, em sucessivas levas de imigrantes em busca de um futuro melhor que não encontravam na sua própria pátria. Haverá aí maior *estranhamento*? Não se reconhecendo herdeiros dos lusos – nem filhos, nem irmãos – e alimentando uma narrativa de autocolonização – atribuindo aos portugueses todos os males e raramente lhes reconhecendo algum valor (a não ser em tempos remotos, antes da colonização propriamente dita ou apenas no início dela, no que respeita à miscigenação) - *os brasileiros acabaram por construir a sua identidade, ab initio, por contraposição a Portugal e aos portugueses, nos quais viam o Outro que eles não queriam ser*. Uma vez historicamente consolidado – reforçado pela escola e pelos média – esse *estranhamento* não podia deixar de gerar *(in)comunicação*.

Capítulo 1

Raízes remotas do estranhamento e da (in)comunicação

“a descoberta da América, ou melhor, a dos americanos, é sem dúvida o encontro mais surpreendente de nossa história. Na "descoberta" dos outros continentes e dos outros homens não existe, realmente, este sentimento radical de estranheza.”

Tzvetan Todorov, *A conquista da América: a questão do Outro*, 1982

Embora a consciência de que Portugal e Brasil serão efetivamente menos próximos em termos sociais, culturais e políticos do que parecem propor os discursos em torno de uma ideia de Lusofonia seja hoje mais evidente que no passado, a verdade é que as raízes do afastamento terão extensões a um tempo bem longínquo. Neste capítulo, procura-se, a partir da própria experiência pessoal do autor, desconstruir esse quase mito sobre a suposta “irmandade” entre os dois povos e recuar ao início de uma relação que talvez tenha estado sempre marcada por um certo sentimento de estranheza mútua e, portanto, por uma dificuldade de encetar gestos de comunicação plena.

1.1. Situação atual: entre a crítica e o esquecimento

Como se referiu na nota introdutória, o autor chegou ao Brasil em agosto de 2004 para assumir as funções de conselheiro de imprensa da Embaixada de Portugal, ainda sob o impacto de duas imagens/ideias fortes de aproximação entre os dois países: a) o acolhimento caloroso

que lhe fora dispensado, o ano anterior, na sequência da colaboração prestada à TV Cultura de São Paulo, durante a Guerra do Iraque, que fez dele, durante algum tempo, um correspondente luso-brasileiro⁹; e b) o forte incentivo ao sentimento de orgulho nacional e à amizade entre os dois países proporcionado pelo então técnico da Seleção Nacional Brasileira de Futebol, Luís Felipe Scolari, agitando as bandeiras dos dois países durante o Euro2004¹⁰. Cedo seria, porém, o autor confrontado com outra realidade, outras imagens de sinal contrário.

Primeiro, o grande desconhecimento sobre Portugal de boa parte da população brasileira, que um pequeno episódio da vida corrente ilustra bem: quando, pela primeira vez, o autor entrou para abastecer o automóvel num posto de gasolina em Brasília, a jovem empregada, notando que havia algo de diferente na sua pronúncia, perguntou-lhe, intrigada: “Você fala muito bem português... De onde é que você é?”. Falando pausadamente, abrindo e destacando as sílabas para ter a certeza de ser bem compreendido, o autor respondeu-lhe com outra questão: “Sendo da Europa e falando esta língua, de onde você acha que eu sou?”... Ela revirou os olhos, franziu a testa, refletiu e arriscou: “Da França...?” Portugal nem sequer lhe passou pela cabeça, tendo que ser o autor a dar-lhe a solução, que, para ela, não era nada óbvia.

Dias antes, ao desembarcar, ao cabo de 10 horas de voo sobre o Atlântico, o autor experimentara aquela sensação, misto de orgulho e conforto (que os ingleses devem sentir um pouco por todo o mundo) de quem vê a sua língua falada noutra continente. Caramba! – Ali estava a pátria portuguesa projetada do outro lado do mar!

No episódio da gasolinera, porém, e como que em contraponto, começaria a constatar com espanto uma realidade bem diferente: por norma, Portugal não está no radar do Brasil e o comum dos brasileiros, o chamado “Povão”, nem sequer relaciona a língua que fala com o país de onde ela procedeu. Essa foi a primeira de uma série de lições que o autor colheu sobre as relações luso-brasileiras. Outra foi constatar que os portugueses não são apenas e ainda a grande vítima das anedotas, mas – mais grave do que isso – também verdadeiro bode expiatório sempre que se trata de apontar responsáveis pelos males do Brasil. Da burocracia à corrupção e ao

⁹ Ver entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, disponível aqui: http://tvcultura.com.br/videos/13134_carlos-fino-12-05-2003.html

¹⁰ Ver algumas referências aqui: <http://www.fellegger.com.br/noticias/scolari-vai-disputar-seu-4o-jogo-entre-brasil-e-portugal/> e também aqui: http://news.bbc.co.uk/sport2/hi/football/photo_galleries/4950152.stm

nepotismo, da destruição da Mata Atlântica ao dizimar dos índios, passando pela escravidão e o atraso económico e social, não há grande problema passado ou presente do Brasil que, no entender da generalidade dos brasileiros, não tenha a sua raiz na colonização portuguesa.

Num trecho de *O Sol e a Sombra*, Laura de Mello e Souza revela qual era a atitude dos jovens intelectuais da sua geração em relação à herança colonial portuguesa:

discussões intermináveis sobre a dor e o azar de ter feito parte do império português. No limite, lamentava-se o fracasso do empreendimento colonizador dos holandeses no Nordeste, pois, se bem-sucedidos, os batavos possivelmente teriam sido capazes de nos dotar de administração mais competente; ou olhava-se com uma ponta de despeito para as colônias hispânicas, melhor conduzidas por um Estado que, apesar de tão burocrático quanto o português, soubera lidar com a descentralização, atribuindo papéis às elites locais e não temendo a criação *in loco* de instituições de vários tipos, como as universidades e os tribunais regionais do Santo Ofício. (Souza, 2006, p. 30)

Cultivada nos meios académicos por uma sociologia de inspiração marxista, estruturalista e nacionalista que há muito desconstruiu e destronou a lusofilia de Gilberto Freyre, a ideologia que atribui os males do Brasil aos portugueses está largamente disseminada entre as elites, cristalizou-se no ensino e nos média e passou, por essa via, a integrar o senso comum da população. Dos inúmeros exemplos que poderíamos citar, assinalamos cinco, ocorridos ao logo do período de vivência no Brasil, os quais chamaram a atenção do autor e traduzem bem esse tipo de atitude:

a) Entrevista de D. Paulo Evaristo Arns

Logo no início do seu trabalho como conselheiro de imprensa na Embaixada de Portugal, em 2004, deparou o autor com uma entrevista de Dom Paulo Evaristo Arns ao jornal *O Globo*, em que, a propósito do lançamento da sua autobiografia, o arcebispo emérito de São Paulo, entretanto falecido (2016), referindo-se aos erros que o país não deveria voltar a cometer, concluía: “Esses erros foram cometidos a partir dos portugueses que descobriram o Brasil e mandaram para cá a escória da sociedade, os menos preparados, os menos desejados em Portugal. (...) Portanto, acho que Portugal tem tanta culpa como o Brasil.” (sic!).¹¹

¹¹ Anotação pessoal feita na época - link não disponível.

b) Declarações do empresário Carlos Jereissati

Em 2007, o empresário Carlos Jereissati, um dos mais influentes e bem sucedidos homens de negócios do Brasil, também deixava transparecer abertamente uma nota de sentimento antilusitano. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Jereissati não só expressava dúvidas sobre as capacidades financeiras da Portugal Telecom – que então pretendia adquirir a brasileira Telemar e integrar o que poderia vir a ser o maior grupo de telecomunicações do Brasil (um projeto acarinhado na altura pelos governos dos dois países) – como expressava o seu desdém pelo empresariado lusitano, aparentemente por simples questão de nacionalidade: “Mas do que estamos falando? De uma empresa nacional ou de um travesti luso-brasileiro? Se é para ter um sócio desnecessário, com dinheiro, prefiro os anglo-saxões. Se for para acrescentar charme à companhia, prefiro os franceses.” (Jereissati ironiza o interesse da Portugal Telecom por Telemar, *Folha de S. Paulo*, 2007, 9 de agosto).

c) Vídeo de Maitê Proença

Veio depois um dos casos mais chocantes – o do vídeo de Maitê Proença (filmado em 2007 e exibido em 2009, no programa *Saia Justa*, da TV Globo) em que a atriz dá curso a alguns dos habituais lugares comuns antiportugueses: a) desvalorização: chamando Sintra de “uma vilazinha perto de Lisboa” (sic); b) suposta ignorância lusa: um número 3 colocado o contrário no topo de uma porta; c) sarcasmo em relação ao sotaque, imitado em tom depreciativo; d) suposta burrice e atraso: no hotel 5 estrelas em que estava instalada, não havia um técnico de informática; e) tudo coroado com um gesto de profundo desprezo: Maitê cuspiendo numa fonte do Mosteiro dos Jerónimos...¹² O episódio culmina depois com Maitê, já em estúdio, em riso desbragado compartilhado com todas as colaboradoras habituais do programa – um *talk show* voltado para o público feminino – incluindo a apresentadora, a jornalista Mônica Waldevogel.

d) Comentário de Dilma Rousseff

Outro episódio marcante registou-se no Verão de 2010. Em visita à Europa, poucos meses antes de ter sido eleita, a ex-presidente Dilma Rousseff, quando os jornalistas brasileiros que a

¹² Vídeo de Maitê 1: <https://www.youtube.com/watch?v=5DpIV05zRx8;> Vídeo de Maitê 2: <https://www.youtube.com/watch?v=oJhn-YegQkE>

acompanhavam lhe disseram que haviam passado por ali uns portugueses que os confundiram com argentinos, comentou: “Só mesmo portugueses para confundir brasileiros com argentinos...”¹³. A partilha do lugar comum generalizado no Brasil de que “os portugueses são burros” era aparentemente uma forma fácil de a então ainda candidata tentar estabelecer empatia e ultrapassar o habitual distanciamento crítico dos média.

e) Comentários de Arnaldo Jabor

Outro episódio ainda ocorreu no começo de 2012. Ouviu então o autor na rádio CBN, da rede Globo, uma das mais influentes do país, um dos seus principais colunistas, Arnaldo Jabor, afirmar, a propósito da crise na Europa, que “os portugueses são preguiçosos”... Apenas mais um dos seus costumados apartes pouco lisonjeiros para com Portugal¹⁴.

Em suma: sempre que a ocasião se apresenta, intelectuais, académicos, jornalistas, responsáveis religiosos e políticos brasileiros de diferentes quadrantes raramente perdem a oportunidade de lançar mais uma acha para a fogueira do antilusitanismo difuso, muito enraizado, prontos a evocar a herança negativa da colonização portuguesa e só muito raramente lembrando o que poderia eventualmente ser apresentado como o seu legado positivo – um país imenso e rico, unificado sob a mesma língua, que soube evitar a fragmentação da América hispânica.

O episódio do programa *Saia Justa*, mencionado acima, é particularmente significativo por revelar à sociedade como o sentimento de desqualificação de Portugal e dos portugueses está arreigado em largas camadas sociais do Brasil, designadamente nas classes médias urbanas. Tão arreigado que as próprias intervenientes (a começar pela atriz, visita frequente de Portugal, onde sempre foi bem acolhida e desfrutou de generosos contratos e a terminar na jornalista apresentadora, profissional responsável, com créditos firmados no panorama mediático brasileiro)

¹³ Anotação pessoal – link não disponível

¹⁴ Cineasta, dramaturgo e jornalista brasileiro, Arnaldo Jabor mantém na rádio CBN, da rede Globo, uma rubrica diária de comentário em que cultiva um estilo desabrido e iconoclasta, onde as referências e apartes negativos sobre herança colonial portuguesa são uma constante. Em 4 de fevereiro de 2016, por exemplo, afirmava: "Assim fomos colonizados e criados. Tudo que estamos vendo (a confusão política, a vaga de corrupção) é a explosão de 400 anos de absurdos históricos". Outro exemplo, registado no dia 11 de julho de 2017: “O salvacionismo é um dos credos que Portugal nos legou há séculos!” Registo áudio disponível aqui: <http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/102449/com-temer-absolvido-lula-cresce.htm>

não se apercebem sequer do carácter ofensivo e xenófobo do seu exercício, vivendo-o naturalmente como se fosse um episódio menor de puro humor. É isso que revela o pedido de desculpas que se seguiu, da parte de Maitê Proença, que, para se defender, acabou por confessar e reivindicar... a sua origem lusitana! Aspeto que vale a pena sublinhar por revelar o carácter contraditório da situação: afinal, ao menosprezar e ridicularizar os portugueses, Maitê estava a menosprezar-se e ridicularizar-se a si própria.

Ignorância e desdém

Como acontece, aliás, com muitos brasileiros, talvez mesmo a grande maioria, quando – de forma benévola ou malévola – cultivam esse antilusitanismo difuso de que estão impregnados, sem se darem conta de como, quando e porquê ele se formou e, sobretudo, sem se aperceberem de que estão afinal a subvalorizar-se a si mesmos – tão apagada neles se encontra a consciência da sua (na maior parte dos casos) direta ou indireta origem portuguesa.

O antilusitanismo parece estar tão enraizado que chega a haver autêntico desdém pelas coisas portuguesas, como reconheceu Marcelo Coelho, articulista e membro do conselho editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, um dos mais importantes do país, quando, em 1999, escreveu sobre o lançamento de *Mitologia da Saudade*, primeiro livro de Eduardo Lourenço publicado no Brasil. Antes de assinalar a inteligência e a sóbria subtileza “desse grande ensaísta”, o crítico brasileiro sentiu necessidade, para se legitimar perante os seus pares e o público intelectual para quem escreve(ia), de afirmar o seguinte:

“Um livro sobre a saudade, escrito por um intelectual português, tem tudo para provocar reacções alérgicas no público brasileiro. *Não há coisa a que sejamos mais refratários do que à cultura portuguesa*. Para nós, é quase uma contradição nos próprios termos. Fernando Pessoa e José Saramago só passaram por nossa alfândega porque recalcámos a lusitanidade deles (...) Tomamos posse virtual desses dois grandes escritores portugueses, portanto, sem abandonar nossa *estranheza*, nosso *desdém*, pela lusitanidade” (destaques do autor da tese). (Coelho, 1999)

No mesmo sentido vão os termos de uma resenha da autoria de Igor Machado, então doutorando da Unicamp, publicada em 2002, sobre o livro do ensaísta português Alfredo Margarido, *A Lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Claramente em consonância com as ácidas críticas formuladas pelo autor português ao conceito de Lusofonia, caracterizado

como instrumento ideológico ao serviço de um suposto projeto de recuperação da hegemonia imperial portuguesa perdida – tese igualmente sugerida por Vitor de Sousa em *Da portugalidade à Lusofonia* (2017) –, Machado vai ainda mais longe, chegando a ver nas posições de defesa da variante brasileira da língua apresentadas por Margarido uma outra forma – mais insidiosa porque crítica – de prosseguir o lusocentrismo (Machado, 2002).

Na opinião de Machado, para o leitor brasileiro o tema da Lusofonia “praticamente não faz o menor sentido”. Segundo ele, “para os países africanos recém-saídos do – e destruídos pelo – período colonial, a temática lusófona é no mínimo repugnante”, alertando-os a não jogar esse jogo (da Lusofonia), que considera uma “armadilha terrível”, objeto já do “grande desprezo da opinião pública brasileira” (Machado, 2002, p. 234)

Esquecimento e rasura

Mas a crítica jocosa ou ressentida para que apontam os termos utilizados (“desdém”, “grande desprezo”, “repugnante”...) em que se atribui grande importância a Portugal, ainda que negativa – é apenas um dos polos entre os quais o Brasil oscila em relação a Portugal. O outro é o permanente esquecimento, o rasurar, consciente ou inconsciente, da sua raiz portuguesa.

Em Brasília, viu o autor, certa vez, no Centro Cultural do Banco do Brasil, uma exposição sobre o “barroco brasileiro” em que não havia uma única referência a Portugal. Como se o barroco do Brasil não tivesse tido origem do outro lado do Atlântico e o seu principal expoente, o escultor Aleijadinho, se não chamasse António Francisco Lisboa e não fosse filho natural do respeitado mestre de obras português Manuel Francisco Lisboa com uma escrava negra¹⁵.

Escrevendo sobre o grande escultor de Minas do período barroco, em vez de esquecer ou ignorar, Mário de Andrade (1893-1945) preferiu antes acentuar a força crescente que a cultura local passara a ter sobre a própria metrópole a partir de meados do século XVIII, justamente o período em que decorreu a vida do Aleijadinho (1730-1814):

É muito forte a influência humana que a Colônia principia exercendo sobre a Metrópole. O Judeu revoluciona os portugueses com os remoques dele. Matias Aires fora colher no “jardim da Europa” as cravinas da vaidade que na São Paulinho daquela época não tinha vergel que desse. As liras de Gonzaga fazem furor em Portugal, muito relidas e muito cantadas. A modinha então nem se fala! E as açafatas de D. Maria, nem bem pilhavam

¹⁵ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u69427.shtml>

um momento de recreio, pronto: caíam na modinha. Caldas Barbosa, apesar de mestiço, é aplaudidíssimo nas reuniões e serenins de Lisboa. E apesar de padre, é pelas modinhas que consegue aplauso. Os próprios estrangeiros, que nem põem reparo que a cantiga brasileira encanta mais que a portuguesa por apresentar “uma maior variedade e uma alegria tão franca e ingênua como a nação originadora dela.” E era também da seiva da Colônia que principiava se elaborando, lundusado e lambusado de nossos méis e do negro doce, o fado que se tornaria em seguida representativo de Portugal. (Andrade, 1935, pp. 12-13)

Mas Mário de Andrade – ao contrário dos responsáveis pela exposição sobre o “barroco brasileiro” promovida pelo Centro Cultural do Banco do Brasil – não deixou de referir a influência nas igrejas mineiras do século XVIII do engenheiro português Pedro Gomes Chaves, que precedeu o Aleijadinho (Andrade, 1935, p. 28).

Em situações semelhantes, para que não se diga que se está a omitir a verdade, o subterfúgio muitas vezes utilizado pelas entidades brasileiras responsáveis pelos diferentes eventos – sejam estatais ou particulares – é substituir a palavra “Portugal” pela palavra “Europa”. Onde deveria estar “influência portuguesa” passa a figurar “influência europeia”... Operação que aos olhos dos brasileiros tem, aparentemente, uma dupla vantagem – oculta pela diluição a raiz portuguesa e dá – no seu entender – mais brilho à sua herança.

Outro caso emblemático, que valerá por todos eles, é o do nome do arquiteto Oscar Niemeyer (1907-2012), nunca designado pelo nome do pai, de origem portuguesa – Soares – e de cuja biografia chegam a ser omitidos os nomes do avô materno – Ribeiro de Almeida. Mesmo em *sítes* documentais de instituições importantes como a Fundação Getúlio Vargas essa omissão é flagrante¹⁶. O próprio Niemeyer participou num vídeo, disponível na internet, em que ironiza essa circunstância de o terem sempre chamado de Niemeyer, quando o seu nome era mais do que isso – Niemeyer Soares¹⁷.

Para se avaliar até que ponto vai esse *rasurar da memória portuguesa*, basta lembrar, como assinalou Eduardo Lourenço, que “o Brasil não celebra, nem nunca celebrou, a data da sua descoberta, como os Americanos festejam Colombo, que nem os ‘descobriu’”. Mais – nota o ensaísta – aquele país “parece assim cometer um parricídio, mesmo inconsciente, vivendo-se, como realmente se vive, nos seus textos, nos seus sonhos, nas suas ambições planetárias,

¹⁶ Ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oscar-niemeyer-soares-filho>

¹⁷ Ver: https://www.youtube.com/watch?v=SasCgl_pUyk

como *uma nação sem pai*". Em resumo, "no Brasil, Portugal está em todo o lado e em lado nenhum" (Lourenço, 2004, pp. 137 e 157).

Não espanta por isso que muitas vezes, como no episódio da bomba de gasolina que o autor descreve no início deste capítulo, o comum dos brasileiros não associe sequer a língua que fala com o país de onde essa língua emanou. E muitos brasileiros cultos nutram por Portugal um sentimento de crítica, menosprezo ou desdém.

Em contraponto, na passagem dos 500 anos da chegada de Cabral, a filósofa brasileira Marilena Chauí, em ensaio publicado na Folha de São Paulo, responde, de algum modo, às observações lusas como as de Lourenço, explicando porque, no seu entender, não haveria muito que comemorar, dada – na sua visão – a "insanável contradição" com que opera o mito fundador:

o mito fundador opera com uma contradição insolúvel: o país-jardim é sem violência e, pela história providencialista, rumo certo para seu grande futuro; em contrapartida, o país profético está mergulhado na injustiça, na violência e no inferno, à procura de seu próprio porvir, na batalha final em que vencerá o Anticristo. Entre ambos, cava fundo o humor das ruas: "Quem foi que descobriu o Brasil? Foi seu Cabral, foi seu Cabral/ No dia 22 de abril/ Dois meses depois do Carnaval!. (Chauí, 2000, 26 de março)

Defesa da autonomia da língua brasileira

Expressão desse incômodo/desagrado com as raízes lusas é também a corrente, com apoios nos meios académicos, que defende – retomando um forte movimento nesse sentido que chegou a existir nos anos 1930/50 – a separação do Português do Brasil do Português de Portugal, afirmando já existir hoje uma língua autónoma brasileira: o Português brasileiro. "O português brasileiro precisa ser reconhecido como uma nova língua" – defende, por exemplo, Marcos Bagno, professor do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução do Instituto de Letras (IL) da Universidade de Brasília (UnB), considerado "um dos mais importantes linguistas do país". Para ele, a língua portuguesa só se tornou dominante no Brasil pela força, após o Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, ter proibido que no território se falasse a chamada língua geral, ou língua brasilica, formada pelos padres jesuítas a partir do tupi antigo (nhengatu) associado à estrutura da língua portuguesa. Era nessa língua que os missionários e os bandeirantes se comunicavam com as populações nativas e era nela ou nas suas variantes que as diferentes populações indígenas se comunicavam também entre si.

A ideia – muito difundida hoje no Brasil entre as pessoas letradas – de que o Português se impôs somente por razões de ordem administrativa/repressiva é inexata e parece constituir mais um elemento de caráter ideológico a juntar a tantos outros para sublinhar o distanciamento em relação a Portugal. É verdade que o Diretório dos Índios (1757) proibia a estes o uso da Língua Geral:

será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por motivo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas nações, ou da chamada geral, mas unicamente da Portuguesa, na forma, que sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.¹⁸

Mas o Português só se conseguiu impor – para além das particularidades intrínsecas da língua que a tornam facilmente assimilável – porque, por um lado, já era a língua oficial da administração e, por outro, porque houve também, a partir da corrida ao ouro, desde finais do século XVII e por toda a primeira metade do século XVIII, um grande afluxo de imigração oriunda de Portugal (Guimarães, 2005). Uma situação que seria depois reforçada com a vinda da Corte para o Brasil (entre 10 a 15 mil pessoas), no início do século XIX, e com nova onda de imigração portuguesa de grandes proporções que começou nas primeiras décadas do século XIX, se intensificou no final dessa centúria e se prolongou depois já pelo século XX até praticamente o final dos anos 1960 – 1.769.986 pessoas entre 1820 e 1968 (Cervo, 2011, p. 53). Há mesmo quem refira um número superior: 1,9 milhões só entre 1822 e 1945, sendo também o grupo nacional com maior implantação geográfica entre os estrangeiros que se fixaram no país (Mendes, 2010, p. 6).

São múltiplas as razões invocadas por Bagno para justificar a existência de uma língua brasileira própria – diferenciações em relação ao Português de Portugal de ordem gramatical, morfológica, lexical, fonética, sintática... Mas, quase todas elas, como já foi demonstrado, também existem em Portugal e foram até usadas por autores lusos de final do século XIX como Camilo Castelo Branco. Escreve o professor brasileiro Ataliba de Castilho:

¹⁸ Retirado de *Diretório dos Índios*. Versão integral retirada de http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm

O emprego do indicativo pelo subjuntivo nas ordens negativas não é apanágio nosso: foi encontrado até em Camilo Castelo Branco. O problema da colocação pronominal, verdadeiro cavalo de batalha, se resume nisto: a língua antiga, que herdamos no sec. XVI, não tinha a disciplina da atual no que tange ao assunto em epígrafe; por outro lado, a colocação pronominal é uma questão de entonação: os pronomes que são átonos em Portugal são tônicos no Brasil, donde podem vir à testa da oração, como em “me dá um livro”. Said Ali encaminhou a solução do problema. De um modo geral, pode-se afirmar que, até aqui, o colecionamento de brasileirismos tem padecido duma falha de método consistente em se ignorarem as diversas camadas que constituem o idioma. (...) Descontando-se tais “diferenças”, ficam-nos o léxico e a língua falada em que realmente se pode documentar um abasileiramento da Língua Portuguesa. (Castilho, 1962, p. 18)

Por outro lado, não deixa de ser interessante notar que se conservaram no Brasil termos e expressões clássicas que “têm uma fundamentação quinhentista insofismável”, suspeitando-se que na origem desse fenômeno esteja a possibilidade de – quando separadas do seu tronco original e transplantadas para outro meio – as línguas perderem a sua força evolutiva, arcaizando-se. Daí a sensação colhida em Portugal por muitos dos que, incluindo o autor – a partir dos anos 1970 – passaram a assistir às telenovelas brasileiras, de que, de alguma forma o Brasil estava devolvendo aos portugueses a sua própria língua...

Bagno acaba por reconhecer que, no fundo, a decisão que defende é ideológica e política:

A questão do nome atualmente, para nós, não é tão importante. Muito mais importante é afirmar a autonomia do português brasileiro. No Brasil, nós pesquisadores estamos sempre falando “português brasileiro”. Quem sabe daqui a alguns anos, apaguemos o “português” e fique só o “brasileiro”. Mas isso é uma questão eminentemente política. (“O português brasileiro precisa ser reconhecido como uma nova língua. E isso é uma decisão política” – entrevista a Marcos Bagno, 2015)

Ideia de língua própria não é nova

O Congresso Nacional chegou, ainda na primeira República, a votar e rejeitar uma proposta no sentido de chamar língua brasileira ao Português do Brasil. Depois, a questão voltou à baila, ainda com mais intensidade, no primeiro terço do século XX, no contexto da homogeneização linguística e cultural levada a cabo pelo governo Vargas.

No espírito do nacionalismo dominante na época, o executivo brasileiro decidiu então que todos os órgãos públicos deveriam concorrer para a “perfeita adaptação ao meio nacional dos

brasileiros descendentes de estrangeiros”, designadamente “pelo ensino e pelo uso da língua nacional”. Ora, em relação a esta, havia bastante imprecisão, aparecendo designada de maneiras diversas nos documentos oficiais e nos média, (como, aliás, ainda hoje acontece): português, brasileiro, língua portuguesa, língua brasileira, língua nacional, idioma pátrio... Em suma, não havia unidade de designação no que respeita à fala do Brasil, o que traduzia uma falta de consenso no que respeita ao vínculo linguístico a manter com Portugal (Mendes, 2010, pp. 221-226).

Foi então que o escritor Cassiano Ricardo, ligado ao regime, apresentou, em janeiro de 1941, à Academia Brasileira de Letras uma proposta formal no sentido da separação absoluta dos dois idiomas. A questão já fora objeto de debate, mas agora surgia pela primeira vez uma proposta formal – por meio de dissertação fundamentada com fins normativos – de separar os dois idiomas. Animado de um espírito vincadamente nacionalista, Cassiano Ricardo via a criação do Brasileiro enquanto língua distinta do Português como “destino de um povo livre e independente”. Segundo ele, os brasileiros falavam um dialeto do Português e só razões políticas impediriam de chamar língua a esse dialeto:

Se a língua é o dialeto dignificado (...) dignifiquemos o nosso dialeto, dando-lhe a denominação de língua (...) os filólogos portugueses são os primeiros a reconhecer com absoluta lealdade que falamos um dialeto do português e, portanto, uma língua que se destacou de sua origem peninsular. (Ricardo, citado em Mendes, 2010, p. 253)

Na altura, a celeuma foi grande, com repercussão durante meses na imprensa, onde se sucederam depoimentos pró e contra, até que a posição totalmente desfavorável do renomado filólogo e gramático Napoleão Mendes de Almeida (1911-1998) – para quem defender a existência de uma língua brasileira era “prova de analfabetismo e ignorância” – colocou um ponto final no assunto. O que não impediu que, na senda de Cassiano, outros como Bagno tentem agora de novo ressuscitar o tema, mostrando como velhas questões já debatidas e decididas tendem a reemergir – sintoma do desconforto de cariz nacionalista que continua a perpassar em diversos círculos, incluindo a Academia, no que se refere às relações com Portugal.

Essa atitude política de rejeição do Português leva Bagno a negar a própria Lusofonia, que reduz a um projeto português de nostalgia imperial ao qual contrapõe o direito do Brasil de “mandar na língua”:

Essa ideia de que exista uma coisa chamada “Lusofonia”, com vários países de língua portuguesa, é uma bobagem. É uma posição absolutamente neocolonial e que não tem nada a ver com a realidade. Não é nada mais do que um projeto profundamente português. Aqui no Brasil, quando se fala em Lusofonia, as pessoas nem sabem o que é. Somos, no Brasil, 90% dos falantes de português no mundo. Então, se alguém tem de mandar na língua somos nós, embora os portugueses achem isso terrível (risos). Eles não têm a menor importância numérica no mundo, comparando-os ao Brasil, mas ainda têm esse saudosismo imperial de querer mandar na língua. (“O português brasileiro precisa ser reconhecido como uma nova língua. E isso é uma decisão política” – entrevista a Marcos Bagno, 2015)

Razões políticas explicam também que Bagno seja a favor do Acordo Ortográfico, assumindo nestes termos o sentido nacional que o leva a desprezar a herança portuguesa:

Sou plenamente favorável. Com ele, Portugal vai deixar de se arvorar como “dono da língua” e a comunidade internacional vai ter que reconhecer que quem manda mesmo hoje na língua portuguesa é o Brasil, país infinitamente mais importante que Portugal, em todos os sentidos.¹⁹

Nesta matéria da língua, o compromisso de facto a que se chegou no Brasil foi, por um lado, não avançar mais (ao menos por enquanto) com as propostas como a de Bagno de se declarar a existência de uma língua própria; e, por outro, manter nos textos as diferentes designações para a língua portuguesa, cultivando sobre ela uma certa indefinição indefinida, se é nos é permitido o pleonasma, a qual, no fundo, mantém em aberto a possibilidade do português do Brasil ainda acabar por se tornar uma língua distinta do português de Portugal.

Tudo isso ocorre num contexto geral de ausência de informação sobre Portugal. Como pudemos comprovar pessoalmente ao longo de mais de uma dezena de anos de vivência no Brasil, o desconhecimento é tão grande que o comum dos brasileiros das camadas populares não associa a língua que fala com um país chamado Portugal. Tudo somado e se mais não houvesse, quase se poderia dizer que, no Brasil, parte considerável do povo ignora Portugal e os portugueses e a elite despreza-os.

¹⁹ *Marcos Bagno, da UnB, fala sobre língua portuguesa* – Entrevista ao portal *Passei Web*. Retirado de <https://www.passeiweb.com/vestibular/1242044693>

Uma questão antiga

O pouco conhecimento mútuo e a consciência dele não são, entretanto, fenómenos novos. Já no final do século XIX, Sampaio Bruno (1857-1915) afirmava em *O Brasil Mental* (1898): “se o Brasil mal aprecia Portugal, Portugal, em certa maneira, completamente ignora o Brasil” (Bruno, 1898).

A julgar pela repetida invocação do relativo desconhecimento de Portugal no Brasil e vice-versa e pela cíclica constatação de que os dois países estariam “agora finalmente a (re)descobrir-se” – temas glosados à saciedade nos discursos e declarações oficiais – na realidade pouco se terá avançado em termos do que então se fixou no imaginário coletivo. E mesmo quando se avança em termos de contactos pessoais e negócios – “onda” de investimentos portugueses no Brasil e de investimentos brasileiros em Portugal²⁰; intensificação das ligações aéreas, com dezenas de voos regulares Portugal-Brasil estabelecidos pela companhia aérea portuguesa TAP desde meados da primeira década deste século, atingindo atualmente cerca de 70 frequências semanais (TAP reforça frotas para operar rotas no Nordeste, 2017, 15 de novembro); vaga de estudantes brasileiros nas universidades portuguesas (Cresce número de brasileiros a estudar em Portugal, 2018, 2 de março); acréscimo do volume de comércio bilateral²¹, mesmo assim, o núcleo duro do imaginário brasileiro sobre Portugal e do imaginário português sobre o Brasil não parece ter sofrido alterações substanciais: crítica, menosprezo, desdém, desconhecimento, esquecimento.

Numa das primeiras entrevistas que concedeu ao chegar ao Brasil, o atual representante português junto do Planalto, embaixador Jorge Cabral, confessou ter ficado “impressionado” com “o grande desconhecimento entre portugueses e brasileiros” e que “ainda prevalece um certo preconceito em relação a Portugal, visto como um país que parou no tempo”. Para superar esse desconhecimento, o diplomata disse ser necessário “apostar na formação cultural e académica,

²⁰ Para Investimentos de Portugal no Brasil ver ICEP Portugal, *Os investimentos portugueses no Brasil*, Delegação do ICEP em São Paulo, 2005, disponível aqui

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5578/1/BRU_n5_investimentos.pdf. E também

<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/BrasilRelacoesEconomicasBilaterais.aspx>

Para investimentos do Brasil em Portugal, ver CHECHELLA, Cristiano, *Os investimentos das grandes empresas brasileiras em Portugal: perfil e motivações*, disponível aqui

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5578/1/BRU_n5_investimentos.pdf. E também

<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/BrasilRelacoesEconomicasBilaterais.aspx>

²¹ Ver “Comércio luso-brasileiro ultrapassa mil milhões de dólares em meados de 2018”, em *Portugal Digital*, em 7/06/2018. Retirado de <https://www.portugaldigital.com.br/comercio-luso-brasileiro-este-ano-ja-passou-a-marca-de-us-1-bilhao/>

nomeadamente o intercâmbio de estudantes, por um lado, mas também na vertente económica das relações bilaterais”²². Porém, não referiu a área da comunicação, que permanece assim, aparentemente, esquecida.

Como se chegou até aqui? Como se geraram e cristalizaram os preconceitos e os sentimentos negativos, a par de um manifesto e contraditório tropismo de aproximação e simpatia?

Para estes últimos, a explicação é simples: os laços de sangue, a mesma língua, cultura e história comuns incitam naturalmente – quase diríamos por instinto – a que haja um interesse mútuo pelo outro que é afinal, reciprocamente, e até certo ponto, o *alter ego* de cada um, de tão imbrincadas que estão as histórias dos dois países. Como notou o embaixador Dário de Castro Alves:

As relações entre Portugal e Brasil têm, como fatores subjacentes, quatro elementos de valor perpétuo, nesta ordem precisa: sangue, língua, cultura e passado comum. Nesse contexto, acentue-se que o relacionamento de Portugal com o Brasil foi, em sua essência, mais íntimo e entrelaçado do que o de qualquer outra metrópole europeia e seus respectivos territórios coloniais. (Alves, citado em Cervo & Magalhães, 2000, p. 12)

Muitas vezes, no entanto, o *tropismo de aproximação mútua* que tem por base esses fatores tão fortes não se concretiza e tudo não passa de um gesto esboçado sem mais consequências. Como no encontro casual de dois velhos amantes que se cruzam, se falam por uns momentos e depois novamente se afastam, cada um mergulhando nas suas próprias vidas de que o outro chegou um dia a ser íntimo parceiro, mas do qual apenas resta hoje remota memória, cada vez mais distante, que não se deseja sequer reavivar. Esse (não) movimento, esse tropismo que muitas vezes apenas se esboça, mas não se completa, ainda se entende.

Mas, o outro lado – o preconceito, o desdém, o rasurar da memória, entre países, nações e povos que foram tão próximos – como explicá-los? Que infinita amargura ficou dessa íntima relação desfeita que gerou sentimentos tão contraditórios e por vezes tão negativos?

²² Declarações do embaixador Jorge Cabral à *Agência Lusa*, reproduzidas pelo jornal *Mundo Lusíada*, a 5 de janeiro de 2017. Retirado de <https://www.mundolusiada.com.br/comunidade/embaixador-impressionado-com-o-pouco-conhecimento-dos-brasileiros-sobre-portugal/>

1.2. Carta de Caminha: início do *estranhamento*

Embora, de acordo com os historiadores (Alencastro, 2000; Mello, 2008), só na segunda metade do século XVIII se acentue a contraposição de interesses entre os colonos de origem portuguesa de há muito estabelecidos no Brasil (a chamada “nobreza da terra”) e os quadros da administração portuguesa ou adventícios em busca de fortuna apenas de passagem pelo território (os chamados “reinóis”), as raízes da diferenciação e do *estranhamento* entre os dois países mergulham mais fundo no tempo, podendo ser referenciadas aos primeiros contactos entre o velho e o novo mundo. E estão documentadas na *Carta* de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel, datada do dia 1 de maio de 1500, dando conta do “achamento” da Ilha de Vera Cruz. Tenham ou não outros que não os portugueses visto primeiro a “Terra Brasilis”²³ tenham ou não outros navegadores nacionais estado antes nas mesmas latitudes²⁴ é o “achamento” português de 1500, aquele que, em termos sociológicos, verdadeiramente conta.

Foi então – e só então – que, tal como documenta a *Carta de Caminha*, se registaram as primeiras descrições da terra, flora, fauna e homens e mulheres nela existentes – bem como as reações que esse primeiro contato suscitou:

Sociologicamente falando – escreve Capistrano de Abreu, autor insuspeito de lusofilia – os descobridores do Brasil foram os portugueses. Neles inicia-se a nossa história; por eles se continua por séculos; a eles se devem principalmente os esforços que produziram uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por broncas tribos nômadas. (Abreu, 1999, p. 38)

É, aliás, curioso notar que este prestigiado historiador brasileiro de finais do século XIX, começos do século XX (1853/1927), utilize em relação aos índios – provavelmente sob a

²³ Sucessivos esforços de investigadores espanhóis e franceses, sobretudo, tentaram demonstrá-lo (veja-se, entre outros, Juan de la Cosa, *Mappa Mundi* e Desmarquets, *Mémoires chronologiques pour servir à l'histoire de Dieppe*).

²⁴ Designadamente Duarte Pacheco Pereira, autor de *Esmeraldo de Situ Orbis*. “E por tanto, bem-aventurado Príncipe, temos sabido e visto como no terceiro ano de vosso Reynado do hano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além da grandeza do mar ociano, honde he achada e navegada huma tam grande terra firme com muitas e grandes Ilhas adjacentes e ella que se estende a setenta graaos de Ladeza da linha equinocial contra o polo arctico..... por esta costa sobredita do mesmo circulo equinocial em diante por vinte e oyto graaos de Ladeza contra o polo antarctivo he achado nella munto e fino brasil, com outras muitas couzas de que os navios deste Reyno vem grandemente carregados.” (Pereira, 1997, citado em Mota & Braick, 2002, p. 145). Para a reiterada defesa da prioridade de Pedro Álvares Cabral na descoberta do Brasil e consequente refutação do pioneirismo espanhol e mesmo de Duarte Pacheco Pereira, ver também Leite, 1931.

influência das convicções racistas então dominantes, mesmo na literatura científica da época – uma marcada valoração depreciativa que se encontra ausente do relato de Caminha na sua Carta ao Rei D. Manuel, na qual predomina, pelo contrário, um sentimento de clara simpatia para com os aborígenes, ainda que estes sejam, de acordo com o espírito da época, subvalorizados em termos civilizatórios.

Na Carta, o que prevalece é uma atenta descrição realista da natureza e dos homens, bem ao espírito da Renascença. Norteada, é certo, por uma consciência etno necessariamente eurocêntrica, mas ainda – se assim podemos exprimir-nos – sem sombra de pecado, ainda sem sequer suspeitar que raízes outras, culturas outras, cosmogonias outras pudessem ter idêntica legitimidade.

Como refere Todorov, “o discurso da diferença é um discurso difícil. (...) o postulado da diferença leva facilmente ao sentimento de superioridade, e o postulado da igualdade ao de indiferença, e é sempre difícil resistir a esse duplo movimento” (Todorov, 1999).

Há em Caminha claramente um sentimento de superioridade implícito, pressupondo a existência de legitimidade, por parte do homem branco europeu, que os portugueses ali representavam, dessa “missão civilizatória” por excelência que, de acordo com a ideologia dominante na época, era a cristianização dos povos indígenas. Tudo a isso predispunha. Portugal estava, então, num dos momentos mais altos do seu desenvolvimento histórico, que suscitava no país um clima de orgulho, numa atmosfera de heroísmo: “Os vários relatos da literatura quinhentista revelam, na verdade, uma euforia nacional generalizada devida ao sucesso das descobertas, que representam para Portugal um período de mudança no sentido da prosperidade” (Soares, 2009, p. 171).

Foi esse espírito de otimismo que marcou o início do século XVI em Portugal, fortalecido por um novo momento de expansão em que as altas figuras da nobreza cortesã disputavam as nomeações para assumir o comando das grandes armadas, num momento em que era indiscutível a superioridade naval lusitana:

Nesse momento, o pequeno Portugal tornara-se uma das maiores potências navais e comerciais da Europa, tendo aumentado o número de integrantes das suas Cortes, o rendimento consumido pela nobreza e deslocado, definitivamente, a arte militar para dentro dos seus “armazéns reais”. (Hermann, 1998, p. 27)

Um estado de espírito que os marinheiros portugueses ali presentes, incluindo Caminha, certamente partilhavam, tanto mais que eles eram os lídimos representantes da vertente Expansão/Descobrimientos que integrava, juntamente com a Escolástica e o Humanismo, a cultura discursiva, a narrativa do Renascimento nacional. Como ensina Luís Filipe Barreto, hegemónica, a Escolástica neutraliza o Humanismo, mas a Expansão – porque envolve diferentes setores do Estado e da sociedade – tem a sua cultura específica muito difundida:

a expansão marítima envolve a Coroa, a Igreja e a sociedade em geral. Por isso o seu universo cultural encontra-se mais ou menos presente em todos os planos e lugares da cultura e da sociedade portuguesas, muito em especial nos núcleos de portugueses em diáspora pelo mundo extra-europeu e também na Europa. Esta profunda dispersão, em e para além de Portugal, concede à Cultura da Expansão margens únicas de liberdade, distância espacial e temporal únicas frente ao palco do controle e da repressão culturais. (Barreto, 2000)

Afinal, fora o próprio Papado, máxima autoridade da Cristandade, quem atribuíra aos dois países ibéricos não só a legitimidade da posse das “terras novamente descobertas”, como lhes impusera o dever de evangelização (Silva, 2000). Como assinala Enrique Dussel (1985), culminando uma evolução iniciada já no século IV com o imperador Constantino, de aproximação entre o Estado e a Igreja, a cristandade era uma unidade simultaneamente eclesiástica, económica e militar que conferia legitimidade ao papel evangelizador dos Estados como Portugal e Espanha, aos quais incumbia missões de conversão.

É essa “missão divina” que é mitologicamente assumida por Caminha, quando interpreta assim o facto de as naus terem sido levadas até àquelas paragens: “E o facto de Ele (Nosso Senhor) nos haver até aqui trazido, creio que não foi sem causa”. (Castro, 2008, p. 111). Ou não fora, afinal, o providencial apoio divino, expresso logo em Ourique (1139) um dos mitos fundadores da nacionalidade portuguesa.

Falando do ponto de vista de quem a si próprio se coloca, ainda que implicitamente, num plano superior – por vontade divina legitimada pelo Papa – Caminha nota as marcadas diferenças de comportamento dos aborígenes em relação aos portugueses, logo deduzindo daí que, por suposta ausência de crenças próprias, qual folha em branco, os índios estariam facilmente disponíveis para serem cristianizados: “Parece-me gente de tal inocência que, se nós

entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências” (Castro, 2008, p. 111).

Cristianizar – essa era a tarefa de que os portugueses se julgavam, desde a fundação do reino, investidos por missão divina:

Os portugueses se imbuíram sinceramente de seu papel missionário. Os outros homens, por instituição divina, têm só obrigação de ser católicos: os portugueses têm obrigação de ser católicos e de ser apostólicos. Os outros cristãos têm obrigação de crer a fé: os portugueses têm obrigação de a crer e mais a propagar. (Vieira, citado em Souza, 1994, p. 33)

Como escrevera, em 1542, D. Jerónimo Osório no *De Nobilitate Civile et Christiana*, “todos os feitos dos portugueses, desde a criação e fundação do reino, só se poderiam entender com a ajuda de Cristo” (Dias, 1923, p. 171). Mas não há, na Carta, propriamente um juízo de valor negativo sobre os nativos, antes se atribuindo àqueles homens de diferente cor, diferentes hábitos e diferente comportamento uma pureza de espírito decorrente da maior proximidade com a natureza: “Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior, com respeito ao pudor” (Castro, 2008, p. 115).

É, aliás, essa singeleza manifesta, no entender de Caminha, que os predispõe para a evangelização: “(...) porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles todo e qualquer cunho que lhes quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons” (Castro, 2008, p. 103).

Muito provavelmente conhecedor – como vaticina Jaime Cortesão – dos escritos de Plutarco sobre as Ilhas Afortunadas, publicados em 1491, Caminha vai ainda projetar, na descrição que faz da terra e do clima, uma visão edênica do Brasil como se estivesse perante o paraíso reencontrado – em sintonia, aliás, com o que fizeram outros navegadores na mesma época: “As águas são muitas e infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo aproveitá-la, tudo dará nela por causa das águas que tem” (Castro, 2008, pp. 115-116).

É nesse mesmo espírito que o escrivão da armada descreve a nudez dos indígenas, tomada como sinal de proximidade de um primacial e inocente estado de natureza: “Em geral são bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de cobrir ou mostrar suas vergonhas, e nisso são tão inocentes como quando mostram o rosto” (Castro, 2008, p. 91).

Já no século XX, Carlos Malheiro Dias, historiador português radicado no Brasil, irá acentuar o absoluto contraste deste dramático primeiro encontro de duas civilizações praticamente nos antípodas:

O extraordinário, neste drama da História universal, é o defrontar do homem da Renascença com o espécimen do homem pré-histórico da América; o encontro da nobreza europeia, oriunda da cavalgada mística das Cruzadas, com o antropófago; do homem vestido de brocados flamengos e veludos genoveses com o homem nu da idade lítica; da caravela artilhada com a piroga; do guerreiro armado da espada e do arcabuz com o aborígene nómada, que o defrontava com o arco flexível e as aceradas flechas; dos homens que haviam começado a edificar os Jerónimos com o exemplar fóssil, habitante das selvas tropicais. (Dias, 1921, pp. lii-iv)

Para encontro tão inusitado entre dois mundos e gentes de épocas tão diferentes – uns vivendo na Renascença, na Idade dos Metais, outros na Pré-História, na Idade Lítica (Dias, 1921, pp. lii-iv) – os contatos decorrem espantosamente bem: “Desceu um homem do esquife de Bartolomeu Dias e andava entre eles, sem por isso implicarem nada com ele e nem muito menos lhe mostravam intenções violentas” (Castro, 2008, p. 99).

Não só não se registam confrontos, apesar do *estranhamento* mútuo, como há momentos de convívio e até de diversão em conjunto:

Logo meteu-se (um gaiteiro) com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e o acompanhavam muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras e o salto mortal, de que eles (os índios) se espantavam muito e riam e folgavam. (Castro, 2008, p. 103)

Estávamos aqui, curiosamente, perante uma situação de autêntica competência de comunicação intercultural (CCI) *avant la lettre* – entendida esta como a capacidade de comunicar com o Outro, seja um sujeito étnica, cultural e linguisticamente distinto (como era o caso), ou mesmo simplesmente alguém com quem não se compartilha a totalidade dos códigos culturais e linguísticos. Conceito que, desenvolvido primeiro nos EUA, nos anos 50 do século passado, e na Europa, uma década depois – tem hoje vindo a ganhar cada vez maior relevância, seja no plano político, seja no educativo. Basta lembrar que, em 2008, a Comissão Europeia promoveu o *Ano Europeu para o Diálogo Intercultural* e, em 2009, o Conselho da Europa publicou o *Livro Branco*

sobre o *Diálogo Intercultural* – “*Viver juntos em igual dignidade*”, em que se destacava a importância crucial da capacidade de comunicação intercultural. Afinal de contas, a mesma capacidade, *grosso modo*, de que – numa época e num contexto totalmente diversos – pelo menos alguns dos marinheiros da frota de Cabral, de acordo com a descrição de Caminha, deram sobejas provas (Bastos, 2014, pp. 7-8). Tudo isso ainda, naturalmente, sem qualquer teorização, mas já com aquele “saber de experiência feito” próprio da época quinhentista, nos alvares do Renascimento. A partir daí, os portugueses vão aliás defrontar-se, ao longo de todo o processo de colonização do Brasil, com a problemática da comunicação, que tiveram de encarar e para a qual tiveram que encontrar respostas devido à circunstância de terem de lidar com realidades humanas e sociais muito distintas: desde os problemas da chegada – resolvidos da forma empírica descrita na Carta de Caminha – às complexas questões do relacionamento posterior entre os colonos já estabelecidos e os que chegavam de novo; entre os que vinham para ficar e os que vinham para voltar; entre a nobreza da terra já fixada e adaptada e os reinóis; a colônia e o reino, passando também pelos esforços próprios das ordens religiosas, em particular os Jesuítas, que foram ao ponto de, num esforço notável, dicionarizar e sistematizar a gramática da língua tupi – a “Língua Brasilica” ou Tupi Antigo, a língua indígena clássica depois designada Língua Geral, o Nheengatu, ainda hoje falado na Amazônia – como forma de melhor comunicar com as populações locais no seu esforço de catequização (Anchieta, 1595; Mariz & Figueira, 1687). Mas isso era o que estava por vir. Agora, ali, em Porto Seguro, a necessidade imediata era a de evitar o confronto com os indígenas que vieram ao encontro das caravelas e tentar uma comunicação direta naquilo que ela tem de melhor – intercambiar, compartilhar e compreender-se. Afinal, como assinala Wolton, “o desafio da comunicação é menos a descoberta da semelhança que a gestão das diferenças” (Wolton, 2004, p. 482).

Passada a desconfiança inicial de parte a parte, vendo ambos os grupos que não havia hostilidade (os portugueses decidiram não usar a força e os índios, uma vez instados, anuíam a depor os arcos com que geralmente andavam armados), a interação intensificou-se, com idas de portugueses à aldeia mais próxima para ver como viviam os aborígenes e alguns autóctones levados ao interior dos navios, onde além de partilharem refeições com os marinheiros portugueses, também chegaram, por mais de uma vez, a pernoitar, manifestando assim grande à-vontade e confiança.

Tratava-se, da parte dos portugueses, de um tratamento conscientemente dispensado aos indígenas precisamente para induzir confiança e evitar possíveis reações bruscas ou violentas: “para os mais amansar”, na expressão de Caminha, que em mais de um trecho equipara os índios a animais selvagens, notando que podiam passar facilmente do convívio ao retraimento “como animais monteses”: “Tudo isto – escreve Caminha – bastará a Vossa Alteza para ver como eles passavam de uma confraternização a um retraimento, como pardais, com medo do cevadoiro” (Castro, 2008, p. 104). Mas daí Caminha não retira que se pudesse abusar do poder ou da força; pelo contrário, o tratamento que recomenda é o da contemporização e até do respeito pela vontade alheia: “Ninguém não lhes deve falar de rijo, porque então logo se esquivam; para bem os amansar é preciso que tudo se passe como eles querem” (Castro, 2008, p. 104).

Mesmo com esses cuidados, o escrivão da frota também nota, no entanto, que alguma desconfiança permanecia de parte a parte. Alguns dos habitantes locais não se envolviam na aproximação, mantendo distância, outros não depunham os arcos; e os portugueses, por seu turno, observaram até ao fim uma reserva que a maioria dos índios parecia (já) não ter: “E estavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós estávamos entre eles (...) como se fossem mais amigos nossos do que nós deles” (Castro, 2008, pp. 110 e 111).

As diferenças anotadas por Caminha: da natureza - animais, frutos, alimentos, aves... – e do comportamento humano são essenciais para o estabelecimento da racionalidade nesse primeiro contato; e a procura de comunicação e diálogo – ainda que apenas pelos gestos e sem entenderem as respectivas línguas – cruciais para o reconhecimento, ainda que parcial, do Outro, mesmo que nesse processo estivesse, como estava, implícita uma hierarquização civilizacional.

O encontro de duas imagens diferentes, em que ambos os grupos reforçam a consciência de si próprios, é causador de mútuo *estranhamento* – toda a imagem do Outro implica necessariamente uma distância significativa entre duas realidades culturais distintas.

No que respeita a Caminha,

seu espírito ambivalente, alimentado pelas utopias, mitos e visões de sua época, transborda na perplexidade diante de uma trama social tão distinta da sua. O contato com os valores de outrem causará irredutivelmente a ressignificação dos próprios valores de uma e de outra parte (...). A atitude de Caminha em relação a esse outro tem um sentimento de *estranheza* – sublinhado nosso - que é difícil ignorar: (...) O que ele percebe é a falta de costumes iguais aos seus, ritos, crenças, hierarquia e isso o leva a pensar que,

apesar de estar diante de homens completos, esses homens estão em estágio anterior à sua própria humanidade modernista. (Pacheco, Simões & Netto, 2004)

Como assinalou Vainfas, a descoberta das terras e povos americanos colocou os europeus entre dois polos de um grave dilema: por um lado, ter de reconhecer o Outro pela constatação das diferenças que o separavam do homem cristão ocidental; por outro, afirmar o próprio ego, hierarquizando as diferenças e no limite rejeitar o desconhecido por meio da sua diabolização: “a “descoberta” do Novo Mundo foi na realidade um processo de natureza dupla, pois o desvelamento da alteridade ameríndia parece ter implicado a (re)construção da identidade cristã ocidental” (Vainfas, 1995, p. 23).

O encontro decorre sem código verbal de comunicação com os indígenas, sem tradutores nem tradução. Daí que o relato de Caminha (como a Carta do Mestre João Faras e a Relação do Piloto Anônimo) se baseie tão só na organização seletiva dos elementos captados pela vista e pelo ouvido – gestos, sinais, sons e movimentos:

A comunicação entre os dois grupos é pois, inevitavelmente, um fenómeno fraturado. Ademais, este modelo de comunicação apresenta uma série de características peculiares. Desenvolve-se geralmente mediado pela custódia de uma zona geográfica neutra que preserva a distância física, reforça as identidades e evita a animosidade. (Guicci, 2003, p. 51)

Mas nada, para além desta comunicação fraturada e daquela ausência de sintonia, fazia ainda prever, nesse primeiro encontro, inteiramente pacífico, toda a tragédia posterior de que as diferentes tribos índias que habitavam o território acabariam por ser vítimas – sucumbindo quer à violência predatória dos futuros colonos no processo de disputa pela ocupação do território e escravização de mão de obra, quer à contaminação por doenças para as quais não tinham qualquer imunidade:

Particularmente nefasta foi a política de concentração da população praticada por missionários e pelos órgãos oficiais, pois a alta densidade dos aldeamentos favoreceu as epidemias, sem, no entanto, garantir o aprovisionamento. O sarampo e a varíola, que entre 1562 e 1564 assolaram as aldeias da Bahia, fizeram os índios morrerem tanto das doenças quanto de fome, a tal ponto que os sobreviventes preferiam vender-se como escravos a morrer à míngua. (Cunha, 2012, p.15)

Muitas dessas tribos acabaram por ser praticamente dizimadas e todas viram o seu natural processo de desenvolvimento interrompido e/ou profundamente modificado pela chegada dos portugueses e dos outros europeus que se lhes seguiram: “Com a intrusão europeia desorganiza-se entre os indígenas da América a vida social e econômica; desfaz-se o equilíbrio nas relações do homem com o meio físico” (Freyre, 2004, p. 157).

No entanto, desse primeiro encontro, de acordo com a Carta de Caminha, “certidão de nascimento do Brasil” (na caracterização dos historiadores brasileiros de final do século XIX) (Sturari, 2006), o que fica é a marca inicial da constatação da *profunda diferença* e do *natural estranhamento* mútuo, que, no entanto, não impediram o inicial inter-relacionamento pacífico proporcionado pela cautela de parte a parte e – como vimos – pela ação positiva de alguns elementos que deram provas de efetiva capacidade de comunicação intercultural.

Para os portugueses, o contexto em que se viam era o de paraíso perdido reencontrado (Holanda, 2010), que haveria, entretanto, de conflitar com o sentido prático de vir a achar, no novo território da Coroa, o equivalente às minas de Potosi, que a Espanha havia tido a boa fortuna de descobrir no Perú. Ou, na sua ausência, alguma coisa que as substituísse.

De qualquer forma, e logo de imediato, é importante assinalar que houve nesse primeiro contacto alguma (inter)comunicação direta – um dos três sentidos ou níveis principais (além da comunicação técnica e comunicação social) que, segundo Wolton, podem ser atribuídos ou nos quais se decompõe o conceito de comunicação. A interação, ponto comum entre eles, acaba por ser essencial. De acordo com o sociólogo francês, “é a interação mesmo que define a comunicação” (Wolton, 2004, pp. 31-32).

Papel relevante haveriam de ter, a prazo, os dois degredados e os outros dois marinheiros trãnsfugas que ficaram no território – os primeiros, por imposição, amargurados; os outros, por opção, quiçá seduzidos pela imagem edénica que eles próprios projetavam sobre aquela realidade. Foram eles que, ao se adaptarem à terra e aos costumes e ao aprenderem a língua dos nativos, acabaram por possibilitar mais completa comunicação futura, lançando as primeiras sementes de um processo de influência e mudança mútuas, de alianças, miscigenação e confrontos, de que os intervenientes de um e outro lado desse primeiro encontro histórico não podiam então suspeitar ainda todo o alcance e consequências.

Controvérsia e ambivalência

Em torno do significado histórico a atribuir à Carta de Caminha vai travar-se, no Brasil, como em relação a quase tudo que diz respeito à herança histórica e cultural portuguesa, uma intensa batalha ideológica que se prolonga da independência aos dias de hoje. Por um lado, desde o século XIX, esse documento tem consagração canónica na generalidade da historiografia brasileira, sendo considerado “oficialmente uma espécie de certidão de nascimento do Brasil: documento fundador e marco de origem da nossa história” (Schwarz & Starling, 2015, p. 28), “diploma natalício lavrado à beira do berço de uma nacionalidade futura” (Abreu, 1999, p. 196).

Alguns chegam a ver na Carta de Caminha não só o marco inicial do Brasil, mas o despertar da própria nação e até uma obra de arte, a incluir na literatura pátria: “O texto que Caminha legou à posteridade não apenas captura, com minúcia e fluência, o alvorecer de uma nação, como se constitui em sua primeira obra-prima” (Bueno, 2003, p. 33). Mas outros veem nessa consagração histórico-documental e artística (promovida pelos historiadores e literatos, expressa na pintura e no cinema e plasmada no ensino oficial) uma criação ficcional destinada a legitimar a posse da terra pelos portugueses e, com isso, todo o sistema de poder, propriedade e organização social daí decorrentes instituídos no país desde o século XVI.

Lembrando que os tópicos e registos básicos da Carta de Caminha (exaltação da natureza, nudez, ouro, pedras e madeiras preciosas, águas abundantes e bom clima, vontade divina e milagrosa agindo por meio dos elementos naturais...) já se encontravam tanto nos diários de bordo e relatos de Cristóvão Colombo como nas cartas de Américo Vespúcio, só a falta de comparação permitindo exaltar como original o que o não era, esses autores desmontam o que consideram ser um mito (de que a Carta fazia parte) construído pelo sistema vigente para se autolegitimar:

o sentido de tal ficção é conferir um direito divino aos portugueses em relação ao Brasil, ficção que os brasileiros tendem a assumir como legitimação da sua identidade, a começar pela língua que usam (...). A posse do território era uma ficção – dois ou três condenados deixados em terra jamais garantiriam a posse efetiva do território – e, em nome dessa fictícia posse pretendeu-se construir uma realidade. E ela foi construída, maior do que havia sido proposta. O sistema de propriedade rural brasileiro constrói-se à base dessa ficção. (Kothe, 1997, pp. 202 e 204)

A mesma atitude crítica abrange a consagração canónica da Carta como momento inaugural da literatura brasileira:

como então encarar um sistema literário que se diz inaugurado por um texto que sequer é literário nem pertence à sua nacionalidade? Não se trata apenas de uma inclusão forçada, ocasional e isolada de um elemento estranho ao sistema: trata-se de um gesto inaugural feito *à posteriori*, como que determinante da natureza do sistema, mas de fato dela decorrente. (Kothe, 1997, p. 205)

Esta *ambivalência de avaliação* em relação ao próprio momento inicial do processo histórico do país a partir de 1500 e ao documento que o consagra – a Carta de Caminha – uns considerando-o elemento-chave, certidão de nascimento do Brasil e obra-prima; outros, no polo oposto, vendo nele parte da encenação com que se pretendeu registrar *urbi et orbi* a tomada de posse de território alheio por um povo invasor e dessa forma legitimar o sistema socialmente iníquo que nela seria implantado, estabelecendo a dominadora hegemonia das classes senhoriais locais de origem lusa que persiste até hoje – é sintomática da *bipolaridade brasileira em relação à sua própria história*.

De qualquer forma, o que interessa, para já, reter é que o *estranhamento* que percorre o relacionamento bilateral até aos dias de hoje talvez mergulhe a sua raiz primeva no próprio início da chegada dos portugueses ao território que viria a ser o Brasil e seus primeiros contatos com os aborígenes. Ainda que com a importante ressalva, assinalada por Eduardo Lourenço, de que não teria havido propriamente espanto da parte dos portugueses nessa primeira hora da descoberta, dispostos que estavam – segundo o autor – “a aceitar toda a diferença que aparecesse”. Afirma Lourenço que “no encontro com a América do Sul, nós não tivemos nenhum problema por causa do encontro com o Brasil, não foi um encontro problematizado, a não ser tardiamente e de outra maneira” (Lourenço, 2015b, p. 154).

Com espanto ou não, de imediato ou depois, este “encontro de civilizações” suscitou natural estranheza de um lado e do outro, facultando a ambos dados novos sem precedentes e que a ambos os iriam transformar profundamente. E conduziria, mais tarde, também, a um verdadeiro “confronto de civilizações”.

Como se forças superiores à própria vontade dos homens – na conceção dos *corsi e recorsi* da história defendida por João Batista Vico (2015) no seu tratado *Scienza Nuova* de 1744 – tivessem acabado por conduzir à interrupção do processo de comunicação que Caminha registou, pondo tragicamente termo ao processo de (auto)identificação iniciado em Abril de 1500. Como notou o ensaísta português Alfredo Margarido (1928-2010),

o outro não é um dado preconcebido. Ele devia ser adquirido e construído à medida que se prosseguia a comunicação. Algumas vezes não era possível estabelecer comunicação, e não é possível prosseguir com o processo de identificação. O outro fica como um nó irresolúvel. Perante o impasse, muitas vezes é necessário eliminar o outro, mesmo fisicamente, para recuperar da instabilidade que a sua presença gera. (Margarido, 2000, p. 507)

A interferência dos europeus iria interromper o “natural” processo de desenvolvimento das comunidades indígenas, que muitas vezes associavam os portugueses aos grandes xamãs, que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando de uma terra de abundância; por isso, “os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais” (Fausto, 2006, p. 16).

Mas os europeus também foram transformados pelo contato, que lhes abriu um “novo mundo”, na expressão de Vespúcio, com novos conhecimentos, novos seres, novos valores, e desde logo os transformou. Como notou ainda Lourenço, cedo se operou neles uma metamorfose:

O conteúdo humano da experiência brasileira, mesmo na época autoral em que foi sobretudo “experiência de portugueses”, já era mediado por uma realidade extraordinária, uma realidade incomensurável com a realidade continental. Quer dizer, *mais cedo do que se pensa, o português foi brasileiro*. (destaque nosso). Quem se aproximou das suas costas a 22 de Abril de 1500 era um *homem velho*. Mas quem delas desapareceu a três de Maio era já, sem bem o saber, um *homem novo*. (Lourenço, 2015a, p. 79)”

1.3. No princípio, era o nome

Pode assim afirmar-se, apesar da ressalva de Eduardo Lourenço, que *o estranhamento foi a nota que marcou o início da relação dos portugueses com a nova terra e seus habitantes; e provável semente da imprevista metamorfose do português em brasileiro logo ali iniciada*. Esse *estranhamento* continuará depois a reverberar, durante séculos, a ponto de um sociólogo e historiador de renome, Sérgio Buarque de Holanda, já nos anos 1930 do século XX, afirmar logo no primeiro parágrafo de um texto célebre que “a tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente *estranhas* à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o facto dominante e mais rico em consequências” (sublinhado nosso) (Holanda, 2000, p. 945). Tudo isso para concluir que, “trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e

timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, *somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra*" (sublinhado nosso) (Holanda, 2000, p. 945).

A afirmação de Buarque é questionável. Embora não deixe de estar certa no que respeita ao *estranhamento* – aliás mútuo – que resultou do encontro/confronto de civilizações, já a ideia de implantação externa forçada de uma cultura sobre outra merece algumas reticências. Que houve força e violência, crueldade, estupro e até genocídio é por demais inquestionável, mas o resultado final global está longe de ter sido unívoco. Ao longo de séculos, não houve só imposição unilateral – houve também todo um longo processo de interpenetração e influência mútuas entre a cultura e as tradições europeias dos portugueses e a cultura e hábitos dos diferentes grupos indígenas, primeiro, e africanos escravos, depois. O naufrago português Diogo Álvares (Viana do Castelo – 1475 ou 1485 – São Salvador, 1557) foi acolhido por tribos índias das quais recebeu a alcunha de Caramuru e a indígena tupinambá Paraguaçu (Bahia, c. 1495 – Bahia, 1583), sua mulher, foi cristãmente rebatizada Catarina...

Uma caracterização unilateral desse *complexo e contraditório processo intercultural*, como faz Buarque ao falar de importação de hábitos estranhos teimosamente impostos em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil – de que resulta um quadro de “eles contra nós” e uma sensação de “desterrados em nossa terra” – pode até perceber-se e aceitar-se como construção de um mito de origem, mas não é historicamente exata. Ao fazê-lo, o grande ensaísta brasileiro acaba por ajudar a criar uma autoimagem nacional distorcida que expele do eu nacional – resultado de intensa miscigenação – parte importante da sua própria identidade.

O *estranhamento* inicial do primeiro contacto foi, entretanto, de tal forma profundo que o primeiro nome – Terra de Vera Cruz – com que a nova terra foi crismada por Cabral acabou por não vingar, como se as circunstâncias ou os deuses conspirassem para negar aos lusos o direito de batismo que assumiam ter:

Ao chegarem às costas brasileiras, os navegadores pensaram que haviam atingido o paraíso terreal: uma região de eterna primavera, onde se vivia comumente por mais de cem anos em eterna inocência. Deste paraíso assim descoberto, os portugueses eram o novo Adão. A cada lugar conferiram um nome – atividade propriamente adâmica – e a sucessão de nomes era também a crônica de uma gênese que confundia com a mesma viagem. A cada lugar, o nome do santo do dia. Todos os Santos, São Sebastião, Monte Pascoal. Antes de se batizarem os gentios, batizou-se a terra encontrada. De certa maneira,

desta forma o Brasil foi simbolicamente criado. Assim, apenas nomeando-o se tomou posse dele como se fora virgem. (Todorov, 1983, citado em Cunha, 1992, p. 9)

Com base na data da partida da esquadra para o Oriente – 3 de maio, quando a Igreja Católica celebra a data em que Santa Helena teria encontrado (Jerusalém, 396 AD) a verdadeira cruz em que Cristo foi morto no Gólgota – Pedro Álvares Cabral deu ao território esse nome: Terra de Vera Cruz. Uma designação que tinha ainda a vantagem de ficar a assinalar a integração do novo território no património da Ordem de Cristo. Mas o nome de origem religiosa não vingaria e o que viria a prevalecer seria a designação de Brasil, o mesmo nome da árvore que existia em abundância ali mesmo ao longo do litoral da terra “novamente achada”.

Do pau-brasil ou pau-de-tinta, designado pelos nativos de ibirapitanga ou arabutã, (*caesalpinia echinata*) – que os europeus já conheciam da Ásia, onde tinha a mesma designação (Pinto, 1990, p. 118) – extraía-se uma polpa vermelho-brasa usada como tintura na indústria têxtil para tingir linhos, sedas e algodões em tom carmesim ou púrpura, “a cor dos reis e dos nobres”. Muito procurado e por isso valioso, o pau-brasil tornou-se o primeiro produto da terra com valor de mercado a ser exportado para a Europa, acabando assim, nessa versão das coisas, por dar o nome ao território, prevalecendo – para grande desgosto dos humanistas da época – a designação de origem comercial sobre a de inspiração religiosa.

Deus e o Diabo em luta pelo destino do Brasil

À luz da mentalidade da época, em que temporal e espiritual se misturavam, a questão do nome traduzia um verdadeiro embate entre Deus e o Diabo pelo destino da nova terra. Em meados do século XVI, João de Barros lamentava já que “o nome de um pau que tingem panos” importasse mais do que aquele que “deu tintura a todos os sacramentos por que somos salvos”, apelando a todos quantos o lessem que dessem a essa terra “o nome que com tanta solenidade lhe foi posto”. E isso sob pena de essa mesma cruz “que nos há de ser mostrada no dia final, os acusar de mais devotos do pau-brasil do que dela” (Barros, 1920). Um apelo que outros autores da mesma época – Castanheda (1554), Damião de Góis (1556) e Pero Magalhães de Gândavo (1570) entre outros continuarão, em vão, repetindo ao longo dos anos:

Porque na verdade mais é de estimar e melhor soa aos ouvidos da gente cristã o nome de um pau em que se obrou o mistério de nossa redenção que o de

outro que não serve mais que para tingir panos ou coisas semelhantes. (Gândavo, 2004, p. 47)

A ideia de perda do sentido religioso que o primeiro nome encerrava acaba por ser interpretada como uma vitória do Mal contra o Bem, do Diabo contra Deus. Uma interpretação que haveria depois se acentuar quando os europeus, ultrapassadas que foram as primeiras impressões edénicas se depararam com o lado perturbador e perigoso da natureza tropical e com os comportamentos das populações locais que inteiramente os chocavam e não sabiam interpretar se não à luz dos seus quadros mentais herdados da Idade Média:

(...) são estes índios muito desumanos e cruéis, não se movem a nenhuma piedade: vivem como brutos animais sem ordem nem concerto de homens, são muito desonestos e dados à sensualidade e entregam-se aos vícios como se neles não houvera razão de humanos (...). A língua de que usam (...) carece de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida. (...) Todos comem carne humana e têm-na pela melhor iguaria de quantas pode haver: não de seus amigos com quem eles tem paz se não dos contrários. Têm esta qualidade estes índios que de qualquer cousa que comam por pequena que seja hão de convidar com ela quantos estiverem presentes, só esta proximidade se acha entre eles. (Gândavo, 1995 e 2004)

Essa ambivalência na perceção europeia da América era acentuada pela própria ambivalência que na mesma época se vivia na Europa:

Na época em que se descobriu a América, a Europa mergulhava num período ambíguo caracterizado pela alternância das Luzes e das Trevas. De um lado, o Renascimento, a retomada do crescimento económico, o próspero comércio transoceânico; de outro, os manuais do inquisidor, a caça às bruxas, as fogueiras e a institucionalização da tortura. No imaginário europeu, o Brasil foi simultaneamente Paraíso e Inferno. Enviava à metrópole cargas preciosas de metal e pedras rutilantes. Enviava também a carga danada de presumíveis inimigos de Deus e do credo católico, que, uma vez processados e torturados pela Inquisição, saíam condenados nos Autos de Fé. (Souza, 1994)

Quase um século depois de João de Barros ter lamentado que o nome de inspiração divina não tivesse prevalecido, Frei Vicente do Salvador (1564-1636) ainda aponta o facto como explicação última para as dificuldades e os males de que a nova terra padecia – desatenção ou desprezo dos monarcas (que “do Brasil não se quiseram intitular”) e dos povoadores (que “usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários”). Razões pelas quais “não permanece o

Brasil, nem vai em crescimento”, e às quais se pode ajuntar – escreve o autor - a de “lhe haverem chamado Estado do Brasil, tirando-lhe o de Santa Cruz, com que pudera ser estado e ter estabilidade e firmeza” (Salvador, 1982, pp. 57-58). Mas os apelos para que se voltasse a usar o primeiro nome, de origem religiosa, não surtiram o efeito desejado, sendo o profano, de origem comercial e prática, que acabou por vingar. Como se o futuro país tivesse *ab initio* rejeitado o nome de batismo de inspiração religiosa e pia que lhe fora atribuído pelos primeiros portugueses a chegar ao território, assumindo desde logo, *ipso facto*, um destino próprio...²⁵

A tese de que o nome do país se originou do nome do pau-brasil vai ser repetida ao longo dos séculos seguintes por vários autores – Frei Vicente do Salvador (1627), Nuno Marques Pereira (1728) e Sebastião da Rocha Pita (1730) – acabando por consolidar essa ideia junto do grande público, e tornando-a praticamente lugar comum geralmente aceite.

Brasil – um nome à procura de um território

No entanto, ainda que essa explicação sobre a origem do nome Brasil tenha acabado por obter consagração na historiografia do país, a partir do século XIX uma outra hipótese, ainda por investigar em profundidade, começou a surgir – a da sua possível origem celta. Nessa versão, o nome Brasil teria vindo do termo celta “bress” – radical gaélico associado a tudo o que é grandioso, belo, notável, poderoso... que dá origem ao nome próprio Breasal, um deus da mitologia irlandesa – que estaria na origem da ilha mítica Ho Brasile, Hy Brassail ou Hy Brazil, ilha Brasyll, concebida como verdadeiro paraíso terrestre, associada à lenda das navegações do irlandês São Brandão pelo Atlântico em busca da Terra Prometida. A lenda, de fundo comum indo-europeu, sobre a existência dessa ilha ou ilhas paradisíacas, foi muito divulgada no século XII, o que acabou por lhe conferir foros de realidade, a ponto de começar(em) a aparecer registada(s) na cartografia, pelo menos desde 1325, ora com o nome de Ilhas Afortunadas de São Brandão, ora de Ilha Brasil. A sua localização nos mapas varia ao longo do tempo, ainda que sempre a ocidente da Europa continental, mas também das Canárias, Açores (onde existe, na Terceira, um Monte Brasil anterior à chegada dos portugueses a terras de Vera Cruz) e até de Cabo Verde.

²⁵ Lembrando, obviamente, que as populações autóctones que habitavam o território que viria a ser designado por Brasil já tinham as suas próprias denominações para aquelas terras.

Em 1507, a “Ilha Brasil” aparece no *mapa-mundi* de Waldseemuller em que surge pela primeira vez o nome América nas terras do “Novo Mundo” (Bueno, 2003, p. 36). Brasil de vermelho-brasa do pau-brasil ou Brasil do radical gaélico bres, grandioso? (Cantarino, 2004). Provavelmente uma sobreposição dos dois, dada a similitude de pronúncia e da própria etimologia, já que num como noutro caso está presente a ideia de brilho intenso, seja no sentido literal e físico da cor da polpa do pau-brasil, seja no sentido metafórico dos imaginados atributos paradisíacos da mítica Ilha Brasil....

Que os autores católicos da época como João de Barros e seguintes tenham preferido a primeira variante para explicar a origem do nome pode explicar-se pelo facto de a segunda derivar de um mito pagão. Mas a verdade é que nos primórdios das descobertas portuguesas havia a ideia de que o novo território, a Terra de Santa Cruz, era a Ilha Brasil, de acordo com a antiga lenda de que os navegadores tinham certamente conhecimento. A ela parece, aliás, remeter o próprio Caminha quando escreve, no final da Carta ao Rei D. Manuel: “Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz...”

Em qualquer caso, Brasil começou por ser um nome à procura de um território: “primeiro houve o nome, depois o lugar que foi nomeado” (Souza, 2001, 66).

Em busca de um relato alternativo

O episódio da atribuição do nome ao Brasil pode ser encarado como relevante a vários títulos. Em primeiro lugar, porque ele mostra como tudo ou quase tudo que se prende com a narrativa portuguesa sobre o Brasil – a começar pelo próprio nome! – tende (sobretudo da independência política para cá) a ser questionado, procurando-se, sempre que possível, alternativas para uma outra história, em que o papel dos portugueses surge, regra geral, relativizado ou diminuído, mesmo quando a intenção aparente inicial não tenha sido essa.

Essa busca incessante de um relato alternativo já é, em si mesma, um sintoma de claro *desconforto com a narrativa oficial* ou, melhor dizendo, com as narrativas consagradas dominantes. É, em última análise, um sintoma de desconforto com a própria identidade. Mas nem sempre essa busca é suscitada por uma saudável procura da verdade histórica, para repor a verdade dos factos, antes por se considerar que esta de todo em todo não existiria, tudo não passando de descrições ao serviço destes ou daqueles interesses, favoráveis ou desfavoráveis a

esta ou aquela nação, a este ou aquele grupo, a este ou aquele indivíduo, já que os historiadores – no seu papel de pesquisa, escolha, ordenação e interpretação de documentos – são sempre condicionados pelas circunstâncias da época e sempre, em última instância, subjetivos, logo incapazes de isenção.

Um bom exemplo desta perspectiva de total relatividade da história, que estaria assim sempre aberta a escolhas subjetivas, é esta afirmação taxativa que serve de frontispício e princípio orientador a uma obra recente sobre “como escrever a história do Brasil”:

História verdadeira é a que serve aos interesses de um país, como um todo, em certa circunstância; como mudam os tempos e os interesses, o que requer que se escreva nova interpretação do passado, ou seja, uma nova história, *não há uma história intrinsecamente verdadeira* (destaque nosso). (Garcia, 2014, p. 21)

Nem todos os historiadores brasileiros subscreverão tal assertiva; mas ela existe e merece ser assinalada. A controvérsia sobre a origem do nome é também relevante pela *leitura simbólica* que autoriza. Numa visão religiosa, como era a dos autores do século XVI, sinal da eterna luta entre Deus e o Diabo, o Bem e o Mal, pelos destinos do país. Numa visão profana, mais prosaicamente, por assinalar o contraste entre um nome corrente – o de um simples pedaço de madeira, induzindo pequenez, e, em contraposição, um nome mítico, recheado de visões e aspirações edênicas, instituindo assim um princípio de grandeza.

O debate sobre a origem do nome concentra, portanto, em si mesmo, toda a problemática do contraste entre a narrativa histórica portuguesa e/ou luso-brasileira consagrada – as navegações como saga épica de inspiração divina com finalidade civilizacional – e a(s) narrativa(s) brasileira(s) que se pretende(m) alternativa(s) como forma de afirmação nacional independente.

Nessa visão, na questão do nome, estariam, de um lado, os prosaicos portugueses e, do outro, os visionários brasileiros. Com o “picante” adicional de o novo território e futuro país ter rejeitado a designação que lhe queriam dar, como que assumindo dessa forma *ab initio* o seu próprio destino, assim marcado à nascença por um sentido de independência e uma promessa de grandeza. Mas também com uma nota de ambivalência, já que oscila entre a origem prosaica e utilitária do pau-brasil e o mito de origem celta da lenda pagã envolto num sonho de grandeza, quiçá trazendo já no bojo, em potência, a futura assertiva de que “Deus é brasileiro” ...

Após tamanha controvérsia, em que as pistas se baralham e confundem nas brumas do tempo, sem que as fontes possam ser fixadas com precisão, ninguém parece hoje em condições de dizer com inteira segurança – como admite o professor norte-americano Stuart B. Schwartz, especializado em história da América Latina – “se a madeira recebeu o nome devido à terra ou se a terra adotou o nome da madeira” (Schwartz, 2000, p. 106).

Destino grandioso ou realidade prosaica?

As duas versões sobre o nome não são, entretanto, necessariamente excludentes, já que “a terra do pau-brasil era a Ilha Brasil” e foneticamente os termos confundem-se. Por outro lado, os portugueses não deixam, nessa história, de ter o seu papel, pois foi com eles e por eles que, numa e noutra das versões da origem do nome, o Brasil surgiu. Além do que sempre se poderia argumentar que o nome de Vera Cruz em nada era inferior, em termos de inspiração divina e até de grandiosidade de destino, ao do nome Brasil de origem pagã que acabou por vingar, descartados que foram, de caminho, os prosaicos “terra dos papagaios” e “terra dos lençóis” (imagem que as vastas extensões de areia das praias sugeriam, à distância, aos marinheiros) que também foram usados por breve período.

Em qualquer caso, tanto no nome de origem comercial como no de origem mítica, é interessante notar a convergência ou coincidência dos significados que eles comportam com hábitos e crenças dos povos locais. A tinta extraída do pau-brasil era vermelha como vermelha era a cor preferida dos ameríndios:

o que se pode concluir é ser a preferência pelo encarnado no brasileiro um traço de origem principalmente ameríndia. (...) Qual fosse o motivo fundamental da preferência do selvagem pelo vermelho não é fácil de precisar: talvez o facto de ser a cor do sangue e, por isso mesmo, misticamente prestigiosa entre povos entregues ainda à caça e à guerra permanente. (Freyre, 2004, pp. 175-177)

Por outro lado, a própria ideia mítica da Ilha Brasil, mesmo que de origem pagã, não contrariava a ideia de paraíso de que estavam certamente imbuídos os navegadores dos séculos XV e XVI. E – pesem embora todas as profundas diferenças entre o universo religioso cristão e o universo religioso tupi – vai também ao encontro da mística da Terra Sem Mal cultivada pelos índios tupi-guarani, o que facilitou aliás a aproximação dos sacerdotes jesuítas às comunidades locais: “Na superfície da Terra, não há, por certo, povo ou tribo a que se aplique melhor do que

ao Guarani a palavra do Evangelho: Meu Reino não é deste mundo... Toda a vida mental do guarani converge para o Além” (Schaden citado em Clastres, 1978, p. 86).

Mito geográfico de alcance político

Noutra perspetiva, a “Ilha Brasil” foi conceito cultivado longamente pela Coroa portuguesa e consagrado na cartografia da época (lusitana, primeiro, europeia, depois) como mito geográfico de alcance político: subtrair a “Província” de Santa Cruz aos limites traçados pelo Tratado de Tordesilhas.

Concebendo o território, a partir de informações indígenas filtradas, como ilha de dimensões continentais rodeada pelo Atlântico, a oriente, e dois grandes rios (Amazonas e Prata), a ocidente, supostamente unidos na nascente por um grande lago de múltiplas designações – Dourado, Lagoa Eupana, Laguna encantada de Paytiti, Paraupaba... – conferia-se à nova possessão o estatuto de entidade territorial distinta, claramente separada dos territórios espanhóis por “fronteiras naturais” (Couto, 2000, p. 63).

Essa foi, pelo menos, a interpretação de Jaime Cortesão, expressa nos cursos que ministrou no Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1944-1950) sobre História da Cartografia e fronteiras brasileiras. Segundo o historiador português, teria presidido à formação territorial do Brasil uma razão geográfica de Estado oposta ao Tratado de Tordesilhas, iniciada no século XVI e prolongando-se depois no tempo,

a ponto de a podermos reencontrar no pensamento de Alexandre de Gusmão e subjacente à estratégia arquitetada por Portugal para a negociação do Tratado de Madrid (1750). Nesse sentido, os mapas antigos funcionariam como reflexo particularmente tangível da consciência precoce da unidade geográfica, económica e humana desse território inteiro e da vontade política de o dominar. (Oliveira, 2017).

Numa observação que certamente não desagradou aos seus muitos amigos brasileiros, Cortesão foi mesmo mais longe, ao remeter os primórdios do Estado brasileiro para finais do século XV, quando Portugal e Espanha negociaram o Tratado de Tordesilhas: “Estamos firmemente convencidos de que as negociações para esse tratado, por parte de D. João II, são o primeiro acto político, e a primeira deliberada afirmação do Estado brasileiro” (Cortesão, 1969, p. 18). Na visão do historiador, pela intuitiva sagacidade da Coroa portuguesa plasmada na diplomacia da época, o Brasil teria tido as suas fronteiras – e com elas o seu destino – traçadas

antes mesmo do seu nascimento, antes da descoberta oficial e do batismo! Magnoli situa, entretanto, essa interpretação no contexto da legitimação retórica do Estado nacional brasileiro, a par da ideia – igualmente unificadora – de que haveria já um esboço de “língua geral” entre os nativos:

Cortesão não foi pioneiro na montagem desse mito de legitimação nacional: o que ele fez foi sintetizar e refinar uma série de obsessões nacionais nascidas no Brasil imperial do século XIX. Também a idealização da língua geral surgiu no Império, quando se empreendeu pela primeira vez a aventura de contar a história da nação. Essa idealização procede pela abstração do processo histórico de submissão dos ameríndios. (Magnoli, 1997, pp. 53-54)

Afinal, como refere o próprio Magnoli, “em termos de legitimidade, o passado é tanto melhor quanto mais remoto. A perfeição consiste em ancorar a nação na própria natureza, fazendo-a anterior aos homens e à história” (Magnoli, 1997, p. 17).

Tal é a complexidade que envolve a questão do nome, que remete desde a inspiração divina – os desígnios de Deus dirigindo a frota de Cabral rumo à nova terra, como escreveria D. Manuel (na esteira de Caminha) dando notícia do achamento aos reis de Espanha (“... a qual pareceu que Nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse porque é mui conveniente e necessária à navegação da Índia...” (Pereira, 1979, p. 58) – passando pela ideia mítica pagã de uma ilha paradisíaca perdida algures no oceano, vinda já da Idade Média e convergente, afinal, com a mítica Terra sem Mal dos indígenas – até à simples e prosaica designação com base no nome da primeira riqueza disponível encontrada – o pau-brasil.

Para os crentes, a prevalência do prosaico sobre o mítico, encerrava, entretanto, um sentido premonitório, pouco auspicioso: era como se a predominância do termo laico sobre o religioso tivesse marcado um destino negativo para o país. Como escreve Laura Mello e Souza,

parece bastante óbvio que a oscilação entre o nome mítico e o comercial condicionou certas interpretações negativas sobre o país: terra de degredados, fadada ao fracasso, por motivos vários corrompida desde o início, quando um nome profano, mundano e de inequívocas implicações íferas solapou o nome santo que lembrava a remissão dos pecados humanos e que se procurava celebrar não apenas com a cruz de pedra (ou madeira) erguida na praia como com a cruz de estrelas localizada no céu. Por tudo isso, o que aconteceu com a nomenclatura é bem mais do que a aplicação continuada de uma pura metáfora. Outras colônias adquiririam colorações negativas e até mesmo malditas, não fossem elas, de saída, designadas como local de degredo para

criminosos e hereges, que assim purgavam seus pecados em infernos provisórios – como o é, de resto o próprio Purgatório dos católicos. *Fato ímpar entre terras coloniais, o Brasil seria a única, contudo, a trazer essa relação tensa inscrita no próprio nome, que lembraria para sempre as chamas vermelhas do inferno.* (destaque nosso) (Souza, 2001, p. 83)

Negação da descoberta: uma “ficção” de que os portugueses estão ausentes...

Na procura incessante de uma narrativa alternativa, para além da controvérsia sobre o nome, alguns autores chegam a negar, como já foi dito, a própria descoberta, que consideram não ter passado de um ato ensaiado, uma verdadeira ficção histórica. Outros vão ainda mais longe – não só negam a descoberta propriamente dita, como tentam inclusive extirpar qualquer papel que possa ser atribuído aos portugueses na formação do Brasil. Este exemplo, retirado de Fernando Cacciatore de Garcia, é eloquente:

Na verdade, *o Brasil atual seria fruto da evolução essencial e unicamente brasileira* (destaque nosso) de nossa história, reflexo, em primeiro lugar, daquela *Harmonie* vista por Martius, que independe e, na verdade, se opõe ao mais característico do português como colonizador. (Garcia, 2014, p. 63)

Onde von Martius, em carta a Goethe datada de fevereiro de 1825 (Martius citado em Garcia, 2014, p. 34) tinha visto, a partir da observação da natureza brasileira, uma revelação de Harmonia – o nosso autor vê um processo de autoafirmação do qual pretende extirpar ou desvalorizar o elemento português:

Desse modo, o que houve não foi a “descoberta do Brasil”, mas a “chegada ao que seria o Brasil” daqueles diferentes tipos de seres humanos que, depois de longa e contínua evolução, construíram nosso país atual e que para aqui vieram em datas diferentes.” Tudo isso sob coordenadas “apenas brasileiras” (sublinhado nosso) (Garcia, 2014, p. 63)

O *estranhamento* atingia aqui o seu paroxismo, chegando à rejeição. Não espanta, neste quadro, que os brasileiros nunca tenham decretado feriado nem muito menos celebrado a data da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500, às terras que viriam depois a constituir o Brasil, *instituído assim pelo silêncio e pelo apagamento da memória – a rasura*, de que fala Eduardo Lourenço (2004, p. 136) – o seu aparentemente definitivo *estranhamento* em relação a Portugal.

O Brasil, que já tinha rejeitado o nome inicial que os portugueses lhe quiseram dar, acabava assim, no desenvolvimento de reiteradas e diversas visões críticas dos seus intérpretes e historiadores por negar a própria descoberta do território e até o específico papel dos lusos no início da sua história. Como diria Lourenço, enquanto os portugueses imaginam que continuam a arribar às praias de Vera Cruz, onde desde sempre Deus tinha decretado que os índios (e sobretudo as índias), os esperavam, não se dão conta de que, “na outra margem, no relógio do tempo vivo, havia apenas brasileiros já avisados de que Álvares Cabral vinha descobri-los” (Lourenço, 2004, p. 160).

1.4. Do *estranhamento* ao confronto – um processo histórico secular

Como se chegou até aqui?

O *estranhamento*, como vimos, remonta ao início do próprio processo de colonização, em 1500, começando por ser uma reação compreensível, de uma parte e de outra, resultado do contacto com realidades naturais, culturais e humanas de uma dimensão e natureza completamente desconhecidos. Um verdadeiro “choque de civilizações”. Mas o seu aprofundamento a ponto de se transformar, nalguns casos, em rejeição, desdém, hostilidade e até violento confronto não deriva propriamente daí. Antes parece ser fruto de um processo histórico posterior de três séculos em que houve simultaneamente adaptação e forte antagonismo, confronto e aliança, guerra e paz, desentendimento e cooperação, comunicação e incomunicação

Uma evolução hipercomplexa em que os intervenientes se foram, ao longo do tempo, misturando e metamorfoseando e que acabaria por desembocar, em 1822, na independência política do Brasil em relação a Portugal, com a criação posterior de uma nação diferenciada, conservando os traços indeléveis das diferentes heranças, mas ao mesmo tempo distinta de todas as suas matrizes originais.

Do conjunto de tensões e conflitos que eclodiram ao longo desse período no interior da complexa sociedade que foi sendo criada pela colonização portuguesa no Brasil, alguns deles merecem particular destaque pela intensidade dos confrontos e pelas repercussões políticas de curto e longo prazo que tiveram. Vejamos, resumidamente, cada um deles (Vicentino & Gianpaolo, 2006, pp. 361-378).

a) “Revolta de Beckman” – Maranhão, 1684

Colonos, comerciantes da metrópole e jesuítas envolvem-se em confronto na sequência de decisão da Coroa (1680) de mandar libertar todos os índios escravizados na região, por forma a dar cumprimento efetivo às determinações da Carta Régia de 1570, que só autorizava a escravização dos aborígenes capturados na sequência de “guerra justa” – quando os colonos enfrentavam a oposição de tribos hostis. A medida, instigada e apoiada pelos jesuítas, é combatida pelos produtores locais, que dependiam do trabalho indígena para o plantio de algodão, coleta das chamadas “drogas do sertão” e criação de animais.

Em 1682, tentando ir ao encontro das necessidades dos colonos, o governo da metrópole cria a Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, que tem entre as suas incumbências o compromisso de assegurar a importação de 500 escravos africanos por ano ao longo de duas décadas, ficando, entretanto, também com o monopólio do comércio da região com a metrópole. A medida não resolve o problema. A Companhia, segundo os produtores, não só não cumpre satisfatoriamente o compromisso do fornecimento de escravos, como instaura uma troca excessivamente desigual, cobrando muito pelo que vende e muito pouco pelo que compra aos colonos.

Liderada pelos irmãos Manuel e Tomás Beckman, a revolta eclode: os lavradores ocupam a Câmara Municipal da capital maranhense, São Luís, expulsam os dirigentes da Companhia e os Jesuítas do território e formam um governo provisório para gerir a situação até que o conflito fosse dirimido. Embora os colonos mantivessem uma posição de lealdade à Coroa, a metrópole reage com dureza – nomeia novo administrador, que chega acompanhado de um destacamento militar reforçado, os líderes do movimento são presos e dois deles – Manuel Beckman e Jorge Sampaio – condenados à morte. Entretanto, sufocada a revolta, o governo da metrópole acaba, um ano depois, por extinguir a Companhia de Comércio do Maranhão.

b) “Guerra dos Emboabas” – Minas Gerais, 1707-1709

Conflito surgido na sequência da descoberta de minas de ouro em Minas Gerais. Opôs os que fizeram as primeiras descobertas e primeiro começaram a exploração – vindos de São Paulo – a todos os que, às centenas, começaram depois a afluir à região, atraídos pela miragem da riqueza fácil. Estes

“forasteiros” foram cognominados derrisoriamente pelos paulistas de “emboabas”, termo de origem tupi que significa “ave de pés emplumados”, numa alusão ao facto de boa parte deles usar botas.

A “febre do ouro” toma conta do Brasil e também de Portugal, com milhares de pessoas convergindo para as regiões mineiras. A população de Minas cresce exponencialmente (perto de 30.000 habitantes em 1705) e os “emboabas” tornam-se maioria, organizando milícias para expulsar os paulistas. Desencadeia-se uma verdadeira guerra civil localizada, uma luta fratricida pelo controlo do poder, das terras e das riquezas minerais, com vários episódios sangrentos e cruéis, sem que a metrópole consiga pôr termo ao confronto.

Em 1708, entretanto, a supremacia emboaba é já evidente, sendo o seu líder, Manuel Nunes Viana, aclamado governador. Um ano depois, o conflito termina com a derrota completa dos paulistas, vencidos na batalha do Rio das Mortes e obrigados a deixar a região. Em 1710, para recuperar finalmente o controlo, a metrópole cria a Capitania Real de Minas Gerais, separada das capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro, instalando uma nova estrutura administrativa e fundando várias cidades – incluindo Vila Rica, atual Ouro Preto. Começa também a cobrança mais organizada e sistemática dos tributos sobre a exploração dos metais preciosos da região.

c) “Guerra dos Mascates” – Pernambuco, 1710-1711

Conflito que em 1710-1711 opõe as vilas de Olinda e Recife pelo controlo do poder político em Pernambuco. Inicialmente conhecido por “sedição” ou “alterações de Pernambuco”, o confronto travado entre a velha aristocracia rural de Olinda, de um lado, e a nascente burguesia comercial do Recife, do outro, passa a ser conhecido, a partir de finais do século XIX, por “Guerra dos Mascates”, título homónimo da novela histórica que José Alencar escreve no final do século sobre o assunto. “Mascates” era o termo pejorativo utilizado pelos senhores de engenho e detentores do poder político de Olinda, antiga capital da “Nova Lusitânia” de Pernambuco (1537), ciosos dos seus privilégios, para designar os comerciantes do Recife, cuja nascente riqueza e cada vez maior poder suscitava grande rivalidade.

A outorga do estatuto de vila a Recife (Carta Régia de 1709), destacando-a do poder administrativo de Olinda, leva essa rivalidade ao rubro. Considerando-se traídos pela Coroa pelo facto de esta ter autonomizado Recife sem os consultar, num clima de hostilidade e tensão crescentes, os senhores de engenho de Olinda mobilizam uma milícia rural e, em 1710, assaltam Recife, dando início

ao conflito, que se irá prolongar até final do ano seguinte. A sede do poder local é invadida e saqueada, a ordem régia queimada e o capitão-mor obrigado a fugir.

A guerra só termina em outubro de 1711, quando o novo capitão-mor nomeado pela Coroa chega a Pernambuco à frente de uma unidade militar. Mais de 150 pessoas são presas e os líderes do movimento condenados por crime de lesa-majestade, tendo os seus bens confiscados. Em 1714, porém, D. João V amnistia os revoltosos, devolvendo-lhes os bens, num gesto interpretado como tendo por objetivo recompor a economia açucareira local. Entretanto, a autonomia do Recife mantém-se e o novo centro populacional passa a sede administrativa de Pernambuco (1712), enquanto Olinda nunca mais irá recuperar a sua antiga importância e o seu passado esplendor.

d) “Revolta de Vila Rica” - Minas Gerais, 1720

Nos escassos quatro anos em que esteve como Governador de Minas Gerais (1717/1721), Pedro Miguel de Almeida Portugal, conde de Assumar, não teve vida fácil. Na sua própria leitura da situação, o ambiente era explosivo:

(...) a terra parece que evapora tumultos: a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo e amotinada lá por dentro, é como no inferno” (Vicentino & Gianpaolo, 2006, p. 368).

O caso não era para menos. Enquanto esteve à frente dos destinos da nova capitania, o conde teve que enfrentar nada mais nada menos do que 16 (dezasseis!) protestos de colonos contra as cada vez mais estritas medidas da Corte destinadas a garantir a arrecadação tributária sobre a exploração das riquezas minerais locais. Segundo os registos históricos, o mais grave desses motins ocorreu entre junho e julho de 1720, quando os colonos protestaram contra a criação de Casas de Fundição destinadas a transformar obrigatoriamente todo o ouro coletado em barras, descontando à cabeça 20% sobre o valor – montante do imposto devido à Coroa, o famigerado “quinto dos infernos”.

O líder dos protestos, Filipe Santos, exigia que as Casas de Fundição não fossem criadas, denunciando ao mesmo tempo a corrupção da administração colonial, chegando a apelar à desobediência e concitando à morte do Governador. O conde de Assumar começou por dar a entender que aceitava as reivindicações, mas logo que a agitação esmoreceu, um regimento militar de 1500 homens especialmente criado para enfrentar motins na região mineira, prende a maior parte dos

rebeldes e o líder do movimento acaba por ser condenado à morte e esquartejado, numa antecipação do que viria, quase sete décadas mais tarde, a acontecer também com um dos conjurados da mais conhecida insurreição de Minas: Tiradentes.

e) “Conjuração/Inconfidência Mineira” – Minas-Gerais, 1789

Inspirada nas ideias liberais e iluministas e estimulada pelo exemplo da emancipação dos EUA do domínio britânico (1776), a conspiração mineira de 1789 – Conjuração para os revoltosos, Inconfidência para a Corte – teve como principal motivação o descontentamento dos setores sociais dominantes com a administração colonial portuguesa e a sua dura política fiscal. Proprietários rurais e de lavras auríferas, comerciantes, magistrados, intelectuais e alguns chefes militares confabularam no sentido de se oporem à execução da chamada derrama – expediente legal decretado pela metrópole para extrair da capitania o valor do imposto, fixado em 100 arrobas de ouro anuais.

Com o decréscimo da produção, a capitania acumulava dívida, que o Governador podia cobrar compulsoriamente através de um imposto individual proporcional aos rendimentos de cada um, que podia chegar ao confisco de bens. O expediente suscitava natural descontentamento e animosidade que, em 1788, se agravaram com o comportamento do Governador D. Luís da Cunha Menezes, acusado de despotismo e assim denunciado em cartas dirigidas à rainha D. Maria I pelo então Ouvidor Geral de Vila Rica, o advogado e poeta formado em Coimbra, Tomás António Gonzaga, que das maleitas do governante fazia velado retrato mordaz nas suas *Cartas Chilenas* (Gonzaga, s.d., p. 14):

E há de bem governar remotas terras
Aquele que não deu, em toda vida
Um exemplo de amor à sã virtude?

Para recuperar a credibilidade, a Corte procede à substituição do Governador: Luís António Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, substitui no cargo Luís da Cunha Menezes. Recebido com hostilidade, o novo governante adia, mas não afasta a possibilidade do confisco e por isso os conjurados mantêm o plano de revolta, que culmina numa série de reuniões em que participa alta patente militar – Francisco de Paula Freire, chefe do Regimento dos Dragões.

Fica acertado desencadear a insurreição no próprio dia em que fosse anunciada a derrama, contando com o descontentamento popular para o sucesso do movimento. Objetivos – decretar a separação da região de Minas Gerais e Rio de Janeiro do resto da Colónia e, por

consequência, de Portugal; redigir uma Constituição própria e instaurar um governo provisório por três anos até à realização de eleições. Mas a conspiração é denunciada e os conjurados presos, julgados e condenados à forca. Das mais de três dezenas de envolvidos, 11 dos quais condenados à morte, um único não tem a pena comutada em degredo – o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por Tiradentes, que a República brasileira transformará, um século mais tarde, em herói nacional.

O historiador brasileiro Capistrano de Abreu não considerou o conflito de Minas suficientemente relevante, a ponto de não o incluir nos seus Capítulos de História Colonial. Em contraposição, o historiador britânico Kenneth Maxwell atribui-lhe “importância crítica, devido ao seu impacto sobre a elite branca do Brasil e na política imperial do governo metropolitano” (Maxwell, 1978, p. 14).

f) “Conjuração Baiana” ou “Revolta dos Alfaiates” – Bahia, 1798

Ocorre em Salvador, capital da Bahia, fruto do descontentamento generalizado com o agravamento da situação económica que afeta sobretudo as camadas pobres da população. A alta do açúcar no mercado internacional tinha provocado o alargamento da área de cultivo da cana em prejuízo da produção de bens alimentares, o que gerou escassez e subida dos preços, despoletando a revolta. Participam no levantamento sobretudo pequenos comerciantes e proprietários, entre eles vários alfaiates – daí a designação popular do movimento – aos quais se associam muitos negros livres ou alforriados e também – facto inédito – várias mulheres negras.

Pela primeira vez no Brasil uma sublevação – provavelmente sob influência da revolta de escravos do Haiti (1791-1804) – coloca a questão do fim da escravatura. Na leitura de Faoro,

enquanto em Minas se encontrou um expediente manipulatório, na Bahia o elemento popular encontra, embora em mínimas proporções, a voz jacobina. Desta vez não havia ambiguidade acerca da escravidão: todos seriam livres. Havia, na sociedade brasileira, uma insatisfação de pardos e artesãos, discriminados na sociedade, que veriam como possível uma aliança com os escravos, num meio onde apenas um terço da população era branca. (Faoro, 1987)

Esta questão afasta da revolta os setores mais conservadores, que embora contrários à situação e inspirados no iluminismo, não concordavam com a abolição do tráfico. É o caso, entre outros, dos maçónicos “Cavaleiros da Luz”, que haviam criado a “Academia dos Renascidos” onde decorriam

encontros e debates sobre a situação. Dois dos seus membros – o médico cirurgião Cipriano Barata e o professor Muniz Barreto – seriam mais tarde eleitos deputados pela Bahia às Cortes liberais portuguesas de 1820.

Como nos casos anteriores, o movimento foi denunciado, seguindo-se uma repressão violentíssima – quatro dos líderes populares (João de Deus, Manuel Faustino dos Santos, Luís Gonzaga das Virgens e Romão Pinheiro) foram condenados à forca e os seus corpos esquartejados, enquanto os membros das classes mais abastadas que permaneceram no movimento tiveram penas de degredo ou foram inocentados.

f) “Revolução Pernambucana” – Pernambuco, 1817

É considerado o maior de todos os movimentos que precederam a independência, tendo ficado popularmente conhecido como a “revolução dos padres”, dada a participação que nele tiveram numerosos clérigos católicos ligados ao recém-criado seminário de Olinda (1800). No dia 6 de março de 1817, os sublevados tomaram Recife e estabeleceram um governo republicano que decretou a tolerância religiosa, a liberdade de imprensa e a separação entre os poderes, mantendo, no entanto, a escravidão.

Entre as causas imediatas da insurreição estão o descontentamento popular provocado pela seca do ano anterior, que levava a uma quebra acentuada da produção de algodão e açúcar, base da economia local; os sucessivos impostos criados para acudir às crescentes necessidades da Corte instalada no Rio de Janeiro a partir de 1808; e o atraso no pagamento dos militares. O movimento procurou alargar-se às capitânicas vizinhas – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará... por forma a criar uma confederação rebelde, mas não obteve sucesso, apesar de ter inicialmente contado com alguns apoios locais que não se sustentaram.

Discordâncias internas, desorganização e falta de apoio militar e munições acabaram por ditar o fracasso final dos revoltosos, cujo governo sucumbiu ao cabo de pouco mais de dois meses. O governo do Rio enviou tropas terrestres e uma força naval que bloqueou Recife. Cercados, os insurretos renderam-se. Os seus principais líderes foram capturados e condenados à morte. No movimento de 1817 é manifesta a crescente influência das ideias liberais e iluministas, que chegavam ao Brasil através dos livros e publicações trazidos da Europa pelos viajantes, cada mais numerosos a partir da abertura dos portos (1808), e dos próprios filhos dos senhores locais que se deslocavam ao velho continente

para estudar, sendo depois as obras difundidas na capitania por intermédio das lojas maçônicas em que se reuniam as elites intelectuais, religiosas e militares. Há também, em 1817, de forma mais acentuada do que noutras revoltas anteriores, uma forte componente antiportuguesa, expressa no grito dos sublevados “Morra todo o marinheiro!”, termo usado para designar os portugueses do Brasil que não aderiam à ideia da independência.

Em qualquer caso – refere Russel-Wood – “a maior parte dessas insurreições foi de duração limitada, carecia de uma base de sustentação mais ampla e raramente teve repercussão além da localidade ou região imediata. Muitas não chegaram a se concretizar e foram traídas ou abortadas prematuramente” (Russel-Wood, 1999, p. 116) ainda que fossem inequívocos sinais de contradições e choques de interesses vários, designadamente entre aqueles que se autoidentificavam mais com a Metrópole, os chamados “reinóis”, e aqueles que se identificavam preferencialmente com a América, ou a periferia, os “nobres da terra”.

1.5. Quando e onde começa o sentimento antiluso?

A simples enumeração das principais revoltas, conflitos e sublevações – e referimos aqui apenas os movimentos mais importantes consagrados na historiografia brasileira, omitindo outros de menor impacto como a “Aclamação de Amador Bueno”/São Paulo (1641), a “Conjura do Rio de Janeiro” (1794) ou a “Conspiração dos Suassunas”/Pernambuco (1801), entre outros – mostra como o vasto e profundo cadinho brasileiro esteve frequentemente – ainda que apenas num ou noutro local – em ebulição.

Por outro lado, se à dezena e meia de conflitos deste tipo, que é possível referenciar entre começos do século XVIII e princípios do século XIX, juntarmos também as guerras e levantes indígenas, que ocorreram entre o século XVI e o século XVIII; a “Guerra dos Palmares”, na segunda metade do Setecentos (sucessivas campanhas militares para aniquilar o quilombo do mesmo nome que resistiu por mais de um século na então capitania de Pernambuco); e ainda as guerras contra os franceses, no século XVI, e contra os holandeses, no XVII, o quadro de efervescência e conflitualidade adensa-se exponencialmente.

Ele vai, aliás, prolongar-se ainda para além da própria independência, em 1822, praticamente até ao início do século XX (“Guerra dos Farrapos” -1835/1845; “Guerra de Canudos” -1896/1897, “Guerra do Contestado” -1912-1916...), o que mostra, só por si, como a emancipação política não

resolveu de forma satisfatória as contradições internas de diferente natureza que vinham de trás, nem todas redutíveis à simples oposição entre “brasileiros” e “portugueses”, obrigando o Estado a intervir tanto no plano ideológico como militar para construir a nação, unificar o sentido e os propósitos das suas diferentes partes constituintes e manter a integridade do território.

No meio de toda esta efervescência e conflitualidade, é difícil precisar onde começou o sentimento antiluso. Como é igualmente difícil e pelas mesmas razões identificar onde começou a formar-se o sentimento propriamente brasileiro de unidade nacional e emancipação política. Como reconheceu Sérgio Buarque de Holanda,

não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América lusitana, dispersos pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começam a sentir-se unidos por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferenças que os separam, e a querer associar esse sentimento ao desejo de emancipação política. *No Brasil, as duas aspirações - a da independência e a da unidade - não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas.* (destaque nosso) (Holanda, 2003, p. 9)

Não é fácil porque a natureza das contradições é diversa e os motivos nem sempre os mesmos nem os mais nobres – descontentamento com a situação económica, nuns casos; protesto contra os impostos, noutros; resistência às leis régias em favor dos índios e por acesso a escravos negros, noutros ainda... ou, então, a partir de finais do século XVIII, depois da independência dos Estados Unidos (1776) e da crescente influência das Luzes, da Revolução Francesa (1789) e do nascente Liberalismo, luta contra o absolutismo, pela liberdade (mas não imediata para os escravos) e, finalmente pela independência, ainda que de início concebida só em termos de emancipação ou autonomia administrativa.

Difícil ainda porque – fora do quadro da luta contra as tribos indígenas hostis e da repressão aos escravos negros rebeldes organizados em quilombos ou em fuga, em que a contraposição é clara – *na maioria das tensões ou conflitos internos o que se observa é estarem, afinal, muitas vezes portugueses de um lado e portugueses do outro das diferentes barricadas* – apenas (mas nem sempre) eventualmente nascidos em diferentes partes do Império.

Do ponto de vista jurídico, todos eram vassallos de El-Rei; mas, do ponto de vista da aplicação do direito, as situações variavam muito de caso para caso, uma vez que no conjunto do império

português *não existia um estatuto unificado da população colonial*, como mostrou António Manuel Hespanha:

Realmente, embora os estabelecimentos coloniais portugueses tenham estado sempre ligados à metrópole por um laço de qualquer tipo, faltou, pelo menos até ao período liberal, uma constituição colonial unificada. Desde logo, faltava um estatuto unificado da população colonial. Alguns, os nascidos de pai português, eram “naturais” (Ord. fil., II, 55), gozando de um estatuto pleno de portugueses, usando o direito português e estando sujeitos às justiças portuguesas. Outros eram estrangeiros, libertos da obediência ao governo e ao direito portugueses. A sua única obrigação era a de aceitarem a pregação e o comércio; mas isto decorria, não de qualquer sujeição ao direito português, mas de normas do direito das gentes. Esta situação de nações livres vizinhas era muito instável, já que os colonos usavam de qualquer pretexto para as reduzir à obediência por meio de uma “guerra justa”. Entre naturais e estrangeiros, existiam situações diversas. Primeiro, a dos vencidos na guerra (justa), cujo destino dependia dos vencedores. De acordo com as leis da guerra, podiam ser mortos, reduzidos a cativo ou mantidos sob um regime mais ou menos duro de sujeição legal ou fiscal. Era o que se passava com os reinos angolanos de N'gola ou com as nações Tapajós ou Tapuia. Finalmente, o estatuto daqueles que celebravam com o rei de Portugal um tratado de vassalagem; a sua integração na ordem política ou jurídica portuguesa estava aí fixada, podendo variar muitíssimo. As instituições políticas nativas eram frequentemente preservadas, como instâncias de mediação com o poder português. Por vezes, portugueses “assistiam” as autoridades locais (como em certas cidades indianas ou sobados africanos). No Brasil, portugueses “de bons costumes” eram enviados como “capitães das aldeias” para governar as aldeias índias, já que a capacidade dos nativos para se auto-governarem era tida como problemática. Esta heterogeneidade de laços políticos impedia o estabelecimento de uma regra regular de governo, ao mesmo tempo que criava limites ao poder da coroa ou dos seus delegados. (Hespanha, 2003, 117-118)

Ambivalência intrínseca

Daí a dificuldade, muitas vezes, em fazer uma leitura unívoca dos diferentes episódios de confronto, sobretudo quanto mais recuados no tempo, quando ainda não se dera a completa metamorfose do português em brasileiro e ela só se dará – como veremos – bastante tarde. O episódio conhecido por “Aclamação de Amador Bueno”, na então ainda vila de São Paulo, em meados do século XVII, é revelador a esse respeito.

De acordo com a narrativa de Frei Gaspar da Madre de Deus (1715/1800), a quem se deve a primeira referência ao sucedido nas suas *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo* (1797), tratou-se de um exaltante momento de lealdade a Portugal. Segundo ele, quando da Restauração, em 1640, por forma a manter a região de São Paulo sob domínio de Castela, os espanhóis que aí habitavam teriam instigado os paulistas a desencadear um movimento de separação da Coroa portuguesa, incitando-os a eleger um rei próprio e negando-se a prestar juramento ao novo rei de Portugal. A escolha recaiu no homem mais rico da região, o senhor de engenho, Ouvidor e capitão-mor Amador Bueno, de origem hispânica; este, porém, recusou e, sob ameaça de morte, correu a refugiar-se no mosteiro de São Bento.

A cena, de acordo com o relato de Frei Gaspar, chega a ser caricata: enquanto os sublevados corriam atrás gritando “Viva Amador Bueno, nosso rei!”, este respondia “Viva D. João IV, nosso rei e senhor, pelo qual darei a vida!” Chegando ao mosteiro, Amador teria fechado as portas e mandado chamar os padres mais respeitáveis. Juntos, teriam então convencido os rebeldes de que o reino pertencia à dinastia de Bragança. E todos, “arrepentidos do seu desacordo”, teriam ido aclamar D. João IV, “com mágoa dos espanhóis”, que também prestaram juramento de fidelidade ao novo rei. Este relato edificante com final feliz de lealdade ao rei e à Coroa portuguesa começou por ganhar consagração oficial, a ele se referindo elogiosamente D. Pedro I, e ganhando chancela de autenticidade por parte do primeiro grande historiador do Brasil, Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878). O episódio, no entanto, seria depois contestado e a polémica instalou-se, abrindo-se espaço para uma interpretação em que se ressalta não tanto a lealdade de Bueno à Coroa portuguesa, mas sobretudo o facto de estarmos perante aquela que teria sido afinal “a primeira sublevação desafiadora do poder monárquico português” (Monteiro, 2007), ou seja, exatamente o contrário.

Não podia, com efeito, haver maior ambivalência sobre os mesmos factos, como se o seu significado mudasse de acordo com a perspectiva, o que acaba por confirmar como a história dos dois países por vezes se entrelaça e mescla até ao ponto de não ser mais possível destrinchá-la.

Afinal, que podemos daqui concluir? Confirmação da hegemonia portuguesa ou primeiro episódio forte do seu questionamento, inaugurando a longa marcha do Brasil rumo à independência?

Provavelmente, os dois, naquela *paradoxal conjugação de antinomias* que, segundo Freyre, como se assinalou acima, acabaria por se tornar o *signal distintivo da cultura brasileira*. Ou, na síntese de Antônio Cândido: “Na nossa cultura há uma *ambiguidade fundamental* (destaque nosso): a de sermos um povo latino, de herança cultural europeia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas” (Cândido, citado em Rossa & Ribero, 2015, p. 71).

Capítulo 2

Do estranhamento ao antilusitanismo: um processo ambivalente

“Antipatias violentas são sempre suspeitas e traem uma secreta afinidade”

William Hazlitt (1878-1830)

Em busca de legitimidade histórica o mais remota possível, numa elaboração teórica posterior à Independência, o irredentismo nativista brasileiro projetou para o próprio começo da colonização o sentimento de “aversão aos portugueses”. A análise dos documentos e da literatura parece, entretanto, indicar que esse sentimento só surge mais tarde – já no século XVIII, após a eclosão de algumas revoltas e confrontos mais marcantes, designadamente em Minas Gerais. Antes disso, e pelo menos por um século, os colonos tinham ainda a ideia de estar a edificar uma “Nova Lusitânia”, sendo o Brasil “Um novo Portugal”. Mas é patente, por outro lado, que junto dos próprios colonos cedo começou a germinar um processo de metamorfose traduzido num sentimento de superioridade sobre a Metrópole induzido pela própria grandeza e riqueza do território. Um processo, portanto, contraditório e ambivalente no qual se misturavam *estranhamentos* vários a par, ainda, de fidelidade (não inteiramente incondicional, antes negociada) ao Reino.

2.1. Longa maturação

O feixe de contradições vem de longe – pelo menos desde finais do século XVIII, quando o enriquecimento e o aumento das populações coloniais, na sequência da descoberta e da corrida ao ouro em Minas Gerais, acabaram por conduzir a uma contestação cada vez mais acentuada do regime de monopólios e privilégios garantidos pela Coroa no âmbito do chamado “Pacto Colonial”, de cariz mercantilista, que assegurava à metrópole o exclusivo do transporte e comercialização dos produtos coloniais e a reserva do mercado da colónia às exportações metropolitanas.

Foi um processo longo, em que os protestos e revoltas se sucederam, como se apresentou no capítulo anterior, ora em torno de uma questão ora em torno de outra, expondo mais e mais os conflitos de interesses e acabando por conduzir a uma tomada de consciência por parte dos colonos do antagonismo que os separava do centro histórico da monarquia. Como assinalou Maria Viotti da Costa,

os colonos, que a princípio se consideravam os “portugueses do Brasil”, acreditando que a única diferença entre os habitantes do império era de área geográfica, percebem, cada vez mais claramente, a incompatibilidade existente entre os seus interesses e os da metrópole. *A luta, que inicialmente se manifesta como uma luta de vassallos contra o rei, muda de sentido, convertendo-se em luta de colonos contra a metrópole.* (sublinhado nosso) (Costa, 1988, pp. 72-73)

Essa mudança de perceção e de atitude não só não aconteceu de um dia para o outro como não teve, de imediato, amplitude nacional. Os numerosos conflitos que referimos foram, na verdade, a maior parte das vezes, reconhecidamente de âmbito circunscrito, local, numa ou noutra das capitânias, não abrangendo nem o conjunto do imenso território, nem envolvendo sequer a generalidade das populações das regiões onde eclodiram, não tendo por isso carácter verdadeiramente nacional contra o domínio colonial externo português; não deixando, no entanto, de ser relevantes para o tema em análise, na medida em que criavam uma memória - ainda que fragmentada – de contraposições e, portanto, de *estranhamento*. Tanto mais que tais confrontos seriam mais tarde “recuperados” pela ideologia nativista quando o nacionalismo nascente passou a fazer uma leitura retroativa para se legitimar na História.

Essa amplitude e essa abrangência estão inclusive ausentes dos três mais importantes desses movimentos, que ocorrem já no final do século XVIII, começos do século XIX, podendo ser vistos, por isso, como o prelúdio da independência, “sementes de tempestades futuras” (Alexandre, 1993, p. 82) – “Inconfidência Mineira” de 1789, “Inconfidência Baiana” de 1798 e “Revolução Mineira” de 1817. A “Inconfidência Mineira” (1789) surgiu basicamente, como vimos, do protesto de um grupo

relativamente reduzido das elites locais – grandes proprietários, um alto funcionário e um suboficial do exército - em defesa dos seus interesses imediatos, atraindo quem tinha grandes dívidas ao fisco e contava pela revolta contra a derrama poder eliminá-las. A “Inconfidência Baiana” ou “Revolta dos Alfaiates” (1798) teve base social e racial mais ampla – a arraia miúda das profissões, incluindo muitos alfaiates (daí a designação popular), artesãos, soldados, muitos mulatos e alguns escravos – traduzindo-se na divulgação e afixação de manifestos pela cidade de Salvador apelando à revolta contra o jugo da metrópole. Mas, nesta como naquela e ainda na “Revolução Pernambucana” de 1817 – a mais radical em termos políticos, na medida em que visava já explicitamente a criação de uma república – parece limitada a amplitude dos respetivos movimentos, na medida em que nenhum visava a abolição da escravatura, o que circunscrevia à partida a respetiva base social de apoio. Outro fator limitativo foi a ausência, em todos eles, de uma forte componente nacionalista, que, a existir, poderia ter contribuído para aglutinar, ao menos momentaneamente, sectores sociais diversos.

2.2. Movimentos limitados ou Revolução Nacional?

Partindo da análise de cada um dos protestos e baseando-se em dados estatísticos sobre os saldos das balanças comerciais entre Portugal e o Brasil na mesma altura, Valentim Alexandre defendeu que, afinal de contas, *nenhuma das “inconfidências” teve como motivação principal e como objetivo básico o ataque ao ponto fundamental da dominação portuguesa – o exclusivo do comércio.*

A razão – escreve o autor – parece-nos clara: em período de euforia económica, de alta de preços dos produtos coloniais, atenuava-se a tensão entre os fazendeiros brasileiros e os comerciantes ligados à metrópole. Sendo os fazendeiros o único grupo social capaz de dar força a um projeto de ruptura conduzindo à independência do Brasil, tornava-se altamente improvável que – enquanto durasse a conjuntura de prosperidade – se viesse a verificar qualquer tentativa séria nesse sentido (Alexandre, 1993, pp. 81-82)

Referindo-se aos movimentos de protesto ocorridos no século XVIII, no Brasil, também o historiador norte-americano Russell-Wood entendeu ser necessário sublinhar as suas limitações:

Um leitor ocasional da história brasileira pode ficar com a impressão de que o século XVIII foi caracterizado por guerras e revoltas. O fervor nacionalista da parte de escritores brasileiros e traduções incorretas de investigadores de língua inglesa reforçaram essa impressão errada: ouvimos falar da “guerra” dos *emboabas*, da “guerra” dos *mascates*, da “revolta” de Vila Rica (1720), da “conspiração” de Minas (1789), da “revolução social” de Salvador (1798)

para referir só alguns casos. Para colocar esses acontecimentos em perspectiva, torna-se necessário referir três pontos. Em primeiro lugar, em caso algum tal causa ganhou o apoio geral de todos os sectores da sociedade; em segundo, em todos os casos o impacto da luta manteve-se localizado, não tendo repercussões fora da zona mais próxima; em terceiro (...) em nenhum caso existiu uma estratégia planeada para eliminar o domínio da coroa e estabelecer uma república. (Russel, citado em Alexandre, 1993, p. 82)

No mesmo sentido concorre o historiador português Jorge Pedreira ao frisar que as diversas revoltas que se registaram ao longo dos séculos de colonização portuguesa não só nada tiveram a ver umas com as outras como não podem ser consideradas expressão de um então ainda inexistente sentimento de nacionalidade: “Bem pode a mitologia nacionalista tentar implantar as raízes da nação no passado mais remoto possível, que os vínculos entre a independência do Brasil e as inconfidências não são mais do que aqueles que essa mesma mitologia imaginou”. Para ele, as inconfidências constituíram apenas “movimentos visionários, localizados, sem ligação entre si, suscitando uma adesão muito limitada e sendo, por isso, facilmente desmontados pelas autoridades. Corresponderam em grande parte a problemas e preocupações de expressão local ou, quando muito, regional” (Pedreira, 2006, p. 72).

A estas objeções, toda uma corrente da historiografia brasileira – de Abreu e Lima (*Compêndio de História do Brasil*) a Honório Rodrigues (*Revolução e Contra-Revolução da Independência*) e Fernando Novais (*Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial – 1777/1808*), passando por Capistrano de Abreu (*Capítulos de História Colonial*), Caio Prado Júnior (*Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo*), Sérgio Buarque de Holanda (*A Herança Colonial – sua Desagregação*) e Werneck Sodré (*As Razões da Independência*) – contrapõe, com base em diferentes pesquisas e interpretações, que houve, sim, uma “crise geral do sistema”, que teria já entrado, nos finais de Setecentos, numa fase pré-revolucionária.

Nesta interpretação, cada um dos movimentos de protesto, ainda que, de per se, de alcance ou escopo limitados, visto na perspectiva ampla e no espaço longo, acabaria, afinal, por integrar uma verdadeira Revolução pela Independência contra o domínio colonial português. Inserindo-se nessa corrente, Carlos Guilherme Mota refere que, a partir das primeiras décadas do século XVIII, com a exploração das minas e o conseqüente desenvolvimento de centros urbanos importantes no interior do território, se operou uma viragem, surgindo aquilo a que chama um “novo tipo de horizonte mental”, com os primeiros sinais de uma incipiente opinião pública:

Nos recentes núcleos de povoamento fervilhavam outras idéias. Fenômeno novo adivinha-se na vida da sociedade brasileira, especialmente em Minas: as movimentações de *opinião pública*. (...) É assim que se cristalizam algumas disposições de espírito na colônia. Chegam as notícias, por vezes, a funcionar como verdadeiros catalisadores de opinião. (Mota, 1989, p. 40)

Opinião essa que, gerada em contexto de inquietação e descontentamento, polariza posições contra os agentes da Coroa e alimenta sentimentos de revolta. A quase unanimidade dessa tese na historiografia brasileira é tal que nela se pode ver *um dos mitos fundadores do Brasil*, no sentido referido por Marilena Chaui: “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (Chaiu, 2000, 26 de março).

A essa tese se opõe, no entanto, o português Valentim Alexandre, mais de acordo, como vimos, com as objeções levantadas por Russell:

Tudo nos conduz (...) a negar a realidade da alegada crise geral do império luso-brasileiro, nos anos que antecedem a ruptura do regime de pacto colonial. No Brasil, não há qualquer indício de contestação generalizada do domínio português: as duas únicas “inconfidências” que ganham alguma expressão – a de Minas Gerais e a da Baía – são a manifestação, no primeiro caso, das tensões específicas de uma zona já então marginal do império, e, no segundo, de contradições internas da sociedade colonial. Por seu lado, o poder metropolitano continua a confiar nas formas tradicionais de defesa das colônias, entregues fundamentalmente às forças locais. (Alexandre, 1993, p. 89)

Se não houve crise geral, houve certamente repetidas crises locais – de natureza e amplitude diversas, é certo – mas que não deixaram de constituir, como o próprio Valentim Alexandre reconhece, “sementes de tempestades futuras”.

2.3. Do *estranhamento* à antipatia e ao ódio

E nelas se podem detetar já as origens de sentimentos de *estranhamento*, antagonismo, antipatia, ressentimento e até ódio entre portugueses da terra e portugueses vindos do outro lado do Atlântico, como indica a pesquisa de Carlos Guilherme Mota, numa das inquirições da devassa da “Inconfidência de Minas”, onde um dos interrogados refere que “tudo o que fosse homem do Reino havia de morrer” (Mota, 1989, p. 41).

De forma algo contraditória, Sérgio Buarque de Holanda ensaia uma síntese, reconhecendo, por um lado, o carácter limitado (meramente regional) dos protestos, mas vendo neles, ao mesmo tempo, a expressão do que seria um ancestral sentimento de antipatia anti lusa, assim arvorado em traço de putativa união entre todos os movimentos e, dessa forma, quase que um sentimento de âmbito nacional:

As sublevações e as conjuras nativistas são invariavelmente manifestações desconexas da *antipatia que, desde o século XVI, opõe muitas vezes o português da Europa ao do Novo mundo* (sublinhado nosso). E mesmo onde se aguça a antipatia, chegando a tomar colorido sedicioso, com a influência dos princípios franceses ou do exemplo da América inglesa, nada prova que tenda a superar os simples âmbitos regionais. (Holanda, 2003, p. 13)

Na mesma senda de Sérgio Buarque, outro historiador brasileiro – Calógeras – situou a génese do sentimento nacional no período que precede a própria colonização, considerando que a chamada “Guerra do Pau-Brasil”, que se prolongou por cerca de um século (1520 a 1615) contra os invasores franceses que vinham contrabandear aquele produto, teria deixado já, pela congregação de elementos desconexos e heterogéneos, “semente fecunda de uma política de longo alcance... *primeira guerra nacional nossa*” (sublinhado nosso) (Calógeras, 1967, citado em Silva, 1997, p. 76).

É duvidoso, no entanto, que se possa reportar o início do sentimento de antipatia pelos portugueses (e, por maior razão ainda, o sentimento nacional) ao século XVI, primeiro terço do qual foi gasto em expedições de reconhecimento e de guarda da costa do Brasil, já com contactos comerciais no terreno, é certo (incluindo o arrendamento por D. Manuel do trato de pau-brasil a Fernão de Loronha), mas só se tendo o processo de colonização e povoamento verdadeiramente iniciado com a chegada da expedição de Martim Afonso de Sousa, que fundou a primeira povoação portuguesa no litoral – São Vicente, em 1530/1532 (Leite, 1931, pp. 219-223).

Martim contou com a ajuda de outros portugueses, provavelmente náufragos, já estabelecidos no território – entre outros, João Ramalho, António Rodrigues e Mestre Cosme Fernandes, conhecido por “O Bacharel” – que tinham afinal boas relações com as tribos indígenas locais através de múltiplos casamentos que lhes asseguravam alianças baseadas em vastas redes de parentesco por afinidade (cunhadismo) (Fabra, 2010, pp. 76-s).

É verdade que, *entre 1556 e 1567, há já toda uma guerra contra os portugueses liderada pelos Tupinambás*, juntamente com outras tribos indígenas – Goitacás e Aimorés... – reunidas na

chamada “Confederação dos Tamoios”. Mas os lusos puderam contar, nesse mesmo período, com o apoio de outras tribos, pelo que tal conflito é apenas o início de uma relação contraditória com os índios (Monteiro, 2011), que vai do confronto pela conquista e ocupação do território à proteção legal dos silvícolas na tentativa de os integrar na nova sociedade, processo em que as populações indígenas ora estão contra, ora a favor dos colonizadores portugueses, de acordo com os seus próprios e diferenciados interesses (Monteiro, 2011).

É o próprio avanço do processo colonizador que vai gerar modificações no relacionamento entre os portugueses e os índios. À medida que a fixação dos europeus avança e se torna permanente, o equilíbrio antes estabelecido – quando predominava o escambo e em que era respeitada a autonomia dos grupos tribais - rompe-se e aí, as comunidades aborígenes ou aceitam e se submetem e entram em aliança, ou se opõem e oferecem resistência armada.

A modalidade de contato entre os portugueses e as tribos autóctones mudou radicalmente assim que a Coroa tomou a decisão de ocupar o território mediante o povoamento e a exploração econômica permanente. Agora, tratava-se de expulsar os aborígenes de grandes tratos de terra, sucessivamente ampliados, e de obrigá-los ao trabalho escravo. A guerra e o extermínio indiscriminados tornaram-se inevitáveis, por mais que a Coroa e os jesuítas se empenhassem em disciplinar a atuação dos colonos e impor ao menos algumas normas de convivência que salvassem da destruição completa o patrimônio populacional representado pelos nativos. (Gorender, 2011. P. 128)

Florestan Fernandes também sublinha essa mutação:

Mas a partir de 1533, aproximadamente, os portugueses puderam alterar, em várias regiões ao mesmo tempo, o caráter de seus contatos com os indígenas, subordinando-os a um padrão de relação mais favorável com seus desígnios de exploração colonial da terra, dos recursos que ela possuía e dos moradores nativos. Isso se deu com a adoção do regime das donatárias. As transformações daí resultantes, no trato com os indígenas, acentuaram-se ainda mais com a criação posterior do governo-geral. Subverteu-se o padrão de relação, passando a iniciativa e a supremacia para as mãos dos brancos, que transplantaram para os trópicos o seu estilo de vida e as suas instituições sociais. (Fernandes, 1976, pp. 80-81)

O mesmo autor tipifica assim as possíveis reações dos indígenas compelidos a responder a essa alteração de circunstâncias:

Teoricamente, podemos presumir três formas básicas de reação do índio a esse desdobramento da conquista: a) de preservação da autonomia tribal por

meios violentos, a qual teria de tender, nas novas condições, para a expulsão do lavrador branco; b) a submissão, nas duas condições indicadas, de "aliados" e de "escravos"; c) de preservação da autonomia tribal por meios passivos, a qual teria de assumir a feição de migrações para as áreas em que o branco não pudesse exercer dominação efetiva. (Fernandes, 1976, p. 84)

Desnecessário lembrar – escreve Vainfas – o impacto que a introdução da agricultura escravista causou na população indígena, rompendo o precário equilíbrio que se manteve nas primeiras décadas dos quinhentos entre europeus e índios envolvidos no extrativismo do pau-brasil:

Com a introdução da economia açucareira, desenvolveu-se a feroz e rendosa empresa de caça ao indígena, e com ela o tráfico de nativos “descidos” para os núcleos de colonização. (...) Na prática, as populações indígenas foram progressivamente sugadas pelo sistema colonial nascente e se tornaram, no vocabulário da época, “negros da terra”, “negros brasis”, fórmulas então utilizadas para diferenciar os índios dos “negros da Guiné”, uns e outros escravos (Vainfas, 1995, p. 46)

O auge da oposição entre portugueses e índios parece ter ocorrido logo em finais do século XVI, em torno de um foco de resistência aos colonos criado pelos índios nas matas de Jaguaripe, no interior da Bahia.

2.4. Relação com os indígenas: um processo contraditório

Nesse processo de contraposição, os Jesuítas – portugueses e espanhóis – vão ser aliados dos índios contra os colonos. Mesmo que se considere – como o fazem alguns autores, incluindo Florestan – que apesar dos métodos brandos e dos elevados motivos espirituais que os moviam a sua ação acabou por ter “teor destrutivo comparável ao das atividades dos colonos e da Coroa”, a verdade é que eles tiveram a coragem de denunciar a crueldade da escravização.

Anchieta, por exemplo, dá conta, nas suas Cartas, dos problemas levantados pelos portugueses à catequização dos índios pelos padres jesuítas:

O que mais espanta aos índios e os faz fugir dos Portugueses, e por consequência das igrejas, são as tiranias que com eles usam obrigando-os a servir toda a sua vida como escravos, apartando mulheres de maridos, pais de filhos, ferrando-os, vendendo-os, etc. (...) (Anchieta, 1933, p. 334).

Mas Gândavo, em contrapartida, refere o bom acolhimento dos indígenas quando – pelo menos no início – os portugueses chegavam às suas aldeias:

E se é português, maldizem a pouca dita dos seus defuntos, pois foram tão mal afortunados que não alcançaram ver gente tão valorosa e luzida como são os portugueses, de cuja terra todas as boas coisas lhes vêm, nomeando algumas que eles têm em muita estima. (Gândavo, 2004, p. 139)

Um século mais tarde, registam-se igualmente testemunhos de natureza oposta sobre o relacionamento dos portugueses e seus descendentes com os silvícolas. Não faltam nem descrições das atrocidades nem retratos da fereza de algumas das figuras que as cometeram. O Bispo de Pernambuco, por exemplo, deixou-nos esta imagem de um dos mais conhecidos bandeirantes – o português Domingos Jorge Velho (1641-1705), combatente e caçador de índios, que teve também participação destacada na destruição do quilombo dos Palmares (1694-1695):

Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado; quando se avistou comigo trouxe consigo língoa, porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro Tapuya, mais em dizer que he Christão, e não obstante o haverse cazado de pouco, lhe assistem sete Indianas concubinas, e daqui se pode inferir como procede no mais. (Boxer, 1963, p. 207)

O frade capuchinho Martin de Nantes refere, por seu turno, a expedição punitiva em que Francisco Dias de Ávila, chefe da Casa da Torre, na Bahia (1645-1695), “massacróu cerca de 500 prisioneiros ameríndios, que se tinham rendido dois dias antes, sob promessa de que teriam poupadas as suas vidas.” Mas, o mesmo religioso, “que jamais poupou críticas aos erros de comportamento dos portugueses”, conta que no casamento religioso de ameríndios convertidos “em todas estas ocasiões, há sempre muitos portugueses que trazem guitarras e violinos para a solenidade, cantam motetos e até dão tiros de espingarda para maior alegria.” (Boxer, 1963, p. 206).

Entre as atrocidades praticadas sobre os índios pelos colonos escravizadores, sobretudo os bandeirantes (estes, em particular os paulistas, considerados já pela historiografia brasileira como pioneiros desbravadores locais, que asseguraram o processo de “autocolonização” – “Com o bandeirante o Brasil autocoloniza-se” – dirá Gilberto Freyre) (Freyre, 2004, pp. 88-89) e a sujeição protetora, mas segregadora, dos jesuítas, *a Coroa irá procurar a integração do elemento indígena*, tentando incorporá-lo – ainda que nem sempre de forma coerente e sistemática, dependendo das menores ou maiores cedências aos interesses opostos em jogo – na nova

sociedade decorrente do processo de colonização do território. Esse o objetivo de sucessivas leis com que se procurou proteger os indígenas – 1609, 1680 e 1755 – observando uma mesma linha de coerência, apesar das aparências em contrário:

ao contrário do que as constantes modificações da legislação indigenista colonial podem sugerir, ela não foi confusa nem ambígua, mas obedeceu a certas linhas gerais ao longo dos três séculos de colonização, equilibrando-se no binómio índios amigos e inimigos e legislando ora sobre uns, ora sobre outros. (Garcia citado em Fragoso & Gouveia, 2014, p. 325)

Tratava-se – diz-nos Paulo Prado – de incorporar o indígena “à comunhão luso-brasileira, arrancá-lo das selvas para fazer dele um participante integrado na vida colonial, um *colono* como os demais.” Aqui no Brasil – sublinha – “tratou-se desde o início de aproveitar o índio, não apenas para obtenção dele, pelo tráfico mercantil, de produtos nativos, ou simplesmente como aliado, mas sim como elemento *participante* da colonização” (Júnior, 2002, pp. 1197-2000). No mesmo sentido vai Russel-Wood ao afirmar, em livro sobre a presença dos portugueses na África, Ásia e América, que o Império luso foi construído “*com*, e não isoladamente *contra*, os povos com os quais entraram em contato” (Russel-Wood citado em Fragoso & Gouveia, 2014, p. 317).

Expressão máxima dessa política de aculturação integracionista é a legislação pombalina, que, a partir de meados do século XVIII (Alvará de 14 de Abril de 1755 e Diretório dos Índios do Grão Pará e Maranhão de 3 de Maio de 1757, entre outros), irá procurar estimular o maior intercâmbio possível com os índios e a sua miscigenação com os outros setores da população através da obrigatoriedade do uso da língua portuguesa e dos casamentos mistos, equiparando os índios e seus descendentes aos demais colonos, proibindo terminantemente que fossem designados por negros, mesmo por si próprios:

além de ser prejudicialíssimo à civilidade dos mesmos Índios este abominável abuso, seria indecoroso às Reais Leis de Sua Majestade chamar NEGROS a uns homens que o mesmo Senhor foi servido nobilitar, e declarar por isentos de toda e qualquer infâmia, habilitando-os para todo o emprego honorífico. Não consentirão os Diretores, daqui por diante, que pessoa alguma chame NEGROS aos Índios, nem que eles mesmos usem entre si deste nome como até agora praticavam; para que, compreendendo eles que não lhes compete a vileza do mesmo nome, possam conceber aqueles nobres ideais, que naturalmente infundem nos homens a estimação, e a honra (Fragoso & Gouveia, 2017, p. 34)

Quando da aplicação das disposições do Tratado de Madrid de 1750 para definir os limites entre as possessões sul-americanas de Portugal e Espanha, Pombal recomendava, em cartas secretíssimas endereçadas ao comissário português encarregado de dar execução a essas determinações – Gomes Freire de Andrade, governador e capitão-general do Rio de Janeiro e Minas – que este promovesse uma política de captação de povoadores, tanto europeus como americanos, índios e outros. Deveria ser incentivada

uma política de casamentos mistos, privilegiando os brancos que se associassem com índias guaranis, declarando que os filhos de tais uniões seriam considerados como nascidos no Reino e, portanto, hábeis para ofícios, honras, cargos políticos. E esses privilégios transmitir-se-iam de geração em geração, sendo severamente punido quem ridicularizasse ou menosprezasse qualquer índio ou seu descendente, uma vez que a lei consagrava a absoluta igualdade de cidadania entre todos os súbditos do rei de Portugal. (Santos, 1991, p. 89)

Numa palavra, *a miscigenação torna-se política de Estado*. Dada a permanente escassez de mulheres brancas, os cruzamentos étnicos sempre haviam ocorrido naturalmente desde o início da colonização. Agora, porém, passavam a ser promovidos pelo próprio Estado, com o objetivo de fomentar o aumento da população e a ocupação efetiva do território.

Era a concretização, no plano legal, das recomendações do duque Manuel Teles da Silva em carta de Viena ao seu amigo e confidente Marquês de Pombal, em que defendia a edificação de um grande império no Brasil, para cujo povoamento todos não seriam demais: “Moiro, branco, negro, índio, mulatico, ou mestiço, tudo serve, todos são homens, são bons, se os governão ou regulão bem e proporcionalmente ao intento” (Santos, 1991, p. 89).

Pluralidade de estatutos

Por outro lado, é preciso também ter em conta que – como vem mostrando desde os anos 80 do século passado a historiografia política e institucional da Europa meridional, em particular a ibérica – o império ultramarino português esteve longe de ter posto em prática uma centralização uniforme de acordo com um hipotético projeto único, antes tendo prevalecido, no que respeita ao enquadramento das populações, uma pluralidade de estatutos, em que “As instituições políticas nativas eram com frequência preservadas, como instâncias de mediação com o poder português” (Hespanha, 2001, p. 171). Mesmo no caso dos chamados “índios bravos”, havia alguma

tolerância dentro de certos limites, como está estatuído no regimento de André Vidal de Negreiros, de 14/04/1655: “e os que não quiserem receber a dita amizade sem fazer mal a meus vassalos, se lhes não fará dano algum” (Hespanha, 2001, p. 170).

A forte oposição inicial aos colonizadores por parte de alguns grupos indígenas, designadamente tupiniquins e aimorés, entre outros – em Porto Seguro, Espírito Santo, Bahia... destruindo engenhos e fazendas, desbaratando povoamentos e nalguns casos matando e devorando ritualmente em cerimónias antropofágicas os primeiros donatários dessas capitânias – levou os portugueses a explorarem as rivalidades já existentes entre as diferentes tribos silvícolas, aliando-se a alguns segmentos das populações indígenas contra outros.

No final do século XVI, a aliança com o líder temiminó Araribóia, por exemplo, foi decisiva para Estácio de Sá, sobrinho do terceiro governador do Brasil, Mem de Sá, expulsar os franceses da baía da Guanabara (a chamada França Antártica), onde se haviam fortificado com a ajuda dos tamoios, tradicionais inimigos dos temiminós (batalha de Uruçumirim, em 20 de janeiro de 1567). Araribóia converteu-se ao cristianismo e adotou o nome de Martim Afonso de Sousa – em homenagem ao navegador português homónimo fundador de São Vicente, primeira vila da América lusa (1532) – o que dá bem uma ideia do grau de aproximação e confiança que chegou a ter com os colonos. Em recompensa pela sua participação pessoal e da sua tribo na expulsão dos franceses, foi-lhe concedida pela Coroa uma sesmaria do outro lado da baía da Guanabara, onde deu início ao povoamento da atual cidade de Niterói. Alianças desse tipo existiram também em Pernambuco e na Bahia, bem como ao longo do processo de expansão colonial para o Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e outras regiões.

Esses pactos não foram apenas ocasionais e esporádicos, antes tendo dado origem a processos de aproximação de que resultaram “em diferentes partes da América lusa, populações de mamelucos, entre os quais filhos e netos dos conquistadores europeus” (Fragoso, 2017, p. 163), de que são exemplo, entre outros, os filhos de Jerónimo de Albuquerque – cunhado do donatário de Pernambuco, Duarte Coelho – com Maria do Espírito Santo Arcoverde, filha do cacique tabajara Uirá Ubi; toda a numerosa descendência de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, entre os tupinambás da Bahia, e ainda os filhos de Brás Cubas, fundador da vila (hoje cidade) de Santos (1543/1546) e de outros bandeirantes paulistas (Machado, 1980, pp. 165-183).

Os pactos e alianças que em muitos casos deram origem a miscigenação não evitaram, no entanto, o verdadeiro genocídio e nalguns casos mesmo etnocídio – de que foram vítimas as populações indígenas:

Durante os séculos de conquista e governo colonial, as tribos do Brasil sofreram uma catástrofe demográfica assustadora. Morreram em quantidades incalculáveis por causa de doenças importadas, e o seu modelo de assentamento foi completamente interrompido após a invasão vinda do leste. Todas as tribos que os primeiros cronistas descobriram desapareceram, junto com centenas mais que os europeus não chegaram praticamente a referenciar (Bethell, 1990, p. 103)

Os números da população indígena existente em 1500 têm variado muito ao longo dos anos, oscilando – de acordo com as fontes, estimativas e formas de cálculo de diferentes autores – entre dois milhões e meio (Russel-Wood, 2014, p. 283) a mais de 5 milhões de índios em 1500; fontes oficiais e/ou oficiosas também divergem, mas oscilam num patamar mais baixo - entre um a dois e três a quatro milhões (Bethell, 1990, pp. 120-121).

Daí para cá, os índios foram reduzidos a pouco mais de 300 mil em finais do século passado²⁶. Uma redução drástica, seja qual for o número inicial de que se parta. Resultado, durante a época colonial, de guerras, cativeiro e doenças para as quais as populações indígenas não tinham imunidade; e, depois da independência, no período inicial da república e mesmo mais tarde, já em pleno século XX (entre 1950 e 1968), consequência da violenta repressão por parte de ocupantes de terras, os chamados “grileiros”, o que ainda acontece, embora de forma menos sistemática, até hoje.

A população indígena brasileira voltou, entretanto, a crescer a partir dos anos 1970 do século passado e segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é atualmente de 896,9 mil. De acordo com essa mesma pesquisa, foram identificadas 305 etnias e reconhecidas 274 línguas²⁷. As sucessivas tentativas de assimilação ao longo dos séculos não foram bem-sucedidas, vigorando hoje uma política oficial dita de integração dos povos indígenas, mas com reconhecimento e respeito pelas suas diferenças étnicas e culturais específicas.

²⁶ Retirado de <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>.

²⁷ Ver <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/04/populacao-indigena-no-brasil-e-de-896-9-mil>

Entre guerras e alianças

Em relação aos indígenas sempre houve, portanto, por parte dos portugueses, uma relação ambivalente – por um lado, convivência, respeito – dentro de certos limites – pelas instâncias próprias de governo, aliança, miscigenação e tentativa de integração e, por outro, guerra, captura, escravização, confronto, combate e destruição. Em suma, um processo ambivalente, oscilando, quanto ao objeto da nossa investigação, entre aproximação e *estranhamento*, comunicação e *(in)comunicação*. Os portugueses pioneiros da colonização uniam-se livremente às mulheres ameríndias e chegavam a adoptar, no complexo e contraditório processo da sua própria metamorfose em brasileiros, certos hábitos da cultura nativa; ao mesmo tempo, continuavam na sua maioria a olhar os silvícolas com desprezo e aversão, capturando-os e escravizando-os sempre que lhes era possível – atitude que iria perdurar pelo menos até à legislação pombalina emancipatória das populações locais, já referida (Boxer, 1963, p. 36).

Por outro lado, “sem negar a violência da colonização sobre os povos indígenas” – nota dominante nos manuais escolares do Brasil - Maria Regina Celestino de Almeida mostrou, na sua tese *Os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial (2000)*, ser possível afirmar que:

apesar de terem sofrido imensas perdas e prejuízos, nos quais se incluem altíssima mortalidade e várias etnias extintas, os povos indígenas reunidos nas aldeias foram capazes de rearticularem-se social e culturalmente, entre si e com outros grupos, assumindo a nova identidade que lhes havia sido dada ou imposta pelos colonizadores: a de índios aldeados, súditos cristãos de sua Majestade. (Almeida, 2000, p. iv)

Os índios – acentuam outros autores – não se limitaram a ser mero reservatório de mão-de-obra para a colonização ou guardiães de fronteira:

Tiveram processo ativo no processo de colonização, na escolha de aliados e inimigos, na moldura da legislação indigenista, na manipulação da sua condição de súbditos aldeados com direitos, na reordenação de suas identidades, nas práticas religiosas cristãs e indígenas, nas imagens que europeus construíram de si mesmos, bem como na demonologia ocidental. No plano económico, foram cruciais na montagem do complexo açucareiro na Bahia quinhentista, e mesmo no avançar o século XVII, pois a escravidão de origem africana só tomou impulso após exaurirem-se gerações indígenas pelo trabalho escravo, pela guerra e por doenças. (Fragoso & Guedes, 2017, p. 32)

Na construção da hegemonia da “nobreza da terra” colonial – escreve, por seu turno, o historiador brasileiro João Fragoso – um dos pontos mais delicados e ainda obscuros diz respeito às suas relações com os “gentios da terra”:

Pois, se era certo que, como afirmava Martim de Sá – a “gente do Brasil não pode fazer suas fazendas senão com estes índios que são todo o seu remédio” (...), também era correto que a subordinação dos “índios” não podia ser feita apenas pelas armas, por intermédio ou não das guerras justas. Isto é, tal “subordinação” envolvia também negociações. (Fragoso, pp. 58-59)

Os portugueses – acentua ainda Fragoso – puderam simultaneamente estreitar sua “amizade” com uma parcela das populações indígenas e escravizar outras servindo-se da própria lógica inerente às sociedades silvícolas do Brasil, concretamente, o papel que a vingança e a guerra nelas desempenhavam em termos de reiteração social e cultural dessas populações: “Para os portugueses, a guerra significava a possibilidade de estabelecer amizades com alguns “grupos” indígenas e escravizar outros”.

Baseado nos testemunhos do aventureiro alemão Hans Staden (1930), do missionário protestante francês Jean de Léry (1961) e dos jesuítas portugueses e espanhóis – designadamente Nóbrega (2010) e Anchieta (1933) – que em diferentes períodos dos séculos XVI e XVII viveram, todos eles, entre os índios, conclui outro autor:

A dinâmica das relações entre unidades locais, expressa nos termos do conflito ou da aliança, por sua vez, forneceu uma das chaves do êxito - ou fracasso - dos europeus, na sua busca pelo controle sobre a população nativa. Ao chegar a São Vicente, os primeiros portugueses reconheceram de imediato a importância fundamental da guerra nas relações intertribais. Procurando racionalizar o fenômeno, convenceram-se de que os intermináveis conflitos representavam pouco mais que vendetas sem maior sentido; ao mesmo tempo, porém, perceberam que podiam conseguir muito através de seu engajamento com elas. (Monteiro, 1994, pp. 28-29)

No processo de aproximação com as tribos indígenas foi crucial o papel desempenhado por alguns náufragos, degredados ou desertores como João Ramalho, na região de São Vicente e São Paulo, entre os tupiniquins, e Diogo Álvares, o Caramuru, na Bahia, entre os tupinambás. Cedo tendo conseguido estabelecer-se junto dos principais de algumas aldeias e com eles firmado alianças por via do casamento e do concubinato, quase por completo aculturados, dominando a língua e os costumes dos indígenas a ponto de com eles praticamente se confundirem, vieram

depois a servir de elo de ligação dessas tribos com os colonos e os sacerdotes chegados posteriormente ao território. Entre estes primeiros portugueses estabelecidos no território e as tribos indígenas com as quais entraram em contacto houve portanto, mais comunicação e aliança e foi essa empatia que serviu de elo de ligação e comunicação com os colonos que vieram depois.

Tudo num contexto extremamente complexo em que os índios não eram apenas vítimas ou sujeitos passivos, antes se assumiam, dentro de certos limites, como sujeitos ativos, acabando por influenciar, com as suas escolhas orientadas pelas próprias estruturas e interesses, a evolução dos acontecimentos:

as pesquisas atuais demonstram como as escolhas e ações indígenas foram decisivas para vitórias ou derrotas, embora eles próprios tenham sido sempre os maiores prejudicados. A maioria das capitanias hereditárias fracassou, em grande parte, por causa de ataques indígenas, e as duas que mais prosperaram – São Vicente e Pernambuco – foram aquelas cujos donatários puderam contar com o inestimável apoio de chefes nativos, com os quais estabeleceram estreitos laços de aliança (...)

Sob essa perspectiva, ao invés de heróis portugueses derrotando índios selvagens com o apoio de índios fiéis e submissos que teriam se convertido completamente aos valores socioculturais portugueses, deparamos com grupos étnicos e sociais distintos que lutavam e negociavam, cada qual procurando fazer valer seus interesses. Os índios, por sua vez, deixam de ser vistos como tolos e manipulados, pois suas ações passam a ser entendidas como fruto de escolhas próprias condizentes com as lógicas de suas sociedades e com as possibilidades disponíveis. Escolhas limitadas, sem dúvida, pois as relações eram assimétricas e ocorriam em meio a um cenário caótico de extrema violência. (Almeida, 2017, p. 23).

Metamorfoses

Neste processo – quase nunca linear, antes frequentemente instável e contraditório – não eram apenas os portugueses que se metamorfoseavam adotando os costumes da terra, a ponto de nela “se perderem” como assinalou Eduardo Lourenço (2004, p. 157); a inversa também era verdadeira, com índios a adaptarem as suas regras, hábitos e instituições à nova conjuntura imposta pelos colonizadores, chegando muitos deles a converterem-se, por ação dos sacerdotes jesuítas, ao catolicismo. Foi o caso, por exemplo, logo nas primeiras décadas do século XVI, do chefe indígena tupiniquim Martim Afonso Tibiriçá, cuja vida e morte “espelharam a própria marcha da expansão europeia na capitania de São Vicente no século XVI”: consentiu no estabelecimento

de uma aliança com os portugueses, autorizou os jesuítas a edificarem uma pequena capela rústica na sua aldeia e a converterem o seu povo ao catolicismo, sendo ele próprio o primeiro catequisado. Reconhecidos, os jesuítas consideravam-no um índio exemplar e quando faleceu, em sinal de reverência, sepultaram-no no interior da então ainda modesta igreja de São Paulo de Piratininga (Monteiro, 1994, p. 17).

Mas, como se assinalou antes, *enquanto umas tribos indígenas se aliavam com os portugueses, outras – como os tamoios - uniam-se para se lhes oporem, oferecendo prolongada e tenaz resistência ao avanço da colonização portuguesa* (por exemplo, a já referida “Guerra dos Tamoios”, entre 1540 e 1560). Essa resistência acabaria por enfraquecer, mas durou séculos. Tão tarde quanto o século XVIII, no alto Paraguai, por exemplo, paiaguás e guaicurús ainda eliminaram milhares de portugueses (Russel-Wood citado em Bethell, 1990, p. 481).

De onde se pode concluir com segurança que *pelo menos parte importante da população silvícola alimentava fortes sentimentos de estranhamento e hostilidade para com os lusos*. Tanto mais que à medida que aumentava a necessidade de mão de obra escrava e crescia a violência sobre os indígenas com base na chamada “guerra justa” – frequentemente mero subterfúgio invocado pelos colonos para permitir a escravização dos índios, proibida por lei – nem os próprios grupos aliados escapavam de serem aprisionados pelos sertanistas – em particular nas capitânicas do sul - onde emergiu, logo a partir de finais do século XVI, começos do século XVII, o movimento expansionista das “entradas” e “bandeiras” (grupos de exploradores do sertão organizados em moldes militares), em busca de metais preciosos, captura de mão-de-obra escrava e destruição de quilombos (Taunay, 2012).

Bandeirantes – heróis ou vilões?

O fenómeno dos bandeirantes – que teve três grandes núcleos de expansão: de São Paulo, rumo ao oeste e ao sul; da Bahia, para norte e sul; e do Pará, entre o Maranhão e o Amazonas – é bem revelador do carácter contraditório do processo de colonização do Brasil. Para os índios, foi uma tragédia, na medida em que se traduziu em escravização, desestruturação social e morte, inclusive com o desaparecimento de grupos étnicos inteiros. Mas em termos geopolíticos, as “bandeiras” foram instrumentais para alargar o território brasileiro bem para além dos limites traçados pelo Tratado de Tordesilhas. Por outro lado, não chegava a haver uma contraposição

étnica absoluta, já que os próprios portugueses paulistas que dirigiam e integravam as “bandeiras” eram em grande parte “mamelucos” – descendentes de portugueses brancos com mãe índia – e tinham por aliados outros grupos indígenas, cuja colaboração lhes era imprescindível pelo conhecimento que tinham do terreno e das técnicas mais adequadas para superar as dificuldades de todo o tipo que surgiam nas imensas travessias do sertão.

Daí, a avaliação absolutamente contraditória do seu papel histórico. No seu movimento de afirmação política, as elites de São Paulo – e, com elas, a historiografia oficial – fizeram dos bandeirantes heróis nacionais, apontando-os ao país como exemplos insuperáveis de força de vontade e determinação, os indómitos que, superando todos os perigos, alargaram as fronteiras muito para além do que permitia a força humana e do que consentiam a letra e o espírito dos tratados.

Em contraposição, os movimentos indigenistas e os defensores dos direitos humanos condenam com veemência todo o movimento das “bandeiras”, denunciando a sua violência intrínseca, o seu carácter predador e por vezes até mercenário (quando, por exemplo, os bandeirantes vendiam os seus serviços aos governadores para combater e destruir os quilombos). Talvez devido às contradições que percorrem todo o processo de colonização do país e em particular a questão indígena, a atitude que acabou por perdurar até aos nossos dias junto dos índios – de acordo com testemunho pessoal recolhido junto de antropólogos brasileiros que trabalham na esfera da defesa dos direitos das populações autóctones – “foi mais a de contraposição ou confronto civilizacional com o homem branco de uma forma geral” (incluindo os brasileiros pós-independência com os quais as tribos remanescentes mantêm até hoje uma relação mista de desconfiança, confronto, colaboração e dependência) do que propriamente um sentimento especificamente antiportuguês.

Não custa, todavia, admitir que o *estranhamento* e a antipatia anti lusa, que alguns historiadores referem como sendo “antiga e entranhável” no Brasil, possa mergulhar na vertente do confronto dos colonos portugueses e seus descendentes com vastos setores das populações indígenas uma das suas raízes remotas mais profundas. Entretanto, embora os índios tenham sido, ao fim e ao cabo, derrotados, a pior das injustiças que a história poderia fazer-lhes seria a de considerar que foram vítimas inermes. A verdade é que eles lutaram durante dois séculos. E

desses tempos de lutas ficaram na sociedade brasileira marcas e sinais que permanecem até hoje. (Weffort, 2012, p. 17).

2.5. Senhores e escravos

O mesmo se pode dizer em relação aos escravos negros, vítimas, durante três séculos, primeiro, do tráfico negreiro em condições degradantes; depois, de penosas condições de existência e objeto de violentas punições. Mas, também eles estiveram longe de terem sido apenas sujeitos passivos de uma realidade que os ultrapassava. Mal alimentados e vestidos, os escravos sucumbiam a frequentes doenças e epidemias que lhes encurtavam a vida e tinham ainda que enfrentar cruel severidade por parte dos seus senhores, que “muitas vezes degenerava em perversidade sádica” através da aplicação de castigos vários, a ponto de a própria Coroa ter ordenado ao Governador-Geral da Bahia, no final do século XVII, um inquérito sobre o tratamento desumano de que os escravos eram vítimas, igualmente denunciado com frequência pelas autoridades eclesiásticas²⁸.

Suspeita-se - escreve Stuart Schwartz - que um sentimento de diferenciação, uma falta de identificação com a Europa e uma profunda compreensão da realidade colonial existiam precocemente entre as populações mestiço e mulato. Eles, diferentemente da elite colonial composta de imigrantes e filhos de pais europeus nascidos na América Branca, não tinham nenhum apego particular a Portugal, nem sentiam atração de sentimentos em direções contrárias. A depreciação europeia das coisas americanas e especialmente dos mestiços do início do século XVI não foi ignorada pelos brasileiros não-brancos. (Schwartz, 1989, p.32)

Entretanto, como nota o mesmo Stuart Schwartz, os testemunhos de que dispomos, num caso como noutro – índios e negros – são praticamente todos “extraídos dos escritos de um pequeno contingente da elite alfabetizada, quase sempre homens, a grande maioria deles educados em Portugal, onde, inclusive, publicam seus trabalhos... para um público metropolitano, sob o olhar vigilante da Igreja e do Estado” (Schwartz, 2000, p. 106), sendo difícil captar o que verdadeiramente pensavam os habitantes iletrados da colônia, especialmente os de origem africana, indígena ou mestiça.

²⁸ Ver entre outros, Costa (1982).

Uma notável exceção, no que respeita aos escravos, é o livro *An interesting narrative. Biography of Mahommah G. Baquaqua*, escrito em inglês por um ex-escravo africano que trabalhou no Brasil antes de fugir para os Estados Unidos, em meados do século XIX, cujo emocionante relato na primeira pessoa vem confirmar as descrições dos historiadores sobre o tratamento desumano a que os escravos eram submetidos durante o transporte e depois durante o cativeiro:

Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de um lado, e as mulheres de outro. O porão era tão baixo que não podíamos ficar de pé, éramos obrigados a nos agachar ou nos sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos.

É natural por isso que, também neste importantíssimo segmento da população, indispensável para todas as atividades dos colonos (“Os escravos são as mãos, e os pés do senhor do engenho porque sem elles no Brazil não he possivel fazer, conservar, e augmentar fazenda, nem ter engenho corrente”) (Antonil, 1982, p. 31) *fermentassem sentimentos de hostilidade para com os portugueses*.

Depois da descoberta de ouro, em finais do século XVII, a Coroa chegou a proibir o desenvolvimento da mineração nalgumas regiões mais próximas do litoral justamente com receio de que o êxodo da população reduzisse o contingente branco a ponto de tornar inviável a defesa contra eventuais invasores externos ou até “de negros ou índios insurretos, que se sentiriam tentados a fazê-lo diante do pequeno contingente de brancos” (Russel-Wood, 1990, p. 475) – sinal claro das tensões sociais e étnicas existentes potencialmente perigosas para os colonos.

Visões opostas

Nesta como noutras questões fulcrais, a historiografia e a sociologia brasileiras dividem-se profundamente, oscilando entre a visão da escravatura como inferno, de que os raros testemunhos de frades capuchinhos italianos recolhidos por Luiz Felipe de Alencastro são um bom exemplo: “aquele barco (negreiro, de Luanda para a Bahia, em dezembro de 1649) pelo intolerável fedor, pela escassez de espaço, pelos gritos contínuos e pelas infinitas misérias de tantos infelizes, parecia um inferno” (Alencastro, 2000, p. 85); e, no polo oposto, a caracterização da escravatura como “cativeiro brando”, com relações sociais amenas entre dominantes e dominados, suavizadas muitas vezes pelo sexo, que esteve na base do controverso conceito de “democracia racial”.

Quanto ao papel dos cativos, as posições também se dividem. Enquanto uns acentuam o confronto entre senhores e escravos, numa relação marcada pela violência e os maus tratos de todo o género em que os índios e negros submetidos são tratados mais como objetos do que como gente (a chamada “coisificação do escravo”), outros destacam as ações de resistência heróica, traduzidas ora em assassinatos dos senhores, ora em fugas e criação de núcleos quilombolas (quilombo – palavra de origem banto que designava as povoações construídas nas matas pelos escravos fugitivos) ou mucambos (do quimbundo – “esconderijo”).

O expoente máximo da perspectiva menos violenta que a escravatura teria assumido no Brasil é, sem dúvida, Gilberto Freyre, que inclusive justifica o próprio regime de escravidão introduzido no território pelos portugueses, não vendo para ele outra alternativa, uma vez que o índio

pela sua inferioridade de condições de cultura (...) falhou no trabalho sedentário: tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Só a casa-grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o negro capaz de esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime de trabalho escravo. (Freyre, 2004, p. 323)

Para Freyre, é a miscigenação que – quer no caso dos índios, quer no dos escravos negros – vai progressivamente atenuando o antagonismo com os colonizadores, dando origem a um elemento local ainda mais e melhor adaptado aos trópicos: “Pelo intercuro com mulher índia ou negra – escreve Gilberto Freyre - multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical” (Freyre, 2004, p. 74).

As teses de Freyre viriam, entretanto, a ser fortemente contestadas, a partir dos anos 50, por uma série de autores de diferentes orientações, que o criticaram por ter generalizado em excesso ao conjunto muito diverso do Brasil uma situação que dizia respeito apenas ao Nordeste e ao escravo doméstico. Críticos de Freyre, os historiadores e sociólogos da chamada “escola paulista” (Florestan Fernandes, Emilia Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni...) acentuaram a “coisificação do escravo”, que, submetido a condições de extrema dureza e violência, perderia capacidade de autoafirmação e até de elementar constituição de família, acabando assim por assimilar os valores dos seus senhores, conformando-se com a ideia de que o melhor caminho para se poder um dia libertar seria observar estrita obediência e submissão. É o que sublinhará também o marxista Jacob Gorender, em *O escravismo colonial* (2011), ao afirmar

que o oprimido pode chegar a ver-se do mesmo modo que o vê o seu opressor, cuja ótica reproduz. Numa linha igualmente crítica de Freyre, mas diferente da anterior, outros autores (Clóvis Moura, Luís Luna, Alípio Goulart, Décio Freitas...) colocaram o acento tónico das suas investigações na resistência e no heroísmo dos dominados. Ao binómio senhor camarada/escravo submisso sucedia assim o binómio senhor cruel/escravo rebelde (Proença, 2007, p. 3).

Novas perspetivas

Perspetivas historiográficas novas sobre a escravidão no Brasil emergiram a partir dos anos 80 do século passado, mostrando que o escravo não se humanizava apenas quando se revoltava e os quilombos não existiam completamente separados da sociedade, antes interagindo de diversas formas com a própria senzala. Estes novos estudos e posicionamentos (entre outros, João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito – a resistência negra no Brasil escravista* (2009), Flávio dos Santos Gomes – *Histórias de Quilombolas*, João José Reis e Flávio Santos Gomes – *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* ; Sidney Chaloub *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte* (2011)) suscitaram polémica nos meios académicos, alguns vendo neles como que uma recuperação das ideias de Freyre, um “neopatriarcalismo”, uma vez que defendem ter existido algum espaço de ação no interior do sistema escravocrata brasileiro, que teria possibilitado aos cativos um certo grau de autonomia e liberdade, ainda que limitados: nem só vítimas, nem apenas heróis, configurando-se antes como sujeitos históricos que conseguiam politizar o seu quotidiano e assim transformá-lo, pressionando pela mudança, em seu benefício, certos aspetos institucionais da sociedade em que viviam.

Nos anos 90, Jacob Gorender, com *A escravidão reabilitada* (1990), contestou estas novas visões, acusando-as de colocar no mesmo plano o paternalismo e outros aspetos menos gravosos do sistema com a desumana violência intrínseca que o caracterizava.

Embora a condição jurídica do escravo fosse a de uma propriedade semovente e todo o produto do seu trabalho pertencesse ao senhor, certa categoria de escravo (mais na Antiguidade clássica do que nas Américas) conseguiu também ser proprietária de certas quantias em dinheiro ou de bens diversos, incluindo escravos. Pela tradição romana, estas posses do escravo tinham a denominação de *pecúlio*. Trata-se de facto demasiado sabido, mas há historiadores que os redescobrem no Brasil e os exibem como achados

surpreendentes e despropositados. Verdadeiros arrombadores de portas abertas. (Gorender, 1990, p. 79)

Mestiçagem e alforria

Esta crítica não impediu toda uma nova corrente de historiadores brasileiros de aprofundarem o estudo da sociedade colonial com recurso a outros conceitos em que os aspetos políticos, institucionais, religiosos e ideológicos acabam por atenuar o quadro de confronto, conseguindo a cultura política da monarquia católica lusa, a par da crescente miscigenação, conformar uma situação social de grande diversidade étnica de origem. É o caso, entre outros, do já citado João Fragoso. Numa linha de pensamento que parece inspirada nos ensinamentos do filósofo, historiador e sociólogo francês Marcel Mauss (1872-1950) (1974), ao conceito de Antigo Sistema Colonial utilizado pelas correntes marxistas e marxistas, Fragoso prefere o de Antigo Regime católico, no qual assumem particular relevo a prática real das mercês, a chamada “economia do bem comum” e instituições como as Misericórdias, principais fornecedoras de crédito na economia pré-industrial, praticamente até finais do século XVIII.

Na senda do historiador português António Manuel Hespanha (2003), Fragoso também sublinha que nesse Antigo Regime católico, de formação escolástica, a ordem era sustentada por “uma disciplina social na qual a obediência era amorosa, portanto, consentida e voluntária” (Fragoso, 2014, p. 14). Por outro lado, e concorrendo no mesmo sentido, a prática – não acessível a todos, mas também não excepcional – da *alforria*, garantia uma certa mobilidade social, contribuindo para a estabilidade geral do sistema. Fragoso considera até “estar superado o reducionismo analítico que dividia a sociedade entre senhores e escravos”. Daí que, conclui: “mobilidade social e mestiçagem reafirmavam a ordem e o princípio da desigualdade de uma sociedade de Antigo Regime nos trópicos” (Fragoso, 2017, p. 41).

Esse quadro, que recupera de algum modo a ideia fulcral de Freyre dos antagonismos em equilíbrio, pode explicar a expressão anónima recolhida pela primeira vez por Francisco Manuel de Mello (1660) e retomada depois pelo frade jesuíta João António Andreoni, escrevendo sob o pseudónimo de Antonil (1710), de que o Brasil era “Inferno dos Negros, Purgatório dos Brancos, e Paraíso dos Mulatos” – caracterização que dá conta dos cambiantes vivenciados na sociedade mestiça em gestação (Boxer, 1993, p. 21).

A mestiçagem como fator explicativo e como fenômeno social e histórico – corroboram João Fragoso e Roberto Guedes – “foi inegável no período colonial. (...) misturar-se e hierarquizar-se nos âmbitos social, familiar, político e cultural eram fenômenos perfeitamente coerentes em uma sociedade escravista do Antigo Regime.” O que não excluía, no entender destes autores, a mobilidade social: “Hierarquia e mestiçagem eram componentes das estruturas e das mobilidades sociais. Mobilidade social e mestiçagem reafirmavam a ordem e o princípio da desigualdade de uma sociedade de Antigo Regime nos trópicos” (Fragoso & Guedes, 2017, p. 41). *Nesta visão, portanto, a comunicação entre os diferentes extratos sociais estabelecia-se e o estranhamento atenuava-se.*

Isso não impediu que segmentos mais pobres da população – escravos, negros forros, mestiços... – participassem com aspirações próprias nos diferentes movimentos de protesto, que encaravam como luta contra os brancos e seus privilégios. Mas isso só nas grandes cidades do litoral – Rio de Janeiro e capitais litorâneas das Províncias. Com base no testemunho do botânico francês Saint-Hilaire, que em 1822, aquando do movimento pela independência, realizou uma viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, a historiadora Emília Viotti da Costa escreve que, fora dos grandes centros urbanos, “a população rural, composta na sua maioria de escravos e agregados das fazendas, permanecia alheia ao que se passava”. Diz a autora que

as ideias liberais ou republicanas não pareciam comover as populações interioranas, em geral fiéis ao rei, a quem consideravam ainda o árbitro supremo de suas existências e da de seus filhos. Isolada pelas dificuldades de comunicação e meios de transporte, a maioria da população parecia mal informada e indiferente aos acontecimentos. Na sua opinião, as agitações eram promovidas por estrangeiros e as revoluções nas províncias, obra de algumas famílias ricas e poderosas. (Costa, 1985, p. 39)

Escreve o próprio Saint-Hilaire:

As revoluções que se operaram em Portugal e no Rio de Janeiro não tiveram a menor influência sobre os habitantes desta zona paulista; mostram-se absolutamente alheios às nossas teorias; a mudança de governo não lhes fez mal nem bem, por conseguinte não se tem o menor entusiasmo. A única coisa que compreendem é que o restabelecimento do sistema colonial lhes causaria dano, porque se os portugueses fossem os únicos compradores de seu açúcar e café, não mais venderiam suas mercadorias tão caro quanto agora o fazem. (Saint-Hilaire, 1974, pp. 81-82)

O alheamento, a dificuldade de comunicações, as denúncias dos próprios companheiros e as severas medidas punitivas que sempre se seguiam contra qualquer esboço de revolta limitavam a amplitude e o impacto dos movimentos. Ainda que com estas restrições, Viotti não deixa, entretanto, de insistir que “o nacionalismo brasileiro manifestava-se sobretudo sob a forma de um antiportuguesismo generalizado” e que “não raro, as hostilidades contra Portugal tomaram o aspecto de uma luta racial entre ‘mestiços’ e ‘branquinhos do reino” (Costa, 1985, p. 30). Um panorama que a corrente historiográfica mais recente tende, como vimos, a matizar amplamente.

Ao mesmo tempo, porém, movimentos de defesa de cada um dos principais grupos étnicos vítimas da colonização – índios e negros, antes de mais, mas também alguns setores dos núcleos de imigrantes europeus chegados ao Brasil no século XIX, como os alemães e os sírio-libaneses, por exemplo – persistem compreensivelmente em acentuar os aspetos negativos e as consequências desastrosas de todo o processo, mantendo viva a memória dos derrotados e/ou silenciados e apontando o dedo acusador ao grupo hegemónico vencedor que desencadeou, enquadrou, formatou e usufruiu das vantagens decorrentes da submissão a que durante séculos sujeitou os outros, ou seja, os portugueses (ainda que estes tenham já chegado miscigenados ao Brasil e aqui continuassem depois a misturar-se com os outros) e os seus descendentes luso-brasileiros.

2.6. A “Nova Lusitânia” – metamorfose do português em brasileiro

É certo que a metamorfose do português em brasileiro, como assinalou Eduardo Lourenço (2015a), começou cedo; no entanto, esse processo de maturação foi lento e, muito antes que começassem a surgir antagonismos de diferentes razões e matizes, ainda vai decorrer todo um período – pelo menos até meados do século XVII – em que o sentido geral do empreendimento colonial vai ser o da *projeção de Portugal nos trópicos*. É isso que atestam os nomes de batismo dados às localidades do litoral pela expedição exploratória de Gonçalo Coelho, logo em 1503 – todos de inspiração bíblica ou de acordo com o calendário católico – conforme impunham a devoção religiosa militante e o proselitismo arvorado em política de Estado, próprios da época, em Portugal.

E é isso que mostram, sobretudo, as cartas de Duarte Coelho, por decisão de D. João III primeiro donatário da capitania de Pernambuco, sempre datadas d’“esta Nova Lusitânia”, expressão que muitos usaram para designar a província de Santa Cruz como nos diz Gabriel Soares de Sousa (“e a província muitos anos foi nomeada por de Santa Cruz e de muitos Nova Lusitânia”) (Freire, 2001), a qual haveria depois de ser consagrada na literatura (*Prosopopeia*, poema épico de Bento Teixeira, publicado em 1601) e na historiografia (*Nova Lusitânia: História da Guerra Brasileira*, de Francisco Brito Freyre, 1675) – passando daí em diante a ser aplicada, com ânimo literário e erudito, a toda a América portuguesa quase até ao reinado de D. João VI:

Como as vastas províncias de que tratamos, com irreligioso esquecimento, perderam já o venerável nome de Santa Cruz, que lhes havia dado seu primeiro descobridor Pedro Álvares Cabral, e o da América só em parte lhes toca; e o de Índias no domínio de Castela é mais próprio; e o de Brasil menos decoroso; seguindo a voz das outras nações; e povoando-se da portuguesa uma região tamanha do Mundo Novo, especialmente lhe chamaremos (como já chamaram alguns) a *Nova Lusitânia*. (Freire, 2001, p. 24)

Essa ideia do *Brasil como projeção de Portugal no outro lado do Atlântico* ficaria, aliás, tão arraigada que dela vamos ainda encontrar um eco já no século XIX, quando, pouco antes da independência, o deputado pela Bahia Luis Paulino de Oliveira Pinto da França se refere ao Brasil como “verdadeiramente uma continuação de Portugal” (Jancsó & Pimenta, 2000, p. 170). Daí que – como sublinha Evaldo Cabral de Mello – “a forma primeira do sentimento local não tenha consistido na asserção da originalidade brasileira, mas, pelo contrário, no louvor da lusitanidade da existência colonial” (Mello, 2002, p. 69).

O primeiro movimento foi o de refazer na colónia o estilo de vida trazido da Europa, o “feitio lusitano da existência” a que se referem os cronistas do século XVI, para o que se começa, entre outras coisas, por aclimatar as espécies vegetais do Reino por forma a garantir o mesmo tipo de alimentação mediterrânica, com base na consagrada tríade do trigo, do vinho e do azeite.

Descrevendo o Colégio dos Jesuítas da Bahia, notou o Padre Fernão Cardim (Viana do Alentejo, Portugal, c.1549/Arredores de São Salvador da Bahia,1625):

Legumes não faltam da terra e de Portugal; bringellas, alfaces, couves, abóboras, rabãos e outros legumes e hortaliças (...) nunca falta um copinho de vinho de Portugal, sem o qual se não sustenta bem a natureza por a terra ser desleixada e os mantimentos fracos; vestem e calçam como em Portugal (...)

(Cardim, 1939)

A aclimação das espécies europeias ao novo território tinha-se, aliás, revelado tão promissora, que o padre jesuíta não hesita afirmar que “*Este Brasil é já outro Portugal*” (Cardim, 1939). Entretanto, desde muito cedo, a distância da Corte, a morosidade dos transportes e a dificuldade das comunicações, a larga autonomia de que desfrutavam os donatários nas respetivas imensas áreas de domínio, a ação diferenciadora do meio físico e social, incluindo a progressiva miscigenação, vão naturalmente militar no sentido da metamorfose e da emergência da brasilidade, uma maneira de estar, pensar e sentir distinta da metropolitana. Com efeito, “a miscigenação, o escambo, a atividade missionária e o engenho desempenharam, desde os primórdios da construção do Brasil, um papel fundamental no processo de aculturação entre índios, portugueses e africanos”, acabando por gerar “uma cultura portadora de uma profunda originalidade” (Couto, 2000, pp. 64-67). Afinal, como argutamente assinalou Fernando Novais, “a colônia é vista como prolongamento, alargamento da metrópole (a mãe-pátria), mas é, ao mesmo tempo, a sua negação” (Novais, 2005, p. 209).

Além das dificuldades naturais decorrentes do próprio terreno a desbravar – mato, pantanais, pragas, animais selvagens, quedas de água abissais, florestas impenetráveis... -, os colonos tiveram também que se defrontar com a continuada e por vezes feroz resistência das tribos incolas, que muitas vezes reduziram a nada vultosos investimentos em embarcações, tripulações, expedições, montagem de engenhos e cultivos, perdendo alguns nobres portugueses no Brasil tudo o que antes haviam ganho na Índia, incluindo, nalguns casos, a própria vida, como relata Gabriel Soares de Sousa no seu *Tratado Descritivo*, verdadeiro resumo da primeva saga lusíada no território, ao longo de todo o século XVI :

Desta maneira acabou às mãos dos tupinambás o esforçado cavaleiro Francisco Pereira Coutinho, cujo esforço não puderam render os rumes e malabares da Índia, e foi rendido destes bárbaros, o qual não somente gastou a vida nesta pretensão, mas quanto em muitos anos ganhou na Índia com tantas lançadas e espingardadas, e o que tinha em Portugal, com o que deixou sua mulher e filhos postos no hospital. (Sousa, 2013, p. 93)

Refletindo sobre esse paradoxal destino, observará, mais tarde, Frei Jaboatão:

Não sey por que princípio, ou que razão póde haver entre as Conquistas destas duas Índias Orientaes e Occidentais, que o premio que se deu aos Conquistadores de umas foi o trabalho de conquistar as outras. A muitos daquelles famosos Heróes, que na conquista da Índia Oriental mais se

assignalarão em feitos, derão os Reys por premio condigno, ou paga equivalente aos taes, o serem eles os Conquistadores das terras do Brasil, parte muy especial das Índias Occidentaes, sendo tão distantes humas das outras quanto vay do Oriente ao Occidente, do principio ao fim do mundo. (Jaboatam, 1859, p. 134)

Foi para esse esforço – tantas vezes inglório e frequentemente trágico – de tentar criar uma “Nova Lusitânia” nos trópicos que Pero Magalhães de Gândavo (1540-1579) escreveu a sua *História da Província de Santa Cruz* (1576), livro que, segundo alguns, “inaugurou a historiografia e a geografia brasileiras” (Hue, 2004, p. 13), no qual descreve a nova terra de forma convidativa, omitindo até, na sua quarta e última versão, aspetos menos atraentes que incluíra nas precedentes. Tudo isso, nas suas próprias palavras,

para que todos aqueles que nestes reinos vivem em pobreza não duvidem escolhê-la para seu amparo; porque a terra é tal e tão favorável aos que a vão buscar, que a todos agasalha e convida com remédio, por mais pobres e desamparados que sejam. (Gândavo, 2004, p. 38)

Também Frei Manuel da Ilha (? – 1637), na sua *Narrativa da Custódia de S. Antônio do Brasil*, em que relata a fundação dos conventos e missões a cargo dos franciscanos, refere a decisão, tomada em 1584, de “enviar novos operários do santo evangelho para aquele *novo Portugal*” (destaque nosso) (Ilha, 1975, p. 13).

Nem os documentos históricos nem as narrativas dos autores da época parecem, portanto, autorizar – ao contrário do que afirmou Sérgio Buarque – a fixação, já no século XVI, de um sentimento antilusitano no Brasil. Quando muito, pode-se divisar aí uma remota e ainda débil raiz.

Como assinalou o ensaísta brasileiro Vianna Moog (1906-1988), ao contrário dos primeiros povoadores das colónias inglesas da América, que já chegaram ao Novo Mundo com as famílias para fundar uma nova pátria, “havendo jurado na presença de Deus constituir-se num corpo civil e político para a sua própria preservação”, não pensando sequer em regressar, o que já pressagiava a futura independência, “o imigrante português, na sua sede de ouro, vem completamente desprevenido de virtudes económicas, espírito público e vontade de autodeterminação política” (Moog, 1975, pp. 133-134). Daí que tenha sido preciso “esperar dois séculos *para que os portugueses e seus descendentes se façam organicamente brasileiros*” (destaque nosso) (Moog, 1975, p. 144).

À medida que as gerações se foram sucedendo e os colonos foram criando raízes, começaram naturalmente a encarar os novos territórios com sentido de pertença. E embora a adaptação às novas condições os forçasse a mudar de hábitos e neles se tenha começado a operar uma metamorfose, o primeiro sentimento com que se viram estabelecidos foi o de estarem, antes de mais, a *prolongar Portugal do outro lado do Atlântico*, criando ali uma Nova Lusitânia.

Críticas contundentes, sentido de superioridade e destino grandioso

É certo que os mais conhecidos cronistas da época – Pêro Magalhães de Gândavo (c.1540 - c.1580), Gabriel Soares de Sousa (c.1540-1591), Ambrósio Fernandes Brandão (1555-1618), Frei Vicente do Salvador (1564-1639?), padre Fernão Cardim (1540-1625)... tecem diversas observações acentuadamente críticas a aspetos da colonização lusa: diz um “que os reis passados tanto se descuidaram” (da grandeza e fertilidade da Bahia e demais Estados do Brasil) (Sousa, 2013, p. 38); refere outro “o pouco caso que os portugueses sempre fizeram da mesma província” (Gândavo, 2004, p. 37); critica terceiro, também, os portugueses, fazendo dizer a Alviano, um dos protagonistas dos seus *Diálogos*, que “em tanto tempo que habitam neste Brasil, não se alargaram para o sertão para haverem de povoar nele dez léguas, contentando-se de, nas fraldas do mar, se ocuparem somente em fazer açúcares” (Brandão, 1957).

Mais tarde, a fórmula usada por Frei Vicente do Salvador (1564-1639?) para caracterizar o suposto desinteresse dos primeiros colonos pela exploração do território, de tão citada pelos historiadores subsequentes (Southey, Varnhagen...) e retomada adrede em materiais didáticos de divulgação e nos média brasileiros até aos nossos dias, teve consagração antológica:

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos. (Salvador, 1982, p. 59)

Dessa forma, acabou por se cristalizar, na opinião hoje corrente no Brasil, a ideia de que Portugal teria abandonado ou descurado o novo território por largos anos a seguir à descoberta, configurando uma situação de abandono que, somando-se ao suposto acaso da descoberta, acabaria por reforçar um (auto)depreciativo sentimento de negatividade (Garcia, 2014, pp. 147-148).

A questão é complexa e contraditória. Por um lado, nem sempre os textos da época autorizam leituras literais, já que algumas afirmações tinham, no contexto da altura, sentido algo diferente do que posteriormente lhes foi atribuído; por outro, havia também razões que explicavam esta ou aquela circunstância. É o caso, por exemplo, da permanência inicial dos colonos junto ao litoral, que Frei Vicente tanto criticou: essa fora, afinal, como explicaria Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), uma opção consciente, ditada por Martim Afonso de Sousa, o comandante da esquadra enviada em 1530 por D. João III para dar início à efetiva colonização do Brasil:

com duas vistas, ambas muito próprias dos olhos de Martim Afonso, fez este donatário aquela proibição utilíssima ao bem commum do Reino, e conducente ao augmento de sua Capitania. Ele penetrou os verdadeiros interesses do Estado melhor, do que alguns modernos, e o seu fim era não só evitar guerras, mas também fomentar a povoação da Costa. Previo que da livre entrada dos Brancos em as Aldêas dos Índios haviam de seguir-se contendas, e alterar-se a paz tão necessária ao augmento da terra; não ignorava, que D. João III mandara fundar colonias em país tão remoto de Portugal com o intuito de utilizar ao Estado por meio da exportação dos fructos Brazílicos; sabia que todos os generos produzidos junto ao mar podiam conduzir-se para a Europa facilmente, e que os do Sertão, pelo contrário, nunca chegariaõ aos portos, onde os embarcassem, ou se chegassem, seria com despesas taes que aos lavradores não faria conta largálos pelo preço por que se vendessem aos da Marinha. Estes fôraõ os motivos de antepor a povoação da Costa á do Sertão e porque também previo que nunca ou muito tarde se havia de povoar bem a Marinha, repartindo-se os colonos, difficultou a entrada do campo, reservando-se para o tempo futuro, quando estivesse cheia, e bem cultivada a terra mais vizinha aos Portos. (Deus, 1797, pp. 71-72)

A explicação é convincente. Tratara-se, neste caso específico, de uma opção determinada pelas circunstâncias, que impunham uma definição estratégica de prioridades e não de uma suposta incapacidade congénita dos portugueses em avançar para o interior do território como afirmara Frei Vicente.

Afinal, o caranguejo foi ao sertão

A ideia de “abandono” do território por largos anos afigura-se assim, no mínimo inexata, pois um século antes já o português Aleixo Garcia, partindo de Cananeia, havia penetrado no atual Paraná e, atravessando o Mato Grosso e o Pantanal, chegado ao Peru. Capistrano de Abreu já notara, aliás, que a primeira “entrada” no Brasil fora a de Américo Vespúcio, que penetrou umas

50 léguas no sertão de Cabo Frio (região do atual Rio de Janeiro) logo em 1503, quando integrou a expedição de reconhecimento enviada por D. Manuel, sob comando do navegador português Gonçalo Coelho (1451-1512). Como sublinhou o padre Serafim Leite, embora as primeiras aldeias se situassem na costa, (onde em 1532 Martim Afonso de Sousa fundou São Vicente), “já desde o século XVI se tornaram frequentes as entradas ao sertão com o fim de descer gentio para se doutrinar naquelas aldeias da costa em ambiente já civilizado” (Leite, citado em Weffort, 2012, p. 100).

A partir da Bahia, desde 1570, havia já incursões para o vale do São Francisco e todo o interior nordestino estava, no início do século XVII, sendo devassado por criadores de gado chefiados pelos descendentes de Garcia d’Ávila que viviam em Salvador. Também os moradores de São Paulo já estavam em movimento: em 1585, Jerónimo Leitão chegou ao rio Iguaçu, no atual Paraná, e no ano seguinte, Domingos Grou atravessava o vale do São Francisco e chegava ao Tocantins. Em 1599, Jerónimo de Albuquerque Maranhão, filho de português e casado com a índia Ubi (baptizada Maria Arcoverde) estabelecia-se no Rio Grande do Norte daí partindo, à frente de uma tropa de aliados parentes da mulher, rumo ao Ceará, onde fundou Camocim. Atravessou o Piauí e regressou ao litoral, expulsando os franceses de São Luís. Parte do grupo que chefiava foi mandado avançar, fundando Belém do Pará, em 1620. Um pouco mais tarde – mas ainda dentro do âmbito temporal da *História do Brasil* de Frei Vicente (1500-1627), na primeira década do século XVII, os paulistas (“os portugueses de São Paulo”) já iam até Belém e de lá voltavam à sua capital subindo o Araguaia. E na década seguinte à publicação da *História do Brasil*, Pedro Teixeira (1587-1641), saindo de Belém, subia o Amazonas, chegando a Quito, no Equador, do outro lado do continente.

Quando escreveu a sua *História do Brasil*, Frei Vicente não podia deixar de conhecer todo esse esforço de penetração e povoamento já realizado. Porque optou então por minimizá-lo afirmando que os portugueses, embora bons conquistadores, contentavam-se em andar arranhando as costas como caranguejos ao longo do litoral?

O escritor e sociólogo brasileiro Jorge Caldeira, de cuja obra *Nem céu nem inferno: ensaios para uma visão renovada da história do Brasil* (2015) se recolhem estas informações, explica a não referência a tais factos por Frei Vicente como resultante de uma atitude deliberada, numa tentativa de “narrar a experiência americana como reiteração dos eternos valores medievais que

admirava”, mantendo-se “fiel à rutura essencial entre o alto e o baixo, a nobreza e o povo, o meritório e o vulgar, a escrita e a fala.” Nessa ordem de ideias, e para usar a sua própria imagem, não lhe cabia descrever a atividade empírica do caranguejo a que comparava os portugueses:

metaforicamente, a capacidade de julgar o que merece ser escrito é a marca que separa o emissor categorizado, o sujeito letrado (que conhece a verdadeira natureza divina do lugar e a escrita), do conjunto humano que emprega a denominação mercantil e ilusória da terra e anda pelos sertões. (Caldeira, 2015, p. 67)

Note-se também que os mesmos autores que veem nos textos críticos dos séculos XVI e XVII já sementes de um hipotético sentimento nativista, entendido como prelúdio do nacionalismo, eles próprios aduzem, pelas suas pesquisas documentais, provas que, de alguma forma, contrariam essa leitura. É o caso, por exemplo, de Capistrano de Abreu (1853-1927), que interpreta as observações críticas de Frei Vicente do Salvador (1564-1636) na sua *História do Brasil* como expressões de um quase sentimento nacional *avant la lettre* e, ao mesmo tempo, desconstrói a ideia de que Portugal teria voltado as costas ao Brasil a seguir a 1500. De acordo com as suas investigações, longe de ter havido abandono, “Portugal tomou desde logo conta da terra descoberta por Cabral. Menos de dez anos lhe bastaram para contornar a vasta extensão das costas do país”. Enfim – sempre segundo Capistrano – “nunca foi de todo descurada a terra achada por Cabral” (Abreu, 1999, pp. 42-47).

Segundo Jorge Couto, depois das viagens de exploração empreendidas logo a seguir à descoberta, a partir da década de 20 de Quinhentos, a colonização do Brasil conheceu três modelos diferentes, tendo passado da *exclusividade régia* (1530/1535) à *exclusividade particular* (1534/1548) e desta a um *sistema misto*, que acabou por se revelar o mais adequado. Os progressos verificados a partir da criação do governo geral (1549) foram tão significativos que um dos donatários, o humanista João de Barros, escreveu, em 1552, na Primeira Década da Ásia: “E por honra de tão grande terra chamemos-lhe Província” (Couto, 2000, p. 61). Para Jorge Couto, foram esses progressos alcançados no final de Quinhentos – controlo do litoral, aumento demográfico, crescimento dos espaços urbanos, ampliação da área cultivada, incremento das atividades económicas e expansão do catolicismo – que “levaram muitos a considerar a promissora província sul-americana como uma *Nova Lusitânia*, ou um *Novo Portugal* (Couto, 2000).

Esse desenvolvimento digno de nota e gerador de um sentimento de projeção de Portugal nos trópicos já fora assinalado por Capistrano de Abreu. Numa página notável em que imagina Pedro Álvares Cabral visitando o Brasil um século depois de o ter descoberto, o historiador brasileiro descreve o quanto ele veria – dos fortes e fortalezas aos muitos engenhos e plantações, das numerosas vilas e cidades ao início do desbravamento do território por onde começava a expandir-se a população:

veria mais o descobridor do Brasil: indústrias desconhecidas, raças novas, instituições que se decompunham e instituições que germinavam; riquezas que projetavam seu brilho aos olhos dos habitantes; escolas, mosteiros, confrarias, ódios, afinidades, inteligências que se abriam à luz; terras que não resistiam aos esforços dos habitantes para arrancar-lhes o segredo; em suma, num vaso colossal uma elaboração imensa. Tudo isto era obra de um século. (Abreu, 1999, pp. 39-40)

Os ódios, como vemos, também estão presentes; mas trata-se ainda, segundo se depreende do texto, de sentimento que emana do tumultuoso processo de início da colonização, não sendo ainda associado propriamente à “antipatia antilusitana” de que se falará mais tarde. Manifestamente, o século XVI ainda foi – de acordo com esta descrição de Capistrano - o grande século português no Brasil, o século do início do povoamento e do desbravar do território, já com obra digna de ser vista pelo próprio descobridor.

É certo que o padre jesuíta Fernão Cardim, nos seus *Tratados da terra e gente do Brasil*, de finais do século XVI, já fala de “portugueses da terra” (Cardim, 1939, p. 305); e Gilberto Freyre, em *Casa-Grande e Senzala*, acentua que a adaptação dos lusos aos trópicos começou cedo, rapidamente se metamorfoseando em luso-brasileiro, quando teve que construir um novo tipo de casa, muito diferente das casas senhoriais de Portugal, para fazer face às condições diferentes dos trópicos e à nova condição do império – agora mais agrário e sedentário do que antes fora – a casa-grande do patriarcalismo rural e escravocrata. Escreve Freyre:

Basta comparar-se a planta de uma casa-grande brasileira do século XVI com a de um solar lusitano do século XV para sentir-se a diferença enorme entre o português do reino e o português do Brasil. Distanciado o brasileiro do reinol por um século apenas de vida patriarcal e de atividade agrária nos trópicos já é quase outra raça, exprimindo-se em outro tipo de casa. (Freyre, 2004, p. 36)

Mas essa metamorfose precoce não se expressava ainda em antilusitanismo. O que aconteceu, isso sim, como também documenta a narrativa dos primeiros cronistas, foi o

surgimento de um não menos precoce *sentimento de superioridade*, que decorria da própria extensão do território e dos primeiros resultados positivos obtidos com a aclimatização das plantas e animais trazidos do Reino (Mello, 2000). Gândavo já diz que os bolinhos de aipim eram mais saborosos que o pão de trigo do reino, os peixes idem e o ananás, então, não conhecia em Portugal fruta que sobre ele tivesse vantagem... Na mesma linha, Gabriel Soares de Sousa escreve que os bovinos e equinos criados na América eram mais fecundos, as galinhas da Bahia “maiores e mais gordas” que as portuguesas e a farinha de mandioca “mais sadia e proveitosa (...) por ser de melhor digestão”; para ele, tudo ou quase tudo, enfim, produzido no Brasil – das árvores de fruto como as figueiras e os cítricos aos legumes – pepinos, abóboras, couves, favas, nabos e rábanos... davam-se “melhor no Brasil do que em Portugal”. Por seu turno, Frei Vicente do Salvador vai mais longe: para ele, não eram apenas os produtos trazidos do Reino que se davam melhor na América, eram os próprios produtos da nova terra que se revelavam superiores aos produtos nativos portugueses e até a língua geral ele considerava ser mais rica de vocábulos do que a língua portuguesa... *Tão ou mais relevante ainda que esse sentimento de superioridade nascente é a ideia* – surgida entre os colonos logo no século XVI e expressa nas narrativas dos cronistas – *de que o Brasil tinha todas as condições para nele se fundar “um grande império”* que, na expressão de Gabriel Soares de Sousa, “se fará tão soberano que seja um dos Estados do mundo”. Uma ideia que parece ter nascido da crença messiânica que desde a descoberta se instalara em Portugal sobre o papel grandioso que estaria reservado ao Brasil nos destinos de Portugal, quer como fonte da promoção económica e social da população do Reino, quer – dadas a sua extensão e a sua riqueza – como possível lugar de abrigo e refúgio da Corte e até de toda a sua população em caso de perigo. Brandónio refere, com efeito, que um astrólogo da Corte de D. Manuel teria previsto que a terra havia pouco descoberta pela frota de Cabral haveria de tornar-se “uma opulenta província, refúgio e abrigo da gente portuguesa” (Brandão, 1956, p. 12).

A crença neste destino manifesto vai manter-se por toda a história colonial do Brasil, estará na base dos planos iluministas de relançamento da Monarquia em meados do século XVIII, culminando depois, em 1808, com a transferência da Corte, que por alguns anos irá transformar as suas possessões na América em centro do Império português pluricontinental. Um processo secular que sempre prosseguiu de forma ambígua, numa tensão permanente entre fortalecimento do Reino centrado em Lisboa e engrandecimento constante do Brasil por força do próprio processo

de conquista, desbravamento e povoamento do território. Uma tensão que se foi revelando ao longo dos anos pela constante rivalidade entre “reinóis” e “nobreza da terra” e haveria depois de consolidar-se em *(in)comunicação* e *estranhamento*.

2.7. Nobreza da terra versus reinóis

Mas ao contrário do que aconteceu na América espanhola (onde rapidamente se formou uma autoconsciência do colono local por contraposição aos colonizadores vindos do Reyno, expressa no precoce surgimento, desde o século XVI, do vocábulo crioulo, usado para designar os filhos dos aristocratas espanhóis nascidos em terras americanas, no Brasil, a contraposição só surge no século XVII, quando aparece o termo “reinol” para designar os nascidos em Portugal, antes de mais os nobres que detinham o exclusivo dos altos cargos do Estado na administração da colônia, situação que gerava natural ressentimento²⁹. A chamada Guerra dos Mascates (1710/1711), a que se fez referência atrás, opondo senhores de engenho de Olinda a comerciantes do Recife, é uma das primeiras manifestações dessa crescente conflitualidade, desse *estranhamento* gerador de *(in)comunicação* e conflito.

Os primeiros colonizadores dos tempos da ocupação inicial do território e da conquista, das primeiras guerras contra os índios, franceses, espanhóis e holandeses, os homens que projetaram construir nos trópicos uma “Nova Lusitânia”, já se haviam então metamorfoseado de colonizadores em colonos, vendo-se a si próprios como nobreza, cada vez mais ciosos dos seus privilégios e ressentidos por lhes não ser facultado o acesso aos altos cargos da administração do território, reservados à primeira nobreza do reino. Era a contraposição entre as já citadas “nobreza da terra” e “nobreza do reino”, que haveria – um século depois – por ser um dos fatores de *estranhamento* que contribuiriam para fomentar um sentido de emancipação, primeiro, e independência, depois.

No Brasil, alguns autores contestam que se possa genericamente falar de “nobreza da terra”, argumentando que o termo só surge na documentação dos tempos coloniais em Pernambuco, pelo que, em rigor, só se deveria aplicar à chamada açucarocracia pernambucana.

²⁹ Palestra de Fernando Novais aos alunos da Escola da Cidade, São Paulo, em 2016. Disponível aqui <https://www.youtube.com/watch?v=JsAXNoumgS8>

Outros, no entanto, defendem que nada impede que o conceito (antes usado em Portugal para designar a pequena fidalguia da província) se aplique ao conjunto da América portuguesa para designar os grupos sociais dominantes, as elites locais que, no quadro da “economia das mercês” que caracterizava o Antigo Regime português, foram alçadas a posições hegemónicas através da aquisição de privilégios que lhes foram outorgados em troca de serviços prestados ao Rei – seja no desbravamento e conquista do território, seja nos campos de batalha contra os invasores estrangeiros, seja ainda no desempenho de cargos administrativos e/ou na estrutura municipal (Bicalho, 2015).

Pesquisando a situação no Rio de Janeiro, o historiador João Fragoso refere, por exemplo, que 45% das famílias senhoriais dessa capitania se constituíram entre 1566 e 1620 justamente nas lutas travadas contra franceses e seus aliados indígenas tamoios. Nos “tempos heroicos” da ocupação, conquista e defesa do território, oficiais ou ministros da Corte vindos da metrópole (geralmente do Minho) ou das ilhas, ascendiam, pelos serviços prestados, a *principais* ou, dito de outra forma, passavam a integrar a “nobreza da terra” (Fragoso, 2000). Outro historiador que aborda o tema em profundidade, desta vez em Pernambuco, é Evaldo Cabral de Mello. De acordo com ele, com o fim da ocupação holandesa, os descendentes locais dos antigos *principais* (os grandes senhores de engenho produtores de açúcar) passaram a usar o termo “nobreza da terra” justamente como forma de legitimar ou reforçar a sua dominação política, social e económica. Escreve Evaldo:

Para resumir, ‘nobreza da terra’ tornara-se a designação adoptada pelos descendentes das ‘pessoas principais’ de sessenta, setenta anos antes, de maneira a legitimar seu domínio do poder local, no momento em que ele passara a ser disputado pelos mercadores reinóis. (Mello, 2008, p. 162)

Mas colonizador e colono não apenas coexistiam, como por vezes se confundiam, já que um mesmo personagem podia oscilar entre um e o outro, o que parece estar na origem de uma *certa dificuldade de (auto)identificação do brasileiro* que para alguns persiste até hoje (ver palestra de Fernando Novais citada acima). Habitualmente, o que se refere é o ressentimento dos “naturais da terra” para com os “filhos de Portugal”; mas o contrário também acontecia, como mostra carta de 1763 enviada pelos vereadores da Câmara de Vila Rica, em Minas Gerais, ao trono, em Lisboa.

Os signatários solicitavam aí preferência no acesso aos cargos, que no seu entender não deviam ser preenchidos apenas com base “na naturalidade da terra”³⁰.

Enquanto os “filhos de Portugal” invocavam em seu favor serem eles – pelo povoamento, agricultura, comércio e penetração no território para a extração do ouro – os verdadeiros artífices da grandeza e prosperidade dos domínios do monarca, os “filhos da terra” arrogavam-se herdeiros de uma ancestralidade específica (brasonada pelo sangue vertido nos primeiros combates contra os índios hostis e os invasores estrangeiros – franceses e ingleses, primeiro; holandeses, depois) que se contrapunha à genérica portuguesa, na qual viam apenas homens comuns.

De qualquer forma, é importante assinalar que na altura não existia ainda propriamente consciência nacional e que o termo “brasileiro” só designava os comerciantes de pau-brasil. O que houve desde o século XVII foi (auto)identificação regional – paulistas, pernambucanos, baienses,... fluminenses, mineiros (estes só desde o século XVIII). Mas, quando em contato com os espanhóis, todos eles eram percebidos antes de mais como portugueses e era como tal que a si próprios se viam. “Portanto, ser paulista, pernambucano ou baiano significava ser português, ainda que se tratasse de uma forma diferenciada de sê-lo” Jancsó & Pimenta, 2000, pp. 136-137).

Mesmo numa data mais tardia, já no final do século XVIII, aquando da chamada Inconfidência Mineira de 1789, a análise dos Autos da Devassa mostra que as identidades políticas coletivas então existentes na capitania eram a mineira (que começou também por designar estritamente quem estava envolvido na atividade mineradora), a americana (com a qual os locais se diferenciavam dos metropolitanos europeus) e a portuguesa, comum a todos.

O que conferia um sentido de coesão e unidade ao conjunto dos territórios era a metrópole, onde tudo convergia; para os colonos, o Brasil pouco mais era ainda que uma abstração. Daí que seja correto afirmar que a “apreensão de conjunto das partes a que “genericamente” se chamou de Brasil” estava “no interior da burocracia estatal portuguesa” (Santos, 1992, citado em Jancsó & Pimenta, 2000, p. 140).

³⁰ In Arquivo Histórico Ultramarino (cx. 81, doc. 16), localizada por Stumpf citado em Jancsó e Pimenta (2000).

Visão crítica e visão autodepreciativa

Sobre este período inicial da colonização, Gilberto Freyre vai assinalar que, dada a miscigenação do elemento luso com mulheres locais, se torna difícil “distinguir o que seria aclimatibilidade de colonizador branco (...) da capacidade de mestiço, formado desde o primeiro momento pela união do adventício sem escrúpulos nem consciência de raça com mulheres da vigorosa gente da terra”. Mas não deixará de acentuar que

De qualquer modo o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características e qualidades de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez de se retardarem como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses. (Freyre, 2004, p. 73)

E isto apesar do sentimento de “desprezo e desgosto pela terra brasileira” que muitos portugueses vindos do reino alimentaram ao longo dessa centúria devido às dificuldades com que nela se deparavam e de que Pernambuco, graças ao seu maior desenvolvimento, parece ter sido a exceção que confirma a regra. Foi contra esse tipo de atitude – vir “fazer o Brasil”, explorar as riquezas da terra sem necessariamente a amar e regressar, logo que possível, a Portugal para aí disfrutar a riqueza obtida além Oceano – que Capistrano qualifica de “transoceanismo”, que se insurgiram alguns autores como Frei Vicente do Salvador (1564-1636), na sua *História* (1982), e Ambrósio Fernandes Brandão (1555-1618), nos seus *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1956), sem que com isso deixassem propriamente de ser lusitanos ou, muito menos, alimentassem sentimentos antilusitanos.

Ressentimento e amargura

Mais certo parece estar Evaldo Cabral de Mello quando refere que, lida contra o pano de fundo dos textos que a precederam, a *História do Brasil* de Frei Vicente Salvador “já respira o ressentimento e a amargura do mazombo (descendente de portugueses nascido já na América)” (Mello, 2008, p. 17). Ressentimento e amargura, talvez, tanto mais que esses sentimentos vão estar presentes – por uma ou outra razão – ao longo dos três séculos do relacionamento entre “nobreza da terra” e “reinóis”. Mas Capistrano quis ver em tais observações críticas algo mais – a saber, a própria raiz do sentimento nacional brasileiro – o surgimento do nativismo (entendido como embrião do nacionalismo) em pleno século XVII.

Indagando-se sobre as razões pelas quais a obra do franciscano não foi logo editada, o historiador cearense avança, entre outras hipóteses, esta: “Pode ser ainda que não agradasse o tom em que falla do Brasil e parecesse arriscado o modo porque pregava sua grandeza, sua independência do resto do mundo” (Brandão, 1956, p. i). E, mais à frente, acentua:

Neste [século XVI], com a dificuldade de communicações, com a fragmentação do territorio em capitánias e das capitánias em villas, dominava o espírito municipal: brasileiro era o nome de uma profissão; quem nascia no Brasil, si não ficava infamado pelos diversos elementos do seu sangue, ficava-o pelo simples facto de aqui ter nascido, – um mazombo; si de algum corpo se reconheciam membros, não estava aqui, mas no ultramar: Portuguezes diziam-se os que o eram e os que o não eram. Fr. Vicente representa a reacção contra a tendencia dominante: Brasil significa para elle mais que expressão geographica, expressão histórica e social. O seculo XVII é a germinação desta idéia, como o seculo XVIII é a maturação. (Brandão, 1956)

É muito questionável que a obra de Frei Vicente autorize esta leitura. De acordo com análises mais recentes, a sua *História do Brasil (1500-1627)* (1982) seguiu com rigor os cânones consagrados, os princípios retórico-poéticos que presidiam aos géneros historiográficos seiscentistas e visou enaltecer o império construído pelos portugueses (ainda que, então, integrado com a Espanha) impregnados (nessa visão) de um sentido de missão divina:

Nesse quadro de unidade teológico-política, em que os fins do império, em última instância, são transcendentés, a conversão do gentio constitui atribuição primordial do governo do Brasil e, portanto, perpassa os cinco livros da História do Brasil. Se por um lado, frei Vicente do Salvador louva as virtudes dos governantes e suas ações, por outro, prescreve remédios à saúde política do Estado do Brasil. (Andrade, 2004, p. 246)

Por mais ressentimento e amargura que nelas perpassem, ver nas observações críticas do frade franciscano um embrião de nacionalismo brasileiro, considerando que Frei Vicente pregava não só a grandeza do Brasil, mas já a “sua independência do resto do mundo” é manifestamente um *tour de force*, um anacronismo: “Os argumentos teológico-políticos da História do Brasil, longe de pertencerem a uma perspectiva autonomista, sacramentam a união das coroas ibéricas como meio de promover a concórdia entre os reinos católicos para combater os inimigos da fé” (Andrade, 2004, p. 239).

Frei Vicente vai mesmo mais longe, ao defender, na sua *História*, a ideia do *Brasil como retaguarda estratégica de Portugal*:

se alguma hora acontecesse (o que Deus não permita) ser Portugal entrado e possuído de inimigos estrangeiros, como há acontecido em outros reinos, de forma que fosse forçado el-rei com seus portugueses a outra terra, a nenhuma o podia fazer melhor que a esta. (Salvador, 1982, p. 145)

Capistrano nota esta observação crucial, mas não a valoriza o suficiente, preferindo fazer do conjunto da obra, como vimos, uma leitura mais nacionalista. Uma vez consolidado o prestígio de Capistrano como historiador, a sua leitura “nativista” de Frei Vicente acaba por obter consagração, vendo-se corroborada por grandes nomes da historiografia brasileira como Rodolfo Garcia (1873-1949), Manoel Bomfim (1868-1932), Honório Rodrigues (1913-1987) e Francisco Iglésias (1923-1999). Este último chega a dizer que o franciscano baiano foi, de facto, “o primeiro censor do português, o primeiro a fazer crítica fundada e direta ao colonizador” (Iglésias, 2000, p. 13). Por seu turno, Manoel Bomfim (1868-1932) vendo na não edição do manuscrito um intuito deliberado de ocultação, acentua:

Com um século, apenas, de existência, o Brasil já produz um brasileiro que o compreende como um todo solidário, com história própria; um brasileiro – esse Frei Vicente do Salvador – que sente a necessidade de escrever a história da sua pátria, e em cujas páginas tantas vezes se destacam as qualidades novas e próprias do Brasil, em oposição às de Portugal. Por isso mesmo, caída em mãos do português, essa história, escondem-na, somem-na, no mesmo empenho que procuram velar e afogar a pátria distinta que no Brasil se revela. Mais de dois séculos esteve sepultada nos arquivos oficiais de Portugal, a História do Brasil, do brasileiro Frei Vicente; finalmente o português Varnhagen a descobre e, como português, deixa-a sumida, desconhecida dos brasileiros... (Bomfim, 1993, p. 337)

Com este olhar retrospectivo acentuadamente nacionalista, uma série de trechos críticos da narrativa de Frei Vicente, de tão citados e repetidos, acabaram por se consagrar no senso comum como verdadeiros epítomes do despertar do antilusitanismo. É o caso, entre outros, daquelas passagens que referem: - o “pouco caso” que os reis de Portugal teriam feito “deste tão grande estado, que nem o título quiseram dele”; a reduzida atenção dos povoadores para com a terra em que estavam, só faltando ensinarem aos bens de que nela dispunham o mesmo que logo ensinavam aos papagaios: “papagaio real, para Portugal”, “porque tudo querem para lá” e assim “não tratem do que há cá de ficar, se não do que hão de levar para o reino” ; uma atitude – insiste – que era comum tanto aos que vinham do reino como aos já nascidos no Brasil, “que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e

deixarem destruída”; a falta de espírito republicano, traduzida na pouca ou nula atenção pelo bem comum, só cuidando cada um do seu bem particular, o que levava um bispo a observar: “verdadeiramente nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa”; a falta de exploração do sertão (à data em que Frei Vicente escrevia, já na segunda metade do século XVII), “porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (Salvador, 1982, pp. 57-59) (como já se havia assinalado antes). No mesmo sentido já se havia pronunciado Gândavo, em 1576: “Não há pela terra adentro povoações de portugueses por causa dos índios que não no consentem e também pelo socorro e tratos do Reino lhes é necessário estarem junto ao mar” (Gândavo, 2008, p. 68) e também Brandão, ao assinalar, em 1618, que os moradores se contentavam de “nas fraldas do mar se ocuparem somente em fazer açúcares” (Brandão, 1956).

Mas essas observações críticas seriam já expressão de um sentimento nativista potencialmente antilusitano, espécie de prelúdio do nacionalismo brasileiro, como pretenderam Capistrano e, depois dele, vários outros historiadores, ou seriam tão só meras manifestações de um lusitanismo crítico (mormente em relação à Coroa espanhola, no contexto da então vigente União Ibérica), contribuições para o aperfeiçoamento da obra de criar um “Novo Portugal” nos trópicos?

Seja como for, o que é certo é que a ideia de criar nos trópicos uma Nova Lusitânia perdurou nos textos literários e nas intervenções políticas quase até à própria independência, como o atesta o discurso de José Bonifácio proferido na Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1819. Referindo-se aos projetos ilustrados de reformas, em curso desde a chegada da Corte, visando emancipar (mas ainda não separar) o Brasil, fazendo dele o centro de um grande império, diria o “patriarca da independência”:

Seu assento central quase no meio do globo; defronte à porta da África, que deve senhoriar, com a Ásia à direita, e com a Europa à esquerda, qual outra nação se lhe pode igualar? Riquíssima nos três reinos da natureza, com o andar dos tempos, nenhum outro país poderá correr parilhas com a nova Lusitana. (Lyra, 1994, p. 143)

Antilusitanismo

Mas, se foi assim, mais uma razão para que nos interroguemos: afinal, onde e quando se aprofundou o *estranhamento* e começou o antilusitanismo?

É difícil dar uma resposta unívoca a esta questão porque as fontes frequentemente se contradizem, diferentes autores têm opiniões diferentes a esse respeito, a situação evoluiu ao longo do tempo e, além disso, as circunstâncias foram, muitas vezes, paradoxais – com sentimentos potencialmente antagônicos começando por se mesclar de forma contraditória e de difícil leitura antes de assumirem nítida expressão de confronto entre dois campos distintos e claramente separados. Veja-se, por exemplo, o que se passou na chamada “Guerra dos Emboabas”, que, entre 1707 e 1709, opôs os paulistas, descobridores das minas, aos que chegaram depois, vindos em massa, quer de Portugal, quer de outras regiões do Brasil.

Começa por haver uma discrepância enorme sobre o número de pessoas que, na altura, movidas pela febre do ouro, deixaram o território europeu rumo ao Brasil. Sabe-se que foi muita gente, mas os números variam enormemente. Um autor chegou a escrever que “vio-se em breve tempo meyo Portugal transplantado a este empório” (Machado, 1734, citado em Boxer, 1963, p. 60), o que levou outros depois a calcular que pelo menos 800 000 pessoas teriam vindo para Minas Gerais entre 1705 e 1750. Carlos Lessa, por exemplo, afirma que a “corrida para o ouro das Geraes, naquele século, atraiu mais de seiscentos mil portugueses, predominantemente do gênero masculino” (Lessa, 2008, p. 239). Mas Boxer considera esta ordem de grandeza “absurda”, defendendo que no máximo teriam deixado por ano Portugal entre três a quatro mil pessoas, o que daria um total, para aquele período, de 135 000 a 180 000.

Por outro lado, também não parece legítimo subscrever sem reservas a visão corrente de que o choque entre paulistas e forasteiros teria sido um confronto entre “naturais da terra” (também designados depreciativamente por “mazombos”, já assinalado anteriormente) e “reinóis” (portugueses nascidos no Reino), antecipando o embate entre brasileiros e portugueses, uma vez que entre os “emboabas” estavam muitos recém-chegados das regiões costeiras já nascidos no Brasil.

Ao contrário do que se poderia esperar – escreve Charles Boxer, sempre bem documentado – os aventureiros vindos para Minas Gerais, procedentes do interior de Pernambuco, e de outras regiões do Brasil, colocaram-se ao lado

dos emboabas, em vez de se unirem aos paulistas nascidos na América.
(Boxer, 1963, p. 72)

A natureza do conflito era, portanto, outra, ou, no mínimo, não se circunscrevia ao embate entre “reinóis” e “naturais da terra”. Algo de semelhante parece ter acontecido na “Guerra dos Mascates” (1710-1711), que opôs a velha aristocracia agrária de Olinda, os senhores de engenho, à nova burguesia comercial do Recife, os mercadores nascidos no reino em disputa pela hegemonia. A visão corrente tende a retratar o conflito como um choque entre “filhos da terra”, já estabelecidos, e os comerciantes adventícios chegados de Portugal. Mas também aqui as coisas nem sempre se terão passado de forma tão contrastada, já que os senhores de engenho locais passaram, a certa altura, a ser liderados pelo Bispo – português nascido em Portugal e que se mantinha fiel à Coroa – limitando assim à partida os objetivos do movimento dos de Olinda contra os do Recife.

Concedido pelo Reino, no final, o perdão geral, o que houve depois foi um tremendo abuso de autoridade por parte do novo Governador, Felix Machado, cujo arbitrio vingativo pró-mascates e contra os senhores pernambucanos deixaria amarga memória e um lastro de ressentimento. Como reconhece Boxer, “desde que a liderança dos agricultores fora assumida pelo Bispo, não havia possibilidade de um rompimento decisivo com a mãe-pátria, mas apenas a determinação de obter algumas concessões político-económicas por parte da Coroa”. Já a tremenda repressão que se seguiu por parte do Governador, à margem das próprias determinações régias, contribuiu certamente “para exacerbar e prolongar a hostilidade entre “filhos da terra” e os portugueses emigrantes” (Boxer, 1963, p. 121).

Não se tratou ainda, obviamente, de um movimento de caráter nacional, uma vez que só envolveu Pernambuco. Do que parece não haver dúvidas, é que – ao ferir os interesses e o bem estar pessoal do poderoso grupo social dos grandes agrários na mais rica de todas as possessões portuguesas, a “Guerra dos Mascates” deixou uma marca profunda de ressentimento na memória histórica local; tanto mais que o mesmo grupo social fora inquestionavelmente o esteio da resistência aos holandeses, considerando-se por isso digno de particular reconhecimento por parte do Reino, ao qual considerava ter devolvido, por exclusivo esforço próprio, a soberania sobre Pernambuco.

Jogo de enganos, ferida narcísica e frustração histórica

A nobreza local – descendente de portugueses, mas nascida no Brasil – afirmava que eles, os “mazombos”, os “pés rapados”, como lhes chamavam depreciativamente os naturais do Reino, haviam herdado com o sangue os serviços de seus pais e avós, de quem “publica a fama largamente que, pelo valor deles, sem ajuda nem despesa da Real Fazenda, venderam as vidas em restauração de Pernambuco, que ao mesmo rei, generosos, tributaram” (Gama, citado em Mello, 2008, p. 93).

A ideia de que a expulsão dos holandeses e a restauração do domínio português se ficara a dever tão só à resistência local não era exata, já que a capitulação do Recife só se tornara finalmente possível graças ao bloqueio imposto à cidade pela frota da Companhia Geral do Comércio (1653/1654). Mas a versão da autolibertação frutificou porque o empenho dos senhores de engenho locais na resistência ao domínio batavo fora, de facto, enorme e sobretudo porque a certa altura (1646) D. João IV, aconselhado a procurar uma solução diplomática com os holandeses, havia ordenado que a “Insurreição Pernambucana” (também designada pelos patriotas locais “Guerra da Luz Divina”) terminasse ou fosse suspensa e as tropas lusas recolhessem à Bahia (1646). Essas ordens não foram obedecidas e a guerra prosseguiu até à expulsão final dos invasores estrangeiros, sucessivamente derrotados nas duas batalhas dos Guararapes (1648/1649) e depois bloqueados pela frota no Recife. Um caso antológico de “resistir ao Rei para melhor servir ao Rei”, como diria anos mais tarde o marquês de Olinda no Senado do Império (Mello, 2008, p. 95).

O bloqueio do Recife pela frota enviada de Lisboa foi crucial para a rendição final dos holandeses. Apesar disso, no entanto, cristalizou em Pernambuco a ideia do esforço exclusivo das forças locais, que iria ser repetidamente invocado junto da Corte para justificar a pretensão de reservar a atribuição de cargos administrativos aos habitantes da América portuguesa, bem como privilégios e isenções de ordem fiscal.

Como refere Evaldo Cabral de Mello, ninguém foi mais categórico na defesa dessa narrativa – verdadeiro “mito constitucional” pernambucano – do que a Câmara de Olinda:

Em nenhuma parte do mundo, libertaram praças os vassallos da Coroa de Portugal como os pernambucanos, pois sem despesa da fazenda real e sem ordem de seu Rei, que julgava a restauração impossível, se levantaram contra o inimigo, e com perdas consideráveis de suas fazendas e copiosas efusões

de sangue, descalços, sem abrigo, ao rigor do tempo e mortos à fome, restauraram ao seu Rei estas capitanias. (Gama citado em Mello, 2008, p. 94)

Para António Rodrigues da Costa, membro do Conselho Ultramarino, a nobreza de Pernambuco considerava-se dona da terra, “como se eles a houvessem conquistado e depois restaurado do poder dos holandeses só por si e sem forças, cabedais e empenhos deste Reino” (Couto citado em Mello, 2008, p. 96). A ideia de que, na expressão de Loreto Couto, “abaixo de Deus, deve Pernambuco tudo que hoje é a si próprio” foi alimentada pela “nobreza da terra” como mito com fins pragmáticos – tentar obter concessões do Reino em termos de prerrogativas no preenchimento dos cargos da administração local e isenções de ordem fiscal. Como se os serviços prestados durante o conflito contra os holandeses tivessem criado um vínculo contratual com a Coroa, subtraindo Pernambuco ao estatuto comum a todos de vassalagem perante o Rei e restaurando dessa forma a autonomia relativa de que gozara a donataria no início da colonização. Nessa altura, Duarte Coelho, o primeiro donatário, conseguira subtrair-se a ter de prestar contas ao Governador-Geral, em Salvador, correspondendo-se diretamente com a Corte, em Lisboa.

Por outro lado, astutamente, a Coroa não deixava também de utilizar essa proclamação de fidelidade tão apregoada pelos senhores locais, apelando a essa memória sempre que lhe convinha a fim de os pressionar à obediência, reforçando os vínculos coloniais. Desta forma, o imaginário das elites pernambucanas em torno dos serviços prestados durante a resistência ao invasor holandês acabava por ter um sentido algo ambivalente e paradoxal: por um lado, invocava, para validade futura e com uma marca de vincada autonomia, uma especificidade própria, com base em direitos supostamente adquiridos por via dos excepcionais serviços prestados à Coroa, apresentados e interpretados por esta como prova de fidelidade ao Reino; por outro, não deixava, também, de ter algum sabor de regresso ao passado, num fio histórico que remontava ao primeiro donatário, Duarte Coelho, um tempo em que o projeto era ainda o de edificar um novo Portugal nos trópicos – a Nova Lusitânia... Antilusitanismo de cariz independentista (pernambucano, no caso) em gestação ou retrolusitanismo reforçado? Um e outro ao mesmo tempo, em plena, complexa e por vezes contraditória metamorfose do português em brasileiro?

No primeiro decénio a seguir à guerra, indo ao encontro das pretensões locais, a Coroa ainda escolheu os governadores entre os restauradores da “nobreza da terra”; mas, depois, essa primazia cessou, passando o cargo a ser atribuído a oficiais do Reino que se haviam distinguido na guerra da independência contra a Espanha, a chamada Guerra da Restauração (1640-1668).

A recusa da Coroa em continuar a conceder essa prerrogativa de que os pernambucos se julgavam merecedores por direito adquirido nos campos de batalha contra os invasores holandeses gerou, na expressão de Evaldo Cabral de Mello, uma “ferida narcísica” (sic), a partir da qual se iria gerar o “nativismo nobiliárquico” (Mello, 2008, p. 109). De acordo com este historiador brasileiro, no imaginário nativista local, essa *ferida narcísica* iria alimentar, por um lado, a insatisfação que esteve na base das insurreições de 1817 e 1824; por outro, acabaria também por gerar – a par da nostalgia pelo período da administração do conde Maurício de Nassau (1637-1644) – um sentimento de “frustração histórica” derivado da ideia de que a luta contra os holandeses poderia, afinal, ter desembocado na independência (de Pernambuco) e não no regresso ao domínio português. Teria sido, desse ponto de vista, uma oportunidade perdida. Um sentimento que nem todos partilhavam, no entanto, considerando muitos que a reinserção no colonialismo lusitano fora “a forma necessária da independência futura, sendo em todo o caso preferível à outra alternativa de subordinação, o domínio batavo” (Mello, 2008, p. 118).

Como se vê, do início da colonização, nas primeiras décadas do século XVI, até praticamente à independência, no começo do século XIX, não faltaram disputas, confrontos de interesses, críticas, movimentos, protestos e revoluções de diferentes tipos e objetivos, em que (a par das lutas contra as tribos indígenas rebeldes e os escravos em fuga que formavam “quilombos” autossustentados, bem como das guerras contra os invasores estrangeiros) se foi consolidando um antagonismo, uma oposição cada vez mais aberta entre “reinóis” e “nobreza da terra”, naturais do Reino e “mazombos”, recém-chegados e já estabelecidos, “filhos de Portugal” e “filhos da América” em luta por cargos, privilégios e regalias num pano de fundo de invejas e ressentimentos mútuos, próprios de uma luta fratricida. Uma luta que acabaria por gerar, nas palavras do desembargador João Souza Falcão sobre as causas da “Revolução de 1817”, em Pernambuco, um “ódio geral, antigo e entranhável dos filhos do Brasil contra os portugueses, aos quais apelidavam de “marinheiros”. Na base desse confronto, o ressentimento de quem se sentia preterido e chocado com os privilégios exclusivos de que desfrutavam os que vinham, ocupando cargos e posições de mando. Os patriotas – diz ainda João Osório – achavam que “os europeus que têm vindo aqui estabelecer-se têm enriquecido à custa deles patrícios e se têm feito senhores

do país”. E conclui: “Por longo tempo têm os colonistas (sic) do Brasil estado em maus tratos com os europeus de Lisboa que possuem os empregos civis e militares”³¹.

O sentimento antiportuguês: “cabrada” contra “pés de chumbo”

Por toda uma centúria, de começos do século XVIII até praticamente à declaração de independência, é assim possível detetar em cada um dos grandes momentos de revolta, insubordinação e confronto que eclodem no território - “Guerra dos Emboabas” (1707-1709), “Guerra dos Mascates” (1710-1711), “Revolta de Vila Rica” (1720), “Inconfidência Mineira (1798), “Conjuração Baiana” (1798)... – uma coloração anti-portuguesa, pelo que *podemos situar aí os prolegómenos do antilusitanismo, quando o estranhamento de diferentes origens e matizes que já vinha da descoberta e se fortaleceu no combate contra os índios e contra os escravos fugitivos e criadores de quilombos, se aprofunda e se transforma, pelo choque de interesses entre “gente da terra” e “reinóis”, em sentimento antiportuguês.*

Para alguns historiadores, esse sentimento teria mesmo começado antes, já no século XVII, e teria uma base étnica, a saber, quando se acabou de constituir, vinda da miscigenação dos séculos anteriores, um grupo social nascido no Brasil distinto dos brancos oriundos da metrópole:

Quaisquer que fossem, porém, os movimentos da história, já no século XVII se havia formado no Brasil a raça nacional, mameluca em maior ou menor grau de cruzamento, e, *com essa criação étnica, desaparece por inexplicável, a lealdade, e começam os perjúrios* (sublinhado nosso). As duas raças que quase ao meio então dividem o país começam a odiar-se e aplicar-se nomes desprezíveis. A cabrada, os pés de cabra, dizem os lusos dos brasileiros; mascates, marotos, pés de chumbo chamam os brasileiros aos seus dominadores. Como quer que seja, com a raça nova formava-se o que se poderia dizer a base física da revolução. (Ribeiro, 2014, p. 292)

Entretanto, como acontece em todos os complexos processos de transição, nem sempre tudo foi meridianamente claro, nem sempre os campos estiveram claramente delimitados. Por um lado, nas diversas revoltas, houve “reinóis” e “gente da terra” de um e de outro lado dos campos em confronto; por outro, o sentimento de revolta não tinha ainda carácter de embate entre nações (um conceito que só vai surgir no século XIX), antes sendo mais dirigido contra a Coroa e o seu

³¹ João Osório citado em *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, pp. III-IV. Retirado de: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094536>

Antigo Regime absolutista, na pessoa dos funcionários do Estado, do que propriamente contra Portugal e os portugueses. Ou seja, não havia, à partida, um contraponto entre colonizadores e colonizados, até porque colonos eram os próprios “nobres da terra” e do ponto de vista jurídico todos eram portugueses, súbditos do mesmo rei. O que houve, muitas vezes, como refere Evaldo Cabral de Mello, foi o “culto de sentimentos localistas de orgulho cívico sem conotações anticoloniais ostensivas, podendo, portanto, ser tolerados e até incentivados pela metrópole” (Mello, 2008, p. 17).

2.8. No labirinto nativista

Isso não impediu, entretanto, a historiografia brasileira e especialistas estrangeiros sobre o Brasil (com as notáveis exceções de Varnhagen e Southey), de tentarem enquadrar essas diferentes situações e realidades – conflitos, personalidades, lideranças políticas, instituições, contexto... – sob a designação genérica de “nativismo”. Trata-se de um conceito impreciso, cuja finalidade genérica – na diversa utilização que dele fazem os autores – parece ser a de conferir sentido aos conflitos que foram eclodindo no Brasil – com exclusão (*et pour cause!*) das revoltas dos escravos e das guerras com os índios um sentido proto-nacional. Foi o que fez, por exemplo, o já referido João Ribeiro, na sua *História do Brasil*, em 1900: “As revoluções americanas vestem as formas liberais e cosmopolitas, mas são no fundo exclusivamente étnicas, patrióticas e *nativistas* (sublinhado nosso); para o europeu que a descobriu, a América é comum; para o americano, é a terra exclusiva” (Ribeiro, 2014, p. 288).

Analisando ao pormenor a utilização vária do termo “nativista”, com base no estudo das obras, coleções de História do Brasil, manuais didáticos e monografias, Rogério Forastieri da Silva assinala que ele se refere “a objetos variados e a períodos igualmente variados” – desde o período inicial da colonização até à primeira metade do século XIX, mesmo para além da emancipação política, sendo ainda maior a diversidade dos contextos em que é utilizado: da luta contra invasores estrangeiros ao nacionalismo e seus antecedentes, da lusofobia (mesmo quando não incluía combate contra a situação colonial) à emancipação política, do confronto entre poderes locais e poder central, passando pelas reivindicações e protestos populares contra a alta do custo de vida e os impostos... (Silva, 1997, p. 63). Além do mais, sobre os mesmos acontecimentos, diferentes autores extraem conclusões diversas, o que não deixa de ser um reflexo das contradições e da

complexidade do processo de metamorfose que haveria de levar à separação entre portugueses e brasileiros, entre Brasil e Portugal.

Vejam-se alguns casos que ilustram bem as dificuldades com que se debatem os historiadores brasileiros para atribuir sentido aos acontecimentos (Silva, 1997, p. 69 e seguintes):

- “Aclamação de Amador Bueno” (São Paulo/1641) – acontecimento conservador para uns (Pedro Otávio Carneiro da Cunha), progressista para outros (Alfredo Ellis);
- Guerra contra os holandeses (Nordeste/1624-1654) – luta de carácter nacional contra o invasor estrangeiro para certos historiadores (Capistrano de Abreu), mas não assim para outros (vg. João Ribeiro), já que havia brasileiros de um lado e do outro;
- “Revolta de Beckman” – (Maranhão/1684) “mandriice intelectual ou miopia política” para Capistrano de Abreu, movimento de carácter nacionalista para Lima Sobrinho;
- “Guerra dos Emboabas” (Minas Gerais/1707-1709) – uma “guerra civil”, de acordo com Varnhagen, expressão de “nativismo” segundo outros; mas nem todos estão de acordo sobre quem eram os nativistas – se os “emboabas” ou os paulistas...
- “Revolta de Vila Rica” (Vila Rica, atual Ouro Preto/1720) – “patriotismo” para uns, não assim para outros (Nícia Vilela Luz), já que todos os implicados eram portugueses, incluindo o próprio líder – Filipe dos Santos...

Para complicar tudo, o termo “nativista” ou “nativismo”, ainda que mais frequentemente utilizado no sentido de “exaltação das coisas da terra”, é também muitas vezes empregue como sinónimo de (ou alternando com) “nacionalismo” e “patriotismo”...

Como poucos são os autores que se preocupam em definir o conceito, limitando-se a afirmar ou negar o carácter nativista deste ou daquele movimento, a imprecisão é geral:

o tema parece estar em toda parte e não está em lugar nenhum, e à vista das evidências torna-se impossível descobrir um terreno comum que poderia dar condições para um estudo sistemático do dito nativismo.” Enfim, conclui Forastieri da Silva, “prevalece o impressionismo e a ausência de rigor.” (Silva, 1997, pp. 71-72)

Daí a necessidade que sentiu um dos historiadores brasileiros que operam com esse conceito de distinguir nele não só uma fase inicial, o “protonativismo quinhentista” (que teria consistido “ironicamente na reiterada e orgulhosa asserção da lusitanidade”), como ainda – designadamente em Pernambuco - uma “fase de transação”, que se prolongaria por quase dois

séculos, considerados depois a idade de ouro da capitania, uma época de “paz e amizade”, em que “os ódios políticos não dividiam e atormentavam os homens” (Mello, 2008, p. 16).

Tudo isto antes de as paixões se reacenderem de novo, no início do século XIX, de forma ainda mais virulenta do que anteriormente, numa espécie de prelúdio, aí sim, do nacionalismo, que iria ser forjado a partir da criação do Estado nacional, quando, obtida a independência, as elites brasileiras (ontem ainda portuguesas ou luso-brasileiras) se viram colocadas perante a necessidade imperiosa de literalmente inventarem a nação.

No mesmo sentido, mas de uma forma mais claramente definida, vai Edward Bradford Burns, distinguindo na história geral do nacionalismo no Brasil três fases bem distintas:

- 1) nativismo colonial (séculos XVI, XVII e XVIII), expresso nas obras de Ambrósio Fernandes Brandão (*Diálogo das Grandezas do Brasil*, 1618), Frei Vicente do Salvador (*História do Brasil – 1500-1627*) e também na luta em defesa do território contra as invasões holandesas (1624-1625 e 1630-1654); para o autor, esta primeira fase do nacionalismo brasileiro termina com a instalação da Corte portuguesa no Brasil, em 1808, e depois com a Proclamação da Independência, em 1822.
- 2) nacionalismo defensivo (século XIX – início do século XX) – vai de 1821 a 1930 e tem como momentos altos a Proclamação da Independência (1822), o Romantismo Indigenista e a Proclamação da República (1889);
- 3) nacionalismo ofensivo (século XX).

Para Burns, o nativismo “era uma expressão do amor e orgulho dos colonos por sua terra; contudo, sua exaltação do Brasil não implicava necessariamente antagonismo com Portugal. O nativismo – considera – desenvolveu-se lentamente nos séculos XVI e XVII, mas acelerou significativamente no século XVIII. Finalmente evoluiu para o nacionalismo” (Burns, citado em Silva, 1997, p. 75).

Seria, entretanto, necessário realizar estudos específicos mais aprofundados para conseguir identificar, em cada época e em cada caso, quais os sentimentos dominantes, quais as circunstâncias e os fatores que contribuíram para a metamorfose do Português em Brasileiro e para a oposição entre os dois, a fim de poder distinguir o que ainda era, embora às vezes de forma crítica – como o fizeram os primeiros cronistas – orgulho colonial português de edificar uma Nova Lusitânia, um novo Portugal nos trópicos, e o que já poderia ser identificado como diferenciação

em relação à metrópole, início de uma autoconsciência local, primeiro distinta e depois oposta à Coroa, ao Antigo Regime, a Portugal e aos portugueses, gérmen enfim de um sentimento nacional próprio que só acabará por se desenvolver verdadeiramente depois da independência.

Sem isso, de pouco nos servirá saber, por exemplo, que a primeira fase do nativismo brasileiro, o “protonativismo quinhentista” – na expressão de Evaldo Cabral de Mello – “consistiu ironicamente na reiterada e orgulhosa asserção da lusitanidade que já vincaria a existência da América portuguesa, bem como na louvação da terra e dos seus recursos naturais, comparados em pé de igualdade aos do Reino ou mesmo reputados superiores” (Mello, 2008, pp. 16-17), bem patentes, por exemplo, nas obras, entre outros, de Frei Vicente do Salvador, Ambrósio Fernandes Brandão ou Gabriel Soares de Sousa.

De pouco, também, nos adiantará saber que, segundo o mesmo autor, em Pernambuco – sempre uma das províncias mais assertivas – o nativismo foi ao longo do século XVIII “um nativismo razoável, de transação, expurgado das feições mais virulentas que assumira ao tempo da guerra dos mascates”. Se assim era, onde eclodiu então o nativismo entendido como expressão não só de amor à terra e às coisas locais, mas como sentimento antilusitano?

Na introdução aos *Diálogos* de Ambrósio Fernandes Brandão, o historiador Capistrano da Abreu, ensaia uma explicação mais elaborada dos confrontos com base na diferenciação étnica e psicológica:

Examinando superficialmente o povo, discriminavam-se logo três raças irreduzíveis, oriunda cada qual de continente diverso entre as quais nada favorecia a medra de sentimentos de benevolência. Tão pouco apropriados a essa floração delicada, antolhavam-se seus descendentes mestiços, mesclados em proporção instável quanto à receita da pele e à dosagem do sangue. (Abreu, 1956)

Entretanto, anotadas as diferenças, que militavam todas no sentido da profunda separação, o autor refere – sem explicar muito bem como nem porquê – que todos se uniram contra o invasor externo:

Êsse estado centrífugo começou a ceder desde a terceira e quarta décadas do século XVII. Reinóis, mazombos, moleques, caboclos, mulatos, mamalucos, tôdas as denominações se sentiam com tôdas as diferenças que os apartavam irreduzivelmente, mais próximos uns dos outros que dos Holandêses, e daí a guerra que de 1624 a 1654 não se interrompeu enquanto o invasor calcou o solo da pátria. (Abreu, 1956)

Da mesma forma não fica muito claro como é que, depois dessa união contra os holandeses (que os senhores locais, de origem lusa, profundamente católicos e invocando fidelidade à Coroa de Portugal e à Igreja, comandaram) os portugueses passaram a ser o “inimigo”: “O mesmo sentimento de solidariedade foi-se avigorando a ponto de que ao primeiro e segundo decênios do século XVIII o português passou à categoria de inimigo, e rebentaram as guerras dos Mascates entre pernambucanos e dos emboabas entre os paulistas” (Abreu, 1956).

2.9. Emergência de um novo paradigma

Mas teria sido o sentimento antiportuguês que levou às guerras dos Mascates e dos Emboabas, ou foi nestas guerras que começou a surgir um sentimento antiportuguês, pelo menos na visão de finais do século XIX? Mais uma vez, Capistrano – e, como vimos, outros historiadores na sua senda – parece(m) ceder ao anacronismo de projetar no passado um sentimento que no seu tempo se quis fomentar para ajudar a consolidar a ideia de nação brasileira. Um anacronismo para o qual alertou Caio Prado Júnior.

Identificando a separação entre senhores de engenho, proprietários ou fazendeiros locais, de um lado, e comerciantes, do outro, como um dos pontos de fricção entre “gente da terra” e “reinóis” prenhe das “mais graves consequências” em termos de contestação do sistema colonial, Caio advertiu para a dificuldade de fixar rigorosamente “momentos” de rutura, de eclosão de uma nova situação, já que tudo ocorria num *processo dinâmico e contraditório por natureza*. Esse era, no entanto, escreve este “intérprete do Brasil” com ironia, “Divertimento a que se têm dedicado muitos historiadores.” E deixa o alerta:

O historiador (...) enfrenta o risco de tratar o assunto anacronicamente, isto é, conhecedor que é da fase posterior, em que ocorre seu desenlace (...), projeta esta fase no passado. O que não raro tem sido feito. Como o processo que ora nos ocupa vai dar na separação da colônia de sua metrópole, na Independência, são as manifestações neste sentido que se procuram. Simplismo lamentável, que não somente restringe consideravelmente o objeto da pesquisa, como a desvia de seu verdadeiro sentido. O final da cena, ou antes, o primeiro grande acontecimento de conjunto que vamos presenciar será, não há dúvida, a independência política da colônia. Mas este final não existe ainda antes dela, nem está “imaneente” no passado; ele será apenas a resultante de um concurso ocasional de forças que estão longe, todas elas, de

tenderem, cada qual só por si, para aquele fim. (Júnior, 2002, pp. 1371; 1445-1446)

Em estudo publicado em 2001, Luciano Figueiredo procurou justamente evitar esse “simplismo lamentável”, ampliando a visão e mostrando como os movimentos de protesto ocorridos em diferentes regiões do Brasil se inseriram, afinal, no contexto bem mais vasto das dificuldades por que passou todo o império português desde a Restauração de 1640 praticamente até final do século XVII, começos do século XVIII (Figueiredo, 2001, p. 227).

Uma verdadeira onda de insurreições – pelo menos uma dezena no período assinalado - abrangendo as possessões ultramarinas portuguesas da Ásia (Índia, Ceilão, Molucas, Macau...) à América (diferentes regiões do Brasil) passando pela África (Angola, São Tomé...), com motivos e formas diferentes – motins de soldados, conjuras de fidalgos, rebeliões antifiscais e antijesuíticas – mas quase todas elas com o mesmo desfecho: a deposição do governador, vice-rei e/ou capitão-general.

Ao passar em revista as principais dessas revoltas, Figueiredo assinala que as insatisfações tinham origem diversa, mas em todo o lado “a animosidade seria alimentada ainda pelas antipatias mútuas que se espalhavam em diferentes cantos do Império entre os reinóis e os naturais das conquistas”. A argumentação política invocada no Reino para justificar a Restauração em relação à Espanha, era agora, um tanto paradoxalmente, usada também nas conquistas contra os representantes da metrópole mandatados para reforçar a centralização: “Amparados na ideologia produzida para a Restauração, e por ela animados, os colonos responderam aos prejuízos que a centralização representava para a sua autonomia através da deposição e expulsão dos governadores e vice-reis” (Figueiredo, 2001, p. 218).

Apesar de destacar a animosidade entre reinóis e naturais ultramarinos, o autor não deixa, entretanto, de reconhecer que na cultura política do Antigo Regime as revoluções “restauravam” e, por conseguinte, “as alterações de súbditos consagravam a figura real”. O que equivale a dizer que o escopo da revolta era, à partida, limitado, não pondo em causa o poder central da metrópole, que era preservado. Mas a distância e a ausência do soberano conspiravam no sentido da crescente autonomia dos colonos, contra a centralização pretendida pelo Reino.

Tratava-se, afinal, de um jogo de escopo limitado, mas ao mesmo tempo dinâmico, em que as partes envolvidas testavam o seu poder e, portanto, aberto à mudança na correlação de forças. O ato de revolta dos fidalgos ultramarinos restabelecia o diálogo político com o soberano,

sendo a desordem momentânea e o desafio às autoridades locais o plano intermédio entre o Reino e as comunidades – na sequência das revoltas, ao mesmo tempo que se gritava contra o mau governo, davam-se vivas ao Rei... Mas, na medida em que as sublevações triunfavam, expulsando os mandatários corruptos, tiranos ou cobardes, e os colonos tomavam consciência da sua própria força, no ar pairavam por vezes ameaças de sublevação maior, que já poderia atingir a própria soberania da Coroa Portuguesa, como quando se insinuava, por exemplo, que esta poderia eventualmente ser substituída por preito de vassalagem a um outro poder externo... Uma forma bem mais grave de inconfidência, já legalmente caracterizada como alta traição.

A hipótese de rutura com o domínio central luso era ainda, no século XVII, mais uma quimera com que alguns poderiam eventualmente sonhar do que uma possibilidade concreta. Como sentenciou o historiador Evaldo Cabral de Mello citado por Figueiredo (Mello, citado em Figueiredo, 2001, p. 225), “no século XVII, a restauração fora o objetivo possível; a independência uma utopia”. Por outro lado, à medida que as tensões permaneciam e se prolongavam, operavam-se fissuras no relacionamento mútuo, com a recorrência das rebeliões a consumir a outrora inabalável confiança da Coroa na fidelidade irrestrita dos vassalos: “à metrópole – escreve Figueiredo – passou a horrorizar o caráter inquieto e a natureza insubmissa dos colonos. No seu discurso, ao contrário da confiança na fidelidade natural dos vassalos, emergia o temor ante a possibilidade da insatisfação alcançar a monarquia.”

Do lado dos colonos, as suas lutas e a sua participação na defesa do território contra inimigos externos, ao mesmo tempo que reiteravam as conquistas do Rei, eram agora cada vez mais acompanhadas pela expectativa de reconhecimento de direitos e pela progressiva consciência de uma identidade própria não inteiramente já destituída de poder: “A emergência dessa identidade, em que se fundia a tradicional lealdade e subordinação de súbditos com novas justificativas sustentadas no empenho da conquista, fundamentou um novo paradigma, no século XVIII, nas relações políticas entre súditos e Rei” (Figueiredo, 2001, p. 241).

A conclusão, de acordo com a análise de Figueiredo, é, portanto, matizada – nem irredentismo utópico alimentado pelo nativismo da historiografia brasileira como se o desejo de independência estivesse estado presente desde o início da colonização; nem total compaginação dos colonos com o Reino ao longo dos séculos. Antes uma evolução progressiva e muitas vezes contraditória entre fidelidade absoluta à Coroa e afirmação da própria identidade, cujo início,

embora possa ter-se manifestado antes, só verdadeiramente começa a emergir e consolidar-se – ainda que de forma esparsa e diferenciada de região para região – apenas no século XVIII. E vai ainda precisar de mais um século para plenamente se desenvolver e acabar finalmente por, de início a contragosto, ponderar a separação. Tudo isso ainda antes da formação de um sentido de nacionalidade, que na realidade só irá – como veremos – ser construída pelo Estado depois de obtida a independência política.

Capítulo 3

De colônia a centro do Império: atração e repulsa

“O Brasil sofre da mania de perseguição colonialista – é ela a responsável pelo nosso alheamento da realidade.”

Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*, vol. VII, Cultrix, 1979

O Brasil atravessa, entre meados do século XVIII e começos do século XIX, um período particularmente agitado. Marcado, por um lado, pelo reforço das políticas ilustradas da Monarquia, a partir de Pombal (Cardoso & Cunha, 2011), que apostam decididamente na complementação do desbravamento, no povoamento e defesa do território, no estudo aprofundado e no aproveitamento das suas riquezas – já na perspectiva da criação de “um forte e poderoso império”; por outro, no esboço ou erupção de movimentos de revolta nalguns dos principais centros – Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco...

Uma e outra dessas linhas de força repercutem obviamente nos relacionamentos internos. Se, por um lado, as políticas ilustradas, ao envolverem as elites locais em projetos de futuro, reforçam os laços com a Monarquia e o sentido de pertença entre “portugueses de um e outro hemisfério”, por outro, as conspirações, os protestos e revoltas, que traduziam já, nalguns casos, a influência da Revolução americana (1776) e das ideias francesas (pós 1789) – contribuíam para disseminar sentimentos de desfasamento e hostilidade contra o Reino, os seus administradores locais e – por extensão – os chamados “reinóis”, todos os que não haviam nascido na América.

Nem tudo era, porém, perfeitamente claro. A própria confluência de eixos de força contraditórios induzia à indefinição e ambiguidade. Nesse confronto de contrários, em que um

protesto ou uma sublevação podiam ser, em última instância, uma forma de “diálogo” com a Corte e o derrube de um governador déspota e/ou corrupto de uma capitania podia até reforçar a ligação com a Monarquia, travava-se muitas vezes de um dúbio jogo de enganos, em que nem tudo era o que parecia, mas nem tudo sempre ficava na mesma, na medida em que se sedimentavam sentimentos de *estranhamento* e *(in)comunicação* que no limite podiam chegar à sedição.

Entretanto, em decorrência da implantação da liberdade de imprensa pela Revolução Liberal portuguesa de 1820, emerge neste período uma nova realidade – o espaço público. Nele se irão travar confrontos de ideias e posições que intensificam a luta política, ao mesmo tempo que contribuem para fixar estereótipos entre os “portugueses de um e outro hemisfério”, agora em processo de crescente contraposição de interesses.

3.1. Crise do Antigo Regime – a escravidão como limite

Entre meados do século XVIII e início do século XIX, assiste-se a um abalo geral do sistema económico e político até aí dominante ditado por mudanças estruturais que iriam suscitar toda uma época de revoluções liberais – *grosso modo*, da independência dos Estados Unidos (1776) à Revolução Francesa (1789) – com repercussões no resto do mundo e acabando, naturalmente, por envolver também Portugal e o Brasil.

Os abalos que, a partir de meados do século XVIII, sacudiram o domínio das potências coloniais da época – Inglaterra, Espanha, Holanda, Portugal... – e a política mercantilista até aí dominante, com o seu regime de monopólios, privilégios, restrições ao comércio e à produção local, indicam tratar-se de fenómeno global, explicado pelo desenvolvimento crescente do capital industrial:

Os monopólios e privilégios que haviam caracterizado o sistema colonial tradicional apareceriam então como obstáculos aos grupos interessados na produção em grande escala e na generalização e intensificação das relações comerciais. O extraordinário aumento da produção proporcionado pela mecanização era pouco compatível com a persistência de mercados fechados e de áreas enclausuradas pelos monopólios e privilégios. (Costa, 1988, p. 18)

É neste quadro global que o historiador brasileiro Fernando Novais insere a sua análise do relacionamento Portugal-Brasil entre o final do período pombalino (1777) e a transferência da

Corte (1808), para concluir que as chamadas inconfidências – em Minas (1789) e na Bahia (1798) – foram ambos movimentos emancipacionistas, refletindo, no plano político, por via da influência ideológica das revoluções americana e francesa (comprovada pelos livros encontrados nas bibliotecas pessoais dos implicados), “o agravamento das tensões derivadas do próprio funcionamento do sistema colonial, e por aí se inserem no quadro geral da Revolução do Ocidente”. (Novais, 1989, p. 170)

Aos que chamam à atenção para o alcance limitado desses movimentos, cingidos, um e outro, ao âmbito local, acabando por ser derrotados (um deles – a “A Inconfidência Mineira” sem ter sequer chegado a eclodir por ter sido denunciada por um dos integrantes da conspiração), o autor contrapõe:

Que tenham sido debeladas as tentativas, que os inconfidentes e conjurados, os revolucionários, enfim, não tenham conseguido ou não tenham podido mobilizar forças suficientes para a consecução dos objetivos colimados, nada disso anula o significado profundo desses eventos: eles atestam *a situação pré-revolucionária que se vivia na colônia*. (sublinhado nosso) (Novais, 1989, pp. 170-171)”

O historiador português Valentim Alexandre, como vimos, levanta reservas a esta tese, a mais séria das quais diz respeito ao peso e significado das próprias “inconfidências”, sublinhando o seu caráter meramente local e pontual, suscitadas por interesses e conflitos de diferente natureza, protagonizadas por grupos sociais diversos e com padrões totalmente distintos. Mais:

Em todo o episódio (“Inconfidência Mineira” de 1789, em que predominaram os grandes proprietários e financeiros da região), a ideologia nacionalista parece jogar um papel bem ténue, de tal modo impera a defesa de interesses imediatos de um grupo restrito, que não assume nunca os do conjunto da população da zona, face ao Estado colonizador. (Alexandre, 1993, p. 81)

No que se refere à “Conjuração Baiana” de 1798, embora os protagonistas tenham sido de origem social mais modesta, na essência um movimento de gente miúda (daí a designação de “Revolução dos Alfaiates”), “mais uma vez terá de concluir-se que o movimento toca um setor restrito da população brasileira; e que a sua componente nacionalista é marginal, em relação aos aspetos sociais e raciais dominantes” (Alexandre, 1973, p. 81). Em suma, conclui o autor, “neste caso, como também já no de Minas, está *de todo em todo ausente o papel aglutinador da ideologia nacionalista* (sublinhado nosso), a sua utilização como cimento de estratos sociais diversos contra

o inimigo externo (o Estado colonizador), apagando, ao menos momentaneamente, as contradições internas” (Alexandre, 1993, pp. 79-81).

Outro historiador português, Jorge Pedreira, é ainda mais perentório:

Em suma, pode-se dizer que *a crise do antigo sistema colonial nunca existiu*. (sublinhado nosso). Nem no domínio económico (mercantil), nem no domínio político-ideológico pode-se encontrar, no caso do império português, manifestações dessa crise. Se há sinais de crise, reduzem-se à esfera das finanças do Estado, mas têm mais a ver com a pressão sobre a despesa do que com problemas na captação das receitas. (Pedreira, 2006, p. 75)

Os próprios historiadores brasileiros que defendem serem os diferentes momentos de protesto ou sublevação ocorridos a partir de finais do século XVIII partes integrantes de um movimento revolucionário mais amplo inspirado nas ideias liberais europeias e no exemplo de emancipação dos EUA com vista à obtenção da independência, reconhecem os limites e as contradições desse processo, já que tais ideias eram “incompatíveis, sob muitos aspetos, com a realidade brasileira e o próprio nacionalismo não tinha condições objetivas de se afirmar, dado o reduzido mercado interno e as precárias vias de transporte, que dificultavam muito a comunicação entre as diferentes regiões. Escreve, por exemplo, Emília Viotti da Costa:

Embora seja evidente a influência das ideias liberais europeias nos movimentos ocorridos no país desde os fins do século XVIII, não se deve superestimar a sua importância. Analisando-se os movimentos de 1789 (Inconfidência Mineira), 1798 (Conjura Baiana), 1817 (Revolução Pernambucana) percebe-se logo a sua pobreza ideológica. Apenas uma pequena elite de revolucionários inspirava-se nas obras dos autores europeus que liam, frequentemente mais com entusiasmo do que com espírito crítico. A maioria da população inculta e atrasada não chegava a tomar conhecimento das novas doutrinas. (Costa, 1988, p. 27)

Como assinala a autora, além das barreiras de ordem material, política e cultural (analfabetismo, marginalização do povo da vida política, deficiência dos meios de comunicação e transporte...), o maior entrave à difusão das ideias ilustradas advinha da própria essência dessas ideias: “A ideia de revolução esbarrava sempre no receio de uma revolta de escravos” (Costa, 1988, p. 27).

No mesmo sentido, ainda que de forma mais matizada, em que releva a importância das alterações ocorridas no estado de espírito das elites e populações locais a partir das primeiras

décadas do século XVIII, encaminhando-se progressivamente para situações de contestação do poder instituído, Carlos Guilherme Mota não deixa, também, de observar que:

o estabelecimento de uma regra para se compreender a mentalidade colonial é tarefa muito arriscada (...). A coexistência de formas diversas de expressão e de compreensão do tempo dificulta sobremaneira tal pesquisa. O perigo de cair num esquematismo que nada tenha a ver com a realidade deve ser evitado, especialmente quando se verifica que nem sempre há relação direta e eficaz entre pensamento e ação, fato aliás que alguns setores da população colonial já percebiam. (Mota, 1989, pp. 47-48)

Ou seja, aparentemente não parecia haver condições para a plena ocorrência de um movimento revolucionário. A situação é tal que, na Bahia, Cipriano Barata, cirurgião formado em Coimbra, proprietário produtor de cana e detentor de escravos, que se tornaria um dos mais conhecidos revolucionários brasileiros da época, chega a aconselhar que não se realizasse o levante porque tinha a consciência de que “a maior parte dos habitantes deste continente vivião debaixo da disciplina de hum cativo, e não tinham capacidade para tal acção” (Mota, 1989, p. 69).

Em todos os movimentos sediciosos acabou assim por prevalecer a opinião dos que eram contrários à emancipação: “A escravidão constituiria o limite do liberalismo no Brasil” – conclui Emília Viotti da Costa (1988, p. 27). Um limite que – salvo situações excepcionais de maior contraposição ou conflito – acabava, aliás, por aproximar os dois grandes extratos sociais das camadas dirigentes:

Em princípio, a similitude de língua, de religião e de hábitos criava entre a população brasileira e a de origem metropolitana uma margem de solidariedade que, embora quebrada pontualmente em casos de conflito aberto pelos recursos locais (como na guerra dos “emboabas”), era em geral reforçada pela necessidade de manter o domínio sobre os escravos negros. (Alexandre, 1993, p. 810)

Por outras palavras, entre estes dois grupos havia algum *estranhamento*, mas uma unidade essencial no que respeita à hegemonia que ambos partilhavam, ao domínio sócio-económico e político que ambos exerciam sobre as outras camadas da população.

Mas não era só o liberalismo europeu que não tinha condições de prosperar. Era também o nacionalismo, pelas razões já apontadas: predominância de uma economia virada para a exportação, por um lado; dificuldades de comunicações internas, por outro.

Manifestam-se, é certo, sentimentos antiportugueses, que muitos historiadores brasileiros afirmam serem “generalizados”. Mas a verdade é que houve também muitos “reinóis” que participaram nos movimentos sediciosos. E quando se aprofunda a análise, o que se descobre é que esse “antiportuguesismo” tinha tanto de luta pela abolição dos privilégios e pela igualdade de acesso a cargos superiores quanto, muitas vezes, também e em simultâneo, de luta racial – de negros e mestiços contra brancos em geral. Escreve Kenneth Maxwell a propósito da Conjuração da Bahia: “ressentidos e anticlericais, os mulatos baianos tanto se opunham aos brasileiros ricos quanto ao domínio português” (Maxwell, 1978, p. 245).

As contradições eram patentes – os “revolucionários” de finais do Setecentos, começos do Oitocentos, eram liberais, mas escravocratas (exceto os segmentos populacionais mais pobres, como na Bahia, que aspiravam a uma sociedade mais igualitária e democrática); nacionalistas incipientes, mas pela manutenção dos laços com Portugal; pela liberdade de comércio, mas pela dualidade das Coroas sob uma mesma dinastia... Instalava-se assim uma incongruência que iria perdurar para além da própria independência política, naquilo que Roberto Schwarz caracterizou como sendo “as ideias fora do lugar”:

Em resumo, as idéias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas – as idéias mais adiantadas do planeta, ou quase, pois o socialismo já vinha à ordem do dia – e rancoroso, pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. E naturalmente foram revolucionárias quando pesaram no Abolicionismo. Submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitavam segundo uma regra nova, cujas graças, desgraças, ambigüidades e ilusões eram também singulares. Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era a sua natureza. (Schwarz, 2014, p. 22)

Uma análise, no entanto, que nem todos subscrevem. Maria Sylvia de Carvalho Franco, por exemplo, afirma que, ao contrário do que diz Schwarz, “as ideias estão no lugar” (Franco, 1976), uma vez que metrópole e colônia eram partes integrantes de um mesmo e único sistema.

Se certas ideias como o liberalismo não fossem “funcionais” ou não estivessem adequadas à realidade social – argumenta – não teriam tido como sobreviver. Não haveria, aliás, incompatibilidade de princípio entre liberalismo e escravidão da qual se beneficiavam também os países dos centros hegemónicos do capitalismo e como está expresso nos próprios autores centrais do liberalismo económico como John Locke, Adam Smith, Jean-Baptiste Say e outros.

O que este debate revela, em qualquer caso – e é isso que desta polémica mais interessa destacar para o objeto do nosso estudo – é o “sentimento de desconforto diante da realidade” (Ricupero, 2008, p. 62), expresso pela intelectualidade brasileira. E, de caminho, a incongruência de pretender ver nas revoltas esporádicas que eclodiam naquele período uma coerência nacionalista anticolonial intrínseca que só retrospectivamente lhes pôde ser anacronicamente atribuída.

Entretanto, tendo ou não havido crise económica local que os justificasse, episódios isolados ou parte integrante de um movimento global, coerentes ou não com as ideias liberais que as inspiravam, tivessem ou não o antiportuguesismo como fator de unificação e mobilização, podendo ou não ser classificadas de nacionalistas, o facto é que as “Inconfidências” de finais do século XVIII, começos do século XIX, não podem deixar de ser interpretadas, no mínimo, como sinais de um profundo mal-estar e abalaram seriamente o poder instituído. Como assinala Maxwell referindo-se à “Inconfidência Mineira”,

A revolta planejada não se materializara, mas isto não escondia o fato de que um importante segmento do grupo social em que o governo metropolitano devia confiar para exercer seu poder a nível local, em uma das mais importantes, populosas, ricas e estrategicamente bem situadas capitânias brasileiras, tinha tido o atrevimento de pensar que podia viver sem Portugal. (...) Jamais o status quo ante seria restabelecido (...) (Maxwell, 1978, p. 224)

3.2. Brasil – um fascínio português antigo

O domínio colonial português fora abalado, mas estava ainda longe do colapso. A atenção renovada ao Brasil, que ganhara importância acrescida e nuclear no conjunto das possessões portuguesas no mundo desde a descoberta do ouro, em 1693, vinha pelo menos desde o reinado de D. Pedro II (1683-1706) e acentuara-se ainda mais no consulado pombalino (1750-1777). Era

a “viragem estrutural” do Oriente para o Atlântico, de que falava Vitorino Magalhães Godinho (1978a).

As ideias e projetos iluministas que então surgiram e se desenvolveram – como se vê na troca de correspondência entre o marquês de Pombal e o duque Manuel Teles da Silva, seu amigo e confidente sediado em Viena de Áustria – dão conta de uma vontade acrescida, com base no despotismo esclarecido, de estruturar um verdadeiro “império luso-brasileiro”. O Brasil é aí designado por “vasto e rico continente”, expressão que traduzia simultaneamente grandeza, variedade e (in)suspeitadas potencialidades, ainda por conhecer com exatidão e por isso requerendo estudo atento e continuado (Santos, 1991, p. 76).

Um projeto para o qual vão ser chamadas e aliciadas as elites locais das possessões portuguesas na América, uma vez que, como vimos, um tanto paradoxalmente, o falhanço das “Inconfidências” viera até reforçar as perspectivas de compromisso, abrindo espaço a novas iniciativas na perspectiva do “império luso-brasileiro”:

Para a minoria branca da América portuguesa, o fracasso do movimento da oligarquia de Minas Gerais em 1789 e a ameaça que vinha de baixo, revelada em 1798 pelos artífices baianos, forneciam dois poderosos incentivos aos compromissos com a metrópole. Psicologicamente, a situação era propícia a um acordo. O reconhecimento deste facto por membros influentes do governo português, durante a década de 1790, teve impacte profundo no posterior desenvolvimento do Brasil. (Maxwell, 1986, p. 373)

Paradoxalmente, neste período, havia ao mesmo tempo *estranhamento* e (re)aproximação, *(in)comunicação* e comunicação; como se uma fosse até – de acordo com a visão de Wolton – quase que a condição inicial da outra, uma vez que a incompreensão –afastada que estivesse uma solução de rutura – acabava por conduzir a uma negociação, visando não um entendimento absoluto, mas uma convivência razoável (Wolton, 2004). Um movimento que seria, no caso concreto do Brasil da época, facilitado pela evolução da situação na Europa, onde se adensavam os perigos contra a monarquia lusa.

Em 1803, o ministro Rodrigo Sousa Coutinho (1755-1812), primeiro conde de Linhares, ao ser consultado sobre a situação europeia, em que avultava a ameaça de intervenção militar da França e da Espanha contra Portugal, sugere ao príncipe regente e futuro rei D. João VI transferir o trono para a América, de acordo, aliás, com uma ideia de há muito ponderada entre as elites portuguesas, que desde cedo viram no Brasil uma retaguarda estratégica segura.

Brasil: retaguarda segura e inspiração de grandeza

Parece, com efeito, ter havido desde cedo, por parte das elites dirigentes portuguesas, uma noção clara do papel de retaguarda segura que o Brasil oferecia em caso de perigo – sempre presente no contexto europeu – e, simultaneamente, um fascínio muito grande pelo imenso continente e as imensas riquezas que continha com as quais cedo se imaginou em Lisboa poder relançar a Monarquia e criar “um novo e poderoso império”. Martim Afonso de Sousa (1500-1564), iniciador da colonização sistemática do Brasil, teria sido um dos primeiros, logo na década de 1530, a aconselhar a possível transmigração da Corte para a América do Sul, revelando a D. João III (1502-1557) a extensão do território e suas imensas riquezas (Norton, 2008, p. 25).

Assinalada, como vimos, logo no século XVI, por Frei Vicente do Salvador, que dela teve a percepção (“se alguma hora acontecesse – o que Deus não permita – ser Portugal entrado e possuído de inimigos estrangeiros, como há acontecido em outros reinos, de forma que fosse forçado el-rei com seus portugueses a outra terra, a nenhuma o podia fazer melhor que a esta”), essa eventualidade esteve *sub judice* como possibilidade concreta em diversas ocasiões de crise ou perigo iminente para a sobrevivência da Monarquia e/ou do próprio Reino:

- a) quando, em 1580, a Espanha invadiu Portugal, D. António Prior do Crato, que disputava com Filipe II de Espanha a titularidade da Coroa portuguesa, foi aconselhado a deslocar-se para o Brasil, a fim de melhor se defender e aí fundar “um grande império”; na mesma época, Filipe II de Espanha, com o intuito de afastar Catarina de Bragança da concorrência ao trono após o desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, teria também chegado a ponderar transformar o Brasil em reino, onde ela poderia governar;
- b) depois, quando da Guerra da Restauração (1640-1668), D. João IV, por sugestão do Pe. António Vieira, propôs a Regência do Reino ao Duque de Orléans (pai da princesa com quem o monarca português pretendia casar o príncipe herdeiro), devendo ele próprio partir para as possessões americanas, onde fundaria um novo reino português. Nesse momento, de acordo com o testemunho de Gaspar Dias Ferreira, “deliberou-se em Portugal (...) elevar o Brasil a Reino, indo para lá o rei, tão grande é a capacidade daquele país” (Lyra, 1994, pp. 106-107).

Nesse mesmo período, em 1654, “chegou a Rainha-mãe Luíza de Guzmán a mandar ao Brasil Francisco de Brito Freire, não só a governar Pernambuco, mas para prevenir a seus filhos uma retirada segura no caso em que algum sucesso adverso, que então mui to se temia, necessitasse deste último remédio” (Calmon, 2002, p. 78)

- c) No reinado de D. João V (1707-1750), também o ministro D. Luís da Cunha (1662-1749), um dos mais influentes diplomatas da época, aconselhou (1735/1736) a transferência do soberano para o Brasil. D. Luís propunha já, como sede da monarquia, a cidade do Rio de Janeiro, “que em pouco tempo viria a ser mais opulenta que a de Lisboa”, onde o rei de Portugal deveria tomar o título de “Imperador do Ocidente”, governando em Portugal um vice-rei.
- d) Também há notícia de que, no reinado de D. José, em 1762, perante o perigo de uma invasão franco-espanhola, teria sido preparada uma esquadra (ou, pelo menos, disso criada a aparência) a fim de transportar o rei para o Brasil, onde tomaria “o título de Imperador do Ocidente” (Lyra, 1994, p. 108)

Interessante notar que nalgumas destas propostas – designadamente nas do Padre António Vieira (Lisboa, 1608 – Salvador, 1697) e do diplomata D. Luís da Cunha (Lisboa 1662 – Paris, 1749) – o Brasil, esse “imenso continente”, não era apenas apontado como um lugar de possível recuo estratégico em caso de perigo, mas um meio de engrandecimento com vista a relançar a Monarquia, dotando-a de imensas riquezas e, por conseguinte, de capacidade de intervenção acrescida nos assuntos mundiais, a começar pela possibilidade de pressionar militarmente as conquistas espanholas na América.

O rei de Portugal – sublinhava o diplomata – necessitava “totalmente das riquezas do Brasil e de nenhuma maneira das de Portugal, que não tem para sustentar o Brasil, de que se segue que é mais cómodo e mais seguro estar onde se tem o que sobeja, que onde se espera o de que se carece” (Cunha, 1929, pp. 217-218). Daí que – para ver “florentíssimo e bem povoado aquele imenso continente do Brasil”, deveria o soberano tomar o título de “imperador do Ocidente, deixando a Europa e indo lá estabelecer-se” (Magalhães, 2004).

Nesta visão estratégica inovadora, o Rio de Janeiro surgia já como o possível centro articulador de uma espécie de império universal, englobando as possessões portuguesas em vários continentes – Europa, África, Ásia e América: “as conquistas, que supus ser (sic) um

acessório de Portugal, eu as tenho por seu principal e ainda garantes da sua conservação, principalmente as do Brasil” (Magalhães, 2004, p. 658).

Esta repetida visão da Coroa sobre as terras de Vera Cruz ao longo de séculos talvez explique o envolvimento direto da aristocracia portuguesa de uma forma geral nos governos das possessões do Reino além-mar, e muito em particular no Brasil, sobretudo a partir de 1640. “Caso único no contexto europeu, a maior parte das grandes casas aristocráticas portuguesas – escreve Nuno Monteiro – teve algum dos seus membros num governo das ilhas e dos domínios ultramarinos.” No período considerado – acrescenta – “não parece existir nenhuma outra elite aristocrática europeia para a qual a circulação e o desempenho de ofícios num Império fora da Europa t

tenham desempenhado um papel comparável” (Monteiro, 2017, p. 124).

Este envolvimento direto da mais alta aristocracia lusa na governança do Brasil contraria totalmente a ideia – disseminada depois da independência por razões políticas e ideológicas como veremos adiante – de que a Coroa portuguesa teria menosprezado as suas possessões americanas. Pelo contrário, a atenção conferida ao Brasil foi grande desde o início e acentuou-se depois nos séculos XVII e XVIII, a ponto de as elites lusas ponderarem colocar no Brasil a sede da Monarquia, mesmo antes de terem sido compelidas a fazê-lo por força das invasões napoleónicas.

Já com o século XIX iniciado, quando – face às crescentes pressões de Napoleão – se adensou a possibilidade de uma intervenção militar contra Portugal, a ideia de transmigração da Corte para o Brasil deixou de ser uma possibilidade teórica para se transformar numa saída salvadora partilhada por muitos. Mas, no espírito dos principais responsáveis, como vimos, há muito que o Brasil não era apenas uma rota de fuga imposta pela necessidade – era, pelas suas próprias características, a possibilidade de a Monarquia se renovar, abrindo uma nova fronteira, um novo horizonte. E essa ideia passou a ser defendida com veemência renovada por altos membros da aristocracia governante quando os perigos se adensaram no cenário europeu. Foi o caso, logo em 1801, de D. Pedro, marquês de Alorna (Lisboa, 1754 – Koenigsberg, 1813), que assim se exprimia em Memória dirigida a D. João VI:

A balança na Europa está tão mudada que os cálculos de há 10 anos saem todos errados na era presente. Em todo o caso, o que é preciso é que V.A.R. continue a reinar, e que não suceda à sua coroa o que sucedeu à de Sardenha, à de Nápoles, e o que talvez entre no projeto das grandes potências que suceda

a todas as coroas de segunda ordem na Europa. V.A.R. tem um grande império no Brasil, e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem, talvez que trema, e mude de projeto, se V.A.R. o ameaçar de que se dispõe a ir ser imperador naquele vasto território adonde pode facilmente conquistar as colónias espanholas e aterrar em pouco tempo as de todas as potências da Europa. (Lima, 2006, p. 45)

Dois anos depois, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Chaves, 1755 – Rio de Janeiro, 1812) retoma a ideia: diz ao príncipe que “Portugal não é a melhor parte da monarquia, nem a mais segura”, sugerindo que ele se disponha a criar na América “um poderoso império”:

Quando novos riscos e iminentes perigos se aproximam para a conservação da independência da Monarquia... quando se considera que Portugal por si mesmo muito defensável não é a melhor parte da Monarquia; que depois de devastado por uma longa e sanguinolenta guerra, ainda resta ao seu soberano, e aos seus povos o irem criar um poderoso império no Brasil, donde se possa reconquistar o que possa ter perdido na Europa. (Memória citada em Lyra, 1994, p. 110)

Ao fazer esta recomendação, o ministro inseria-se, portanto, numa longa tradição: quer de considerar o Brasil uma plataforma de eventual recuo estratégico para a Corte, quer também de nele se poder edificar “um poderoso império”, na linha do que já assinalara Gabriel Soares de Sousa, logo em 1587, referindo-se ao Brasil:

Em reparo e acrescentamento estará bem empregado todo o cuidado que Sua Majestade mandar ter deste novo reino, pois está capaz para se edificar nele um grande império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberano que seja um dos Estados do mundo. (Sousa, 2013)

Em síntese, a ideia de fazer do Brasil o centro da Monarquia remonta ao final da era quinhentista e foi sendo ponderada ao longo dos séculos em diversas ocasiões não só como forma de colocar a Corte ao abrigo de invasões externas – como recuo de alcance iminente e imediato em caso de força maior – mas também (à medida que se tornava cada vez mais evidente que o Brasil era “a mais rica e promissora” das possessões do Reino) como forma de operar uma viragem estratégica abrindo a possibilidade de um recomeço com novo e grande desígnio – a criação de um poderoso império:

A ideia é claramente anterior à vertigem do ouro brasileiro na sociedade portuguesa; desponta na fase da prosperidade açucareira, que corresponde a um intenso período de colonização; cresce de tom à medida que as riquezas da colónia afluem ao reino; e, por fim, materializa-se numa época em que o

continente americano ganha, depois da revolução norte americana, maior preponderância política na cena internacional. (Araújo, 1992, p. 234)

Essa era já, também, a ideia do duque Manoel Telles da Silva (1691-1771) expressa nas conversas e na troca de correspondência com Pombal, em que chega mesmo a conceber um novo estatuto jurídico para o Brasil, como que antecipando já a sua futura elevação a Reino: “E porque não haverá nesse novo Império hum novo Codex Braziliiano, Ordenaçoens particulares, e por assim dizer territoriais daquele Estado e Conquista?” (Carta de Manoel Telles da Silva, citada em Santos, 1991). Ou seja, muito antes da vinda da Corte e da elevação do Brasil a Reino, nos círculos dirigentes portugueses já se equacionava a possibilidade de conferir/reconhecer ao Brasil um estatuto acrescido no contexto da Monarquia lusa pluricontinental.

As reformas ilustradas

Abortada a conspiração de Minas (1789), sufocada a da Bahia (1798) e tendo por pano de fundo as graves apreensões suscitadas entre a população branca pela insurreição escrava do Haiti (1791-1804), abria-se espaço – como já destacámos - para iniciativas da metrópole e uma maior (re)aproximação com as elites locais. E é justamente isso que os homens ilustrados do governo vão promover. Já com D. Rodrigo de Sousa Coutinho à frente do Erário Régio (Cardoso & Cunha, 2011, pp. 82-83), um decreto real de Abril de 1801 “em favor dos habitantes do Brasil” promulga uma série de medidas que vão claramente ao encontro das pretensões locais: é abolido o monopólio do sal, autorizada a extração de ferro e são nomeados para altos cargos da administração membros da elite da colónia. O Brasil assumia assim claramente uma importância acrescida no contexto do Império. Como sublinham José Luís Cardoso e Alexandre Mendes Cunha,

a prosperidade comercial vivenciada pelo império português no final do século XVIII deu-se em grande parte devido ao papel desempenhado pelo Brasil, não apenas como fornecedor de matérias-primas e gêneros alimentícios para os quais havia uma demanda crescente nos mercados europeus (em especial de açúcar e algodão) e, portanto, em associação direta com um intenso comércio de reexportação, mas, também, como consumidor de produtos fabricados na metrópole, assim como vinho e trabalho escravo das colônias africanas. Portanto, era natural que o ministro ilustrado, Rodrigo de Sousa Coutinho, estivesse sempre a manter uma estreita vigilância sobre a administração política e econômica do Brasil, ciente da importância crucial que a economia brasileira e o comércio colonial tinham para manter o equilíbrio econômico dentro do reino como um todo. No contexto mais amplo do equilíbrio de poder

entre as nações europeias, a própria existência e a manutenção dos territórios coloniais eram um importante fator de diferenciação e uma condição fundamental para assegurar a supremacia econômica. (Cardoso & Cunha, 2011, pp. 82-83)

Apagar ressentimentos e envolver as elites locais numa política de (re)conciliação com a metrópole com vista à edificação do “grande e poderoso império” era a grande orientação da hora. Não se hesitou sequer em promover pessoas de alguma forma comprometidas com a “Inconfidência”. Na apreciação de Emília Viotti da Costa, embora já antes houvesse precedentes de nomeação de membros da elite local para altos cargos, o que então ocorreu – a nomeação para um novo e importante lugar de um homem cujo irmão estivera seriamente implicado com a planeada sublevação de 1789, bem como a nomeação para governador de alguém cuja lealdade havia sido seriamente comprometida nesses acontecimentos eram medidas “pouco menos do que revolucionárias”.

A monarquia sentia-se claramente “revigorada pelas novas perspectivas que se abriam com o domínio absoluto das imensas riquezas das suas possessões coloniais” (Lyra, 1994, p. 119), a começar pela extensão dos territórios que – por contraste com a pequenez do reino – era o que justamente conferia à monarquia uma dimensão imperial. No conjunto de decisões de grande valor simbólico e político no contexto histórico da época, a Coroa já havia aliás reconhecido, logo em 1563, o direito de representação do Brasil nas Cortes portuguesas (Gouvêa, 2001, p. 296).

Desde então a importância do Brasil não deixara de crescer. Basta lembrar a criação do Conselho Ultramarino, em 1642, cuja presidência foi entregue a um homem recém-chegado do Brasil, onde fora vice-rei – Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão; em seguida, a institucionalização de uma área de governação específica no sul daquele território – a chamada “Repartição do Sul”, entregue a Salvador Correia de Sá, nomeado “governador e administrador geral das minas de São Paulo”, com ampla autonomia e poderes independentes e, logo depois, em 1645, a elevação do Estado do Brasil à condição de “Principado”, passando – a partir daí e até 1817 – o herdeiro do trono a intitular-se Príncipe do Brasil (Gouvêa, 2001).

A elevação à dignidade de Principado

representou, àquela altura, algo de imensa significação política, especialmente quando se considera o contexto da Restauração portuguesa. A condição de Principado evocava valores e noções de governabilidade e vassalagem que

alçavam o Brasil a uma posição deveras diferenciada no contexto imperial de então. Em grande medida, buscava-se aproximar o Brasil, de forma mais íntima, do seu soberano recém-restaurado. (Gouvêa, 2001, p. 294)

Dessa forma, a Coroa não só compensava simbolicamente os seus súbditos americanos pela ausência de qualquer referência ao Brasil nos títulos dos reis portugueses (“do Brasil não se quiseram intitular”, como escrevera criticamente Frei Vicente do Salvador) (Salvador, 1982, p. 57), como os premiava – designadamente os de Pernambuco – pelas provas de indefetível fidelidade dadas durante os anos de luta contra a ocupação holandesa, ao longo dos quais estes haviam inclusive ousado “resistir ao Rei para melhor o servir”. A importância do Brasil cresceria ainda exponencialmente a partir da descoberta das minas de ouro, no final do século XVII, que deu origem à primeira “corrida ao ouro” da era moderna – o afluxo em massa de portugueses vindos da metrópole, das ilhas e de muitas regiões do Brasil.

Aumentava assim o povoamento e dinamizava-se a economia, designadamente a pecuária, essencial para garantir o abastecimento das regiões mineiras. Graças ao seu porto e à ligação com as minas (o “Caminho Velho”, via Paraty, e o “Caminho Novo”), a cidade do Rio de Janeiro ganhou então novo relevo, consagrado em 1763, quando lhe foi atribuído o estatuto de sede do vice-reinado e capital do Brasil, que até aí pertencera a São Salvador da Bahia.

Na época pombalina (1750-1777), apesar do declínio da exploração aurífera e da eclosão de uma grave crise económica que atingiu o auge entre 1768 e 1771, o Brasil foi objeto de um vasto conjunto de medidas, todas orientadas no sentido de garantir a soberania lusa e a integridade das fronteiras de acordo com as disposições do Tratado de Madrid de 1750:

- expedições de reconhecimento geográfico e mapeamento cartográfico do território;
- múltiplos estudos e levantamentos sobre as riquezas naturais das diferentes regiões;
- edificação de sólidas estruturas defensivas (uma rede de potentes fortalezas nos extremos norte e sul);
- intensificação do povoamento – designadamente com recurso à imigração de casais açorianos dirigidos ao Norte e Sul do território: os primeiros açorianos chegaram ao Pará já em 1673, prosseguindo esta colonização em seguida com mais ou menos continuidade; foi também para o Pará que foram transferidos, em 1769, os habitantes portugueses da praça de Mazagão, no norte de África, então cedida aos mouros; os açorianos foram

também o núcleo principal do povoamento de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (Júnior, 2002, p. 1195);

- obrigatoriedade do uso da língua portuguesa,
- concessão de liberdade aos índios e fomento da miscigenação para garantir presença, posse, uso e defesa da terra em amplas regiões do interior.

No plano económico,

tomaram-se medidas destinadas a melhorar a qualidade e a competitividade dos produtos; adoptou-se uma política de proteção aos senhores de engenho, lavradores e armadores; fomentou-se as atividades agrícolas, pecuárias, piscatórias, extractivas e incentivou-se a diversificação de culturas (arroz, algodão e café). Tratou-se, em suma, de operar uma reconversão da economia sem ouro, assente na valorização das capacidades produtivas da América Portuguesa. (Couto, 2003, p. 74).

No contexto multicontinental do Império e de uma das suas principais atividades lucrativas – o tráfico de escravos, que envolvia redes de interesses bem estabelecidos de um e outro lado do Atlântico, em particular na praça mercantil do Rio de Janeiro – a crescente importância do Brasil foi-se traduzindo numa série de medidas nos planos político, jurídico e até da organização religiosa. Em 1677, por exemplo, o bispado de Angola e Congo passou à esfera de influência das autoridades eclesiásticas da Bahia e em 1678 era criado, também em Salvador, o Tribunal da Relação Eclesiástica.

Por outro lado, o Rio de Janeiro, que desde 1679 já tinha a si subordinadas as capitânias do sul, passou também, a partir de 1698, a ter jurisdição sobre a colónia de Sacramento, criada em 1680 em boa parte para garantir o acesso à prata do império espanhol.

Outra medida simbólica, esta no plano político, foi a decisão – tomada em 1720 – de passar a atribuir aos governadores-gerais o título de vice-rei do Brasil, com concomitante alteração do perfil dos homens que viriam a ocupar o cargo – todos do interior da nobreza titulada – passando a permanecer mais tempo no desempenho de funções, alguns por mais de uma década.

No conjunto do Império lusitano, operava-se assim, ao cabo de dois séculos, uma completa reorientação de oriente para ocidente, do Índico para o Atlântico, com foco centrado no Brasil: enquanto “no século XVI ser vice-rei do Estado da Índia trazia em si mais prestígio e mercês do que ser governador-geral do Brasil, já no século XVIII esta relação se inverteu completamente” (Gouvêa, 2001, p. 308). Essa reorientação intensificou-se no consulado pombalino com medidas

que vieram alterar o regime geral do comércio e navegação entre os dois continentes, visando limitar os “gravames” impostos pela ascendência britânica devido à maior capacidade creditícia dos negociantes ingleses.

O reforço do papel e do estatuto social dos comerciantes lusos – conseguido através da criação das muito contestadas companhias monopolistas (do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco), da abolição da velha diferenciação entre cristãos-novos e cristãos-velhos, criação da Junta de Comércio e outras políticas promovidas por Pombal – assegurou, no último terço do século XVIII, um aumento considerável dos rendimentos provenientes do Império e em particular do Brasil, que, no conjunto, gerava 40% das rendas da Coroa (Pedreira, 2017).

Lucros partilhados - erosão do “Pacto Colonial”

No essencial, o chamado “Pacto Colonial” mantinha-se e as políticas pombalinas visavam justamente restituir aos comerciantes portugueses o monopólio do comércio com as possessões ultramarinas, designadamente com o Brasil. Mas não eram só os interesses metropolitanos que eram beneficiados com a política comercial de Pombal, que visava assim compensar as perdas sofridas por Portugal com o Tratado de Methuen com a Inglaterra (1703). *Eram também os interesses dos estratos dominantes locais que saíam contemplados.*

A Companhia do Grão-Pará e Maranhão, estabelecida em 1755, tinha administração em Belém e São Luís. A companhia de Pernambuco e Paraíba, estabelecida em 1759, tinha administração em Recife. As suas estruturas associavam o estrato superior das oligarquias coloniais aos privilégios mercantis desfrutados pelos capitais comerciais metropolitanos. (Magnoli, 2003, p. 3)

*Ao mesmo tempo, o princípio mercantilista já não era seguido à risca, tendo o governo decretado a liberdade de comércio na costa africana, o que levou ao desenvolvimento das trocas entre as diferentes possessões – Moçambique com o Oriente (Goa e Macau) e Brasil com África, designadamente com Angola. Era o desabrochar de uma tendência que vinha de trás, do período filipino. De acordo com o historiador brasileiro Luís Felipe Alencastro, durante a União Ibérica (1580-1640), os comerciantes portugueses sediados no Rio de Janeiro detentores de *asiento* – direito exclusivo de fornecimento de escravos africanos às colónias hispânicas – tinham acesso privilegiado aos portos da região platina, formando-se assim o triângulo negreiro Luanda–Rio de Janeiro–Buenos Aires (Alencastro, 2000).*

Assim, mais do que dar origem ao comércio intercolonial, aquela autorização régia parece antes ter vindo reconhecer uma situação de facto que já vinha de trás e refletia o crescente desafogo e autonomia gerados pela descoberta e exploração do ouro no Brasil a partir de finais do século XVII. Descoberto, primeiro, em 1693, na futura Minas Gerais, e depois sucessivamente em Cuiabá, Mato Grosso, em 1719, e Goiás, em 1725, o ouro veio possibilitar, inclusive, o desenvolvimento das relações mercantis internas. Atrás do ouro vieram a ocupação de novos territórios até aí pouco ou nada integrados nos fluxos mercantis, a expansão da pecuária e a produção de artigos primários destinados a essas novas áreas, que passaram a constituir um mercado consumidor em contínua expansão e ávido de outros produtos – tanto locais como europeus e asiáticos. Numa palavra, “a colonização de novas áreas, até então pouco ou nada integradas ao espaço colonial, significou uma expansão forte das relações entre as diversas regiões coloniais. Gestava-se assim uma nova geografia económica” (Júnior, 2002, 00. 1162-1177).

O Brasil crescia em termos comerciais, tanto externa como internamente, passando a dispor de parte da renda desse comércio, que ficava no território, contrariando assim – pelo menos até certo ponto – a ideia em que insistira Caio Prado Júnior de que o sentido da colonização estava todo em ser ele “uma colónia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns géneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro...”. Caio reconhecia, claro, que a produção de alimentos – agricultura e pecuária – sempre fora um pressuposto para a própria existência das atividades de exportação, mas atribuía-lhe importância meramente subsidiária, subordinada que estava inteiramente àquele fim essencial (Júnior, 2002, p. 1123-1488).

Agora, porém, parecia haver mais do que isso – uma economia em crescimento, ativa nas suas trocas com África – em boa parte à revelia da Coroa – e também cada vez mais virada para o mercado interno, por forma a corresponder ao crescimento exponencial da população ao longo do século XVIII – de 300 mil pessoas, em 1700, para 3,6 milhões, em 1800. Um aumento de 12 vezes em 100 anos, explicado pela junção, ao crescimento reprodutivo natural, de dois poderosos fluxos migratórios: o dos africanos movimentados pelo tráfico escravista e o dos portugueses, que espontaneamente todos os anos afluíam ao Brasil numa média anual de 8 a 10 mil pessoas (Sampaio, 2017).

Analisando dados disponíveis para as regiões de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, João Fragoso detetou a existência de outros regimes de produção para além das

tradicionais grandes plantações escravagistas de monocultura orientadas para o mercado externo (*plantations*) – formas de produção não capitalistas, baseadas no trabalho individual e na utilização dos escravos em outros setores económicos virados para o mercado interno e com acumulações endógenas de capital, o que obviamente ia ter importantes implicações nos modelos explicativos da economia colonial:

E isso na medida em que a própria reprodução do escravismo colonial passa a se mediatizar por elementos não apenas derivados do mercado internacional. A reiteração de tal escravismo passa a ter como pano de fundo um mercado interno colonial, constituído por outras formas sociais de produção não-capitalistas, além da escravista. Este fenómeno modifica o próprio comportamento do escravismo colonial diante das modificações do mercado internacional. E isso é resultado das formas de produção que abastecem o mercado interno. (Fragoso, 1992, p. 121)

Crucial sobre estas questões foi o estudo de Roberto Borges Martins sobre a indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX (Martins, 1980) (os célebres “panos de Minas” fabricados em teares rústicos nas fazendas rurais) em que o autor se insurge contra a consagrada visão da economia brasileira durante o período colonial como exclusivamente centrada na exportação, repartida grosso modo por três grandes ciclos: do açúcar, no Nordeste, ao longo dos séculos XVI e XVII; do ouro, em Minas Gerais, no século XVIII e do café, no Centro-Sul, nos séculos XIX e XX.

Com dados de pesquisa na mão, Borges demonstra que, contrariamente a essa ideia feita, em Minas, *o trabalho escravista – associado ao trabalho livre – “sobreviveu e se expandiu por mais de um século sem nenhuma associação com a plantation exportadora”* Como também notou Kenneth Maxwell, Minas Gerais

apresentou características que contrastavam profundamente com a economia latifundiária de plantation do litoral. Os descobrimentos de ouro criaram, pela primeira vez, a centenas de milhas da costa, novos mercados para produtos como cachaça e açúcar, que até então só tinham sido exportados. Logo, os próprios mineiros começaram a produzir localmente alguns produtos básicos, essenciais para o aprovisionamento dos campos mineradores em expansão. (Maxwell, 2004, p. 87)

O surto de crescimento fora impulsionado pela descoberta do ouro, mas acabou por adquirir ritmo próprio, pois a diminuição da sua produção não se traduziu numa crise da economia colonial. Pelo contrário, ela mostrou ser já suficientemente forte para expandir-se a níveis até então desconhecidos. Para tal terá contribuído o crescente ativismo por parte da Coroa, no período

pombalino, com vista a diversificar a pauta dos produtos exportáveis (designadamente através da aclimação de plantas), conjugado com o papel do próprio capital mercantil colonial apostado na expansão agrícola.

Esse dinamismo vai refletir-se no comércio intracolonial: no final dos Setecentos, o Brasil já ultrapassava Portugal em número de embarcações: 320 navios, no conjunto das três principais praças comerciais – Rio de Janeiro, Salvador e Recife – contra 300 da frota portuguesa; o que levou a Coroa a reconhecer que *“se tinha estabelecido um comércio entre domínios portugueses da Ásia, África e América com total exclusão de Portugal”* (Sampaio, 2017).

A par do continuado adensamento da presença portuguesa – muito reforçado desde a corrida ao ouro e aos diamantes por quase todo o século XVIII e com o envolvimento crescente da aristocracia do Reino na governação, operava-se assim uma evolução sensível em termos económicos, num movimento de dupla incidência (re)aproximação com a Corte, por um lado, reforço da perceção dos interesses próprios pelas elites locais, por outro.

De qualquer forma, apesar do crescente descontentamento de certos grupos, nada fazia ainda prever que o domínio português no Brasil estava a caminho do seu ocaso e se extinguiria em menos de uma geração. Um facto viria, no entanto, precipitar o processo: a invasão francesa na Península Ibérica e a conseqüente transferência da Corte portuguesa para o Brasil, abalando todo o equilíbrio do sistema.

3.3. Da transferência da Corte ao Reino Unido: a colónia coroada

Ditada pelo avanço das tropas de Napoleão e só concretizada no último momento, em finais de novembro de 1807, quando o exército invasor já se encontrava em território nacional, a saída do rei e da Corte com armas e bagagens rumo ao Brasil – negociada previamente com o governo inglês e sob escolta da armada britânica – numa viagem acidentada que oscilou entre o épico e o patético (Wilcken, 2005), o grotesco e a tragédia – pese embora toda a sua excecionalidade e todo o seu dramatismo de saga, acabou por ser o culminar quase que diríamos “natural” ou lógico de uma evolução que, como vimos, se vinha desenhando pelo menos desde meados do século XVII, marcada pela crescente importância dos domínios americanos no contexto geral do Império português.

A colônia ia agora ver-se coroada e D. João não vinha propriamente para o exílio – chegava para assumir, nas suas possessões em outro continente, a cabeça do Reino – sem qualquer hiato, tendo sido por isso acolhido com grande simpatia e até entusiasmo pelas elites locais. É nesse contexto que aprova, logo uma semana depois da sua chegada à Bahia, ainda antes da partida para o Rio de Janeiro, onde só chegará em março, a “abertura dos portos às nações amigas” (Pedreira & Costa, 2008), atendendo assim ao que havia sido negociado com a Inglaterra e indo ao encontro das necessidades prementes dos interesses locais.

Tal como já se configurava na prática, o comércio do reino não era mais uma realidade de sentido único e unicamente benéfica à metrópole – envolvia poderosos interesses de um e outro lado do Atlântico, articulados em torno do tráfico de escravos africanos e com extensão ao Oriente, de onde vinham os tecidos de algodão da Índia e as louças e sedas da China, que se trocavam por derivados da produção açucareira e do tabaco da Bahia (aguardente de cana e folhas de tabaco com melação), os quais serviam por seu turno para adquirir a mão de obra escrava indispensável ao plantio da cana e ao funcionamento dos engenhos de açúcar.

Como grandes entrepostos beneficiados pelo chamado pacto colonial, Lisboa e Porto ainda estavam naturalmente no centro desses fluxos comerciais, daí partindo os produtos importados das colônias, em particular do Brasil, para os grandes centros europeus de redistribuição – Hamburgo, a Norte, Génova, a Sul. Mas a descoberta e a exploração, na América portuguesa, das minas de ouro e diamantes, por todo um século – de finais dos Seiscentos a finais dos Setecentos – gerara uma dinâmica nova, com a emergência de um mercado interno que dera origem à formação de capital próprio, agora associado à metrópole com interesses congregados na exploração da interdependência dos fluxos, numa triangulação atlântica – Europa/América/África – em que os lucros não eram exclusivamente portugueses ou metropolitanos. Agora, porém, com o território de Portugal ocupado pelos exércitos de Napoleão e os portos portugueses bloqueados pela esquadra britânica, era imperioso abrir com urgência as portas do comércio internacional do outro lado do Atlântico, onde a Corte acabara de chegar.

Viragem histórica e patriotismo imperial

Com os navios parados nos portos, os armazéns abarrotados de mercadorias e o desabastecimento dos mercados, onde não chegavam produtos essenciais tradicionalmente

importados do Reino, a situação era aflitiva. Daí que a chegada de D. João e a sua rápida decisão para a abertura dos portos tenham sido saudadas pelos grandes interesses locais e pela população em geral.

Nas palavras do cronista cortesão Luís Gonçalves dos Santos,

o príncipe regente nosso senhor, decepando num só golpe o antigo regime colonial, que paralisava as potências vitais desta, a maior e melhor parte dos seus domínios, permitindo a franqueza do comércio, e abrindo os seus portos a todas as nações amigas, só havia dado um passo na carreira da felicidade do Brasil. (Santos, 2013, p. 330)

Entre os portugueses da América gerou-se rapidamente a percepção de que, estando a Coroa instalada agora no Brasil, eles poderiam ter mais possibilidade de acesso aos centros de decisão e obter dons e benesses – como era próprio do Antigo Regime – o que na altura “ensejou o reforço da sua adesão à dinastia e à *nação portuguesa*, engendrando um surto do que François-Xavier Guerra designou, analisando o que ocorria àquele tempo na América espanhola, de patriotismo imperial” (Jancsó, 2003, p. 25).

A abertura dos portos – que veio acompanhada pela redução dos direitos alfandegários e à qual se seguiu, em abril de 1808, o levantamento das proibições à criação de manufaturas que haviam sido impostas pela rainha D. Maria I duas décadas antes³² – marca uma viragem histórica: estava oficialmente abolido o exclusivo comercial – um dos três grandes pilares do antigo sistema colonial juntamente com a escravidão e o tráfico negreiro. Mais: *com a vinda da Corte, era o próprio estatuto do território que mudava*. Aquilo que até aí ainda era – apesar do incremento das relações internas suscitado ao longo do século XVIII pela exploração do ouro e dos diamantes de Minas Gerais – um arquipélago de províncias mais ou estranhas umas às outras (os Brasis, na consagrada designação inglesa da época), cada uma delas podendo relacionar-se diretamente com Lisboa, ganhava agora, pelo simples facto da presença do Rei, da Corte e do governo no Rio de Janeiro, que assim se tornava capital do Império, um sentido de conjunto e centralidade política que até aí não possuía.

³² Ver Arquivo Nacional – História Luso-Brasileira, *Alvará da Rainha D. Maria I*, Sítio de Nossa Senhora da Ajuda, Março de 1785. Retirado de <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inleid=978&sid=107> e de <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/Media/Junt%20da%20fazend%20COD439%20f27f27vf28.pdf>

No que respeita ao Rio, a chegada da Corte só veio, aliás, reforçar – como vimos – uma tendência crescente de valorização que vinha de trás e já levava a Monarquia a transferir para lá a capital do vice-reino, em 1763. Por essa altura, a cidade já se vinha tornando cada vez mais ponto fulcral de aglutinação de várias correntes comerciais internas e externas: porto de exportação do ouro de Minas, entreposto do comércio de escravos de Angola e Moçambique, centro de distribuição de alimentos para Norte e Sul (Minas, Bahia, Rio Grande...). Como escreveu o historiador americano Russel-Wood, “não havia outra cidade no Império português no final do século XVIII e início do XIX que merecesse com mais justiça o título de centro (da colónia e do império) do que o Rio de Janeiro” (Russel-Wood, 1998). Agora, a instalação da Corte consagrava de pleno direito um estatuto já adquirido na prática.

Com essa mudança e por força das circunstâncias, *o Brasil transformava-se de colónia em centro do poder imperial*. E os “planos luminosos” de Sousa Coutinho eram vastos, com base numa visão estratégica do Brasil no Império reorganizado:

Em 1809, um alvará da Corte no Rio propunha-se estabelecer “um vasto e geral sistema de Comércio, englobando os territórios portugueses no Atlântico e no Índico, centralizando em Goa o comércio asiático e abrindo-o a toda a burguesia mercantil luso-brasileira, com a abolição das restrições à importação direta, no Brasil e Angola, dos produtos asiáticos. Tratava-se de conferir ao Brasil a posição de ‘Empório do Comércio de Entreposto entre a Europa e a Ásia’ derivada da sua “posição geográfica... por si mesmo o mais favorável e apropriada”. (Magnoli, 1997, p. 82)

Enquanto isso, Portugal via-se relegado a uma posição secundária; com o seu comércio paralisado e o executivo (primeiro o Conselho e depois a Junta de Regência) deixado por D. João VI para governar em seu nome na realidade tutelado pelo almirante inglês William Beresford – a antiga Metrópole era agora uma quase colónia. Nas palavras de Oliveira Lima,

para o Brasil o resultado da mudança da corte ia ser, em qualquer sentido, uma transformação. A política estrangeira de Portugal, que era essencialmente europeia no carácter, tornar-se-ia de repente americana, atendendo ao equilíbrio político do Novo Mundo, visando ao engrandecimento territorial e valia moral da que desde então deixava de ser colónia para assumir foros de nação soberana. (Lima, 2006, p. 55)

Um equilíbrio instável

O exercício americano de D. João VI iria ser tudo menos simples, estando marcado desde o início pela dificuldade de conciliar os interesses em jogo de um e outro lado do Atlântico. As próprias circunstâncias que deram origem à transferência da Corte criaram uma situação de alto contraste: enquanto em Portugal as invasões napoleónicas causavam sofrimentos sem fim e acentuavam o declínio da Metrópole, do outro lado do Atlântico davam origem a uma conjuntura celebratória e esperançosa, abrindo espaço à ascendência da Colónia e à superação do seu estatuto de *capitis diminutio*... Como notava Ernest Munch citado por Oliveira Lima, a infelicidade de uns fazia a felicidade dos outros: “O regente e a família real encontraram os brasileiros jubilosos com uma mudança das cousas que à mãe pátria acarretava miséria e humilhação, mas a eles trazia importância e florescência” (Munch, 2006, p. 61).

Por outro lado, colocadas lado a lado junto da Corte, nobreza do reino e nobreza da terra passaram a disputar os cargos que havia para preencher, acentuando-se as invejas, os rancores, as disputas e os ressentimentos mútuos. Quando D. João privilegiava uma ou outra vez a nova nobreza local que ele próprio promovia distribuindo à larga condecorações e benesses, eram os velhos nobres do reino que se indignavam e protestavam; em contrapartida, noutros casos – quando o monarca favorecia a velha nobreza, mantendo os privilégios de que desfrutava, por exemplo, nas Forças Armadas – onde tinha o exclusivo dos postos de comando acima de capitão – eram os nobres locais que se insurgiam... Difícil, nestas condições, agradar a gregos e troianos.

Oliveira Lima traçou assim o balanço das perdas e ganhos decorrentes da abertura dos portos decretada logo à chegada por D. João VI:

A pior consequência da medida foi de todo modo para Portugal porquanto, não sendo país manufatureiro e consumindo relativamente pouco dos gêneros coloniais, o que excluía um intercâmbio regular, vivia economicamente das comissões, dos fretes e do lucro do entreposto para os outros países. A Inglaterra, como nação industrial que já começara grandemente a ser, não experimentou os mesmos danos imediatos com a emancipação dos Estados Unidos, podendo sustentar seu tráfico mercantil. Do Brasil foi o maior ganho, visto que a liberdade de comércio originou para os seus produtos um aumento de 40 a 60 por cento. (Lima, 2006, pp. 137-138)

Em qualquer caso, o descontentamento era grande e tendia a acentuar-se no quadro da emergência de um espaço público incipiente, tanto de um lado como do outro do Atlântico. No

Brasil, quando as decisões do regente não agradavam e suscitavam ciúme, logo surgiam pasquins de protesto afixados clandestinamente nas casas dos visados ou à porta de edifícios públicos; em Portugal, o descontentamento ainda era maior, porquanto – como assinalava o coronel Maler, encarregado de negócios da França – “os de lá não podiam deixar de reagir” ao verem-se “impoliticamente esquecidos até agora na distribuição das honrarias e das recompensas” vendo que não eram “sequer considerados como os irmãos cadetes dos brasileiros, ou dos seus irmãos que habitam este hemisfério” (Lima, 2006, p. 60).

Pressionado, D. João legisla ora num sentido ora noutro, na busca de um compromisso satisfatório entre os interesses em jogo que teima em escapar-lhe. Os comerciantes portugueses protestam face aos privilégios de que passaram a desfrutar os ingleses e os estrangeiros de um modo geral após a abertura dos portos? A Lei de outubro de 1808 isenta de taxas aduaneiras os têxteis manufaturados em Portugal... Vendo que os privilégios com que inicialmente contavam eram menores do que esperavam, os ingleses pressionam? D. João aceita, em 1810, assinar novo Tratado de Comércio com a Inglaterra, ainda mais gravoso para os interesses portugueses e brasileiros. Voltam os homens de negócios portugueses a protestar? Segue-se uma série de vantagens para a importação de vinhos, azeites e outros artigos fabricados em Portugal ou nas colónias portuguesas; mais tarde, em 1811, proíbe-se qualquer navio que não fosse pilotado por português, de propriedade portuguesa ou brasileira e cuja tripulação não tivesse no mínimo $\frac{3}{4}$ de portugueses, de descarregar no Brasil produtos da Ásia...; e em 1814, interdita-se a navegação costeira a estrangeiros... (Costa, 1985, pp. 34-38)

Nas suas *Notas Dominicaes*, o comerciante francês Louis-François de Tollenare, que na época viajou por Portugal e Brasil, resume bem o angustiante dilema que se colocava aos comerciantes portugueses e ao próprio governo na tentativa de conciliar os interesses de um e do outro lado do Atlântico:

Na maior parte os negociantes do Recife são nascidos em Portugal; o amor do seu paiz, ou a vaidade nacional, fal-os vêr com pezar que Lisbôa tende a perder muito da sua prosperidade com a emancipação commercial do Brasil; acolhem, por consequência, com prazer os projectos que vizam a fazer voltar á sua patria uma parte ao menos dos negocios do Brasil, de que outr'ora gozava exclusivamente. Chegou-se a propor, para as mercadorias do Brasil exportadas para outros paizes que não Portugal, um imposto especial equivalente ao que pagariam se fizessem escala por Lisbôa. Esta providencia

certo faria voltar ao Tejo os negocios. Mas, não é difficil de vêr que este favor, concedido á antiga metropole, redundaria em prejuizo para o Brasil. Eis, portanto, os negociantes portuguezes do Brasil manietados entre o amor da patria e o seu proprio interesse, porque quasi todos são proprietários no Brasil. De resto o proprio governo experimenta embaraço semelhante, e não sabe ainda qual medida tomará.(...)

Certo é difficil ser-se ao mesmo tempo rei de Portugal e do Brasil, e agir paternalmente para com dous povos que têm interesses tão oppostos. Um não pode viver sem o monopolio; o progresso do outro exige a sua suppressão. (Tollenare, 1905, p. 126)

Começa então claramente a desenhar-se uma incompatibilidade de interesses difíceis de conciliar. Daí as medidas em zigue-zague do governo de D. João VI, ora num sentido ora no outro, acabando por não satisfazer inteiramente nenhum dos grupos em presença e provocando desagrado geral: protestam brasileiros e estrangeiros quando veem os comerciantes portuguezes recuperar alguns privilégios, queixam-se ainda assim os portuguezes, a quem as medidas seletivas de favor não compensam inteiramente o que perderam com a abertura dos portos. Queixam-se os grupos sócio-económicos dominantes brasileiros quando o Tratado de Comércio de 1810 com a Inglaterra faz referência à “gradual abolição do tráfico de escravos” e queixam-se acima de tudo os portuguezes da metrópole ao verem que, tudo considerado, e ainda que com ressalvas, o soberano atendia antes de mais às necessidades e interesses do Brasil, levantando a suspeita de que a Coroa, por mais que o negasse – como o fez no Manifesto de 1808 às potências europeias a explicar as razões da saída de Portugal – fora para a América para ficar.

Medidas estruturantes – elevação do Brasil a Reino

Disso mesmo dava conta o representante diplomático da Espanha em Lisboa ao escrever para Madrid: “é bem certo que toda esta conduta governativa vai dando corpo a uma opinião ou temor bastante geral aqui entre as pessoas que pensam, a saber, que a Corte do Brasil trata de ficar na América”³³. Tudo, na realidade, o indicava – desde a criação *ex novo* do aparelho de Estado replicando no Rio as instituições centrais da administração que existiam em Lisboa (Mesa do Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens, Tribunais Superiores, Erário Régio e Real Casa da Moeda, Banco do Brasil, Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação...

³³ Ver Despacho de Evaristo Peres de Castro a Francisco Saavedra, in (Pedreira & Costa, 2008, p. 232)

com o mesmo tipo de altos funcionários gozando das mesmas honras e privilégios...) ao lançamento de novos impostos e à regularização da moeda, passando pela abertura de estradas, aperfeiçoamento das comunicações e criação de novas fábricas.

Tudo isso a par da instalação da Real Biblioteca trazida de Lisboa; criação do Museu Nacional, Escola Real de Artes e Observatório Astronómico; Jardim Botânico (a princípio Real Horto) destinado a introduzir culturas das Índias Orientais; estabelecimentos de ensino superior na Bahia e no Rio (cursos de agricultura, cirurgia, química, desenho técnico...); medidas em matéria de defesa e segurança (Conselho Superior Militar, Arquivo Real Militar, Real Academia Militar...) e ainda – *the last, but not the least* – a inauguração da Impressão Régia - primeira tipografia a funcionar no Brasil, donde saíam a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal publicado no Brasil, e a revista *O Patriota*, precursora do lisboeta *O Panorama* – bem como o patrocínio, na sequência do decreto de fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, à vinda de uma Missão Artística Francesa destinada a criar uma Real Academia das Belas Artes a fim de conferir ao Rio a dignidade cultural própria de uma grande capital imperial...

Se ainda houvesse dúvidas sobre a vontade do Rei e da Corte de permanecerem no Brasil, a Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815, que criava o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves viria desvanecê-las por completo. Por ela, D. João fazia equivaler os seus domínios da América aos da Europa, reconhecendo que assim o impunham a “vastidão, cópia e variedade dos preciosos elementos de riqueza, que eles em si contêm” e declarando, ao mesmo tempo, que com tal decisão visava obter

“uma perfeita união e identidade entre os meus Reinos de Portugal, e dos Algarves, e os meus Domínios do Brazil, erigindo este aquella gradação e categoria politica que pelos sobreditos predicados lhes deve competir, e na qual os ditos meus domínios ja foram considerados pelos Plenipotenciarios das Potencias que formaram o Congresso de Vienna...”³⁴

D. João tinha agora na América um Reino a que podia chamar de seu – não mais uma colônia, como a que encontrara à chegada, mas um Reino politicamente equivalente ao que deixara do outro lado do mar; com a vantagem de este ser muito maior e mais rico e estar ao abrigo das convulsões do velho continente, ao mesmo tempo que poderia ainda ser a base para a

³⁴ Ver *Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815*, in *Colecção das Leis do Brazil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1890, p. 62.

edificação de um “Grande Império”. Um projeto de futuro grandioso que os políticos ilustrados e mais esclarecidos vinham alimentando desde meados do século anterior como alternativa reformista aos impasses do Antigo Regime. Um projeto para o qual foram aliciados e no qual passaram a colaborar os membros mais destacados das elites locais. Era o famoso “novo império do Brasil”, então ainda pensado não como resultado da independência em relação a Portugal, mas, pelo contrário, como reforço da unidade lusitana.

O reforço da unidade entre todos os habitantes do conjunto do Império era – não se esqueça – o objetivo proclamado e realmente prosseguido da política reformista encetada desde finais do século XVIII pelos círculos dirigentes ilustrados como forma de se contrapor aos ventos independentistas que sopravam da América do Norte, que ameaçavam levar à perda do exclusivo das relações comerciais detido pelos homens de negócios da Metrópole. Essa orientação começou já com o despotismo esclarecido de Pombal, no reinado de D. José, prosseguiu no reinado de D. Maria I e prolongou-se depois, já na regência do então ainda príncipe D. João VI.

Agora, quem defendia essa política era o ministro da Marinha e do Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que no seu plano de reformas pugnava inclusive pela mudança de designação dos domínios coloniais – todos deveriam passar a ser “províncias da Monarquia”, partes do mesmo sistema administrativo, partilhando os mesmos usos e costumes. Pretendia-se com isso reforçar o “sacrossanto princípio da unidade, que se deve conservar com o maior ciúme”, a fim de que um português nascido nas quatro partes do mundo lusitano “se julgue somente português e não se lembre senão da glória e grandeza da Monarquia, a que tem a fortuna de pertencer” (Lyra, 1998).

A elevação do Brasil a Reino, em dezembro de 1815, ia na mesma direção. Ao mesmo tempo que criava as condições políticas necessárias ao reconhecimento pelas Cortes europeias, D. João VI esperava satisfazer os brios dos portugueses da América, que no passado tantas vezes se tinham considerado menosprezados pela Coroa. Três meses volvidos, em março de 1816, com a morte da mãe, D. Maria I, que há muito se encontrava incapacitada por doença mental, D. João assumia a plenitude do trono (embora, por respeito ao luto, primeiro; por causa da Revolução Pernambucana de 1817, depois; e quiçá também com receio de não ofender os portugueses do outro lado do Atlântico – a cerimónia da coroação só ocorresse dois anos mais tarde), tornando-se literalmente, como lhe chamou Pedro Calmon, *O Rei do Brasil* (Calmon, 1943).

Ainda que em boa parte simbólica, a elevação do Brasil a Reino em paridade com Portugal não deixava, assim, de ser o coroar lógico do processo de institucionalização que se processara desde o primeiro momento da chegada da Corte e se desenvolvera depois ao longo desses sete primeiros anos. Todo um período em que se estabeleceram as instituições centrais da governação, ao mesmo tempo que se modernizava e embelezava o Rio de Janeiro, agora sede do Império e centro em torno do qual se articulava um complexo variado de interesses que iam do Rio Grande de São Pedro a São Paulo e Minas Gerais – o chamado Centro-Sul, cujas forças políticas e económicas haveriam de ser, como veremos adiante, pela sua predominância e hegemonia políticas, determinantes na consecução da independência.

Esse valor simbólico tinha o objetivo claro de apaziguar o descontentamento que mesmo no Brasil já ameaçava alastrar. Com efeito, à medida que o espírito da Ilustração avançava e que as elites locais se consolidavam, mesmo as nascidas na Metrópole, as designações de “colónia”, “domínios”, “conquistas” não podiam deixar de causar desagrado. Isso mesmo já havia assinalado o português Luís dos Santos Vilhena (1744-1814), que fora Professor Régio de Língua Grega na cidade de São Salvador da Bahia, entre 1787 e 1799. Nas suas *Notícias Soteropolitanas e Brasilicas*, escritas sob a forma de cartas endereçadas de Salvador a um hipotético amigo em Lisboa, Vilhena refere que... “não hé das menores desgraças o viver em colônias”...

Vilhena – como nota Carlos Guilherme Mota, não era propriamente um revolucionário: seus pontos de vista não ultrapassavam os da ordem vigente, podendo-se até considerá-lo um colonizador; mas era já um *colonizador esclarecido* (Mota, 1976, P. 406), até certo ponto, um liberal com acentuadas preocupações sociais – um reformador, em suma, típico de um período de transição em que uma certa ideia de patriotismo, no sentido de amor pela região, se mescla com fidelização a Portugal do qual ainda não se defendia a separação.

Não se defendia ainda a separação, mas também não se queria continuar a viver sob o ofensivo estatuto de colónia, tanto mais que, no seu conjunto, como notava o cónego Luís Gonçalves dos Santos, cronista áulico da Corte, havia no Brasil um “povo português, filho de portugueses, falando a mesma linguagem, e tendo os mesmos hábitos e costumes que os portugueses da Europa”. Numa palavra, para dissipar o mal-estar que a situação de colónia criava entre as elites locais e se acentuara desde a instalação da Corte no Rio de Janeiro, impunha-se

que o Brasil tivesse a dignidade política correspondente “à majestade do trono, que nele se estabelecera” (Santos, 2013).

3.4. Do Reino Unido à separação

Nada disso foi, no entanto, suficiente, para conciliar todos os interesses divergentes. No Nordeste, o descontentamento era grande com a subordinação ao Rio de Janeiro, visto como a outra face, agora internamente instalada, do antigo centro colonial com assento na Metrópole.

O embelezamento do Rio como capital digna de uma Corte europeia, a sustentação perdulária da nobreza e do funcionalismo e o esforço de guerra imperial empreendido a norte e sul por D. João VI para tomar e ocupar Caiena, na Guiana Francesa, em 1809, e depois Montevideú, na Cisplatina (futuro Uruguai), em 1817, exigiam sempre mais e mais recursos. Um esforço de financiamento a que eram solidariamente chamadas todas as capitanias sem que todas vissem, em contrapartida, as vantagens que daí podiam colher.

Abalo telúrico – protestos e sublevações de um e outro lado do Atlântico

As invasões napoleónicas na Europa tinham provocado um abalo telúrico de proporções intercontinentais, obrigando a um rearranjo nos pilares fundamentais da Monarquia e nos equilíbrios internos de poder, com vantagem manifesta para a reforçada centralidade do Rio de Janeiro. No entanto, apesar do sentimento de “patriotismo imperial” que de início tomou conta das elites locais, esse novo reordenamento não foi do agrado de muitos fora dos círculos dominantes organizados em torno da capital. Quando se tornou patente que o novo centro deixara de ser apenas mais um entre outros centros de poder equivalentes, para se tornar sede hegemónica do conjunto, as reações surgiram com força.

Nesse contexto, não espanta que tivesse sido em Pernambuco – onde desde o século XVI, ainda com Duarte Coelho, como vimos, mais se expressava um sentimento de autogoverno e direitos adquiridos e onde se havia reforçado ao extremo, no século XVII, um sentido de honra, dignidade e valor próprios na sequência do grande esforço de guerra local contra os holandeses – vista como verdadeira autolibertação dadas as reticências da Coroa que a certa altura emergiram – não espanta que tivesse sido em Pernambuco que eclodiu, em março de 1817, *um dos movimentos mais fortes e radicais contra o Antigo Regime personalizado no governo de D. João VI*

instalado no Rio de Janeiro. Daí resultou a instalação de um executivo de proclamada inspiração republicana no Recife, que se manteve (com repercussões na Paraíba, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará) por mais de dois meses antes de ser derrubado e duramente reprimido.

As interpretações sobre o significado e alcance dessa revolução divergem até hoje, indo desde considerá-la um movimento meramente regional e separatista, como muitos outros antes dela, até aos que veem nela um momento crucial de importância nacional, um verdadeiro separador de águas, em que pela primeira vez o Brasil teria emergido como entidade própria visando a independência – um grito do Capibaribe a anteceder de cinco anos o famoso grito do Ipiranga. É este último significado que defende, por exemplo, o embaixador brasileiro Gonçalo Mello Mourão, que contrapõe a Revolução de Pernambuco de 1817 a todas as outras revoltas que a antecederam:

Houve revoltas, é certo, nos tempos da Colônia; houve revoltas nos tempos dos vice-reis, mas todas dentro da organização da monarquia portuguesa. Foram revoltas, sobretudo, contra injustiças locais; e foram revoltas que clamavam pela justiça de El'Rei. Mesmo a gloriosa primeira restauração pernambucana, ainda que conduzida, ao final, ao arrepio de disposições reais, não foi jamais uma luta pelo Brasil contra Portugal, foi sempre uma luta de um Portugal ultramarino contra o invasor holandês. A chamada “Revolta dos Alfaiates”, na Bahia, fora vista, pelos poucos que a presenciaram, como mais uma revolta de escravos e de gente miúda. A própria Inconfidência Mineira, que foi mais de Vila Rica e de seu entorno do que mineira – revolução que não houve – não foi mais, no final das contas, do que a aventura humana, trágica e gloriosa, de um único homem, pois todos os outros se revelaram antes portugueses e não foram, salvo o poeta que se enforcou, atrás daquela tão bela liberdade ainda que tardia. (...) Em contrapartida Pernambuco 1817 foi uma revolução verdadeiramente brasileira, ao fundar uma nacionalidade diferente da portuguesa, ao fundar o Brasil. (Mourão, citado em Siqueira, Rezende & Weinstein, 2017)

Esta visão do embaixador é, no entanto, contrariada pela generalidade da historiografia brasileira, que considera ter sido Pernambuco 1817 um movimento mais autonomista do que propriamente soberanista, ou seja, “não se pretendia de antemão separatista, não queria constituir no Nordeste um Estado separado do Reino Unido, mas sim mais autonomia, um maior espaço de exercício do governo provincial em seu interior” (Slemian & Pimenta, 2003, p. 43).

É certo que os insurretos se autointitulavam *patriotas*, ouvindo-se nas ruas gritos de “Viva a independência! Viva a liberdade dos filhos da pátria! Morram os europeus!”; mas *patriota* era

um termo da Revolução Francesa que na época estava associado mais a radicalismo de cariz jacobino do que propriamente nacionalista; e a própria *Independência* ainda significava naquele momento (e até já avançado o ano de 1822, como veremos mais adiante) liberdade política no sentido de autonomia, e não ainda separação política do Brasil do Reino Unido e da nação portuguesa, comum a todos. Escrevem, por exemplo, os historiadores brasileiros Andréa Slemian e João Paulo Pimenta: “*Sem contestar a nação portuguesa* (sublinhado nosso), sequer propondo claramente uma separação política ou uma forma alternativa de regime, podemos dizer que o movimento pernambucano foi vítima das incertezas e dos receios que caracterizavam, por seu tempo, a vida política portuguesa” (Slemian & Pimenta, 2003, p. 44).

Ainda assim, não se podem desvalorizar nem o impacto nem as consequências da Revolução Pernambucana de 1817. Como escreveu na época o influente abade Dominique de Pradt (1759-1837): “pela primeira vez, tratando-se do Brasil com relação a Portugal, uma parte da América aprendera a levantar a cabeça mais alto que a Europa e dar leis àqueles de quem tinha por hábito recebê-las” (Pradt citado em Lima, 2006, p 498).

Em todo o caso, a Revolução Pernambucana de 1817 parece ter sido nova expressão do desconforto com que se defrontavam desde há muito os antigos colonos de origem portuguesa que deram origem à chamada “nobreza da terra”: *a sua territorialidade estava fora da Metrópole, na América, onde foram ficando raízes ao longo de gerações; mas a legitimidade, identidade e sentido que justificavam essa presença americana sempre lhes escapavam, situadas que estavam fora e longe – do outro lado do Atlântico, na Europa*. Uma contradição que marcará profundamente a consciência das elites locais e no fundo terá perpassado com maior ou menor intensidade pelas diversas insubordinações e revoltas que se produziram ao longo da lenta, mas progressiva metamorfose dos colonos portugueses em brasileiros (Bernardes, 2006, p. 26). No cerne da metamorfose dos portugueses do Brasil em brasileiros, esta contradição é também o terreno fértil em que – a par das abissais diferenças sociais que opunham as classes os grupos hegemónicos aos indígenas e aos escravos – germinam sentimentos de *estranhamento* e *(in)comunicação* entre lusos de um e outro hemisfério.

A metamorfose parece ter tido como causa permanente o ressentimento da “nobreza da terra” (sobretudo senhores de engenho) para com os “reinóis” – em particular a nobreza do reino, a aristocracia lusa, que detinha sempre como seu privilégio exclusivo os mais altos e honrosos

cargos civis e militares e que se manteve até ao fim – mesmo depois da transmigração da Corte para o Brasil e apesar do seu enraizamento na América – endogâmica e impenetrável (como já o era em Portugal) a qualquer fusão com as elites locais, que considerava inferiores (Pedreira & Costa, 2008, p. 328).

Como assinala Nuno Monteiro, “com a exceção da magistratura e (parcialmente) do corpo diplomático, a esmagadora maioria dos ofícios superiores da monarquia tendeu a ser exercida pela primeira nobreza da corte, um grupo fechado a cujo interior o acesso era quase impossível” (Monteiro, 2017, p. 114).

Ao longo dos séculos XVII e XVIII – diz-nos o mesmo historiador – há uma clara aristocratização ou elitização nas nomeações para os mais altos postos da administração – vice-reis, governadores-gerais e governadores das capitanias. No Brasil tomado como um todo, os descendentes de titulares, da primeira nobreza de corte e de fidalguia inequívoca, passaram de 20% dos nomeados no século XVII para 45% no século XVIII. E, nas capitanias não dependentes, subiram de 57% para 82% (...)” (Monteiro, 2005, p. 18). No mesmo sentido – acrescenta o autor – houve uma clara redução do número de “brasílicos” ou brasileiros e naturais das terras nomeados: “Na América portuguesa a percentagem total dos naturais desceu de 22% no século XVII para apenas 10% no século seguinte. Entre 1700 e 1810, os naturais da terra representaram 3% dos nomeados nas capitanias principais quando antes alcançavam 27%” (Monteiro, 2005, p. 18).

O movimento nordestino parece ter estimulado a eclosão em Portugal, naquele mesmo ano de 1817, ainda que motivado por causas diversas, de uma conspiração destinada, antes de mais, a afastar o marechal inglês Beresford, que permanecia em Portugal desde a guerra contra Napoleão, continuando a tutelar, como num protetorado, a junta de governadores do Reino. Uma situação que suscitava o natural descontentamento dos portugueses, em particular os homens de negócios, muitos deles seriamente prejudicados pela ascendência dos interesses britânicos na metrópole e no Brasil desde a passagem da Corte para o Rio de Janeiro e o conseqüente fim do exclusivo comercial.

Também os magistrados e militares se sentiam prejudicados nas suas carreiras – os primeiros devido à criação de tribunais superiores no Brasil e os segundos devido à permanência de oficiais ingleses nos quadros das forças armadas nacionais. A tudo isso juntava-se ainda o

desagrado com a prolongada ausência do Rei – que continuava no Brasil apesar de a ameaça napoleónica já ter sido extinta e sem dar sinais de querer regressar – e a sensação humilhante de que Portugal, agora decadente, se havia transformado de potência colonizadora em país colonizado. Dando conta desse descontentamento generalizado, o Marquês de Fronteira escreve nas suas *Memórias*: “as ideias de revolução eram gerais. Rapazes e velhos, frades e seculares, todos a desejavam. Uns, que conheciam as vantagens do governo representativo, queriam este governo; e todos queriam a Corte em Lisboa, porque odiavam a ideia de ser *colónia de uma colónia*” (sublinhado nosso).

Emergência de um espaço público

Para este sentimento de frustração e desalento – a par da esperança numa regeneração geral do país – contribuía a *crescente emergência de um espaço público*, a que se vinha assistindo desde finais do século XVIII, com a criação de academias literárias e clubes maçónicos, e o surgimento, depois, a partir de 1808, de jornais portugueses não sujeitos a censura prévia, publicados em Londres e Paris (Alexandre, 1993). Um dos mais importantes, se não mesmo o mais importante desses órgãos – pela ação continuada e ininterrupta que teve durante mais de 14 anos (circulou de 1 de junho de 1808 a 1 de dezembro de 1822) e pela aceitação de que desfrutou, inclusive junto da Corte no Brasil, onde, apesar de proibido, chegava clandestinamente e passava de mão em mão – foi o mensário *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, do português nascido em Sacramento, Hipólito José da Costa. Mação confesso perseguido pela Inquisição, em 1805, Hipólito saiu de Portugal – onde chegou a ocupar cargos públicos – procurando refúgio na capital britânica, aí lançando, três anos depois, o seu jornal.

Acompanhando de perto a evolução da situação política em Portugal e no Brasil ao longo de mais de uma década, o *Correio* verá progressivamente aumentar a sua influência. Seguiu uma linha de oposição e crítica moderada, mas intensa, em que a defesa da Monarquia e do Reino Unido vinha acompanhada de uma preferência pela hegemonia do Brasil no contexto do Império luso-brasileiro.

Outro órgão que se destacou foi o *Investigador Português em Inglaterra*, criado em 1811, patrocinado e financiado pela Legação portuguesa em Londres justamente para combater a crescente influência do *Correio Braziliense*. De referir ainda, entre outros, *O Campeão Português*

ou *O Amigo do Rei e do Povo*, a par de *O Português*, ou *Mercúrio político, comercial e literário*, que em 1814 substituiu *O Espelho político e moral*, fundado um ano antes.

Por seu turno, na capital francesa, publicaram-se, em 1815, quatro números de *O Observatório Lusitano*, de Francisco Solano Constâncio e, a partir de 1818, *Os Anais das Ciências, das Artes e das Letras* e ainda *O Contemporâneo*. Este último foi patrocinado pelo Conde de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, apesar de o seu titular, o general Pamplona, estar proscrito e condenado à morte por ter participado do estado-maior de Massena, quando da terceira invasão francesa – um sinal claro da divisão e até desagregação das elites dirigentes.

Menos abertamente políticos, dado o maior controlo existente em França, estes órgãos tiveram menos influência do que os jornais portugueses sediados em Inglaterra, onde a imprensa estava mais ao abrigo das pressões governamentais: “Por isso, e porque se encontrava ligada a Portugal por um serviço de pacotes que facilitava a remessa dos jornais, mesmo quando proibidos pelo governo de Lisboa, a cidade de Londres constituía o local de eleição para servir de base a uma intervenção política à distância” (Alexandre, 1993, p. 396).

A própria criação, existência e expansão de tais órgãos – que só podiam manter-se com apoios dos homens de negócios portugueses em Londres (e, no caso do *Correio Braziliense*, ao que parece, da própria Legação de Portugal como forma de reduzir as críticas) – já era por si só um indício concreto “de uma das mutações essenciais do sistema político português, a partir de 1808: a desagregação do bloco social que constituía a base de apoio do Estado absolutista desde o despotismo ilustrado de Pombal – bloco formado pela classe senhorial e pela grande burguesia mercantil e industrial” (Alexandre, 1993, p. 398).

O equilíbrio entre esses grupos já fora abalado logo que a Corte deixou a Europa rumo à América, mas a situação de conflito interno agravou-se ainda mais a partir de 1814-1815, quando Napoleão foi vencido no velho continente e D. João VI proclamou o Reino Unido dando mostras de não querer regressar tão cedo a Portugal. Tornou-se então evidente que a abertura dos portos em 1808 e o Tratado de Comércio de 1810 com a Inglaterra não eram medidas provisórias, como fora proclamado, mas sim a expressão de um novo estado de coisas em que a burguesia portuguesa tinha muito a perder e pouco a ganhar. Como poderia ela então continuar a confiar num Estado que se permitia alterar as regras do jogo sem a ter em conta? E, por outro lado, como

continuar Portugal ligado ao Brasil se havia perdido as anteriores vantagens e se via agora numa posição subordinada?

Embora o número de assinantes desses órgãos de imprensa não ultrapassasse algumas centenas, há que ter em conta que cada subscritor era um ponto de partida para uma maior difusão, de mão em mão, o que representava:

um salto qualitativo, em relação às poucas centenas de leitores que em finais do século XVIII teriam tido acesso à literatura de cariz iluminista ou liberal, salto que é acompanhado de uma mutação qualitativa talvez ainda de maior significado: agora, com as novas publicações, a reflexão política concreta deixa de ser o privilégio de um número restrito de homens de Estado e de alguns poucos membros dos sectores sociais dominantes com acesso à corte, alargando-se a outras camadas, que passam a dispor de uma informação relativamente actualizada tanto sobre os acontecimentos ocorridos na Europa como sobre os problemas nacionais (Alexandre, 1993, p. 396)

Valentim Alexandre defende que, mais do que pelo número de assinaturas, o impacto da imprensa portuguesa desse início do século XIX em Londres pode medir-se pelo *nível de inquietação* que suscitava nos círculos governamentais luso-brasileiros que por diversas vezes tentaram – sem êxito - impedir a sua circulação no país. Uma inquietação que decorria da constatação de que os jornais portugueses livremente editados em Londres – fossem moderadamente críticos como o *Correio Braziliense* e/ou *O Investigador Português* ou abertamente oposicionistas como *O Português* – conseguiam obter apoio junto de um público cada vez mais amplo e mais bem informado.

Os ataques ao Tratado de Comércio com a Inglaterra eram praticamente constantes nesses periódicos e a própria vantagem da ligação com o Brasil começava a ser posta em causa. Logo em 1816, pouco depois de conhecida a proclamação do Reino Unido, *O Português* escrevia:

(...) apesar da conservação do seu antigo título e da preeminência nominal, o nobilíssimo reino de Portugal que foi o berço da monarquia e há pouco se restaurou por si, está posto no humilde, injurioso e incómodo estado de colónia; (...) (os portugueses), empobrecidos, arruinados, cobertos de luto e de miséria, vêem-se reduzidos a uma colónia e castigados com a Regência de Lisboa sem merecerem do governo restaurado outros prémios que não sejam agradecimentos em Cartas Régias e alguns títulos honoríficos.³⁵

³⁵ Memorial ao rei publicado em *O Português* n.º 28, Agosto de 1816 (citado em Alexandre, 1993, p. 408).

Outro tema de críticas eram as expedições militares (em 1815 e 1817) de corpos do exército português com cerca de cinco mil homens cada enviados da metrópole para combater na Guiana e na Cisplatina. Missões imperiais para as quais não se via na metrópole vantagens plausíveis – apenas, a curto prazo, agravamento das despesas e perigo real de resposta bélica por parte da Espanha no continente europeu, sacrificando Portugal aos interesses da Coroa na América. Havia mesmo boatos de que a Corte do Rio de Janeiro estaria disponível para ceder Portugal à Espanha em troca de território tomado no continente americano (Montevideú, 1817).

Nesse contexto de grande inquietação quanto aos destinos do país, a relação Portugal-Brasil assumia um lugar central, começando alguns a interrogar-se se valia a pena manter a união com o Brasil. Da capital britânica, João Bernardo da Rocha Loureiro escrevia em *O Português* :

Que tem Portugal no Brasil? Que lhe vem de lá? Não se vê que o Brasil faz para lá ir o nosso dinheiro, nossa gente, e toda a substância da terra? Como então podemos nós perder o Brasil, que há muito está perdido para nós? (Alexandre, 1993, p. 436)

Chegava-se assim ao ponto de quase se admitir a necessidade de uma rutura do Reino Unido já que – como escrevia o moderado *O Investigador Português em Londres*, “Portugal não poderia continuar por mais tempo a ser governado como colónia do Brasil” (Alexandre, 1993, p. 437).

Logo em 1816, em diferentes artigos, chegou então a defender-se uma alternativa ao Reino Unido baseada na aproximação entre Portugal e Espanha – uma União Ibérica que reuniria as possessões de ambos os países na América assente numa federação peninsular como forma de contribuir para o equilíbrio europeu. Escrevia, por exemplo, João Bernardo da Rocha Loureiro nos seus *Memoriais a D. João VI*, publicados em *O Portugal* :

Reúnam-se ambas as Espanhas sob um só ceptro e teremos, dos Pirinéus ao Cáucaso, cinco grandes nações, quase iguais em poder, compensadas as diferenças: eis aqui levantado o edifício do equilíbrio continental. Como se fará o equilíbrio marítimo? Não há outro meio senão reunir a Espanha a Portugal... (Araújo, 1992, p. 238)

Tais propostas mostram a que ponto chegara, nalguns círculos económicos, sociais, políticos e mediáticos portugueses, a rejeição à opção pela ligação com o Brasil feita pela Monarquia. *O estranhamento, aqui, avançava um grau. E era português em relação ao Brasil.* Como acentua a historiadora Márcia Regina Berbel, em estudo sobre esse período, as correntes

lusas que defendiam esse tipo de propostas “eram anti-absolutistas, liberais e nacionalistas. Para limitar os abusos do monarca, clamavam pela soberania da nação, portuguesa de Portugal ou ibérica, mas, em nenhuma hipótese, a nação luso-brasileira” (Berbel, 2010, p. 40)

Mudança de quadros mentais – o despertar da nação

A todos estes descontentamentos a imprensa portuguesa no exílio foi dando expressão e coerência, numa ideologia de conjunto de cariz liberal eivada de sentimentos antibritânicos e anti Corte no Brasil, o que assinalava uma mudança substancial: da anterior perspectiva imperial passava-se agora à afirmação nacionalista, em que se acentuava a ideia de decadência devido à má direção política, exigindo regeneração geral para poder ser ultrapassada. Como acentuou Jorge Pedreira, “a conjuntura dramática que se viveu na sequência das invasões francesas, da retirada da corte para o Brasil e da supressão do sistema colonial, marca o nascimento de Portugal como comunidade nacional” fora dos quadros mentais imperiais do Antigo Regime. Nesse contexto, a inquietação sobre o destino da nação e o compromisso com a sua regeneração serviam “para que se apresentassem como nacionais as preocupações, os interesses e os objetivos corporativos de diversas categorias sociais como negociantes, magistrados, intelectuais e militares” (Pedreira, 2006, p. 84).

Essa mudança é crucial para a questão que examinamos – as razões que levaram do *estranhamento* à separação e ao antagonismo entre portugueses de um e outro hemisfério. Na realidade, *o que se instalava em Portugal nessas primeiras décadas do século XIX era a convicção – pelo menos em parte dos meios económicos mais influentes, designadamente da burguesia industrial e mercantil – de que o país não tinha como defender os seus interesses no sistema luso-brasileiro* tal como este se configurava após a partida da Corte, a abertura dos portos (1808), o Tratado de Comércio com a Inglaterra (1810) e a proclamação do Reino Unido (1815), que consagrava uma “política americana” do trono, em que as conveniências da velha metrópole eram relegadas para segundo plano.

Descontentamento e agitação no Brasil, descontentamento e agitação em Portugal: o Reino Unido via-se a braços com uma complexidade de interesses divergentes que provocavam – em simultâneo de ambos os lados do Atlântico – revoltas e confrontos entre os diversos grupos que nele operavam, ameaçando cada vez mais a estabilidade política e a própria existência do

Antigo Regime. Em 1817, estalavam, como vimos, revoltas lá e cá. Nos dois casos, uma violenta resposta repressiva, incluindo condenações à morte, estancou momentaneamente a agitação. Mas não resolveu as contradições que minavam o sistema de governo e contrapunham cada vez mais “portugueses de um e outro hemisfério”: a já velha cizânia, agora mais acentuada que nunca, “entre os nascidos no Brasil e os nascidos em Portugal”, acusados estes de “monopolizar os melhores empregos civis e militares, os maiores proventos e tudo o mais de bom na terra” (Lima, 2006, p. 498).

Um quadro que precisa, entretanto, de ser matizado, já que a oposição entre uns e outros não foi total nem igual ao longo do tempo. Houve, é certo, uma forte oposição inicial entre os descendentes dos senhores de engenho do início da colonização e as mais recentes elites mercantis que a partir de finais do século XVII foram substituindo os grupos de cristãos-novos. Uma das maiores manifestações desse conflito foi – como vimos - a chamada Guerra dos Mascates. Mais, tarde, porém, esses grupos distintos aproximaram-se, em particular no Centro-Sul, cuja crescente prosperidade “reforçou os grupos ligados ao capital mercantil e acentuou o declínio ou até a extinção dos “conquistadores”. De uma forma geral parece ter-se verificado “uma tendência para os grupos mercantis serem absorvidos pelas elites agrárias e escravistas estabelecidas, particularmente na segunda metade do século XVIII” (Monteiro, 2017).

A oposição que sempre se manteve foi com os detentores dos altos postos da administração e das forças armadas, incluindo os capitães gerais das capitanias, cargos sempre reservados em exclusivo aos titulares da nobreza, que vinham em geral “fazer o Brasil” apenas por certos períodos para depois regressar, não chegando a misturar-se com as elites locais, o que gerava naturais ressentimentos, em particular quando os métodos de governação eram por demais despóticos e/ou corruptos.

No começo do século XIX tudo isso se agravava no contexto da nova dinâmica gerada pela vinda da Corte, em que os papéis se viam invertidos por força da quebra do “Pacto Colonial” – a colónia transformada em centro do Império e a velha metrópole relegada a um papel secundário a ponto de se sentir “colónia de uma colónia”.

Justamente naquele ano de 1817 e no seguinte, em artigos que marcam uma evolução de posições no sentido do agravamento das relações entre os dois eixos fundamentais do reino Unido, Rocha Loureiro, o redator de *O Português*, assinala que a situação era das mais propícias

tanto para os portugueses mudarem seu governo como para *Portugal “se tornar independente do Brasil”* (sublinhado nosso).

E vai mais longe – embora admitindo que em teoria o Brasil ainda poderia contribuir largamente para a prosperidade de Portugal, acaba por reconhecer que isso já não seria possível mesmo que o governo do Rio de Janeiro o desejasse, dadas as mutações provocadas pela transferência da Corte. Por outras palavras, e como assinala Valentim Alexandre,

a ideia de rutura do sistema luso-brasileiro passava a ter o seu fundamento, não em motivos de ordem accidental, como a incapacidade governativa para definir uma política favorável aos interesses portugueses, mas em razões estruturais, irreversíveis, que a teriam tornado inevitável (Alexandre, 1993, p. 436)

Na mesma época, outro jornal – desta vez *O Investigador Português*, de José Liberato – admite também, em texto intitulado “Considerações sobre a Sede da Monarquia Portuguesa”, a *possibilidade de separação do Brasil*. E defende que uma tal separação pouco afetaria a antiga metrópole, argumentando com o exemplo da Inglaterra, que chegara a prosperar após a independência dos Estado Unidos. A proposta final ainda é de um certo compromisso, que consistiria na divisão do império entre os filhos de D. João VI, o que permitiria alguma forma de ligação, ainda que lassa, entre Portugal e o Brasil. Mas insiste-se em que os males que poderiam advir da desagregação do Império seriam sempre inferiores aos prejuízos derivados da simples continuação do *status quo*, com a permanência definitiva do soberano nas Américas (Alexandre, 1993, p. 437).

Uma ideia que irá ecoar pouco tempo depois, nas Cortes liberais de 1820, em Portugal, o espaço em que todas essas contradições que se vinham acentuando desde 1808 serão explicitadas e estarão em debate à procura de uma solução de compromisso que acabaria por não acontecer.

Capítulo 4

Nação fragmentada, Império dividido: separação e confronto

“Não há no mundo só um Portugal, mas dois Portugais, um em cada hemisfério”

Alberto de Oliveira, *Na outra banda de Portugal*, 1919

F acto em si mesmo traumático, a inédita transladação da Corte para o Brasil, em 1807/1808, abriu um período de grande instabilidade política, acabando por acentuar as múltiplas contradições que já permeavam o Regime monárquico e o Império. Ao cabo de três séculos de colonização, e ao longo do processo de metamorfose dos colonos portugueses em brasileiros, haviam-se acumulando, a par de fatores de aproximação, muitos outros fatores de *estranhamento* entre “portugueses de um e outro hemisfério”.

Agora, porém, o jogo invertia-se: enquanto os portugueses da América viam sanada a antiga e dilacerante dicotomia entre o seu enraizamento no território e a fonte ausente da respetiva legitimidade, situada do outro lado do Atlântico, os portugueses da Europa viam-se desprovidos da sede do poder e prejudicados com a elevação do estatuto económico e político do Brasil. O equilíbrio de interesses tornava-se cada vez mais difícil, acabando por eclodir em rutura.

No confronto, potenciando todos os *estranhamentos* acumulados ao longo de três séculos, os portugueses da América vão transformar o português da Europa no alter ego negativo do brasileiro, que então irrompe, consumando a metamorfose que vinha desde 1500.

A matriz antiportuguesa da nacionalidade brasileira acabará por tornar-se fator permanente do estranhamento e da (in)comunicação que, desde aí, se instalam no pano de fundo das relações bilaterais.

4.1. Fatores de *estranhamento* e fatores de coesão

Por essa altura, pouco mais de três séculos volvidos sobre a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral, pode dizer-se – como afirmou Freyre – que os portugueses haviam triunfado onde outros europeus falharam: “de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com característicos nacionais e qualidades de permanência” (Freyre, 2004, p. 73). Um feito sem dúvida notável, ainda que conseguido à custa de elevado preço material e humano.

Iniciada com escassos indivíduos vindos com a primeira expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza (1532) e reforçada com novo contingente chegado com a frota do primeiro governador, Tomé de Souza (1549), a população branca do território (na sua maioria de origem portuguesa de mistura com alguns outros – escassos – europeus) rondava 21.000 pessoas em 1570 e 29.000 em 1585. Para Portugal, tratava-se de um esforço demográfico importante, se tivermos em conta que a população metropolitana era escassa (não ultrapassava, em meados do século XVI, 1,5 milhão de pessoas) e que o país tentava ainda, no mesmo período, colonizar as ilhas do Atlântico e assegurar presença comercial e militar numa vastíssima área que ia das costas africanas à Índia e ao Extremo Oriente. Como assinalou António Manuel Hespanha,

Na época áurea da sua expansão política, Portugal não tinha mais que 250.000 famílias (...). E no entanto, num lapso de 150 anos, ou ainda mais, se se tiver em conta a realidade política informal, os Portugueses puderam manter um império onde o Sol nunca se punha, do Brasil à Insulíndia, passando pela China, Índia e África. (Hespanha, 1998, p. 351)

O povoamento dos Brasis prosseguiu, já no século XVII, rumo ao Maranhão e Pará e intensificou-se depois da expulsão dos holandeses, que haviam ocupado Pernambuco durante trinta anos (1624-1654). No final dessa centúria, cerca de 2.000 portugueses chegavam por ano a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro – atingindo a população do território as 100.000 pessoas no final do Seiscentos.

Seguiu-se depois, a partir de finais do século XVII e por toda a primeira metade do século XVIII, a grande corrida ao ouro em Minas, Goiás e Mato Grosso, que atraiu muitos milhares de pessoas vindas da Metrópole. Os números ainda são imprecisos, variando consoante as fontes – mas sempre da ordem das centenas de milhar, talvez meio milhão ou mesmo mais que então chegaram de Portugal. O fluxo foi tão intenso, que logo em 1667 foram promulgadas leis para tentar restringir a emigração para o Brasil e como esta, apesar de tudo, continuasse, em 1732, o Conselho Ultramarino advertia: “por este modo se despovoará o Reino” (Júnior, 2002, p. 1194).

No período de Pombal (1750-1777), quando a exploração de ouro e diamantes já chegava ao fim, os esforços oficiais de povoamento foram orientados para a Amazônia e para o Sul, com a preocupação de reforçar as fronteiras.

Em 1798, o censo populacional aponta para uma população branca de 1,010 milhão – um terço do total. De acordo com o demógrafo italiano Massimo Bacci, “em todo o Brasil, estava assegurado o domínio europeu” (Bacci, 2002, p. 145).

Um domínio alcançado a preço muito alto, traduzido, como vimos, na perda de bens e vidas de muitos dos primeiros conquistadores e colonos, alguns dos quais, já se assinalou antes, perderam no Brasil o que haviam conquistado na Índia; na quase extinção dos indígenas – vítimas de escravização e epidemias várias para as quais não estavam imunes – e na proporção elevadíssima de cativos negros, trazidos pelo tráfico para o trabalho compulsório e altamente desgastante das plantações, onde tinham que ser consecutivamente substituídos dada a elevada taxa de mortalidade: “no total, 3,65 milhões (38% de todo o tráfico) de homens, mulheres e crianças foram transferidos para o Brasil em três séculos e meio” (Bacci, 2002, p. 148), constituindo os seus descendentes quase metade da população do Brasil em começos do século XIX! (Slemian, 2006, p. 133). Tudo fatores acrescidos de conflitualidades várias que desembocam por vezes em violentos confrontos, gerando *estranhamento* entre populações estabelecidas e recém-chegadas.

Quer os remanescentes da população nativa, quer os descendentes da população escrava negra encontravam-se, nessa data, basicamente destituídos de direitos de cidadania. O quadro da bipolarização entre senhores e escravos só não foi mais acentuado porque a miscigenação atenuou, “amaciou”, na expressão de Freyre, as relações sociais:

O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre ensanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. (Freyre, 2004, p. 33)

Tudo somado, ao cabo de três séculos de colonização, e apesar de importantes atenuações/“amaciamento” proporcionados pela miscigenação, é possível identificar, no começo do século XIX, todo um conjunto de *estranhamentos* mais ou menos consolidados:

- *estranhamento civilizacional entre brancos e indígenas* – vindo de 1500 e que permaneceu ao longo do tempo, apesar da miscigenação, da tentativa de aculturação promovida pelas ordens religiosas, em particular os jesuítas, e dos esforços da Coroa, com Pombal, no sentido da integração dos índios, nunca inteiramente conseguida (Cunha, 1992);
- *estranhamento social entre senhores e escravos* (Pinsky, 2015);
- *estranhamento da população branca face à crescente população mestiça*: mestiços, mamelucos e pardos (cerca de 40% da população no final do período colonial) eram discriminados no acesso aos cargos públicos e encarados com desconfiança, considerados mais plebe do que propriamente povo (Schwarz, 2000);
- *estranhamento político entre as diferentes elites brancas da colônia, “nobreza da terra” e “reinóis”, nascidos na América e nascidos na Europa*, que rivalizavam entre si por dons, benesses, distinções e privilégios da Corte (Monteiro, 2009; Bicalho, 2005);
- *estranhamento de várias ex-capitanias (depois províncias), sobretudo do Norte-Nordeste, face ao Rio de Janeiro enquanto nova sede da Corte*, percebida como réplica/continuação do antigo centro metropolitano;
- *estranhamento entre as diferentes partes dos Brasis* – cada uma vendo-se como unidade própria com interesses específicos, relacionando-se pouco e conhecendo-se mal entre si;
- *estranhamento geral crescente face ao Antigo Regime*, que tendia a opor o conjunto dos grupos sociais locais, mesmo quando rivais, à administração do Reino. Esta era vista cada vez mais como expressão do absolutismo, despotismo e colonialismo, já ultrapassados pelo liberalismo constitucionalista na América do Norte (1776), em vias de o ser também

nas possessões americanas da Espanha (a partir de 1810) e agora, finalmente, depois da Revolução do Porto de 1820, igualmente na antiga Metrópole.

Mas também havia fatores de coesão:

- *miscigenação generalizada*, num contraditório processo de *metamorfose do português em brasiliense* e, depois, em brasileiro, longamente maturada e processada (Jancsó & Pimenta, 2000);
- *crescente integração económica*, aproximando diferentes regiões cuja produção se complementava: gerada, primeiro, a partir da dinâmica criada pela corrida ao ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (Júnior, 2002), consolidada por todo um século e, mais tarde, a partir da vinda da Corte, pelo processo de “interiorização da metrópole” no Centro-Sul (Dias, 1986);
- *processo de acumulação endógena* que, a par da participação das elites na administração local, fomentada por Pombal, via Misericórdias e Câmaras Municipais, suscitava já a emergência de uma sociedade específica, com mecanismos e características próprios: pelo menos uma parcela dos comerciantes – em particular na praça central do Rio de Janeiro – investia no campo, integrando-se na aristocracia fundiária escravista, ao mesmo tempo que o lucro obtido nos negócios não era todo exportado, sendo aplicado internamente (Pedreira, 2017).

A coroar tudo isso, a partir da administração pombalina e na consecução das reformas que se seguiram fomentadas pelo ministro reformista ilustrado D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Novais, 1984), gerara-se também toda

- *uma nova dinâmica de redescoberta e estudo das diferentes regiões* (de que a viagem exploratória de Alexandre Rodrigues Ferreira – a Real Expedição Filosófica ao Brasil, entre 1783 e 1792 - constitui um dos exemplos mais notáveis) (Leite & Leite, 2010), num processo de otimismo desenvolvimentista e de modernização económica baseado na crença renovada nas possibilidades da razão e da ciência, em que foram envolvidas as elites locais, aproximando-as do centro político do Império. Um movimento que a vinda da Corte, em 1808, reforçara, suscitando, como vimos, apoios locais num espírito de

“patriotismo imperial” em torno da ideia de construção de um “grande e poderoso império”;

- outro fator muito importante de coesão era a *formação dos filhos das elites coloniais na Universidade de Coimbra* (que se prolongaria até 1850), onde os jovens adquiriam um conjunto coerente de valores, conhecimentos e quadros de pensamento que eram igualmente património da juventude da metrópole com a qual conviviam nesses anos de estudo. Dessa forma, as elites luso-brasileiras acabavam por partilhar uma cultura político-ideológica comum.

A Coroa nunca permitira a criação de estabelecimentos de ensino superior nas colónias justamente para manter a ligação subordinada das elites letradas locais. Quando, em 1768, portanto já na segunda metade do século XVIII, Minas Gerais solicitou autorização para criar por conta própria uma faculdade de medicina, o Conselho Ultramarino deu parecer negativo, argumentando que “um dos mais fortes vínculos” que sustentava a dependência das colónias era justamente “a necessidade de vir estudar a Portugal”, recomendando em contrapartida, que o governo criasse bolsas de estudo para apoiar a vinda de estudantes pobres do Brasil (Lacombe, 2003, p. 72). O historiador José Murilo de Carvalho refere estes factos, acentuando que eles constituíram um poderoso fator de unificação ideológica das elites:

Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia em consequência um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até à Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. (Carvalho, 181, p. 51)

Oliveira Lima refere, também, que D. João VI, no contexto dos seus planos de reforço político e embelezamento do Rio de Janeiro em padrões europeus como nova capital do Império, teria acariciado o projeto de nela instalar uma universidade, cuja concretização esbarraria, no entanto, mais uma vez, na “tenaz oposição do ainda preponderante elemento português, o qual assim receava ver desaparecer uma das principais bases sobre que a metrópole assentava a sua superioridade” (Lima, 2006, p. 166)

A partilha de uma mesma formação académica não impediu, entretanto, que surgissem no seu âmbito, já no final do século XVIII, iniciativas conspiratórias. A mais célebre foi tomada pelo estudante da Universidade de Coimbra (1782-1785) José Joaquim Maia e Barbalho. Em outubro de 1786, sob o pseudônimo de Vendek, Barbalho enviou secretamente, a partir da Universidade de Montpellier, uma carta ao então embaixador dos Estados Unidos em França, Thomas Jefferson, com quem viria a encontrar-se em maio do ano seguinte. Na missiva dirigida à comissão de correspondência secreta do Congresso americano, em que deu conta do encontro, Jefferson foi muito claro sobre o que pretendia Vendek:

Eles consideram a Revolução Norte-Americana como um precedente para a sua", escreveu o embaixador; "pensam que os Estados Unidos é que poderiam dar-lhes um apoio honesto e, por vários motivos, simpatizam conosco(...) no caso de uma revolução vitoriosa no Brasil, um governo republicano seria instalado (Jefferson, citado em Maxwell, 1989, p. 8)

Havia, portanto, uma linha de fratura que se insinuava de que a ousada iniciativa de Vendek é já sintoma claro. Tudo dependia agora de como iriam evoluir as políticas da metrópole, acentuando a proximidade com as elites locais ou aumentando com elas as divergências. Como refere Maxwell:

Na década de 1780, podemos dizer que a tensão interna do sistema lusobrasileiro provocava crescente divergência entre a colônia e a metrópole. Enquanto a política imperial fosse tolerante, o envolvimento de poderosos grupos de interesses metropolitanos e coloniais em funções governamentais não renunciaria, inevitável ou necessariamente, a ameaça de uma confrontação entre eles. Porém, após a queda de Pombal, dada a motivação econômica contraditória, a situação mudou dramaticamente. A rigidez cada vez maior da política colonial, elaborada em termos de um estrito neomercantilismo e coincidente com o aumento do entusiasmo dos brasileiros pelo exemplo da vitoriosa rebelião colonial norte-americana, reduziu, em muito, a possibilidade de ser evitada uma crise nas relações intra-imperiais. (Maxwell, 1989, p. 9)

Percorrida por acentuadas contradições internas e processos de diferente natureza que ora tendiam a fomentar a sua integridade ora a contrariá-la, ainda assim, a sociedade criada pelos portugueses nos trópicos não deixava de ter, nesse final do século XVIII, a sua coerência própria. Apesar dos diferentes *estranhamentos* – económicos, sociais e políticos – nela tudo ainda encaixava nos parâmetros do Antigo Regime. E quando estes – por força da própria dinâmica

interna ou por influência crescente das Luzes e dos ecos da independência americana e da Revolução francesa – começaram a ser contestados, suscitando conspirações e revoltas em que as elites e os estratos populares se envolveram, a resposta dos círculos dirigentes foi dupla: por um lado, tentar por via de reformas de um incipiente liberalismo subtrair o regime ao imobilismo económico e social – principal fator gerador das revoluções, como considerava Silvestre Pinheiro Ferreira, jurisconsulto conselheiro de D. João VI (Ferreira, 1976); e, por outro, incentivar – como fazia o ministro reformista D. Rodrigo de Sousa Coutinho – *um sentimento de unidade imperial* por forma a que todos os súbditos, todos os fiéis vassallos dos Bragança, todos os portugueses, enfim, se sentissem felizes por pertencer à mesma Monarquia pluricontinental.

Na sua *Memória sobre os Melhoramentos dos Domínios de Sua Majestade na América*, D. Rodrigo defendia “o inviolável e sacrossanto princípio da unidade, primeira base da monarquia, que se deve conservar com o maior ciúme”, por forma a:

que o Português nascido nas quatro partes do mundo se julgue somente português, e não se lembre se não da glória e da grandeza da monarquia a que tem a fortuna de pertencer, reconhecendo e sentido os felizes efeitos da reunião de um só todo composto de partes tão diferentes que separadas jamais poderiam ser igualmente felizes, pois que enquanto a metrópole se privaria do glorioso destino de ser o entreposto comum, cada domínio ultramarino sentiria a falta das vantagens que lhe resultam de receber o melhor depósito para todos os seus géneros, de que segue a mais feliz venda no mercado geral da Europa. (citado em Santos, 1998, p. 19)

À sua maneira, e dentro do projeto de reforma geoestratégica do Estado monárquico sob a égide da Casa de Bragança, que então foi tentada, esta era *uma linha de combate ao estranhamento* que naturalmente sempre tendia a instalar-se entre tão diversas gentes englobadas no Império.

4.2. Desestabilização e desestruturação

Os elementos de consolidação da unidade não tiveram, entretanto, tempo suficiente de se fixar e consolidar, desestabilizados que foram por desenvolvimentos posteriores – já referidos - que agravaram os fatores de *estranhamento* entre os principais grupos socioeconómicos de um e outro lado do Atlântico.

Como vimos, em 1808, a abertura dos portos e o fim do “Pacto Colonial”, pondo termo ao monopólio do comércio detido pelos negociantes da metrópole, se agradara obviamente às elites locais, fora motivo de profundo descontentamento nas praças de Lisboa e Porto; e o Tratado de Comércio de 1810 com a Inglaterra acentuara ainda mais esse desagrado.

Assim, no final da segunda década do século, quando já eram mais que expressivos os prejuízos com que se viam confrontados os comerciantes lusos, a imprensa portuguesa sediada em Londres, dando expressão a esses setores económicos que a sustentavam (Munaro, 2011), já se questionava abertamente sobre as vantagens da ligação com o Brasil. Nela se expressam então sentimentos que levam a admitir a separação das duas partes do Reino:

Na pena dos jornalistas portugueses, essa entidade (Brasil) aparece, às vésperas das Cortes de Lisboa, como um empecilho para o crescimento económico de Portugal. Daí a necessidade ativa de uma “emancipação”, que gerará entre os portugueses um sentimento de anti-brasilidade. Sentimento que permite pensar, pela primeira vez, a separação das duas partes do Reino, Brasil e Portugal. A unidade tão prezada pelos alunos da Universidade de Coimbra via assim suas bases de sustentação severamente questionadas. (Munaro, 2011)

O abalo telúrico provocado pelas invasões napoleónicas já obrigara a deslocar a Corte da Europa para a América, um movimento sem precedentes na história das monarquias e dos impérios europeus, que invertera por completo a situação relativa respetiva, numa dinâmica de interesses contraditórios entre as duas possessões da Monarquia brigantina. Como assinalava o abade De Pradt, cuja obra era muito lida na época:

Portugal transformado em colónia, o Brasil transformado em metrópole; o Brasil aspirando a manter o rei e Portugal aspirando, por seu turno, a recuperá-lo; o Brasil vivificado e enriquecido pela presença do soberano, e Portugal humilhado, empobrecido pela sua ausência, e totalmente desapontado com o seu afastamento. (Pradt, 1817, p. 10)

Para os colonos, que sempre haviam sofrido com a *dilacerante dicotomia* existente entre a sede do seu enraizamento no território e a sede ausente da respetiva legitimidade, situada do outro lado do mar, a vinda da Coroa tendia obviamente a desfazer o *estranhamento*; mas, para os portugueses do outro hemisfério, era justamente o contrário que acontecia – a saída da Corte abria uma fratura, um vazio difícil de entender e colmatar, gerando um movimento no sentido de repor o *status quo ante*.

Apresentada e justificada como “provisória”, a transladação da Corte para a América tendia, na realidade, desde o início, a consolidar-se, lançando uma pesada sombra de dúvida sobre o futuro da antiga metrópole. A abertura dos portos, a instalação dos órgãos centrais de governo – incluindo tribunais superiores, instituições militares de comando supremo e Banco Central – no Rio de Janeiro, a política imperial de conquista e expansão sobre a Guiana francesa (1809) e a Cisplatina (1817) – tudo apontava no sentido de que a Monarquia estava cada vez mais inclinada a enraizar-se e consolidar-se definitivamente na América e até eventualmente a desinteressar-se do Portugal europeu, como o confirmam múltiplos testemunhos de políticos e diplomatas da época.

Da existência de uma corrente interna da Corte favorável ao abandono de Portugal, aquele “tão desgraçado, segundo eles se exprimem, como insignificante pedaço de terra”, dá-nos conta, por exemplo, o antigo ministro de D. João VI, Silvestre Pinheiro Ferreira, nas suas *Cartas sobre a Revolução do Brasil* (Ferreira, 1976, p. 34).

Também de acordo com testemunho do cônsul austríaco no Rio de Janeiro, tendo ele, em 1811, feito notar ao Conde da Barca, António de Araújo e Azevedo, que conviria a Corte não se alhear excessivamente de Portugal, o que poderia levar à sua separação, disse-lhe o ministro de D. João VI que o governo não só estava preparado para tal eventualidade como isso não o assustava, pois de bom grado renunciaria à Europa e se tornaria americano... (Monteiro, 1927).

Em finais de 1820, um folheto apócrifo em francês, surgido no Rio de Janeiro, chegou mesmo a defender abertamente *que a Corte abandonasse o Portugal revolucionário dos liberais para preservar o Brasil do contágio*, mantendo e reforçando aí a Monarquia tradicional. O facto de o texto ter sido publicado pela Imprensa Régia revela o bom acolhimento dessas ideias ao mais alto nível.³⁶ O texto é, com efeito, atribuído a um informante da Intendência da Polícia, Cailhé de Geine, que o teria redigido sob a orientação de um dos políticos mais conservadores e mais próximos de D. João VI – António de Vilanova Portugal, que, contra o parecer do reformista conde de Palmela, se opunha veementemente ao regresso do Rei a Lisboa.

Tudo leva, portanto, a crer que a subalternização e até a eventual separação de Portugal por parte da Corte joanina poderia ter ocorrido se não fosse outro fator de ainda maior

³⁶ Ver *Le Roi et la famille Royale de Bragançe doivent'ils...* Imprensa Régia, Rio de Janeiro, 1820. Retirado de <https://archive.org/details/leroietlafamille00gein>

desestabilização: a eclosão do movimento revolucionário do Porto que, em agosto de 1820, derrubou o governo da Regência, desarticulando todos os planos e abrindo um período de grande instabilidade de um e outro lado do Atlântico.

Se as invasões napoleónicas e a transferência da Corte para o Brasil podiam ser equiparadas a um abalo telúrico transcontinental, agora estávamos perante uma profunda viragem política tão ou ainda mais desestabilizadora e de tão grandes ou maiores consequências, uma autêntica revolução, na medida em que, a partir daí, iriam ser questionados e subvertidos todos os fundamentos do poder até então vigentes, operando conceptualmente e de facto a transferência da soberania da Monarquia Absoluta de direito divino para – de acordo com os princípios da Revolução Francesa - a Nação, representada por deputados eleitos para as Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa³⁷, consagradas na historiografia como Cortes Constituintes de 1820. Nesta conceção, a Nação herdava o poder absoluto de origem divina antes encarnado no soberano (Pina, 1988).

O corte era tão profundo que, após a revolução e face ao continuado silêncio da Corte, que levou meses até se pronunciar, os liberais do Porto chegaram a temer “ver chegar uma força naval brasileira com intuítos hostis” (Alexandre, 1993, p. 486). *O estranhamento e a (in)comunicação tendiam a agravar-se.*

Com o remanescente da população autóctone indígena e os escravos fora da cidadania ou relegados por alforria para o limbo das camadas pobres, cabia agora no essencial às elites da população branca dominante – descendentes dos primeiros conquistadores, colonos e senhores de engenho – a nobreza da terra; e aos mercadores, mais recentemente chegados, comerciantes “de grosso trato”, “homens de grossa aventura” (Fragoso, 1992), administradores coloniais e militares vindos do Reino – os reinóis, decidir, no novo quadro criado com a vinda da Corte e a abolição do “Pacto Colonial”, primeiro, e com a instauração do liberalismo a partir da Revolução de 1820, depois, decidir qual o futuro do Reino Unido e com ele, o destino do Império português.

Tudo isso num ambiente político altamente convulsionado em que as regras, os conceitos, os quadros mentais e a ideologia do Antigo Regime tinham ruído ou estavam em vias de ruir e uma nova ordem, novos conceitos e ideais – de inspiração liberal e/ou revolucionária ainda

³⁷ Ver *Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa* – Debates Parlamentares 1821-1822. Retirado de <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821>

estavam por sedimentar. Com uma “agravante” suplementar: apesar dos conflitos e contradições que percorriam esses grupos e das divergências de interesses que os opunham, havia entre eles laços identitários profundos e até uma ideia/projeto de futuro comum – a construção de um grande império – o que tornaria tudo ainda mais complexo e verdadeiramente dilacerante quando se apresentasse a eventualidade/necessidade de rutura.

4.3. Entre união e rutura

Abre-se então um período de grande instabilidade, em que os intérpretes dos diferentes interesses em jogo, movidos por opiniões ideológicas sinceras ou puro oportunismo, se vão posicionar e contrapor em movimentos nem sempre claros e coerentes, até por fim se consolidarem em posições mais definidas.

Tudo ou quase tudo parece estar em aberto. Qual das duas grandes forças irá predominar: a velha Monarquia Absoluta ou o mais recente Constitucionalismo Liberal? Será possível a colaboração entre eles? Em que termos? De formas idênticas, na antiga Metrópole e no novo Reino, ou com soluções e arranjos díspares e peculiares? E dos dois centros imperiais em presença – o antigo e o novo, Lisboa e o Rio, um europeu, outro americano, ambos disputando a primazia e a presença do Rei, qual deles irá predominar? Vencida a resistência absolutista, irão os liberais de um e outro hemisfério entender-se entre si? Haverá alguma possibilidade de conciliação ou os interesses são tão opostos que a separação é inevitável? Mas, separação de quem face a quem: do Brasil em relação a Portugal, ou de Portugal em relação ao Brasil?

O conde de Palmela já se dera conta, com grande objetividade e acuidade, dos interesses contrapostos entre o Portugal da Europa e o Portugal da América e definira até qual a linha a seguir. Em ofício de 1819, escrevera: “Não podemos deixar de considerar que a Monarquia Portuguesa tem dois interesses distintos, o Europeu e o Americano, os quais nem sempre se podem promover juntamente, mas que se não devem em caso nenhum sacrificar um ao outro...” (Alexandre, 1993, p. 355).

Mas o equilíbrio tentado não apagara as divergências: entre 1808 e 1820, as contradições, pelo contrário, acentuaram-se e o desagrado a que a imprensa portuguesa de Londres dava expressão, insistindo na narrativa da “decadência” da antiga metrópole (Alexandre, 1993, pp. 411-420), tinha agora uma coloração nacionalista: dirigida contra o domínio britânico em Portugal,

mas também e simultaneamente, contra a preponderância que o Brasil acabara por adquirir, ao longo desses anos, no conjunto da Monarquia. Daí que o *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa*, da autoria da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, com que os liberais apresentaram o seu movimento, em 1820, tivesse o tom e as expressões próprias de um movimento de libertação nacional, pela independência, contra o domínio colonial.

Brasil culpado de todos os males de Portugal

Há até uma situação curiosa: como que antecipando, com sinal inverso, a atitude que os brasileiros viriam a ter, mais tarde, em relação a Portugal, apontado (até hoje) como a origem de todos os seus males, agora, pelo contrário, eram os portugueses da antiga metrópole que culpavam o Brasil por todos os seus infortúnios.

Secundando o que já vinha dizendo há anos a imprensa portuguesa no exterior, agora era o próprio *Manifesto* da Revolução Liberal do Porto que, em nome da Nação, acusava o governo instalado no Rio de Janeiro de desfavorecer sistematicamente a antiga metrópole, responsabilizando-o pela crise do comércio e da indústria, a decadência das fábricas e manufaturas nacionais, a quase extinção da marinha mercante e da marinha de guerra, as repetidas remessas monetárias extraídas da metrópole para sustentar a presença de destacamentos militares no Brasil ou ainda “a desastrosa guerra” na América do sul... (as ações militares na Guiana francesa e em Montevidéu) (Alexandre, 1993, p. 475).

Depois de descrever as inúmeras desgraças a que a nação estava sujeita e o desvanecer das esperanças depositadas no regresso do Rei, afirma o *Manifesto*:

Desta maneira começarão os Portuguezes a desconfiar do único recurso, e meio de salvação, que ainda parecia restar-lhes no meio da quasi total ruína da sua cara Pátria. A idéa do estado de Colonia, a que Portugal em realidade se achava reduzido, afligia sobre maneira todos os cidadãos, que ainda conservavão, e prezavão o sentimento da dignidade nacional. A justiça era administrada desde o Brasil a povos fieis da Europa, isto he, desde a distância de duas mil léguas, com excessivas despezas, e delongas, e quando a paciencia dos vassallos estava já fatigada e exhausta de fastidiosas, e talvez iniquas formalidades (...)³⁸

³⁸ Ver *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa*, Biblioteca do Senado Federal, Brasília. Retirado de <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518749/000144211.pdf?sequence=1>

Assim, e por mais paradoxal que possa parecer, por contrariar ideias feitas muito divulgadas e naturalizadas no senso comum, *num primeiro momento, é Portugal que tenta libertar-se do Brasil*, pelo menos de uma situação considerada asfixiante e até humilhante em termos nacionais.

Perante isso, que faz o Rei? Entre negar frontalmente legitimidade ao movimento revolucionário do Porto e questionar a convocação das Cortes liberais, como lhe aconselhava o conservador Tomás António Vilanova Portugal, ou, pelo contrário, como queria o reformista conde de Palmela, tomar ele próprio a iniciativa e outorgar as bases de uma Constituição, antes mesmo que as Cortes o fizessem, D. João VI hesita longamente, acabando por ser ultrapassado pelos acontecimentos.

No dia 1 de janeiro de 1821, enquanto a Corte permanecia sem reagir, o Pará desvincula-se do Rio de Janeiro, aderindo à Junta de Governo, o executivo liberal de Lisboa. Na capital provincial, Belém, jura-se a futura Constituição e, à semelhança da antiga metrópole, forma-se uma Junta para governar. No dia 10 do mês seguinte, ainda com a Corte muda e queda, a Bahia faz o mesmo, lançando a consternação nas hostes governamentais. E o mesmo fariam ainda Piauí, Maranhão e Pernambuco³⁹.

O ministro Silvestre Pinheiro Ferreira, da ala reformista da Corte juntamente com os ministros Conde de Palmela e Rodrigo de Sousa Coutinho, escrevia na época: “acaba de rebentar entre nós uma revolução”, a qual, segundo ele, há muito se receava, já que “depois de feita a revolução em Portugal”, era impossível que não se realizasse também “dentro em muito pouco tempo” no Brasil (Ferreira, 1976, p. 33).

Episódios dramáticos vão então suceder-se de um lado e do outro do Atlântico, num jogo de reciprocidade desfasada, origem de não poucos equívocos, em que *a lentidão com que ainda se processava a comunicação* acaba por agravar incompreensões e desacordos, configurando-se, portanto, como *fator suplementar de estranhamento e (in)comunicação*.

Apesar da retórica oficial de que haveria entendimento entre as Cortes e o Rei, a verdade é que, nos primeiros meses que se seguiram à Revolução do Porto, a desconfiança era grande, a

³⁹ Ver *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, Arquivo Nacional. Retirado de http://mapa.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=164&catid=57&Itemid=327

ponto de a certa altura se recear a vinda de uma esquadra armada do Brasil para, com o apoio da Santa Aliança, sufocar a liberdade nascente em Portugal (Alexandre, 1993, p 484 e 486).

Repressão sangrenta e jura de sangue

Alguns acontecimentos de maior tensão e/ou confronto vão ser marcantes e deixarão um lastro negativo duradouro na memória e na imaginação coletiva de cada um dos lados, repercutindo e influenciando por muito tempo o relacionamento bilateral: *os ressentimentos mútuos tendiam a gerar e/ou consolidar estranhamento e (in)comunicação.*

Quando, em meados de fevereiro de 1821, o governo do Rio finalmente resolve agir, as medidas tomadas – anúncio da próxima partida do Príncipe D. Pedro para Lisboa, a fim de tentar restabelecer a tranquilidade na antiga Metrópole e criação de uma comissão de notáveis para elaborar uma Constituição para o Brasil (o que implicava, implicitamente, a possibilidade de distanciamento e/ou separação em relação a Portugal ainda com D. João VI...) – tais medidas suscitam revolta e geram um pronunciamento militar apoiado por populares.

No dia 26 de fevereiro de 1821, repete-se então basicamente, no Rio de Janeiro, aquilo que acontecera no Porto em Agosto do ano anterior – um levantamento militar (tropas portuguesas da chamada Divisão Auxiliadora) apoiado por populares: comerciantes e pequenos proprietários, exigindo o regresso da família real à antiga Metrópole, o imediato juramento da nova Constituição que haveria de sair das Cortes de Lisboa, a formação de um novo governo local e eleições para escolher os deputados do Rio às Constituintes de Lisboa.

Sem força para reagir, D. João aceita todas as exigências e procede-se ao juramento formal, que a Corte, apesar de constrangida, assume como se fora voluntário e consensual e que a imprensa oficiosa (*Gazeta do Rio de Janeiro*) (Meirelles, 2007) passará a descrever como o momento-chave da adesão do Brasil à Constituição e “término do regime despótico” (Slemian, 2006).

Em mais um movimento paradoxal, D. João VI, que já havia, em 1808, sob a força das circunstâncias, posto fim a um dos pilares do sistema colonial – o exclusivo do comércio -, abrindo os portos do Brasil “às nações amigas”, surgia agora como a figura histórica que, pela aceitação da Constituição, punha fim ao Antigo Regime... de que ele próprio era o máximo expoente!

Com a Monarquia desorientada e em recuo, parecia formar-se um consenso pacífico, unitário e sob o signo do liberalismo, ligando, por cima do Atlântico, as duas partes do Reino Unido, os “portugueses dos dois hemisférios”, na expressão da época. Pura aparência. Na realidade, as hostilidades apenas estavam começando. Como se veria, logo no dia 21 de abril de 1821, quando o Príncipe D. Pedro recorreu à tropa (desta vez a forças de predominância local) para reprimir violentamente uma reunião de eleitores em que se formularam novas exigências que chegaram a ser aprovadas por D. João VI, aparentemente disposto a tudo. Houve mortos e feridos, os liberais recuaram e no dia seguinte o Rei anulou, com outro decreto, o que aprovara no dia anterior. Mas o episódio sangrento deixou um lastro de amargura e hostilidade política na memória da cidade, com o prédio da Praça do Comércio onde decorrera a reunião a ser batizado popularmente como “O Açougue dos Bragança”. Era *mais um fator de estranhamento* a agravar a difícil relação entre os diferentes setores sociais e políticos, num contexto de complexidade crescente.

Fora curta a lua de mel entre liberais e monárquicos: D. Pedro traçara um limite, mostrando ter planos próprios, não necessariamente sempre coincidentes com todas as forças que o apoiavam e que, por uma razão ou outra, estavam interessadas na continuidade da sua permanência no Brasil.

Entretanto, apesar das expressões de desagrado e da *retórica anticolonial* - que já surgira antes nas diferentes “inconfidências” do século XVIII no cenário americano e agora aparecera também, como vimos, na antiga Metrópole – num primeiro momento e por quase todo o ano de 1821, o que vai estar em jogo é, à primeira vista, apenas o confronto entre a Monarquia Absoluta e o Constitucionalismo Liberal, expresso em múltiplos conflitos locais de poder, tanto no centro como na periferia.

Durante todo esse período, aquilo que os pronunciamentos que irrompem no Rio de Janeiro ou nas diferentes capitais de província pretendem é, antes de mais, a adesão dos respetivos governos locais ao regime de liberdade aberto pela Revolução do Porto. Os choques e contraposições que surgem derivam, sobretudo, de manobras por parte de certos governadores despóticos do Antigo Regime que oportunisticamente se queriam metamorfosear em constitucionalistas, tomando eles a iniciativa de criar, como as Cortes de Lisboa pediam, Juntas

de Governo para assim se manterem no poder, agora sob novas roupagens. *Ou seja, até aí, não havia um confronto opondo expressamente Colônia versus Metrópole ou vice-versa.*

Em meados de 1821, os diferentes grupos políticos do Rio, ainda que defendendo diferentes projetos (mais centralistas uns, como José Bonifácio, mais parlamentaristas outros, como Gonçalves Ledo) coincidiam todos num ponto – as prerrogativas adquiridas pelo Brasil desde 1808 e consolidadas com a ascensão do território a Reino Unido, em 1816, deviam manter-se, pelo que, no seu entender, se justificava a criação de dois executivos, um em cada hemisfério.

Mas isso não significava que se defendesse a separação. Começava-se, é certo, já a falar de emancipação e até de independência; mas esses termos não tinham ainda o sentido de corte com a antiga metrópole que irão adquirir mais à frente (Verdelho, 1981). Eram até considerados passos necessários para manter e garantir a união. Como refere André Roberto Machado, da Universidade de São Paulo,

A adesão às Cortes de Lisboa, já no auge da crise, era percebida pelos portugueses da América como um ato em defesa da Nação portuguesa e não como o primeiro passo para a autonomia (...) Nesse momento, a ideia de uma Nação brasileira, como percebida hoje, não rivalizava com a Nação portuguesa como referencial de pertencimento dos portugueses da América (Machado, 2005, p. 309).

Construída historicamente, a ideia de pertença ao Reino Unido e à Nação portuguesa era ainda demasiado intensa e partilhada por todos, pelo que “a manutenção da união com a parte europeia da Monarquia era vista como fundamental” (Jancsó & Pimenta, 2000, p. 125). Por isso – mesmo na visão dos futuros líderes do processo de independência como José Bonifácio – “não havia ainda uma luta nacionalista de brasileiros contra portugueses, mas uma disputa política entre portugueses dos dois lados do Atlântico” (Dolhnikoff, 2012, p. 130).

Por outras palavras, *apesar de todos os estranhamentos e contraposições já assinalados, ainda havia fortes elos de ligação e, pelo menos entre as elites, prevalecia a ideia de que manter a união era do interesse de todos.* Restava saber em que termos.

Entretanto, as pressões continuadas sobre a Corte vindas do setor militar português aquartelado no Rio de Janeiro, fiel às Constituintes, e o clima geral de agitação e instabilidade acabaram, em abril de 1821, poucos dias depois do episódio sangrento da Praça do Comércio, por convencer D. João VI a regressar a Portugal, entregando a Regência do Reino Unido do Brasil, com amplos poderes, ao filho, D. Pedro.

É então que, dois dias antes da partida, em diálogo reservado com o filho, segundo relato do próprio D. Pedro, em carta ao pai no ano seguinte, D. João lhe diz: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me has de respeitar do que para algum desses aventureiros”⁴⁰, o que mostra claramente que o Rei já tinha a percepção clara do que poderia vir a ocorrer: no limite, desfaça-se o Império, mantenha-se a Monarquia.

De alguma forma, os dados estavam lançados. Empossado pelo Rei como Regente do Reino do Brasil com grande poderes, dispondo de forte base de sustentação no Rio de Janeiro, desfrutando do apoio das classes e interesses mais poderosos estabelecidos e fortalecidos, desde 1808, em torno da Corte e abrangendo todo o Centro-Sul – do Rio Grande de São Pedro a Minas, passando por São Paulo e pelo próprio Rio (Dias, 2005) – vendo o poder monárquico de que ele era o legítimo herdeiro ser abertamente questionado em Lisboa, onde seu pai se encontrava agora radicalmente reduzido na sua autoridade e praticamente refém das Cortes, num longínquo, diminuto e exangue Portugal, D. Pedro não tinha certamente nenhum dilema muito difícil a resolver, nenhuma angustiante escolha de Sofia: embora não estivesse propriamente escrita nas estrelas, a opção pelo Brasil, que já vinha desde a transladação da Coroa para o Rio de Janeiro, era óbvia.

O que não quer dizer que fosse fácil nem tomada de ânimo leve quando o momento se apresentasse, dado o compromisso de manter o Reino Unido que havia solenemente assumido e que em outubro de 1821, reiterou em carta ao pai em que dava conta das crescentes pressões pela separação:

A independência tem-se querido cobrir commigo e com a tropa; com nenhum consegui, nem conseguirá; porque a minha honra e a dela é maior que todo o Brasil; quieram-me e dizem que me querem proclamar Imperador; protesto a V. M. que nunca serei perjuro, e que nunca lhe serei falso; e que elles farão essa loucura, mas será depois de eu e de todos os portugueses estarmos feitos em postas, é o que juro a V. M., escrevendo nesta com o meu sangue estas seguintes palavras: - “JURO SER SEMPRE FIEL A V. M., Á NAÇÃO E Á CONSTITUIÇÃO PORTUGUEZA.”⁴¹

⁴⁰ Ver *Cartas de D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil, a seu pae, D. João VI, Rei de Portugal (1821-1822)*, Typographia Brasil, de Rothschild & Cia, São Paulo, 1916, p. 106.

⁴¹ Ver *Cartas de D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil, a seu pae, D. João VI, Rei de Portugal (1821-1822)*, Typographia Brasil, São Paulo, 1916, p. 21

Estávamos então ainda só no início do processo de dissensão e choque entre o Príncipe Regente e as Cortes e não custa, por isso, acreditar que as suas palavras eram sinceras, embora não se possa excluir, também, que a carta a D. João VI (que D. Pedro sabia iria ser – como estava convencionado e sempre se praticava – apresentada oficialmente aos deputados) tivesse já o intuito de dar conta de uma tendência crescente pela independência, ao mesmo tempo que se colocava numa posição de jurada fidelidade, mas dando desde logo a entender para onde as coisas poderiam caminhar *malgré lui...*

Dois processos paralelos com resultado convergente

Mas esse desfecho só viria, de facto, a acontecer mais de um ano depois, ao cabo de múltiplas peripécias em que se vão desenrolando dois processos paralelos mutuamente interligados de aguda luta política: um no Brasil, centrado na Corte do Rio de Janeiro, outro em Portugal, tendo como epicentro as Cortes Constituintes reunidas em Lisboa desde finais de Janeiro de 1821. Ao longo desse período, a História ainda parece hesitar, com múltiplas possibilidades em aberto e sem nada estar previamente definido. Na caracterização de Valentim Alexandre,

Se em Portugal a situação se aparentava à da tragédia grega – vemos as personagens dependentes da chegada do mensageiro, portador do destino –, no Brasil estava-se mais próximo da figura do drama, com os actores principais jogando entre si, num ambiente de intrigas e paixões, o desenrolar do enredo. No centro dos conflitos, o soberano, decidindo-se dificilmente, propenso por temperamento a aceitar os alvites que menos esforços lhe exigiam e a adiar a solução definitiva dos problemas mais graves. (Alexandre, 1993, p. 490)

Por um lado, no Rio, as forças económicas, sociais e políticas interessadas na conservação do estatuto adquirido com a elevação do Brasil a Reino, começam rapidamente a movimentar-se em defesa da permanência do Príncipe, cuja presença consideravam ser o melhor garante da preservação dos seus interesses; mas o seu governo, apesar dos amplos poderes de que fora investido por D. João VI, ainda era fraco, tendo a certa altura de partilhar o poder com uma Junta local fiel às Cortes com jurisdição sobre a província.

Por outro lado, e simultaneamente, em Lisboa, 100 deputados de Portugal e 45 do Brasil (de um total de 94 que chegaram a ser eleitos) começam a esgrimir argumentos e a tentar um acordo, um novo pacto para a organização do Estado capaz de assegurar em novas bases a existência e o funcionamento do Reino Unido.

A missão é histórica, o que está em jogo é o futuro: derrubado o Absolutismo, em que moldes se deverá (re)organizar o Império? Com o regresso do centro político e económico a Lisboa, como pretendem os setores liberais unitaristas/integracionistas de Portugal, na linha de pensamento centralista da Revolução francesa – velha aspiração absolutista que só os revolucionários franceses de 1789 concretizaram (Holanda, 2003, p. 24) – ou, como querem muitos dos deputados vindos do outro lado do Atlântico, numa base mais (con)federal, conservando e reforçando o Brasil o estatuto de Reino Unido, numa base tendencialmente paritária, que já havia até certo ponto adquirido com D. João VI?

Depois de um começo auspicioso, surgem as primeiras questões-chave que suscitam divisões – por exemplo, saber quem representa quem: os deputados eram delegados das suas províncias ou representantes do conjunto da Nação? Questões referentes a cada província podiam ser discutidas e decididas sem a presença dos eleitos locais? Nalguns casos, os ânimos esquentaram e a oposição dos deputados vindos do Brasil passou a ser questionada dentro e fora das Cortes, gerando-se em relação a eles um clima pouco amistoso.

O que acontecia era já *um estranhamento e uma (in)comunicação* entre portugueses de um e outro lado do Atlântico ditados pelas diferentes circunstâncias que geravam interpretações opostas. Na descrição de Sérgio Buarque de Holanda, o que em Lisboa constitui obra de radicalismo, vai adquirir no Rio de Janeiro o sabor do despotismo, mesmo para aqueles que defendiam os mesmos ideais liberais que sustentavam a Revolução do Porto de 1820:

O que da outra banda do Oceano parece nitidamente um avanço no caminho da perfeição, quer dizer, da liberdade, da igualdade, da fraternidade, da simplicidade, da virtude, da razão, atingida através do governo do povo (...) assemelha-se, desta banda, a um retrocesso. Os clamores cada vez mais estridentes do lado europeu contra tudo o que tenda a entorpecer a obra comum, e contra toda autoridade cujos privilégios não emanem de um claro mandato do povo, e é o caso em particular da autoridade do Príncipe Regente, que momentaneamente parece encabeçar as aspirações brasileiras, ecoam entre nós, bem ou mal, como se quisessem pura e simplesmente a restauração do estatuto colonial. (Holanda, 2003, p. 18)

Fala-se a mesma língua, mas não há entendimento. Entretanto, durante alguns meses, os deputados do Brasil aparecem bastante divididos, decidindo de acordo com os interesses próprios de cada província e aliando-se, consoante as questões em debate, com estes ou aqueles deputados da antiga Metrópole, com esta ou aquela corrente, ora a mais radical e integracionista,

de Fernandes Tomás, ora a mais moderada e conciliadora, de Borges Carneiro, consoante o que considerassem mais conveniente para as suas regiões respetivas. Até certa altura, “(...) não havia uma proposta para o conjunto das províncias americanas, prevalecendo a defesa dos interesses de cada unidade” (Machado, 2005, p. 309)

À medida, no entanto, que os deputados vindos do Brasil passaram a opor-se mais sistematicamente às propostas integracionistas lusas, e sobretudo a partir do momento em que a Lisboa chegou a notícia de que D. Pedro decidira ficar no Brasil, foi-se formando contra eles um clima de hostilidade crescente expresso nas vaias e comentários injuriosos vindos das galerias, nos epítetos que lhes eram dirigidos nas ruas e/ou estampados em comentários agressivos da imprensa.

Manifestamente, *contra o antigo ressentimento dos portugueses da América levantava-se agora o ressentimento dos portugueses da Europa* por todos os anos em que Corte estivera do outro lado do mar, transformando Portugal numa “colónia de uma colónia”. De acordo com relato do *Correio Braziliense*, quando os deputados brasileiros discordavam, das galerias levantavam-se gritos de “Fora, patifes!”, “Morra, morra”; o barulho das pateadas tornava as suas intervenções inaudíveis e as suas intervenções acabavam por não ser publicadas no Diário do Governo, que as devia registar (Lustosa, 2000, pp. 139-140). *Havia, portanto, estranhamento crescente e este produzia (in)comunicação no seu sentido mais literal de falta de informação.*

Na imprensa, iam surgindo também polémicas agrestes, nas quais se confrontavam argumentos de um e outro lado do Atlântico sobre diversos temas, de que é exemplo a troca de Cartas dos Compadres de Belém e de Lisboa. Numa delas – *Carta do Compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém* - publicada no jornal *O Astro da Lusitânia*, em 1821, e reimpressa no Rio de Janeiro no mesmo ano (Camargo & Moraes, 1921, p. 254), travando polémica aberta em torno da questão de saber onde deveria ficar a sede da Monarquia, faziam-se graves ofensas, que feriam naturalmente os brios brasileiros:

O Brasil está hoje reduzido a humas poucas hordas de Negrinhos, pescados nas Costas d’África, únicos e só capazes de suportarem, (e não por muito tempo) os dardejantes raios de huma zona abrasada; o seu interior está inculto, e seria preciso que decorressem Séculos para cultivar-se, ou que S. Majestade (...) estabelecesse, e criasse ali de novo os antigos e infatigáveis Jesuítas (...) domesticando todos os Indios Botecudos, Coroados, e Puris; ou então que o Astro, pelas suas benéficas influências fizesse transportar para lá

todos os Calcetas da Europa, e Meretrizes de Lisboa (que não havia de fazer má colheita)! Por este modo tínhamos logo povoado o Brazil, e cultivado o seu terreno. (...) Agora destes princípios ha de ser V. m. mesmo quem ha de tirar a conclusão, e não os Áulicos do Rio; ora diga, diga, qual dos dois Reinos está convidando com mais meiguice a S. Magestade, para vir estabelecer nelle a sua Côrte - o Brazil, ou Portugal? A terra dos macacos, dos pretos, e das serpentes, ou o Paiz de gente branca, de povos civilizados e amantes do seu Soberano? (Camargo & Moraes, 1921, p. 254)

Como seria expectável, a *Carta* deu origem, no Brasil, a uma série de textos indignados em resposta ao Compadre de Lisboa (pseudónimo atribuído ao líder do Vintismo, Manuel Fernandes Tomás): *Carta do Compadre do Rio de S. Francisco do Norte, Carta (...) em defesa dos brasileiros insultados...*, *Discurso que em dezagravo dos brasileiros ofendidos...*, *Carta que em defesa dos brasileiros insultados escreve ao sacristão de Cariri o estudante constitucional, amigo do filho do compadre do Rio de Janeiro*⁴². Nelas se protestava contra a “produção infame, parto da inveja e do ódio, que ataca o nosso país e seus habitantes” (Neves, 1999, p.12). Nesse clima, o *estranhamento crescia*, inclusive dentro das Cortes. Segundo relato de um deputado brasileiro, não identificado, enviado ao jornal *Correio do Rio de Janeiro*,

A rivalidade já passa a ódio, não só entre os deputados de Portugal e Brasil, como entre o povo; as folhas já principiam a achincalhar-nos, é visível a aversão que nos têm os brejeiros; em uma palavra, a união do Brasil com Portugal é para mim já um prodígio. (Dolhuidoff, 2000, p. 48; Lustosa, 2000, p. 140)

Ainda assim, já adiantado o ano de 1822, o padre Diogo Feijó, deputado por São Paulo, depois de protestar contra essa situação e lamentar “a pouca atenção que merecem as desgraças do Brasil”, afirmava “à face da nação (portuguesa) e do mundo inteiro” que não havia propriamente nas Cortes uma representação nacional brasileira: “Não somos deputados do Brasil (...) porque cada província se governa hoje independente. Cada um é somente deputado da província que o eleger e que o enviou.” Nessa linha, propunha “como a medida mais segura para consolidar a reunião da grande família portuguesa” que o Congresso de Portugal, enquanto se não organizasse a Constituição, declarasse reconhecer a independência de cada uma das províncias do Brasil (Caldeira, 1999).

⁴² Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1821, pp. 3, 4, 5, 6, 7, 16 e 18

4.4. Dois conceitos de nação

Tudo começou a azedar em finais de setembro de 1821, quando as Cortes aprovaram uma série de decretos que consagravam a vitória da corrente integracionista ou unionista portuguesa. Por eles se subordinavam as Juntas de Governo das províncias, independentes entre si, ao Governo central, em Lisboa, sendo-lhes subtraída qualquer autoridade sobre os governos militares respetivos, os chamados governadores de armas, que ficavam, também eles, diretamente sujeitos ao executivo lusitano.

Assim regulamentados os governos provinciais, o poder de D. Pedro ficava esvaziado e a sua Regência implicitamente abolida, devendo ele regressar a Lisboa, a fim de encetar um périplo de formação viajando incógnito “às Cortes e reinos de Espanha, França e Inglaterra, acompanhado por pessoas dotadas de luzes, virtudes e adesão ao sistema constitucional”. A partir daí tudo se agrava. “Em consequência das Resoluções das Cortes – escreve José da Silva Lisboa – “se expedirão Decretos que vierão pôr em chamma o Rio de Janeiro e as províncias adjacentes” (Lisboa, 1826, p. 136).

Com a notícia vinda do Brasil de que em Goiana, Pernambuco, se formara uma junta revolucionária oposta ao governador, as Cortes passam a ponderar o envio de tropas e a questão da independência emerge nos debates. Perante iniciativas dos liberais portugueses consideradas arbitrárias e despóticas – escreve Maria Lúcia Bastos Neves – “as elites brasileiras, ainda que divididas por concepções diversas, tenderam a unir-se em torno de um clima de crescente animosidade contra as Cortes, que, por sua vez, interpretavam essas manifestações igualmente como a expressão de uma oposição ao ideário liberal. *O constitucionalismo converteu-se, assim, em separatismo*” (sublinhado nosso) (Neves, 1999, pp. 1-2).

Onde antes o que se via eram embates entre Monarquia Absolutista/Despotismo e Liberalismo Constitucional/Liberdade, agora o que se vê são conflitos generalizados (Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia...) entre brasileiros e europeus e já se admite abertamente existir no Brasil “um partido da independência” (Alexandre, 1993, p. 592).

Um dos principais líderes liberais portugueses, Fernandes Tomás, deixa então no ar, pela primeira vez, um desafio em que volta a ecoar o ressentimento face ao Brasil já expresso no Manifesto da Revolução do Porto: “Das duas uma, ou eles (brasileiros) querem isto (a união) ou não. Se querem não de sujeitar-se às ordens do Governo, se não querem acabem com isto, digam

que não querem. Porventura Portugal há de fazer mais sacrifícios ao Brasil?” (Alexandre, 1993, p. 594).

Em novembro de 1821, nota-se também já uma mudança no tom das cartas de D. Pedro a D. João VI. Quando antes se rejeitava *in limine* a possibilidade da independência e se jurava, com sangue, preito de fidelidade, agora, por entre uma nota implícita de ironia e desafio, fica já o recado para que as Cortes tenham em devida conta os interesses do Brasil:

Desejaria que o soberano Congresso que trabalha com tanta sabedoria e prudência em nossa legislação constitucional, não se deixasse levar pelas cartas que lhe são comunicadas, relativamente à América, e que antes de ocupar-se desta parte do Reino tivesse o cuidado de consultar, como deve, os deputados americanos. O Brasil foi colônia muito tempo. Reclama hoje, pelo orgam dos seus representantes, uma justa reciprocidade...⁴³

No início do ano seguinte, a situação de confronto agrava-se ainda mais. No Brasil, os partidários da permanência do Príncipe obtêm, logo em janeiro de 1822, importante vitória: D. Pedro aceita as suas solicitações e, em desafio aberto às Cortes, admite, pela primeira vez, estar disposto a ficar – era o “Dia do Fico” (09-01-1822), que marca simbolicamente o início de um processo político de emancipação que vai desenrolar-se a partir daí em crescendo desafio ao centro de poder em Lisboa.

Paralelamente, nas Cortes, assiste-se, a partir de fevereiro, quando chegam os deputados de São Paulo, e embora com avanços e recuos, a uma tendência para uma maior aproximação de posições entre os deputados brasileiros (com exceção dos do Pará e Maranhão, que sempre votaram com os deputados portugueses).

Antes, os representantes das diferentes províncias tendiam a defender mais a respetiva autonomia, fosse perante Lisboa, fosse face ao Rio; alguns – designadamente da Bahia – chegaram até a desconfiar da convergência de posições que se desenhava entre São Paulo e o Rio, temendo alguma concentração de poderes em seu desfavor. À medida, porém, que os trabalhos foram avançando, deputados das diferentes províncias do Brasil começaram a aderir às propostas apresentadas pelos paulistas nas suas *Instruções*, elaboradas com base em consulta às câmaras municipais (Carvalho, 2003). Entre elas, destacavam-se:

⁴³ Ver Cartas de D. Pedro, *Príncipe Regente do Brasil, a seu pae, D. João VI, Rei de Portugal (1821-1822)*, Typographia Brasil, São Paulo, 1916, p. 34 .

- deixar em aberto a futura localização da Sede da Monarquia, se em Portugal ou no Reino do Brasil;
- estabelecer um “Governo Geral Executivo para o Reino do Brasil”, a que ficariam sujeitos os Governos Provinciais;
- oposição clara à supressão dos tribunais instalados por D. João VI no Rio e que as Cortes pretendiam agora recolocar em Lisboa;
- estipular igual número de deputados portugueses e brasileiros a eleger de futuro para as Cortes...

Na síntese de Márcia Regina Berbel, “em linhas gerais, propunha-se a organização política da nação portuguesa, que se estendia aos dois hemisférios, definida a partir da união de “dois reinos” em uma monarquia constitucional” (Berbel, 2010, p. 133).

Tal como antes a noção geral de Brasil como entidade única só começara por existir no interior da burocracia estatal da Metrópole, para onde convergiam as “rotas de peregrinação” (Anderson, 1989, p. 64) dos diferentes núcleos “insulares” de colonização do território, era agora também no interior da entidade legislativa máxima do Império – as Cortes – que se começava a gerar um sentimento de aproximação e unidade entre os diferentes Brasis. Pela hostilidade de que os deputados vindos do outro lado do Atlântico eram objeto, começou a gerar-se entre eles um sentimento corporativo de aproximação que contribuiu para se agregarem em torno de propostas comuns – basicamente as que tinham vindo mais estruturadas de São Paulo, defendendo o estatuto já adquirido de Reino Unido.

A apontarem para a criação de dois centros de poder, em bases paritárias e com jurisdições próprias, as *Instruções aos Deputados de São Paulo* chocavam de frente com as posições dos deputados portugueses defensores do integracionismo, que tendiam a predominar, os quais defendiam a supressão dos órgãos de poder e dos tribunais superiores criados no Rio por D. João VI, a subordinação direta a Lisboa das Juntas de Governo das diferentes províncias entretanto criadas e o regresso de D. Pedro a Portugal. Como diria Campos Vergueiro, português de nascimento e um dos membros da delegação paulista, “o Brasil tem muita vontade de se unir com Portugal, porém duvida-se sobre o modo. Eu devo falar com franqueza. O Brasil está pronto a unir-se com Portugal, mas não segundo a marcha que leva o Congresso” (Alexandre, 1993, p. 610).

As reações dos principais títulos da imprensa portuguesa da época (*Astro da Lusitânia*, *Português Constitucional Regenerado*, *Campeão Lisbonense*, *Campeão Português em Lisboa*, *Génio Constitucional*, *Minerva Constitucional*, entre outros) são praticamente coincidentes – considerando estar-se perante momento crucial nas relações Portugal-Brasil, os comentadores atribuíam as posições brasileiras a manobras dos elementos monarquistas ou dos ingleses, recusando-se a encará-las como expressão de aspirações legítimas. O semi-oficioso *Diário do Governo* considerava-as mesmo um autêntico manifesto de guerra (Alexandre, 1993, p. 613).

É neste clima de estranhamento e já de confronto aberto, que Fernandes Tomás, principal figura da corrente integracionista, profere o seu célebre desafio provocador, que ficaria para a História como “Adeus, Senhor Brasil”, síntese popular desta intervenção no plenário das Cortes:

Se o Brasil com efeito não quer unir-se a Portugal, como tem estado sempre, acabemos de uma vez com isto: passe o Sr. Brasil muito bem, que cá nós cuidaremos de nossa vida. De duas uma, ou o Brasil está de sorte que apesar das notícias que têm vindo não há alteração no sossego dos povos (porque enquanto a haver descontentes em toda a parte os há) ou não: se desejam verdadeiramente desunir-se de Portugal, eu declaro altamente que a minha opinião é que se desunam. (Alexandre, 1993, p. 619)

Discurso ressentido de uma Nação sem pai

Uma comissão especial integrada por moderados de um e outro lado ainda apresentou um conjunto de propostas tentativamente conciliatórias, incluindo no campo económico, apostando mais na eventual complementaridade de interesses neste domínio para aproximar os dois Reinos do que propriamente nos aspetos políticos, onde já eram claras as divergências. A autonomia política seria consentida desde que se conseguisse aquilo que se considerava essencial – a integração dos mercados. Mas, ao defenderem a suspensão dos tratados de 1808/1810 no Brasil, por forma a garantir exclusividade portuguesa no transporte dos géneros comerciais e dando acesso preferencial aos produtos industriais portugueses naquele mercado, as propostas depararam com forte oposição por parte dos deputados de São Paulo (aos quais se juntaram boa parte dos da Bahia e a totalidade dos de Pernambuco), que – inspirados já pelo nascente liberalismo de Adam Smith – viram nelas uma tentativa de reconstituição do exclusivo comercial em favor de Portugal e de fortalecimento da sua indústria em detrimento do Brasil. Nas palavras do deputado por São Paulo, António Carlos, “concedendo-se a Portugal a introdução no Brasil dos

produtos da sua indústria sem direitos alguns é de facto condenar o Brasil a uma eterna dependência dessa indústria, e abafar no nascedouro toda a futura indústria brasileira”⁴⁴.

O tom geral dessa intervenção era já de aberto desafio, começando aí a surgir toda uma narrativa que acabaria por se consolidar na atitude do Brasil para com Portugal, e que perdura até hoje: *o discurso ressentido de uma nação sem pai*, que a si mesma naturalmente se fez; e porque dá vazão a uma mágoa, considera nada ter a dever nem a agradecer à antiga Metrópole, nem sequer dela esperar qualquer benefício:

Se o Brasil não he mais colónia; se o não será jamais, deve-o a si mesmo, deve-o à natureza que o fez chegar ao estádio de virilidade, que faz cessar necessariamente a tutela interessada de metrópoles desconfiadas, bem máo grado dellas (...) Para que o Brazil continue na elevada categoria em que se acha, não tem que mendigar benefício do Reino irmão: develo-ha ao brioso patriotismo dos seus filhos, dos verdadeiros Brasileiros: develo-há à justiça da sua causa, porque ninguém lhe disputará que em tudo, e por tudo he tão bom como Portugal e que fazendo parte do Império Portuguez, lhe eh igual.⁴⁵

Conclusão, longe de ajudarem a superar as dissensões, como esperavam os seus proponentes, as medidas de integração sugeridas para o campo económico vieram agravá-las.

Quando, nesse mesmo mês de maio, as Cortes tomaram conhecimento da decisão de D. Pedro ficar no Brasil, os ânimos azedaram ainda mais e ouviram-se, da parte de alguns deputados portugueses apelos à intervenção armada. Este parece ter sido um momento-chave: a partir daí, as províncias do Norte e Nordeste, que até então se inclinavam mais para a ligação a Lisboa, passaram a considerar que, juntando-se ao Rio de Janeiro, talvez tivessem mais hipóteses de preservar a sua autonomia.

Dos debates ficava claro que se contrapunham duas diferentes formas de conceber a nação portuguesa:

- para os deputados lusos, esta era um todo orgânico, anterior a qualquer acordo, integrado política e economicamente e expresso no Estado por meio dos representantes eleitos, tendo por base de organização e princípios orientadores a Constituição liberal;

⁴⁴ Ver *Diário das Cortes Constituintes*, sessão de 14 de maio de 1822. Retirado de <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/011/1822-05-14/158>

⁴⁵ Ver *Diário das Cortes Constituintes*, sessão de 14 de maio de 1822. Retirado de <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/011/1822-05-14/158>

- para os deputados vindos do Brasil, mesmo reconhecendo a existência de muitos hábitos e passado comuns, a integração poderia ou não acontecer em função da livre opção das províncias, ou seja, a nação seria fruto de um pacto político-social.

Em resumo, numa manifestação de *(in)comunicação* e *estranhamento*, “a nação/tradição formada pela história, chocava-se com a nação/Estado formada pela política” (Berbel, 2010, p. 195). Tudo caminhava, portanto, para a rutura.

A metamorfose do sangue

Entretanto, no Brasil, os acontecimentos desenrolavam-se ainda mais rapidamente influenciando o desfecho já esboçado em Lisboa. Um deles – a rendição das tropas portuguesas que em março de 1822 chegaram para substituir a chamada Divisão Auxiliadora, intimada por D. Pedro a abandonar o Rio de Janeiro - deixou um travo amargo (mais um) no relacionamento bilateral.

Primeiro, centenas de soldados e suboficiais, que faziam parte dessa força enviada pelas Cortes, concordaram em ficar no Brasil, passando a integrar a tropa local; pouco tempo depois, porém, arrependeram-se e pediram para regressar. Presos, foram castigados com 50 chibatadas cada, na presença do próprio D. Pedro, do “patriarca da independência”, José Bonifácio, e do ministro da Guerra, general Nóbrega. A portaria que determinou o castigo especificava como crime “o terem pedido para voltarem para Portugal” – o que diz bem do espírito de animosidade que já então lavrava (Lima, 1997, pp. 234-235).

Também em março, D. Pedro decidiu criar um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias, equivalente a um Conselho de Estado; depois, em Maio, aceitou o título de Defensor Perpétuo do Brasil e finalmente, logo no começo de Junho, convocou Cortes do Brasil, uma Assembleia Constituinte própria, cuja existência já tinha defendido em carta ao pai do mês anterior: “Sem Côrtes o Brasil não póde ser feliz. As leis feitas tão longe de nós por homens que não são brasileiros, e que não conhecem as necessidades do Brasil, não poderão sêr boas (...)”⁴⁶.

A convocação de Cortes próprias do Brasil culminava, portanto, uma série de outras medidas, em que D. Pedro foi progressivamente assumindo uma posição de desafio à autoridade

⁴⁶ Ver *Cartas de D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil, a seu pae, D. João VI, Rei de Portugal (1821-1822)*, Typographia Brasil, de Rothschild & Cia, São Paulo, 1916, p. 100.

das Cortes liberais portuguesas, medidas essas todas convergentes no sentido de se subtrair às disposições que visavam privá-lo de autoridade e, pelo contrário, formar em torno de si próprio um núcleo forte de poder, consolidando dessa forma o estatuto de Reino Unido que o Brasil já havia adquirido e que os constituintes portugueses haviam querido contrariar ou limitar para voltar a centralizar a sede do Império em Lisboa. O Brasil mantinha-se, portanto, como Reino, D. Pedro recusava voltar e a articulação das províncias do Centro-Sul em torno dele próprio e da Corte do Rio de Janeiro, onde se tinha “interiorizado a Metrópole” desde a vinda D. João VI, em 1808, ia agora, sob a sua liderança, tentar alargar-se a todo o território.

O Príncipe ainda argumentava que com isso visava reforçar a união entre os dois reinos. Mas era já claro que tal só poderia acontecer numa base paritária e até de predominância do Brasil. Na mesma carta, D. Pedro escrevia:

Sem igualdade de direito, em tudo e por tudo não há união. Ninguém se associa para vêr piorar a sua condicção, e aquele que é o mais forte melhor deve saber sustentar os seus direitos. Eis porque o Brasil jamais perderá os seus que defenderei com o meu sangue, sangue puro brasileiro, que não corre só pela honra, pela nação e por V. M.⁴⁷

O sangue português com que em outubro do ano transato jurara fidelidade ao Rei e à Constituição Portuguesa, contra os movimentos pela independência, transformara-se, daí para cá, em pouco mais de meio ano, em “sangue puro brasileiro”, pronto a ser vertido pelos interesses do Brasil. Estava consumada a metamorfose – a separação não podia estar longe.

4.5. Rutura consumada – a retórica da superioridade

Reconfirmando essa viragem no seu sangue e no seu estado de espírito, em meados de junho de 1822, logo depois de ter assinado o decreto a convocar as Cortes do Brasil, em nova carta a D. João VI, em que explica as razões que o levaram a tomar as decisões que tomou, D. Pedro assume já a rutura, tecendo uma série de considerações que vão estar a partir daí no *corpus* da retórica antilusitana que se prolonga até aos nossos dias e que por isso se justifica registrar aqui. Diz ele que o Brasil “não quer ser escravo de Lusos-Hespanhoes (sic) quaes os infames

⁴⁷ Ver *Cartas de D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil, a seu pae, D. João VI, Rei de Portugal (1821-1822)*, Typographia Brasil, de Rothschild & Cia, São Paulo, 1916, p. 101.

déspotas (Constitucionaes *in nomine*) dessas facciosas, horrorosas e pestíferas Cortes” E deixa já uma nota em que revela um *sentimento de superioridade face a Portugal*.

Portugal é hoje em dia um Estado da quarta ordem, e necessitado, por consequência dependente; o Brasil é de primeira e independente *atqui* que a união é sempre procurada pelos necessitados, e dependentes, *ergo* a união dos dois hemisférios deve ser (para poder durar) de Portugal com o Brasil, e não deste com aquelle, que é necessitado e dependente. Uma vez que o Brasil todo está persuadido desta verdade eterna, a separação do Brasil é inevitável, a Portugal não buscar todos os meios de se conciliar com ele por todas as fôrmas.⁴⁸

Era a reação ofendida aos comentários dos políticos e dos média portugueses, que muito em particular no verão desse ano e perante o desenrolar dos acontecimentos no sentido da separação, davam vazão a sentimentos de superioridade nacionalista, negando que o Brasil tivesse qualquer forma de desenvolvimento próprio. O *Campeão Lisbonense*, por exemplo, interrogando-se sobre o que era o Brasil antes da União a Portugal, respondia:

Um país de Selvagens, de feras, e de animais. Depois que foi descoberto pelos Portugueses, foram-se civilizando, e domesticando, pelos cuidados dos Europeus Lusitanos, que ali estabeleceram o Comércio, ali promoveram a agricultura, e ali fizeram conhecer a Religião Cristã. As Cidades, as Vilas, os Templos, e os estabelecimentos públicos são devidos aos cuidados de Portugal; porque nação alguma estrangeira pôde ter influxo naquelas Províncias. Os mesmos Portugueses são progenitores, e Pais de quase todas as famílias principais do Brasil, e os primitivos naturais do País, pouco ou nada fizeram na economia e aumento daquele Reino. (Alexandre, 1993, p. 648)

Na mesma linha, vários outros órgãos de média argumentavam que o Brasil não estava preparado para a independência, invocando a sua “minguada povoação”, o vastíssimo território onde ainda não chegara a mão civilizadora dos homens, a falta de comunicações internas fáceis, o elevado número de escravos e sobretudo a dificuldade de uma ação política comum entre as diferentes regiões. Por todos eles, *O Compilador* concluía: “O Brasil infante, sem força moral que dirija as faculdades físicas, sem força física que desempenhe os mandados da vontade, não pode por hora ter uma existência firme e sossegada, senão como membro da Família Portuguesa” (Alexandre, 1993, p. 649).

⁴⁸ Ver *Cartas de D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil, a seu pae, D. João VI, Rei de Portugal (1821-1822)*, Typographia Brasil, de Rothschild & Cia, São Paulo, 1916, pp.104-105.

Tal como os políticos liberais portugueses presentes nas Cortes pareciam não se dar conta da evolução operada no Brasil desde a saída do Rei de Portugal, em 1807, avaliando mal a profundidade do apego das elites locais à manutenção e reforço da autonomia do Reino Unido entretanto adquirida, também os *média* da época, eivados de nacionalismo, menosprezavam as reais condições do Brasil para se autonomizar. E deixavam na argumentação um lastro de *soberbo sentimento de superioridade* que só podia agravar o relacionamento. A sobrançeria com que em Portugal se viam e tratavam os brasileiros era tão forte que um dos principais títulos da época – *O Astro da Lusitânia* – chegou a criticar esse posicionamento:

Muitos dentre nós pensam a respeito dos Brasileiros, da mesma maneira que os ingleses no principio da guerra da independência pensavam acerca de nós (...) Estes errados conceitos, filhos de um desmesur(a)do amor próprio, e da ignorância, podem ter muitos funestos resultados, e é por isso que nós insistimos em os combater. (Alexandre, 1993, p. 653).

Os Manifestos de Agosto

D. Pedro, como se viu, responde na mesma moeda e não espera muito mais. Ainda antes de ter assegurada a adesão da maioria das províncias, e quando em várias delas, designadamente na Bahia, prosseguiam confrontos entre partidários das Cortes e apoiantes do Príncipe, publica no dia 1 de agosto de 1822 três documentos fulcrais:

- um decreto ordenando “rechassar das costas do Brazil qualquer expedição portuguesa que chegue a ellas com o intuito de desembarcar” sem o seu consentimento e, ao mesmo tempo,
- dois Manifestos (um “aos povos deste Reino”, atribuído a Gonçalves Ledo, e outro “aos governos e Nações amigas”, atribuído a José Bonifácio, adversários políticos que aparecem aqui unidos no essencial – a Monarquia como forma de governo e a unidade da América portuguesa) cujo teor equivale já a uma autêntica declaração de independência⁴⁹.

Nesses documentos, elabora-se toda uma argumentação para justificar a rutura, acusando as Cortes de pretenderem reduzir o Brasil à escravidão. Era o início de um *leitmotiv* que será daí para

⁴⁹ Ver *Cartas de D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil, a seu pae, D. João VI, Rei de Portugal (1821-1822)*, Typographia Brasil, de Rothschild & Cia, São Paulo, 1916, pp. 129-151.

a frente glosado até à saciedade e servirá de instrumento ideológico de mobilização patriótica: as Cortes, Portugal, os Portugueses pretendiam recolonizar o Brasil.

Para o justificar, desfia-se nesses *Manifestos*, um rosário de queixas, “uma longa narração de horrorosas injustiças” em relação às Cortes, acusadas, entre outras coisas, de

- legislar sobre o Brasil sem esperar pelos seus representantes, “postergando assim a soberania da Nação”;
- recusar ao Brasil uma Delegação do Poder Executivo, “deixando-o assim sem leis apropriadas”;
- recusar-lhe também um centro de união e de força “para o debilitar”;
- decretar-lhe “governos sem estabilidade e sem nexos”, com três centros diferentes, insubordinados e rivais, “alunando assim as bases da sua futura grandeza”;
- excluir os Brasileiros de todos os empregos honoríficos, enchendo as cidades de baionetas europeias, comandadas por chefes “forasteiros, cruéis e imorais”;
- lançar “mãos roubadoras” aos recursos do Banco do Brasil, “sobrecarregado de uma dívida enorme nacional, de que nunca se ocupou o Congresso”;
- negociar com nações estranhas a alienação de “porções do vosso território, para vos enfraquecer e escravizar”;
- apresentar um projeto de relações comerciais que, sob falsas aparências de reciprocidade e igualdade, “monopolizava as vossas riquezas”;
- tratar “com indigno aviltamento e desprezo os representantes do Brasil”, ameaçando-os até “com libertar a escravatura e armar seus braços contra seus próprios senhores”

Esta era, também, a visão dos deputados do Brasil que, como o paulista António Carlos e o baiano Cipriano Barata, atribuíam aos deputados portugueses a responsabilidade pela separação. Mas enquanto os deputados vindos do Brasil nunca chegaram a referir a existência de uma Nação brasileira, considerando até final que “não havia ainda” uma cisão da Nação portuguesa (Berbel, 2010, pp. 194-195), o *Manifesto aos governos e nações amigas*, de Agosto de 1822, já referia a existência de uma “nação grande e poderosa”, que agora proclamava “à face do Universo a sua Independência política”.

4.6. Leitura invertida e invenção historiográfica

Nação cuja identidade fora cimentada – acentuava o *Manifesto* - pelo facto de durante três séculos ter estado sujeita à “mais dura e triste dependência da Metrópole”. E isso desde a chegada dos primeiros portugueses, que logo aí se atribui ao mero acaso:

Quando por um acaso se apresentara pela primeira vez esta rica, e vasta Região Brasília aos olhos do venturoso Cabral, logo a avareza e o proselytismo religioso, moveis dos descobrimentos e Colonias modernas, se apoderaram della por meio de conquista; e leis de sangue dictadas por paixões, e sórdidos interesses firmaram a tyrania portugueza.⁵⁰

Este parágrafo do *Manifesto* vale por todo um tratado: nele estão já expressas várias das ideias que iriam pautar o antilusitanismo – desvalorização das Descobertas, proselitismo religioso, conquista, leis sanguinárias, sórdidos interesses... tudo passível de ser resumido em duas palavras – “tirania portuguesa”.

Mas estes eram apenas os primeiros acordes, o *leitmotiv* de toda uma sinfonia em que se descreviam três séculos de presença lusa no Brasil, toda ela vista sob um ângulo extremamente negativo. Numa dezena de páginas cerradas, o *Manifesto* acentuava, com múltiplos exemplos, o contraste entre a grandeza, beleza e generosidade da Natureza brasileira e a sistemática espoliação com que o Estado português, “com sôfrega ambição” desde o início “devorava os seus tesouros”. Ao longo de séculos, fosse na agricultura, na indústria ou nas minas, logo a metrópole, com “leis tirânicas” e “odiosos tributos”, sufocava toda a iniciativa: “Queriam que os Brasileiros pagassem até o ar que respiravam, e o terreno que pisavam” para “conservar este rico paiz na mais dura e triste dependência.”

Prosseguindo na elaboração duma ideologia nacionalista, o *Manifesto* tentava depois apresentar todos os grandes grupos sociais – “Colonos e Indígenas, Conquistados e Conquistadores, seus filhos e os filhos de seus filhos” – como igualmente vítimas do mesmo tirano - “O Índigena bravo e o Colono europeu foram obrigados a trilhar a mesma estrada da miséria e escravidão” – ambos castigados pelo mesmo anátema geral vindo de Portugal, de onde chegavam continuamente

⁵⁰ Ver *Cartas de D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil, a seu pae, D. João VI, Rei de Portugal (1821-1822)*, Typographia Brasil, de Rothschild & Cia, São Paulo, 1916, p. 142.

Pachás desapiedados, magistrados corruptos, e enxames de agentes fiscais de toda a espécie, que no delírio de suas paixões e avareza despedaçavam os laços da moral, assim pública, como doméstica: devoravam os mesquinhos restos dos suores e fadigas dos habitantes; e dilaceravam as entranhas do Brasil que os sustentava e enriquecia (...)⁵¹

Na descrição do *Manifesto*, assim enganado e espoliado, ainda esperara ingenuamente o Brasil que as Cortes lusas emendassem as coisas. Mas afinal as Cortes acabariam por mostrar que “a apregoada Regeneração consistia em restabelecer astutamente o velho Systema Colonial”.

Estava assim operada a inversão de sentido necessária para que pudesse começar a surgir uma identidade nacional própria, distinta da portuguesa, com a qual até aí todos se identificavam: os antigos conquistadores passavam a enxergar-se, também eles, como nativos, de dominadores passavam a dominados, reivindicando a libertação do “jugo colonial” e a independência.

Depois do período de exaltação e adesão ao liberalismo da Revolução do Porto, encarada como exemplo de libertação a ser seguido também no Brasil; constatado o profundo desacordo com as posições integracionistas dos liberais portugueses e na sequência do desencanto com as medidas das Cortes em relação ao Brasil, na América portuguesa “o constitucionalismo converteu-se em separatismo” (Neves, 2003).

Esse processo de construção da identidade nacional, como veremos, será longo e contraditório, acompanhado ora do reconhecimento de laços de afetividade com os lusos da antiga Metrópole e, nessa base, concessão de privilégios aos portugueses natos, ora de expressões de hostilidade e intolerância, desembocando muitas vezes em confrontos violentos.

No plano do imaginário, começa também, a partir daí, em múltiplos ensaios historiográficos e sociológicos de numerosos autores, uma incessante busca de raízes para fundamentar no tempo o surgimento da nova nação; com interpretações frequentemente contraditórias, em que o fundo da questão é saber quando e onde começou o processo de diferenciação das duas nações e o que fazer com a herança portuguesa. Neste processo, “toda a arma terá seu préstimo”, a começar, por exemplo, pela ideia de que as Cortes queriam “recolonizar o Brasil”.

⁵¹ *Cartas de D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil, a seu pae, D. João VI, Rei de Portugal (1821-1822)*, Typographia Brasil, de Rothschild & Cia, São Paulo, 1916, p. 143

A “recolonização” do Brasil – uma invenção historiográfica

Este é um lema central da argumentação que servirá, a partir daí, como importante fator de mobilização patriótica antilusã para justificar a separação do Brasil. A veracidade desse argumento é, no mínimo, questionável, já que o regresso à situação de exclusivo comercial típica do Sistema Colonial do Antigo Regime estava bloqueado pelas disposições do Tratado de Navegação e Comércio firmado com a Inglaterra em 1810. Nelas se dispunha não só que o comércio dos vassallos britânicos não seria “restringido, interrompido, ou de algum modo afetado pela operação de qualquer monopólio, contrato ou privilégios exclusivos de venda ou de compra, seja qual for...”, como se estatuiu que tais disposições seriam “perpétuas e imutáveis” e tinham, além disso, “duração ilimitada”. As próprias revisões desse Tratado – com duração inicial de 15 anos – estavam sujeitas ao consentimento de ambas as partes e uma primeira tentativa das Cortes, em 1821, de aumentar as tarifas sobre os panos de lã ingleses de 15% para 30% durou muito pouco, rapidamente cedendo à pressão externa contrária (Rocha, 2008, p. 111). Daí que ninguém já considerasse ser possível um regresso aos *status quo ante*:

os brasileiros não receiam a volta à categoria absoluta de colônias quanto ao exercício do seu comércio e indústria. Isto sabem eles e sabe todo o mundo que é absolutamente impossível; pois o franco tráfico tanto de um como de outro não dependem já do arbítrio do governo; foi uma necessária consequência da natureza das coisas: e a sua continuação é do mesmo modo independente do capricho (Ferreira, citado em Rocha, 2008, p. 109)

Porque recorreram então os autores dos *Manifestos* ao argumento da “recolonização”, que todo o mundo sabia ser absolutamente impossível? A explicação parece ser de natureza ideológica, sociológica, política e histórica. Desde a chegada da Corte, em 1808, D. João, com a finalidade de alargar a base de apoio necessária ao reforço da legitimidade da Monarquia - e na sequência da política reformista ilustrada que já vinha sendo praticada desde Pombal - passou a incluir nos quadros do Estado representantes das classes dominantes “brasileiras”, a nobreza da terra, dando assim início à formação de uma *incipiente elite política local*. Quando da elevação do Brasil a Reino, em 1815, essa elite – ou um grupo a ela pertencente – passou a considerar que o território era economicamente autónomo e politicamente autogovernado. Como assinalou Silvestre Pinheiro Ferreira, embora o vulgo tivesse considerado essa decisão mera formalidade insignificante,

os políticos encararam desde logo como um ato de emancipação tanto mais formal, tanto era certo que por esta declaração se fazia constar oficialmente um facto aliás incontestável, a saber, que o Brasil se achava governado, havia sete anos, pelas suas próprias leis e por um trono nele residente, e que nada carecia, para continuar a ser respeitado pelas potências do mundo, da sua união com Portugal. (Ferreira, 1976, pp. 86-87)

Depois, em 1821, quando D. João VI regressa a Lisboa e entrega as rédeas do poder ao filho, com os mais amplos poderes para governar, essa ideia consolida-se: D. Pedro era, a partir daí, virtual Chefe de Estado do Reino do Brasil (Lisboa, 1826). A prolongada estadia do Rei no Brasil não passara, afinal, sem consequências. A transferência da Corte, em 1808, conseguira colocar a Casa de Bragança ao abrigo das humilhações impostas por Napoleão a outras casas reinantes da Europa, preservar a Monarquia e manter a integridade do Império. Mas agora, no regresso, D. João VI via-se, por obra da revolução do Porto, seriamente diminuído nos seus poderes, deixando para trás um Brasil não só com um estatuto superior àquele em que o encontrara treze anos antes, mas também, por força das novas circunstâncias nacionais e internacionais, sem possibilidade de ser reconduzido ao *status quo ante*. Como nota António Penhalves Rocha,

os efeitos de todas as medidas de D. João VI inviabilizavam de fato a volta do Brasil à condição de colônia, pois as mudanças que provocaram foram enredadas numa teia de interesses económicos, políticos e diplomáticos, tecida por ingleses, brasileiros, monarquia portuguesa e monarquias europeias. (Rocha, 2008, p. 115)

É nesse contexto que se geram *diferentes percepções de um lado e do outro do Atlântico, acentuando-se os fatores de estranhamento e (in)comunicação*.

Enquanto que para os liberais portugueses das Cortes Constituintes as medidas de (re)estruturação económica propostas eram razoáveis e capazes de produzir benefícios mútuos, limitando-se a (re)estabelecer um sentido preferencial em favor de Portugal que compensasse o desequilíbrio em favor do Brasil gerado a partir da transferência da Corte, para os reinóis brasileiros (parte da elite branca que havia sido cooptada para os mais altos escalões), tudo isso era inaceitável e constituía uma “tentativa de recolonização”.

Por outro lado, a defesa de um mercado comum exclusivo do Reino Unido também ia contra as ideias da Economia Política de Adam Smith, que então começavam a estar em voga, o que dava argumentos suplementares a esse grupo da elite política brasileira em formação para

rejeitar qualquer ideia de mercado reservado, ainda que partilhado com Portugal. Um confronto que o radicalismo ideológico de inspiração francesa sob cuja influência se encontravam os principais líderes liberais portugueses (com pouca experiência política, reduzida maleabilidade e sem o traquejo dos políticos da Monarquia), só contribuía para acentuar. Assistiu-se então a uma espécie de *diálogo de surdos, uma autêntica (in)comunicação, geradora de estranhamento*, em que cada um atribuía significados diferentes às palavras e propostas do outro, num contexto de crescente animosidade e incompreensão.

Concentrando toda a crítica nas Cortes, que acusa de quererem fomentar a divisão do Brasil, provocar a anarquia e a guerra civil, D. Pedro ainda afirma, nos *Manifestos* de Agosto, não pretender “cortar os laços de união e fraternidade, que devem fazer de toda a Nação Portuguesa um só todo Político bem organizado” (...) “debaixo de um só Rei, como Chefe Supremo do Poder Executivo de toda a Nação”⁵².

Naquele contexto, tratava-se de um derradeiro tributo formal à velha crença comum no valor da unidade do Império, que se poderia manter preservando a unidade da Monarquia. Mas essa seria já uma forma de ligação mais ténue e até invertida, uma vez que o Brasil não só não prescindia do estatuto de Reino Unido, como o queria reforçado, com Constituição e Governo próprios, e – *the last but not the least* – ainda colocava como condição *sine qua non* nele situar a sede da Monarquia, considerando que Portugal, com o seu “mínimo território” e a sua “população estacionária e acanhada”, não tinha condições de ser “o Centro político e comercial da Nação inteira”. *Por outras palavras, a unidade da Monarquia e da “Nação portuguesa de ambos os hemisférios” só tinha condições de continuar a existir se fosse...brasileira.*

Para além dos aspetos da luta política imediata e das justificações para as decisões recentemente tomadas, o que é notável nestes documentos (os *Manifestos* de Agosto de 1822) – e importa realçar em termos do objeto desta investigação - é que neles se espelha a elaboração retórica, que *começa aí a ganhar forma e consistência, de toda uma narrativa ideológica claramente erigida em cimento agregador e leitmotiv da nova nacionalidade a construir – a nacionalidade brasileira, até aí inexistente – tendo como base, por contraste afirmativo com a portuguesa, o antilusitanismo.* Com a particularidade aparentemente paradoxal dos seus principais

⁵² Ver *Cartas de D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil, a seu pae, D. João VI, Rei de Portugal (1821-1822)*, Typographia Brasil, de Rothschild & Cia, São Paulo, 1916, p. 150.

autores – José Bonifácio e D. Pedro - serem não só inegavelmente... portugueses ou de origem portuguesa, como terem também assumido – em Portugal e/ou no Brasil - as mais altas responsabilidades no Estado português.

Como assinala Dolhnikoff,

Curiosa inversão, essa forma de contar a história da América lusitana era assinada pelo príncipe herdeiro da coroa portuguesa e redigida por um homem (Bonifácio) que vivera a maior parte da vida em Portugal, integrando a burocracia lusitana e dedicando todos os seus esforços para salvar o Império português da decadência. Essa visão contrastava fortemente com aquela adotada por ambos até então, quando ainda vislumbravam a possibilidade de um Império luso-brasileiro (...). Portanto, ao menos até 1821, com certeza não era essa a visão que o príncipe e seu ministro tinham da colonização, muito ao contrário. (Dohlhnikoff, 2012, pp. 173-174)

Essa súbita *leitura invertida da história* também foi aplicada ao que se passou nas Cortes, cujos episódios são apresentados, nos *Manifestos*, como se houvesse ocorrido uma traição da boa-fé dos brasileiros pelo pérfido desejo português de restabelecer o sistema colonial, o que na realidade não ocorreu:

Mais uma vez, a versão da história é construída segundo os propósitos políticos. Pois o que dividiu portugueses e brasileiros foram as divergências sobre como se deveria organizar a nova monarquia constitucional e não uma pretensa intenção dos pérfidos portugueses de *recolonizar* o Brasil, projeto nem sequer apresentado nas Cortes de Lisboa” (Dohlhnikoff, 2012, p. 175)

Trata-se, efetivamente, de uma *leitura invertida*, só explicável por razões políticas e emocionais; mas o problema é que ela se tornou, a partir da independência, e por muito tempo, “a versão oficial da história brasileira” (Dohlhnikoff, 2012, p. 175), sendo apresentada como argumento legitimador do Estado nacional brasileiro.

A partir da narrativa historiográfica de José da Silva Lisboa, contemporâneo dos acontecimentos, que corroborou essa versão, atribuindo-a a uma “cabala maçônica e jacobínica” portuguesa para “recolonizar o Brasil”, toda a historiografia brasileira do século XIX e da primeira metade do século XX passou a repeti-la como se fora uma realidade, quando não passava de um argumento de ordem político-ideológica:

pode-se dizer que a recolonização, como está presente na memória nacional brasileira e portuguesa, foi uma invenção historiográfica. Com efeito, os documentos atestam que nunca houve tentativa de recolonização do Brasil

pelos Cortes, e sim que a noção de recolonização serviu inicialmente para expressar um sentimento criado pela mentalidade reinol de um grupo de brasileiros. (Rocha, 2008, p. 117)

Desta forma, e por arrastamento induzido pelas lideranças políticas, todo um núcleo de portugueses do Brasil ou nele vivendo, até aí íntimos artífices e/ou partícipes ao mais alto nível das políticas da Monarquia, tanto em Portugal como na América portuguesa, e delas diretos beneficiários, a si mesmos se distanciavam da sua origem e do seu passado, passando a apresentar-se, com fins políticos, como se não tivessem qualquer responsabilidade por esse pretérito. Dir-se-ia até, num fenómeno psicológico explicável, que *quanto mais marcadamente portuguesas, mais acentuadamente antilusitanos*.

“Filho ingrato” versus “pai tirano”

Esse verdadeiro *corde epistemológico retórico e político com o passado*, com o qual, como num passe de mágica, se isentavam de responsabilidades as elites e oligarquias dirigentes de origem lusa, transformando os portugueses (como se fossem um Outro estranho) em bode expiatório, fautores e responsáveis pelos males do Brasil, tinha uma dupla vantagem:

- 1) ajudava a cimentar um espírito de unidade que à partida não estava garantido (a metade Norte do país hesitou muito e só tardiamente aderiu à independência liderada por D. Pedro e centrada na Corte do Rio de Janeiro) (Machado, 2005; Magnoli, 1997; Pimenta, 2002; Neto, 2015), contribuindo assim, por contraposição com os lusos, para forjar um sentimento de nacionalidade que ainda não existia; e
- 2) contribuía, também, para afastar dos círculos dirigentes – essencialmente continuístas e de ascendência lusa, cujas responsabilidades históricas e presentes eram dessa forma branqueadas - o possível desagrado e protesto sempre latente das massas espoliadas, em particular os escravos negros (ameaça que passou a estar ainda mais presente desde a Revolução do Haiti, em 1791), mas também dos brancos pobres das cidades e dos campos e ainda dos setores das próprias elites, sobretudo provinciais, que tinham aspirações autonomistas, oferecendo a todos eles um inimigo “externo”, um alvo fácil em que podiam descarregar as suas frustrações.

Este é, parece-nos, um fator capital que está na base do sentimento de estranhamento que a partir daí deixa de ser difuso e fragmentário para passar a ser nuclear no relacionamento entre os dois

países, gerando (in)comunicação – com Portugal e os portugueses a serem apontados, desde essa altura, como a origem de todos os males do Brasil, tal como o Brasil já tinha sido encarado pelos portugueses, a partir da saída da Corte, como o responsável por todos os males de Portugal e, em última análise, como já escrevera a imprensa portuguesa de Londres, e escrevia agora a imprensa portuguesa de Lisboa, não valendo o que custava, não compensando o trabalho e a despesa que dava, sendo por isso descartável.

No *Campeão Português em Lisboa*, por exemplo, José Liberato Freire de Carvalho interrogava-se retoricamente:

Que proveitos nos pode dar a conservação do Brasil se para ela houvermos mister fazer imensas despesas, e empregar uma força constante? Aonde, em verdade, estão os lucros que nos hajam de compensar tamanhos esforços? Se o Brasil de hoje fosse o mesmo Brasil que era antes de 1808, então compreendo eu muito bem que se pudessem fazer extraordinários sacrifícios, para ver se era possível continuarmos a gozar de suas exclusivas riquezas; porém o que eu por nenhuma forma posso compreender é: que haja quem julgue proveitoso que façamos agora esses mesmos sacrifícios por um país que só recebe o que bem quer de nossos produtos, ao mesmo passo que nós tão estupidamente nos temos por obrigados a não consumir se não os seus! (Alexandre, 1993, pp. 654-655)

No Brasil, proclamada a independência, o que o D. Pedro fazia era mobilizar os *estranhamentos* fragmentários e de diversas origens e natureza até aí existentes e que ao longo da investigação fomos identificando (dos índios com os brancos, dos escravos com os seus senhores, da nobreza da terra com os reinóis, das diferentes elites provinciais entre si e de muitas delas em relação à Corte sediada no Rio de Janeiro) para com eles construir toda *uma ideologia nacionalista que tinha como núcleo central o antilusitanismo e com ela formar, juntando-lhe alguns mitos de origem, uma nova nacionalidade até aí inexistente: a nacionalidade brasileira*.

Nessa linha, o tom de irritação de D. Pedro com as Constituintes portuguesas sobe ainda mais quando as Cortes lhe enviam, através de D. João VI, os seus decretos, intimando o Príncipe a regressar, sob pena de ser deserdado da titularidade sucessória que lhe cabia. Em resposta ao pai, já depois do famoso grito do Ipiranga de 7 de setembro, D. Pedro explode e classifica as Cortes de “facciosas, horrorosas, machiavelicas, desorganizadoras, hediondas e pestíferas”, chamando-lhes “cáfila sanguinária” e opondo um veto absoluto a todos os decretos delas

emanados, para logo afirmar em nome de todos os brasileiros: “De Portugal, nada, nada; não queremos nada.”

Ao “Adeus, Sr. Brasil” proferido nas Cortes de Lisboa, sucedia-se o “De Portugal nada queremos”, proclamado pelo Príncipe no Rio de Janeiro. Para os portugueses, o Brasil transformara-se no “filho ingrato”, enquanto que para os brasileiros Portugal era o “pai tirano”. Seria talvez mais apropriado considerá-los *irmãos desavindos*, sobretudo quando se considera a origem e formação das elites brancas dirigentes num e noutra hemisfério, que então entraram em conflito pela disputa da hegemonia. De qualquer forma, estava consumada a rutura: ao semear sentimentos exclusivistas de um e outro lado, a Nação matou o Império (Oliveira, 2005). Dividia-se a “nação portuguesa de ambos os hemisférios”, desfazia-se o sonho do “grande e poderoso império” luso-brasileiro. E abria-se também, a partir daí, a grande via do *estranhamento* e da *(in)comunicação entre Portugal e o Brasil*.

4.7. Entre ambiguidades e anacronismos: uma independência *sui generis*

Como vimos, *há uma dupla ambiguidade no processo de independência do Brasil*. Por um lado, decorrente do facto de ser o próprio Príncipe herdeiro da Monarquia lusa que assume toda a crítica à “tirania portuguesa” veiculada por essa mesma Monarquia ao longo de séculos de Antigo Regime e Sistema Colonial, situação que ela própria, por força das circunstâncias, já começara a desmontar parcialmente quando D. João VI, em 1808, pôs termo ao monopólio do comércio e, depois, em 1815, quando elevou o Brasil à condição de Reino Unido.

Por outro, porque *o grande impulso imediato para a separação veio de Portugal*, que se considerava, na altura, reduzido à situação de “colónia de uma colónia” e que abriu, com a Revolução do Porto de 1820, uma janela de oportunidade crítica de mudança que ensejou ao que restava da Coroa no Brasil, uma vez constatada a inviabilidade de uma partilha de hegemonia com as elites lusas de Lisboa e Porto, assumir as rédeas do seu próprio destino. Mesmo assim, D. Pedro só se decidiu a romper a ligação com a antiga Metrópole quando se convenceu – pelas exigências imperativas das Cortes em relação ao seu regresso, ameaçando-o de lhe retirar o título sucessório – de que não havia mais hipótese de conciliação.

Visando, antes de mais, obter a salvaguarda do regime monárquico no Brasil, quando este se encontrava ameaçado em Portugal, e a continuação do tráfico negreiro e da escravidão, em

que assentava o grosso da economia do Reino Unido do Brasil, a separação surge mais como uma mudança liderada pelos círculos dirigentes da Coroa, com assento no Rio de Janeiro, em aliança com as elites económicas locais, destinada a assegurar a prossecução dos interesses dominantes estabelecidos do que propriamente como transformação revolucionária de cariz anticolonial e libertador.

Mesmo o liberalismo do Príncipe era limitado e condicional à preservação do seu próprio poder – como se provaria rapidamente quando, em 1823, já depois da independência, D. Pedro dissolveu a Assembleia Constituinte do Brasil, outorgando ele autocraticamente, no ano seguinte, uma nova Constituição. A separação foi, portanto, repita-se, mais induzida pela tenaz oposição das Cortes liberais de Lisboa à partilha de poder sobre o conjunto do Império com os seus “irmãos de Além-Mar”, do que provocada por qualquer movimento independentista de carácter nacional pré-existente à independência.

Não que não houvesse, como vimos, *estranhamentos* vários e descontentamento político intenso entre as elites locais contra os métodos muitas vezes despóticos dos governadores das capitânias, a ação cada vez mais intolerante do fisco e o comportamento elitista e exclusivista da nobreza titular, manifestados em revoltas várias que – sobretudo a partir de finais do século XVIII, sob influência do Iluminismo, primeiro, e das revoluções americana e francesa, depois – chegaram a ter, nalguns casos, coloração republicana e até antiescravista.

Havia círculos ilustrados – como em Pernambuco e na Bahia, por exemplo – que queriam mais liberdade e autonomia, mas *até à própria declaração da independência, em 1822, não existiu um movimento nacional anticolonial generalizado*. Pelo contrário, pelo menos desde Pombal, as elites locais vinham sendo cooptadas pelo regime monárquico para cargos ao mais alto nível, seduzidas pela ideia da construção de “um grande e poderoso império”, pelo que a preservação da unidade entre os “portugueses dos dois hemisférios” era vista como um valor a preservar e persistiu quase até ao fim, só com manifesta relutância esses círculos tendo acabado por aceitar a ideia de separação, cuja responsabilidade irão, aliás, imputar à intolerância dos deputados da velha Metrópole.

“Independência ou morte”?

Por isso, falar de “Independência ou Morte”, como teria feito D. Pedro às margens do Ipiranga, numa tarde de setembro de 1822, naquele que ficou para a História como o momento emblemático da separação, consagrado nos manuais escolares e na iconografia brasileiros do século XIX, é manifestamente exagerado. Como assinalou Maxwell, a questão, em setembro de 1822, não era certamente a “morte” e, apenas indiretamente, a “independência”, já que o Brasil era praticamente independente desde 1808 e em 1815 ascendera à categoria de Reino Unido em pé de igualdade com Portugal: “O que estava em jogo no início da década de 1820 era mais uma questão de monarquia, estabilidade, continuidade e integridade territorial do que de revolução colonial” (Maxwell, 2000, p. 186).

A questão é complexa e difícil de penetrar porque se encontra encoberta por uma densa nuvem de lugares-comuns consolidados ao longo de dois séculos de formação nacional, em que se projetam sobre o passado colonial de começos do século XIX visões e conceitos desenvolvidos no período de descolonização que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, o que é obviamente um contrassenso. Como refere Xavier Guerra, “Não se pode comparar a descolonização contemporânea, em que os povos subjugados pela Europa se liberam de sua tutela, com uma independência realizada por descendentes de europeus” (Guerra, 1999, pp. 9-10).

O esquema clássico de interpretação consolidado no senso comum vê o surgimento dos Estados latino-americanos, incluindo o Brasil, como resultado da emergência de nacionalidades que, normalmente ao longo de prolongada luta ou diferentes revoltas, acabaram por ascender à independência, adquirindo existência autônoma como Estados e nações soberanas. Ora, como já vimos, *no período que precedeu o acesso à independência do Brasil, não existia nacionalidade brasileira nem movimento estruturado de âmbito nacional pela independência.*

No Brasil, como nos outros países latino-americanos, os fundadores do novo Estado eram todos de origem europeia e partilhavam com a velha metrópole todos os elementos habitualmente referidos como constitutivos de uma nacionalidade: a mesma língua, a mesma religião, a mesma cultura, as mesmas tradições políticas e administrativas... Só o lugar de nascimento e eventualmente algumas particularidades culturais específicas (atenuadas, entretanto, pela mesma formação que muitos deles tinham na universidade de Coimbra, no caso do Brasil) os diferenciavam dos europeus do outro lado do Atlântico. Foi justamente isso que fez dizer a Kenneth

Maxwell que na América do Sul “o processo de construção nacional se tornou um assunto intrinsecamente incestuoso”.

Nesta circunstância, a luta fratricida da separação explicará porventura, em termos psicológicos, a intensidade de alguns sentimentos negativos que, como veremos, haveriam de eclodir adiante e prolongar-se por mais de um século. Assim, a grande questão que se coloca – como refere Xavier Guerra para as nações hispânicas, mas que podemos igualmente referir ao caso do Brasil – é saber *como é que, a partir de uma mesma nacionalidade, se formaram nações separadas e diferentes.*

A resposta nacionalista consagrada no senso comum pela projeção teleológica no passado das realidades do pós-guerra de meados do século XX é a de que a nação já existia ou já se vinha gradualmente formando, culminando esse processo na independência e construção de um Estado soberano. Ora, diz Guerra, nada de menos evidente. Pelo contrário – *a independência não é um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida.* Nas suas próprias palavras: “A independência precede tanto a nação como o nacionalismo” (Guerra, 1999, p. 11).

Nas Cortes, os deputados vindos do Brasil nunca se referiram à existência de uma nação brasileira. E só quando se chegou à separação, os *Manifestos de Agosto* assinados por D. Pedro irmão, numa justificativa ideológica *a posteriori*, referir a existência de uma comunidade, um corpo homogêneo que teria sido *gestado* pela “submissão de todos à mais dura e triste dependência da Metrópole”, corpo esse onde também existiam tradição e vontade próprias (Berbel, 2010, p. 195).

Todos portugueses, mas...

Nessa altura, não havendo nação brasileira constituída, todos os que até aí haviam sido “fiéis vassalos de El-rei” eram ainda portugueses. Sentiam-se portugueses e eram como tal percebidos pelos outros. Como assinalam István Jancsó e João Paulo Pimenta, num estudo sobre o entendimento do processo de emergência da identidade nacional brasileira, (Jancsó & Pimenta, 2000) já depois da rutura com as Cortes de Lisboa, os deputados do Brasil que saíram irregularmente de Portugal, no final de 1822, refugiando-se em Inglaterra, emitiram declarações – publicadas no *Correio Braziliense* - em que, além das “pátrias” ou províncias respectivas (para uns, São Paulo, para outros a Bahia) e do país de onde vinham (o Brasil), referem como nação à qual todos pertencem a nação portuguesa.

Outro caso referido no mesmo estudo é o de um leitor que, em carta ao jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, já depois da declaração de independência, afirma que a convocação de Cortes constitucionais próprias do Brasil era “o único modo de salvar a Nação de um e outro hemisfério”, vinculando-a em “laços mais estáveis e duradouros”, sublinhando os autores do estudo que “A nação à qual ele se refere é a portuguesa, e os que na América aclamam o imperador são “portugueses do Brasil”, mesmo que nem todos pensem da mesma forma.”

Daí que – acrescentam – “ser paulista, pernambucano ou baiense significava ser português, ainda que se tratasse de uma forma diferenciada de sê-lo”. Além do mais, para as elites brancas, mesmo locais, essa identificação com a nação portuguesa tendia a reforçar-se à medida que, por via da alforria, mais gente de origem africana ou miscigenada ia engrossando o número de homens livres; pelo simples facto de que só essa identificação com a nação portuguesa permitia separar as águas e invocar a “pureza de sangue” necessária para aceder a cargos de maior distinção e subir na hierarquia social do Antigo Regime.

Analisando, mais à frente, as expressões definidoras de entidades coletivas expressas nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* de 1789, Jancsó e Pimenta acentuam não se encontrar neles ainda nenhuma referência a qualquer entidade brasileira: “Nada de *brasileiros* (ou de “*brasilienses*” ou “*brasilianos*”), nenhuma identidade política coletiva ultrapassando o regional” (Jancsó & Pimenta, 2000).

Mito de origem

Cultivada pela historiografia promovida pelo oficioso IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838 com apoio da Corte), a ideia de que, à época da Independência, já existia, forjada ao longo dos mais de três séculos de colonização que a precederam, uma “identidade brasileira” ou uma “consciência nacional” dos colonos pronta a irromper – configura-se assim mais como um dos mitos de origem da nacionalidade, entretanto profundamente enraizado na consciência brasileira, do que como uma realidade seguramente demonstrável.

Ter presente esta circunstância é fulcral para se analisar com rigor e profundidade os complexos fenómenos objeto deste estudo – *estranhamento* e a *(in)comunicação* que perpassam desde então as relações bilaterais.

Nesse contexto, uma primeira observação que se impõe é a de que o antilusitanismo, enquanto conceito com fundo de confrontação étnica, por mais paradoxal que a situação se apresente, surge como um instrumento ideológico forjado, já no século XIX, pouco antes da independência, por alguns núcleos das elites, elas próprias de origem portuguesa. Tratou-se – tudo o indica – de um recurso concebido por razões políticas para concitar a convergência dos descontentamentos e *estranhamentos* vários que cruzavam a sociedade colonial, num momento em que não só não havia homogeneidade social como não estava (nem estaria ainda por muito tempo) consolidada a unidade com os núcleos dirigentes das diferentes províncias.

Instrumento político, portanto, mais do que expressão espontânea de um sentimento generalizado à época, o qual só surgiu e se acentuou quando as medidas das Cortes de limitação do estatuto de Reino Unido que o Brasil já havia adquirido - a par de ameaças e tentativas de intervenção armada - suscitaram descontentamento e confrontos generalizados, particularmente intensos na Bahia, consolidando-se depois, quando o próprio Estado o começou a cultivar e incentivar.

Mas isso não invalida a existência de fortes sentimentos de ressentimento por parte dos “portugueses da América”, em particular suas elites políticas; advindos, primeiro, da situação de colônia a que haviam estado submetido(a)s e reforçados, agora, pela incompreensão com que se defrontava nas Cortes o seu desejo de conservar a autonomia conseguida desde a transferência da Coroa para o Rio de Janeiro. Como afirmava então o deputado por São Paulo Fernandes Pinheiro,

O Brasil (...) quer lançar as bases, e fixar as condições, com que convém entrar para o novo pacto social um grande povo, ressentido do jugo e longos males passados, mas esclarecido pela experiência e sobretudo pelo seu interesse, lei suprema dos estados, como é dos indivíduos que os compõe(m).⁵³

É a partir daí – face aos obstáculos com que se defrontam as ambições das suas elites – que vai nascer o nacionalismo brasileiro, antes inexistente. Como nota Evaldo Cabral de Mello,

O nacionalismo brasileiro não precedeu, sucedeu, a criação do Estado nacional. O Brasil não se tornou independente porque fosse nacionalista mas fez-se nacionalista por haver-se tornado independente. Não havia sentimento nacionalista na América portuguesa em 1822; o que havia era ressentimento antilusitano, este mesmo limitado às camadas médias e populares das

⁵³ Diário das Cortes, sessão de 26 de Junho de 1822, p. 567

grandes cidades costeiras: Rio, Salvador, o Recife. (...) Àquela altura, os nacionalistas não éramos nós mas os portugueses de Portugal que, dentro e fora das Cortes de Lisboa, clamavam contra o que lhes parecia a escandalosa inversão de papéis pelo qual o Brasil transformara-se no centro da monarquia lusitana, relegando a metrópole à posição de colônia. (Mello, 2002, p. 15)

Os ressentimentos existiam, sim, como já identificámos atrás, mas eram diversos e não tinham – sobretudo entre as elites, todas elas de origem portuguesa – um cunho de oposição étnica que os poderia qualificar, à época, como antilusitanos; eram ressentimentos ou de ordem económico-social, dada a grande desigualdade existente, ou política, virados prioritariamente contra o despotismo e a opressão do Antigo Regime. Afinal, à exceção dos escravos negros e/ou dos indígenas, (quase) todos eram portugueses e foram portugueses os que promoveram a independência.

Esta distinção é crucial para o tema que nos ocupa, na medida em que o exercício retórico de considerar os portugueses como se à partida fossem um Outro, estranho e distinto dos brasileiros (cultivando o anacronismo de comparar a descolonização brasileira às descolonizações do século XX), está no cerne do mecanismo (talvez inconsciente) de auto-ocultação psicológica que faz com que os brasileiros esqueçam, ignorem ou recalquem a sua origem portuguesa, no entanto inegável.

O núcleo português do movimento pela independência

No mosaico das diferentes identidades estabelecidas ao longo de três séculos de colonização, no cruzamento de múltiplas “rotas de peregrinação” conducentes à “comunidade política imaginada” que, no conceito de Anderson (1989, p. 14), é a nação, vai destacar-se, em 1820, um núcleo gerado pela implantação da Coroa no Rio de Janeiro em 1808 – uns poucos milhares de pessoas estabelecidas em torno da Corte e das suas prebendas e interesses económicos que giravam em sua órbita. É a reação intensamente desagradada desse núcleo que gera o foco da revolta/movimento pela Independência quando as Cortes liberais anunciam pretender demolir o aparelho de Estado instalado no Rio por D. João VI. Uma situação paradoxal, na medida em que o grosso desse núcleo era de origem portuguesa, como chamou à atenção o inglês John Armitage, que escreveu uma História do Brasil pouco depois dos acontecimentos:

Todos os indivíduos expoliados dos seus empregos pela extinção dos tribunais, convertêram-se em patriotas exaltados; e como se tivessem sido

transformados por um agente sobrenatural, aqueles mesmos que haviam, durante a maior parte da sua vida, serpejado entre os mais baixos escravos do poder, erguêram-se como activos e estrenuos defensores da independência. A ordem para o Príncipe se retirar também produziu viva sensação entre os antigos realistas, que temiam, com justiça, nunca mais ver restabelecida a monarchia no Brazil (Armitage, 1914, p. 28)

Curiosamente, esse terá sido porventura um dos fatores que contribuíram para o desfecho do processo de independência política *sui generis* seguido no Brasil, quando a Monarquia – em completo contraste com o que se passara nas colónias sul-americanas da Espanha, onde o republicanismo foi a regra – teve artes ou condições de assumir ela própria a liderança do movimento independentista. Afinal, esse núcleo intimamente ligado à Corte, era monarquista e *o movimento pela independência visou precisamente assegurar a continuidade do regime político e com ele preservar o sistema económico baseado na escravatura* (só abolida em 1888).

A independência do Brasil – escreve Darc Costa – se deu de forma muito singular, não foi fruto de uma revolução, nem de revolta popular. A antiga burocracia que geria os negócios do Estado no império luso-brasileiro sobreviveu intacta no Brasil na sua configuração e no seu pessoal, pela forma como se deu a quebra dos liames que uniam o Brasil a Portugal, após a independência. (Costa, 2009, p. 291)

É no núcleo dessas contradições, que se acentuaram de forma dramática, como vimos, a partir da Revolução Liberal portuguesa de agosto/setembro de 1820, que podemos situar a génese próxima do *estranhamento* que se haveria de instalar de forma duradoura nas relações entre Portugal e o Brasil.

As próprias peripécias do desenrolar dos acontecimentos trazem no bojo o sinal da contradição.

Por um lado, as tropas portuguesas estacionadas em diferentes capitánias intervêm como fator de pressão para o reconhecimento da Revolução Liberal (copiando assim o “modelo” de origem da revolução de 1820, primeiro no Porto e depois em Lisboa). No Rio, em fevereiro de 1821, obrigam o Rei e o Príncipe a jurar por antecipação a Constituição que estava a ser elaborada pelas Cortes e acabam por constringer D. João VI a regressar, contra vontade, a Portugal. Noutros casos – Grão-Pará, Bahia, Maranhão ... – é também pela intervenção da tropa que se formam Juntas governativas que rejeitam a submissão à Corte do Rio de Janeiro e juram fidelidade ao Portugal liberal. Nas capitánias do Norte e Nordeste, o descontentamento com os tributos que lhes eram impostos pelo Rio de Janeiro para ajudar a sustentar a Corte era maior que a oposição à velha e distante capital do reino... Aliás, devido ao regime

de ventos, as próprias comunicações marítimas com a Europa eram mais fáceis do que com o sul do território.

Entretanto, no dia 21 de abril de 1821, essa mesma tropa que em fevereiro incentivara o apoio à revolução liberal portuguesa, vai ser utilizada por D. Pedro para, num gesto autocrático, reprimir duramente uma assembleia de cidadãos que exigia que o rei jurasse a Constituição espanhola de Cadiz para vigorar enquanto não era aprovada a portuguesa. Resultado – pelo menos um morto e muitos feridos, deixando um sentimento de revolta que contribuiu para a crescente animosidade entre o “Partido Brasileiro” e o “Partido Português”.

O “Partido Português” era integrado pelos comerciantes lusos instalados na capital, que haviam perdido direitos, privilégios e monopólios de que desfrutavam antes da chegada da Corte e da subsequente abertura dos portos “ao comércio com as nações amigas” (eufemismo que nessa altura significava sobretudo a Inglaterra), defendendo um regresso ao *status quo ante*. Contavam com o apoio dos militares portugueses, desejosos em geral de regressar ao país – as chamadas “tropas de linha”, concentradas no Rio de Janeiro e nos portos do Norte e Nordeste (Mota, 2008).

Ao “Partido Brasileiro” pertenciam os portugueses do Brasil donos de terras e proprietários de escravos, produtores de géneros tropicais destinados à exportação que pretendiam continuar a negociar diretamente com os mercados consumidores, sem ter de passar, como antes, pelos intermediários de Lisboa e Porto, e também todos quantos tinham ascendido a cargos, empregos e posições de destaque com a instalação da Corte no Rio de Janeiro e eram, por isso, a favor da situação existente, contrários à partida de D. João VI.

Por estes dois “partidos” se distribuía a *elite coimbrã*, integrada por elementos que na sua maioria tinham passado pela Universidade de Coimbra e frequentado o círculo da chamada geração de 1790, em torno de D. Rodrigo de Sousa Coutinho; a ela pertenciam, entre outros, notáveis como José Bonifácio de Andrada e Silva, Hipólito José da Costa, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, José da Silva Lisboa e o bispo Azeredo Coutinho. Monarquistas convictos e partidários de “um grande império luso-brasileiro”, essa elite defendia a unidade em torno do Rei e um liberalismo moderado, só tarde – muitos deles já em 1822 – acabando por admitir a possibilidade de uma rutura com Portugal; e por eles também se distribuía – na expressão de Hipólito da Costa, do jornal *Correio Braziliense*, a *elite brasiliense*, integrada maioritariamente por personagens nascidas no Brasil, com menos ligações externas, tendencialmente favoráveis a um liberalismo mais radical, expressando os interesses de uma

incipiente classe média urbana gerada durante a permanência da Corte no Rio de Janeiro, a ela pertencendo nomes como Joaquim Gonçalves Ledo e Cipriano Barata, grande número de padres, como Januário da Cunha Barbosa, Diogo Feijó e José de Alencar (Neves, 1999, p. 9). Eram os herdeiros do protonativismo de inspiração republicana, mais próximos, portanto, das ideias que moviam os revolucionários latino-americanos.

Ressentimento e sentimentos de superioridade

Os deputados brasileiros nas Cortes refletem, na sua composição e em termos gerais, esse quadro político, batendo-se pela preservação dos interesses dos setores económicos, sociais e políticos que haviam sido beneficiados pela instalação da Corte no Rio de Janeiro.

Tendo surgido primeiro dispersos, cada um deles defendendo mais a sua província do que o conjunto, vão pouco a pouco, pela própria dinâmica do confronto com os deputados portugueses, aproximando as suas posições, procurando mais e mais obter um estatuto de igualdade na gestão do Império luso-brasileiro que lhes preservasse os direitos já adquiridos. Fá-lo-ão até ao fim, mesmo quando a união já se mostrava inviável, imputando por isso a responsabilidade pela separação aos portugueses da antiga Metrópole.

Um grupo de deputados brasileiros ainda fez, aliás, uma última tentativa de conciliação, “uma última hipótese de conservar a união” através da proposta de um Ato Adicional à Constituição que estava em vias de ser aprovada em Lisboa. Aí se reconhecia que

Os dois Reinos de Portugal e Brasil, considerados independentemente das suas relações mútuas, têm particulares interesses, particular existência; e as leis relativas a esta existência são as que chamamos leis do regime interior de cada Reino. Considerando porém os dois Reinos em suas relações mútuas, e com o Império português, de que ambos são partes, e o qual formam pela sua conjunção, têm relações de comércio, reciproca protecção, e outras; e às leis que as regulam, chamamos leis gerais e de regime comum.⁵⁴

Em vão. *As propostas do Ato Adicional* foram rejeitadas quer pela ala mais intensamente “integracionista” (Fernandes Tomás), quer pela ala mais moderada dos deputados da antiga Metrópole (Borges Carneiro) e as reacções agastadas em relação aos deputados vindos do Brasil não se fizeram esperar. José de Arriaga Brum da Silveira, dos Açores, por exemplo, afirmava que

⁵⁴ Diário das Cortes, sessão de 26 de junho de 1822, p. 558.

tais propostas mais pareciam “proposições oferecidas por uma nação *estranha e ressentida* tratando de uma reconciliação, do que obra de Representantes da Nação portuguesa incorporados no Congresso nacional e cooperando para a sua prospe(ri)dade” (sublinhados nossos)⁵⁵.

Os debates subiram então de tom, com um dos líderes liberais, Borges Carneiro, a acusar os deputados brasileiros de “ideias gigantescas” e “altivez intolerável”, aconselhando-os a reconhecerem a sua “fraqueza” e a dar-se conta “quão longe” estavam de “poderem formar nação independente”.

No relato que faz desta situação, escreve Valentim Alexandre: “No calor da discussão, vinham ao de cima os sentimentos de superioridade que a dominação colonial exercida secularmente criara em Portugal relativamente aos brasileiros” (Alexandre, 1993, p. 687). Em contraponto, o deputado fluminense Campos Vergueiro, em declaração de voto, lembrava “o ódio antigo” dos brasileiros ao despotismo do velho governo; e como esse despotismo – explicava – “era lá exercido por portugueses europeus, também a estes se comunicava o mesmo ódio”.

Agora, dado que a Cortes haviam transferido para Lisboa a sede da Monarquia e o projeto de Constituição reduzia o Brasil a simples província de Portugal, de lá retirando a delegação do poder executivo e extinguindo os tribunais, tudo isso causara “terrível impressão”, trazendo “à imaginação todos os horrores do antigo despotismo e a conseqüente aversão ao governo de Portugal”. Ora “o Brasil – sublinhava – conhece e altivamente contempla os elementos da sua grandeza”, pelo que “neste elevado conceito de si mesmo não pode curvar-se diante de Portugal, quer ser seu igual e tratado a par” (Alexandre, 1993, pp. 669-670).

Sentimentos de superioridade (histórica, política, étnica, civilizacional...) de Portugal – enquanto sede originária do Império – em relação ao Brasil, por muito mais tempo seu objeto de desfrute do que parceiro de aventura; sentimentos de superioridade (natural, territorial, comercial, de riquezas intrínsecas e perspectivas de futuro...) do Brasil em relação a Portugal. De permeio, entre um e outro, por entre cruzamentos de sangue, língua e cultura, um rastro de rivalidades, ódios, “rancores de família” e ressentimentos que agora, virada a página do Sistema Colonial e do Antigo Regime – no momento crucial de decidir como ou a qual dos dois deveria caber a hegemonia na gestão do Império luso-brasileiro – não se tendo chegado a acordo, tendiam a irromper e cristalizar em *estranhamento* e *(in)comunicação*.

⁵⁵ Diário das Cortes, sessão de 03 de julho de 1822, p. 679

Sem sentimentos comuns não há nação

Numa única intervenção isolada de um só deputado de Portugal – José António Guerreiro – a questão fulcral da necessidade de sentimentos comuns para que haja nação emergiu nas Cortes, já no final do debate sobre o Ato Constitucional e antes da sua rejeição por esmagadora maioria, como verdadeiro epitáfio à unidade.

Guerreiro questionou a validade e consistência da definição de “Nação portuguesa” como sendo a “união dos portugueses de ambos os hemisférios”, já consagrada no texto constitucional. Para que isso fosse verdade – notava – seria necessário haver, além de unidade de interesses, unidade de governo e poder, também unidade de sentimentos. Ora, quanto a esta – argumentava – “a natureza pôs um obstáculo invencível à sua existência – o vasto Oceano”. Por isso, concluía:

só por abstração é que podem considerar-se unidos países tão distantes; diverso clima, diversos hábitos, diversas afeições, interesses diversos e muitas vezes contrários, tudo se opõe a que Portugal seja o objeto do patriotismo brasileiro; os sentimentos dos Portugueses dos dois hemisférios divergem e vão procurar cada um o seu centro a milhares de léguas de distância. Há sem dúvida um obstáculo invencível para que Portugal e Brasil possam ter uma unidade perfeita. (Alexandre, 1993, pp. 689-690)

Já depois da declaração de independência do Brasil, e derrubado o primeiro governo liberal em Portugal, a Coroa ainda tentará, por duas vezes – setembro de 1823 e junho de 1824 – restabelecer o diálogo com D. Pedro visando reunificar o Império sob a soberania de D. João VI. Sem qualquer êxito e sendo essas tentativas submetidas a condições humilhantes. Na primeira, o conde de Rio Maior, enviado ao Rio de Janeiro, não foi sequer autorizado a desembarcar, sendo a corveta em que viajava obrigada a fundear sob alcance de fogo da costa e a arriar o pavilhão português considerado “bandeira inimiga”. D. Pedro, a pretexto de que a missão portuguesa não vinha mandatada para “reconhecer em nome de sua Majestade a independência e a integridade do Império do Brasil”, nem sequer se dignou receber as cartas que lhe eram endereçadas por D. João VI. Na segunda, o emissário luso foi preso, depois expulso, e as propostas que entregou rejeitadas *in limine* (Alexandre, 1993, pp. 758-562).

Confirmava-se o ceticismo em relação à missão de Rio Maior expresso na altura pelo então ministro da Fazenda, Mouzinho da Silveira, para quem Portugal perdera definitivamente o Brasil “desde que ele aprendeu a comprar mais barato e a vender mais caro” (Alexandre, 1993, p. 754).

Após prolongadas negociações sob mediação da Inglaterra, o reconhecimento da Independência chegaria, finalmente, em 1825. Os termos do respetivo Tratado de Paz e Aliança – em boa parte impostos pelo negociador inglês, Charles Stuart – eram propositadamente ambíguos e acabaram por desagradar aos dois lados. Convenção Pecuniária anexa estabelecia o pagamento pelo Brasil a Portugal de 2 milhões de libras, a título de reclamações (propriedades e dotes de membros da família real portuguesa deixados no Brasil, bens dos donatários que haviam passado para o património da Coroa e navios portugueses que ficaram no Brasil após a partida de D. João VI) (Cervo & Magalhães, 2000).

O facto de não ter havido quaisquer indemnizações a pagar ao Brasil que compensassem – como ainda tentou sem êxito a diplomacia brasileira – as perdas e danos causados pela Guerra da Independência, é referido até hoje com desagrado pela historiografia do país: “A política de reconhecimento mediante tratados negociados com as potências estrangeiras, feita de concessões desnecessárias e sem contrapartida, além de prejudicar a nação em seus interesses econômicos, feriu sua soberania e sua dignidade” (Cervo & Magalhães, 2000, p. 121).

Dos setores absolutistas aos liberais, as críticas ao Tratado foram generalizadas, e na opinião nacionalista ficou o estigma – de que muitas matérias dos *média* brasileiros ainda hoje se fazem eco - de ter havido afinal uma “Compra da Independência”, quando a nação a havia duramente conquistado pelas armas...

Os desentendimentos surgidos na aplicação das disposições do Tratado obrigaram a sucessivas reuniões das comissões encarregadas da sua execução, prolongando-se por vários anos, acabando por reacender velhos ressentimentos e desmentir aquilo que se pretendia obter com a assinatura do documento, designadamente (como consignado no seu artigo 4º) “o total esquecimento das desavenças passadas entre os povos respetivos.”⁵⁶

O assunto é também glosado até hoje em tom de sarcasmo em repetidas matérias de divulgação (sem qualquer preocupação de aprofundamento, apenas para reiterar um lugar comum consagrado) difundidas pelos *média*, contribuindo dessa forma para manter vivo um sentimento antilusitano.

⁵⁶ Ver *Tratados do Atlântico Sul, Portugal-Brasil, 1825-2000*, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 51.

A ideia que essas matérias passam é a de que teriam começado aí os problemas financeiros do Brasil, designadamente a sua dívida externa: “Tudo começa, na verdade, quando a família real retorna para Portugal, no Grito da Independência. Leva todo o nosso tesouro e deixa a dívida milionária”⁵⁷. Em termos de percepção popular generalizada sobre esta questão, a ideia que fica no senso comum está bem expressa na frase de um internauta respondendo no site Yahoo/Respostas à questão “A independência do Brasil foi realmente comprada?”: “Como o Brasil não tinha poderio militar para se opor à Metrópole Portuguesa, foi feita uma grande negociata: em troca do reconhecimento de nossa Independência, tivemos de assumir a dívida externa portuguesa: estamos no vermelho até hoje!”⁵⁸

Em Portugal também houve descontentamento com os termos do Tratado de 1825, que remetia o país, em termos de comércio com o Brasil, para o regime geral (tarifa de 15% *ad valorem*), sem qualquer vantagem em relação a outros Estados europeus como a Inglaterra. Para o Duque de Palmela, que considerava a assinatura de um acordo de comércio com o Brasil vantajoso para Portugal uma compensação mínima para o reconhecimento da Independência, os termos em que esta acabou por ocorrer – com entrega da condução do processo à diplomacia britânica e terminando sem acordo de comércio – foi um “reconhecimento quase gratuito da independência da Coroa do Brasil, que a tão caro preço se poderia ter trocado”; por tudo isso, tais atos “ficam sendo talvez os documentos mais vergonhosos da diplomacia portuguesa” (Alexandre, 1993, p. 764)

Contrariamente ao que pretendia Portugal, a binacionalidade (defendida na Carta Patente emitida por D. João VI a 13 de maio de 1825) foi então definitivamente afastada. Estava igualmente morta a ideia de um federação luso-brasileira. Cindia-se a nação portuguesa e nascia o Brasil. E as relações vinham já marcadas pelo *estranhamento* e pela *(in)comunicação*, que irão mesmo acentuar-se no processo de formação da nacionalidade brasileira, que só então verdadeiramente despontava e que só podia constituir-se por oposição contrastante com Portugal e com os portugueses.

⁵⁷ *Conheça a história de como começou a nossa dívida externa*, EBC – Empresa Brasil de Comunicação, Programa *Em Conta*, 07-09-2016. Retirado de <http://radios.ebc.com.br/em-conta/edicao/2016-09/brasil-assume-divida-de-portugal-para-inglaterra-reconhecer-nossa>

⁵⁸ Ver *A Independência do Brasil foi realmente comprada?*. Retirado de <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20071102215626AAgGsSq>

Era o culminar da longa metamorfose do antigo colonizador processada ao longo de séculos de adaptações, diferenciações e tensões diversas, em que avultavam, a par do *estranhamento* com os indígenas e os escravos, os choques de interesses entre “nobreza da terra” e nobreza do reino, locais e “reinóis”, que se prolongavam agora na contraposição do brasileiro ao português e vice-versa.

Uma situação paradoxal, tendo em conta que quem vai forjar e construir uma consciência verdadeiramente nacional brasileira é o Estado de matriz portuguesa através de práticas administrativas seculares, primeiro, e depois verdadeiramente interiorizado no Brasil desde 1808 com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, não hesitando para isso em recorrer à força a fim de submeter as províncias recalcitrantes e garantir assim a continuidade territorial herdada do Império português. Como notou argutamente Maria Odila Silva Dias,

(...) a consciência propriamente “nacional” viria através da integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio (1840-1850) conseguida a duras penas através da luta pela centralização do poder e da “vontade de ser brasileiros”, que foi talvez uma das principais forças políticas modeladoras do império; a vontade de se constituir e sobreviver como nação civilizada europeia nos trópicos, apesar da sociedade escravocrata e mestiça da colônia, manifestada *pelos portugueses* enraizados no Centro-Sul e que tomaram a si a missão de reorganizar um novo império português. (Dias, 1986, pp. 169-170). (sublinhado do autor da tese).

Capítulo 5

O Brasil em busca de si próprio: que lugar para a herança portuguesa?

“O Brasil (mas só literariamente) é como Portugal. Despreza-se.”

Sampaio Bruno, *O Brasil mental*, 1898

No processo de construção da nacionalidade que se seguiu à emancipação política, o antilusitanismo tornou-se um traço marcante e estruturante, cristalizado em perseguições e confrontos e cimentado no plano ideológico por via da imprensa, agora livre. Na expressão-síntese de Isabel Lustosa, “os jornais não noticiavam – produziam acontecimentos”. No cadinho da nascente opinião pública cristalizam-se por essa via sentimentos de animosidade e desafeto que instauram o *estranhamento*. E este agrava-se com a proclamação da República quando o regime – em que nos primeiros anos domina uma corrente “jacobina” radical - opta pela América em detrimento da Europa, inaugurando um posicionamento estratégico divergente em relação a Portugal, que acabará por tornar-se fator permanente suplementar de desajustamento, *estranhamento e incomunicação*.

Nesse complexo e contraditório processo de autoidentificação, o Brasil, pela necessidade de se distinguir e construir a sua própria identidade, procurou/procura retirar importância a Portugal na construção/invenção da sua “comunidade imaginada”. É então que definitivamente se fixa e consolida o estigma antiportuguês.

5.1. O enigma da Independência: de herança benigna a pesado fardo

Consumada a separação, no complexo e contraditório processo de criação da sua própria “comunidade política imaginada” (Anderson, 1989), vai ocorrer no Brasil, em torno da análise e interpretação dos factos então ocorridos – como (quase) sempre acontece nos temas que envolvem Portugal - uma acentuada disparidade de conclusões. Historiadores e sociólogos dividem-se profundamente sobre o sentido dos acontecimentos, o que faz, até hoje, da Independência, com o seu aparentemente inextrincável nó de continuidades e rupturas, um dos maiores enigmas da formação nacional brasileira (Janscó, 2003, p. 15).

Seguindo as recomendações consignadas no texto de Von Martius (1794-1868) – *Como se deve escrever a História do Brasil* (1844), verdadeiro guia do esforço de invenção da Nação brasileira que então se iniciava – uns, como Varnhagen (1816-1878), logo em finais do século XIX, naquela que é considerada a obra fundadora da historiografia brasileira – viram na separação um “processo natural, essencialmente pacífico”, que teria sido preparado por toda “uma longa e necessária evolução” desde a chegada dos portugueses, dela surgindo um Brasil devidamente legitimado e promissor, natural herdeiro e continuador da civilização ocidental trazida pelos lusos para a América.

Nessa interpretação, teria havido uma clara continuidade (mais do que ruptura) entre o período colonial e a Independência, valorizando-se positivamente a herança lusa, a obra civilizadora da Monarquia e o seu papel na construção da Nação brasileira. Surgida de uma estratégia gerada no interior do próprio Estado monárquico português, a nova nacionalidade brasileira estava umbilicalmente ligada com a nação portuguesa, de que era herdeira e que não rejeitava, antes valorizava (Costa, 2005).

No início do século XX, na esteira de Varnhagen, embora já inserido numa corrente historiográfica renovadora inaugurada por Capistrano de Abreu (1853-1907) (1998), Oliveira Lima (1867-1928) defenderá ainda, em *D. João VI no Brasil* (1909) e *O Movimento da Independência* (1922), que a separação fora um simples acerto de contas devidamente negociado e administrado, sem grande conflito (à exceção da Bahia, onde houve uma resistência maior, “depressa vencida”). Na sua própria e consagrada expressão, tudo não teria passado de um “desquite amigável” entre “o elemento nacional mais avançado”, que pretendia instituir uma república, e o “elemento reacionário, que era o lusitano”, favorável à continuação da Monarquia (Lima, 1997, p. 19)

Essa ideia de uma transição benigna e pacífica contribuía para a autoimagem do brasileiro como povo sereno, pouco ou nada propenso a mudanças bruscas e radicais, acabando por firmar-se como verdadeiro mito de construção identitária do Brasil, que persiste até hoje no imaginário nacional (Costa, 2005, p. 56)

No cômputo geral dessas análises, que haveriam de dominar por longo período no ensino oficial, a independência traduzira-se, portanto, por uma continuidade benigna entre dois ramos da mesma Monarquia, operada em geral de forma pacífica, por contraste com o que se passara na América espanhola, onde se multiplicaram e prolongaram conflitos e guerras, com o território a ser dividido por diversas repúblicas. Uma ideia central apoiada e incentivada pelo oficioso IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838 (e patrocinado pelo próprio Imperador D. Pedro II) com o objetivo expresso de “refletir a nação brasileira”. Na sua Revista trimestral, o IHGB tratou justamente de amalgamar as diferenças, por forma a gerar uma ideia consensual sobre o que fosse a nação brasileira (Guimarães, 1988).

José Bonifácio (1763-1838) ainda no primeiro reinado do Império (1822-1831), e Joaquim Nabuco (1849-1910) no segundo (1840-1889), já questionaram pelo menos um aspeto em que a continuidade se revelava negativa – o prolongamento da escravatura, que ameaçava a formação e consolidação da nacionalidade brasileira. E ainda na primeira metade do século XIX, os liberais, na Oposição, começaram a identificar e criticar “os males que vinham do passado” – o absolutismo monárquico, a centralização política e a escravidão – e se prolongavam agora, sob domínio dos conservadores, como um obstáculo ao desenvolvimento do país. *O passado herdado pela Independência deixava assim de ser uma herança benigna para se transformar num pesado fardo.*

Por essa brecha na visão conservadora operada pelos liberais, a ruptura crítica e o distanciamento em relação a Portugal acentuam-se e, na segunda metade do século, os setores republicanos mais radicais ampliam a tendência, acabando por operar uma verdadeira inversão na interpretação de Varnhagen. Agora, a continuidade assegurada ao longo do processo da Independência, em vez de ser considerada uma “evolução natural”, conduzindo a um bom porto de chegada para se inaugurar uma nova fase, passava a ser vista como um processo maligno, em que as forças monárquicas e conservadoras sempre conseguiam derrotar as forças mais avançadas. Publicado em 1860, o livro *Os males do presente e as esperanças do futuro*, de

Tavares Bastos (1939), é uma das obras mais marcantes dessa orientação, de acordo com a qual “a Emancipação política não resultara em uma verdadeira Independência, pois mantivera a Monarquia, a aristocracia territorial e a escravidão, tristes legados do domínio português. A derrubada da Monarquia é que era a condição para a nova e verdadeira Independência” (Costa, 2005, p. 63).

Nessa mesma ótica, e numa senda inaugurada por Capistrano de Abreu no final do século XIX, de acordo com o qual a nação brasileira se fora formando em prolongado confronto com a ordem metropolitana, passaram a ser valorizados, como expressão da vontade indômita do povo brasileiro, os protestos e revoltas que se foram sucedendo ao longo do tempo e que, apesar de reprimidos e esmagados pelo Absolutismo monárquico e colonial lusitano, sempre se reacenderam, até finalmente desembocarem, vitoriosos, na República.

5.2. “Laços de sangue” – entre privilégio e violência

É neste contexto de visões contraditórias sobre a Independência que vão surgir, a partir de 1822, atitudes igualmente contraditórias em relação aos portugueses no Brasil. Por um lado, reconhecimento da existência de “laços de sangue” (Mendes, 2010) entre os dois países e, nessa base, construção de uma retórica oficial de relações de parentesco (filiais ou fraternais), levando à concessão de privilégios legais, distinguindo os cidadãos portugueses positivamente dos restantes estrangeiros, favorecendo-os, por exemplo, na aquisição de nacionalidade e/ou fixação no território; por outro, frequente expressão de sentimentos de hostilidade e intolerância, chegando muitas vezes à violência.

Afinidades e privilégios

No que diz respeito aos privilégios, do ponto de vista legal, tudo começou em março de 1824, quando a primeira Constituição brasileira, outorgada por D. Pedro I após a dissolução da Assembleia Constituinte, resolveu a questão da cidadania ao reconhecer como cidadãos brasileiros “Todos os nascidos em Portugal e suas possessões, que sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a independência nas províncias onde habitavam aderiram a esta, expressa ou tacitamente pela continuação da sua residência” (Ribeiro, 1997a, p. 89). Os súbditos do Império – nascidos em Portugal ou nos seus domínios - que à data da proclamação da

Independência residissem no Brasil adquiriam, portanto, *ab initio*, cidadania originária: portugueses ontem, brasileiros hoje. Mas não foi apenas a Constituição que distinguiu os portugueses. Com base em considerações de “proximidade racial e cultural”, com destaque para a língua comum, a partir da Independência, todo um conjunto de normas legais passou a favorecer a imigração de origem lusa considerada particularmente adequada para reforçar a composição étnica da população brasileira e o povoamento do território.

Como assinala Ramos Mendes, essa recorrência ao antigo colonizador não encontra paralelo no direito comparado dos Estados do continente americano:

O Brasil é caso único de ex-colônia que atraiu cerca de 90% dos imigrantes que partiram da ex-metrópole europeia, tal como se deu com o fluxo humano originário de Portugal na segunda metade do século XIX e início do XX. Nos movimentos migratórios transoceânicos do período, as correntes nacionais espalharam-se por diversos países receptores, a exemplo dos espanhóis e britânicos, ou dirigiram-se majoritariamente para os Estados Unidos, como fizeram todas as outras nacionalidades, à exceção da portuguesa” (Mendes, 2010, p. 6)

De toda a imigração destinada ao Brasil independente, os portugueses foram:

- o grupo nacional mais numeroso (totalizando, entre 1822 e 1945, cerca de 1,9 milhões de pessoas);
- a corrente migratória que mais se prolongou no tempo, indo desde as primeiras décadas do século XIX, passando por todo o Império (1822-1889) e atingindo o apogeu na República (1889/1945). Os dados sobre a mão-de-obra europeia no Brasil de 1820 a 1960, indicam para os imigrantes portugueses as seguintes percentagens: 1820-1833 - 13,31%; 1884-1933 - 68,39% e 1934-1960 -18,30% (Pasckes, M. L. N. A. (1990/1991, p. 84).
- o grupo nacional com maior implantação geográfica entre os estrangeiros que se fixaram no país (Mendes, 2010, p. 6).

Com a particularidade dessa imigração (que se prolongou de finais do século XIX até aos anos 60/70 do século XX) passar a desempenhar, pelo envio regular de remessas financeiras para as localidades de origem, um papel crucial no equilíbrio das contas públicas lusas e “determinante para o desenvolvimento local e regional de Portugal” (Maia, 2014, p. 336).

Brasil – uma paixão portuguesa

Estes dados são importantes para o tema que nos ocupa, na medida que mostram como o Brasil foi reiteradamente, ao longo de séculos, e mesmo já depois da Independência, verdadeiramente uma paixão portuguesa. Quase se poderia dizer uma obsessão, uma atração fatal, objeto de interesse e intenso desejo:

- de aventureiros, degredados e fugitivos, transformados – por imposição uns, outros por simples necessidade de sobrevivência - em guarda-avançada da exploração e conquista do território;
- das elites, que desde cedo viram nele território apto a um eventual recuo estratégico, por lá fazendo circular alguns dos seus melhores quadros em sucessivos tirocínios de mando (mais do que fez qualquer outra aristocracia europeia nas suas colónias) e para lá transferindo, por fim, a própria Corte, submetendo-se esta literalmente a um rosário de penas e enfrentando perigosas tempestades e vendavais, como se estivesse cumprindo um destino havia muito anunciado ao qual não podia furtar-se (Wilcken, 2005);
- e do povo – que, uma vez ultrapassado o sentimento de medo em torno das novas terras, (consideradas durante muito tempo lugar de exílio e perigo, onde se podia enriquecer, mas se devia a qualquer custo evitar (Schwarz, 1990, p. 109), pelo menos desde a corrida ao ouro, no começo do século XVIII, para lá afluiu em massa e para lá voltou a emigrar em peso já depois da separação:

De fato, a imigração de lusitanos em direção a esta parte da América nunca cessou. Confundiou-se com a conquista e a colonização, intensificou-se após a independência e adentrou o século XX. Não espanta que eles tenham formado o contingente mais numeroso dentre os grupos de imigrantes estabelecidos no Brasil – eram praticamente os únicos europeus a residirem no país ao longo da época colonial e, de 1820 a 1972, um terço dos cinco milhões e seiscentos mil estrangeiros que chegaram eram portugueses – contra 29% de italianos e 13% de espanhóis. (Florentino & Machado, 2002, p. 93)

Desde a descoberta até ao início do presente século, a estimativa do total de portugueses que se estabeleceram continuamente no Brasil aponta para cerca de três milhões. Nos dois primeiros séculos, calcula-se esse número em pelo menos 200 mil. Depois, no século XVIII, quando ocorre a corrida ao ouro, os números variam entre os 400 mil estimados por Charles Boxer e os 800 mil calculados por João Lúcio de Azevedo. A partir de 1837, quando começam a

registrar-se as entradas, e 1977, sabe-se que entraram oficialmente 1.809.790 portugueses no Brasil, embora alguns autores como João Evangelista considerem que esse número é subestimado, na medida em que não dá conta das entradas clandestinas, considerando serem as ilegais cerca de 1/3 das legais.

Na conclusão de Carlos Lessa, tratou-se de um esforço colossal para um país que pouco mais deveria ter que um milhão de habitantes no início do ciclo ultramarino: “Portugal realizou um esforço com o Brasil muitas vezes superior, em termos relativos, ao da Espanha com toda a América” (Lessa, 2002, p. 25).

Estes dados coincidem, grosso modo, com o levantamento feito anteriormente por Vitorino Magalhães Godinho sobre as perdas de população portuguesa desde o século XVI (Godinho, 1978b):

- de 1500 a 1580, cerca de 280 000 indivíduos;
- entre 1580 e 1640, entre 300 000 e 360 000;
- entre 1640 e 1700, cerca de 150 000;
- entre 1700 e 1760, mais de meio milhão, talvez 600 000.

Os portugueses estiveram, portanto, envolvidos em grande número, desde o século XVI, em todas as etapas cruciais da colonização do Brasil: do desbravamento, conquista e assimilação económica do território, da cultura da cana do açúcar, tabaco e algodão à introdução e adaptação de novas espécies de animais e plantas, criação de gado e exploração mineira à cultura do café.

Depois, com o fim da escravatura e a necessidade de substituir essa mão de obra, beneficiando do incremento da navegação a vapor e dos transportes oceânicos, assistiu-se a nova onda migratória em grande escala rumo ao Brasil: três centenas de milhar entre 1820 e 1890 e cerca de duas centenas de milhar, na década de 1891 a 1900.

Já durante o século XX, quase meio milhão de portugueses saíram para o Brasil desde o início do século até ao início da I Guerra Mundial, representando quase 90% da emigração portuguesa durante esse período; mais de 200 000 voltaram a fazê-lo após o termo desse conflito armado e até ao início da crise económica dos anos trinta; quase 90 000, entre 1931 e 1940, valor que voltou a aumentar durante os primeiros anos da segunda metade de Novecentos, até 1963, data em que as saídas para o Brasil foram definitivamente ultrapassadas pela emigração para outros destinos (Arroteia, 2009, p. 47).

Como referem dois pesquisadores que têm estudado a fundo o fenómeno, a corrente emigratória portuguesa para o Brasil foi praticamente contínua nada a detendo – nem dificuldades levantadas pelas autoridades, nem notícias de perseguições e violências, nem mudanças de regimes políticos de um e outro lado:

Quer sob a forma de colonização/emigração durante o Império Português (1500-1822), quer sob a forma de emigração propriamente dita a partir da independência do Brasil (1822), exigindo sempre, de 1709 em diante, a emissão de um passaporte para quem pretendesse ausentar-se de Portugal para aquele território, esta longa emigração iludiu as leis da proibição ou restrição de cá e de lá, e ignorou as mudanças dos regimes políticos que ocorreram em cada um dos países nos últimos dois séculos, uma corrente contínua que uma vez se submerge tão profundamente que parece não existir e outras vezes irrompe com uma pujança que tudo avassala e contra a qual não há nada a fazer. As recorrentes perseguições aos portugueses no Brasil oitocentista nunca puseram em causa a sua continuidade e permanência naquele país, como as retóricas denúncias políticas em Portugal da miséria, exploração e servidão que afectava numerosos portugueses no Brasil, nunca foram susceptíveis de evitarem tal emigração. (Sousa & Ferraria, 2009, p. 13)

Entretanto, para o tema que vimos analisando, tanto ou mais relevante que o número e/ou do que a disseminação pela generalidade do imenso território, foi o facto do elevado desequilíbrio entre géneros dessa continuada corrente migratória lusa, responsável pela generalização das uniões interétnicas, que deram origem à miscigenação. Como frisa Lessa, “Famílias organizadas multiplicaram-se a partir deste corolário do padrão de imigração solitária”, razão pela qual pelo menos até à Independência, “o lusitano constituiu o pano de fundo populacional” (Lessa, 2002, p. 26).

Esse quadro irá mudar no século XIX, quando começaram a chegar contingentes de imigrantes provenientes de outras origens, designadamente de Itália, cuja imigração chegou, entre 1890 e 1914, a superar a portuguesa. Mas no cômputo geral, mesmo no pós-Independência e até hoje, a primazia manteve-se com Portugal.

Tal como já acontecera durante a corrida ao ouro nos séculos XVII e XVIII, a emigração portuguesa para o Brasil no decorrer dos séculos XIX e XX foi em boa parte um movimento espontâneo, ditado por situações económicas assimétricas nos dois países (expansão das plantações de café no Brasil em contexto de escassez de mão-de-obra devido ao fim da

escravatura, por um lado; e, por outro, quebra de salários no campo, em Portugal, na sequência do processo de desmantelamento das antigas estruturas feudais e avanço da economia capitalista). Para essa corrente migratória contribuiu, no início do século XIX, o facto de a Corte se ter instalado no Brasil e também a persistência de uma imagem de Eldorado que a Terra de Vera Cruz ainda conservava, à época, no imaginário português – um local de prosperidade e abundância, onde era possível, com aplicação e esforço, fazer fortuna. No dizer de um imigrante, no Brasil “a gente não se sente estrangeiro e... todos pensam em voltar, mas voltar rico” (Pasckes, 1990/1991, p. 87).

A singularização positiva com que o Brasil passou a distinguir legalmente essa imigração certamente contribuiu igualmente para reforçar essa corrente. Basta referir que a primeira lei de imigração aprovada depois da Independência, logo em 1823, especificamente dirigida aos imigrantes portugueses, concedia-lhes a possibilidade de adquirirem de imediato a cidadania brasileira, bastando para isso jurar fidelidade ao Império.

Esta predominância da origem étnica e nacional lusa no Brasil ao longo de séculos, apenas abalada no final do Oitocentos, e logo recuperada em seguida, a par da intensa miscigenação dentro e fora da instituição do casamento, explica a identificação da população do território com a nação portuguesa e a dificuldade que houve, após a Independência, para estabelecer uma diferenciação e separar as águas. Como explica o historiador português A. H. de Oliveira Marques,

De finais do século XVII a 1822, o Brasil constituía a essência do Império Português. Com algum exagero, até se poderia dizer que constituía a essência do próprio Portugal. Foi o Brasil que, em grande parte, levou à separação da Espanha, em 1640. Foi o Brasil que deu a Portugal os meios de se conservar independente depois, e que justificou o apoio concedido pelas outras potências à secessão portuguesa. Foi o Brasil que trouxe uma nova época de prosperidade durante o século XVIII e que fez Portugal respeitado uma vez mais entre as nações civilizadas da Europa. (Marques, 1995, p. 402).

Identificação e diferença

A identificação de uma nação com a outra era de tal modo forte que mesmo enquanto ainda decorriam confrontos em várias províncias – Pará, Maranhão, Bahia... – entre partidários e adversários da emancipação, sendo necessário separar as águas e saber quem era nacional e quem o não era, as intervenções dos deputados às Constituintes brasileiras e a leis então aprovadas “apontam para a virtual impossibilidade de discernir o inimigo estrangeiro (*ou quem*

deveria ser considerado português) apenas pelo local de nascimento.” (sublinhado nosso) (Pasckes, 1990/1991).

A composição da força militar que, no Maranhão e Piauí se opunha à emancipação pretendida por D. Pedro e pelas províncias do Centro-Sul, preferindo manter aquelas províncias ligadas a Portugal, é bem reveladora de como as identidades nacionais respectivas se confundiam. De acordo com relatório do comandante da força, major João José da Cunha Fidié, a maioria dos 1600 homens da sua tropa era de brasileiros natos que lutavam ao lado de Portugal. O que talvez explique que tenham sido todos libertados (incluindo os nascidos na antiga metrópole) após a capitulação e prisão do comando.

Após a separação, os portugueses nascidos na antiga metrópole passaram a estar numa espécie de limbo – não eram nacionais propriamente ditos, nem naturais da terra, nem estrangeiros – eram *cidadãos adotivos, titulares de cidadania originária*.

De qualquer forma, o favorecimento legal concedido aos portugueses, consagrado logo na primeira Constituição do novo país (e sucessivamente reiterado em todas as outras até aos nossos dias, incluindo na última, de 1988)⁵⁹ mostra bem qual era a realidade dos factos – não havia, até então, em boa verdade, nações opostas – uma nação opressora e uma nação oprimida. A nação era a mesma, embora o mosaico que a formasse fosse variado e cada um dos diferentes setores sociais que a integravam nela se inserisse à sua maneira (Jancsó & Pimenta, 2000).

Entretanto, ao considerar brasileiros os antigos portugueses residentes no território (todos, afinal), a Constituição de 1824 também reconhecia, em simultâneo, que havia diferenças: políticas, primeiro, porque o Estado antes português se separava agora da antiga Metrópole, emancipando-se, ainda que mantendo as estruturas herdadas da Corte portuguesa no Rio; mas também sociais, porque o universo humano era distinto do europeu ou de qualquer outro das possessões portuguesas. Por outras palavras, *o português do Brasil era, já então, diferente do português de Portugal*. Na expressão de Eduardo Lourenço, aqueles que um dia atravessaram o Atlântico da Europa para América e por lá ficaram havia muito que “por lá se perderam” (Lourenço, 2004), acabando por perder também a memória de que um dia haviam sido lusos. Como

⁵⁹ Ver Constituição de 1988, Artigo 12, § 1º: “Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos nesta Constituição”. Retirado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>

assinalam Florentino e Machado, “muitos milhões de portugueses que, por séculos, emigraram para o Brasil (...) logo transformaram o passado em olvido” (Florentino & Machado, 2002).

Ao conceder-lhes cidadania originária, a Lei Fundamental de 1824 limitava-se afinal a consagrar, no plano jurídico, a *metamorfose do português em brasileiro* operada ao longo de séculos desde a chegada dos primeiros navegantes, aventureiros, degredados, comerciantes, colonos, religiosos, militares e governantes lusos ao Brasil. Todos eles – mesmo os que de início só vinham para tentar enriquecer e logo voltar – colocados perante realidades naturais, humanas e culturais muito distintas daquelas de onde procediam e que não podiam por isso deixar de os impressionar e estranhar, cedo foram compelidos a adaptar-se. Ao mesmo tempo que implantavam na nova terra a sua língua, a sua religião e seus modos de estar e de ser, progressivamente foram-se adaptando – mudando hábitos, alimentação, língua, costumes, e misturando-se etnicamente com os indígenas, primeiro, e com os próprios escravos negros trazidos de África e seus descendentes, depois.

A princípio, viram na nova sociedade mestiça daí resultante um prolongamento, uma projeção de Portugal nos trópicos, engrandecendo o Império através da criação de uma Nova Lusitânia; depois, inevitavelmente, à medida que o tempo passava e as novas realidades se consolidavam, passaram a considerar essa nova sociedade uma realidade distinta, com características e dinâmicas próprias, que exigia adaptações das leis gerais do Reino por forma a coaduná-las com as circunstâncias – em resumo, as circunstâncias pediam um governo próprio. Ou mesmo governos distintos, tão grande era o território e tão diversas as condições locais.

Apesar disso, é hoje ponto assente reconhecido pela generalidade da historiografia que, *no começo do século XIX, quando se operou a separação política, não havia ainda nação brasileira constituída:*

Se antes dos oitocentos havia alguma identidade brasileira, era somente de forma tímida e embrionária, e mesmo assim era difícil separá-la de sua vinculação lusitana. As elites do país preservavam, sobretudo, a sua origem branca e europeia e isso implicava em uma falta de identificação com a colônia. Afinal, era essa herança que os diferenciava de índios e negros e, portanto, não havia como abrir mão dessa vinculação. De fato, tudo indica que o Brasil pouco representava enquanto foco de identificação. (Kahled Junior, 2007, pp. 16-17)

Para as elites locais, o sentimento de portugalidade era fonte de orgulho e prestígio, sinal de distinção e superioridade em relação aos indígenas e escravos. Mas existia uma persistente contraposição/hostilidade com os elementos reinóis e os quadros políticos da Monarquia, em particular os agentes repressivos; e existia também, a partir de finais do século XVIII, nas grandes cidades do litoral e entre as elites e camadas mais esclarecidas, uma amarga memória acumulada de revoltas e insurreições duramente esmagadas e por isso fonte de ódios, tensões e ressentimentos, com particular destaque, como vimos, para a Inconfidência Mineira de 1789, a Conjuração Baiana de 1798 e a Revolução Pernambucana de 1817.

No entanto, cada um destes episódios insurreccionais tinha, como foi sublinhado, âmbito meramente regional. A ideia de que cada um deles era já parte de um movimento nacional mais amplo, que viria até de tempos mais recuados (o nativismo expresso nas observações críticas dos primeiros cronistas) sendo, portanto, indício de uma precoce identidade nacional – foi defendida por parte da historiografia, designadamente José Honório Rodrigues (1975) e está hoje, por via da sua inclusão no ensino e na difusão mediática de massa, muito consolidada na memória coletiva do país; mas não parece que possa ser corroborada pelos factos, devendo antes ser incluída no bloco dos mitos nacionais, como defendem Jancsó e Pimenta, referindo, por exemplo, o caso da Conjuração Baiana:

[...] é inútil procurar alguma ideologia nacionalista entre os sediciosos baianos de 1798. A nova ordem que propugnavam não buscava sua legitimidade em direitos históricos ou em ancestral trajetória comum, típicos dos nacionalismos europeus emergentes no século XVIII. O confronto delineado em 1798 na Bahia colocava frente a frente a monarquia absoluta e uma comunidade que afirmava ter configuração específica: o povo baiense instituidor potencial de um novo Estado que viria a ser nacional mediante um pacto de cidadãos [...] o inimigo do povo não tinha uma configuração nacional, *a opressão não era percebida como a de uma nação estrangeira* [...] a privação de liberdade do povo baiense não advinha da sujeição à nação portuguesa, mas ao trono. (Jancsó & Pimenta, 2000, p. 147). (sublinhado nosso)

Com efeito, tudo indica que aqueles movimentos eram essencialmente locais; a sua dinâmica poderia até ter-se desenvolvido no sentido da independência desta ou daquela região (por exemplo, da Bahia ou Pernambuco), mas não do Brasil no seu conjunto, cujas diferentes partes ainda não estavam ligadas por sentimentos comuns. Como notou Sérgio Buarque de

Holanda, “no Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas” (Holanda, 2003, p. 24).

Além disso, essas contraposições políticas localizadas não apagavam (ainda) a ideia fortemente vincada de que havia, sim, importantes afinidades culturais e étnicas, tanto mais que – como já foi dito – as elites de um e outro lado, na sua maioria caldeadas no mesmo centro universitário – Coimbra –, haviam-se aproximado mais com a instalação da Corte no Brasil e estiveram, também, quase até ao fim, empenhadas no mesmo projeto de construir “um grande e poderoso Império” luso-brasileiro.

Interiorização da metrópole – um caso exemplar

De acordo com a caracterização já consagrada de Maria Odila da Silva Dias, a fixação do Trono no Rio de Janeiro desencadeou um processo de “interiorização da metrópole”, com o enraizamento dos interesses portugueses. Num primeiro momento, pelo menos, a contraposição não se agravou, antes pelo contrário – houve mais aproximação e mais identificação. Nas suas próprias palavras, “a vinda da Corte com o enraizamento do Estado português no Centro-Sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada” (Dias, 2005).

O que se passou com o funcionário da Biblioteca Real, Luís Joaquim dos Santos Marrocos, é bem ilustrativo a esse respeito. Chegado de Portugal ao Brasil em 1811, nas cartas que do Rio de Janeiro dirige ao pai, não poupa, nos primeiros anos, as críticas e as queixas. Em 1812, por exemplo, escreve: “Meu Pay; quando se trata das más qualidades do Brazil, he p.a mim matéria vasta em ódio e zanga, sahindo fora dos limites da prudência; e julgo q. até dormindo praguejo contra elle”⁶⁰. Ao mesmo tempo, ia dando conta dos negócios e transações que os portugueses chegados ao Reino faziam.

Nos primeiros tempos, Marrocos mostra-se inquieto e desejoso de regressar o mais rápido possível, constatando, no entanto, para sua infelicidade, que a família real – e com ela toda a Corte – vai postergando uma e outra vez a data da partida. Marrocos constata que os altos dignitários vão adquirindo novas propriedades e vão-se igualmente envolvendo em projetos de negócios... Manifestamente, o regresso a curto prazo não estava no horizonte.

⁶⁰ *Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, 1811 a 1821*, in Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, vol. 56, 1939, p. 112, Retirado de http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1934_00056.pdf

Tudo isso já era digno de nota, comprovando que muitos dos que tinham vindo com D. João VI, em 1808, haviam-se enraizado e tinham agora intenções de ficar... O mais curioso, entretanto, é que a partir de certa altura, o conteúdo da correspondência do bibliotecário muda radicalmente de tom – as críticas e as queixas sobre a cidade, o Brasil e os seus habitantes desaparecem e surge até uma nota otimista quanto às condições de vida no Rio, refletindo as transformações por que passara a cidade. E finalmente, já em 1819, Luís Marrocos, em vez de continuar a falar de regresso a Portugal, desafia antes o pai a vir para o Brasil:

(...) sendo huma verdade innegavel q. esse Paiz se vai tornando cada vez mais desgraçado em todos os seus ramos, havendo os maiores motivos de se julgarem desvanecidas as esperanças de elevar-se tão cedo ao seu estado antigo e florente: he forçoso e conforme a toda a razão q. V. M.ce, fechando os olhos a quanto possa attrahir as suas atenções nesse Continente, dirija estas a facilitar os meios de se transportar com toda a nossa familia para esta Corte, onde tenho bem fundadas esperanças de se melhorar a nossa Sorte, concorrendo todos os princípios em nosso favor, e todas as razões para V. M.ce conseguir mais facilmente hum estabellecimento solido, cheio de recursos favoráveis, e q. mais prosperos se tornarão pelo volver do tempo.⁶¹

Neste caso como em muitos outros, como sentencia o ditado popular, primeiro estranha-se e depois entranha-se. A ideia do enraizamento da metrópole tende a valorizar mais a continuidade do que a rutura, esvaziando o significado histórico da Independência, na linha do que parecia pensar também Sérgio Buarque de Holanda, ao referir que, para os reinóis, o 7 de setembro não passara de um “simples episódio de *uma guerra civil de portugueses*, iniciada em 1820 com a revolução liberal portuguesa, e onde se veem envolvidos os brasileiros apenas em sua condição de portugueses do aquém-mar” (Holanda, 2003, p. 24) (sublinhado nosso).

Novas condições – a emergência da opinião pública

Como nota, entretanto, Andréa Slemian, numa leitura crítica da noção de interiorização da metrópole, esse enquadramento

deixa de lado o que talvez tenha sido a grande marca de 1808: a inauguração de condições novas, na ex-colônia, de exercício da política em todos os seus níveis, e que conduzirão a América portuguesa a uma trajetória extremamente

⁶¹ *Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, 1811 a 1821*, in Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, vol. 56, 1939, p. 376, Retirado de http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1934_00056.pdf

conflituosa até seu ápice, no momento da Independência” (Slemian, 2006, p. 34)

Essas “condições novas” traduzem-se essencialmente no surgimento, desde finais do século XVIII, de associações leigas não diretamente vinculadas à administração – os salões, as academias, os cafés e livrarias, as sociedades secretas, designadamente a Maçonaria, que vão criando formas de afirmação e exercício das liberdades de reunião, pensamento e expressão, acabando depois por se reforçar com o surgimento da imprensa e formar um espaço de opinião pública no sentido de Habermas (1984) que passa a exercer influência direta na política, até aí circunscrita aos conciliábulos reservados dos círculos dirigentes.

Desde essa época, havia jornais publicados em Portugal que circulavam no Brasil – *A Gazeta de Lisboa*, surgida em 1778, por exemplo, foi um deles, a par de uma dezena e meia de outras publicações que se editavam no tempo de Pombal; mas esses periódicos surgidos no contexto do Absolutismo ainda não praticavam o debate e a exposição pública de divergências políticas. Mais tarde, em 1808, surgiram *O Correio Braziliense* (editado em Londres, mas com distribuição *sob o capote* em Portugal e no Brasil) que cultivava uma linha de crítica moderada, e *O Correio do Rio de Janeiro*, oficioso, que saía da Impressão Régia criada por D. João. Ainda que de orientações claramente distintas, as duas publicações não ultrapassavam os limites do universo político reinante, que não questionavam: eram ambas monárquicas, ambas defensoras da dinastia de Bragança, ambas apoiantes do projeto de Império luso-brasileiro e ambas críticas de qualquer ideia de rutura ou derrube violento do regime.

Só a partir das revoluções liberais, nas primeiras décadas do século XIX, é que se operou uma viragem decisiva para o surgimento da opinião pública, concretamente através da abolição da censura pelas Cortes (28 de agosto de 1821). A medida, primeiro decretada em Portugal, em setembro de 1820, foi replicada por D. João VI no Brasil em março do ano seguinte, neste caso, tardiamente, já em claro desfasamento com a irrupção da circulação de impressos a que já se vinha assistindo:

É nesse momento crucial que começa a se fazer de maneira mais consistente, no Brasil, a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas do Antigo Regime (como gazetas, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletivas e proclamações em voz alta, entre outras formas) para um espaço público onde

se consolidavam debates por meio da imprensa. (Morel & Barros,, 2003, p. 22)

As “folhas volantes” ou “notícias avulsas” foram então um género muito em voga, predominando até 15 de janeiro de 1822, quando foram proibidas as publicações que não trouxessem a identificação do respetivo autor ou autores (Ribeiro, 1997b, p. 66).

Imprensa militante

Logo desde o início, os jornais (ainda artesanais) que então se publicam não se limitam, de uma forma geral, a ser meros espectadores neutros ou distanciados dos acontecimentos; também havia, é certo, os que mantinham orientação mais sóbria e reservada, numa linha essencialmente noticiosa, sobretudo em temas de economia e cultura. Mas a grande maioria comportava-se abertamente como instrumento político, tomando parte ativa no desenrolar da trama, muitas vezes recorrendo a uma retórica apaixonada e exaltada, em estilo panfletário. Na expressão de Lustosa, “os jornais não noticiavam: produziam acontecimentos” (Lustosa, 2000, p. 16). O *Idade de Ouro do Brasil*, da Bahia, por exemplo, em 1821, quando a Corte ainda hesita sobre que atitude tomar face à Revolução Liberal do Porto do ano anterior, apela diretamente às forças armadas para que intervenham:

Soldados europeus e brasileiros de diferentes capitanias do Brasil, vinde já incorporar-vos às nossas honradas fileiras. Debandai desses pérfidos chefes de Satanás, que ainda querem que prevaleça o reino das trevas sobre o reino das Luzes. (Carvalho, Bastos & Basile, 2012, p. 11)

A explosão da imprensa, verdadeira “praga dos jornais”, aconteceu tanto em Portugal como no Brasil, sendo 1821/1822 o período áureo. Na antiga metrópole (Lisboa, Porto e Coimbra), surgiram quatro dezenas de jornais – dos conservadores *Punhal do Corcunda* e *Tripa Virada* aos liberais *Génio Constitucional*, *Astro da Lusitânia*, *Campeão Português em Lisboa* e *Minerva Constitucional*, entre muitos outros (Tengarrinha, 1989, pp. 123-134).

No Rio de Janeiro, houve explosão idêntica, com o surgimento de duas dezenas de jornais, desde os oficiosos *Gazeta do Rio de Janeiro* e *O Regulador Brasilico* até aos liberais *O Espelho* e a *A Malagueta*, passando pelos mais neutrais *Diário do Rio de Janeiro* e *O Volantim*, e com destaque para o *Revérbero Constitucional Fluminense*, porta-voz do liberalismo mais radical e um dos mais influentes nesse período (Neves, 1999).

Além de novos jornais e outras publicações periódicas (ainda que de curta duração) surgem a todo o momento cartas, manifestos, proclamações, denúncias, panfletos impressos e/ou manuscritos (os famosos *papelinhos* de que muito se falava na época), que logo passam de mão em mão (alguns até circulando dos dois lados do Atlântico), sendo vivamente comentados e contraditados, debatidos em pontos de encontro em que os argumentos se cruzam e as mensagens passam, num ambiente efervescente em que são analisadas de forma aberta as grandes questões do momento; por exemplo – deve a família real regressar a Portugal ou permanecer no Brasil?

É nesse cadinho da opinião pública nascente que se vão formar e cristalizar posições e argumentos, consolidando-se também, à medida que o tom sobe no confronto de posições, sentimentos de animosidade e desafeto que cindem os portugueses da América entre partidários e adversários de um e outro Reino, com as ofensas mútuas a contribuírem para solidificar o antagonismo:

O Brasil era uma terra de macacos, negros e índios, sem possibilidade de edificar uma verdadeira civilização – diziam os partidários de Portugal. Os portugueses eram decadentes, parasitas de riquezas alheias e incapazes de construir uma nação próspera – diziam os partidários do Brasil. (Morel & Barros, 2003, p. 26)

Tudo isso sem que um e outro dos dois reinos fosse necessariamente o local de nascimento de quem assumia tais opiniões, uma vez que havia nascidos na velha metrópole que eram a favor do Brasil e havia quem tivesse nascido no Brasil que era a favor de Portugal.

Entre o regresso de D. João VI à antiga metrópole, em abril de 1821, e o fecho da Assembleia Constituinte brasileira por D. Pedro, em novembro de 1823, vive-se um período de grande instabilidade e indefinição política e a súbita passagem do regime de censura à completa liberdade de imprensa fez que irrompessem na cena pública, comportamentos desregrados e desbragados, alcançando o debate “níveis de violência que incluíam o insulto, o palavrão, os ataques pessoais, as descrições deturpadas de aspectos morais ou físicos e até a agressão corporal, enunciada ou levada à prática” (Lustosa, 2000, p. 16).

A linguagem era veemente, muitas vezes radical (sobretudo nos manuscritos, que escapavam, pelo anonimato, a qualquer chamada à responsabilidade), chegando a haver apelo às armas, numa espécie de réplica da revolução francesa: “Às armas, Cidadãos É tempo às

Armas/ Nem um momento mais perder deveis/Se à força da Razão os reis não cedem/ Das Armas ao Poder cedam os Reis”.

Mas era mais a letra do que a substância, porque os panfletários não visavam destronar a dinastia nem sequer derrubar a Monarquia – tudo se limitava à reivindicação de mais liberdade, contra a opressão e o despotismo que caracterizavam o Antigo Regime. E embora houvesse proclamações mais radicais, trazendo implícita a supremacia da soberania popular sobre o poder dos reis, quase sempre a figura de D. João VI era preservada: “(...) eram raras as manifestações revolucionárias. Os panfletos manuscritos, em sua maioria, pareciam acreditar na inocência do soberano, aconselhando-o a demitir pérfidos e malvados ministros e validos” (Carvalho, Bastos & Basile, 2012. Pp. 27-28)

Muito significativo para o tema que nos ocupa é o facto de não se encontrar na maioria dos panfletos até 1822 referências ou alusões à Independência.

Até 1822, apesar das ameaças ao rei, das incitações ao povo, da pregação, algumas vezes da violência, não se encontrou na maioria dos panfletos manuscritos qualquer alusão à independência do Brasil. Favoráveis ao constitucionalismo e às ideias liberais, eles se mantinham fiéis à dinastia de Bragança e à unidade do império português. (Carvalho, Barros & Basile, 2012, p. 28)

Como sublinha Lustosa, “os mesmos jornalistas que antes de dezembro de 1821 celebravam a nação lusitana, pregando a conciliação, poucos dias depois esmeravam-se na defesa da separação dos interesses brasileiros dos portugueses” (Lustosa, 2000).

Para se começar a falar de independência e separação foi preciso, primeiro, como vimos, operar-se uma inversão de sentido capaz de proporcionar a emergência de uma identidade nacional própria, distinta da portuguesa; e essa formou-se e consolidou-se nos confrontos, por vezes de grande violência, que ocorreram em diferentes ocasiões e cristalizou-se nos espíritos através dos intensos embates ideológicos travados na imprensa:

Se, inicialmente, os jornais e folhetos que circularam na América permitiram o estabelecimento de um diálogo entre as elites brasileira e portuguesa, que não colocou em questão a integridade do Reino Unido, os acontecimentos em Portugal no final de 1821, ligados às medidas das Cortes portuguesas em relação ao Brasil, trouxeram uma mudança nas palavras e nas ideias e conduziram a um novo ideário, relacionado a algumas propostas de separatismo. Propostas, no entanto, que foram formuladas a partir de distintas

leituras daquela cultura política, de acordo com experiências também diversas daqueles que constituíam as elites intelectual e política da antiga colônia. (Neves, 1999, p. 9)

Como já referido anteriormente, o embate produziu-se entre dois grandes grupos cujas origens e formação iriam depois influenciar decisivamente os destinos do novo país; pela importância que tiveram no desenrolar dos acontecimentos, vale a pena lembrar:

- de um lado, a *elite coimbrã*, em que predominava um ideal reformador no espírito das Luzes; era o círculo reformista liberal moderado da chamada geração de 1790, formado em torno da figura e das ideias do ministro Rodrigo de Souza Coutinho; *preservavam o Rei como representante máximo da Nação e defendiam a criação de um Império luso-brasileiro.*

- do outro, a *elite brasileira* – integrada por personalidades com menos contato como exterior, mais autodidatas e de inspiração ideológica francesa, tendencialmente mais radicais e menos comprometidas com o projeto do império luso-brasileiro, representando os interesses das reduzidas camadas médias surgidas no tempo de D. João VI. É neste grupo que vão surgir os ideólogos do separatismo, num movimento que começa a formar-se em finais de 1821 e se consolida nos primeiros meses do ano seguinte.

Ainda assim, a caminhada rumo à separação não deixa de ocorrer com alguma relutância, tão forte era a ideia de união. Em vésperas da declaração de Independência, o influente *Revérbero Constitucional Fluminense* ainda escrevia:

Ainda nenhum brasileiro disse: eu não quero constituição; nenhum exclamou também: separemo-nos da Mãe Pátria; mas o capricho de alguns deputados nas Cortes de Lisboa tem-nos grandemente aproximado de um termo, em que os brasileiros todos gritaremos unânimes: temos pátria, temos constituição, temos rei e bastante denodo para defendermos a nossa liberdade, para conservarmos as nossas leis e a nossa política gloriosa de representação nacional.⁶²

⁶² Revérbero Constitucional Fluminense, n. 15, Rio de Janeiro, 3 set. 1822, in NEVES, 1999, p. 10.

5.3. Separação relutante e antilusitanismo intrínseco

Parece assim confirmar-se que a Independência surgiu mais como *construção política do momento*, que emergiu no fragor dos confrontos – ideológicos e físicos – travados ao longo do agitado ano de 1822, do que propriamente ditada por uma consciência nacional anterior.

E houve até, durante meses, alguma hesitação e até relutância por parte das principais correntes que se digladiavam no Rio de Janeiro (em torno da alternativa de constitucionalismo mais radical ou mais moderado, deixando mais ou menos poder a D. Pedro) em avançar para a separação. Separação que a certa altura pareceu até ser mais desejada pelos deputados portugueses do que pelos brasileiros, como o prova o célebre “Adeus, Sr. Brasil!” proclamado da tribuna das Cortes pelo líder político da Revolução do Porto de 1820, Manuel Fernandes Tomás.

Na verdade, em 9 de janeiro de 1822, o célebre Dia do Fico ainda deixava as portas abertas a mais do que uma alternativa; e mesmo a 3 de junho, quando D. Pedro convoca a Assembleia Brasileira, ainda (se) admitia que pudesse ser preservada alguma forma de união. Mas a dificuldade de encontrar uma fórmula capaz de conciliar o desejo de Portugal recuperar o centro hegemónico do Império com a autonomia entretanto adquirida pelo Brasil, a par de ofensivas manifestações de superioridade por parte dos deputados lusos e da imprensa portuguesa e a suspeita (tornada “realidade” pela propaganda política) de que Portugal queria recolonizar o Brasil geraram uma *dinâmica de confronto irreconciliável* que já não permitiu sequer analisar com serenidade até ao fim a proposta – que chegou a ser discutida nas Cortes - de fazer do Reino Unido um mercado integrado e protegido, conciliando os interesses comerciais das duas partes.

Historiadores e publicistas não coincidem neste ponto. Há mesmo quem considere que o nacionalismo brasileiro começou no próprio momento em que teve início a colonização:

A diversificação de interesses entre os colonos e a metrópole lusa, deve ter começado com a própria colônia, quando o primeiro agricultor recebeu financiamento dos onzenários imigrados ou quando teve que trocar seus produtos por mercadorias vindas de Portugal. (Sobrinho, 1995, p. 13)

A partir daí, esses autores defendem que toda a revolta havida em diferentes épocas e capitânias como manifestações nativistas, eram já acordes ou prelúdios, de uma forma ou de outra, da grande sinfonia final da Independência executada em 1822 e prolongando-se depois pelo menos até 1831 (ano da abdicação de D. Pedro) ou mesmo meados do século, quando cessaram as revoltas regionalistas (Cabanada, Balaiada, Sabinada, Farrroupilha...) em diferentes províncias.

José Honório Rodrigues é um dos expoentes dessa linha de interpretação. Falando sobre uma das suas principais obras – *Independência, Revolução e Contra-Revolução* - diz o próprio:

Esta obra defende a tese de que a Independência não foi um movimento, mas uma revolução contida por D. Pedro no meio do caminho, com a demissão e o banimento de José Bonifácio; sustenta também que não foi desquite amigável, mas uma guerra, maior que a de muitas independências da América, na durabilidade e na mobilização de forças. Quando não houve luta, houve exibição de força, que continha e afastava o inimigo. (Rodrigues, 1975, Prefácio)

Uma construção política complexa

Construção política surgida em 1821/1822 da confluência de diversos fatores sem destino previamente marcado ou processo em crescendo desde o início da colonização do território, desembocando na Independência, como se esta estivesse inscrita nas estrelas, uma coisa é certa – a partir da separação e por muitos anos, a contraposição Portugal-Brasil vai surgir em múltiplos momentos de divergência e contraposição de interesses.

E o antilusitanismo, que permeou o ano fulcral de 1822, acabará por cristalizar e consolidar-se, como veremos adiante, por força de interpretações negativas sobre a herança portuguesa feitas por sociólogos e historiadores, cultivadas depois nas universidades, interiorizadas no ensino e repetidamente divulgadas nos média, *como verdadeiro fator constituinte intrínseco da própria identidade nacional brasileira*. Um processo que foi tudo menos simples e no qual se cruzavam conflitos e contraposições de diferente índole, incluindo a luta dos escravos pela sua emancipação, como nota Gladys Ribeiro:

As lutas davam-se entre a população "de cor" e os "brancos", a população "de cor" e os portugueses natos, "brasileiros" e "portugueses", "povo" e "Povo". Os portugueses de nascimento não eram considerados estrangeiros pelas autoridades porque tinham jurado a Constituição. Eram tratados como os outros homens livres pobres, mas "brancos". Muitas vezes trabalhavam lado a lado com os escravos e forros. Entretanto, para os "negros", "pardos" e "mulatos" eram "o outro", o estrangeiro, elemento de maior confiança das autoridades, considerado mais especializado e, por isso, preferido nos serviços públicos e concorrente no mercado de trabalho – predominantemente, mas, não exclusivamente, negro e escravo. Os conflitos, rixas e tensões pareciam possuir um caráter racial, nacional e classista. (Ribeiro, 1991/1992, p. 150)

Uma descrição corroborada por outros historiadores desse período-chave em que se formou e consolidou, nos seus traços essenciais, a nacionalidade brasileira, forjada nas contraposições e confrontos de rua, onde ao antilusitanismo se juntava muitas vezes o estigma racial:

Na troca de insultos, freqüentemente se lançava mão da linguagem racial como dispositivo de combate. Para os portugueses, todos os baianos eram cabras "indignos da Costa de África", conforme queixava-se o ofendido branco baiano Bento de França, filho do deputado às Cortes, senhor de engenho e marechal-de-campo Luís Paulino. "Cabra" significava, no vocabulário racial da época, alguém de pele mais escura que um mulato e mais clara que um negro. Brancos reais, brancos sem dúvida, só eles portugueses. Talvez por isso os manifestantes baianos os chamassem de "caitados", gente exageradamente branca como a cal. Ser branco demais virava assim um estigma no discurso patriótico popular, e "caitado" seria, mesmo após a Independência, o insulto racial predileto de negros contra brancos. (Reis & Silva, 1989, p. 85)

Proximidade, apesar de tudo

Tudo isso a par, também, de uma persistente ideia de proximidade, que os próprios líderes que conduziram o processo de emancipação política reconheciam e irã, em seguida, justificar, já depois da Independência, a concessão de privilégios legais aos portugueses. Já depois da separação, *a atribuição de cidadania originária aos portugueses residentes no Brasil traduz justamente a defesa, por parte do legislador do Império brasileiro recém-fundado, de que havia afinidade étnica e cultural entre a antiga e a nova nação*, como já havia sido expresso aliás pelo próprio D. Pedro.

Primeiro, quando, em junho de 1822, ainda antes da Independência, justificou a necessidade de convocar uma Assembleia Constituinte para o Brasil (à qual começa por chamar Luso-Brasiliense) como forma de manter a integridade da Monarquia portuguesa através da união entre todas as partes da "Grande Família Portuguesa", tudo de forma pacífica, como é próprio de "Povos Irmãos":

Havendo-Me representado os Procuradores Geraes de algumas Províncias do Brazil já reunidos nesta Côte, e diferentes Câmaras, e Povo de outras, o quanto era necessario, e urgente para a manutenção, da Integridade da Monarchia Portugueza, e justo decoro do Brazil, a Convocação de uma

Assembléa Luso-Braziliense, que investida daquela porção de Soberania, que essencialmente reside no Povo deste grande, e riquíssimo Continente, Constitua as bases sobre que se devam erigir a sua Independencia, que a Natureza marcará, e de que já estava de posse, e a sua União com todas as outras partes integrantes da Grande Família Portuguesa, que cordialmente deseja: e reconhecendo Eu a verdade e a força das razões que Me foram ponderadas, nem vendo outro modo de assegurar a felicidade deste Reino, manter uma justa igualdade de direitos entre ele, e o de Portugal, sem perturbar a paz, que tanto convém a ambos, e tão própria é de Povos Irmãos.⁶³

E depois, uma vez proclamada a separação, em outubro de 1822, quando exortou desta forma os portugueses a reconhecerem a Independência do Brasil:

Portugueses, eu ofereço o prazo de quatro meses para a vossa decisão; decidi e escolhei, ou a continuação de uma amizade fundada nos ditames da justiça e da generosidade, nos *laços de sangue* e em recíprocos interesses; ou a guerra mais violenta, que só poderá acabar com o reconhecimento da Independência do Brasil, ou a ruína de ambos os Estados. (sublinhado nosso) (Bonavides & Amaral, 2002, p. 694)

Tratamento de favor e manifestações de hostilidade

Como já vimos em termos gerais, essa retórica oficial da afinidade entre as duas nações que se assumia estarem ligadas por “laços de sangue” vai justificar ao longo do tempo sucessivos *tratamentos de favor do Estado brasileiro em relação aos portugueses* (Mendes, 2010). Para realçar melhor esse aspeto, convirá agora especificar as medidas concretas em que se traduziu esse tratamento diferenciado:

- atribuição de cidadania originária aos portugueses residentes no Brasil à data da proclamação da Independência (Constituição de 1824);
- concessão de cláusula de nação mais favorecida no Tratado de reconhecimento da Independência, em 1825, que abria com um espantoso diálogo entre pai e filho acentuando a ideia de laços filiais entre as duas nações:

No artigo 1º, Dom João VI proclama: “Sua Magestade Fidelíssima reconhece o Brasil na categoria de império independente, e separado dos reinos de Portugal e Algarves, e a seu sobre todos muito amado e presado filho D. Pedro

⁶³ Ver *Collecção das Decisões do Governo do Império do Brazil, 1821-1830* – Decretos, Cartas e Alvarás, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, p.19. Retirado de <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>

por imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito império ao mesmo seu filho e a seus legítimos sucessores. Sua Magestade Fidelíssima toma somente e reserva para a sua pessoa o mesmo título (de imperador do Brasil). No Art. 2.º, D. Pedro I afirma: – Sua Magestade Imperial em reconhecimento de respeito e amor a seu augusto pai, o Senhor D. João VI, anue a que Sua Magestade Fidelíssima tome para a sua pessoa o título de imperador.

- medidas para facilitar a naturalização, beneficiando os portugueses que queriam aceder a cargos públicos (já depois da abdicação de D. Pedro I, em 1831);
- reconhecimento pelo Brasil da Regência da Ilha Terceira e autorização concedida pelo Brasil a D. Pedro, já depois deste ter abdicado ao trono, para captar recursos na praça financeira de Londres (a deduzir das obrigações decorrentes da Convenção Pecuniária anexa ao Tratado de 1825 de reconhecimento da Independência), com os quais o ex-Imperador pôde armar uma esquadra que seria decisiva na luta contra o irmão, D. Miguel, na guerra civil portuguesa.

Tudo isso caminhou, entretanto, a par de *frequentes manifestações de hostilidade antilusitana*, expressão exacerbada de sentimentos que já vinham referidos lá atrás, na citada Proclamação de D. Pedro aos portugueses, que inaugurara – como vimos – a reversão de sentido indispensável à eclosão de uma nova nacionalidade. Nesse documento, o recém aclamado Imperador do Brasil já dava conta da “justa desconfiança” pela esperança traída do Brasil face às Cortes liberais de Portugal por estas não terem cumprido o prometido, gerando assim, de acordo com o texto, um “entranhável ódio”.

A decisão das Cortes liberais portuguesas de enviar tropas para o Brasil, a manutenção de D. João VI numa situação de *capitis deminutio* (“cativeiro”) e as ofensas proferidas naquele órgão legislativo máximo contra D. Pedro e os deputados brasileiros haviam sido – afirmava - razões suplementares para *gerar a vontade de independência*, tendo as constantes “pedras no caminho” servido apenas para recordar aos brasileiros os infortúnios passados, confirmando-os na certeza de que melhor teria sido afastarem-se há mais tempo de Portugal, “sancionando uma separação que a natureza havia feito”.

Nessa linha, e à medida que o nacionalismo toma conta dos espíritos, vão surgindo sucessivas manifestações de hostilidade antilusitana – desde uma primeira versão do Hino nacional claramente ofensiva dos portugueses até continuados episódios de grande violência:

- O Hino antiportuguês do Brasil.

Expressão concentrada dessa situação de marcada hostilidade antilusitana é aquele a que podíamos chamar o hino antiportuguês do Brasil. No período da Regência (1831-1840), aquele que viria a ser o Hino Nacional brasileiro, a “Marcha Triunfal”, da autoria de Francisco Manuel da Silva, conhecido na época como Hino ao 7 de abril (data da abdicação de D. Pedro I), teve uma primeira versão com versos de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, em que os portugueses são apelidados de “monstros” e agredidos numa estrofe de cariz antissemita: “Homens bárbaros, gerados/de sangue judaico e mouro/desenganai-vos: a pátria/ já não é vosso tesouro” (Souza, 2005)

- Portugueses no governo

A imprensa fez eco de críticas acerbas ao facto de D. Pedro designar para o governo e se rodear de personagens de origem portuguesa suscitam crescentes protestos, que se agravam no final do ano de 1830, na sequência do assassinato de um conhecido jornalista crítico do governo (Líbero Badaró, do *Correio Constitucional*);

- Noite das Garrafadas – sérios confrontos no Rio de Janeiro entre “portugueses” e “brasileiros”

Nessa onda de exaltação crítica, que se acentuou quando foram identificados os executantes do assassinato de Líbero Badaró como estando eventualmente ligados à Corte, aumentando as suspeitas de envolvimento indireto de D. Pedro no caso, em março de 1831, no regresso do Imperador de uma viagem a Minas Gerais para acalmar os ânimos, registam-se sérios confrontos no Rio de Janeiro, com agressões de parte a parte entre grupos de brasileiros e portugueses, “cabras” e “pés-de-chumbo”, como eram respetivamente designados na gíria popular.

A luta era política – os liberais, na oposição, criticavam os conservadores, no poder, em particular D. Pedro I, pelo seu pendor autoritário traduzido em restrições à liberdade de imprensa, dissolução da Assembleia Constituinte e menosprezo pelos interesses das províncias. Mas, dada a associação que era feita dos meios portugueses com o Trono, o que acabou por dominar e deixar um traço na memória coletiva foi o tom de intolerância nacionalista dos confrontos, opondo “brasileiros” de um lado e “portugueses” do outro, forjando-se assim, progressivamente, uma

ideologia nacionalista em que a identidade brasileira surgia *ab initio* como contrastante com a identidade portuguesa (Castro, 2012);

- Abdicação do Imperador

Continuada agitação, ânimos exaltados e isolamento político acabam, no mês seguinte, por levar à Abdicação do Imperador (7 de abril de 1831), declarando este na altura que o conflito se havia tornado uma questão de nacionalidade, e que a solução só poderia vir da ascensão ao poder de um monarca nascido no país, no caso, o seu próprio filho, o futuro D. Pedro II:

Não nos façamos ilusões. *O conflito tornou-se nacional*. Os nascidos no Brasil congregaram-se contra mim no Campo da Aclamação. Não querem mais saber de mim porque sou português. Estão dispostos a desfazer-se de mim por não importa que meio. De há muito esperava isso, e anunciei-o após minha viagem a Minas. Meu filho tem sobre mim a vantagem de ser brasileiro. Os brasileiros prezam-no. Governará sem dificuldade e a Constituição garante-lhe seus direitos. Renuncio à Coroa com a glória de acabar conforme comecei – constitucionalmente. (Oliveira, 1958, pp. 336-337)/ (sublinhado nosso)

Para os nacionalistas brasileiros, o Primeiro Reinado (1822-1831) fizera a Independência, agora os liberais do Período Regencial (1831-1840) faziam a Nação. O 7 de setembro de 1822 fora nacionalizado pelo 7 de abril de 1831. No entender dos liberais antes derrotados (em 1823, com a dissolução da Assembleia, por D. Pedro I) e agora vitoriosos, estava expurgado o elemento luso. Por outras palavras, estava sufocado “o corpo estranho” lusitano (Bonavides & Amaral, 2002, p. 92) mas as perseguições e confrontos continuaram. Na visão de Faoro, o nativismo (por mais impreciso que fosse, como vimos, esse conceito) renascia:

O nativismo, apagado mas não extinto, unindo as facções e construindo o alvo comum dos seus ódios, o português. O 7 de abril completa, aperfeiçoa o 7 de setembro: com a queda do reinado, em causa comum os exaltados e os moderados, renasce a tarefa adiada por nove anos, entregue a outras mãos, saídas diretamente da nação, sem a tutela transnacional de um rei. (Faoro, 1977, pp. 298-299)

Mais adiante, na mesma senda analítica, o sociólogo riograndense volta a vincar o *antiportuguesismo como traço dominante do sentimento nacional das próprias forças armadas* estruturadas por D. Pedro, mas dele não mais instrumento dócil:

O Exército não era mais o instrumento obediente ao imperador, como nos dias de novembro de 1823 (dissolução da Assembleia). Estruturado por D. Pedro, não se amesquinhou ao papel de guarda pretoriana. A campanha do sul infundira-lhe espírito de corporação e lhe comunicara espírito patriótico, nacional, pronto a participar, pelo nativismo, das causas propostas contra o portuguesismo da camarilha real. (Faoro, 1977, p. 299)

- Rusga: chacina antilusitana em Mato Grosso

Um dos mais graves incidentes opondo brasileiros e portugueses natos ocorre em Cuiabá e numa série de outras localidades do Mato Grosso, na noite de 30 para 31 de maio de 1834, a chamada “Rusga”. À hora marcada, grupos de civis e militares desencadeiam de forma coordenada uma *ofensiva sangrenta contra todos os nascidos na antiga Metrópole*, muitos deles comerciantes. É uma chacina – surpreendidas nas suas casas fora de horas, as pessoas são mortas a tiro, à facada ou a golpes de espada. Não se sabe ao certo quantas morreram – os números variam consoante as fontes e todos os documentos que se referiam ao acontecimento tiveram “sumiço quase total”; mas o historiador brasileiro Afonso Taunay (“A Cidade do Ouro e das Ruínas” – 1891) garante que foram “em todo o caso, acima de cem” (Taunay, 1891, p. 125), havendo quem refira que teriam sido “400, se não mais”. Outro autor da época, que viveu em Cuiabá, afirma, por seu turno, que chegaram a registrar-se “acessos do mais imprudente *canibalismo*, em que se requintou a plebe para exterminar os pacíficos e laboriosos filhos de Portugal” (Aguar, 1869). Os distúrbios, também conhecidos por “Mata Bicudos” (termo usado para designar os portugueses, que se distinguiam pelo uso de um certo tipo de chapéu) prosseguiram durante meses, só sendo aplacados em setembro, ficando a cidade de Cuiabá “sob o controle de bandidos que obrigaram todas as casas a acender luminárias, festejando a terrível matança” (Cruz Ferreira, 2000, pp. 500-501).

O contexto era, mais uma vez, político – viviam-se momentos de grande instabilidade, D. Pedro havia abdicado a 7 de abril e circulavam rumores de que estaria iminente uma conspiração sua com apoio externo para recuperar o trono. O alvo fácil eram os portugueses que viviam na cidade, todos suspeitos de fazerem parte da suposta conspiração de que seriam os eventuais beneficiários diretos. Mas as razões reais eram mais terra a terra. De acordo com aquele historiador, o verdadeiro móbil pode ter sido a inveja e malquerença com que eram encarados os comerciantes portugueses bem-sucedidos, cujas casas foram saqueadas no decorrer da

carnificina. Ficava assim demonstrado *que os proclamados “laços de sangue” não impediam o estranhamento e a (in)comunicação*, os ressentimentos e a violência extrema, podendo até ser motivo suplementar para ódios acrescidos.

No meio da tragédia, houve também gestos de solidariedade e humanidade – algumas pessoas distanciaram-se do horror e acolheram os fugitivos em suas casas, numa atitude de grande coragem e amor ao próximo. A antiga cidade de Villa Bella recusou-se inclusive a aderir à matança de Cuiabá, fazendo saber que “portugueses e adoptivos lá encontrariam amparo por todos os meios, até pelas armas” (Taunay, 1891).

Fricções e acusações mútuas em torno do tráfico de escravos

Sob pressão da Inglaterra, o Brasil decretou a extinção do tráfico de escravos em 1831, ao mesmo tempo que estimulou a imigração livre no intuito de substituir aquela mão-de-obra por esta. Entretanto, sob pressão dos grandes produtores rurais, enquanto a imigração não atendia plenamente às necessidades da produção, continuava a existir grande leniência em torno da procura de mão-de-obra escrava. O tráfico passou então a ser assegurado por *navios de bandeira portuguesa*, já que Portugal, ao contrário do Brasil, por força de convenções internacionais, ainda continuava a poder exercer aquele comércio ao sul do Equador. Esta situação gerou continuada fricção entre o Brasil e a Inglaterra e desavenças diplomáticas com Portugal, que passou a ser apresentado como o grande responsável pela continuação do tráfico face à opinião pública e sempre protestava quando navios sob a sua bandeira eram apreendidos.

Em 1836, o governo português decretou o fim do tráfico em todos os seus domínios, reforçando medidas para impedir a saída de escravos das suas colónias africanas. Ainda assim, comerciantes portugueses – muitos dos quais estabelecidos no Brasil – continuaram envolvidos por mais de uma década nesse comércio, que contava com a anuência dissimulada das autoridades dos dois países. Apesar de proibido no Brasil desde 1831 e em Portugal desde 1836, o tráfico ilícito de escravos passou de uma média de 36.000 “peças” anuais entre 1836 e 1845 para 56.000 entre 1846 e 1850, ano em que finalmente terminou (Cervo & Magalhães, 2000, p. 140).

Enquanto as coisas não se normalizaram, durante anos Portugal protestou pelo facto do Brasil se juntar à Inglaterra no apresamento dos seus navios e julgamento dos respetivos

proprietários, à margem dos tratados internacionais assinados, situação que depois se reverteu quando, a partir de 1840, Portugal passou a capturar e julgar embarcações brasileiras envolvidas nesse comércio criminoso. *As dissensões mútuas geraram um clima de mal-estar que perdurou durante décadas*, com processos de um lado e de outro que se arrastaram indefinidamente mesmo para além do fim do tráfico.

Vertente antilusitana da Revolução Praieira (1848-1850)

Ocorrida em Pernambuco, foi a última de uma série de insurreições que irromperam no Nordeste ao longo da primeira metade do século XIX. De carácter liberal e federalista, por maior autonomia provincial, o movimento teve também uma forte vertente antilusitana, em particular contra os comerciantes lusos que – em Recife como noutras cidades do Império - dominavam o setor do varejo, sendo por isso a nacionalização do comércio a retalho (“só para os cidadãos brasileiros”) uma das principais e mais populares bandeiras do movimento. No Recife, registaram-se então pelo menos sete manifestações de rua, nas quais a população urbana agrediu portugueses e estrangeiros em geral, saqueou lojas e exigiu a nacionalização do comércio a retalho. Sobre esses acontecimentos escreve Joaquim Nabuco:

O povo acreditava ter dois inimigos que o impediam de ganhar a vida e adquirir algum bem-estar: esses inimigos eram os Portuguezes, que monopolizavam o commercio nas cidades, e os senhores de engenho, que monopolizavam a terra no interior. A guerra dos Praieiros era feita a esses dois elementos – o estrangeiro e o territorial (1); mais que um movimento político, era assim um movimento social. (Nabuco, 1897, p. 103)

Situadas na ponta final da cadeia de distribuição, as pequenas lojas de portugueses, na maioria das vezes com empregados exclusivamente portugueses, estavam em contato direto e diário com a população, o que levava a ver “no vendeiro ou no pequeno comerciante, o inimigo mais próximo, aquele com quem diariamente convivia, gastando seus poucos vinténs na compra da farinha, do charque, do pão, da bebida” (Santos, 1994, pp. 140-141). Anos antes, em 1844, já tinha havido um movimento contra os comerciantes portugueses (o “Fecha-Fecha”), agora ressurgiam nas ruas os gritos de “mata marinheiro”:

Os mata-marinheiros foram assunto de todos os livros sobre a Praieira. Houve espancamentos, roubos, alaridos e mortes. Como disse o cônsul português no Recife: a plebe (...) nessas ocasiões é soberana. Há um ponto em comum em

todas essas manifestações: a principal reivindicação da população do Recife era a nacionalização do comércio a retalho. A multidão participou ainda de duas marchas (uma em 1844, outra em 1848) em direção à Assembléia Provincial, levando abaixo-assinados exigindo a expulsão dos portugueses solteiros e a nacionalização do comércio a retalho. (Carvalho, 2003, p. 228)

Direcionados primeiro contra os pequenos lojistas, os motins anti-portugueses tendiam depois a generalizar-se abrangendo outros setores profissionais e a comunidade lusa de uma forma geral:

com o discurso da nacionalização do comércio a retalho *ressurgiu o antilusitanismo* na província, na forma de violentas manifestações de rua, que muitas vezes fugiram ao controle das próprias lideranças praieiras. Entre 1844 e 1848, ocorreram cerca de sete mata-marinheiros que refletiam o clima difícil e propenso a todo tipo de desordens. *No meio desse jogo político e da crescente insatisfação popular, quem sofria as conseqüências imediatas era a comunidade portuguesa*, formada na sua maioria por pequenos comerciantes e seus respectivos caixeiros de poucos recursos. Os “artistas mecânicos” lusitanos (pedreiros, mestres de obras, carpinteiros, etc) também começaram a sofrer pressões. (Carvalho, 2008, pp. 31-32)

Quando o português é o Outro: o antilusitanismo na gênese do brasileiro

O sentimento dominante que resultava dos confrontos e episódios sangrentos e das contínuas fricções diplomáticas era o reforço da contraposição entre “brasileiros” e “portugueses”, a que já se vinha assistindo desde a Independência, consolidando cada vez mais a noção de que *ser brasileiro implicava, de alguma forma, contrapor-se ao português*.

Quando o envolvimento de D. Pedro nas questões portuguesas, a seguir à morte de D. João VI, em 1826, deixou pairar a suspeita de que poderia haver uma reunificação, os confrontos e as suscetibilidades ofendidas acentuaram-se.

Foi então que a palavra *brasileiro* passou a adquirir o seu sentido moderno, como expressão de uma identidade coletiva social, política e cultural diferenciada, *que se distinguia, antes de mais, por ser antilusitana*. Como assinalam Tânia da Cruz Ferreira e Lúcia Pereira das Neves, para reforçar simbolicamente a identidade nacional nascente, nada melhor do que fazer do português o Outro a demonizar:

na ausência de uma tradição cultural própria distinta da herança lusa (...) a única forma de definir o brasileiro era pelo que o termo excluía. E, naquela

conjuntura (...), nenhuma ideia se oferecia com maior facilidade para exercer esse papel do que a de *ser português*. Nesse momento, *o português transformou-se justamente no outro*, isto é, no estrangeiro com o qual havia a possibilidade de conflito, e que se convertia, por conseguinte, no inimigo. (sublinhado nosso) (Cruz Ferreira & Neves, 2000, pp. 225-252)

De acordo com estas pesquisadoras, vem também daí a identificação do português com o passado e o atraso, “dando origem a um antilusitanismo particular, misto de desprezo e galhofa, que persistiria por todo o Império, mas que também agiria no sentido de *gerar, por negação, certa noção de identidade*” (sublinhado nosso) (Cruz Ferreira & Neves, 2000).

Gladys Ribeiro sinaliza sempre que os confrontos tinham também um cariz racial, expressão da luta dos negros pela sua emancipação e inserção na nova cidadania, mas reconhece que a dominante se tornou nacional e de cariz predominantemente antilusitano:

A questão era também nacional e racial. Primeiro, racial, depois, veio a ser nacional. *Passou-se a entender o "português" como o "outro"*, ameaçador da nacionalidade em construção. Desta forma, aproveitou-se uma experiência de conflito anteriormente vivida – já que os lusos sempre monopolizaram setores fundamentais da economia, como o abastecimento de carnes verdes, e chegaram a concorrer como mão-de-obra - para revigorar o antilusitanismo. *O "ser português" era a nacionalidade antagônica e politicamente produzida*. (sublinhado nosso) (Ribeiro, 1991/1992, p. 163)

É o que diz, por outras palavras, Ilmar Mattos, ao falar dos confrontos desconstruídos dessa época, assinalando, entretanto, já uma *dicotomia em relação ao fator português* que vai estar depois sempre presente:

O elemento português aparecia muitas vezes como catalizador dessa anarquia. Os gritos de ‘mata marinho’ e ‘morra português’ enchiam as ruas, precedendo as reivindicações de nacionalização do comércio a retalho. Acontecia assim no Recife, onde tal situação parece ter chegado ao auge em meados do século (...), acontecia assim também na corte, onde o ódio ao comerciante português era somado ao ódio pelos elementos lusitanos que, acreditava-se, dominavam o Paço (...). De qualquer modo, o que nos interessa reter neste momento é o fato de que o sentimento antilusitano – propiciador de uma consciência fundamental por ocasião das lutas pela Independência e impulsionador da malta que agitava os núcleos urbanos – constituía-se, em fins do período regencial, num elemento divisor dos grupos dirigentes: para uns, na necessidade de subjugar o elemento português residia a questão fundamental do Estado que se pretendia construir com plena soberania; para outros, esta era uma questão secundária, subordinada à questão da

restauração e expansão dos monopólios que fundavam a classe senhorial, e na qual avultava a crise da escravidão. (Mattos, 1997, pp. 75-76)

No mesmo sentido, reitera ainda Gladys Ribeiro:

Também a repetição de fórmulas como “o amor e a adesão à Causa Nacional”, serviam para reafirmar a identidade, conjurando, condenando e perseguindo o oposto. *Incentivava-se o medo contra o estrangeiro, o “português”, que de tão conhecido foi transformado em “inimigo”, e sobre ele passou-se a divulgar estereótipos...* (sublinhado nosso) (Ribeiro, 1997b, p. 113b)

5.4. Da retórica da fraternidade ao corte de relações

Entretanto, no plano diplomático, o Estado português ia cultivando *tant bien que mal* a retórica dos laços de sangue e da fraternidade, baseado no facto de estarem no poder os filhos de um mesmo monarca – D. Pedro II no Brasil (1841-1889) e D. Maria II, em Portugal (1826-1828 e 1834-1853); retórica que se conservou mesmo para além da disparidade de regimes que se instaurou no final do século XIX, quando ainda existia Monarquia em Portugal, mas já havia sido proclamada a República no Rio de Janeiro (1889).

Nas instruções entregues ao Conde de Paço de Arcos, primeiro representante diplomático português no Brasil republicano, afirmava-se taxativamente que a sua missão consistia em *preservar os laços entre as nações como se fossem laços familiares*:

Embora as relações entre Portugal e a sua antiga colónia sofressem uma profunda alteração com a queda da dinastia imperial, tão proximamente ligada à augusta Casa de Bragança, *subsistem contudo entre os dois povos laços de sangue, de língua e de tradições* que devem bastar para dar às suas boas relações e ao seu mútuo respeito e estima uma base larga e inabalável. (Sublinhado nosso) (Ribeiro, 1997b, p. 208)

O que não impediu, como veremos em seguida, que o antilusitanismo se acentuasse ainda mais, sendo particularmente intenso no chamado período “jacobino”, que atravessou os primeiros governos da República, instaurada em 1889. O reconhecimento do novo regime por Portugal ocorreu sem problemas logo que se realizaram eleições para a Assembleia Constituinte brasileira (setembro de 1890). Depois disso, porém, as relações decorreram de forma conturbada, marcadas que foram por alguns episódios que geraram ora continuados atritos ora graves choques de posições, alguns dos quais ficaram a marcar por longo tempo o relacionamento bilateral, contribuindo para cimentar o *estranhamento* e a *(in)comunicação*.

A “Grande Naturalização”: interesses divergentes face à comunidade imigrante

Em dezembro de 1889, um mês depois da proclamação da República, o governo provisório decretava que todo o estrangeiro residente no país até à data da mudança de regime (15 de novembro) adquiria automaticamente a nacionalidade brasileira, a menos que, no prazo de seis meses, fizesse declaração formal em contrário; ficava também estabelecido que, a partir da mesma data, todo o estrangeiro que residisse no Brasil por dois anos consecutivos seria considerado cidadão brasileiro.

Estas medidas – que ganharam força constitucional a partir do ano seguinte, incluídas que foram na nova Carta Magna - suscitaram descontentamento generalizado das potências europeias, compelindo Portugal a seguir essa corrente, embora de forma mais serena e reservada. Em confronto estavam duas filosofias opostas: de um lado, o Brasil, interessado em expandir o universo da sua cidadania com base no *jus solis*, eliminando aquilo que considerava “quistos étnicos” potencialmente perigosos; e os países europeus com largos contingentes de emigrantes no Brasil, querendo preservar estas comunidades nacionais como mercados de destino das suas exportações tradicionais (os chamados “mercados da saudade”) e focos de eventual influência política, invocando para tal o *jus sanguinis*.

Os interesses económicos em jogo eram distintos – enquanto os Estados geradores de correntes migratórias queriam garantir que os seus emigrantes continuassem vinculados ao país de origem – para eles exportando os seus produtos e deles recebendo remessas regulares de valores – o Brasil contava que os emigrantes, uma vez adquirida a nacionalidade, deixassem no país os bens e capitais acumulados.

Três anos depois, diluída a inicial indignação dos países europeus, traduzida em numerosos protestos e até uma ameaça de intervenção armada coletiva estimulada pela Itália, mas não seguida pelas outras potências, os ânimos finalmente serenaram e o Brasil manteve as medidas de naturalização.

No final desse período, de toda a vasta colónia portuguesa, apenas cerca de 250.000 pessoas tinham preferido manter a nacionalidade originária, mostrando assim que mesmo sem perderem os vínculos com a pátria de origem davam prioridade à integração no país de

acolhimento, designadamente através do acesso a cargos públicos que a naturalização lhes facultava (Cervo & Magalhães, 2000, p. 212).

“Guerra à Nação Portuguesa!”

Entretanto, quanto mais notória se notava a presença de portugueses e quanto mais se acentuava a concorrência que eles exerciam no mercado de trabalho – como vimos, a imigração oriunda de Portugal atingiu o pico na República, entre 1889 e 1945 – mais crescia a hostilidade antilusitana, expressa de múltiplas formas: comícios, assaltos, confrontos, ameaças.

Uma dessas ameaças foi dirigida, por carta, à representação diplomática portuguesa no Rio de Janeiro, em finais de 1891, ficando como paradigma da intensidade dos sentimentos antilusitanos alimentados pelo setor nacionalista mais radical da altura – o movimento “jacobino”, que então se começava a estruturar através da criação de uma rede de clubes de onde começavam a surgir “batalhões patrióticos” armados para a “defesa da República”.

Redigida em termos muito violentos, a missiva começava por referir que a colónia portuguesa tinha prosperado e enriquecido à sombra das leis brasileiras e agora, no “assomo da mais iníqua ingratidão”, envolvia-se ou deixava-se envolver nas maquinações restauração da Monarquia. Segundo os signatários – um misterioso “grupo vermelho / a sociedade irredentista” esses portugueses, fugidos à “miséria e mediocridade” do seu país e “tão generosamente acolhidos no Brasil”, estavam agora, às claras ou ocultamente, a “fomentar o espírito de reacção contra o governo constituído!” Pois bem, agora, concluía a carta,

um grupo de patriotas, indignados com esses factos, deliberou responder a essa provocação organizando represálias que chegarão até o dynamite, o punhal ou o incendio as pessôas e bens dos subditos portugueses, suspeitos de conspiradores. Nós contamos para esse fim com o apoio de todos os homens de cor, grande parte da colónia italiana que justamente odeiam essa Nação de exploradores sem entranhas. *Recomeça a guerra dos mascates! Guerra á Nação portugueza! Fora essa raça de judeus do occidente.* (Ass.) O grupo vermelho. A sociedade irredentista. (Sublinhado nosso)⁶⁴

⁶⁴ *Ofício do Conde de Paço d’Arcos, representante diplomático português, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em 18 de dezembro de 1891, Arquivo Histórico do Itamaraty, Est.288/Prat.02/Maço11, transcrito em Júnior, 2011, p. 108.*

Era manifesta, portanto, a existência de uma hostilidade aberta e intensa contra o elemento lusitano, fundamentada na sua suposta ingerência na luta política interna contra o novo regime.

No Ofício que na altura endereçou ao responsável pela diplomacia brasileira, Fernando Lobo Pereira, o representante diplomático português chamava à atenção para que já não era a primeira vez que recebia ameaças por escrito e que estas eram idênticas às que ele próprio tinha testemunhado serem proferidas no decorrer de um *meeting* realizado na capital federal. Em Relatório posterior sobre esses acontecimentos enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, o Conde de Paço D'Arcos apontava o Club Tiradentes como um dos fatores das ameaças e violências e descrevia assim o ambiente: “O receio é geral; não só entre os que são apontados e votados à morte, mas entre todos os homens de ordem e de bom senso”.

Num ambiente de dificuldades económicas, carestia de vida e instabilidade política, o tradicional antilusitanismo era reciclado e de construção política intrínseca da nacionalidade nascente que fora nos anos 1820, transformava-se agora num dos eixos centrais do radicalismo republicano emergente. Uma evolução que iria acentuar-se ainda mais quando as contradições internas da República desembocaram num conflito armado aberto, contrapondo parte da Marinha de Guerra à chefia do Estado assumida pelo marechal Floriano Peixoto. Vejamos como evoluíram os acontecimentos.

A Revolta da Armada (1893-1894) – rompimento das relações diplomáticas

Em setembro de 1893, parte da esquadra brasileira subleva-se contra o governo, com navios de guerra fundeados na baía de Guanabara ameaçando bombardear o Rio de Janeiro. A instabilidade política que se seguiu à proclamação da República pelos militares (1889) atingia aqui o ápice. Na génese do confronto, a intensa luta das elites governantes pelo controlo do aparelho de Estado.

O primeiro presidente, marechal Deodoro da Fonseca, fora obrigado a renunciar ao cargo (depois de tentar um golpe, dissolvendo o Congresso). A Constituição determinava que, nesses casos, deveriam realizar-se eleições; mas o vice de Deodoro, marechal Floriano Peixoto, contando com o apoio do Senado e baseando-se naquilo que estatuíam as chamadas “Disposições Transitórias”, assumiu a presidência sem ir votos. Contestando a legalidade desse processo, e

proclamando querer restaurar a legalidade, algumas chefias da Marinha – onde predominavam ainda simpatias monárquicas e intensa rivalidade com o Exército, que instaurara a República – reagiram e revoltaram-se. O Ministro da pasta, Almirante Custódio de Melo, a quem se atribuíam pretensões à presidência, polarizou em torno de si os descontentes, a ele se juntando depois o Almirante Saldanha da Gama.

Ao mesmo tempo, no Rio Grande do Sul, ocorria uma revolta contra o governo local de Júlio de Castilhos, que havia apoiado Deodoro da Fonseca - a chamada Revolução Federalista, por mais autonomia para a província e uma política mais descentralizada para todo o Brasil, oposta ao centralismo da República.

Dada a situação de conflito na capital e guerra no sul, Portugal, a exemplo de outros países, despachou para o Rio de Janeiro duas embarcações militares para a eventualidade de ter de proteger e retirar os seus nacionais: a corveta *Mindello*, sob o comando de Augusto de Castilho e a corveta *Affonso d'Albuquerque*, comandada por Francisco Teves.

Ao mesmo tempo, dada a ligação de Portugal com o Brasil, o representante luso, Paço D'Arcos, passou espontaneamente a coordenar os esforços diplomáticos de diferentes países com vista a uma solução negociada do conflito, reunindo na sua residência com os seus homólogos de Inglaterra, Espanha e Alemanha. O objetivo imediato era evitar o bombardeamento da cidade pelos revoltosos.

Embora os objetivos fossem humanitários e os países estrangeiros mantivessem até aí posição neutra, mesmo assim o governo de Floriano Peixoto reagiu negativamente, acusando Paço D'Arcos de ingerência nos assuntos internos e ordenando ao embaixador do Brasil em Lisboa que exigisse o seu afastamento do cargo. O governo português cedeu e, em fevereiro de 1894, chegava ao Rio um novo representante luso – o Conde de Paraty. Entretanto, as hostilidades prosseguiram, provocando milhares de vítimas (Cervo & Magalhães, 2000, pp. 214-223).

O amigo americano

Neutralizada a ação diplomática europeia, Floriano Peixoto volta-se para os Estados Unidos, argumentando junto de Washington que os revoltosos pretendiam restaurar a Monarquia. Consegue assim uma viragem na política americana, que vai ser decisiva para o desfecho do confronto com os revoltosos da Marinha: “O Governo norte-americano decide então ampliar a sua

força naval no Rio de Janeiro, bem como mudar o comando da mesma. O novo comandante logo confronta o líder da esquadra revoltosa, rompendo o bloqueio por ela imposto” (Alves, 1998). Pressionado, o líder militar dos insurretos dentro da baía da Guanabara, Saldanha da Gama, solicita a mediação do comandante português para tentar uma solução de compromisso junto de Floriano Peixoto.

Senhor da situação, o presidente brasileiro recusa o compromisso e dá um prazo de 48 horas para os rebeldes se renderem. Encurralados, no dia 11 de março de 1894, os marinheiros brasileiros revoltosos pedem asilo a Augusto de Castilho, confiando-se à proteção da bandeira portuguesa: “Os oficiais da fração da Esquadra Libertadora surta neste porto, resolvem pôr termo à luta, fazendo depor as armas aos seus bravos e dedicados comandados, e confiando-se à generosa hospitalidade da nação portuguesa” (Castilho, 2003, p. 75). Sem tempo para contatar com a representação diplomática e na iminência de um ataque, o comandante português invoca o Direito Internacional e acolhe a bordo mais de 500 marinheiros brasileiros entre oficiais, praças e pessoal auxiliar. O governo português hesita, mas constatando haver consenso europeu sobre a matéria, finalmente aprova a concessão do asilo já posta em prática pelo comandante Castilho, mesmo à revelia da embaixada.

Abria-se assim uma *séria divergência entre Portugal e o Brasil*, cada país interpretando de forma diferente o estatuto que deveria ser atribuído aos refugiados, a fim de se determinar se teriam ou não direito à concessão de asilo:

(...) de um lado, o governo brasileiro enxergava os combatentes apenas como criminosos comuns, que não teriam o direito de apelar àquele recurso jurídico internacional. De outro lado, os representantes de Portugal consideravam aquele um caso evidente de asilo político e negavam-se a devolver os asilados ao Estado brasileiro. (Júnior, 2014, p. 13)

Já em Buenos Aires, para onde foram levados pelos navios de guerra portugueses, com o objetivo de fretar aí uma embarcação maior que os conduzisse a Portugal (como se comprometera a fazer o comandante Castilho), mais de metade dos marinheiros brasileiros escapa para a Argentina e para o Uruguai (Marson, 2013, p. 3), a fim de se juntar aos rebeldes do Rio Grande do Sul. O governo português apressa-se a dar explicações, defendendo que sempre mantivera neutralidade no conflito, que só concedera o asilo por razões humanitárias e que a fuga dos marinheiros insurretos se devera a circunstâncias que o ultrapassavam.

Mesmo assim, em 13 de maio de 1894, Floriano Peixoto não se dá por satisfeito, responsabiliza Castilho pela fuga dos asilados, que considera uma afronta à soberania nacional, e determina o *rompimento das relações diplomáticas com Portugal*, abrindo um hiato nas relações bilaterais, que se irá prolongar por dez meses, até final do mandato do presidente brasileiro. As relações só serão retomadas já com o seu sucessor, Prudente de Moraes (1894-1898), em 16 de março de 1895 (Cervo & Magalhães, 2000).

Já tinha havido hiatos nas relações anteriormente: primeiro, no auge do processo de Independência, entre 1822 e 1825; e depois, logo a seguir à abdicação de D. Pedro I, entre 1831 e 1834, quando Portugal, a seguir à morte de D. João VI, mergulhou na Guerra Civil entre absolutistas e liberais pela disputa do trono. Mas essas interrupções nos contatos haviam sido ditadas pelas circunstâncias; *agora, estávamos perante uma rutura ocasionada pela contraposição direta entre os dois países, desinteligências graves entre os governos, pelo que se configurava como um momento crítico no relacionamento luso-brasileiro.*

Consequência imediata – o Tratado de Comércio e Navegação, assinado pelos dois Estados em janeiro de 1892, nunca chegou a ser apresentado pelo Executivo brasileiro ao Congresso Nacional para análise e aprovação. Gorava-se assim uma velha aspiração da diplomacia portuguesa, que já vinha desenvolvendo porfiados esforços com vista à conclusão de um entendimento nessa área desde a Independência. Agora, com o corte de relações, a oportunidade perdia-se novamente quando já estava no horizonte.

Clivagem estratégica – fator de estranhamento permanente

O corte de relações vai contribuir ainda mais para o *clima de acirramento antilusitano* que já vinha sendo fomentado pelos “radicais da república”, os jacobinos, como veremos em seguida. Mas era também mais do que isso – ficava a assinalar uma viragem na política externa brasileira, colocando os dois países em esferas geoestratégicas diferentes, com profundas consequências de longo prazo para o relacionamento bilateral.

Desde o início do seu movimento, os republicanos consideravam que o Brasil era uma nódoa monárquica num continente republicano, estando de costas para a América e voltado para a Europa, situação que pretendiam inverter e que para eles significava o fim da herança colonial, o avanço da democracia, a industrialização do país...

O Manifesto Republicano de 1870 já havia sido muito claro: “Somos da América e queremos ser americanos”⁶⁵. Agora, com o apoio decisivo dos EUA a Floriano Peixoto para derrotar a Revolta da Marinha (ação direta dos navios americanos na baía de Guanabara e reforço da esquadra fiel ao governo através da venda de material bélico e apoio tático-militar), a “americanização” da política externa brasileira iria acentuar-se (Heinsfeld, 2007), passando a vincular mais o país à grande potência ascendente do Norte, para onde os grandes interesses agrícolas brasileiros queriam aumentar as exportações. Contrariamente aos países europeus, os Estados Unidos passaram a dar tratamento privilegiado ao café brasileiro, sendo o único país com quem o Brasil assinou um tratado de comércio nesses anos iniciais da República (Cervo & Magalhães, 2000, p. 204).

Se bem que escorado no Direito Internacional Humanitário, e acabando por desfrutar da compreensão generalizada dos governos europeus, o apoio concedido pelo comandante português aos revoltosos da Marinha atingiu um centro nevrálgico dos círculos dirigentes brasileiros, numa altura em que o regime republicano ainda se debatia com grande fragilidade e defrontava inúmeros obstáculos e incertezas.

Marcadas, desde a Independência, por uma série de fricções de diferente natureza, as relações bilaterais viam-se agora agravadas ao extremo, ao mesmo tempo que se abria uma *clivagem estratégica de profundas consequências*, colocando os dois países em universos de prioridades distintos – fator que passaria daí em diante a ser um travão permanente à (re)aproximação bilateral e, como tal, fator de *estranhamento* e *(in)comunicação*.

“Da Europa nada queremos e dela só desejamos distância” (Queiroz, 1986, pp. 106-107) – escrevia, na época, *O Jacobino*. Como acentua Cervo, ao cabo de uma obra em que procura responder à questão de saber por que tem até agora permanecido inconclusa a parceria Portugal-Brasil:

Opções externas desencontradas separam os destinos de Brasil e Portugal e constituem o fator mais relevante a conter a causalidade de outros componentes da parceria, impedindo efeitos profundos e estabelecendo-a permanentemente como inconclusa... Tais opções estratégicas externas

⁶⁵ Ver *Manifesto Republicano de 1870*, p. 744. Retirado de https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/3817523/mod_resource/content/2/manifesto%20republicano%201870.pdf

tolhem à cultura sua capacidade de influência sobre a parceria bilateral...
(sublinhado nosso) (Cervo, 2011, pp. 113-114)

5.5. A moldagem do estigma - “jacobinismo” agrava antilusitanismo

Reveladora da fragilidade do novo regime republicano, que ainda lutava por se consolidar, a Revolta da Armada polarizou as paixões políticas, que acabaram literalmente por explodir em episódios de violência e guerra civil, ainda que localizada no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul (Revolta Federalista).

Nesse contexto, dado o envolvimento direto nos acontecimentos que os barcos de guerra portugueses estacionados na Guanabara acabaram por ter, na fase final do conflito, acentuou-se ainda mais o antilusitanismo, um expediente político a que as elites dirigentes já vinham – como vimos - recorrendo desde a Independência para angariar apoio popular e que, de tão recorrente, acabou por se constituir em fator intrínseco da emergente nacionalidade brasileira.

Como notam Marcus Carvalho e Bruno Câmara,

Originalmente, o antilusitanismo foi orquestrado por uma parte da elite brasileira como um instrumento para angariar o apoio popular em favor da Independência. Logo esse discurso ganhou as ruas, particularmente nos atritos entre as tropas portuguesas e brasileiras no começo dos anos 1820, no primeiro reinado e nos episódios vinculados à Abdicação em 1831. As camadas pobres assumiram esse discurso. A historiografia apresenta inúmeros casos de xenofobia entre a Independência e o fim do período regencial com grande participação popular. Pela ótica nativista, o predomínio de portugueses no comércio a retalho, significava a permanência da situação colonial. (sublinhado nosso) (Carvalho & Câmara, 2008, p. 30).

Os grandes promotores desse estado de espírito antiportuguês, na primeira metade da década de 1890, foram os denominados “jacobinos”, por referência ao grupo homônimo da Revolução Francesa (Coggiola, 2013) – corrente de republicanismo radical que se distinguiu pelo seu militantismo virulento contra todos os supostos ou imaginados adversários da República, designadamente os portugueses, sobre os quais sempre recaía a suspeita de que apoiavam aberta ou veladamente a Monarquia.

A origem dos “jacobinos” no Brasil (termo que, aliás, alguns contestam, preferindo falar de “florianismo de rua” e/ou “florianismo de governo” (Júnior, 2011, p. 110)) remonta aos anos

finais do Império, quando se criaram os “clubes republicanos”, que depois – quando eclodiu a Revolta da Armada - deram origem aos “batalhões patrióticos”, grupos paramilitares paralelos ao aparelho do Estado, constituídos em defesa aberta da República, que consideravam ameaçada. De acordo com a historiadora norte-americana June Hahner,

Os “batalhões patrióticos” poderiam ser vistos como expressão de uma nova consciência política e atividade por parte dos crescentes setores urbanos ainda afastados dos centros de poder - assim como os Jacobinos poderiam ser vistos como a manifestação mais extrema da onda de nativismo e patriotismo da primeira república, muitas vezes expressa por membros desses setores e intensificada pela Revolta da Marinha (sublinhado nosso), (Hahner, 1976, p. 133.)

Embora alguns desses batalhões tenham aparentemente surgido de forma mais ou menos espontânea, outros formaram-se por iniciativa e com o apoio direto do (vice-)presidente Floriano Peixoto, que lhes forneceu armas, munições e enquadramento com oficiais militares, transformando-os assim numa tropa de primeira linha e quase uma espécie de guarda pretoriana do novo regime.

Além de participarem nos combates durante a Revolta da Armada, os jacobinos conduziram através dos seus jornais – *A Bomba* (título mais tarde mudado para *O Nacional*), de Aníbal Mascarenhas, e *O Jacobino*, de Deocleciano Martyr, fundados em setembro de 1894 - toda uma campanha sistemática contra os elementos monarquistas de uma forma geral e contra os portugueses em particular (o governo de Lisboa, os militares dos vasos de guerra fundeados na Guanabara e a colônia portuguesa), acusando-os de tudo fazerem para enfraquecer o governo republicano:

Toda sorte de tramoias foi posta em prática [pela colônia portuguesa]; (...) forneceram aos revoltosos todos os meios de resistência no intuito de enfraquecerem o governo legal; e o que é mais triste e degradante ainda, elevaram excessivamente os preços dos gêneros alimentícios e os aluguéis das casas (...) fizeram-se agentes dos revoltosos em terra e no fim, na hora suprema em que eles iam ter a punição de seus crimes, subtraíram-nos asilando-os a bordo de seus vasos de guerra” (jornal *A Bomba*, 16.10.1894 citado em Queiroz, 1986, p. 24)

No contexto de crise econômica registada na passagem da Monarquia à República, os portugueses eram acusados da alta dos preços dos bens alimentares e do aumento do valor das rendas de casa dos segmentos mais pobres, em particular no Rio de Janeiro, onde a sua presença

era mais notada, sendo dominantes no comércio a retalho, cujos donos davam preferência no emprego aos jovens que vinham de Portugal, muitos deles seus familiares. Por outro lado, essa mão de obra dócil e empenhada, disposta a todos os sacrifícios para subir na vida, entrava também em concorrência com as camadas mais pobres da população em busca de emprego, ainda relutantes em subordinarem-se à ideologia do trabalho própria das relações capitalistas de produção que se seguiu à abolição da escravatura.

Para além destes fatores de ordem social e económica, que explicam até certo ponto os sentimentos antilusitanos cultivados pelos setores nacionalistas brasileiros, havia também uma série de outras acusações mais gerais relacionadas com o passado colonial, que alguns autores já vinham – como vimos –, na senda dos liberais do Império, começado a descrever como pesado encargo e não como herança benigna. Concretamente, *os portugueses eram culpados de praticamente todos os males imputados à Monarquia*: da escravatura à marginalização dos libertos, do bacharelismo ao clericalismo e ao sebastianismo, da preferência dada à agricultura de exportação em detrimento da indústria, passando pela dependência económica e cultural da Europa...

Os “jacobinos” levaram estas críticas ainda mais longe, envolvendo-as em acusações de carácter xenófobo que davam pretexto para apelos à violência antilusitana:

Todas essas condenações, acrescidas da convicção de que se tratava de “uma raça inferior, um povo refratário ao progresso, nosso inimigo em todas as épocas, causador de todos os nossos males e do nosso atraso”, fundamentaram as exortações de “Mata Galego” lançadas pelo incondicional adversário dos portugueses, o jornal O Jacobino, folha que se destacou frente outras publicações do grupo pela irreverência e agressividade de sua linguagem. (sublinhado nosso) (Marson, 2013, p. 5)

Em mensagem de apoio endereçada ao presidente Floriano Peixoto, o Clube dos Jacobinos de São Paulo escrevia:

O vosso exemplo de amor à Pátria, honradez e energia, conseguiu despertar o civismo dos nossos concidadãos. Esse é o motivo por que hoje nós nos congregamos para combater o estrangeirismo em geral e especialmente *os portugueses, raça inferior, povo refratário ao progresso, nosso inimigo de todas as épocas, causador de todos os nossos males e do nosso atraso (...)* (sublinhado nosso) (Queiroz, 1986, p. 105)

Na mesma linha, Deocleciano Martyr chegou a sugerir ao governo o confisco dos bens de raiz de todos os portugueses moradores no Brasil, a proibição de entrada nos portos do Brasil de navios que houvessem tocado portos portugueses e pena de morte para os brasileiros que tentassem mesmo de leve proteger os portugueses (Queiroz, 1986).

Entretanto, enquanto alguns intelectuais como Raul Pompeia, Barbosa Lima e Rodrigo Otávio, entre outros, defendiam as ideias do jacobinismo, acusando a dinastia de Bragança de ter prolongado a situação colonial pela sua proximidade com o “partido da colônia”, dos escravocratas e dos portugueses – chegando inclusive a propor a mudança das datas nacionais, que consideravam ser todas datas de derrotas do “partido emancipador” (Pompeia, 2018) (o partido de José Bonifácio e dos liberais, marginalizados logo depois da Independência) – outras figuras como Joaquim Nabuco opuseram-se aos jacobinos e, no caso da Revolta da Armada, enalteceram até a atitude dos comandantes portugueses, considerando ter sido um gesto de hospitalidade solidária. Um gesto tanto mais natural quanto é certo que eram representantes de “um povo amigo, irmão, não inteiramente estrangeiro”, como dissera ao Conde de Paraty o próprio comandante revoltoso, Saldanha da Gama:

Saldanha da Gama declarou-me que preferia acolher-se à sombra da bandeira portuguesa, por lhe ser mais agradável, e reputar que o seria igualmente a todos os brasileiros, o asilo dos navios *de um povo amigo, irmão, não inteiramente estrangeiro*, e que não se impunha naquelas circunstâncias pela força, do que a proteção concedida por qualquer nação poderosa, mas perfeitamente estranha ao Brasil. (sublinhado nosso) (Conde de Paraty, citado em Nabuco, 2003, p. 74)

Subitamente, numa situação de profunda crise e em condições altamente precárias dada a exiguidade dos navios para albergar tanta gente (“o navio estava em um estado que metia medo”, na descrição do próprio comandante Castilho, a quem tinham dito que seriam uns setenta refugiados, quando apareceram mais de quinhentos) (Castilho, citado em Nabuco, 2003, p. 79), vinham ao de cima os velhos laços que um dia uniram Portugal e Brasil.

Nabuco exclama: “Só portugueses teriam, talvez, dado essa hospitalidade aos revoltosos”, para logo acentuar: “Portugal não possui nos tempos modernos outro episódio que faça sobressair tantas das suas qualidades viris de ânimo e coração” (Nabuco, 2003, p. 79) Mais adiante, depois de enumerar todas as virtudes do gesto dos comandantes portugueses – da fidelidade aos compromissos ao destemor de um ato de soberania nacional, passando pela coragem náutica e

o sentido de humanidade que não consente contar os naufragos antes de recolhê-los, sublinha por último essa virtude própria das autoridades lusitanas que é “a obrigação maior para com brasileiros, a hospitalidade que reparte com eles tudo que têm e não se envergonha do pouco” (Nabuco, 2003, p. 83).

O abolicionista Nabuco, sem nunca deixar de considerar nefasta a herança da escravatura para a sociedade brasileira, iria, a partir daí – em contraponto com o antilusitanismo virulento dos jacobinos, assumir posições cada vez mais positivas em relação à herança portuguesa.

Confirmava-se assim, uma vez mais, o contraste de avaliações que (quase) sempre acompanha no Brasil o olhar em relação a Portugal e aos portugueses. A Revolta da Armada levou ao corte das relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil e agudizou ao máximo a hostilidade antilusitana de alguns setores, designadamente os “jacobinos”; mas paradoxalmente renovou, ao mesmo tempo, entre segmentos da sociedade brasileira, designadamente os militares e os intelectuais, sentimentos históricos de ligação e proximidade entre os dois países (Marson, 2013, p. 8). *A dicotomia valorativa face a Portugal e aos portugueses mantinha-se, assumindo foros de continuidade histórica.*

A “questão portuguesa”

O veio de simpatia lusófila não estava extinto, mas quem dava o tom, nesse final do século XIX, era decididamente a lusofobia, com o “jacobinismo” a elevar ao extremo a agressividade antilusitana, numa clara tentativa de excluir os portugueses do processo de construção da Nação, na altura ainda não consolidado.

Tudo começara, como vimos, lá atrás, com a Revolução do Porto de 1822, que pôs fim ao absolutismo. Abria-se então um tempo de esperança de que comungavam portugueses de um e outro lado do Atlântico. Por algum tempo, tudo parecia ainda em aberto e não havia regras pré-determinadas, sendo os conceitos definidos à medida que o próprio processo se desenvolvia, em função dos objetivos das forças em presença.

Mas logo que esses objetivos se tornaram claros, com cada um dos lados a reivindicar a primazia e a sede do projetado império luso-brasileiro, as divergências surgiram e os ânimos e argumentos azedaram.

Folhetos e jornais da antiga metrópole, agora desejosa de recuperar a hegemonia perdida com as invasões napoleónicas e a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, numa atitude típica de superioridade colonial (eurocêntrica), desconsideravam o Brasil e os seus habitantes, a que chamavam de “macacos” e “negrinhos”, quer para frisar o perigo de uma sublevação escrava como para acentuar que só a antiga metrópole estava preparada para encetar o caminho rumo ao progresso... Argumentos que eram, como vimos, esgrimidos também nas Cortes para acentuar que o Brasil não só não estava preparado para a autonomia como ainda iria precisar durante muito tempo da ajuda portuguesa.

Em resposta, os impressos do Brasil sublinhavam as imensas riquezas do território e a capacidade própria dos que nele viviam para gerir os seus assuntos e associarem-se, em bases paritárias – como defendiam os deputados por São Paulo às Cortes na “união dos dois Hemisférios Portugueses”. Mas se o Brasil era “Terra de Macacos, de Pretos e de Serpentes”, então Portugal era “Terra de Lobos, de Galegos e de Raposas” (Ribeiro, 1997b, p. 82) – epítetos que expressavam bem os sentimentos de superioridade colonial da velha metrópole, por um lado, e de ressentimento dos portugueses da América, por outro. As sementes da discórdia estavam lançadas, embora a união ainda prevalecesse.

A ideia de separação começava, no entanto, a rondar e era esgrimida de um e outro lado. Ainda assim, como nota Gladys Ribeiro, “As ideias de um Brasil constitucional e unido a Portugal ultrapassaram os meses de janeiro e de abril (de 1822) (...) Se virmos com detalhe, vão além do Grito do Ipiranga...!”. E a explicação, segundo ela, é esta: “A ‘separação’ era uma pedra chave em ambos os discursos, nos produzidos na Metrópole e nos de origem americana, mas sempre como uma hipótese, arma que servia para intimidar e ameaçar interlocutores” (Ribeiro, 1997b, p. 82).

Quando, no Brasil, se tornou patente que não havia possibilidade de entendimento por força da irredutibilidade das Cortes (em defesa da recentragem da capital do Império novamente em Lisboa) o desencanto foi tanto maior quanto a esperança de um acordo tinha sido grande, a ponto de ter ultrapassado o próprio grito do Ipiranga.

A partir daí, como assinala Gladys Ribeiro, passou a negar-se, no Brasil, a Maternidade de Portugal e a fraternidade entre os “Portugueses” de ambos os lados do Atlântico, ou dos dois Hemisférios e uma nova retórica ia ser construída (Ribeiro, 1997b, p. 105).

Forjada no fragor dos confrontos – de argumentação política nos folhetos e jornais da época e físico nos enfrentamentos de rua, muitas vezes sangrentos – a nova identidade brasileira ia dessa forma adquirir *ab initio* um matiz acentuadamente antilusitano, que as divergências de diversa ordem que se seguiram à independência só vieram acentuar, a ponto de se poder afirmar que *o antilusitanismo é um traço distintivo da brasilidade*.

Nos primeiros anos da República atingiu-se o paroxismo, a ponto de se poder falar, como fazer alguns autores, de uma “questão portuguesa”, ao longo da qual passaram a ser construídas representações conflitantes entre as nações e as identidades portuguesa e brasileira; sobre o significado de Portugal na história do Brasil (e vice-versa) e sobre os vínculos políticos, culturais, territoriais e genéticos entre portugueses e brasileiros (Marson, 2013).

Enquanto os republicanos radicais, na sequência dos liberais do Império, responsabilizavam os portugueses pelo atraso do país e a “pesada herança lusa” pelas dificuldades do Brasil enveredar pelo caminho do progresso e do desenvolvimento, os setores monarquistas, pelo contrário, prezavam a “benigna herança lusitana”, reconheciam a grandiosidade da obra colonizadora levada a cabo pelos portugueses, fundadora de um elo de ligação com a Europa, e consideravam Portugal a mãe-pátria, reconhecendo as afinidades genéticas, históricas e culturais entre os dois povos.

A dicotomia de análise e avaliação sobre a herança lusa estará sempre presente; mas agora, nos primeiros anos da República, ainda no final do século XIX, e até pelo menos aos anos 1920, a reciclagem do antilusitanismo – que já estava, como vimos, presente ou latente de uma forma de outra desde o século XVIII (dividindo-se os autores sobre se no princípio ou no fim, se contra os portugueses como nação ou se apenas contra os reinóis e agentes do Antigo Regime) – vai ser profunda, deixando uma marca que se prolongará no tempo, atravessando o século XX e chegando (ainda que atenuada ou sob outras formas) até hoje.

O foco onde se forja e desenvolve essa nova onda antilusitana é o Rio de Janeiro, cidade onde no final do século XIX os portugueses passaram a ser o grupo de imigrantes mais expressivo. De acordo com Gladys Ribeiro, de 1884 a 1930 entraram no Brasil quatro vezes mais portugueses que entre os anos de 1820 e 1883:

Levas e levadas de imigrantes desembarcam em nossos portos, expulsos do campo europeu pelo avanço das relações de produção capitalistas na Europa. Chegados aqui, passam a substituir o trabalhador escravo no campo e na

cidade. No Rio de Janeiro, *o imigrante português, já monopolizador do comércio a varejo, vai ocupando o mercado de trabalho que passa de africanos a luso-africano e a totalmente português, nos anos imediatamente posteriores à Abolição* (1888). (sublinhado nosso) (Ribeiro, 1990, p. 10)

De origem muito modesta, quase todos analfabetos e sem qualificação profissional específica, viram-se constrangidos, na luta pela sobrevivência, a aceitar as tarefas mais penosas e mais mal pagas, antes realizadas pelos escravos. Com uma dupla consequência:

à medida que parte desses emigrantes não conseguiam integrar-se na economia urbana, reproduziam certos traços da economia de subsistência sob a forma de atividades autônomas e de serviços. Estas, embora desenvolvidas no âmbito espacial da cidade, eram mais dificilmente integradas à economia urbana capitalista. Aceitando baixos salários, os portugueses limitavam e retardavam a expansão de empresas e ramos de atividade organizados em moldes capitalistas, além de acirrare as rivalidades com os nacionais na disputa de uma vaga no setor produtivo. (Ribeiro, 1990, p. 10)

Os mais afortunados vinham como caixeiros para casas comerciais de familiares ou amigos portugueses, acabando alguns, à custa de muitos sacrifícios, por tornar-se sócios do patrão ou abrir o seu próprio negócio; outros foram parar nas obras públicas ou nos transportes e uma variedade de outras profissões na área dos serviços, acabando dessa forma por criar verdadeiros protótipos sociais cariocas desse final de século – profissões em que os portugueses se tornaram dominantes: o caixeiro, o padeiro, o condutor de elétricos, o dono da tasca ou da mercearia, o operário da construção civil... Por outro lado, havia também os portugueses com algum capital, donos de pequenas lojas e/ou mercearias ou ainda da maioria das casas mais modestas para alugar – os cortiços.

Numa condição ou noutra, as críticas contra eles eram constantes, polarizando sobre si o descontentamento com a situação económica e social do país: ora eram acusados de falcatruas (na confeção dos produtos e/ou na pesagem dos mesmos) para aumentarem o ganho ilícito, de subirem os preços dos alimentos ou praticarem rendas extorsivas nos cortiços (como fazia o português João Romão, personagem do livro clássico da literatura brasileira da época, *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo), ora ainda de praticarem juros extorsivos nos empréstimos que concediam.

Os patrões eram criticados pela exploração mesquinha, os trabalhadores por se deixarem explorar em troca de baixos salários, concorrendo dessa forma com a mão-de-obra local pelo emprego escasso no mercado de trabalho (Triches, 2008). Neste contexto e num quadro de crise

económica e alta dos preços – frisa Ribeiro – “os portugueses ora eram concorrentes em potencial, ora inimigos do povo, porque monopolizadores de certos ramos de atividade e empregos, como sejam o comércio a retalho e o serviço atrás dos balcões. Maxime devido a aceitarem baixos níveis de remuneração” (Ribeiro, 1990, p. 10)

Antilusitanismo: estigma duradouro acentuado pelos média

Foram esses desentendimentos e choques de interesses, explorados politicamente pelas correntes populistas e nacionalistas da época – de que a figura de Floriano Peixoto, o “Marechal de Ferro”, foi o símbolo catalizador e o movimento jacobino o agente potenciador – que formaram o caldo de cultura de um *antilusitanismo sistemático e persistente no Brasil*.

Na altura, no processo de gestação da nacionalidade encetado desde a Independência, confrontavam-se já – como vimos – *duas grandes leituras do passado: - uma que valorizava a tradição, o esforço da colonização portuguesa* – europeia e de matriz católica – que havia sido prosseguido, agora de forma independente, ao longo do Império; e – *outra que, pelo contrário, considerava esse passado uma herança maligna* que tinha de ser superada para garantir o desenvolvimento do Brasil, sendo os Estados Unidos o exemplo a seguir. O passado e o atraso eram portugueses e católicos, o futuro e o progresso eram americanos e protestantes.

A massa de emigrantes portugueses pobres, analfabetos e de hábitos rurais, devotada ao trabalho e tudo fazendo para enriquecer e um dia “regressar à terrinha”, se possível rica – aparecia nesse contexto, aos olhos de muitos brasileiros, como exemplo de tudo aquilo de que o país não precisava, concitando por isso contra eles desde ressentimentos antigos a queixas, invejas e ódios presentes. Tornaram-se assim alvo fácil dos políticos e intelectuais nacionalistas, em particular os republicanos mais radicais do movimento “jacobino”, que os acusavam dos males de que o país padecia, virando contra eles a opinião.

A imprensa foi instrumental nessa diabolização do português. Raul Pompeia, no *Jornal do Comércio*; Deocleciano Martyr em *O Jacobino*; Aníbal Mascarenhas em *A Bomba* (e depois em *O Nacional*) e Luís Edmundo no livro de crónicas *O Rio de Janeiro do meu tempo* (Edmundo, 2003) foram alguns dos nomes mais marcantes que conduziram, na época, essa corrente de opinião antilusitana. E não era pouco o que esses intelectuais, jornalistas e escritores diziam dos imigrantes portugueses, como refere a historiadora Robertha Triches:

A imagem que esses intelectuais jacobinos criaram do imigrante português estava próximo do que consideravam ser a barbárie. Eram broncos, avarentos, inescrupulosos nos negócios, permissivos moralmente, imundos, mentirosos, transmissores de doenças, estimuladores da prostituição, enfim, representavam o atraso e o imobilismo de que o Brasil tanto queria se afastar nesses primórdios da República. (sublinhado nosso) (Triches, 2008)

Do estranhamento à agressão – a fixação do estereótipo

A transformação dos imigrantes portugueses em bode expiatório dos males do país serviu ao regime republicano para se popularizar, criando um alvo conveniente no qual todos os descontentes podiam descarregar as frustrações. Depois, a Revolta da Armada, os confrontos sangrentos, o envolvimento final dos barcos de guerra portugueses em que se refugiaram os revoltosos e o subsequente corte de relações diplomáticas acentuaram ao extremo a narrativa antilusitana, que deixava de ser meramente jacobina e republicana, para se transformar em expressão do próprio orgulho nacional, consolidando a identificação das massas populares do Rio de Janeiro com o regime.

É então que se desencadeia uma verdadeira “caça ao português”: apedreja-se gente aos gritos de “Galego, vai para a tua terra!”, incendiam-se lojas... (Triches, 2008) Era novamente a identidade brasileira que se (re)forjava no confronto com os portugueses. Não mais, como na Independência, 3/4 de século antes, em lutas de rua e de “insultos impressos” entre partidários do Príncipe e partidários das Cortes, entre defensores da hegemonia do Rio e defensores da primazia de Lisboa, num embate entre frações distintas da mesma elite; agora, era povo contra povo – o povo pobre do Rio e de outras cidades contra o povo tão pobre ou mais que viera da antiga Metrópole ainda na busca do Eldorado, acabando por se ver rejeitado por antigos descendentes e/ou parentes seus que não mais o reconheciam ou, se o reconheciam, o rejeitavam, dele tinham vergonha e repulsa dada a miséria e incultura em que se encontrava. *Definitivamente, ser brasileiro era, antes de mais, negar o português – um nacionalismo às avessas* (Ribeiro, 1987, p. 192), na expressão de Gladys Ribeiro, que descreve, noutro texto, como se expressava esse confronto:

Brasileiros e portugueses brigavam por pesos e medidas, por troco, por aumento de preços e produtos considerados caros, por rivalidades comerciais, por dinheiro, trabalho, etc. A luta era árdua. *A situação de animosidade era*

quase latente; mas eclodia e pegava fogo ao menor chispar mais fogueto de palavras, ânimos, rixas, alusões à situações difíceis e à ressentimentos vivos, antigos ou novos. Esta era a guerra constantemente travada nas ruas. Tinha como armas pedras, cacetes, foices, achas, tiros... (sublinhado nosso) (Ribeiro, 1994, p. 633)

A imprensa – em particular a do Rio de Janeiro – teve papel particularmente destacado no acentuar da animosidade antilusitana, chegando alguns jornais a fazerem campanha a favor da expulsão dos imigrantes portugueses, descritos como “ignorantes, porcos, barrigudos, desonestos, gananciosos, imorais, exploradores – tanto em termos econômicos quanto políticos – entre outras infinitas caracterizações que se juntaram na consolidação do seu estereótipo” (Triches, 2008).

Mas não foi apenas a imprensa. No mesmo sentido laboraram – num processo que entraria já pelas primeiras décadas do século XX, como veremos de seguida – a crónica, o ensaio, a caricatura, o teatro de revista, a música popular brasileira (quando o samba tratou de enxotar o fado) e, claro, as anedotas como forma de disseminação popular dos estereótipos antilusitanos num processo contínuo de acentuação da diferença e do menosprezo através da galhofa. Escrevem Isabel Lustosa e Roberta Triches:

No Brasil do final do século 19, os papéis se tinham invertido: nós, os botocudos, negrinhos despreparados, passamos a menosprezar os portugueses como exemplos vivos do atraso, da pobreza e da ignorância. O preconceito contra o português se fixaria a partir da construção do estereótipo do português cujas características iriam sendo identificadas e somadas ao longo de todo o século 19, alcançando forma definitiva na primeira metade do século 20. O estereótipo veio sendo confirmado e perpetuado através de diversos meios: as crônicas de autores importantes nos jornais tradicionais; a imprensa jacobina; a caricatura e o humor; a música popular e a literatura. (Lustosa & Triches, 2011)

Dificuldades económicas; imigração em massa de portugueses sem instrução formal nem qualificação profissional vindos das regiões mais pobres do país na esperança de “fazer a América” (resultado da acentuada discrepância entre crescimento demográfico e crescimento económico em Portugal como noutros países periféricos (Kein, 1993)); ressentimentos antigos, razões políticas que levaram a conflitos de interesses e invejas atuais; tudo num contexto geral de crise, alta de preços e instabilidade política geradora de fortes tensões e guerra aberta entre fações das elites pelo domínio do aparelho de Estado no Brasil – foi neste conturbado ambiente

socioeconómico, político e militar que o antilusitanismo ressurgiu, nesse final do século XIX, mais forte e virulento que nunca, atingindo a xenofobia agressiva e deixando uma marca, um estigma que atravessaria o século XX.

E ainda hoje pode aflorar – se bem que de forma mais atenuada - sempre que um conflito de interesses se apresente (como aconteceu no caso dos dentistas nos anos 90, quando vieram de novo à tona velhos ressentimentos e preconceitos arreigados de um lado e do outro⁶⁶) ou então nalgumas manifestações isoladas individuais, como no episódio de Maitê Proença por nós referido no Capítulo 1.

Um estigma marcado pelo *estranhamento* e a *(in)comunicação* que se foram acentuando ao longo do tempo à medida em que as duas nacionalidades em que se cindiu a nação portuguesa de um e outro hemisfério foram consolidando os seus traços próprios.

Um complexo e contraditório processo de autoidentificação em que – como veremos – o Brasil, pela necessidade de se distinguir e construir a sua própria identidade, procurou/procura retirar importância a Portugal na construção/invenção da sua “comunidade imaginada”, ainda que para tal – um tanto paradoxalmente - recorra a conceitos e interpretações críticas de origem portuguesa sobre Portugal.

⁶⁶ Ver Machado, 2011, *Entrevista – O caso dos dentistas brasileiros em Portugal*. Retirado de <https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-caso-dos-dentistas-brasileiros-em-portugal>; ver também Santos, 2002.

Capítulo 6

Obsessão da alteridade: a disputa identitária

“Os brasileiros sentimos que Portugal já nos deu tudo o que nos podia dar e que dele nada mais temos a receber ou esperar.”

José Veríssimo, *Cultura, Literatura e Política na América Latina*, 1986

No próprio momento em que D. Pedro proclama a Independência, fica registado em relação a Portugal e aos portugueses, por parte do Brasil, um duplo e ambivalente sentimento de atração e repulsa: reconhecimento de afinidades e proximidade, por um lado; desconfiança, azedume e ódio, por outro.

Esse será, a partir daí, um padrão que irá estar (quase) sempre presente nas relações do Brasil com Portugal: retórica oficial de “laços de sangue” e continuado favorecimento jurídico através da outorga de privilégios legais aos portugueses, invocando afinidades étnicas, religiosas e de costumes, a par de repetidas manifestações de ressentimento antilusitano, particularmente acentuadas, como vimos, na Primeira República, com manifestações de hostilidade, desvalorização e desprezo, galhofa ridicularizante, inimizade, ódio, intolerância e violência.

Afirmada no próprio momento da separação e reiterada por mais de um século – de 1822 até final do Estado Novo de Vargas, em 1945/1946, quando a preferência explícita pelo imigrante português (isento das restrições impostas à entrada de estrangeiros no país e equiparado aos brasileiros para efeitos de povoamento do território) teve consagração constitucional que se manteve até hoje (Mendes, 2010, pp. 228-229) – essa dupla atitude como que passou a fazer

parte constitutiva do ADN da identidade nacional brasileira, num misto inextrincável de rejeição e simpatia. De tão repetida pelos média e no sistema de ensino, naturalizou-se e – pode dizer-se – está na medula da nacionalidade, expressando, ao fim e ao cabo, a contraditória relação dos brasileiros consigo mesmos no que respeita à íntima relação que – consciente ou inconscientemente – ainda mantêm com o que resta da parcela lusíada de si próprios.

6.1. Um relacionamento ambíguo

Como vimos, no próprio momento em que D. Pedro proclama a Independência, fica registado em relação a Portugal e aos portugueses, por parte do Brasil, *um duplo e ambivalente sentimento de atração e repulsa*: reconhecimento de afinidades e proximidade, por um lado; desconfiança, azedume e ódio, por outro.

Esse será, a partir daí, um padrão que irá estar (quase) sempre presente nas relações do Brasil com Portugal: retórica oficial de “laços de sangue” e continuado favorecimento jurídico através da outorga de privilégios legais aos portugueses, invocando afinidades étnicas, religiosas e de costumes, a par de repetidas manifestações de ressentimento antilusitano, particularmente acentuadas, como vimos, na Primeira República, com manifestações de hostilidade, desvalorização e desprezo, galhofa ridicularizante, inimizade, ódio, intolerância e violência.

Afirmada no próprio momento da separação e reiterada por mais de um século – de 1822 até final do Estado Novo de Vargas, em 1945/1946, quando a preferência explícita pelo imigrante português (isento das restrições impostas à entrada de estrangeiros no país e equiparado aos brasileiros para efeitos de povoamento do território) teve consagração constitucional que se manteve até hoje (Mendes, 2010) – essa dupla atitude como que passou a fazer parte constitutiva do ADN da identidade nacional brasileira, num misto inextrincável de rejeição e simpatia. De tão repetida, naturalizou-se e – pode dizer-se – *está na medula da nacionalidade*, expressando, ao fim e ao cabo, a contraditória relação dos brasileiros consigo mesmos no que respeita à íntima relação que – consciente ou inconscientemente – ainda mantêm com o que resta da parcela lusíada de si próprios.

Uma parcela que está lá mesmo quando não é reconhecida, mesmo quando se pretende recalcar ou combater, mas que ainda assim sempre irrompe, de uma ou outra forma, na língua culta e na fala quotidiana, nas tradições e nos costumes, na religião e na cultura e até – *the last*

but not the least – no tropismo de aproximação com os portugueses que por vezes se esboça, mesmo que esse movimento muitas vezes não se concretize ou não tenha desenvolvimentos de maior.

Essa ambivalência – essa sístole/diástole, essa dicotomia intrínseca, essa bipolaridade do Brasil face a Portugal e aos portugueses – está bem presente ao longo de todo o século XIX, já depois de proclamada a Independência. Por um lado, temos, como vimos, a atribuição de cidadania originária a todos os portugueses residentes no Brasil antes da separação política; por outro – episódios de extrema violência antilusitana, como em Cuiabá, primeiro, e no Rio de Janeiro, depois, já no período “jacobino” da República e no contexto da Revolta da Armada, atingindo-se o pico da animosidade com o corte de relações, por quase um ano, em 1894.

Tradição literária comum

Simultaneamente, ao longo de todo esse período, a partir de 1825 e até 1880, quando se assinala, em Portugal e no Brasil, o tricentenário da morte de Luís de Camões, vamos assistir à elaboração/reiteração de uma tradição literária comum (Pereira, 2015), na qual se incluem:

- O poema épico *Camões*, de Almeida Garrett (1825), em que se enaltecem as virtudes heroicas do grande poeta luso do século XVI, que servirá de inspiração para outros textos sobre a vida e obra de Camões, em Portugal e no Brasil;
- As peças teatrais *Glória e Infortúnio ou a A Morte de Camões*, drama de Luís António Burgain (1838), e *Camões e o Jau*, de Casimiro de Abreu (1856), travando diálogo com a matriz cultural lusitana;
- A peça de teatro *Camões*, de António Feliciano de Castilho (1863) e o olhar crítico de Camilo Castelo Branco no conto *O maior amigo de Luís de Camões*, integrado em *Cenas Inocentes da Comédia Humana* (1863);
- As peças teatrais *Tu, só tu, puro amor*, de Machado de Assis, e *Camões*, de Cipriano Jardim, ambas de 1880, compostas expressamente para assinalar a passagem do tricentenário da morte do poeta quinhentista luso;
- Por fim, o poema épico em quatro cantos *A fome de Camões*, de Gomes Leal (1870), já num ângulo de reavaliação da vida do poeta e do seu relacionamento com o país.

Apesar das tensões em que decorria a afirmação da nacionalidade brasileira, em confronto com a herança colonial portuguesa, o tratamento do mito camoniano pelas literaturas de um e outro país mostrava que continuava a existir/subsistir uma tradição literária/cultural comum:

no Brasil e em Portugal, entre os anos de 1825 e 1880, pode ser observado um tratamento específico da figura de Camões, inicialmente idealizada segundo os valores românticos (...) em um processo que conduz à consolidação definitiva do mito camoniano em dois países ligados, ao mesmo tempo, pelo passado colonial e por uma tradição cultural comum. (Pereira, 2015, p. 5)

Numa altura em que ainda se estava perto da exaltação romântica do indianismo como expressão da mais autêntica brasilidade (embora já tivesse ocorrido uma reação a ele contrária), Machado de Assis veio a terreiro lembrar que o património literário brasileiro não podia restringir-se à temática indigenista, ainda que não a devendo desprezar:

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária. Mas se isto é verdade, não é menos certo que tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe. (...) não é lícito arredar o elemento indiano da nossa aplicação intelectual. Erro seria constituir-lo um exclusivo património da literatura brasileira; erro igual fora certamente a sua absoluta exclusão. (Assis, 1873⁶⁷)

De caminho, o autor realista brasileiro recorda que a história, afinal, havia criado entre a colónia e a metrópole “homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação” (Assis, 1873).

Em defesa da língua e da cultura portuguesas – uma voz contra a corrente

Na mesma linha já se tinha pronunciado, em meados do mesmo século, esse autor romântico crucial para o surgimento da literatura brasileira e sua inserção na tradição literária mundial que foi Álvares de Azevedo (Alves, 1998), tão prematuramente desaparecido (1831-1852). Em duas obras marcantes interligadas – *Macário* e *Noite na Taverna* – Azevedo

procura contrapor-se aos indianistas, que privilegiaram a invenção retroativa da nacionalidade no passado da cultura indígena, pressupondo, com isso, a

⁶⁷ Retirado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/355080/mod_resource/content/1/machado.%20instinto%20de%20nacionalidade.pdf

fundação de uma tradição que já estaria em germe desde então. Para Álvares de Azevedo, o passado define-se como um tempo inefável, distante e mitológico, o que o leva a definir, em *“Literatura e civilização em Portugal”*, a fundação literária brasileira como um processo inicial em andamento, voltando-a para o presente e para o futuro. (Cunha, 2004, p. 131)

Nesse trabalho, sem idealizações sobre o que poderia ter sido, mas não foi (a não repercussão do tempo medieval lusitano no Brasil), Azevedo insere claramente a prática literária brasileira no *continuum* da língua e cultura/literatura portuguesas, no “exercício de humildade de dar ao luso o que é do luso” (Correia, 2017). Escreve Azevedo:

Daí vê-se: os vezos e usanças das colônias do Brasil eram os mesmos dos portugueses: a língua sempre foi a mesma. Os poetas, cuja nascença tanto honra o Brasil, alçaram seus vôos de águia na mãe pátria. Com pouca exceção, todos os nossos patrícios que se haviam erguido poetas tinham-se ido inspirar em terra portuguesa, na leitura dos velhos livros e nas grandezas da mãe pátria. José Basílio e Durão não foram tão brasileiros como se pensa. Os heróis do Uruguai e do Caramuru eram portugueses. Não há nada nesses homens que ressumbre brasileiro; nem sequer o brado de homem livre da colônia – nada –, até o canto entusiasta da mocidade ardente de Antônio Pereira Sousa Caldas, até as gritas livres da insurreição de Tiradentes, esse prelúdio sublime de uma orquestra de clamores de guerra ao brilhar das palmas da independência, procelária que aí vinha desgarrada ante o bafo da tormenta. E, contudo, o representante dessa época, Gonzaga, apesar de todos os louvores do Parnaso e do Plutarco do Dr. Pereira da Silva, não está muito claramente provado que fosse brasileiro. *Eis, portanto: os usos eram os mesmos. Os homens de aquém-mar sentiam como os colonizadores.* (sublinhado nosso) (Azevedo, 2016, pp. 63-64)

O ensaísta Antônio Cândido, analisando o antinacionalismo característico de Azevedo, numa época marcada pela busca do “genuíno nacional”, sublinha justamente que, no ambiente prevalecente nessa altura, não deve ter sido fácil ao autor defender tal posição:

Quanto a este último aspecto, lembremos que Álvares de Azevedo foi antinacionalista decidido em matéria de literatura. Segundo ele, a nossa fazia parte da portuguesa e não havia sentido nem vantagem em proclamar a sua identidade específica — atitude destoante do esforço central da crítica do tempo, constituindo um paradoxo que deve ter sido difícil e quase heróico sustentar. (Cândido, 1989, pp. 13-14)

Convergência e afastamento

A posição de Álvares de Azevedo, porém, era a exceção que confirmava a regra da tendência para o crescente afastamento da intelectualidade brasileira em relação à cultura portuguesa, que já se vinha observando desde 1822, num movimento de cariz nacionalista ditado pelo desejo de afirmar a sua própria identidade. Movimento que se intensificou - a partir da segunda metade do século (após os conflitos da Regência) – com o Romantismo, que assumiu abertamente a missão de criar uma imagem positiva do Brasil e dos brasileiros. Como sublinhou Merquior:

Se o neoclassicismo fora a primeira fase ideologicamente articulada das letras brasileiras, o romantismo foi a sua primeira articulação nacional: o nosso primeiro sistema literário não só dotado de consciência ideológica, como de uma consciência programática da sua brasilidade. (Merquior, 1977, p. 54)

Essa é a época da exaltação da natureza tropical e dos seus habitantes – os indígenas (idealizados) como elementos diferenciadores e distintivos da realidade brasileira, com os quais se pretende inaugurar uma expressão literária própria – ainda em Português, mas já não *à portuguesa* (Merquior, 1977, pp. 55-56).

Em 1872, sublinhando a consciência cada vez mais clara da diferenciação entre o Brasil e Portugal, ditada desde logo pela própria natureza, José de Alencar indagava-se já retoricamente: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?” (Alencar, 1872).

Um ano depois, Machado de Assis, referindo-se à tendência que cada vez mais se tornava manifesta nas letras do país, diria lapidarmente: “Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade” (Assis, 1873).

Entretanto, apesar do crescente nacionalismo brasileiro e da militância pelo afastamento da cultura portuguesa, as letras lusas continuaram ainda a ter prestígio e influência no Brasil ao longo do século XIX, com destaque para grandes nomes da literatura como Almeida Garrett (1799-1854), Feliciano de Castilho (1800-1875), Alexandre Herculano (1810-1877), Antero de Quental (1842-1891) e Camilo Castelo Branco (1825-1890), entre outros. Esses autores,

(...) junto com Camões, Filinto Elísio e Bocage, constavam em abundância, segundo os inventários, das bibliotecas de médicos e advogados da Corte

durante o período e, nos catálogos dos leilões divulgados pelos jornais, também se revela a preferência literária por autores portugueses. (Cruz Ferreira & Neves, 2000, pp. P.240)

Uma realidade que abria espaço para uma certa aproximação cultural luso-brasileira. É neste contexto que se edita, em Lisboa, entre 1856 e 1859, o semanário *Ilustração Luso-Brasileira* e se publica, entre 1859 e 1865, com periodicidade mensal, uma *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*. Nessa mesma época, “inúmeros autores portugueses, mais ou menos desconhecidos, transferiam-se para o Rio de Janeiro, atrás de uma carreira literária ou de oportunidades no jornalismo”. Foi o caso, por exemplo, de Faustino Xavier de Novaes, que emigrou para o Rio de Janeiro, onde fundou a revista luso-brasileira *O Futuro* (1862) (Cruz Ferreira & Neves, 2000).

É também nesse quadro que Antero de Quental inclui, em 1883, uma série de autores brasileiros (Gonçalves Dias, Machado de Assis, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo...) no seu *Tesouro Poético da Infância*. No prefácio, Antero afirma ter aberto “um lugar de hospitalidade franca e fraternal aos poetas brasileiros”, já que a poesia do Brasil deveria ser considerada “expressão eloquente de uma individualidade nacional” que tinha “originalidade e vigor bastantes para não se confundir com a portuguesa.” Dez anos antes, noutro gesto de aproximação com o Brasil, Antero e Jaime Batalha Reis (1847-1935) já haviam convidado o parlamentar brasileiro Joaquim Saldanha Marinho, signatário do Manifesto Republicano (1870), a integrar o projeto de lançamento da *Revista Ocidental* (1875), em que ambos estavam empenhados (Neves, 1992).

Aproximação assimétrica

A imprensa é também terreno de referências e cooperações mútuas nessa época. Os escritores portugueses Batalha Reis, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, entre outros, foram colaboradores assíduos da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, enquanto publicações do Norte do Brasil – *O Cearense*, de Fortaleza, *O País* e a *Voz do Povo*, de São Luiz do Maranhão, por exemplo - acolhiam outros literatos lusos como Camilo Castelo Branco, João de Deus, Guiomar Torrezão... Também jornais de São Paulo e do Recife publicavam autores lusitanos. Um interesse a que não é alheia, naturalmente, a existência de uma forte comunidade portuguesa nalgumas das principais cidades do Brasil.

Em contrapartida, em Portugal, jornais como *O Tempo*, *A Província*, o *Diário de Notícias*, o *Correio da Manhã*, *O Repórter*, *O Dia...*; e revistas como *A Ilustração*, *A Ilustração Portuguesa*, *O Ocidente*, *Mala da Europa...* “publicam múltiplos e constantes artigos, noticiários, críticas e resenhas sobre o Brasil e seus mentores” (Berrini, 2003, pp. 70-71). Com uma diferença, porém – enquanto as publicações periódicas brasileiras abrem com regularidade as suas páginas a autores lusitanos, as suas congêneres portuguesas falam do Brasil sem acolher – com raras exceções (Olavo Bilac, Oliveira Lima...) – autores brasileiros, sejam escritores ou jornalistas. Uma assimetria que leva a investigadora Beatriz Berrini, especialista na obra de Eça de Queirós, a interrogar-se: “como explicar a disparidade de acolhimento entre os intelectuais portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal? Resquícios do colonialismo?” (Berrini, 2003, p. 75).

Ainda que o tratamento da imprensa tenha sido assimétrico, é inegável, no entanto, que houve ainda, nesse período, alguma aproximação entre a intelectualidade dos dois países.

Geração de 70: uma mesma plêiade?

Em Paris e Londres, onde se encontravam por razões de negócios, profissionais ou políticas, alguns vultos da intelectualidade brasileira da época – do Barão do Rio Branco a Domício da Gama e Eduardo Prado, passando por Joaquim Nabuco e Olavo Bilac – chegaram mesmo a estabelecer convívio e amizade pessoal com escritores portugueses aí residentes. O caso mais célebre é o de Eça de Queirós, cuja casa na capital francesa se tornou ponto de encontro de alguns dos grandes nomes da literatura brasileira da época, a ponto de Berrini considerar que todos eles formavam “uma mesma plêiade em que brasileiros e portugueses se confundiam” (2003, p. 86). Terá sido, de facto, assim? Ou tratar-se-ia, antes, de uma mesma geração que convivia civilizadamente, nos ambientes mais refinados da Europa, sem deixar, no entanto, de se opor e divergir, por vezes violentamente?

Afastados das pátrias respetivas, ambas marginais em relação ao velho continente, vivendo nos centros por excelência da Europa mais culta da época, alguns dos grandes expoentes da cultura de Portugal e do Brasil conviveram e estimaram-se sem problemas. Mas essa convivência não transformava necessariamente esses intelectuais numa plêiade comum, com projetos conjuntos, nem anulava as profundas divergências já então existentes entre os modos de sentir e de pensar dos dois países.

Ainda que houvesse, como havia, entre as gerações portuguesa e brasileira desse período um traço comum: o facto de participarem ativamente nos debates em curso, num e noutro país, sobre os respetivos destinos das suas pátrias:

no caso português tratava-se de enfrentar os efeitos do Ultimatum inglês de 1890 e pensar a viabilidade da República como substitutivo da Monarquia que, no entender especialmente de Teófilo Braga, fora responsável pela “humilhação”; e, no caso brasileiro, tratava-se de pensar a organização da República que então se estabelecia, de saber que nação poderia vicejar após os emblemáticos 1888 e 1889. (Nemi, 2006)

Por vezes, os respetivos projetos cruzavam-se ou convergiam. O brasileiro José do Patrocínio (1854-1905), por exemplo, participou, juntamente com Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), na edição de *O Besouro* – publicação humorística semanal – no Rio de Janeiro, no período em que o caricaturista português, que integrava a chamada Geração de 70, residiu no Brasil, entre 1875 e 1879.

Polémicas virulentas

Mas se é certo que havia sinais inequívocos de alguma aproximação, as diferenças entre as literaturas e em geral as culturas de um e outro país não deixaram também de se acentuar, tendência de que são expressão as polémicas acerbas e mutuamente ofensivas travadas por sobre o Atlântico, envolvendo figuras de destaque das letras de um e outro país. Camilo Castelo Branco no *Cancioneiro Alegre de Poetas Portugueses e Brasileiros* e Eça de Queirós n’*As Farpas* foram, pelo lado português, dos mais mordazes e – como veremos já a seguir – ofensivos (Augustini, 2004).

O primeiro, escrevendo sobre a poesia de Fagundes Varela, irritado com o uso da escrita *à brasileira*, escreveu que “em poesia, um sabiá não substitue a syntaxe, e as flores do ingá que rescendem no jequitibá não disfarçam a corcova d’um solecismo.” Sobre o poeta fluminense que integrava a terceira geração romântica do Brasil, Camilo concluía, verrinoso: “denota paiz novo e arvore nova de muita seiva um pouco atacada de pulgão e lagarto” (Castello Branco, 1877, pp. 211 e 214).

Pior do que isso foram, entretanto, as virulentas respostas de Camilo às críticas que recebeu do Brasil, nas quais deixa transparecer – na linha das erradas teorias racialistas da época – *sentimentos de arrogante superioridade eurocêntrica de cariz racista*, altamente ofensivas, como

esta em que respondia ao poeta e contista Artur Barreiros, que o ameaçara de lhe bater com uma “excelente bengala de Petrópolis” se o escritor português um dia pusesse o pé no Brasil:

O mulato estava a brincar; eles têm a debilidade escangalhada do sangue espúrio, escorrido das podridões das velhas colónias que de lá trouxeram à Europa a gafaria corrosiva; às vezes excitam-se bastantemente com cerveja ordinária, têm então ímpetos imoderados, dão guinchos, fazem caretas, coçam as barrigas, exigem bananas, cabriolam se lhes atiram ananás, e não fazem mal à gente branca. (Rêgo, 1943, p. 120)

O mesmo tom é usado por Camilo quando polemisa com Tomaz Filho:

Pedro Álvares Cabral encontrou o Brasil; eu estou descobrindo os tolos de lá. (...) Tomaz Filho fala-me com ardores canibais dos meus *dentes de porcelana*. É o sangue tapuia a estuar-lhe nas artérias, a pedir dentes. O celerado quer os meus dentes para um colar. Não, facínora, eu lhe juro, pela carapinha da mocamba sua avó, que não possuirá os meus dentes. Depois disto, Tomaz Filho deputa e delega na bengala de Artur a sua desforrra. É dar para baixo, seus marmeladas! Avança, minhàs gentes! (Rêgo, 1943, p. 129)

O poeta e jornalista fluminense Carlos Laet também entrou em choque com Camilo e novamente alusões insultuosas de cariz racista reverberam sobre o mar, com o escritor português a pedir ao brasileiro que lhe enviasse “pitanga, cacatua e (...) o favor de um macaco...”. Na tréplica, Laet escreve, no *Jornal do Comércio* (28-03-1880):

Qualquer que seja a decisão do sr. Castelo Branco, desde já apresto-me para reconhece-la excelente. Assim eu pudesse fazer em tudo a vontade do distinto literato português, quando tanto insiste para que eu destas plagas lhe envie a pitanga e o macaco! De pitanga não é mais tempo, e quanto ao macaco, entro a hesitar se devo mandar-lhe do antigo ou do novo continente. Sim porque os há de uma e outra parte do Atlântico, fique o sr. Camilo sabendo... (Rêgo, 1943, p. 139)

Este era o nível do confronto, bem revelador de *azedos ressentimentos mútuos eivados de nacionalismo*, num contexto percecionado como de “crise e decadência” (Quental, 2009) em Portugal (em que se tornava necessário regenerar ou refundar a nação, volvendo às origens) e dificuldade de afirmação nacional no Brasil (cujo principal esforço consistia em se diferenciar da antiga metrópole, separando e distinguindo a brasilidade da portugalidade). Como refere Marçal de Menezes Paredes,

O que está em causa é o movimento de mudança no quadro da demarcação da identidade. Logo, se vê que *um mesmo acontecimento histórico teve duas*

recepções distintas, dependendo da margem do Atlântico de onde se olha. Por um lado, a fratura do Império português repercutiu uma nova compreensão acerca da cultura portuguesa, que perdia grande parte de sua extensão, simbologia e importância. Daí a importância de se reinventar, de restabelecer sua identidade cultural. Por outro lado, a Independência do Brasil demanda, por sua vez, um processo de construção da cultura nacional que é consequência à fundação do novo Estado. Daí a importância de legitimá-lo instituindo as imagens da nova nação, da nova cultura. Em ambos os casos, no entanto, havia um movimento demarcatório que, ao restabelecer os limites (internos e externos) das duas novas nações, propiciava também uma redefinição identitária. (sublinhado nosso) (Paredes, 2012, p. 107)

Tumultos antiportugueses em Pernambuco

Se as polémicas com Camilo se ficaram pela violência simbólica, as originadas pel' *As Farpas* de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão tiveram piores consequências, dando origem a verdadeiros tumultos antiportugueses em Pernambuco. Enquanto Ramalho e Eça se limitaram a zurzir com impiedosa ironia a visita do imperador D. Pedro II a Portugal, transformada por eles numa verdadeira pilhéria (exemplo que seria igualmente seguido por Rafael Bordalo Pinheiro (1872)), a reação no Brasil foi de alguma aceitação, em particular junto dos meios republicanos, cuja imprensa publicava os textos dos autores portugueses como forma de crítica indireta à Monarquia.

Quando, porém, no Recife, se imprimiram *As Farpas* sem autorização dos autores, os ânimos azedaram e Eça e Ramalho protestaram com verve característica: “O Brasil, nação irmã, leva os seus extremos de fraternidade connosco até ao ponto de reproduzir a nossa obra e de a vender depois por sua conta...” (Cavalcanti, 1959, p. 66)

Direitos autorais: outro “irritante” nas relações bilaterais

Tratava-se de mais uma manifestação do velho problema dos direitos autorais, que se arrastava sem solução desde o reconhecimento da Independência, constituindo mais um “irritante” nas relações bilaterais.

Negociações encetadas em 1853 visavam já, de acordo com o representante do governo português no Brasil, “obstar por todos os meios ao seu alcance, ao manifesto e escandaloso roubo da propriedade literária de autores portugueses que nesse país se está praticando, dando assim

os brasileiros ao mundo inteiro uma bem triste ideia da capacidade dos seus escritores” (Cruz Ferreira & Neves, 2000, p. 242).

Os encontros para debater o problema arrastaram-se com manifesto desagradado da parte portuguesa, que imputava falta de critério e exasperante lentidão aos negociadores brasileiros. Nesse quadro, a questão dos direitos autorais agudizou-se ainda mais nos anos 60 e 70 do século XIX, até que por fim um primeiro *Acordo para a proteção das obras literárias e artísticas* foi finalmente assinado em 1889. Mesmo assim, só em 1922 uma convenção especial sobre a propriedade literária e artística entre Portugal e Brasil regulamentaria em definitivo a questão (Cruz Ferreira & Neves, 2000).

Talvez fruto do manifesto desagradado com a publicação das suas obras sem autorização, Eça publica então (fevereiro de 1872) outro texto – “*O Brasileiro*” (sem clarificar bem, na altura, se visava apenas os portugueses torna-viagem regressados ricos à pátria com novos e estranhos hábitos ou os brasileiros em geral) – votando aparentemente ao desprezo público toda uma nacionalidade:

Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no brasileiro; o trabalho tão santamente justo, lembra n’elle, com riso, a venda de tapioca numa baiuca de Pernambuco; o dinheiro tão humildemente servido, recorda n’elle com gargalhadas, os botões de brilhantes nos colletes de panno amarello; a pobreza tão justamente respeitada, n’elle é quase cómica e faz lembrar os tamancos com que embarcou a bordo do patacho *Constancia* e os fretes de café que carregou para as bandas da Tijuca; o amor, tão justamente amado, n’elle faz rir, e recorda a sua espessa pessoa, de joelhos, dizendo com uma ternura babosa – oh *minina!* (Medina, 2000, pp. 188-189)

Sempre sem esclarecer inteiramente a que *brasileiro* se refere (precisão que só fará em 1890 – quase vinte anos depois – quando da edição de *Uma Campanha Alegre*, onde finalmente especifica que não pretendia atingir o brasileiro *brasílico*) – Eça ameniza a crítica considerando que o brasileiro, afinal, é simplesmente “o portuguez que alargou ao sol”. E de caminho denuncia a hipocrisia do lusitano na sua relação com o brasileiro, que glorifica em público e denigre em privado: “Em conversa é *o macaco*, no jornal é *a nação irmã!*” (Medina, 2000, pp. 195-196). Eça acaba até por ser mais crítico para com o português de Portugal do que propriamente para o brasileiro do Brasil, em relação ao qual escreve:

Pois bem! É uma torpe injustiça que seja assim. E nós os portugueses fazemos facciosamente mal e nos rirmos d'elles os brasileiros! – Por que enfim, elles veem de nós! As suas qualidades tiveram o seu germen nas nossas qualidades. Somente n'elles alargaram, floresceram, cresceram, frutificaram: em nós estão latentes e tácitas. O Brasileiro é a expansão do Português. (Medina, 2000, p. 190)

Noutro passo, Eça volta a acentuar:

Rirmo-nos d'elle é rirmo-nos de nós. Nós somos o germen, eles são o fructo: é como se a espiga se risse da semente. Pelo contrário: eles estão na inteira manifestação da sua natureza: nós estamos no entorpecimento do nosso ser. Elles estão já completos e perfeitos como a abóbora, nós incompletos e embryonários como a pevide. O Português é pevide de Brasileiro! Elles estão na inteira verdade das suas qualidades patentes e claras: nós estamos no disfarce das nossas qualidades retrahidas e ocultas. O Português é a hypocrisia do Brasileiro! (Medina, 2000, p. 191)

Mesmo assim, porque não era muito claro – na versão original de fevereiro de 1872 – se Eça incluía ou não a generalidade dos brasileiros na sua caricatura, a verdade é que esse texto suscitou reações fortemente indignadas no Brasil, sobretudo em Pernambuco, onde ocorreram incidentes de grande violência contra a colónia portuguesa. A propósito destes últimos, Paulo Cavalcanti sintetizou assim o sucedido:

Ao nome de ambos (Eça e Ramalho) ligam-se, no relato dessas ocorrências, discussões jornalísticas, conflitos de rua, espancamentos, tiros, incêndios, ocupação militar de cidades, prontidão de forças armadas, incidentes judiciais, cancelamento de passeatas cívicas, crise de governo, evasão de criminosos, exoneração de autoridades, boletins subversivos – de que foram teatro na década de 70 do século XIX, por causa das *Farpas*, os municípios pernambucanos de Recife e Goiana. (Cavalcanti, 1959, p. 26)

Embora no fundo se limitasse a glosar um tema já obsessivamente tratado em diversas obras de Camilo – o do português (geralmente minhoto) emigrado para o Brasil e regressado depois à pátria-mãe na posse de algum pecúlio, o luso torna-viagem, erroneamente crismado em Portugal de “brasileiro” – o texto de Eça tocara, ainda assim, um nervo exposto, despertando no Brasil velhos rancores antilusitanos. Rancores que já se haviam manifestado antes na célebre Guerra dos Mascates (1710-1711) e na Revolução Praieira (1848-1850), como a seu tempo assinalámos.

Na altura, o conservador *Diário de Pernambuco*, alertou: “Não convém tocar em feridas já cicatrizadas...” (Medina, 2000, p. 85). A advertência, no entanto, chegava tarde. A indignação, a partir daí, só alastrou, com reações negativas e críticas em toda a imprensa. Como assinalou Sampaio Bruno, tratava-se de um equívoco: “E o que é curioso é que tanto se enganaram os portugueses natos, talhando a carapuça, como enfiando-a os nativistas brasileiros, em cujas cabeças ella não entra, aliaz” (Bruno, 1898, p. 29). Mas o mal estava feito e as reações não se fizeram esperar.

Logo nesse ano de 1872, sai do prelo no Rio de Janeiro o opúsculo *As Farpas: protesto por um patriota*, em que se dá curso à reação indignada do orgulho brasileiro ferido, chamando Eça e Ramalho de “dois palhaços [que] excitam com grosso sal o riso do estúpido burguês, acérrimos diletanti do escândalo”, ignorando que o Imperador D. Pedro II, ao incluir Portugal no itinerário da sua viagem, se limitara a cumprir os “deveres sagrados de cortesia, e amizade, e até de próximo parentesco, na doce ilusão de conviver com um povo irmão”. Daí que – acentua o patriota ofendido - *As Farpas* só possam suscitar “a mágoa, o desgosto e mais tarde a raiva, o ódio.” (Reis, 1986, pp. 186-189).

No Recife surgiu outra publicação de resposta às Farpas de Eça e Ramalho – *Os Farpões*, crónicas semanais da autoria de José Soares Pinto Correia, depois reunidas em livro sob o título – *Os Farpões ou os Bandarilheiros de Portugal – Resposta cabal aos srs Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, Autores das Farpas ou Fastos da Peregrinação de S. M. o Imperador do Brasil pelo Reino de Portugal* – obra em que se iam desafiando de forma irónica e/ou sarcástica todos os tipos de portugueses residentes no Brasil – do carroceiro ao caixeiro, passando pelo negociante ou banqueiro, assim expostos à derrisão pública. De caminho, Eça e Ramalho eram apodados de “répteis audaciosos e nojentos” (Augusti, 2004, p. 6) aos quais se deixavam réplicas como esta:

É o sol que fecunda os portugueses (...). Um passeio ao meio dia pode fazer com que o Sr. atual Cônsul português em Pernambuco transforme-se em um rei do Congo! É terrível. Sai um português para tomar um copo de *binho verde* vestido com um uniforme de pano verde e vivos escarlates, e entra a gritar por pamonha de bredo e azeite de palma! (Cavalcanti, 1959, p. 100)

Com ofensas impressas de um lado e do outro, assim se iam fixando estereótipos e ressentimentos mútuos que haveriam de se prolongar no tempo. Às réplicas seguiram-se tréplicas e o tom foi subindo até se chegar à ofensa direta; e desta, em Goiana, a menos de 70 km do

Recife, passava-se à violência. Aos gritos de “Mata-mata, marinheiro!”, entre julho e agosto, durante seis dias sucederam-se agressões a elementos portugueses e de outras nacionalidades, num tumulto que alvoroçou a cidade:

Seis dias depois de iniciadas as manifestações de hostilidade contra a colônia portuguesa, por causa das Farpas, o ambiente da cidade de Goiana era de desordem e abandono. O comércio, quase inteiramente controlado pelos lusos, encontrava-se com as atividades interrompidas. Contavam-se pelos dedos as casas de negócio abertas, mesmo as de nacionais. Era o reino do quiri e cipó-pau, como prometera o autor dos Farpões a Eça e Ramalho... (Cavalcanti, 1959, p. 143)

Eça – de vilipendiado a venerado

Nas décadas seguintes, o talento de Eça como romancista acabaria por impor-se fazendo dele um ícone verdadeiramente venerado no Brasil, onde nenhum autor estrangeiro terá tido durante tanto tempo maior influência.

As suas obras tiveram sucessivas e inumeráveis reedições, foram objeto de estudo por parte de grandes ensaístas (Vianna Moog, António Cândido, Álvaro Lins, Heitor Lyra...), alguns dos personagens que criou passaram a ser citados com frequência em crónicas e artigos os mais diversos, frases suas ficaram consagradas e por todo o país fundaram-se círculos queirosianos e clubes de amigos de Eça de Queiroz para a leitura e estudo em conjunto da sua obra que chegava a prolongar-se, em muitos casos, pela visita aos locais, em Portugal, onde decorriam os seus romances.

Um verdadeiro culto que se prolongou por todo o século XX, tendo os 150 anos do seu nascimento sido assinalados, em 1995, com um grande Encontro Internacional de Queirosianos (o terceiro), realizado em São Paulo sob a égide da USP⁶⁸. Como acentuaria, em 1966, o diplomata Theodomiro Tostes, “o Brasil tomou conta de Eça, escampou-o (sic), nacionalizou-o, e o seu culto tomou proporções de verdadeira epidemia literária”⁶⁹.

Mesmo assim, o impacto negativo das suas críticas satíricas ao imperador e aos brasileiros em geral (como de facto foram entendidas no Brasil, designadamente em Pernambuco)

⁶⁸ *150 Anos com Eça de Queirós*, Actas do III Encontro Internacional de Queirosianos, Centro de Estudos Portugueses: Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, USP, São Paulo, 1995/1997.

⁶⁹ Tostes, Theodomiro, in *Correio do Povo de Porto Alegre*, 28 de Agosto de 1966, citado por Carvalho, 2000, p. 196

formuladas n' *As Farpas* permaneceu durante muito tempo e deixou um lastro amargo de recriminações. E isso apesar do próprio Eça delas se ter distanciado, em 1890, quando finalmente precisou, em *Uma Campanha Alegre*, que o alvo das suas pilhérias não era o brasileiro do Brasil: “Há longos anos o *Brasileiro* (não o brasileiro brasílico nascido no Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil) é entre nós o tipo de criatura mais francamente popular...” (Cavalcanti, 1959, p. 78).

O aniversário dos violentos incidentes antiportugueses de 1872 em Goiana foi assinalado pelos elementos nacionalistas durante anos a fio, contribuindo assim para acentuar uma diferenciação e consolidar um sentimento de estranheza entre as duas nacionalidades; apesar de, ao mesmo tempo, Eça ver reconhecido o seu talento e ser genuinamente apreciado e literalmente venerado – comprovando, uma vez mais, a dualidade dos sentimentos brasileiros em relação a Portugal e aos portugueses.

Dualidade portuguesa replica a brasileira

Uma certa dualidade de juízos pode também ser constatada entre a intelectualidade portuguesa da época, oscilando entre o encómio da literatura brasileira – em particular da poesia - e o manifesto desprezo pela incultura das massas, apesar de ser no Brasil que os literatos lusos, dada a escassez do mercado interno em que reinava o analfabetismo (superior a 76%) (Silva, 1993, p. 101) – encontravam muitas vezes, como vimos, o “suplemento de alma” que na pátria lhes faltava.

Antero, por exemplo, escreve, no Prefácio de *Tesouro Poético da Infância*, que a poesia brasileira já tinha originalidade e valor bastantes para não se confundir com a portuguesa, embora também não a devêssemos considerar estrangeira, já que era “flor exótica desabrochada num ramo do velho tronco peninsular, transplantado noutra clima e noutra mundo, mas onde se sente inteira e vivaz, se bem com aroma diverso, a seiva primitiva.” Simultaneamente, o mesmo Antero, na célebre polémica do *Bom Senso e Bom Gosto*, em carta a Castilho (Coimbra, 1865), considerava que as obras deste somente agradavam aos leitores do império do Brasil, “uma turba de gente que nunca leu nem pensou”; afirmação desdenhosa que logo suscitou resposta de Romeo Júnior, português radicado no Brasil, que observou então que “apesar de no Brazil se não

ler, como diz o author das Odes Modernas, é lá onde os livros, sahidos dos prelos portuguezes, tem grande extracção” (Romeo Júnior, citado em Augusti, 2004, p. 4).

Alguns intelectuais portugueses da época parecem, por outro lado, viver alheados da realidade dos sentimentos da intelectualidade brasileira para com os literatos portugueses. É o caso, por exemplo, de Pinheiro Chagas, que considerava que ao contrário de outros países em que havia ódios intensos e rivalidades entre as metrópoles e as suas ex-colónias, no caso de Portugal e do Brasil esse ódio só se manifestava nas “camadas inferiores da sociedade” (Chagas, citado em Augusti, 2004, pp .2-3). Afirmar isto era desconhecer todo o acinte e toda a virulência das polémicas já então travadas entre intelectuais e o rasto de azedume e ressentimento que deixaram, chegando ao ponto da violência antilusitana aberta, como em Pernambuco.

As próprias celebrações conjuntas do tricentenário da morte de “Camões”, em torno das quais se haviam congraçado – como vimos – intelectuais de um e outro país, não tiveram aprovação unânime. O escritor e crítico literário brasileiro Araripe Júnior (1848-1911) sentenciou então: “Esta festa, erguendo o orgulho colonial, amesquinhou o espírito nacional” (Júnior, 1883). E quando, em 1883, Teófilo Braga – juntamente com outros intelectuais portugueses e brasileiros - lança a *Revista de Estudos Livres* (Braga, 1883/1884) sublinhando no editorial ser seu objetivo “reatar a aliança mental luso-brasileira”, Araripe rejeita *in limine* a sugestão: “Não! mil vezes não!” (...) E prossegue:

No fundo não vejo nisso senão uma *recolonização psychica*; o que é um notável erro, senão uma *imperdoável pretensão*. Uma violação de todas as leis conhecidas, que só poderia ter um pequeno curso, se nos prestássemos a acceitar como vehiculo da nossa instrucção na Europa os expositores portuguezes. (...) *Como influencia mental a lição portugueza é perturbadora da nossa evolução natural. (...) A tradição portugueza não nos deve interessar tanto como aos que della vivem unicamente. (...) O que convém presentemente é que não pensem mais em educar canários no reino para virem cantar no império.* (destaques do autor da tese) (Júnior, 1883)

6.2. República acentua rutura com Portugal

As polémicas eram já reflexo da animosidade que se havia criado ao longo do século XIX através dos episódios que registamos, ao mesmo tempo que a realimentavam. Basicamente, republicanismo e antilusitanismo andaram juntos, uma vez que o combate ao regime monárquico

se fazia com essa vertente de procurar uma alternativa ao modelo português, tido como sinónimo do atraso, quando o que se pretendia era uma sociedade moderna e industrial, mesmo que autoritária (Oliveira, 1990).

José Veríssimo (1857-1916), que foi o grande idealizador da Academia Brasileira de Letras, resumia assim esse estado de espírito:

Os brasileiros sentimos que Portugal já nos deu tudo o que nos podia dar, e que dele nada mais temos a receber ou esperar. Que por amor do nosso futuro que se nos antolha esplêndido, não é para Portugal que devemos volver os olhos, senão para as nações que vão à frente da civilização e das quais podemos haver não só braços e energias econômicas de toda a espécie, mas a luz espiritual de que ainda carecemos. (Veríssimo, 1986, p. 43)

Como mostrou Gladys Ribeiro, no estudo já citado (1987), a presença de interesses portugueses no comércio, na imprensa e no mercado de trabalho – onde a elevada imigração lusitana da época acentuava continuamente a concorrência com os setores mais pobres da população – acirravam os ânimos, a ponto de tudo o que de uma forma ou de outra estivesse relacionado com Portugal ser objeto de crítica e controvérsia. Um exemplo ilustra-o bem. O jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, relatava assim a mudança de chefia no confrade *Jornal do Commercio*, da mesma cidade:

Que vergonha! É voz pública que vem de Lisboa o correspondente do Jornal do Commercio, cidadão português, para tomar a redação do mesmo jornal em substituição ao falecido redator E continua o jornal a ser uma folha de estrangeiros, mas sempre sustentada pelos brasileiros e pelos cofres nacionais!⁷⁰

A “querela dos originais” - turbulência nos limites

A intensa polémica travada ao longo de mais de uma dezena de anos entre o português Teófilo Braga (1843-1924) e o brasileiro Sílvio Romero (1851-1914) valerá por todas as que nesse período opuseram literatos e intelectuais dos dois países.

Embora ambos se situassem na mesma área filosófica e política do positivismo republicano, e ambos se interessassem pela etnografia, que pesquisaram em profundidade, tendo

⁷⁰ Ver *O Paiz*, Rio de Janeiro, 24 set. 1860, citado em Feitosa, 2007, p. 59.

inclusive integrado os dois a direção de uma revista transatlântica—A *Revista de Estudos Livres* publicada mensalmente em Portugal e no Brasil entre 1883 e 1886 e que se propunha “reatar a aliança mental luso-brasileira” – Braga e Romero opuseram-se frontalmente, num confronto que um pesquisador atual designa como *A Querela dos Originais* (Paredes, 2006). Quando da publicação, em Portugal, de *Cantos Populares do Brasil* (1883) e *Cantos Populares do Brasil* (1885), de Sílvio Romero, que Teófilo Braga organizou e prefaciou, o autor brasileiro acusou o autor português de ter indevidamente alterado o seu manuscrito, arrogando-se um esforço classificatório que na realidade não lhe pertencia:

Quem lê as paginas alli estampadas pelo escriptor portuguez, é induzido a supôr que os Contos populares do Brazil foram para Lisboa baralhados, confusos, sem um plano, sem uma disposição scientifica. E' levado lambem a crer que nem um só conto de procedência indígena n'elles se nos deparava. Ambas as supposições são falsas e procedem de engenhosa artimanha do Sr. Braga, praticada na intenção de glorificar-se. (Romero, 1887, pp. 15-16)

Teófilo admitia ter modificado o plano de Romero, tendo anotado, logo na edição de 1885: “Modificamos neste ponto o plano do coletor, completando a representação dos elementos étnicos do Brasil com o que atualmente se conhece de tradições dos indígenas”. Mais tarde, Fran Paxeco (1874-1952), seu discípulo, que foi Cônsul no Maranhão, onde desenvolveu intensa atividade cultural⁷¹, saíria também em sua defesa, escrevendo em *O Sr. Sílvio Romero e a Literatura Portuguesa*, que o autor brasileiro não gostava de Teófilo pelo simples facto deste ser português: o “crítico sergipano vota um ódio de morte a todos os vultos literários da velha Lusitânia; e essa ojeriza, sem razão de ser, leva-o às vezes a afirmar certas proposições absurdas e paradoxais”.

Mais dos que pelos egos e brios mútuos ofendidos, a polémica vale pelo que revela de confronto essencial de concepções, não só entre os dois autores em questão, mas também entre um vasto círculo de intelectuais. O cerne da questão era o critério nacional específico legitimador das respectivas nacionalidades, que ambos procuravam e ambos no fundo disputavam, embora partissem de premissas positivistas comuns. Como refere Paredes, “o elemento que indispunha Romero e Teófilo não remete à natureza do conhecimento (necessariamente científico para

⁷¹ Ver Pacheco, Manuel Francisco, Cadeira N° 5 da Academia Maranhense de Letras. Retirado de <http://www.academiamaranhense.org.br/manuel-francisco-pacheco/>

ambos), mas sua função no fortalecimento das balizas de definição e demarcação no âmbito das culturas nacionais brasileira e portuguesa” (Paredes, 2006, p. 115).

O que Romero procurava era identificar a especificidade do povo brasileiro, uma realidade brasileira autêntica, a singularidade da nação. E aqui, a questão da originalidade era crucial. Para ele, essa especificidade estava na mestiçagem, concluindo que “todo o brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias”:

A História do Brasil, como deve ser hoje compreendida, não é, conforme se julgava antigamente, e era repetida pelos entusiastas lusos, a História exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis supor de passagem o romanticismo, a História dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes dos africanismos entre nós, a dos negros em o Novo Mundo. É antes a História da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que domina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. Tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é este critério novo. Tanto mais um autor ou um político tenha trabalhado para a determinação de nosso caráter nacional, quanto maior é o seu merecimento. Quem tiver sido um mero imitador português, não teve ação, foi um tipo negativo. (Schneider, 2005, p. 40)

Compreende-se por isso que Romero sublinhasse: “uma nação se define e individualiza quanto mais se afasta pela história, do caráter das raças que a constituíram, e imprime um cunho peculiar à sua mentalidade”, daí que “a nação brasileira, se tem um papel histórico a representar, só o poderá fazer quanto mais se separar do negro africano, do selvagem tupi e do aventureiro português” (Paredes, 2006, p. 116).

Por seu turno, Teófilo Braga também procurava a originalidade portuguesa no contexto ibérico, justificando com a origem rácica diferenciada – o moçarabismo do luso - a distinta nacionalidade lusitana. E *era aí, nessa disputa pela originalidade das suas nações, que os autores luso e brasileiro entravam em choque*, pois ambos tinham como fundamento da originalidade das suas nações o mesmo critério: mestiçagem de um lado, moçarabismo do outro. Como explica Paredes,

Silvio Romero tinha razão em bradar com violência: se tirassem do seu mestiço brasileiro a originalidade histórica, ele perderia sua razão de ser. Afinal, como ficou claro pelo exposto, o mestiço é a imagem que busca fundamentar a soberania cultural brasileira. Ora, se o português moçárabe também mestiço

fosse, então, o brasileiro mestiço seria apenas um herdeiro das características mais peculiares do português. Não se distanciaria de Portugal. Não fundamentaria a cultura brasileira. (Paredes, 2006, p. 117)

Mas, o que não convinha a Silvio convinha perfeitamente a Teófilo:

Ao se admitir a mistura racial como característica lusitana, tudo o que se disser sobre a mestiçagem racial brasileira terá, necessariamente, relação íntima com Portugal. Aliás, esse era o interesse de Teófilo na coletânea de contos e cantos brasileiros. E o movimento contrário também se pode afirmar. Se entende-se o português no conjunto dos povos ibéricos, fica facilitado o enquadramento do Brasil no quadro dos países latino-americanos, uniformizados, assim, pela mesma ação dos colonizadores ibéricos. (Paredes, 2006, p. 118)

Estava-se aqui em plena demarcação de fronteiras identitárias entre Portugal e o Brasil. Daí, na expressão de Rui Cunha Martins, a “turbulência dos limites”, dado que, em tais circunstâncias, “a história, assim convocada e manipulada com intuítos probatórios, surge, neste contexto menos como “mapa” do que como arena” (Martins, 2001, p. 38). Uma arena em que um teria de prevalecer sobre o outro para se poder afirmar, instaurando o *estranhamento* e a *(in)comunicação*. Romero assume o corte ao afirmar que o velho reino “perdeu definitivamente o encanto a nossos olhos” (Romero, 1943, pp. 280-281)

Bifurcação positivista

Embora de raiz comum, eram sensibilidades e tradições diversas que se confrontavam e o próprio positivismo – por ambos partilhado - acabou por gerar correntes diferentes num e noutro país. Enquanto em Portugal “o dogmatismo da Religião da Humanidade não teve qualquer acolhimento, no Brasil, o positivismo ortodoxo (...) teve muitos seguidores” (Catroga, 1977, p. 31).

Enquanto Portugal se ficava pela versão pedagógico-científica do positivismo, o Brasil acabaria por adotar uma interpretação político-autocrática do comtismo, que se refletiria no modelo autoritário da República. E isso, como vimos, teve consequências no plano do relacionamento bilateral, com os jacobinos a encabeçarem uma corrente fortemente antilusitana.

O viés radical, porém, não se limitou ao episódio já relatado da Revolta da Marinha, antes formatou, desde cedo, toda a atitude republicana brasileira face a Portugal, o que é particularmente importante para o tema que nos ocupa. Como escreve Marçal Paredes:

já na propaganda pela República identifica-se um claro sentimento de afastamento do velho reino lusitano. Distanciamento não apenas do ponto de vista político – pelo óbvio de a Monarquia representar a permanência da Dinastia dos Bragança em solo nacional, como foi explorado na época –, mas no que tange à mobilização das histórias nacionais (tanto da brasileira quanto da portuguesa); também se observa um impacto na esfera simbólica da compreensão de ambas as culturas nacionais. (Paredes, 2011, p. 1)

Nesta linha de raciocínio, os republicanos como que refundiam a Independência, que só agora seria real, por contraposição ao Império e à Monarquia, que encaravam como sendo, no essencial, a continuação da antiga situação colonial lusitana.

É interessante notar como a mesma filosofia política – o positivismo – e as mesmas propostas de organização do Estado – o federalismo descentralizador – acabavam por ser encaradas de forma completamente diferente. Em Portugal, para os republicanos portugueses, tratava-se de reatar com as velhas tradições municipalistas; no Brasil, significava romper com o centralismo monárquico de marca portuguesa. Daí “o cunho americanista (leia-se anti-lusitano) no processo de fundação de um Brasil “regenerado”, através do reforço dos contornos exclusivos da “família brasileira”, operando, com isso, um corte definitivo em qualquer referencialidade “luso-brasileira” (Paredes, 2011, p. 3).

Na mesma linha, na sua *História da Literatura Brasileira*, Romero acentuava: “Que os norte-americanos continuem a trilhar as sendas da inteligência inglesa, é coisa que deve ser aplaudida; porque a Inglaterra sabe pensar; que o Brasil continue a copiar Portugal, é uma triste herança da história, que todo bom patriota deve modificar e corrigir” (Romero, 1943, p. 38).

Disputa identitária agrava-se

Daí o desapontamento dos intelectuais portugueses da época – designadamente Eça de Queirós e Oliveira Martins - com a notícia da proclamação da República no Brasil. Para este último, tratava-se, “além de um ato de insensatez, uma ingratidão” que poderia macular o futuro da “melhor obra lusitana na história” e afinal pôr em perigo a existência de uma idealizada comunidade luso-brasileira. Quanto a Eça, escrevendo sob pseudónimo na *Revista de Portugal*, notava no seu tom jocoso que “o Imperador tinha-se a tal ponto desimperializado, que entre Monarquia e República não havia realmente senão um fio – tão gasto e tão frouxo, que, para o cortar de um golpe brusco, bastou a espada do Marechal Fonseca.” Não lhes escapava, por outro

lado, a inspiração radical do movimento republicano brasileiro desejoso de colocar em prática “o velho ideal jacobino, já entre nós [os portugueses] desacreditado e um pouco obsoleto [sic], e que no Brasil domina ainda as inteligências tropicalmente entusiásticas e crédulas” (Paredes, 2011, p. 1).

Os intelectuais portugueses não se enganavam – com a proclamação da República de inspiração positivista radical, o Brasil propunha-se operar um autêntico corte epistemológico com o passado, por forma a lançar os fundamentos e construir uma identidade nacional própria em termos não só políticos e económicos, mas também culturais – o que significava romper com as raízes portuguesas. Já não era apenas o “de Portugal nada queremos” proclamado num momento de ira contra as Cortes liberais portuguesas por D. Pedro, mantendo depois os “laços de sangue” da Monarquia. Agora, era muito mais do que isso – era voltar costas à Europa, virar-se para a América e cortar com as raízes portuguesas em todos os domínios. “Dir-se-ia que o Brasil, para demarcar-se de seu passado, fazia de Portugal seu ultra-passado” (Paredes, 2011, p. 11).

No seu *O Brasil Mental* (1898), já referido, Sampaio Bruno atribui aos equívocos derivados do texto de Eça “*O Brasileiro*” e à falta de compreensão da ironia por parte das nações mais jovens como o Brasil os confrontos de posições que então começaram a surgir no plano cultural entre os dois países. Chama em favor da sua tese um texto do brasileiro José Veríssimo (1857-1916) na *Revista Brasileira* (1857/1861; 1879/1881; 1895/1899), de acordo com o qual, sendo a ironia “o insulto do civilizado”, suscita nas “naturezas primitivas” reações exageradas: “incapazes de lhe compreenderem os matizes – diz Veríssimo - a sua sensibilidade exagera-lhe os intuitos e o alcance”. Postas assim as coisas – diz Bruno – compreende-se que inofensivas *boutades* de folhetinistas lisboenses se transformassem em coisas sérias e graves. E entende-se o motivo - sublinha – de um corolário péssimo daí decorrente: “o qual consistiu em distanciar mais a mentalidade portuguesa da brasileira” (Bruno, 1898, p. 30)

A explicação faz sentido, mas é excessivamente simples para uma questão tão complexa. *A verdade é que o afastamento mental (para usarmos a terminologia de Sampaio) entre Portugal e o Brasil tem razões mais fundas, radicando na disputa identitária aberta desde a pré-Independência* (muito antes, portanto, dos textos de Eça e/ou de Camilo), já bem expressa nos debates das Cortes liberais entre deputados de um e outro país; e agravada depois com a proclamação da República no Brasil, num movimento de inspiração positivista mais radical. Uma

disputa em que há, é certo, frequentemente, *equivocos* de compreensão de parte a parte, mas há, sobretudo, *ressentimentos* derivados de interesses contrariados e muita *sobranceria e desdém* que se vão contínua e mutuamente alimentando até chegarem à estranheza e à *(in)comunicação*.

Grosso modo, podemos identificar dois períodos cruciais em que essa estranheza se aprofunda – o primeiro, de 1820/1822 a finais do século XIX, culminando com a proclamação da República, em 1889; e o segundo, desde finais do século XIX à Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922.

No primeiro período, de acordo com classificação de Carlos Roberto da Costa (2007, p. 38), cruzam-se diferentes grupos ainda em busca de uma nova identidade e por isso mesmo de retórica ainda imprecisa, embora esta logo se exalte no momento da separação, como vimos nos *Manifestos de Agosto* de D. Pedro, em 1822:

- os *portugueses-portugueses*, nascidos na Metrópole e tendencialmente contra a formação de uma nova nação – membros da nobreza, militares, alta burocracia do Estado, padres, capelães e membros das ordens eclesiásticas;
- os *portugueses-brasileiros* – nascidos em Portugal, mas já afeiçoados ao Brasil e disponíveis para nele continuarem desvinculando-se dos antigos laços;
- os *brasileiros-portugueses* – nascidos no Brasil, porém de origem portuguesa, membros da elite, intelectuais e altos funcionários, em geral conservadores, que demoraram a aderir à criação de uma nova nação;
- os *brasileiros-brasileiros* – nascidos no Brasil, favoráveis à criação de uma nação distinta de Portugal.

O sentimento de brasilidade baseava-se então na exaltação da grandeza e das riquezas do território e das suas belezas naturais, no sublinhar das diferenças em relação a Portugal e na adoção de nomes próprios diferenciados dos nomes de origem lusa, designadamente nomes de origem indígena. Foi a amálgama de todos esses elementos – imagem idealizada dos indígenas, mestiçagem, orgulho das belezas e riquezas naturais e – *the last but not the least* – brios intelectuais e de personalidade feridos (ressentimentos em relação à Coroa e seus representantes, primeiro, a Portugal e aos portugueses, depois) que se foi formando um esboço de identidade nacional diferenciada que se afirmou, antes de mais, como vimos, em contraposição à identidade lusitana. Um processo que se prolongou por meio século, pelo menos até meados do século XIX.

Neste mesmo período, a crítica literária portuguesa destaca o trabalho dos poetas românticos brasileiros Gonçalves Dias (1823-1864), Álvares de Azevedo (1831- 1852) e Casimiro de Abreu (1839-1860), mas dedica pouca atenção ao autor de *O Guarani*, José de Alencar (1829-1877), o maior escritor do Romantismo do Brasil. O português Pinheiro Chagas (1842-1895) chega mesmo a criticar severamente o autor de *Iracema* pela

(...) falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções de uma insurreição em regra contra a tirania de Lobato. (Chagas, 1868, citado em Moreira, 2013, pp. 73-74)

Estava-se já no centro do confronto ideológico que opunha, de um lado, os românticos do Brasil em luta pela autonomia literária – quer em termos temáticos, quer linguísticos - e os literatos portugueses - que insistiam na ideia de que, sendo a língua a mesma, ela era um património comum que aproximava as duas culturas, havendo, portanto, identidade entre as literaturas dos dois países.

Nesse embate, Alexandre Herculano toma partido pelo Brasil, ao escrever no seu *“Futuro literário de Portugal e do Brasil”* (1847), que a independência não fora obra do acaso, mas um facto decorrente da ordem natural das coisas: “Portugal é o velho aborrido e triste, que se volve dolorosamente no seu leito de decrepidez”, é “o ancião na tristeza do seu vegetar inerte, e que, encostado na borda do túmulo, deplora (...) o mundo que vai morrer!”. Em contraponto, o Brasil é para ele “um país cheio de esperanças, cheio de viço e de vida”, um “mancebo vigoroso que derriba um velho caquético, demente, e paralítico”, “a nação infante que sorri” (Herculano, 1847-1848, pp. 5-8).

De um lado e do outro, a dicotomia de apreciações mútuas mantinha-se, mas ainda assim não deixava de haver, também, alguma aproximação, como revela a análise quer das referências críticas nas revistas literárias, quer dos catálogos dos livreiros da época:

Muito mais do que um movimento de ruptura entre as literaturas do Brasil e de Portugal devido à independência política e à instalação da monarquia no Brasil, os catálogos de livreiros e as apreciações críticas publicadas em periódicos na época mostram-nos que houve, no século XIX, uma importante aproximação entre a produção, a circulação e a recepção de obras literárias no eixo Brasil-Portugal. (Queirós, 2013, pp. 189-203)

Depois, já no segundo período assinalado, a partir de finais do Oitocentos, começam a surgir as obras literárias, de investigação histórica e cultural em que se acentua o antilusitanismo.

Tobias Monteiro vai desdenhar de Alexandre Herculano, Sílvio Romero acusar Teófilo Braga de “*Uma Esperteza*”, Machado de Assis criticar Eça de Queirós, Valentim de Magalhães subestimar Guerra Junqueiro... É também nesse período que a *Revista Brasileira* “por meio de traduções e informações de/e sobre outras nações, cria “figurações do outro”, sejam elas exemplares, como é o caso de França, Inglaterra e EUA ou não-exemplares, como é o caso de Portugal” (Pereira & Neto, 2012).

Como já notava Sampaio Bruno no final do século XIX:

Com efeito, os nossos *irmãos de além-mar* começaram de antipathisar connosco cordialmente. Mais francos, não ocultaram a sua hostilidade. Proclamaram-nol-a rudemente, sans ambages. Não careceram de procuração; não nol-o mandaram insinuar por outros. Disseram-nol-o *carrément*, na bochecha. As novas gerações extremaram-se, então, no desprezo, que timbraram de exhibir, por nossa especulação esthetica, philosophica, critica. Pagaram-nos de desdéns; orgulharam-se de nos dizer coisas feias; e, como creanças amuadas, deram-nos em nos chamar nomes. Despiciaram-se, não tem duvida nenhuma. (Bruno, 1898, p. 31)

Mas o Brasil “começava a antipatisar” ou respondia ao desdém português, à soberba de cunho racista que o próprio Sampaio Bruno regista existir, nessa época, entre a intelectualidade portuguesa em relação ao Brasil? Como ele próprio escreve, sabia-se então “vagamente” em Portugal que um escritor do Rio de Janeiro tinha escrito “uma espécie de poema em prosa, chamado Guarany musicado por um mulato chamado Carlos Gomes”, tendo a ópera obtido “consagração das plateias entendidas da Itália”. Quando nos coretos ou jardins alguma banda executava trechos da obra, o que comentavam os melómanos portugueses? Responde Sampaio: “conveio-se em que *o raio do macaco* tinha a sua habilidade...”

De acordo com o mesmo autor, a situação repetiu-se quando se soube em Portugal que Sílvio Romero havia escrito uma espécie de História da Filosofia no Brasil. Após o pasmo – diz Sampaio – foi a gargalhada: “Se fôsse a carne secca do Brazil ou a feijoada do Brazil. Mas, agora a philosophia do Brazil. Valha-nos Deus!” E riam, jubilosos da sua suficiência” (Bruno, 1898, p. 16).

Perante tais atitudes em terras lusas, Sampaio Bruno conclui:

(...) o *brasileiro* tornara-se para o português o tipo de um grotesco infinito. De longe se lhe atribuíam todos os vícios, todos os dislates, toda a sordidez possível e impossível de alma e corpo. Dava-se esta coisa insensata: Portugal não tomava a sério o Brasil. (Bruno, 1898, p. 16)

As teorias pseudocientíficas sobre a diferenciação das raças humanas, predominantes em finais do século XIX, princípios do século XX, tiveram aqui obviamente um papel. Sendo o Brasil um país essencialmente mestiço, predominava na Europa da época – e, portanto, também em Portugal – a ideia de que o país estava marcado por uma dificuldade quicá insuperável na sua evolução social, o que justificava, aos olhos de muitos, uma atitude de sobrançeria e desdém de cunho racista e imperial (Schwarz, 1976).

Críticas e desdém de um lado, críticas e desdém do outro, contribuindo para afastar Portugal e Brasil; ao mesmo tempo, a indústria cultural – editores, livreiros, público, revistas literárias... – criava um espaço comum de leitura, que sobrevivia a esse afastamento, contribuindo para aproximar os dois países. Esta a realidade dicotómica das relações luso-brasileiras em finais do século XIX, começos do século XX.

Entretanto, na senda da fratura operada no seio da elite dirigente no momento da independência e das críticas dos setores liberais à visão continuísta dos conservadores, que ainda prezavam a herança portuguesa – uma linha bem expressa na *História Geral do Brasil* de Varnhagen (1816-1878) (1877), os republicanos acentuaram, como vimos, no período jacobino, a hostilidade em relação a Portugal e aos portugueses. *Apesar dos “laços de sangue”* oficialmente invocados para justificar – no plano das relações Estado a Estado – a concessão de certos privilégios legais aos imigrantes de origem lusa, *os intelectuais brasileiros continuaram a aprofundar o distanciamento face à velha Metrópole* com leituras, interpretações, análises e ensaios por vezes altamente cáusticos e destrutivos da herança lusitana. Curiosamente, muitos deles indo colher informação e beber inspiração... em obras de autores portugueses – seja do início da colonização, ainda nos séculos XVI e XVII, ou já de finais do século XIX.

Negativismo antiluso tem raiz portuguesa

Essas avaliações negativas baseiam-se nas críticas dos próprios autores portugueses ou luso-brasileiros do período colonial, desde Pêro Vaz de Caminha, cuja frase sobre a terra

novamente descoberta – “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por causa das águas que tem” - chega a ser interpretada como primeiro sinal de um país capaz de se bastar a si próprio.

Uma fonte muito citada são as comparações do Brasil com Portugal - sempre vantajosas para a colônia – expressas, entre outros, por Pêro Magalhães de Gândavo (1540-1579), Frei Vicente do Salvador (1564-1636), Gabriel Soares de Sousa (1540-1591), Ambrósio Fernandes Brandão (1555-1618), Fernão Cardim (1540-1625) e André João Antonil (1649-1716)), entre outros.

O antilusitanismo bebe também no extenso manancial de amargura e pessimismo de todos quantos, em Portugal, na chamada “Geração de 70” do século XIX, dissertaram sobre “as causas da decadência dos povos peninsulares” (Prescott, 2009), com destaque para Guerra Junqueiro (1850-1923), Antero de Quental (1842-1891) e, sobretudo, Oliveira Martins (1845-1894) com a sua *História de Portugal* (1879) (Oliveira, Martins, 1882) e *O Brasil e as Colônias Portuguesas* (1880):

O discurso da decadência estava em voga e a literatura da época (sob a influência das escolas realista e naturalista) difundiu-o de todas as formas e feitios: no romance, em poemas, em textos doutrinários, em panfletos, na caricatura, na pintura, etc. (Prescott, 2009, p. 5)

O caso mais expressivo dessa filiação do antilusitanismo brasileiro no pessimismo português de finais do século XIX é o do médico, sociólogo e historiador Manuel Bomfim (1868-1932), cujo ensaio *A América Latina – males de origem* (1905) está repleto de citações de Oliveira Martins.

De acordo com o ensaísta brasileiro Sylvio Romero (1851-1914), que travou com Bomfim virulenta polémica, das 2 276 linhas que integram a terceira parte daquela obra, nada mais nada menos do que 1114 (mais de metade!) são do historiador português. Com base em dados da historiografia clássica e sua contemporânea, Romero (1906) criticou a tese – defendida por Bomfim - do chamado “parasitismo social” das nacionalidades ibéricas, cuja história estaria marcada, segundo ele, por “onze séculos de guerra constante e generalizada”. E combateu também a ideia – igualmente defendida por Bomfim como segundo eixo estruturante da sua narrativa – de que os males do Brasil se teriam ficado a dever aos “resíduos” ou “remanescentes” da potência colonizadora, agora interiorizados nas novas classes dirigentes, “uma parte da metrópole plantada na colônia”, que se esforçariam por manter os privilégios parasitários herdados do colonizador, opondo-se aos movimentos de real emancipação do país.

Esta dicotomia de valoração – análises como as de Bomfim criticando duramente a herança portuguesa e vendo nela a origem dos males do Brasil; outras, como, neste caso, as de Romero, defendendo-a, explicando-a e até valorizando-a – foi praticamente uma constante desde a independência, em 1822, com a cisão então operada entre as elites, passando pelos primeiros anos da República, intensificando-se no primeiro quartel do século XX, como veremos e prolongando-se depois, em tons mais moderados, mas constantes, praticamente até aos dias de hoje.

6.3. Lusofilia versus lusofobia – um confronto secular

A dicotomia valorativa sobre a herança lusa tem, com efeito, origem na fratura ocorrida no seio da elite – toda ela de origem portuguesa – formada na sequência da implantação da Corte de D. João VI no Brasil.

Como vimos, quando, na sequência da revolução liberal de 1820, no Porto, as Cortes liberais quiseram recentralizar o Império português em Lisboa, insistindo para o regresso do Rei, as camadas mais jovens da classe média urbana do Rio de Janeiro e em particular as que haviam ascendido e ganho posições no funcionalismo público movimentaram-se rapidamente para preservar os privilégios adquiridos, passando a contestar fortemente as suas raízes portuguesas.

Por seu turno, os círculos mais próximos do Rei - o alto funcionalismo da administração pública e das forças armadas, cujos cargos eram privilégio exclusivo da nobreza reinol - mantiveram-se, como seria de esperar, fiéis à herança lusa.

Estava assim estabelecida a clivagem – de um lado, os *Brasilienses*, do outro os *Coimbrãos*, como foram designados esses grupos antagónicos, ambos filhos de uma mesma matriz cultural, centrada na Universidade do Mondego, onde todos se formavam, agora todavia separados por interesses privados distintos e diferentes sensibilidades.

Foi aí, como assinalámos, que se gerou a identificação do português com o passado e o atraso, “dando origem a um antilusitanismo particular, misto de desprezo e galhofa, que persistiria por todo o Império” (Cruz Ferreira & Neves, 2000). E se agravaria depois durante as primeiras décadas da República com o radicalismo jacobino (Gomes, 2013) que marcou esse período e o crescimento da emigração lusa para o Brasil (entre 1855 e 1890 saíram de Portugal cerca de 406 mil pessoas com passaporte, às quais se deve acrescentar mais 10 a 13% de emigrantes ilegais,

tendo o Brasil absorvido perto de 85% desse total) (Cruz Ferreira & Neves, 2000, p. 244) intensificando a concorrência no mercado de trabalho.

Dessa forma se gerava e consolidava, “por negação, certa noção de identidade.” Sempre, porém, com o contraponto da *resistência cultural lusa e lusófila no interior do próprio Brasil*, num pano de fundo caracterizado pelo aumento das tensões políticas entre os dois países que chegaram mesmo – como referimos - ao corte de relações diplomáticas entre maio de 1894 e março do ano seguinte (Cervo, 2000).

O embate simbólico entre defensores da herança portuguesa e seus críticos contumazes travou-se nos planos político, historiográfico e literário. Capistrano de Abreu (1853-1927) escreveu, em *Capítulos de História Colonial 1500-1800* (1907), que, ao cabo de três séculos de colonização, o Brasil se resumia a cinco regiões etnograficamente distintas, apenas unidas pela língua, a religião e o entusiasmo pelas riquezas da terra, “sentindo pelo português aversão ou desprezo (sublinhado nosso), não se prezando, porém uns aos outros de modo particular” (Abreu, 1998, p. 221)

Essa parece ser, porém, mais uma opinião do que um facto comprovado, mais uma projeção retroativa de um sentimento do século XIX para com os portugueses - gerado a partir da independência e acentuado depois no período republicano - do que uma avaliação objetiva caracterizando o conjunto dos três séculos em revista. Para Evaldo Cabral de Mello, *o Brasil não se tornou independente porque fosse nacionalista, mas fez-se nacionalista por haver-se tornado independente*. Difícil, portanto, nessas condições, falar de “aversão ou desprezo” generalizado, tanto mais que:

o brasileiro dos estratos superiores percebia-se como o súbdito de um Estado que não pretendia encarnar uma nação inexistente mas o velho sonho luso-brasileiro de um “grande império” na América, projeto que já se esboça nos primeiros cronistas e que D. João VI viria declaradamente estabelecer. (Mello, 2002, p. 15)

O que havia, portanto, era ressentimento gerado a partir dos conflitos entre reinóis e nobreza da terra e reelaborado depois, por razões políticas – primeiro na Independência para justificar a separação e depois na República, com o jacobinismo - na “aversão e desprezo” de que fala Capistrano. Como refere Rowland,

Durante o período colonial houve, como é sabido, numerosos conflitos que opuseram habitantes do Brasil à coroa portuguesa ou aos seus representantes. Mas apesar das interpretações posteriores que procuraram, retroactivamente,

atribuir aos episódios um sentido nacionalista, estes conflitos não deram origem a qualquer sentimento nacional ou à percepção de algum antagonismo que opusesse portugueses a brasileiros enquanto tais. (Rowland, 2011, p. 163)

Mais do que uma diferenciação radical historicamente formada, é a narrativa construída a partir do século XIX por razões políticas, sociais e económicas que vai fundar a separação entre brasileiros e portugueses.

Sistematicamente criticado e menosprezado, o português transforma-se, dessa forma e de algum modo, no *alter ego* negativo do brasileiro - concentrando em si tudo aquilo que o brasileiro rejeita, de cuja herança se quer libertar para poder progredir e pretende até esquecer ou mesmo definitivamente rasurar da sua memória.

A imagem dos imigrantes portugueses que na altura era projetada no Brasil aproximava-se da barbárie:

Eram broncos, avarentos, inescrupulosos nos negócios, permissivos moralmente, imundos, mentirosos, transmissores de doenças, estimuladores da prostituição, enfim, representavam o atraso e o imobilismo de que o Brasil tanto queria se afastar nesses primórdios da República. (Triches, 2008)

Na elaboração dessa narrativa, aos historiadores e escritores juntam-se, no período jacobino da República, os editorialistas de jornais republicanos radicais como *A Bomba*, *O Jacobino*, *O Nacional*, *Brazileia* e *Gil Blas*, todos empenhados em criticar as consequências consideradas nefastas da cultura portuguesa, marcada, segundo eles - acompanhando de alguma forma a opinião de autores portugueses como Alexandre Herculano, Antero de Quental e Oliveira Martins que na mesma época finissecular refletiam sobre as “causas da decadência dos povos peninsulares”- pelo “sebastianismo tacanho”, o “clericalismo tartufo” e o “estrangeirismo maléfico” (Cruz Ferreira & Neves, 2000, p. 231).

Concretamente em relação ao sebastianismo, como assinala na sua tese de doutoramento Joel Carlos de Souza Andrade,

(...) se houve uma leitura positiva e até patriótica da temática sebástica, o certo é que, na segunda metade do século XIX, ampliou-se o processo de sua negativização, através de uma interpretação depreciativa do rei D. Sebastião e, sobretudo, do sebastianismo, mediada por hostes racionalistas e cientificistas, que buscavam expurgar esta componente espectral e passadista da cultura portuguesa. (Andrade, 2014, p. 127)

Para as ideias de desgaste e decadência contribuía também fortemente o positivismo cientificista de Auguste Comte (1798-1857), então muito difundido em Portugal e no Brasil, em que avultavam as teses sobre a degeneração dos corpos sociais.

No campo oposto, outros jornais – especificamente dirigidos à comunidade portuguesa como *Portugal Moderno*, *Diário Português* e *Alma Lusitana*, ou de grande público como o *Jornal do Comércio*, *O Paiz* e *A Noite* (Cruz Ferreira & Neves, 2000, p. 231), que contavam com forte presença portuguesa nos seus quadros de direção – defendiam a importância da cultura portuguesa para a formação da identidade brasileira.

Há nomes sonantes de um lado e do outro dessa barricada: Euclides da Cunha, João Ribeiro, Alberto Torres, Manoel Bomfim, Tobias Monteiro, pela corrente anti lusitanista, que atribuía a falta de consolidação da brasilidade ao “atraso” representado pela colonização portuguesa e à persistência de laços culturais com Portugal através das fortes colónias de imigrantes lusos existentes no país; pela corrente lusófila, defensora da herança cultural portuguesa e do seu valor positivo para o Brasil, Varnhagen, João do Rio, Medeiros e Albuquerque, Afrânio Peixoto, Graça Aranha, Olavo Bilac e Carlos Malheiro Dias.

Graças a Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), que defendeu, na sua *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal* (1854-1857), a influência civilizadora dos portugueses, sublinhando a continuidade entre o Brasil e a antiga metrópole, o esforço das elites antilusas de construir a nova nacionalidade sobre a rejeição ao português, fazendo do indígena o verdadeiro fundamento da nação brasileira, foi momentaneamente contido.

Varnhagem seguia as diretivas do botânico alemão Karl Friedrich Philipp van Martius (1794-1868), cuja monografia (premiada em concurso lançado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, de inspiração europeia e sob patrocínio oficial) “*Como se deve escrever a História do Brasil*” (Guimarães, 1998) já propunha como fundamentos da historiografia e da identidade nacionais: 1) a defesa da unidade, representada pelo Imperador, e 2) a contribuição civilizacional conjunta – complementar, ainda que desigual - das “três grandes raças” atuantes no território: europeia/portuguesa, americana/indígena e africana.

A ideia da importância das três raças (e da sua miscigenação) como fator histórico na formação da nacionalidade brasileira constituía contributo original, dando origem a uma linha de interpretação que se tornaria dominante na sociologia e na historiografia brasileiras, atravessando

diversos períodos e acabando por integrar o próprio senso comum. Mas Martius defendia a preponderância do elemento português; nas suas próprias palavras:

Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessariamente segue que o português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influenciou naquele desenvolvimento; o português, que deu condições e garantias morais e físicas para um reino independente; o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. (Martius, 1845, p. 390)

Entre aceitação e rejeição – um compromisso instável

A glorificação do indígena seria, entretanto, retomada pelo Romantismo. Algumas das obras mais emblemáticas desse período, designadamente *O Guarani* e *Iracema*, de José de Alencar (1829-1877), tratam claramente com o dilema entre a fidelidade às raízes portuguesas e a necessidade de construção de uma identidade própria. A solução encontrada traduziu-se num compromisso, expresso na união entre o elemento luso e o elemento índio: o romance de amor do índio Peri com a filha de colono branco Cecília, na primeira daquelas obras; e entre o português Martim e a índia Iracema, na segunda. Estava assim lançado o *mito de fundação da brasilidade*, fruto da conjugação entre o branco colonizador, portador da cultura europeia, considerada civilizada, e os valores indígenas idealizados de acordo com o mito do bom selvagem.

Mas outros escritores do mesmo período serão bem menos condescendentes para com a herança lusa. Foi o caso, entre outros, do poeta Gonçalves Dias (1823-1864), expoente do indianismo, para quem a herança luso-brasileira representava a cultura dos sanguinários usurpadores de uma terra que já tinha dono:

Nossas terras demanda, fareja.../Esse monstro... - o que vem cá buscar?/ Não sabeis o que o monstro procura?/ Não sabeis ao que vem, o que quer? /Vem matar vossos bravos guerreiros,/Vem roubar-vos a filha, a mulher! (Dias, 1959, p. 49)

Na mesma linha, outro poeta romântico, Castro Alves (1847-1871), descreve os horrores da escravidão:

Ontem a Serra Leoa,/A guerra, a caça ao leão,/O sono dormido à toa/Sob as tendas d'amplidão.../Hoje... o porão negro, fundo,/Infecto, apertado, imundo,/Tendo a peste por jaguar.../E o sono sempre cortado/Pelo arranco de um finado,/E o baque de um corpo ao mar... (Alves, 1997)

Ao cultivar estes temas – por um lado, cantando a natureza luxuriante dos trópicos e enaltecendo as tradições dos seus habitantes primevos, os silvícolas; por outro, acentuando os aspetos negativos da colonização lusa, vista como sanguinária e usurpadora, *os autores românticos brasileiros acentuavam a diferenciação com Portugal.*

Foi nesse contexto que o termo *brasileiro* passou a referir não apenas, como no início, aqueles que se ocupavam do pau-brasil, nem só a qualidade de quem tinha nascido no território, mas toda uma identidade própria, política, social e cultural, distinta da e contraposta à portuguesa.

O português que o Brasil não quer

Vindos já desde a Independência, o distanciamento e a conflitualidade do brasileiro em relação ao português reforçaram-se no final do século XIX por contraposição aos recém-chegados imigrantes lusos - que passaram a ser o rosto da portugalidade no Brasil - em relação aos quais se gerou um clima de *estranhamento* cultural e rivalidade económica e social, num contexto de conflitualidade aguda pela disputa do emprego no mercado de trabalho.

Num clima de nacionalismo exaltado, sobre eles foi-se construindo, nos primeiros anos da República, como assinalámos, o paradigma do estrangeiro espoliador do povo e das riquezas nacionais, chegando à rejeição e hostilidade xenófoba. Seja porque os melhores colocados desses imigrantes dominavam o pequeno comércio, sendo acusados de especular com os preços, falsificar os produtos e obter lucros ilícitos; seja porque os mais pobres – dispostos a tudo fazer para conseguir economizar um pequeno pecúlio – faziam os maiores sacrifícios e aceitavam condições mais penosas, concorrendo com os trabalhadores locais na disputa pelo emprego (Ribeiro, 1990 e 1994):

Com o início da emigração de massa, inicialmente a partir das ilhas e em seguida a partir de zonas sempre mais amplas do continente, os portugueses no Rio começaram a substituir o trabalho escravo (em particular o dos escravos de ganho) em sectores mais desqualificados da economia urbana, criando assim uma nova fonte de tensão relacionada com o mercado de trabalho. (Rowland, 2001, p. 162)

A presença maciça de portugueses no pequeno comércio – em particular no Rio de Janeiro, mas também noutras cidades um pouco por todo o Brasil, designadamente no Nordeste – e a manifesta desproporção com os estabelecimentos de brasileiros (de acordo com Pedro Calmon "em 1860, no Rio, os estabelecimentos comerciais eram 1545 de brasileiros e 4403 de portugueses. Em 1863, o número daqueles caiu para 1083, e o destes subiu para 4813. Em 1903, os brasileiros possuíam 3941 e os portugueses 8211 casas de negócio") (Calmon, 1941) aticava em permanência ódios e invejas, sobre os lusos recaindo a fúria dos protestos de cariz nacionalista sempre que as dificuldades económicas se acentuavam. Escreve o naturalista escocês George Gardner que viajou então pelo Brasil:

sempre que um motim ou qualquer tentativa de revolta se verifica no interior – estas ocorrências são, infelizmente, demasiado frequentes – os pobres portugueses são as primeiras vítimas, chacinadas sem piedade, roubados de quanto possuem. (Gardner, 1975, p. 23)

Considerando que havia um grande contraste entre a atitude de dedicação ao trabalho por parte dos portugueses e os “indolentes brasileiros”, prosperando por isso aqueles mais do que estes, o que suscitava a hostilidade nativa, o cientista concluía: “não há sentimento de simpatia entre as duas nações” (Gardner, 1975, p. 115)

Note-se que o perfil do emigrante português variou bastante ao longo dos anos. Primeiro, com destino ao Rio de Janeiro, começaram por partir jovens do sexo masculino, alfabetizados, provenientes de famílias com recursos suficientes para arcar com as despesas de viagem e instalação no Brasil; depois, a partir do final do século XIX e início do século XX, esse perfil mudou. Estimulado pelos subsídios do Estado brasileiro à imigração com vista à expansão da cultura do café, principalmente em São Paulo, surge então um caudal de imigrantes lusos menos preparados, formado, em sua maioria, por indivíduos jovens, de camadas sociais mais humildes, com menor grau de instrução e preparação (Scott, 2000 e 2001).

Os elevados fluxos migratórios para o Brasil levaram o Estado português, nos anos 30-40 do século XIX, a tentar redirecionar a emigração para as suas colónias africanas, denunciando os termos leoninos dos contratos que enquadravam a mão-de-obra lusa, designadamente açoreana, como “tráfico da escravatura dos brancos”, quando se pretendia acabar com o “tráfico da escravatura dos negros”. O escritor Alexandre Herculano também denunciou nessa altura a existência de “espantosos abusos” e “violências da parte dos brasileiros” no recrutamento da

emigração portuguesa. Mas as tentativas de redirecionar a emigração não resultaram e as denúncias dos abusos não foram suficientes para travar a saída de mão-de-obra rumo ao Brasil, que continuava a ser visto como possível Eldorado (Sousa, Martins & Matos, 2009).

São essas camadas lusas predominantemente de origem rural do Norte/Nordeste de Portugal que em finais do século XIX, começos do século XX, acabam por afluir em massa à capital do Brasil em busca de trabalho, anichando-se no comércio de parentes já estabelecidos, nas oficinas, nas obras públicas e nos transportes. E é sobre eles que se vai fixar o olhar dos brasileiros e construir *o estereótipo do português*, que irá atravessar o século e tornar-se objeto das anedotas:

ele é sempre aquele que está atrás do balcão de um armazém, com sua camiseta branca, seu vasto bigode e seus indefectíveis tamancos. Fala errado, trocando o v pelo b; é rude, grita com os empregados e explora os pobres caixeiros. É acusado de errar nas contas dos fregueses, dar troco a menos e adulterar alimentos. Cultiva com carinho a “pança” conquistada ao longo dos anos, assim como os cobres conseguidos com muito suor e às vezes com pouca honestidade. É retratado como um ser suarento, piegas e ignorante, em contraste com a esperteza carioca. (Triches, 2009)

A rejeição não é só económica – é também cultural. Num Rio de Janeiro de final de século, marcado pelos esforços de modernização e saneamento, a presença de uma comunidade de matriz rural, virada para si própria, com os seus velhos hábitos e cultos entre o religioso e o pagão, suscita a repulsa dos intelectuais, como se pode constatar por esta descrição da tradicional Festa da Penha – o grande acontecimento anual da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro, desde 1728:

Impressionam-se alguns quadros destacados: crianças que comem de ventre em terra, ao redor de mesas de improviso; um que atravessa um frango à boca; outros virados, mamando vinho [...] no possante chifre retorto, roxos como de soprar buzinas entupidas, fechando os olhos sob o reflexo do céu de meio dia. E um bêbado que dorme sobre pilhas de melancias e outro que sai para a estrada cambaleando, agitando molemente a bengala, vomitando o viva à Penha... (Pompeia, 1888, citado em *Obras*, 1981)

Ou ainda, por esta outra, do poeta Olavo Bilac (1865-1918), que combateu a Festa da Penha como expressão de um passado indesejável:

(...) Os carros e carroções enfeitados com colchas de chita, puxados por muares ajaezados de festões (...) todo esse espetáculo de desvairada e bruta desordem ainda se pode compreender no velho Rio de Janeiro de ruas tortas,

de betesgas escuras, de becos sórdidos. Mas no Rio de Janeiro de hoje, o espetáculo choca e revolta como um disparate...” (Revista Kosmos, outubro de 1906, citada em Triches, 2009)

Descrições que eram reforçadas pela caricatura das publicações humorísticas da época, em que o português era alvo de troça, descrito como alguém sem qualquer credibilidade, uma figura ridícula, digna de riso.

Um século depois da separação de Portugal, o Brasil ainda se debatia com a tarefa que José Bonifácio (1763-1838), o “patriarca da Independência”, lhe havia incumbido:

He da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade physica e civil; cuidemos pois desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrarios, e em amalgamar tantos metaes diversos , para que saia hum Todo homogeneo e compacto, que se não esfarelle ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política. (Silva, Paris, 1825, p. 8)

Agora, dessa necessária amálgama, ainda na forja, boa parte da intelectualidade brasileira pretendia excluir o elemento português. Rejeitado não só na sua versão contemporânea do imigrante pobre, saloio, analfabeto e desajeitado, que se estranhava até pela forma arrevesada de falar a língua; mas em geral como nacionalidade, sobre a qual a narrativa brasileira – socorrendo-se muitas vezes da própria visão dos literatos portugueses desse final de século – construía uma imagem de dominação, atraso, catolicismo e monarquia – tudo “aspectos negativos” com os quais se pretendia romper.

Nessa narrativa, “o português perde qualquer tipo de importância”, associado que era a um país presente de segunda ou mesmo terceira classe e a um “passado ibérico” de exploração, atraso, religiosidade, “ignorância”, enfim, de escuridão; e que, portanto, não tinha mais espaço no novo cenário de “movimento e luz” em que o Brasil se via a si próprio envolvido: não só liberto, mas renascido e projetado no futuro (Triches, 2009, p. 1366). Que relação poderia haver entre um velho reino no seu ocaso e um país novo com destino manifesto de grande potência – um, já só passado, e outro, já só futuro? É aí que nasce “o português da anedota” (Lustosa & Triches, 2011).

O português da anedota e da caricatura – entre duas margens

O português é retratado como pessoa em geral de estatura baixa, ventre avantajado e bigode farto (incluindo as mulheres). Do ponto de vista moral, seguidor fervoroso de princípios

católicos, o que explica a sua vida simples, sem grandes desejos ou vontades; aparece em geral associado à profissão de padeiro ou pequenos comércios como mercearias. É também alguém de fraca capacidade intelectual e pouco discernimento, caindo por isso continua e repetidamente em equívocos. Do ponto de vista social, é pouco conflituoso, de moral conservadora e seguidor dos bons costumes. É um falante da língua portuguesa, mas de difícil compreensão e até comunicação com os brasileiros devido ao sotaque fortemente fechado. Tem sempre os mesmos nomes – os homens são Joaquim ou Manuel e as mulheres, Maria. Também é caracterizado como pessoa séria, com pouca propensão para o cômico ou para o riso; conservador, procurando sempre ser comedido na expressão das suas emoções ou sentimentos. Em todas as histórias o português surge como alguém pouco inteligente, sendo a burrice “parte integrante e estruturante da sua representação”: é um sujeito tosco, analfabeto, adulterador de pesos e medidas. Neste estereótipo veiculado pela anedota brasileira, o português aparece ainda associado a uma imagem negativa focalizada na ganância, intensa dedicação ao trabalho, aspeto corpulento, marcado pelo ruralismo da proveniência e a rusticidade como forma de comportamento.

O que é interessante notar é que estes traços negativos atribuídos pelos brasileiros aos imigrantes portugueses coincidem, grosso modo, com aqueles que eram atribuídos ao “Brasileiro” (português de torna-viagem) na literatura lusa da época: ignorância, falta de asseio, roupas extravagantes, conservadorismo, estranho sotaque... Ou seja, como nota Rômulo Brito,

(...) no Brasil o imigrante era o português e, em Portugal, era o “brasileiro”. O que se infere desta aparente oposição é que as mesmas características que o português considerava serem adquiridas pelo viajante no Brasil eram, para o brasileiro nato, trazidas pelo português de Portugal. (Brito, 2016, p. 355)

A imagem negativa do português – elaborada a partir da imigração lusa em massa de final do século – surgiu no contexto da demarcação cultural que já vinha ocorrendo desde a Independência com vista a identificar o que era próprio da identidade nacional e o que a diferenciava da identidade portuguesa, da qual tinha absoluta necessidade de se demarcar. A ridicularização do português no Brasil funcionou assim como mecanismo do afastamento pretendido.

Os traços negativos do luso também foram glosados na literatura da época em obras como, por exemplo, *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo (Ribeiro, 2007). Mas foram a anedota (que ainda hoje circula) e a música popular do início do século XX – como

veremos mais à frente – que os popularizaram, fixando um estereótipo do português que perdura até aos nossos dias. Um estereótipo do qual fazem parte, também, as referências negativas sobre o período colonial ensinadas nas escolas e divulgadas nos média, acabando por configurar uma imagem consolidada sobre Portugal e os portugueses que contribui para o *estranhamento* e a *(in)comunicação* entre os dois países – uma espécie de olhar por detrás do olhar que está sempre presente mesmo quando não é verbalizado ou abertamente assumido. Ainda assim, o facto dos olhares cruzados sobre o Atlântico em relação ao emigrante/imigrante luso em terras do Brasil serem em boa parte idênticos, é bem revelador da complexidade do relacionamento bilateral. Por mais estranho que pareça, dir-se-ia que Portugal e Brasil permanecem, de algum modo, ligados, ainda que de forma negativa, mesmo quando se querem separar.

Daí a importância da figura do “Brasileiro” em Eça de Queirós:

Ao desconstruir a composição deste estereótipo (...), Eça de Queiroz acaba por tornar este personagem-tipo, que seria um “outro” em ambos os lados do Atlântico, em um meio termo entre Portugal e Brasil, entre o português e o brasileiro nato, o “entre-lugar” onde as conexões e diferenças entre ambas as culturas deveriam ser observadas. (Ribeiro, 2007, p. 36)

Reação lusófila – o projeto de Comunidade Luso-Brasileira

Como vimos, a par da corrente lusófoba, sempre existiu também no Brasil uma corrente lusófila, mesmo que alguns dos seus integrantes por vezes oscilassem ou mudassem de campo. Caso, por exemplo, de Sílvio Romero (1851- 1914), que após ter criticado asperamente na sua *História da Literatura Brasileira* (1888) a matriz cultural lusíada, passou a defender a herança histórica e cultural portuguesa. Romero chegou mesmo a propor a celebração de uma estreita aliança, uma Federação entre os dois países como forma de obstar à possível ameaça do pan-germanismo, tendo em conta a formação de núcleos de língua alemã no sul do Brasil que se poderiam juntar e autonomizar.

Como ele próprio escreveu, na conferência “*O elemento português no Brasil: a imigração e o futuro do povo brasileiro*”, pronunciada em 1890, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, e publicada em Lisboa, em 1902, havia toda “a conveniência de reforçar no Brasil os elementos que o constituíram historicamente como nação luso-americana, os elementos que falam a língua portuguesa”, ou seja, “de todas as novas civilizações que possam vir ao Brasil a mais

conveniente é a portuguesa.” Para isso, havia que promover a confluência entre Portugal e Brasil em todas as áreas:

Tudo quanto fôr tendente a aproximar o mais possível o portuguez do brasileiro para attrahi-lo a continuar a colaborar na grande nacionalidade que ele creou em o Novo Mundo, deve ser posto em prática de parte a parte pelos dois povos e pelos poderes públicos de ambas as nações. (Romero, 1902)

Em Portugal, a ideia de uma aliança com a antiga colónia foi exposta publicamente em 1909, numa conferência proferida por Coelho de Carvalho na Academia de Ciências de Lisboa. Logo depois, o presidente da Sociedade de Geografia, Consiglieri Pedroso, propôs um plano que ficaria conhecido por *Acordo Luso-Brasileiro*, que contemplava um largo conjunto de medidas no sentido da aproximação entre os dois países: celebração de tratados de arbitragem, cooperação internacional e comércio; criação de entrepostos comerciais, unificação/harmonização da legislação civil e comercial; cooperação intelectual – científica literária e artística – equivalência de direitos e/ou de títulos aos diplomados de um país que decidissem trabalhar no outro; visitas recíprocas de intelectuais, artistas, industriais e comerciantes, congressos científicos e colaboração entre jornalistas, editores, associações culturais, pedagógicas, artísticas e beneficentes (Guimarães, 2011).

Este foi, talvez, o projeto de aproximação luso-brasileira mais completo jamais delineado. Não passaria, porém, do papel, nem teria mais desenvolvimentos dada a instabilidade política surgida na sequência da queda da Monarquia portuguesa (1910), o adensar das tensões internacionais e o desencadear da Primeira Guerra Mundial pouco depois. Além disso, o projeto, embora tivesse o apoio, no Brasil, da ala lusófila, defrontou-se com forte oposição dos setores lusófobos e da imprensa jacobina, que responsabilizavam a colonização portuguesa pelo atraso económico, social e cultural do país.

Em confronto estavam dois grandes grupos – praticamente repetindo e prolongando um século depois a cisão histórica que assinalámos entre Coimbrãos e Brasilienses: de um lado, pelos lusófobos, e apoiados em publicações como *O Tempo*, *Gil Blas* e *Brazileia*, alinhavam, entre outros, o ensaísta, médico e pedagogo Manoel Bomfim, os escritores Jackson Figueiredo e Álvaro Bomilcar; do outro, pela corrente lusófila, havia nomes destacados como Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, Paulo Barreto e Graça Aranha, membros atuantes da Academia Brasileira de Letras. Este último chegou a afirmar que “A união política entre Portugal e Brasil, consequência da unidade

moral das duas raças, seria a grande expressão internacional da raça portuguesa” (Aranha, citado em Rodrigues, 1923, p. 8)

Comunidade portuguesa

Juntando esforços com o grupo lusófilo, a elite da colônia portuguesa no Brasil, apoiada, como vimos, nalguns dos jornais da época, elaborou o discurso da fraternidade luso-brasileira, ressaltando os laços históricos, culturais e afetivos entre os dois povos.

Ao mesmo tempo, como forma de resolver problemas concretos e provar a sua contribuição positiva para a edificação da nova nacionalidade, essa comunidade foi também criando – a suas próprias expensas e para compensar a falta de apoio consular – uma densa rede de associações desportivas, de lazer e recreio, a par de fortes instituições de Beneficência (Marcas Solidárias, 2010) (algumas, como as Irmandades, com raízes históricas na primeira metade de 1500!) – todas prioritariamente viradas para a colônia, mas abertas aos brasileiros em geral, concretizando assim uma política de inserção na sociedade local.

A Comunidade promoveu também o desporto, a cultura e o ensino, sendo as obras mais notáveis e emblemáticas nesta área o *Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*, fundado logo em 1837, o *Gabinete Português de Pernambuco*, em Recife (1850), e o *Gabinete Português da Bahia*, em Salvador (1863) e ainda o *Retiro Literário Português* (1859) e o *Liceu Literário Português* (1868), também no Rio (Arroteia, 2009). Trata-se, tudo somado, de um esforço enorme, que prossegue até hoje, inédito pela sua dimensão e capacidade de (auto)sustentação, com papel importantíssimo de influência nas políticas bilaterais, em particular na defesa da imagem de Portugal e dos portugueses no Brasil.

Esse papel surgiu e reforçou-se justamente em finais do século XIX, quando na sequência do Ultimatum inglês de 1890, o governo português, para reforçar a sua imagem de potência colonial moderna, ensaiou toda uma política de reaproximação com o Brasil em relação ao qual, até aí, se mantivera relativamente afastado, dadas as diferentes prioridades de política externa dos dois países: o Rio de Janeiro olhando para Buenos Aires, Londres e Washington e Lisboa com atenções centradas nas suas colônias africanas e, em termos europeus, procurando desenvolver relações cordiais com Espanha e de neutralidade com o resto do continente.

Ao virar o olhar para o Brasil, num movimento que se intensifica a partir da implantação da República, em 1910, Portugal passa a valorizar mais o papel da comunidade lusa (já muito importante em termos financeiros pelas remessas dos emigrantes, essenciais para o equilíbrio das contas do Estado). Na narrativa nacionalista que então é elaborada e veiculada, o Brasil e a comunidade portuguesa nele residente passam a ser vistos como o melhor exemplo da capacidade colonizadora de Portugal. Como escreve Marie-Jo Ferreira,

O Brasil é, nesse discurso, que podemos chamar de "pan lusitanista", o melhor exemplo dessa capacidade colonizadora e a prova mesma da existência dessa comunidade lusófona. O Brasil é a prova de que o povo que o fez é também capaz de levar a luz da civilização à África, portanto, a colonização brasileira deve servir de exemplo à colonização africana. Assim, a valorização das relações com a sua antiga colônia permite às autoridades portuguesas provarem a existência dessa esfera de influência lusófona e afirmar a posição portuguesa na cena internacional como metrópole cultural e colonizadora eficiente frente aos seus concorrentes europeus.⁷²

A comunidade portuguesa tinha, como vimos, fortes ligações com a imprensa do Rio de Janeiro, onde vários títulos de difusão geral como o *Jornal do Commercio* e *O Paiz* chegaram a ser dirigidos por portugueses, com apoio financeiro do comércio luso local (Sodré, 1966, p. 324).

É esta elite que vai, através dos seus intelectuais, em que avulta o nome do luso-brasileiro Carlos Malheiro Dias (1875-1941), desenvolver todo um esforço, em conjunto com alguns grandes vultos da cultura brasileira, para combater as imagens negativas sobre Portugal e os portugueses difundidas pelos meios lusófilos, em particular os círculos jacobinos.

Entretanto, a iniciativa mais expressiva no sentido de combater o antilusitanismo e promover aproximação entre os dois países ocorre na viragem do século XIX para o século XX, com a criação da revista *Atlântida. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil* – publicação transatlântica sobre temas artísticos, políticos e culturais - fruto dos esforços conjuntos de dois intelectuais: o escritor e jornalista brasileiro João do Rio (pseudónimo de Paulo Barreto) (Almeida, 2010) e o escritor e político português João de Barros, que chegaram a alimentar o sonho de criação de uma Confederação Luso-Brasileira (Poncioni & Camilotti, 2015).

⁷² Ferreira, Marie-Jo (s/d). Os Portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX - início do século XX. Retirado de http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4205238/4101468/palestra_MarieJoFerreira.pdf

O projeto da *Atlântida* surgiu a partir de um primeiro encontro entre os dois, na cidade do Porto, em 1908, em que ambos constataram grandes afinidades culturais e políticas e também preocupação mútua com o futuro das relações bilaterais já que “(...) *se o Brasil se interessava menos por Portugal do que pela França, Portugal não se interessava, ou antes, ignorava tudo do Brasil*” (Guimarães, 2011, p. 137). Uma constatação que praticamente se repete ao longo dos tempos desde a Independência do Brasil aos nossos dias. Em 1973, por exemplo, Carlos Lacerda voltaria a dizer em artigo n' *O Estado de São Paulo*: “maior do que a ignorância reinante no Brasil sobre a realidade portuguesa, só a ignorância reinante em Portugal sobre o Brasil” (Lacerda, citado em Carvalho, 1974, p. 80) confirmando a *(in)comunicação/estranhamento* como traço permanente das relações bilaterais.

No *Manifesto* com que abria o seu número de lançamento, em 15 de novembro de 1915, a *Atlântida* propunha-se justamente ultrapassar esse desconhecimento/desinteresse mútuo gerado pela falta de informação:

É precisamente para que Portugal conheça o Brasil e que o Brasil mais se aproxime de Portugal e melhor se conheça, que se vai publicar a *Atlântida*. [...] É uma obra patriótica esta nossa. E ensinando as duas democracias que o Oceano Atlântico separa, a melhor amar-se e compreender-se a *Atlântida* tentará substituir, ‘no domínio intelectual e social’ aquele lendário continente que dantes ligou a América à Europa... (Guimarães, 2011, p. 137)

Cinco anos depois, a *Atlântida* terminava sem que o projeto de Comunidade Luso-Brasileira que defendia (artigo de Bettencourt Rodrigues em junho de 1917 intitulado “*Será possível uma nova e grande Lusitânia?*”) (Rodrigues, 1997) tivesse avançado. Mas a complexa problemática das relações bilaterais, que analisou em profundidade nas suas páginas ao longo desse período, ficou como um legado ainda hoje digno de ser revisitado. Não deixa aliás de ser significativo que algumas das análises, ideias e propostas aí apresentadas e defendidas ainda hoje ressurgam nas opiniões dos responsáveis políticos e diplomáticos quando analisam o relacionamento entre Portugal e o Brasil – prova de que certas questões persistem e pedem esclarecimento.

No ensaio “*Os portugueses no Brasil*”, por exemplo, o escritor e diplomata português Alberto de Oliveira (1873-1940) levanta uma questão central para o problema que aqui nos ocupa ao referir a rápida perda de espaço da cultura lusíada, a que já então se assistia, em benefício de um certo cosmopolitismo eclético, com predominância crescente da França, em termos culturais,

e dos EUA, em termos económicos. Se Portugal queria reverter essa situação, teria de agir, mas infelizmente – notava já então o ex-cônsul no Rio de Janeiro, em Portugal, os assuntos relativos ao Brasil costumavam ser ignorados, até mesmo nas camadas mais cultas (Oliveira, 1916).

A segunda década do século XX ficaria, entretanto, marcada pela intensificação do sentimento antilusitano no Brasil, uma espécie de segunda onda jacobina depois daquela que registámos nos primeiros anos da República, durante a presidência de Floriano Peixoto.

Dois momentos ficaram a assinalar essa nova onda antiportuguesa:

- 1) no plano social e político, o conflito surgido em 1920 em torno da nacionalização forçada dos pescadores estrangeiros (na sua maioria, portugueses) imposta pelo presidente Epitácio Pessoa; uma imposição que a comunidade de homens do mar da Póvoa de Varzim – que então exercia a sua faina ao largo do Rio de Janeiro – recusou, suscitando a fúria dos meios jacobinos (Ramos, 1965); e
- 2) no plano cultural e simbólico, a realização da Semana de Arte Moderna de São Paulo de 1922 que, pela renovada exaltação das tradições e cultura indígena, acentuou o corte com as raízes lusas do Brasil (Saraiva, 2004). Um movimento que seria reforçado, em 1924 e 1928, com a publicação por Oswald de Andrade (1890-1954) do *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* e do *Manifesto Antropófago*.⁷³

A questão dos pescadores poveiros

Num clima já politicamente inflamado pela agitação jacobina, a colónia de pescadores da Póvoa de Varzim, que na altura operava com a sua frota ao largo do Rio de Janeiro, recusou-se a obedecer ao decreto presidencial que determinava a nacionalização forçada; contaram nessa luta com o apoio da representação diplomática portuguesa, de alguns deputados brasileiros e da imprensa de influência lusa, que defendiam ser aquela medida ilegal e inconstitucional. Gerou-se assim um clima de confronto político e nacional agudo, com manifestações pró e contra.

O conflito, que azedou uma vez mais as relações bilaterais, só surgiu porque a medida – idêntica às que outros governos da época, incluindo Portugal, já vinham adotando – incidia praticamente só sobre a comunidade pesqueira portuguesa e parecia assim ter carácter

⁷³ Retirado de <http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>

discriminatório, destinada (aos olhos dos poveiros e da representação diplomática lusa) a afastar os portugueses de uma área económica específica, no caso, a pesca, onde só eles e os brasileiros atuavam.

O incidente deu origem a uma série de artigos e crónicas na imprensa de Portugal e do Brasil, marcados por tensões e ressentimentos mútuos. O jornal português *A Batalha* inseriu na altura o trecho de um panfleto que circulava no Rio de Janeiro que dá bem a medida da conflitualidade gerada contra os portugueses:

Brasileiros! Alerta! Eia pois, saibamos ser brasileiros! Como Jesus no Templo, expulsemos, mesmo à chibata, esses descartados vendilhões que procuram nos infamar. Estes ingratos não querem a nossa comisseração, querem chicote no lombo. Vergastemos-lhes!(sic) O Brasil deve ser dos brasileiros! Abaixo o elemento nocivo da colônia lusa! Viva o Brasil!⁷⁴

Tentando apaziguar os ânimos, o escritor luso-brasileiro Carlos Malheiro Dias defendeu na altura que se impunha “desfazer alguns equívocos” que levavam os dois países ao afastamento, sublinhando que os argumentos ditos patrióticos só mascaravam incapacidade de concorrer no mercado de trabalho e que a riqueza produzida pelos portugueses era riqueza brasileira:

Os bens adquiridos pelos portugueses residentes no Brasil constituem riqueza brasileira, na sua grande parte transmitida a filhos brasileiros, integralmente aplicada no comércio, na indústria e na agricultura ou convertida em propriedade imobiliária e títulos da dívida pública. (Malheiro, 1924)

Mas os poveiros mantiveram a sua posição e em setembro de 1920, num clima de desafio aberto, centenas desfilaram pelas ruas do Rio com os seus apetrechos rumo a um navio que os havia de levar a Portugal. Do ponto de vista brasileiro, tratava-se de uma encenação com fins políticos estimulada pelo governo português, que pagava a viagem e os acolhia na outra banda como “mártires da brutalidade, da injustiça e da ingratidão dos brasileiros!” (Villar, 1945).

A imprensa portuguesa, com destaque para *O Século*, o maior jornal da época, dava naturalmente grande destaque ao assunto:

Chegaram ontem 250 “poveiros” – Os pescadores preferem a fome a abandonar a sua nacionalidade – As principais ruas da cidade foram percorridas por uma vibrante manifestação. A maioria da imprensa carioca, com o jornalista sr. João do Rio à frente, tem censurado asperamente o governo federal pela sua intransigente atitude e o movimento nativista. (...) Dos

⁷⁴ *A Batalha*, Lisboa, 6/4/1921.

800 poveiros que havia no Rio de Janeiro apenas 8 aceitaram a naturalização, rejeitada unanimemente numa acalorada reunião, celebrada na Associação Marítima dos Poveiros do Rio de Janeiro.⁷⁵

O ano de 1920 terminava, pois, com mais um conflito opondo os dois países, deixando na memória uma marca de mútuo desajustamento/ *estranhamento* e mostrando como ainda estavam vivos os sentimentos de animosidade, expressos nos equívocos e confrontos em torno da naturalização dos pescadores e em nova campanha nativista contra a comunidade portuguesa do Rio de Janeiro, que alguns queriam mesmo ver expulsa. Acentuando tudo isso, dois anos volvidos, no primeiro centenário da Independência, um acontecimento cultural da maior importância ficaria a assinalar, no plano simbólico, o afastamento cada vez maior do Brasil em relação às raízes portuguesas.

6.4. Nem filhos nem irmãos

O debate sobre o papel de Portugal e da sua cultura no Brasil travou-se intensamente nesse começo do século XX, quer em jornais e livros, quer noutras revistas que então surgiram, com intelectuais de um e outro país travando argumentos de inspiração nacionalista lá e cá. Além da *Atlântida*, já referida, merecem referência, entre outras, a revista *A Águia* – publicada no Porto a partir de 1910 como órgão da Renascença Portuguesa; a *Revista de História* (1912), da Sociedade Nacional de História Portuguesa; a *Nação Portuguesa* (1914), em Lisboa; a *Seara Nova* (1921) e ainda a *Revista Lusitânia*. (1924).

Para Portugal, a questão central era a de reafirmar a sua legitimidade histórica ancestral; para o Brasil, a busca de originalidade capaz de justificar a separação e fundar uma nova nacionalidade. Esse é o contexto em que se trava a intensa luta ideológica e política entre lusofobia e lusofilia que referimos atrás. Um artigo do brasileiro Renato de Almeida (1925, p. 162) (1895-1981), promotor do Modernismo e um dos principais redatores da revista *Movimento Brasileiro*, e a resposta que se lhe seguiu do português Fidelino de Figueiredo (1925, p. 161) (1888-1967) – em artigo publicado em 1925 para assinalar o centenário do *Diário de Pernambuco* – resumem o essencial desse embate.

⁷⁵ Jornal *O Século*, Lisboa, p. 1, 31/10/1920.

O ensaísta português, tendo embora o cuidado de reconhecer “o muito que o povo irmão fez num século de independência”, não deixava, entretanto, de sublinhar que os portugueses tinham o direito de advogar o prestígio da velha metrópole e “promover a fruição de todas as vantagens legítimas da língua comum, alargando em Santa Cruz o conhecimento da cultura nacional” (Figueiredo, 1925, p. 161).

O escritor brasileiro, porém, não aceitava que o Brasil fosse uma projeção de Portugal na América; a independência tinha-o libertado dos laços com a Europa e o seu destino não era o de dar continuidade à obra portuguesa, mas “fazer algo livre e próprio, com marcas das influências e heranças recebidas, sem sujeição e sem domínio”. Mais - segundo ele, não se podia sequer falar de “raça comum”, uma vez que o caldeamento étnico do Brasil havia produzido tipos humanos muito diversos dos portugueses e a transformação da própria língua, no Brasil, acentuava cada vez mais a separação.

Estamos aqui, manifestamente, no cerne da *(in)comunicação* Portugal-Brasil que então agudamente se manifestou e permanece até hoje. O lugar da fala (Zeliotto, 2004) de cada um é distinto e os interesses e perspectivas de futuro que a sustentam, opostos. Daí que as propostas de renovar o “universo mental” luso-brasileiro sejam quase sempre mal recebidas do outro lado do Atlântico, onde tendem a ser vistas como tentativas abertas ou disfarçadas de recolonização ou sujeição intelectual. Foi o que fez – como assinalámos atrás - Araripe Júnior com Teófilo Braga e foi também essa a posição de Renato de Almeida que Fidelino de Figueiredo não conseguiu reverter. Como assinala Élio Serpa:

O desejo de Portugal estar no Brasil, não diretamente na administração política, mas nas coisas do espírito ou naquilo que é chamado de "Brasil Mental", tendo como referencial o peso da tradição que lembrava em muito o pacto colonial. Era isto que alguns intelectuais brasileiros rejeitavam, enquanto arautos da construção da nacionalidade. Queriam, então, alguns intelectuais portugueses, mediante suas escritas, alimentar uma nova dependência? (Serpa, 2000, p. 72)

As próprias expressões usadas nas revistas ou jornais da época em Portugal para caracterizar o Brasil, mesmo quando aparentemente benignas, são desconstruídas como outros tantos sinais de (re)instaurar a superioridade da velha metrópole sobre a jovem nação, a qual não quer nem ser filho, nem irmão:

Ao representar o Brasil como "adolescente", "povo novo", "jovem", "filho", Portugal estabeleceu uma relação vincada pela superioridade daquele que tem mais tempo de existência, hierarquizando a relação e relativizando seus impulsos de afirmação de soberania e identidade, porque o jovem, o adolescente, no receituário da psicologia evolutiva, carece de maturidade e experiência para tomar decisões acertadas; "filho e irmão" cria uma relação de tutela: o irmão de maior idade, na hierarquização e até no direito de primogenitura, goza de privilégios e o filho deve obediência aos que lhe deram origem (neste caso, os intelectuais portugueses, nas revistas, falam em "Pátria Mãe"). (Serpa, 2000, p. 77)

Daí, também, *a recusa da própria língua*, da qual o Brasil (ou pelo menos parte dos seus intelectuais mais marcadamente nacionalistas) se procura igualmente desvincular, tentando caminhar no sentido de dela se apartar e construir uma língua própria:

A idéia da pátria-mãe está assentada no pressuposto daquela que dá origem, que descobre a outra, que a coloca no mundo e lhe lega um instrumento básico para suas relações: a língua. Portanto, as relações entre Brasil e Portugal dão-se sempre através de um discurso de poder no qual a língua comum e a escrita são para Portugal um instrumento de superioridade e de conquista; para o Brasil, a língua passa a ser objeto de luta e também de poder, quando os intelectuais se debruçam na busca de brasileirismos, propondo reformas gramaticais e ortográficas, contrapondo-se à herança e sufocando falares indígenas e africanos e, com isto, legitimando a distinção social pela língua falada e pela língua escrita. Existe, então, no Brasil, um desejo de marcar sua diferença não só pela literatura mas também por aquilo que lhe foi imposto: a língua. (Serpa, 2000, p. 77)

É justamente isso o que proclama ter feito Mário de Andrade (1893-1945), como ele próprio afirmava em carta a Manuel Bandeira (1886-1968) datada de 1 de julho de 1929: "(...) Quando me senti escrevendo brasileiro primeiro que tudo pensei e estabeleci: Não reagir contra Portugal. Esquecer Portugal, isso sim. É o que fiz" (Andrade, 1929, citado em Moraes, 2000, p. 425).

Daí a conclusão pessimista do português José Osório de Oliveira (1990-1964) sobre as perspectivas do relacionamento bilateral: "mesmo que não houvesse razões de ordem económica e de política internacional a impedir a sua efetivação, bastava o divórcio mental em que os brasileiros estão do nosso país para tornar impossíveis todas as outras políticas" (Oliveira, citado em Serpa, 2000, p. 82).

6.5. Esquecer Portugal

Mais tributária do modernismo europeu do que poderia parecer à primeira vista – designadamente do futurismo e do dadaísmo (Santos & Souza, 2007) – a Semana de Arte Moderna que durante três dias de fevereiro de 1922 agitou os meios cultos de São Paulo constitui um marco na cultura brasileira.

O publicista e crítico literário português Arnaldo Saraiva mostrou (Saraiva, 2004), também, que houve mais proximidade entre o modernismo brasileiro e o modernismo português do que muitos quiseram fazer crer. Basta aliás lembrar que o português António Ferro (1895-1956) – membro do grupo de modernistas ligados à revista *Orpheu* – proferiu na época uma série de conferências no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife “fazendo sucesso e amigos entre os jovens modernistas brasileiros” (Oliveira, 2006, p. 134). Ainda assim, é inequívoco que o espírito com que os modernistas brasileiros se apresentaram e cultivaram ao longo de anos foi o de corte com a cultura portuguesa.

Não por acaso as referências sarcásticas ao passado colonial (do cabo Finisterra ao padre Vieira passando por D. João VI...) foram notas dominantes do *Manifesto Antropófago* – que fez do sacrifício antropofágico do bispo Sardinha – o primeiro do Brasil - às mãos dos índios Caetés um momento histórico, um divisor de águas.

O que interessava era realçar o papel dos índios e da indianidade, neles vendo a matriz primeira da nacionalidade (nisto os modernistas coincidindo com o Romantismo, que tanto criticavam), e fazendo da antropofagia cultural o método por excelência de edificação da identidade brasileira. A exemplo do que haviam feito os Caetés com Sardinha – devorando-o numa cerimónia ritual - os naturais do país iriam também deglutir os vindos de fora; em suma, os colonizados iriam devorar os colonizadores, deles aproveitando tudo o que lhes pudesse interessar, assim se tornando melhores e mais fortes – Brasileiros! Para que não restassem dúvidas, Oswald enfatizava: “Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente (...) - *Tupi, or not Tupi, that is the question*”. E ainda: “Nunca fomos catequizados. Fizemos foi Carnaval” (Andrade, 2017).

O exemplo arquetípico dessa postura é o personagem Macunaíma, figura central do livro homónimo de Mário de Andrade (*Macunaíma – Herói sem nenhum carácter* / 1928), todo ele escrito tendo por base o folclore e a cultura indígenas, a par de muitos regionalismos e alguns

traços da cultura africana – uma alegoria sobre a miscigenada identidade brasileira, ainda não inteiramente formada e cristalizada, à procura de si mesma e debatendo-se com a diversidade das origens matriciais que a impelem em direcções distintas.

Obra complexa, nela vão desfilando, como numa rapsódia fantástica, lendas, mitos, hábitos, lugares, fauna e flora os mais diversos com o propósito de traçar um quadro/colagem do Brasil e dos seus habitantes. No cômputo geral, fica a ideia de um personagem altamente contraditório, que nasce negro, mas que por artes e magias vira branco, fala numa língua, mas escreve noutra, mistura termos indígenas com regionalismos, é morto, mas ressuscita, não sabe muito bem quem é nem para onde vai, mas acaba por ir para o céu – um personagem, no fundo, incaracterizável. Nela, Mário de Andrade expressava a sua busca angustiada no sentido de captar ao essencial da identidade brasileira:

O que me interessava no *Macunaima* foi incontestavelmente a preocupação em que vivo de trabalhar e descobrir o mais que possa a entidade nacional dos brasileiros. Ora depois de pelejar muito verifiquei uma coisa que parece certa: o brasileiro não tem carácter (...) e com a palavra carácter não determino apenas uma realidade moral não, em vez entendo a entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes na acção exterior no sentimento na língua na História na andadura, tanto no bem como no mal. (Andrade, 1928: 10)

Uma única certeza: como pretendia Mário de Andrade – *Macunaima* pouco ou nada tem a ver com Portugal...

Que a atitude geral dos brasileiros cultos era de afastamento, rejeição e esquecimento em relação à cultura portuguesa atestam-no as afirmações de alguns dos principais intelectuais desse período. Logo em 1920, Ronald de Carvalho (1893-1935) – insuspeito porque foi diretor para o Brasil da efémera revista *Orpheu*, órgão que lançou o Modernismo em Portugal – escrevia:

A literatura portuguesa, apesar da comunidade da língua, desperta menos interesse no Brasil, sobretudo nas classes cultas, que a francesa, a italiana, a alemã ou a inglesa. Pondo de lado alguns escritores de maior renome, ignoramos tudo quanto se passa no mundo das letras em Portugal. (Saraiva, 2004, p. 21)

Em 1924, Graça Aranha (1868-1931), intervindo na Academia Brasileira de Letras, afirma: “Em vez de tendermos para a unidade literária com Portugal, *alarguemos a separação*” (sublinhado nosso). Por seu turno, Mário de Andrade (1893-1945), um ano depois, diz de Portugal

que este não passara de um “paisinho desimportante” e, em 1928, Amoroso Lima (1893-1983) conclui: “Portugal deixou, de todo em todo, de exercer sobre nós qualquer espécie de influência literária.” Tudo declarações que corroboravam a ideia expressa por Carlos Drummond de Andrade (“Diário de Minas” – 1924) de que os portugueses eram um “povo que gerou os Lusíadas e morreu”.

O antilusitanismo – e com ele o *estranhamento* e a *(in)comunicação* – atingia aqui o zénite. Num clima marcado pela modernização e pela industrialização, o Brasil rejeitava as suas raízes agrárias de matriz lusitana. No primeiro centenário da Independência, era como se esta fosse novamente proclamada – um Ipiranga.², em que o país se desfazia agora por completo do velho Portugal. Não só politicamente, como um século antes, mas – mais importante ainda – do ponto de vista cultural e identitário. Como nota Rowland, era isso que os intelectuais modernistas da época proclamavam:

ao insistirem na ruptura, no plano da linguagem, com a cultura convencional e académica, acabaram por propor um corte implícito, mas radical com as raízes culturais portuguesas. O que talvez melhor caracteriza o modernismo, neste contexto, é o facto de pela primeira vez se ter tentado definir uma identidade cultural para o Brasil *sem que fosse feita qualquer referência explícita ao passado português*. (Rowland, 2001, p. 167) (sublinhado nosso)

Mas nem todos se manifestavam apenas pelo desdém e pelo silêncio em relação a Portugal e à cultura portuguesa. Havia também os que se expressavam no mais desabrido antilusitanismo, pleno de desprezo e a roçar o ódio, como foi o caso de Antônio Torres, em *Razões da Inconfidência* (1925). Logo a abrir, no preâmbulo, o autor nota que o seu livro é como o Brasil: “descoberto por efeito do Acaso. Tem, contudo, sobre o Brasil a vantagem de não ter sido descoberto por nenhum português...” Todos os males do Brasil são por ele imputados a Portugal, que “explorou e sugou o Brasil, enquanto pôde, sem cogitar de melhora-lo em coisa alguma”... Torres descreve Portugal como uma nação ridícula que deixou para trás um Brasil atrasado. E não poupa juízos negativos sobre os lusitanos:

Não faz mal repetir que o português é o mais ferrenho e o mais perigoso inimigo do Brasil. É o inimigo traiçoeiro, rastejante, sorridente (quando lhe convém) e que procura por todos os modos fazer-se ter por amigo, a fim de poder trahir com mais segurança. Cumpre não alimentar a esse respeito a menor ilusão. *O português é o nosso mais tenaz inimigo*. (Torres, 1925, p. XCVI) (sublinhado nosso)

Tal como faria Paulo Prado (1869-1943), que na mesma época atribuía à cobiça e à sensualidade dos portugueses os grandes eixos que nortearam a colonização do Brasil, a ponto de nele terem deixado uma herança maligna – “Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram...” (Prado, 2002, p. 29) – Torres também glosa o tema da luxúria lusitana:

entre os portugueses esse instinto predomina e prevalece de um modo tyrannico. Deve nascer d’ahi a curteza e, em certos casos, *a absoluta falta de inteligência que caracteriza esse povo*, assim como estes milhões de desgraçados brasileiros que delle descendem” (Torres, 1925, p. CIV) (sublinhado nosso). E concluía: “Confessemos, senhores: somos uma pobre gente. Descendenteportugueses, Isto talvez baste para explicar tudo... (sublinhsdo nosso)

O autor não ficou sem resposta. Um mês depois, outro jornalista – Vitório de Castro – rebatia as *Razões* com o livro *Brasileiros e Portugueses*, expressão do nunca extinto veio lusófilo, que se traduziu também em numerosos artigos de jornais e revistas, criando polémica com Torres. Nem todos alinhavam no espírito antiportuguês da época. Mas Torres não deixava de ter razão quando considerava que o êxito da sua obra – com edições consecutivas esgotadas – se ficara a dever ao desassombro de ter ousado escrever “o que todos pensam, mas ninguém tem coragem ou oportunidade para dizer.” O antilusitanismo estava no auge e mais até do que simplesmente “esquecer Portugal”, como Mário de Andrade confessou que fizera, muitos pretendiam criar um estigma de antipatia e rejeição capaz de perdurar, garantindo assim a perpetuação do *estranhamento* e da *(in)comunicação*.

Quando o samba expulsa o fado

Essa manifesta rejeição da cultura portuguesa culmina, nos anos 30, no plano da música popular, com a campanha contra o fado, de que o compositor, poeta e jornalista carioca Orestes Barbosa (1893-1966) foi um dos principais militantes e arautos. Fazendo apelo à sua verve popular, Orestes escrevia: “O fado é um arrotto! O fado só fala em miséria. Em cadelas de rua. Em bacalhau. Em catres de hospital. É sempre a mesma lamúria: ‘Minha mãe/ Minha mãe/ Minha mãe.’ Rimando com tambãe” (Barbosa, 1978, pp. 80-81).

Barbosa, parceiro de Noel Rosa nalgumas composições, ficou conhecido no panorama da música popular brasileira como o autor de “Chão de Estrelas”, composição na qual se encontra,

segundo o poeta Manuel Bandeira, talvez o mais belo verso escrito até então na língua portuguesa: “tu pisavas nos astros distraída” (Paranhos, 2017).

Ao insurgir-se contra o fado, Orestes prolongava no Brasil a oposição que esse gênero musical suscitara e continuava suscitando também em Portugal, onde foi criticado pela intelectualidade desde finais do século XIX (“essa música torpe e obscena”) até pelo menos finais dos anos 1930, antes de finalmente se impor como expressão do sentimento nacional. Ainda em 1936, pouco anos depois da instauração do regime de Salazar, o fado era apresentado aos microfones da então Emissora Nacional, como “a canção dos lisboetas menos cultos”...(Moita, 1936). Inserida no espírito nacionalista da época, a batalha de Orestes contra o fado fazia parte da campanha pela afirmação do samba como ícone da musicalidade brasileira, em que se combatiam influências “alienígenas” como eram, também nessa altura, considerados o *fox-trot* e o tango.

Nesse contexto, o fado, à maneira do fox-trot e do tango, era uma espécie de “inimigo nacional”, uma doença cujo antídoto consistiria, acima de tudo, na produção e na propagação do samba. No fundo, esses gêneros “alienígenas”, dialeticamente serviam – pela relação de oposição que se estabeleceu com eles – à causa nacionalista. (Paranhos, 2017)

O paradoxo da situação é que o fado parece ter tido, afinal, uma origem brasileira, como refere Tinhorão, ao qualificar o gênero como “dança de origem negro-brasileira destinada a virar canção em Portugal” (Moita, 1936). Uma origem que outros investigadores igualmente corroboram. O pesquisador português José Machado Pais, por exemplo, reafirma que, “se o fado é um símbolo da identidade lusa, a história do fado mostra-nos que as suas raízes se encontram num Brasil africano” (Pais, 2001). Também o historiador e musicólogo Rui Vieira Nery – autor de uma obra fundamental sobre o fado e responsável pela campanha que levou à consagração pela UNESCO desse gênero musical como património imaterial da Humanidade (2011) - esclarece que registos de viajantes, por volta de 1820, já chamavam a atenção para “o caráter assumidamente brasileiro deste Fado dançado (...) sendo bem sublinhada a origem africana da dança” (Nery, 2012).

No caso de Orestes, a luta contra o fado – que na época tinha alguns bons intérpretes portugueses apreciados no Brasil e com números expressivos de vendas – era, entretanto, mais do que a defesa do samba: vinha acompanhada também de repulsa pela comunidade lusa

estabelecida no Brasil e por tudo quanto era português. Para ele, a presença dos lusos no Brasil equivalia a uma ação de lesa-pátria, pois somente “quando o português for corrido, de uma vez, do comércio, da indústria, das letras, da política, do jornalismo e do funcionalismo, o Brasil será o país que nós sonhamos muito antes de 1822” (Barbosa, 1925, p. 127).

Orestes inseria-se assim na forte corrente anti-portuguesa que já vinha, como assinalámos, desde os primeiros anos da República, com o jacobinismo, manifestou-se também no ensaio, com Manoel Bomfim (*América Latina – Males de Origem*, 1905) e voltou a agravar-se nos anos 1920, tendo o seu epílogo de separação simbólica na Semana de Arte Moderna de São Paulo (1922), ficando ainda a reverberar nos anos seguintes, designadamente com o *Manifesto Antropófago* de Oswald de Andrade (1928).

Apesar dos esforços de aproximação no plano político (visita do presidente eleito do Brasil Epitácio Pessoa a Portugal, em 1919, e do presidente da República Portuguesa, António José de Almeida, ao Brasil, no centenário da Independência, em 1922) acabou por criar-se um clima de *estranhamento* pouco propício a avanços na cooperação bilateral. Só nos anos 1930, quando a situação política mudou, com a subida de Vargas ao poder, colocando o Brasil em sintonia com o Portugal de Salazar, foi finalmente possível celebrar um Tratado de Comércio entre os dois países. (Cervo & Magalhães, 2000, p. 272).

Mas *o avanço verificado nas relações entre Estados não alterou a visão negativa sobre a herança portuguesa*. Contrariamente ao que se passou na Argentina - onde na mesma época e sob impulso de idênticas correntes nacionalistas – o peronismo trouxe consigo uma reavaliação positiva do passado hispânico, “no Brasil de Vargas não houve valorização do lusitanismo na construção da nova identidade; ao contrário, nessa volta às origens, foram recuperados os aspectos negativos do colonizador português” (Capelato, 1996) No processo de (re)invenção da identidade nacional a que então se procedeu, contrapunha-se a suposta autenticidade dos elementos rurais do interior – o sertanejo, caiçara, caipira... – apresentando-os como o cerne do próprio vigor da raça – aos elementos do litoral, em particular as oligarquias agrárias, vistas como cúmplices da exploração estrangeira que impedia o desenvolvimento do Brasil. É então que se recupera a figura do bandeirante, apresentado como precursor da *Marcha para o Oeste* (Ricardo, 1979), que, equiparada à Conquista do Oeste dos EUA, iria resgatar os espaços vazios do interior, processo considerado vital não só para o país recuperar do atraso como se transformar na grande

potência hegemónica do continente – o velho sonho de grandeza sempre latente herdado dos portugueses, mas aqui assumido como algo de inteiramente novo. Para fins de construção da auto imagem nacionalista, procedia-se, nesse processo, a uma revisão do passado, expurgando do bandeirante a raiz portuguesa e apresentando-o como algo de inteira e genuinamente brasileiro, reservando para o luso a imagem negativa de primeiro estrangeiro a fixar-se no litoral com o objetivo de explorar as riquezas do país...

Vemos assim que na relação Portugal-Brasil alguns avanços no relacionamento entre Estados – como os que se verificaram na época Vargas-Salazar – não eliminam o antilusitanismo de fundo que desde a independência vem alimentando em permanência o *estranhamento* e a *(in)comunicação*.

Essa realidade já era aliás perceptível nos anos 40. Tanto que, no Congresso de História Luso-Brasileira realizado no âmbito das Comemorações Centenárias (da Fundação/1140 e da Restauração/1640), o historiador português Serafim Leite pediu um voto para “a purificação do ensino da história” nestes exatos termos:

A exemplo do Convénio oficial de 1934 entre o Brasil e a Argentina, esta secção emite o voto de que um Convénio semelhante entre Portugal e Brasil venha regular o ensino da História nos estabelecimentos de ensino secundário das duas nações de língua portuguesa, com *supressão dos textos susceptíveis de criar desamor entre uma e outra nação e dar parte mais ampla ao estudo dos factos históricos que interessam a cada um dos dois povos, com três séculos de história comum.* (citado em Ramos, Serpa & Paulo, 2001, p. 367) (sublinhado nosso).

Um voto que permaneceu pio até aos nossos dias, com os consequentes reflexos em termos de *estranhamento* e *(in)comunicação* entre os dois países.

Um ponto fora da curva

Entretanto, foi também nesses anos (1933) que uma obra crucial veio conter, de alguma forma, a onda antiportuguesa a que se vinha assistindo desde a Independência e muito em particular desde a República: *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1900-1987), seguida de *O mundo que o Português criou* (1940) (Freyre, 2004).

O Brasil defrontava-se, desde a separação política de Portugal, com dois grandes problemas: primeiro, na caracterização de Louis Couty (1854-1884), a ausência de povo (“Le

Brésil n'as pas de peuple”) no sentido de que entre as classes dirigentes e os escravos havia um hiato mal preenchido (Couty, 1881).

Além disso, como assinalámos, a profunda heterogeneidade étnica e social exigia – como recomendara José Bonifácio – que se forjasse um “todo homogêneo e compacto”. Mas essa miscigenação – que já vinha do período colonial e continuou depois – a ponto de ser considerada “a principal característica brasileira” (Ricupero, 2007, p. 81), passou a ser vista, pelas correntes racialistas dominantes de final do século XIX como um problema, um obstáculo ao desenvolvimento.

Baseado no culturalismo do antropólogo norteamericano de origem alemã Franz Boas (1858-1942), Freyre quebra esse paradigma e passa a considerar a mestiçagem – forjada inicialmente, segundo ele, na família patriarcal e escravista – como um fator positivo. Mais do que isso, a visão de Freyre – construída em pares opostos – é toda ela perpassada pelo equilíbrio de contrários, antagonismos que mutuamente se compensam e convivem, sem nunca propriamente eclodirem em choque frontal (Ricupero, 2007, p. 84). Um permanente *chiaroscuro* na expressão de Russell-Wood (1998). Esse é o paradigma interpretativo que Freyre aplica a toda à ação dos portugueses nos trópicos, a começar pelo relacionamento com os índios:

Ainda assim o Brasil é dos países americanos onde mais se tem salvo da cultura e dos valores nativos. O imperialismo português – o religioso dos padres, o econômico dos colonos – se desde o primeiro contato com a cultura indígena feriu-a de morte, não foi para abatê-la de repente, com a mesma fúria dos ingleses da América do Norte. Deu-lhe tempo de perpetuar-se em várias sobrevivências úteis. (Freyre, 2004, p. 231)

Essa relativa contemporização inicial do ímpeto imperialista para com as culturas locais teria sido mesmo a semente da *acomodação de contrários* mais tarde sublinhada por Freyre como constituindo, no seu entender, o diferencial caracteristicamente enriquecedor da cultura brasileira: “A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza de antagonismos equilibrados” (Freyre, 2004, pp. 376-377).

Afastando-se das teses racistas dominantes no seu tempo, sublinhando os aspetos culturais e a miscigenação, o contributo de índios e negros, além do português, para a formação da sociedade brasileira, Freyre abriu caminhos novos para formação da (auto)identidade nacional. Além de destacar a mestiçagem como valor positivo, Freyre também distingue a “plasticidade da

alma lusa” como particularmente adequada à vida nos trópicos, garantindo aos portugueses o sucesso onde outros falharam:

o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência. (Freyre, 2004, p. 73)

Mas a sua visão (que chegou a ser astutamente aproveitada pelo regime de Salazar para legitimar o domínio colonial português remanescente) (Pinto, 2009) seria fortemente contestada e desconstruída poucas décadas depois, em particular pelas correntes neomarxistas que se firmaram e tornaram hegemônicas, sobretudo a partir de 1958, com a realização do “Seminário do Capital”, na Universidade de São Paulo (Schwarz, 1999).

Diferentemente da narrativa conciliatória cara a Freyre, essas correntes tenderam, pelo contrário, a acentuar as diferenças e os conflitos. E – como veremos mais adiante – por via do ensino e da difusão mediática, muitas das suas análises e conclusões acabaram por naturalizar-se, entrando no próprio senso comum.

Capítulo 7

No cerne do estranhamento e da (in)comunicação

“Mas um conceito impreciso é, por acaso, um conceito?” – Uma fotografia desfocada é, por acaso, o retrato de uma pessoa? Bem, pode-se substituir sempre com vantagem um retrato desfocado por um nítido? Frequentes vezes não é o retrato desfocado precisamente aquilo de que mais precisamos?

Wittgenstein, *Investigações filosóficas*, 1994.

Depois da Independência, como vimos, as propostas de intelectuais portugueses para renovar o elo mental e a relação cultural com o Brasil foram recebidas, em geral, com desconfiança, como tentativas abertas ou disfarçadas de recolonização, sendo por isso, em geral, rejeitadas. No começo do século XX, a Semana de Arte Moderna de São Paulo acabou por consumir esse crescente afastamento de Portugal – agora já nem sequer combatido, antes meramente esquecido, como assinalou Mário de Andrade. No primeiro centenário da Independência, era como se esta tivesse sido novamente proclamada – um Ipiranga.², em que o país se desfazia por completo do velho Portugal. Não só politicamente, como um século antes, mas – mais importante ainda – do ponto de vista simbólico, cultural e identitário.

No bojo e na sequência do antilusitanismo – no afã de descrever negativamente a herança portuguesa – formaram-se no Brasil certas ideias sobre o passado histórico que, de tão divulgadas e aceitas, se transformaram em verdadeiros lugares-comuns. A própria investigação histórica mais recente tem dificuldade em contrariá-las e ultrapassá-las. Elas constituem como que o núcleo duro

(os “quadros de ferro” – para usarmos a expressão de Capistrano de Abreu sobre Varnhagen) de uma história (auto)depreciativa – com óbvias consequências negativas reflexas na autoestima nacional. E pouco estimulantes do relacionamento bilateral, contribuindo por isso fortemente para a sensação de *estranhamento* geradora de *(in)comunicação* entre os dois países e vice-versa.

7.1. A herança negativa

De entre esse vasto conjunto de asserções, com origem diversa mas fim convergente, destacam-se (Garcia, 2014, pp. 121-248):

- a ideia sobre o *acaso da descoberta*, o que faria do Brasil, logo à partida, um filho não pretendido;
- a ideia do *abandono a que o Brasil teria sido votado* nas primeiras décadas depois da descoberta, preterido pela Índia e pelo Oriente nos planos da Coroa portuguesa;
- o facto de os monarcas portugueses não terem incluído o Brasil nos seus títulos, o que seria prova precisamente desse abandono, desinteresse ou menosprezo;
- a ideia de que *a experiência das capitânias hereditárias teria sido um retumbante fracasso*;
- a ideia sobre o *“forte peso negativo” que teriam tido os degredados no conjunto da colonização do território*;
- a ideia, por fim, de que o Brasil se teria limitado, ao longo dos primeiros séculos da sua história, a imitar ou copiar as instituições e a cultura europeias, muitas vezes a partir de uma variante já de si considerada de segunda ordem – a variante portuguesa. Como escreveu Antônio Cândido, “A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas” (Cândido, 2009, p. 9).

Os termos de valorização positiva também ocorrem; porém, são muitas vezes utilizados entre aspas, o que, no seu conjunto, acaba por confirmar o quadro depreciativo acima descrito e, no mínimo, configura quase sempre uma *atitude de distanciamento crítico em relação aos motivos e/ou consequências da colonização portuguesa*. Vejamos alguns dos temas (uns historicamente comprovados, outros não) - que conseguimos identificar em manuais escolares, artigos, obras de divulgação, ensaios (Garcia, 2014) e diferentes depoimentos espontâneos por nós colhidos ao

longo do tempo de permanência no Brasil – em relação aos quais o viés negativo da narrativa brasileira sobre a colonização portuguesa se estrutura:

- *negação do pioneirismo dos portugueses na descoberta da América*, ela própria posta em dúvida ou até negada⁷⁶;
- *“descoberta” apresentada como fruto do acaso* e, portanto, desvalorizada;
- efeito traumatizante e disruptor sobre as culturas locais (Cunha, 1992);
- *processo de conquista, violência e estupro/ agressividade* sobre as populações indígenas (Brighenti, 2015);
- *liquidação em grande escala ou genocídio dos índios e escravismo em grandes proporções* ao longo de séculos (Reis, 1989);
- *economia ultramarina baseada em “colónias de exploração”*, por oposição a “colónias de povoamento” fomentadas por outros países (Ricupero, 2007, p. 113);
- *Inquisição, discriminação racial, perseguições religiosas* (Rodrigues, 2012);
- *criação tardia da imprensa, censura* (Sobrinho, 1997; Lustosa, 2000);
- *ensino jesuítico predominantemente escolástico*, atraso secular na criação do ensino universitário e espírito católico anti-moderno, contrário à procura do lucro, determinando o atraso económico, em contraste com o desenvolvimento da América do Norte, inspirado no protestantismo (Paim, 2014);
- *monopólio comercial da metrópole*, submetendo a economia local brasileira aos interesses externos – base do chamado Pacto Colonial exercido através de companhias monopolistas, altos impostos, proibição de manufaturas locais, estrangulando as possibilidades de desenvolvimento (Torres, 1925);
- *Estado burocrático, patrimonialismo, corrupção e nepotismo* (Faoro, 1977).

Estes numerosos aspetos negativos apontados ou imputados à colonização portuguesa do Brasil não são todos referidos em simultâneo, mas estão em geral presentes: alguns nuns manuais, outros noutros, dispersos pelos textos e por obras de carácter sociológico e histórico, formando, no seu conjunto, a tónica da narrativa dominante, hegemónica. Retiradas amiúde do seu contexto, estas e outras apreciações negativas feitas nos livros e/ou artigos de investigação,

⁷⁶ Ver Antônio Barbosa, *Quem descobriu o Brasil?*, EBC. Retirado de <http://www.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2013/04/quem-descobriu-o-brasil>

interpretação e divulgação histórica, acabaram por sedimentar numa espécie de *cartilha não escrita do historicismo vulgar que dá corpo à ideologia nacionalista brasileira do antilusitanismo difuso, generalizado e persistente, que se fixou no próprio (in)consciente brasileiro*.

De tão intensa, essa ideologia desvaloriza e relega para segundo plano no imaginário nacional - ou vota ao esquecimento – as avaliações positivas dos próprios historiadores ou economistas brasileiros (fundamentados na historiografia mundial) sobre o papel de Portugal e dos portugueses. Vejamos alguns exemplos de aspetos positivos (mencionados por autores consagrados) que acabaram por ser desconsiderados.

É o caso, por exemplo, do economista Celso Furtado (1920-2004), que, no seu clássico *Formação Econômica do Brasil*, sublinha – apoiando-se na *Cambridge Modern History*, de 1909 – ser facto “universalmente reconhecido” o papel pioneiro dos lusos no que respeita ao cultivo do solo no Novo Mundo, tendo sabido encontrar uma forma de utilização económica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos, dos quais Portugal, no início da colonização do Brasil, não dispunha. Contrariamente à ideia do atraso tecnológico e do desempenho meramente predatório que o senso comum atribui a Portugal, Furtado sublinha que “Sem o relativo avanço técnico de Portugal” no que respeita ao cultivo do açúcar, “o êxito da empresa brasileira teria sido mais difícil ou mais remoto” (Furtado, 2007, pp. 29-31).

O papel pioneiro dos portugueses na expansão marítima da Europa é também sublinhado pelo historiador brasileiro de formação marxista Caio Prado Júnior (1907-1990):

Em todos os problemas que se propõem desde que uma nova ordem económica se começa a desenhar aos povos da Europa, a partir do século XV, *os portugueses sempre aparecem como pioneiros* (sublinhado nosso). Elaboram todas as soluções até os seus menores detalhes. Espanhóis, depois ingleses, franceses e os demais, não fizeram outra coisa, durante muito tempo, que navegar em suas águas (Júnior, 2002, p. 1135)

O ensaísta Vianna Moog (1906-1988), em *Bandeirantes e Pioneiros*, ressalta, igualmente, o avanço dos portugueses anteriores aos descobrimentos em termos de agricultura, artesanato, técnica e ciência:

os portugueses anteriores aos descobrimentos, tal como os italianos, tinham superado a tradição romana e estavam admiravelmente preparados para várias formas de atividade. Na agricultura eram insuperáveis. Portugal era um país de lavradores. Por outro lado, fundindo a tradição romana com a nórdica

e a mourisca, o artesanato e a técnica de Portugal, e a sua mesma ciência, eram então dos mais avançados da Europa. Em cartografia, em todo caso, ninguém excedia os cartógrafos portugueses. Notáveis também os seus arquitetos, mestres-de-obras e artesãos, escultores e toreutas. E aí estão as nossas igrejas coloniais com os seus altares, os seus lavabos, e os primores do nosso barroco, para testemunhar que ainda no século XVIII esse admirável preparo técnico, com o espírito que lhe correspondia, não se havia de todo extinguido. (Moog, 1957, p. 165)

Mas muitas dessas apreciações positivas dizem respeito a um passado remoto, anterior à própria colonização e acabam por diluir-se no mar das críticas e avaliações negativas e ressentidas à forma como decorreu a colonização. Isso é particularmente patente em Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), que consagra, em termos da sociologia brasileira, na sua obra *“Raízes do Brasil”* (1936) uma visão negativa acentuada dos portugueses e da sua colonização. Para ele, “O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho.” Daí que “os métodos que puseram em vigor no Brasil não representam nenhum progresso essencial sobre os que, antes deles, já praticavam os índios do país” (Holanda, 1988, pp. 18-21). Noutro texto igualmente muito consagrado – *“A herança colonial – sua desagregação”* (2003), Buarque coleciona referências negativas em relação aos portugueses:

- alvos de antipatia e malquerença por parte dos portugueses do Novo Mundo “desde o século XVI”;
- havendo, larvar, “infidelidade à Coroa”, “desapego da velha cepa lusitana”;
- dor – no século XVII, em Pernambuco – pelo “desamparo a que parecia deixá-los El-Rei D. João IV” face aos holandeses;
- tão descontentes face a Portugal (já no século XVIII) que chegam a procurar apoio francês “ao plano de libertação da capitania”;
- o “espírito de sedição” alarga-se, em meados do século XVIII, a ponto de os habitantes de Pernambuco já encararem a entrega à França “de toda a Amazônia”;
- “o quase universal descrédito em que tinham caído, no Setecentos, os reinos ibéricos, e Portugal, naturalmente, ainda mais do que a Espanha, compadecia-se mal – escreve Buarque – para mazombos cultos (os filhos de portugueses nascidos na América), com a

tutela tantas vezes arrogante e opressiva que exerciam os mesmos reinos em possessões imensamente maiores e mais ricas do que os territórios metropolitanos”.

- “uma terra (Brasil) que o obscurantismo cobiçoso da mãe-pátria queria para sempre jungida ao seu atraso e impotência”;
- os mazombos passaram a considerar-se não apenas iguais, “porém em tudo superiores aos do reino europeu”;
- “sobranceria desdenhosa própria da gente ibérica”
- citando Giacomo Leopardi, em Zibaldone: “Mas quem leva em conta os espanhóis e os portugueses, quando se fala em povos civilizados?”
- a Corte, já no século XIX, trouxe com ela “imenso séquito de funcionários, fâmulos e parasitas”

Buarque acentua, em contraponto, que serão “homens de outras terras, emboabas de olho azul e língua travada, falando francês, inglês, principalmente alemão, os que se vão incumbir do novo descobrimento do Brasil”, que Portugal, tacanho, mantinha fechado, a ponto de ter até proibido a entrada “de um certo Barão de Humboldt, natural de Berlim”.... E por aí vai (Vainfas, 2016).

Entre as apreciações positivas ou conciliatórias e as narrativas mais críticas e ácidas dos sociólogos e publicistas – os chamados “intérpretes do Brasil” – sobre a herança portuguesa, os média de maior impacto consagram, em geral, as versões mais negativas.

Crítica generalizada

Não existe, no Brasil, propriamente equivalente da chamada “Lenda Negra” que – a partir da *“Brevíssima Relação da Destruição das Índias”*, de frei Bartolomeu de las Casas (Sevilha, 1552) sobre as atrocidades cometidas contra os indígenas, e sobretudo da divulgação que dessa obra foi feita a partir de finais do século XVI – lançou intensa sombra de condenação sobre a colonização espanhola da América. Mas há, no entanto, uma crítica generalizada difusa de idêntico teor sobre a colonização portuguesa que percorre os manuais escolares e os materiais de divulgação de uma forma geral.

A repetição frequente de certos factos ou asserções críticas de historiadores e sociólogos passou mesmo a integrar a narrativa dos mediadores, tornando-os praticamente lugares comuns

que sempre afloram cada vez que – por este ou aquele motivo, a propósito ou a despropósito – se lembra o lado nocivo da colonização lusa.

Um exemplo por nós registado – dos muitos que poderíamos citar - ilustra-o bem. Na sequência do incêndio que na madrugada do dia 1 de maio de 2018 destruiu um prédio de 24 andares em São Paulo⁷⁷, o comentarista da Band News FM Cláudio Humberto referia na manhã seguinte, que a falta de clareza no estatuto de propriedade do edifício se devia à dificuldade brasileira “herdada do patrimonialismo dos portugueses” em separar o público do privado.

Humberto retomava assim – talvez sem disso se dar conta – o ensinamento do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), autor do conceito de patrimonialismo (Weber, 2003, pp. 153-158), que inspirou nas suas análises uma série de importantes pensadores brasileiros – Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes e outros (Faoro, 1977) – cujas asserções sobre patrimonialismo e dominação estamental aplicadas à realidade luso-brasileira acabaram, de tanto repetidas, por entrar no senso comum.

Para essa naturalização da visão negativa da herança colonial portuguesa têm contribuído de forma decisiva duas importantes estruturas – o sistema educativo e os média.

7.2. Sistema educativo e média reforçam *estranhamento*

Pela forma fragmentada como os temas neles são normalmente apresentados – com repetições exaustivas e a maior parte das vezes sem recurso a contextualização dos factos narrados – e pela própria autoridade *magister dixit* de que se revestem face a um público ainda imaturo e predisposto a aceitar o que lhe é transmitido pelo seu valor facial, com escassa ou nenhuma reflexão crítica, os livros didáticos são um meio de crucial importância para a fixação e normalização de certos conteúdos; no caso, a maneira como os portugueses e Portugal são vistos no Brasil. Um verdadeiro meio de comunicação de massa, em que a mensagem é verticalizada e difundida em tiragens fabulosas, da ordem dos milhões de exemplares, em que o próprio Estado assegura muitas vezes a compra e distribuição por todo o país, por forma a assegurar que os seus conteúdos sejam partilhados por todo o público escolar. *O sistema educativo tem assim um papel*

⁷⁷ Ver, entre outros, <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/ao-vivo/incendio-de-grandes-proporcoes-atinge-predios-no-centro-de-sp.ghtml>

fulcral na consolidação das apreciações críticas sobre o colonialismo português, contribuindo sem dúvida para consolidar o estranhamento.

Não há livros escolares únicos no Brasil. Por isso, no que respeita à História, as narrativas oscilam. Mas, a partir da consulta de alguns dos mais usados (Vainfas, Faria, Ferreira & Santos, 2010; Freitas Neto & Trasiñafo, 2006; Mota & Braick, 2002; Pedro, 1997; Paxinato & Senise, 2000) é possível detetar tendências comuns no que respeita à ação dos portugueses. Uns destacam as navegações portuguesas em capítulos próprios, outros não. Mas todos eles inserem a época das grandes navegações, a partir do século XV, no quadro mais geral da expansão europeia, em busca de novas rotas comerciais tendo por alvo principal a obtenção de riquezas e lucros: “Riquezas e lucros era o que Portugal queria nas novas terras que acabava de tomar” (Pedro, 1997, p. 113). Outros motivos são mencionados, como o espírito de aventura e o desejo de evangelização, mas sempre se sublinha que as vantagens comerciais eram prioritárias:

Os sonhos associados à aventura marítima não devem ser encarados como fantasmas desprezíveis, encobrindo o interesse material. Mas não há dúvida de que este último prevaleceu, sobretudo quando os contornos do mundo foram sendo cada vez mais conhecidos e questões práticas da colonização entraram na ordem do dia. (Fausto, 2006, p. 11)

A regra, nos manuais brasileiros, é a de inserir os episódios considerados mais relevantes da História nacional no contexto mais vasto da História geral. Entretanto, reconhecendo que, de acordo com as tendências historiográficas mais recentes, “os diversos povos percorreram caminhos históricos próprios e originais”, alguns fazem questão de sublinhar que essa “História geral” é afinal, especificamente, a História da civilização ocidental e da sua globalização.

Ressalva-se, dessa forma, que outros contextos poderiam ser referidos e que a prioridade podia afinal não ser dada, como costuma acontecer, ao processo de conquista e expansão europeias: “Uma história geral é uma impossibilidade prática e teórica. O que se fez com esse nome é uma história sob o ponto de vista europeu” (Pedro, 1997, p. 3).

Em qualquer caso, *a regra, nos manuais, é dedicar todo um capítulo à América antes de Colombo, para ressaltar a importância dos povos e civilizações aí existentes antes da chegada dos europeus, que muitas vezes aparecem referidos com menos pormenor do que as populações nativas*, cuja importância é ressaltada: “Quando os portugueses chegaram aqui, havia mais de

1.000 grupos indígenas, reunindo, no total, algo entre 2 e 4 milhões de indivíduos” (Neto & Tasinafo, 2006, p. 260).

Frisa-se, depois, o *trauma* que essa chegada significou, dada a rutura que veio provocar nos processos históricos, sociais e culturais então em curso na América: “Só hoje, a partir das inúmeras pesquisas históricas e antropológicas, é possível avaliar a *catástrofe cultural* que representou a conquista da América pelos Europeus” (sublinhado nosso) (Pedro, 1997, p. 111).

Além disso, ao longo da narrativa dos manuais, vão também ficando aqui e ali algumas afirmações de valoração negativa, para as quais nem sempre são citadas fontes comprobatórias. Um exemplo: “O caráter predatório da extração do pau-brasil foi responsável pela destruição da maior parte das florestas do litoral brasileiro” (Pedro, 1997, p. 114).

Há, é certo, visões contemporizadoras, quer nos manuais escolares quer nos livros de divulgação. Ainda que questionando o descobrimento e denunciando a violência que se lhe seguiu, admitem esses autores ter havido um “encontro de civilizações”, tentando ao mesmo tempo fazer uma caracterização que não desconsidere os efeitos benéficos decorrentes de todo esse processo histórico:

... na verdade, o que houve foi o “cobrimento” da civilização americana pelos europeus, impulsionados pelo capitalismo comercial (...). Nesse processo, houve aberrações, violências, dominação. Mas o resultado foi a ampliação da noção que se tinha do mundo, o contato com outras culturas e civilizações. As trocas culturais entre o Velho Mundo e o Novo Mundo abriram novos horizontes. O oceano Atlântico entrou na História. Ao renascimento comercial e cultural da Europa se ligava a história do vasto continente americano. (Mota & Lopez, 1996, p. 23)

Da forma como a escola relata a história da colonização decorre *um sentimento de amargura, uma carga emotiva negativa, um estranhamento em relação a Portugal*, como “aquele país que colonizou o meu país”, na expressão de Mateus Fonseca – jovem brasileiro de 25 anos de um grupo de amigos aproximadamente da mesma idade e da mesma origem social (classe média urbana de Brasília/Asa Norte) que entrevistámos no decorrer da pesquisa:

No Brasil, nas nossas escolas – e eu estudei em boas escolas – afirmou Mateus – a gente não tem propriamente um aprendizado sobre Portugal; o único aprendizado que tem sobre Portugal é de que foi aquele país que colonizou o Brasil. E *a história que nos é contada sobre a colonização é uma história brutal, uma história muito violenta, e isso deixa em nós um sentimento*

de ressentimento. Talvez não seja esse o intuito, mas é o que acaba acontecendo porque é uma história muito violenta. A maneira como a gente aprende o que é Portugal é essa: Portugal é aquele país que colonizou o Brasil, que roubou os seus recursos, que procurou manter essa situação o máximo que pôde até não poder mais, numa relação de senhor e subjugado que é a essência da colonização. *Daí o sentimento de ressentimento, que depois permanece porque não existe comunicação.* (destaques do autor da tese)⁷⁸

No mesmo sentido milita o depoimento de outro dos jovens desse mesmo grupo – Gabriel Suhet de Oliveira, 24 anos (2018), aluno do curso de Filosofia da UnB:

Na infância, através das observações e das piadas contadas pelo meu pai, o que dominava era a imagem do “português burro”, desastrado. Fiquei lá atrás com essa ideia de um *estranhamento* em relação ao portuga, associada a outros ícones que desconsideramos como o goiano; por exemplo – se tinha uma pessoa andando no meio da rua, a gente falava – “ou é português, ou é goiano...”. Depois, *na escola, sobretudo no ensino médio, a imagem que nos foi dada de Portugal foi uma imagem agressiva, negativa* – o português foi aquele que chegou aqui, colonizou, impôs uma cultura, foi responsável pelo genocídio indígena e pela utilização dos negros. Fiquei muito tempo com essa visão de Portugal como país colonialista que veio aqui e fez o que ele quis em cima do Brasil. Fiz todo o ensino médio e também o vestibular (acesso à universidade) com essa imagem transmitida pela escola. Entrei na universidade com essa imagem do português – *talvez já não tanto o do “português burro”, mas com essa ideia bem sólida do português agressivo.*⁷⁹

Do depoimento de Artur de Amorim Porto Carreira, nascido em Brasília, 24 anos (2018) – outro dos jovens que ouvimos – o que ressalta, em relação a Portugal, depois do ensino médio pelo qual passou, é a cristalização de um sentimento de desinteresse, um país do qual pouco ou nada se herdou (com exceção da extensão e da unidade do território) do qual pouco ou nada se quer, como se não houvesse qualquer relação entre os brasileiros de hoje e os portugueses de ontem:

A ideia forte com que fiquei depois da escola foi a da grande expansão colonial de Portugal. O Brasil ficou ligado à Europa e à cultura europeia em resultado disso. E só não se desfez em pequenos Estados porque depois veio para cá a família real. Mas muita coisa ruim que o Brasil tem hoje também se deve ao estilo de colonização de exploração que Portugal fez – extração de riquezas e não se importar em construir aqui uma nação. Fiquei com a impressão de que o Brasil não herdou coisas que lhe fossem transmitidas. *Agora, hoje em dia,*

⁷⁸ Fonseca, Mateus, declarações recolhidas em gravação pelo autor em 10/05/2018.

⁷⁹ Oliveira, Gabriel Suhet de, 24 anos, Faculdade de Filosofia da UnB, depoimento recolhido pelo autor em 06-06-2018.

os brasileiros do meu meio não se importam muito com Portugal, não. Não vemos Portugal como nosso pai ou um país de que a gente tenha recebido alguma herança; vejo até muita gente com raiva – essa é a posição mediana. Não há uma nostalgia ou uma ideia de que foi bom ter sido Portugal. O que há é o contrário – uma ideia de que isso aí – Portugal, eu não quero. Aquilo que a gente aprende é que houve aqui portugueses, mas também houve outros – espanhóis, franceses, holandeses, ingleses – Portugal foi só mais um... Por outro lado, à medida que a gente foi criando a nossa identidade brasileira, a gente foi-se distanciando. O brasileiro tem tanta cultura própria e o Brasil é tão grande, que a gente não precisa dos outros. É como se nisso tudo não houvesse nada de português – a perspectiva é essa. O sentimento de derrota que temos em relação ao passado faz com que a gente não queira saber de Portugal para nada. Não quero ter qualquer relação com isso – nem que seja de ódio, nem que seja de raiva – eu quero só ser eu, apenas ser eu. Esse - acho - esse é o sentimento médio comum. Eu pessoalmente tenho uma visão mais matizada, não acho que Portugal seja a origem de todos os nossos males, mas essa parece que é a opinião mediana.⁸⁰

Estes sentimentos de estranheza e afastamento associados a uma imagem negativa de Portugal como “aquele país que colonizou o meu país” decorre também da tendência para subvalorizar os feitos realizados no processo das navegações, incluindo, além da própria descoberta, como vimos, também o próprio pioneirismo luso no processo de expansão europeia assinalado por autores brasileiros de referência. *Da forma acima, como a História é apresentada nas escolas, o português fica associado a um perfil de notações predominantemente negativas e como um Outro com quem os brasileiros pouco têm a ver e em relação ao qual poucos motivos têm para desenvolver uma relação de proximidade.* Parece, portanto, residir aqui um dos núcleos centrais, uma das fontes permanentes geradoras de um sentimento de estranhamento em relação a Portugal.

Sistema de ensino – o português rejeitado

Nesta matéria, os resultados da nossa pesquisa empírica recente (2015/2018), feita com base em manuais escolares mais próximos de nós, coincidem, em termos gerais, com as conclusões de um estudo aprofundado sobre *a imagem dos portugueses nos livros didáticos de história do Brasil* levado a cabo no final dos anos 1980 pelas antropólogas Livia Barbosa e Irene Medeiros-Portela no âmbito de um projeto mais vasto sobre as imagens dos portugueses e de

⁸⁰ Carreira, Artur de Amorim Porto, 24 anos, depoimento pelo autor, durante a investigação da tese.

Portugal no Brasil coordenado pelo antropólogo brasileiro Roberto Damatta e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (Barbosa & Medeiros-Portela, 1987).

Concluía, então, esse estudo ser possível distinguir nos manuais didáticos brasileiros, no que respeita à imagem de Portugal e dos portugueses, três grandes blocos:

1) no primeiro, abordam-se o descobrimento e os primeiros anos da colonização. Os portugueses têm, então, uma valorização inicial positiva, sendo associados ao "nascimento" do Brasil por via da miscigenação racial. Mas logo aí surgem valorações negativas quando se insiste na ideia de "abandono e descaso" a que a Coroa teria votado inicialmente o território, a ele trazendo depois elementos sociais desqualificados (deportados/degradados), sempre se referindo também o "fracasso geral das capitânias hereditárias" (Barbosa & Medeiros-Portela, 1987)

2) no segundo bloco, situam-se as "entradas e bandeiras", a que se segue "a defesa do território e o sentimento nacional". Nesta etapa, de acordo com as autoras do estudo, o elemento português "tem o seu anonimato acentuado", ao mesmo tempo que se deixa implícita "a sua incapacidade administrativa como colonizador". A tarefa dos portugueses ter-se-ia circunscrito à defesa da costa, que se limitavam "a arranhar ao longo do mar como caranguejos" – na expressão sempre citada de Frei Vicente do Salvador – defendendo as suas posições contra "corsários e piratas franceses e espanhóis" (Barbosa & Medeiros-Portela, 1987).

A tarefa grandiosa do desbravamento do sertão teria sido já obra dos brasileiros, em particular dos paulistas, sem nunca se referir, entretanto, que embora portadores de uma identidade regional eles eram basicamente portugueses enquanto súbditos da Coroa e como tal perçecionados pelas nações vizinhas. Refere-se, de qualquer forma, que os paulistas eram os mais capacitados para penetrar os sertões, dada a sua origem mestiça de branco com índio, cabendo a este último a transmissão das características de maior aptidão para tal empreendimento: "Só a formação de uma raça inteiramente aclimada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados" (Barbosa & Medeiros-Portela, 1987).

Entretanto, como o elemento branco (português) assegurava a chefia das bandeiras e este ou é pouco caracterizado – por contraponto aos índios – na sua história, hábitos e costumes e

dele se acentuaram valorações negativas (elementos desqualificados, incapacidade política e administrativa como colonizador...), conclui-se que

O modelo social das bandeiras não pôde constituir-se numa alternativa para o Brasil porque não representa a nação brasileira e porque a unidade brasileira depende, ainda, da submissão a uma metrópole” (Barbosa & Medeiros-Portela, 1987, p. 20).

Desta narrativa – frisam as autoras do estudo – decorre “*a dificuldade brasileira de definir um modelo social próprio e com um claro valor positivo*”. (sublinhado nosso)

3) no terceiro dos três blocos em que sistematizaram as mensagens que perpassam pelos livros didáticos brasileiros sobre Portugal e os portugueses figura, por contraste com as valorações negativas dos lusos, o *enaltecimento da administração holandesa* quando da ocupação do território, no século XVII, em particular o mandato de Maurício de Nassau: “João Maurício de Nassau – governador do Brasil holandês – introduziu em Pernambuco notáveis melhoramentos, fazendo sábio governo” (Barbosa & Medeiros-Portela, 1987, p. 21)

Tudo somado, “ter como descobridor e colonizador Portugal só trouxe, como único resultado positivo, individualizador, o mito das três raças na base da raça brasileira. Todos os outros contornos associados ao colonizador português, da história colonial brasileira, são negativos”, ao mesmo tempo que se deixa implícito que a colonização holandesa (ou centro-europeia) provavelmente teria sido melhor. Neste contexto, a vinda da família real para o Brasil “é apenas mais uma expressão da incapacidade política portuguesa, de que Portugal não tinha peito, não tinha tamanho, ou seja, de que Portugal não merecia o Brasil, não quis e não soube ser seu colonizador” (Barbosa & Medeiros-Portela, 1987, p. 21).

Na perspectiva dos livros didáticos brasileiros, Portugal – conclui o estudo – deve pois, com um sinal de “até que enfim” entrar definitivamente para o domínio da história colonial brasileira (...): “Desta maneira, *passa-se a representar Portugal e os portugueses como metrópole e colonizador que gostaríamos de não ter tido, como fonte de todos os males, problemas e dilemas da história brasileira recente*” (Barbosa & Medeiros-Portela, 1987, p. 22).

As etapas seguintes da história brasileira refletem, nos livros didáticos e de acordo com o referido estudo, uma tentativa continuada e persistente de afirmar que do período colonial só teriam permanecido resquícios, cada vez mais distantes à medida que nos aproximamos do Brasil

de hoje: “Tenta-se também (...) relegar Portugal e os portugueses para o limbo do passado distante; *fiscalidade e intimidade da fusão rácica e afeto seriam as únicas pontes existentes entre o Brasil e Portugal*” (Barbosa & Medeiros-Portela, 1987, p. 22).(destaque nosso)

Nos textos didáticos de ontem, como nos textos didáticos de hoje, à medida que nos aproximamos da atualidade, “cada vez menos a sociedade portuguesa da época dos Descobrimentos é abordada. O Portugal que nos chega através dessa narrativa é um verdadeiro anonimo. Nada sabemos sobre os hábitos, costumes, estrutura familiar, etc., da sociedade portuguesa que nos veio colonizar” (Barbosa & Medeiros-Portela, 1987, p. 23).

E o que fica é a ideia de *incompetência política e administrativa dos portugueses* (por vezes contraposta direta ou indiretamente ao bom exemplo holandês). A colonização portuguesa teria acontecido a contragosto, como última opao, quando a ndia já não rendia, levada a cabo por gente muitas vezes socialmente desqualificada e interesseira, que so vinha para “fazer o Brasil”, sem outros motivos que não fosse enriquecer e virar costas, de regresso a Portugal, para aí desfrutar a fortuna acumulada. Tudo isso sem um plano de conjunto, so avançando por tentativa e erro, com sucessivas experiências no terreno que mais parecem um rosário de fracassos em que pouco se salva.

Nas palavras concludentes do estudo que temos vindo a acompanhar:

Vê-se, então, uma justaposição de duas idéias. Portugal abandona, rejeita, não quer o Brasil nos primeiros momentos. Interessa-se apenas quando se dá conta das riquezas que poderia auferir. Mas aqui as riquezas apontam já para que o Brasil é grandioso, apesar de Portugal. A atribuição a Portugal de um fito exclusivamente interesseiro é uma maneira de ilustrar a sua incapacidade de ocupar, administrar, em suma, de ser. um bom colonizador do Brasil. Aceita administrar o Brasil tardiamente e fracassa. Fracasso que se deve à incapacidade de perceber que deveria construir aqui um novo modelo orgânico de sociedade, enviando-nos o melhor da civilização européia.

Precisamos de uma metrópole, de uma figura de colonizador, para nos descobrir e para simbolizar nossa unidade. Foi Portugal, assim seja. Mas Portugal abandonou-nos, mandou-nos o pior, não soube administrar-nos. Dai em diante o Brasil irá definir-se como um país que existiu apesar de Portugal, com as características que escolheu para identificar-se externamente. Cabe agora ao Brasil relegar Portugal para o passado, para a figura de mau colonizador, símbolo de uma série de potencialidades de Brasil que ficaram so na possibilidade. Ou seja, cabe agora ver Portugal como uma presença que o

Brasil encara como compulsória, que queremos que se torne ausente, que se vá embora. (Barbosa & Medeiros-Portela, 1987, p. 29)

Ao destacarem a presença humana já existente no território do futuro Brasil, anterior à chegada dos europeus, e ao diluírem as referências a Portugal e aos portugueses (sobre os quais se fornecem muitas vezes menos elementos do que sobre os índios e os negros), num contexto histórico mais vasto, em que surgem com (quase) idêntica ênfase outras nações europeias rivais – espanhóis, franceses, ingleses, holandeses... – *o que os manuais brasileiros do ensino médio acabam por fazer é atenuar ou mesmo praticamente ilidir os laços específicos de ligação (de sangue, língua, história, cultura e política) entre os dois países e as duas nações* que - apesar de todos os confrontos, diferenciações ressentimentos e rivalidades - se prolongam até hoje, mas sobre os quais é em geral rasa a consciência dos brasileiros (ver entre outros Vicentino & Dorigo, 2001).

Não espanta, por isso, que os brasileiros de hoje não se vejam como continuadores dos portugueses de ontem que aqui chegaram – primeiro, no século XVI, como pioneiros das grandes navegações marítimas; depois, nos séculos XVI e XVII, como conquistadores, desbravadores e colonizadores do território; em seguida, no século XVIII, como protagonistas da primeira grande corrida ao ouro do Ocidente, que precedeu de dois séculos a do Far-West; e por fim, já no século XIX e XX, em sucessivas levas de imigrantes em busca de um futuro melhor que não encontravam na sua própria pátria. Haverá aí maior *estranhamento*, gerador de *(in)comunicação*?

Média retomam Oliveira Martins e consolidam visão negativa

A essa diluição da memória – e, portanto, da consciência – em relação aos laços existentes entre Portugal e Brasil acresce a negatividade sobre a herança colonial portuguesa que domina, de uma forma geral, a vulgarização histórica destinada ao grande público veiculada pelos média. Veja-se, por exemplo, a matéria do site G1, da Globo, intitulada: “Descobrimto foi, na verdade, uma invasão à terra dos índios”. Parte de um projeto educativo, a matéria deixa vincada esta ideia: “Na realidade, *Portugal não descobriu o Brasil*, ele ocupou, invadiu, submetendo dessa maneira diversas

nações indígenas. Se o Brasil já possuía uma população indígena, local, não se trata de uma descoberta, e sim de uma conquista.”⁸¹ (sublinhado nosso)

A generalizada atitude depreciativa da herança lusa encontra eco em matérias de grande divulgação mediática – artigos de jornal, comentários, vídeos, filmes, programas de televisão, etc. – impregnando dessa forma o senso comum e tendo até, reflexivamente, impacto negativo sobre a auto-estima dos brasileiros, na justa medida em que muita dessa história é simultaneamente história brasileira.

O filme *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil* (1995), da realizadora brasileira Carla Camurati, é paradigmático neste sentido. Dada a grande divulgação da obra assegurada pela rede Globo, a estação com a maior cobertura mediática do país, o retrato totalmente caricatural da Corte lusa no Rio de Janeiro que nele se faz veio reforçar no imaginário brasileiro uma imagem muito negativa e derrisória sobre o papel dos portugueses.

Em contraste com a visão mais equilibrada da própria historiografia brasileira sobre o período joanino, designadamente o clássico *D. João VI no Brasil*, de Oliveira Lima (2006), Camurati optou por uma descrição desbragadamente sarcástica e derrisória da Corte portuguesa no Brasil, toda ela clara e ironicamente tributária da visão ácida do historiador português Oliveira Martins (1845-1894), cuja influência no antilusitanismo já foi mencionada e ressurgiu assim na contemporaneidade rediviva e atualizada no Brasil através de um média tão poderoso como é o cinema. O que não deixa de ser significativo: afinal, mesmo quando é mais antiluso, o Brasil parece não conseguir fugir à marca de origem lusitana. Como se fora este um fado de que não se consegue libertar.

Essa influência do historiador português na narrativa de *Carlota Joaquina* não escapou a um observador informado como era o jornalista e romancista brasileiro Antônio Callado (1917-1997). Em artigo sobre o filme publicado no jornal *Folha de S. Paulo* (Callado, 1995) aquando do lançamento, o autor, embora reconheça que Camurati “adensou, agravou o mais que pôde o episódio da fuga vergonhosa da corte”, apressa-se a acrescentar que a realizadora “não falseou nada”. E cita como prova disso justamente... Oliveira Martins, cuja descrição da vinda da corte

⁸¹ Ver: <http://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-e-educacao/noticia/2013/10/descobrimto-foi-na-verdade-uma-invasao-terra-dos-indios.html>

para o Brasil não fica de facto atrás, em termos de descrição derrisória, daquela que o filme nos apresenta.

Com Oliveira Martins, estamos muito longe não só do relato encomiástico e excessivamente condescendente de um cronista cortesão como o padre Luiz Gonçalves dos Santos (1767-1844), contemporâneo dos acontecimentos, como também das visões mais ponderadas, distanciadas e autorizadas de grandes vultos da cultura brasileira. Como a do já referido historiador Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), por exemplo, para quem a transladação da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro foi um “hábil golpe político” e D. João VI nada mais nada menos que o fundador da nacionalidade brasileira, tendo sido “sem dúvida alguma no Brasil (...) um rei popular” (Lima, 2006, p. 21); ou como a do crítico literário Wilson Martins (1921-2010) – autor, entre outras obras, da monumental *História da Inteligência Brasileira* – para quem D. João VI deu início à descolonização efetiva, tendo as suas reformas deixado “benefícios mais duradouros que as de Pombal” (Martins, 2006, p. 19).

O próprio Callado dá-se conta do efeito negativo das narrativas excessivamente derrisórias e ácidas como a de Oliveira Martins adotada por Camurati, interrogando-se se não teria sido D. João VI que, vindo de um fracasso na Europa, teria dado origem à proverbial “fracassomania”, geralmente considerada, a par do desejo de grandeza e fé no futuro, um dos traços da psicologia brasileira. Mas será a responsabilidade pela “fracassomania” de D. João VI – e por extensão dos portugueses – ou dos intérpretes portugueses e brasileiros excessivamente críticos da sua própria história?

Seja como for, a verdade é que *a visão sombria e antilusitana de muitos ensaístas, historiadores e publicistas do Brasil em relação à sua própria história bebe diretamente de uma fonte portuguesa bem determinada: Oliveira Martins*. É uma fonte já remota, talvez mesmo inconsciente para muitos, mas a sua água alimentou durante muitos anos raízes profundas que ainda hoje subsistem e configuram a visão brasileira sobre Portugal.

Como lembrou Paulo Franchetti, “Hoje não são certamente muitos os que, no Brasil, tiveram a oportunidade de conhecer diretamente o texto e as ideias de Martins. Mas essas ideias são ainda parte da cultura brasileira de uma forma muito mais intrínseca do que poderia parecer a uma primeira vista de olhos” (Franchetti, 2007, p. 115).

E que ideias são essas as de Oliveira Martins que a intelectualidade brasileira adotou e absorveu tão profundamente? São, no seu conjunto, – na caracterização de Franchetti – ideias de uma crítica “feroz, sistemática e radical do seu país e da sua cultura” (2007, p. 117). Um panorama triste e pessimista da vida da nação portuguesa de cuja leitura se sai, no dizer de António Sérgio citado por Franchetti, com

cinco impressões essenciais sobre o país: em primeiro lugar, um sentimento geral de desencanto, de incapacidade, de bolor, desde o século XVI até agora; depois, a ignomínia dos lauréis da Índia; e o (...) ingénito sebastianismo; e a negra educação dos jesuítas; e a série mofina dos reis de Bragança, desde D. João IV a D. João VI. (Franchetti, 2007, p. 118)

Como assinala Luís Machado de Abreu, para Oliveira Martins, Portugal é “o enfermo do Ocidente”, revelando-se o processo de decadência, a partir de 1580 (ano da morte de Camões e da perda da independência na sequência da derrota e do desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir) “através da fenomenologia social da Inquisição, do jesuitismo, do sebastianismo, da influência estrangeira, a influência inglesa em particular” (Abreu, 1999, p. 344).

Quando, já no período republicano da história brasileira, a partir de 1889, no processo de construção da nacionalidade por confronto e negação com Portugal iniciado a partir da independência, se exacerbou o sentimento antilusitano, os ensaístas brasileiros encontraram na obra de Oliveira Martins, em particular na sua *História de Portugal* (1882) e *o Brasil e as Colónias Portuguesas* (1920), aquilo a que se chama no Brasil um “prato feito”: uma visão profundamente crítica e estruturada da história de Portugal que lhes era particularmente simpática naquele momento. E que eles irão utilizar tão amplamente que as ideias do historiador português – mesmo quando contestadas – acabaram por formar

uma espécie de solo comum de algumas das mais fortes interpretações do sentido da herança portuguesa na formação do Brasil. Dissolvidas, aclamadas ou contestadas, suas ideias parecem ter penetrado profundamente na cultura do país. E é por isso que *a leitura de qualquer dos livros de Oliveira Martins provoca ainda hoje em qualquer brasileiro culto (...) uma espécie de efeito de reconhecimento: está ali, sistematizado num conjunto coeso, muito do que no Brasil se foi pensando do que foi Portugal na história da civilização ocidental.* (Franchetti, 2007, p. 117) (sublinhado nosso)

Nesse sentido, o filme de Camurati é um marco – assinala a persistência de uma visão crítica e derrisória do Brasil em relação a Portugal (e, por extensão, em relação a si mesmo), que

– permeando o sistema educativo e sendo retomada amiúde pelos média – assim se consolida, renova e (re)atualiza.

Poucos anos depois (2002), a rede Globo voltava à carga com a produção de uma minissérie sobre os bastidores da independência do Brasil – “*Quinto dos Infernos*”⁸² - baseada em obras literárias nas quais se retrata com humor e sarcasmo o período histórico do Primeiro Reinado (da independência, em 1822, à abdicação de D. Pedro I, em 1831): *As Maluquices do Imperador*, de Paulo Setúbal (1927), *A Imperatriz no fim do mundo*, de Ivani Calado (1992) e *O Chalaça*, de José Roberto Torero (1995).

Em estilo de metaficção historiográfica (mistura de narrativa ficcional com narrativa histórica), típica da literatura pós-moderna, a série conferia, entretanto, predominância aos elementos mais próximos da cultura popular de massa, com proliferação do grotesco, característica típica da chanchada e da porno chanchada, formas mais populares do cinema brasileiro em termos de comédia (Pucci Jr., 2003, p. 156). A Corte portuguesa era assim retratada, uma vez mais, num tom chocarreiro, contribuindo para deixar na memória coletiva (a série foi seguida por milhões de pessoas em todo o país, com 23 pontos de audiência média, apesar de exibida depois da meia-noite)⁸³ uma imagem derrisória das circunstâncias que rodearam a Independência do Brasil, bem como de algumas das suas principais figuras, incluindo o imperador D. Pedro I e (novamente) D. João VI.

Na altura, houve protestos de historiadores (portugueses e brasileiros) e a imprensa lusa também reagiu, tendo alguns jornais, em particular o *Correio da Manhã*, publicado notas críticas. A família imperial brasileira pronunciou-se igualmente de forma negativa, acusando a minissérie de “desvirtuar” a realidade histórica e considerando haver diferença entre sátira e mau gosto (Matos, 2002, p. 48)⁸⁴.

⁸² Minissérie da rede Globo de televisão, escrita por Carlos Lombardi e dirigida por Wolf Maya e Alexandre Avancini (2002). Ver ficha técnica aqui: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/minisseries/o-quinto-dos-infernos.htm>

⁸³ *O Quinto dos Infernos termina com boa audiência* – jornal *Folha de Londrina – O jornal do Paraná*, de 29 de março de 2002, disponível aqui: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/o-quinto-dos-infernos-termina-com-boa-audiencia-388728.html>

⁸⁴ Para os argumentos favoráveis à minissérie e à Globo, ver “Quinto dos infernos” cria polêmica e questiona livros de história”, jornal *Folhaonline*, de 09-03-2002. Retirado de <https://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u12960.shtml>

Não se contesta, obviamente, a legitimidade de olhares humorísticos e/ou sarcásticos sobre a própria história, os quais podem ser até bastantes salutares, sobretudo quando a cultura oficial se torna excessivamente sufocante e unidimensional. E sabe-se como os brasileiros se vangloriam de nunca perderem a piada, mesmo correndo o risco de perderem o amigo. O problema é quando, numa realidade identitária complexa e contraditória como a do Brasil, já marcada pela dificuldade de se constituir uma narrativa coerente aceite em igual medida por todos, as imagens estruturantes do imaginário histórico nacional passam a ser – como aqui aparentemente acontece devido aos repetidos filmes e séries de grande impacto mediático – dominadas pela desconstrução sarcástica e derrisória sistemática dos seus próprios elementos constitutivos. Nesse caso – quere-nos parecer – corre-se o risco não só de se perder o amigo, mas de se perder a si próprio.

Dir-se-ia que, perante a necessidade intrínseca de, no seu movimento de autodefinição e afirmação nacionais, se demarcarem do elemento português – quase sempre apresentado como algo estranho, vindo de fora, que tivesse sido imposto e depois tivesse sido expulso, nada havendo, portanto, que o relacione ou que o ligue aos brasileiros de hoje – se cede sempre à tentação de demolir a imagem das figuras lusitanas e/ou de origem lusa mais destacadas, esquecendo, num movimento quiçá inconsciente, que foram essas personagens que corporizaram e lideraram o movimento pela Independência, primeiro, e marcaram os esforços iniciais de invenção da própria nação que se seguiram. Acaba-se dessa forma por operar uma desconstrução desestabilizadora dos fundamentos da identidade nacional.

Mas o mito procede, como se sabe, pela incessante repetição do mesmo. Pelo que, já depois do *Quinto dos Infernos*, voltámos a ter, mais recentemente, uma nova obra cinematográfica em que mais uma vez é acentuada a ideia de que os grandes problemas do Brasil tiveram origem em Portugal. No caso concreto, a corrupção, que grassa entre empresários e políticos para financiar atividades partidárias. O filme *Polícia Federal: A Lei é para Todos*⁸⁵, de Marcelo Antunez, longa metragem mais vista no Brasil em 2017 (para cima de um milhão de espectadores) retrata os meandros da Lava-Jato, considerada uma das maiores operações do mundo contra a corrupção

⁸⁵ Lançado a 07 de setembro de 2017

e a lavagem de dinheiro. Ai se afirma, logo nos primeiros minutos da narração, em voz *off*, que “a corrupção, como a varíola e a tuberculose, chegou ao Brasil com as primeiras caravelas”.

O *leit-motiv* sobre a origem portuguesa dos males do Brasil prossegue, portanto, reforçado pela repetição num dos média mais poderosos como é o audiovisual. Assim se consolida um imaginário brasileiro claramente antiportuguês, que só pode criar *estranhamento* e *(in)comunicação* nas relações entre os dois países.

7.3. No âmago da identidade nacional – antropofagia e autofagia

Tocamos aqui no âmago da própria construção da identidade nacional brasileira, que permanece assim, a nosso ver, um processo ainda em aberto, em que uma ideologia nacional comum e inteiramente coerente tem dificuldade em formar-se e consolidar-se, submetida que é à prova constante e potencialmente (des)estruturante da memória das tragédias e injustiças várias que pautaram o processo de colonização do país, primeiro, e o de sua consolidação pós-independência, depois.

Nessa guerra aberta de versões – a oficial, inevitavelmente colorida pela visão dos vencedores, e as grupais, que expressam as visões dos derrotados – índios e negros, antes de mais, mas também de alguns dos núcleos de imigrantes que chegaram ao país no século XIX e foram sujeitos a um processo de assimilação, como os alemães (Kothe, 1997, 2000 e 2003) – é difícil formar, acumular e manter uma memória positiva comum a todos, uma vez que sempre há setores sociais e políticos que permanentemente tendem a desfazer, desconstruir ou demolir o que é apresentado como acervo comum, mas muitos encaram como mera consagração ideológica de quem se conseguiu impor. Mais do que antropofágico – como pretendiam os modernistas de 1922 – absorvendo e assimilando contribuições várias para produzir uma identidade diferente e melhor, o que essa desconstrução permanente acaba por suscitar é uma autofagia, já que a identidade nacional tem dificuldade em se cristalizar e consolidar. Essa dificuldade explica comportamentos e juízos contraditórios, por vezes dificilmente conciliáveis. É esse o caso, por exemplo, sempre que coexistem, no Brasil, orgulho pela existência de um país de enormes proporções e, ao mesmo tempo, crítica demolidora dos processos históricos que deram origem a essa realidade...

O “Espetáculo de Som e Luz” apresentado aos turistas em São Miguel das Missões⁸⁶, no Rio Grande do Sul, a que assistimos presencialmente no decorrer dos trabalhos preparatórios desta tese, é paradigmático dessa situação paradoxal.

Por um lado, os rio-grandenses orgulham-se, a justo título, da sua república e do seu atual território, que resultou das negociações do Tratado de Madrid entre Portugal e Espanha (1750), em que foi acordada a troca da colônia de Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões. Ao mesmo tempo, porém, alimentam uma narrativa histórica que descreve em termos heróicos a resistência do índio guarani Sepé Tiaraju (1723-1756), que, com o apoio dos padres jesuítas, liderou - na chamada Guerra Guaranítica (1753-1756) - a resistência armada aos exércitos de Portugal e Espanha incumbidos de fazer aplicar as disposições do Tratado: evacuação dos Sete Povos das Missões (entre 30.000 a 50.000 pessoas) para o outro lado da fronteira (Paraguai) e garantia da soberania portuguesa sobre o território, o que possibilitou, mais tarde, a soberania brasileira (Rubira, 2012; Gorgen & Corbari, 2019, 7 de fevereiro).

Promovido oficialmente a herói da resistência – fazendo até do grito de guerra do guerreiro vencido e morto (“Esta terra tem dono!”) um lema que evoca as velhas aspirações independentistas locais (Guerra dos Farrapos e proclamação da República Riograndense, entre 1835 e 1845) – e mitificado quase como santo na sequência da lenda que se formou sobre a sua hipotética “subida aos céus”, uma vez que o corpo não foi encontrado, Sepé Tiaraju teve ainda, em 2009, o seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, localizado na Praça dos Três Poderes, em pleno centro de Brasília. De herói local, Sepé adquiria assim estatuto de herói nacional, apesar da sua luta ter sido contra a expansão territorial do Estado brasileiro.

Mais curioso ainda – e relevante para o tema que nos ocupa – é que nos folhetos de divulgação distribuídos localmente pelo ministério brasileiro do Turismo (Rota das Missões – Um Pedacinho do Céu na Terra), não se faça qualquer referência a Portugal e/ou aos portugueses.

Falando sobre o passado da região e descrevendo a Rota das Missões como o próprio *locus* da mítica Terra Sem Males dos Guarani, o órgão oficial do governo brasileiro garante-nos que tudo se encontra aí “em perfeita harmonia com a natureza e a cultura dos diversos povos que

⁸⁶ Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=zIBZuDN9oIQ>

compõem o espaço, como os Guarani, os alemães, os poloneses e italianos compondo o tradicional gaúcho missioneiro.”

Os portugueses - cuja ação diplomática nas negociações que conduziram ao Tratado de Madrid foi decisiva para legitimar a expansão territorial levada a cabo pelos bandeirantes (na maior parte durante o período da União Ibérica, entre 1580 e 1640) para além dos limites do Tratado de Tordesilhas (1494), conferindo assim ao Brasil a maior parte do território de que hoje desfruta - vêem-se assim completamente esquecidos nesta evocação da Terra Sem Males feita pelo ministério do Turismo do Brasil; dir-se-ia que literalmente expulsos do paraíso. Ausentes da narrativa oficial da história segundo o ministério do Turismo, que para eles reserva, no Rio Grande do Sul, apenas o odioso do ataque militar às Missões, os portugueses estavam também fora da vista e do coração dos brasileiros em termos de comunicação televisiva: no hotel da região em que ficamos, os únicos canais internacionais de televisão disponíveis eram os da Espanha, França (legendado), Alemanha e Itália.

Em termos mais gerais, o Brasil parece oscilar entre a satisfação por pertencer à civilização europeia e ocidental, de que se considera digno representante e sucessor nos trópicos e a crítica demolidora a essa mesma civilização, por vezes acusada de desígnios antropofágicos em relação a outras culturas. O antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997), por exemplo, chega a afirmar: “Na verdade o que somos é a nova Roma. Uma Roma tardia e tropical” (Ribeiro, 1995, p. 454); mas outros autores investem contra a velha Europa: “Se o Brasil está condenado a ser o que o europeu designou, quem foi que designou o lugar dos europeus como ‘depositários do tesouro dos significantes primordiais?’” – interroga-se, por exemplo, a psicanalista e ensaísta Maria Rita Kehl, acentuando: “foi às custas das civilizações que destruiu barbaramente, em terras de além-mar, que o europeu se apoderou do significante civilizado” (Kehl, 2000). Aliás, o próprio Darcy, num trecho famoso, afasta-se da ideia do Brasil como continuidade da civilização ocidental (romana, via portugueses) nos trópicos, acentuando antes a ideia de ser a identidade brasileira resultado da negação das suas origens – índias, negras, europeias. Escreve ele:

seu filho (do português com índia ou negra), crioulo, nascido na terra nova, racialmente puro ou mestiçado, este sim, sabendo-se não africano como os negros boçais que via chegando, nem branco, nem índio e seus mestiços, se sentia desafiado a sair da ninguendade, construindo sua identidade. Seria assim, ele também, um protobrasileiro por carência (Ribeiro, 1995, p.131)

Evoca-se desta forma em permanência um sentir outro, uma língua outra, uma civilização outra que poderia ter sido, mas não foi. Uma civilização da qual se tem constante nostalgia e há quem defenda e projete para o futuro, em nome de uma sociedade pós-moderna, mais plural, diversa e tolerante. Constatando a existência dessa “dupla alma”, Contardo Calligaris, escritor e psicanalista italiano radicado no Brasil, viu no discurso de cada brasileiro um misto de duas personagens históricas: “no discurso de cada brasileiro, seja qual for a sua história ou a sua posição social, parecem falar o colonizador e o colono” (Calligaris, 1991, p. 16). O mesmo tinha dito antes, em termos bem mais fortes e concretos, o já citado Darcy Ribeiro (1922-1997):

Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós, brasileiros, somos por igual a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. (Ribeiro, 1995, p. 120)

Curiosamente, essa dupla personalidade, esse duplo traço de caráter, aqui apontado como intrinsecamente brasileiro, fruto da brutalidade do colonizador e da submissão dos escravos, é – na descrição do *Fado Tropical*, uma das mais conhecidas composições de Chico Buarque de Holanda em parceria com Ruy Guerra – como sendo característica do português ou, pelo menos, de como ele a si próprio se vê na trama da peça *Calabar – O Elogio da Traição* (Buarque & Guerra, 2003). A fala é do governador Mathias de Albuquerque, que comandou no século XVII a resistência aos holandeses, em Pernambuco:

Sabe, no fundo eu sou um sentimental. Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo. Além da sífilis, é claro. Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar, meu coração fecha os olhos e, sinceramente, chora. (Buarque & Guerra, 2003, p. 40)

Recusando a visão oficial da história, que apresenta o índio Calabar como um traidor vendido aos holandeses (a sua mudança de campo, em abril de 1632, teve um alto preço para as forças portuguesas, mudando a correlação de forças em favor da Holanda), a peça comunga de alguma forma da visão corrente no Brasil de que a Holanda, se tivesse vencido, teria porventura instituído no país “um governo mais livre e mais humano, menos opressivo e escravizador que a colonização portuguesa” (Peixoto, 2003, p. 19) Neste contexto, não deixa de ser notável que – despido dessa visão de fundo da peça – o *Fado Tropical* se tenha acabado por autonomizar, muitos vendo nele, tanto no Brasil como em Portugal, não uma crítica, mas quase uma evocação

nostálgica da colonização portuguesa – coisa que certamente Chico Buarque e Ruy Guerra nunca pretenderam. O que não deixa de ser um claro exemplo, em termos de comunicação, de como a mensagem sempre depende da interpretação do recetor. E de como, apesar do *estranhamento* e da *(in)comunicação*, laços históricos e culturais comuns amplamente difusos ainda subsistem com força bastante para determinarem visões de (re)aproximação, ainda que, neste caso, centradas no passado.

Essa diferença verificada entre o emissor e o recetor, que surge quase como uma “falha ontológica” do próprio processo comunicacional, anulando a utopia de uma comunicação perfeita, é apontada por pesquisadores como Wolton como tendo, também e em contrapartida, a vantagem de apontar um limite, e de “preservar uma liberdade crítica irredutível”. Na expressão do próprio sociólogo francês, esse perene desajustamento entre o que se quis comunicar e o que foi percebido – tornando a comunicação um processo aproximativo, por vezes frustrante – acaba por ser um meio para se compreender que “em toda a comunicação existe o *outro* e que este *outro* permanece inatingível”. Em suma, “na comunicação o mais complicado é sempre o outro” (Wolton, 2004, p. 36).

A peça *Calabar*, na sua própria ambiguidade e no inesperado sentido que se gerou em torno da fala do *Fado Tropical* que a integra, é mais um exemplo da dicotomia contrastante em que o Brasil oscila em relação à sua própria história e da complexidade da sua relação com o passado partilhado com Portugal: de 1500 até já muito depois da independência, por via da continuação da dinastia de Bragança de um e outro lado do Atlântico.

7.4 Comemorações dos 500 anos: contradições e estranhamento

A súbita e intensa polémica que, no ano 2000, envolveu as comemorações conjuntas dos 500 anos da descoberta do Brasil (Souza, 2000) (o próprio termo “Descoberta”/“Descobrimientos” – “coração da mitologia portuguesa”, na definição de Eduardo Lourenço (2015, p. 204) – é hoje largamente contestado tanto no Brasil⁸⁷ como em Portugal (Ramos, 2018, p. 38)), expôs de forma bastante clara as visões contraditórias que, desde a

⁸⁷ Ver, por exemplo, a monografia de Dejalma Cremonese, intitulada *Brasil 500 anos: do “descobrimento” ao “encobrimento” da alteridade do outro*. Retirado de <https://www.monografias.com/pt/trabalhos915/brasil-alteridade-outro/brasil-alteridade-outro.shtml>

separação até ao presente, continuam a opor diferentes setores sociais e políticos no que respeita à própria história do país, sobre a qual não há consenso e em torno da qual se trava uma incessante batalha ideológica. *Grosso modo*, de um lado, estão os grupos dominantes, que – numa linha de continuidade com o poder português – se beneficiaram diretamente da situação colonial (foram basicamente eles que “fizeram a independência”); do outro, estão todos quantos – indígenas, negros e, mais tarde, imigrantes de diferentes origens submetidos a processo de assimilação lusófona – foram, num ou noutro grau, vítimas da colonização. Essa contradição foi muito patente no decorrer das comemorações dos 500 anos do Brasil, que acabaram por ter as cerimónias oficiais, em Porto Seguro, seriamente perturbadas. Um largo grupo de índios pataxós, xavantes e outros, juntamente com membros do MST / Movimento dos Sem Terra e grupos políticos, com o apoio da Igreja Católica (Conselho Indigenista Missionário, órgão da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) irromperam no recinto do evento, acabando por envolver-se em confrontos com as forças policiais que garantiam a segurança do local (França, 2000).

Esta discrepância/clivagem interna acaba por se refletir negativamente na relação com Portugal, dificultando a comunicação e prolongando o estranhamento. Na passagem dos 500 anos, o olhar retrospectivo dos dois países foi totalmente distinto, a ponto de se poder afirmar que os dois, embora estivessem juntos nas celebrações, comemoravam na realidade coisas diferentes: enquanto Portugal celebrava a nacionalidade portuguesa e os seus feitos, o Brasil, ou melhor, o seu governo, assinalava 500 anos de país. Cabral só era evocado por ter assinalado um ponto de contagem no tempo. Quanto às críticas dirigidas por diferentes setores sociais brasileiros aos círculos dominantes, contestando a visão oficial da história conferida às celebrações, eram vistas ou sentidas nos/pelos média lusitanos (que, por falta de informação sobre a realidade brasileira, as receberam com surpresa, como pudemos testemunhar pessoalmente, à época, na redação da RTP – televisão pública portuguesa) como críticas feitas a Portugal.

A surpresa com os protestos foi generalizada, à época, nos média portugueses e geradora de um sentimento de desencanto com as comemorações, na exata medida em que essas manifestações vinham pôr em causa a ideia de grandeza do passado histórico nacional e em particular o excecionalismo colonial lusitano, ainda muito presentes no imaginário nacional. É isso que os títulos das matérias dos jornais claramente expressam:

“Violência e chuva estragam celebrações” (*Público*, 23/04/2000)

“Protesto em Porto (in)Seguro” (*DN*, 23/04/2000)

“Brasil triste no desfecho da festa” (*Expresso*, 29/04/2000)

“Sampaio apela à conciliação” (*JN*, 23/04/2000)

“Sampaio olha para o futuro e rejeita críticas ao passado” (*DN*, 23/00/2000)

“Sem-terra estragam a festa” (*Expresso*, 21/04/2000)...

Ainda da parte portuguesa, o que ressalta das numerosas notícias, artigos e comentários sobre os 500 anos, publicados, em abril de 2000, em todo o espectro da imprensa escrita, rádio e televisão – incluindo, além dos jornais diários e principais semanários, também as revistas de viagens e os órgãos e/ou suplementos literários e artísticos – é sem dúvida a queixa/crítica quanto à recusa brasileira em reconhecer quer o papel civilizatório luso pretérito (preferindo, pelo contrário, sempre acentuar a herança negativa da colonização portuguesa, da destruição dos índios à escravatura) quer o seu moderno valor. As declarações do embaixador português Luís Filipe Castro Mendes (revista *Grande Reportagem*, abril de 2000, pp.29 e seguintes) sintetizam bem essa postura:

Os romanos assassinares Viriato foi um acto de grande maldade, mas isso não me leva a negar a raiz latina de Portugal. Os Lusitanos podiam viver muito bem, mas eu é que não seria o que sou se não tivesse havido o domínio romano. Os brasileiros não fariam mal em pensar assim.

Do lado brasileiro, o que sobressai é *a desconstrução sistemática de qualquer narrativa lusa* – seja o esquecimento ou a recusa em denunciar as mazelas do passado, dele retirando apenas lições de grandeza imperial, sejam as propostas renovadas de se construir uma parceria conjunta voltada para o futuro. Ou seja, repete-se hoje, *grosso modo*, a recusa liminar, por parte de boa parcela da intelectualidade brasileira, das sugestões de aproximação e entendimento avançadas pela intelectualidade lusitana pelo menos desde finais do século XIX. Num texto analítico exemplar, que valerá por todo esse geral posicionamento brasileiro em relação a Portugal, Renó Machado, do Centro de Estudos de Migrações Internacionais/CEMI⁸⁸, vê nas posições

⁸⁸ Ver Renó Machado, I. J., em *As Comemorações dos 500 anos na mídia portuguesa: alguma crítica, muito ufanismo*. Retirado de <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/501anos/br16.htm>

expressas na imprensa portuguesa em relação ao Brasil um olhar redutor - quase como se Portugal não enxergasse o real “país irmão”, um olhar perpassado de intenções neocolialistas disfarçadas sob a capa da “Lusofonia”:

O Brasil é (como era no passado) visto como selvagem, como a natureza que deve ser explorada pela cultura (se os índios são parte da natureza, deve-se aproveitar deles) e o neocolonialismo se funda nesses termos: o Brasil é uma paisagem selvagem que deve ser preenchida pela cultura portuguesa, ou que foi preenchida, mas que desse processo perderam-se os vestígios.

Para ele, a representação erótica do Brasil – comum na visão portuguesa, considerando que também essa beleza sedutora teria tido origem na colonização mestiçada dos lusos – não passaria afinal uma forma disfarçada de os portugueses sublimarem os seus complexos de hoje perante a clara supremacia dos média brasileiros em Portugal. Tenta-se assim, escreve ele, “superar (ou domesticar) o mal-estar causado pela influência da mídia brasileira”, evidenciando “a fragilidade de um colonizador culturalmente colonizado pela ex-colônia”. Mesmo posições mais cuidadosas e nuanceadas de outros articulistas portugueses – incluindo nomes importantes da cultura lusa como Eduardo Lourenço e Eduardo Prado Coelho – não passam na rigorosa Alfândega brasileira de Renó Machado. Quando intelectuais portugueses (hoje como já no século XIX) sugerem propostas de parceria, Renó vê nelas “investidas económicas sobre o mercado brasileiro” e quando propõem que as empresas invistam em mecenato cultural para assegurar maior visibilidade lusa no Brasil, Renó considera que também aí se manifestam

as duas instâncias presentes no tom geral da mídia portuguesa: o orgulho nacionalista e vingativo de ver no avanço económico de algumas empresas portuguesas a retomada de uma imagem gloriosa dos portugueses (estranho paradoxo, onde o mais moderno serve aos propósitos mais antigos) e a dor-de-cotovelo em relação ao sucesso que têm em Portugal setores da mídia brasileira. Pode-se dizer, inclusive, que o aumento da imigração brasileira é visto na perspectiva neocolonial portuguesa, ou seja, o papel subordinado desses imigrantes também é para esses formadores de opinião um sinal da retomada da grandeza portuguesa.

Em resumo – nada vindo de Portugal passa nesta Alfândega brasileira, cujo olhar desconfiado e inquisidor está permeado ainda de um ressentimento antigo de cariz antilusitano; que se mantém vivo mesmo quando os lusos se apresentam sob as vestes mais amplas da

Lusofonia, que é vista, a essa luz, como um mero cavalo de Tróia para (re)introduzir na cidadela brasileira o velho e detestado colonialismo lusitano.

Falta de informação, desfocagem quanto ao objetivo das comemorações, críticas brasileiras ainda ressentidas em relação ao passado colonial, conseqüente ressentimento lusitano presente pelas críticas recebidas, profunda desconfiança em relação às propostas de (re)aproximação – enfim, os 500 anos acabaram por revelar uma situação de manifesto desentendimento, *(in)comunicação* e/ou dificuldade de comunicação. A celebração em conjunto de uma data forte para ambos os países, que era suposto gerar maior aproximação e compreensão mútua, acabou assim por confirmar/prolongar o *estranhamento* e a *(in)comunicação*.

Uma dificuldade de entendimento tanto maior quanto é certo que Portugal, por seu turno, também não procedeu a uma revisão (auto)crítica aprofundada dos fundamentos da sua própria identidade nacional, continuando tributário, na sua autoimagem, das representações identitárias hegemônicas forjadas no final do século XIX, na seqüência da humilhação sofrida com o *Ultimatum* britânico contra as suas pretensões coloniais em África⁸⁹, vendo no período das Descobertas a sua grande época de grandeza e projeção mundial e tendo no Brasil a sua “jóia da Coroa”, onde se teria plasmado o caráter profundamente humanista, universalista e miscigenador da expansão portuguesa norteadada pelos ideais da evangelização cristã. Uma autoimagem que se consolidou depois fortemente durante o regime de Salazar (1933-1974) e ainda hoje perdura.

Enquanto nos dois países vigoraram regimes autoritários – Estado Novo, em Portugal (1933-1974), Era Vargas (1930-1945) e depois ditadura militar (1964-1985), no Brasil – as contradições ficaram ocultas e as visões oficiais de um e outro lado como que se justapunham e autoalimentavam – o Brasil do Estado Novo varguista defendendo o mito da “democracia racial” e o Estado Novo de Portugal alimentando o mito da “excepcionalidade” do colonialismo português. Mas, a partir da democratização dos dois países, essas narrativas implodiram. Como assinala Miguel Vale de Almeida (2003):

a democratização brasileira permitiu a eclosão de fortes contradições sociais e a manifestação de agendas etnopolíticas até então reprimidas. Os movimentos indígenas transformaram-se em movimentos de reivindicação de terra, de autonomia, de ecologia política, de superação da tutela do estado;

⁸⁹ Ver <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Ultimato-britanico.aspx>

surgiram os movimentos negros, já não simplesmente culturalistas, mas assumindo a ligação crítica entre a situação de classe e a situação “racial”; e as políticas de discriminação positiva passaram a estar na ordem do dia.

No caso português – nota o mesmo autor – a democratização, em vez de contribuir para uma revisão dos elementos constitutivos da identidade, veio até reforçá-los, dado que os processos de descolonização, integração europeia e crescente fluxo de imigrantes foram percebidos como “ameaça” à existência de Portugal como nação.

Daí os desajustamentos presentes nas visões dos dois países – como se viu à sociedade nas comemorações dos 500 anos – reforçando o estranhamento que já vinha, como assinalámos, da independência brasileira.

Hoje, temos, do lado brasileiro, vivas contradições expostas em torno da visão histórica e da narrativa da identidade nacional, tendendo – na senda dos liberais do século XIX, depois dos jacobinos da República e finalmente da esquerda de inspiração marxista – a acentuar e agudizar a narrativa crítica, altamente negativa, sobre o papel colonizador de Portugal, recusando o “exercício de humildade de dar ao luso o que é do luso” recomendado por Álvares de Azevedo (Correia, 2017); em contraponto, do lado português, temos uma cristalização da imagem mítica do Brasil como “jóia da Coroa”, na qual se teriam plasmado as melhores qualidades da “missão civilizatória lusa”, apresentada, na senda de Gilberto Freyre, como colonialismo excepcional e brando (forma de manter na aparência ainda vivo um certo neoimperialismo, hoje apenas onírico) – o que impede a reavaliação crítica de todo esse processo, dificultando a evolução de Portugal “como um país multicultural, de acolhimento e integração de imigrantes, onde a diversidade conviva com a igualdade social e de cidadania” (Correia, 2017, p. 384).

7.5. Interesse desigual, comunicação desigual - reiteração dos estereótipos

Foi neste contexto geral de contradições e paradoxos de parte e doutra, e de permanência geral de um fundo de incompreensão/rejeição, dificultando a comunicação entre os dois países, que em 2012-2013 decorreram – entre setembro e junho, meses das respetivas datas nacionais – o “Ano de Portugal no Brasil” e o “Ano do Brasil em Portugal”.

Eventos ainda moldados numa filosofia de relacionamento entre Estados vinda do passado, de que as Exposições Universais serão talvez o exemplo mais emblemático⁹⁰, estas iniciativas (como o autor pôde constatar ao participar de reuniões preparatórias conjuntas) ressentiram-se claramente dos efeitos da crise financeira de 2008, então ainda em pleno desenvolvimento.

Não houve grandes cerimónias oficiais, nem eventos particularmente espetaculares ou expressivos, tudo decorrendo de acordo com as possibilidades de cada um. Ainda assim, a forma como as coisas se configuraram ilustra bem o *relacionamento absolutamente assimétrico* existente entre Portugal e Brasil, em particular na área da cultura e do entretenimento mediático.

Tendo acompanhado por dentro o lançamento da iniciativa, enquanto responsável pela área dos *média* na Embaixada de Portugal em Brasília, o autor pôde observar como da parte portuguesa a carência de meios determinou toda a posição adotada. Com exceção de um ou outro evento específico – como a Cerimónia de Abertura, em Brasília – prevaleceu uma opção minimalista, traduzida basicamente no aproveitamento das iniciativas ou eventos que já estavam em marcha ou programados por diferentes organizações, limitando-se a organização a garantir que iriam decorrer sob a bandeira ou com o selo do Ano de Portugal. Ainda assim, foi possível mapear centenas de eventos, garantindo que a maioria decorresse sob a égide do Ano, organizados em torno de cinco grandes eixos temáticos: cultura, ciência, tecnologia/ inovação, economia/ desenvolvimento empresarial e desporto.⁹¹ Com uma lacuna notável – a comunicação.

Em contrapartida – como o autor também pôde observar – o Brasil, através do seu Ministério da Cultura e com o empenho pessoal dos mais altos responsáveis – concebeu, programou e executou uma série de ações destinadas a projetar ainda mais, com apoio estatal, os seus já renomados artistas, alargando o leque apresentado por forma a dar a conhecer em Portugal a diversidade da cultura brasileira. Os temas centrais recorrentes são sempre os do “grande desconhecimento mútuo”, como salientou na altura o Comissário-Geral do Brasil, Antonio

⁹⁰ EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS: “As exposições internacionais condensaram o que o século XIX entendeu como modernidade: o progresso construído sobre a ciência e a indústria; a liberdade entendida como livre mercado; o cosmopolitismo baseado na idéia de que o conhecimento humano e a produção seriam transnacionais, objetivos e sem limites” – in Fundação Getúlio Vargas CPDOC, disponível aqui: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenariIndependencia/ExposicoesUniversais>

⁹¹ *Ano de Portugal no Brasil e Ano do Brasil em Portugal* – Comunicado da Embaixada de Portugal no Brasil, Brasília, setembro de 2012.

Disponível aqui: http://www.embaixadadeportugal.org.br/noticias/noticia.php?cod_noticia=91

Grassi: “Há um desconhecimento muito grande por parte dos brasileiros, em todas as áreas, do Portugal contemporâneo. Por outro lado, a nossa grande diversidade musical também não ecoa em terras lusitanas”⁹².

Da parte portuguesa, notou-se, por outro lado, uma contradição – aliás frequente nas ações de promoção levadas a cabo pelo Estado. Primeiro, o objetivo proclamado é sempre o de “expor o Portugal moderno”. Objetivo louvável, por forma a contrariar a imagem de atraso que os brasileiros tinham antes muito firmada sobre Portugal e ainda hoje de alguma forma persiste. A investigadora portuguesa Susana Costa e Silva, da Universidade Católica do Porto, que em 2012, em colaboração com a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, coordenou *in loco* uma pesquisa sobre a imagem de Portugal no Brasil, disse-nos que ainda em 2012/2013, os alunos brasileiros com quem trabalhou “tinham de Portugal a ideia de um país antiquado, não muito inovador, retrógado e saudosista, sempre na cauda da Europa. Daí que Portugal surja quase sempre como segunda opção quando se trata de escolher onde fazer um curso ou um doutoramento. Isso acontece, em grande parte, porque há pouca informação e o que fica e se tende a perpetuar são ideias que vêm lá do começo do século passado, dos anos 30. Ideias que só agora começam a mudar”⁹³.

Foi justamente essa ideia antiquada aquilo que o Comissário-Geral do Ano de Portugal no Brasil, Horta e Costa, afirmou que Portugal queria ver mudado, sendo o grande objetivo “principalmente, atualizar a imagem de Portugal, como um país moderno, tecnologicamente avançado, com um vasto património histórico e uma importante produção cultural moderna e contemporânea”⁹⁴ Mas depois, na prática, como frequentemente acontece, a tónica dominante da cerimónia de abertura acabou por ser confiada... ao fado. Ainda que surja agora aureolado pela consagração como património imaterial pela Unesco⁹⁵, o fado não deixa de transmitir uma imagem mais tradicional do que propriamente contemporânea e inovadora.

O lançamento do Ano de Portugal no Brasil foi assinalado precisamente com um espetáculo de fado a cargo de Mariza, ao lado da brasileira Roberta Sá, depois replicado, no Rio

⁹² Ver http://www.embaixadadeportugal.org.br/noticias/noticia.php?cod_noticia=91

⁹³ Susana Costa e Silva, da Universidade Católica do Porto em depoimento ao autor da tese, em 21-07-2015.

⁹⁴ Ver *Lançados o Ano de Portugal no Brasil e o Ano do Brasil em Portugal*, in Funarte-portal das artes, aqui: <http://www.funarte.gov.br/funarte/lançados-o-ano-de-portugal-no-brasil-e-o-ano-do-brasil-em-portugal/>

⁹⁵ Ver *Fado já é património mundial*, jornal Público, 27/11/2011, aqui: <https://www.publico.pt/2011/11/27/culturaipilon/noticia/o-fado-ja-e-patrimonio-mundial-1522758>

de Janeiro, com Milton Nascimento. É curioso notar que os eventos portugueses foram partilhados em palco com artistas brasileiros – expressão da sua hegemonia manifesta no plano das relações bilaterais e de um modo geral no domínio das relações no conjunto dos países lusófonos. Por outro lado, boa parte das escassas notícias sobre o evento nos média brasileiros tiveram por origem despachos da... agência espanhola de notícias *EFE* (!) – claro indício da ausência dos média portugueses do mercado brasileiro, em particular da agência portuguesa de notícias *Lusa*. Por fim, é também de assinalar o nulo escrutínio por parte da imprensa portuguesa em relação ao evento – nenhuma análise, nenhum olhar crítico, nenhuma contextualização de fundo sobre a importância ou desimportância do evento no contexto das relações culturais com o Brasil, o que também não deixa de ser revelador.

O que mais salta à vista, entretanto, em termos comunicacionais, é o *tratamento mediático acentuadamente diferenciado num e noutra país: enquanto em Portugal as iniciativas brasileiras tiveram sempre amplarepercussão, no Brasil a publicitação das iniciativas portuguesas foi extremamente limitada e relegada*, em pequenas notas, para as páginas interiores de turismo, gastronomia ou espetáculos (por vezes mesmo só na versão online dos grandes média). Como esta nota, por exemplo, na *Folha de São Paulo* de dia 17 de fevereiro de 2013, que aqui reproduzimos a título meramente exemplificativo:

EXPOSIÇÕES

A Arte da Tapeçaria – Tradição e Modernidade Integrante das comemorações do Ano de Portugal no Brasil, a mostra reúne 48 peças que revisitam as técnicas de tapeçaria do país.⁹⁶

Nenhuma referência especial, nenhum destaque – tudo inserido no imenso magma geral das iniciativas e eventos de carácter cultural em curso no país. A diferença entre o tipo de tratamento dado pela imprensa brasileira aos eventos do(s) Ano(s) de Portugal e do Brasil e a forma como os média portugueses acompanharam e cobriram esses mesmos eventos foi verdadeiramente abissal. Enquanto um jornal português como o *Público* dedicou ao Brasil vastíssimo número de reportagens – o *Ano Grande do Brasil*⁹⁷ – que se prolongaram ao longo de todo esse ano, com enviados especiais a diferentes regiões do país, a cobertura de um jornal

⁹⁶ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/guia/ex0803201302.shtml>

⁹⁷ Ver <https://www.publico.pt/ano-grande-do-brasil>

idêntico no Brasil – a *Folha de São Paulo* – limitou-se a pouco mais de duas dezenas de pequenas referências dispersas como aquela que transcrevemos acima, sem qualquer destaque especial.

Num país tão grande e diferenciado como o Brasil, se não existir uma ação programada e sustentada ao longo do tempo em termos de comunicação, com acontecimentos expressivos, tudo fica “diluído no meio de mil outras coisas que acontecem no Brasil a toda a hora”, como afirmou, na altura, em declarações à TV Futura⁹⁸ a jornalista e escritora Leonor Xavier (1943), autora de *Portugueses do Brasil e brasileiros de Portugal* (2016).

Um tanto paradoxalmente, acontecimentos como o Ano de Portugal e o Ano do Brasil, sem deixarem naturalmente de contribuir para algum eventual conhecimento adicional das realidades respetivas em nichos específicos, acabam também por revelar as *insuficiências da comunicação* entre os dois países – altamente assimétrica em favor do Brasil em termos de divulgação da sua arte e da sua cultura em Portugal e totalmente desfavorável a Portugal em termos de publicitação no Brasil, o que não deixa de expressar o diferente nível de interesse de cada um dos países pelo outro. Portugal conferindo atenção prioritária e de enorme destaque ao Brasil, o Brasil relegando Portugal para a fila geral, sem qualquer destaque ou atenção particulares.

Embora se possa questionar o interesse que possam ter iniciativas deste género, algo datadas, numa época em que tudo mudou em termos de tecnologias da informação e formas da comunicação, não se exclui que elas ainda possam oferecer um quadro propício a uma maior aproximação recíproca. Mas, para isso, o empenho político e o investimento financeiro mútuos teriam de ser bem maiores. Não desfrutando da atenção garantida dos média brasileiros (ao contrário daquela que é sempre concedida pelos média portugueses para eventos, figuras públicas e estrelas globais do Brasil) Portugal teria obviamente, para melhor aproveitar a potencialidade ensejada por tais eventos, que investir muito mais em termos de informação e comunicação.

De qualquer forma, pelo seu intrínseco carácter esporádico, realizações do tipo “Ano de...” não resolvem, só por si, como é óbvio, o problema de fundo do *estranhamento* e só aparentemente solucionam o da *(in)comunicação*. As razões profundas do *estranhamento* continuam lá,

⁹⁸ Leonor Xavier, em declarações à *TV Futura* em 27-02-2013. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=kesv3gpYj-c>

consolidadas que estão na História e assumidas que foram, como vimos, pelo sistema de ensino e pelos média, que as reproduzem repetidamente, cristalizando-as no imaginário nacional; as insuficiências da informação/comunicação também não desaparecem com esse tipo de realizações. Enfim, por mais meritória que seja a ampliação momentânea do interesse e atenção pelo outro (bastante limitados devido ao olhar distanciado e desinteressado dos média, no caso do Brasil), esse tipo de eventos arrisca-se até – se houver reiteração dos estereótipos - a acentuar o *estranhamento* e a *(in)comunicação*.

A abissal diferença entre a cobertura mediática de Portugal e do Brasil no que respeita ao Ano de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal, respetivamente, está longe de ser um caso isolado – reflete, pelo contrário, uma situação generalizada. Escassa atenção mediática brasileira em relação a Portugal e atenção permanente dos média portugueses sobre o que se passa no Brasil – esta é a regra. Há, é certo, algumas rubricas e alguns *blogs* em jornais brasileiros de grande circulação que mantêm uma estreita ponte de ligação/observação em relação ao que se passa em Portugal; mas são escassos, e o olhar, mais do que sobre Portugal, centra-se com frequência sobretudo nos *brasileiros em Portugal*⁹⁹. É o caso, por exemplo, das notícias – frequentes nos órgãos da Rede Globo – sobre a movimentação dos seus artistas globais, incluindo alguns portugueses convidados¹⁰⁰, quando estes trabalham, transitam por ou se radicam em Portugal¹⁰¹.

Por outro lado, o olhar português sobre o Brasil, ainda que seja imbuído, muitas vezes, de alguns estereótipos como os assinalados acima (alguns deles cultivados, aliás, pelo próprio Brasil como forma de promoção externa – país exótico, de natureza exuberante e cultura diversificada) não deixa de ser, quase sempre, um olhar benigno, como regista o estudo de Bruno Viana, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, realizado em 2012 e 2013 (Viana, 2015). Como aí se mostra, trata-se de uma atenção continuada, com prevalência dos temas de Cultura, Política e Casos Pessoais (personalidades do mundo das artes e/ou do desporto e até da política) e, finalmente, Economia, numa perspetiva de eventual interesse dos empresários portugueses pelo

⁹⁹ Ver a título de exemplo, a rubrica *Ora pois – um olhar brasileiro sobre Portugal*, no jornal *Folha de São Paulo*, que pode ser acessada aqui: <https://orapois.blogfolha.uol.com.br/>

¹⁰⁰ Ver *5 atores portugueses que fazem mais sucesso no Brasil do que lá fora*, in *VIX/POP*. <https://www.vix.com/pt/entretenimento/545801/5-atores-portugueses-que-fazem-mais-sucesso-no-brasil-do-que-la-fora>

¹⁰¹ Ver *Atores fazem sucesso em Portugal e falam como é viver no país ganhando em euro*, in jornal *Extra*, aqui: <https://extra.globo.com/famosos/atores-fazem-sucesso-em-portugal-falam-como-viver-no-pais-ganhando-em-euro-21429717.html>

mercado brasileiro. Desta repartição do interesse da imprensa portuguesa analisada (jornais *Público* e *Diário de Notícias*) ressalta a importância que tiveram e continuam a ter (ainda que de forma menos acentuada do que registaram nos anos 70/80 do século passado) as telenovelas brasileiras, cujos atores são conhecidos e altamente apreciados pela generalidade do público português. As imagens mais negativas habitualmente associadas ao Brasil – violência urbana, corrupção, inoperância das instituições públicas e desigualdade social merecem, no conjunto, menos espaço e relevo, o que leva o autor do estudo a concluir que “a imagem de um Brasil violento e inoperante não é tão forte em Portugal, conforme costuma ser no âmbito do jornalismo internacional”. Uma realidade que já vem de trás, como sublinha a pesquisadora Isabel Ferin Cunha (2000), citada neste estudo, já que “a cultura brasileira sempre foi bastante valorizada em Portugal: desde meados do século XX, as rádios mantinham programas regulares de divulgação da MPB – Música Popular Brasileira –, bem como era comum ver livros de escritores brasileiros sendo *best-sellers* em Portugal. O teatro brasileiro também não deixava por menos e alcançava bons públicos quando se apresentava em terras lusitanas” (Cunha, 2000).

Nada disto, porém, anula o sentimento de *estranhamento* e *(in)comunicação*, porque – como explica Lourenço, o Brasil, no seu incessante “abrasileiramento” do passado, se afasta em permanência da cultura portuguesa, não sentindo necessidade “de regressar às fontes ou de comunicar com a cultura portuguesa”. Não só porque esta evolui a um ritmo e segundo paradigmas diferentes dos que eram comuns a Portugal e a esse outro Portugal que o Brasil era nos séculos XVII e XVIII, mas também porque, já antes, as presenças africana e índia impunham – em sentido próprio e figurado – uma cor nova e, com ela, “o fermento de uma diferença que o tempo modificou e transfigurou em indiscutível singularidade”. Tudo razões que explicam – conclui Lourenço – “essa espécie de *não-laço que, no plano cultural e sobretudo no da comunicação profunda, existe hoje entre o Brasil e Portugal*” (Lourenço, 2004, pp.150-151) (sublinhados nossos)

Situações de incompreensão mútua – reiteração dos estereótipos

Poucas são as pesquisas que se têm debruçado sobre a relação conflituosa de brasileiros vivendo em Portugal e portugueses residindo no Brasil. Mas os trabalhos que têm surgido sublinham justamente o *estranhamento* que resulta do confronto entre duas identidades/culturas

diferenciadas, que embora se comuniquem numa mesma língua/cultura não se ajustam facilmente.

Em *Língua e efeitos de estranhamento: modos de (vi)ver o outro*, Maria José Coracini dá conta de relatos complementares e diversos de quatro brasileiros vivendo em Portugal nos quais perpassam sentimentos de estranheza em relação à língua e ao modo de falar e de estar e se expressar também os habituais estereótipos: os portugueses “são estúpidos por natureza, ignorantes, mesmo/ do jeito que a gente é simpático eles são estúpidos”. Os interlocutores oscilam entre recusa de adaptação e concomitante vontade de regressar, por um lado, e esforço de integração que leva a uma ilusória dupla identidade, na medida em que se pretende simultaneamente não perder as referências anteriores. O personagem em questão – escreve a autora – “não é mais brasileiro, ou melhor, mineiro, nem português, ou melhor, lisboeta, mas encontra-se em trânsito, entre línguas-culturas, *entre múltiplos estranhamentos*, entre o que era e o que é” (Coracini, 2009, p. 486) (sublinhado nosso) Tanto como os que vieram para ficar como os que estão só de passagem, o primeiro grande *estranhamento* é o da língua, já que esta é a mesma, mas não é a mesma ou não é tão a mesma, há vocábulos desconhecidos, gírias que se ignoram, pronúncias que não se entendem, termos que não coincidem; depois, é claro, os hábitos são distintos, diversas as maneiras de ser e de estar, o que também causa desconforto, numa mescla estranha: “A língua, a arquitetura, a culinária portuguesas apontam para identificações que se manifestam por sensações de estranhamento: o familiar parece estranho e o estranho parece familiar” (Coracini, 2009, p. 489). Mas se todos esses *estranhamentos* e dificuldades de adaptação geram em alguns sentimentos de rejeição e vontade de regressar ao Brasil, outros há que se rendem e acabam por adorar, chegando a ter saudades antecipadas por terem de um dia deixar Portugal.

Cada um desses discursos – diz-nos ainda a autora – é atravessado por estereótipos, que, por serem reiterados ao longo dos anos, seja através de piadas ou de apreciações subjetivas, se congelam e se fixam, no imaginário do sujeito, como portador de verdades inquestionáveis:

Esses estereótipos, sempre generalizantes, dificultam ou facilitam o contato com o outro, dependendo das experiências que os reforçam ou enfraquecem, possibilitando, inclusive, uma forte mudança no modo de se ver e (vi)ver o outro. Esse já-dito tanto diz respeito ao português quanto ao brasileiro: o português não é inteligente, é bruto e mal educado; o brasileiro é inteligente, simpático, educado, receptivo... (Coracini, 2009, p. 495)

No mesmo sentido vai a pesquisa desenvolvida por Hélio Frank de Oliveira, das universidades estadual e federal de Goiás. Num enquadramento teórico balizado pelos estudos de Bakhtin (que entende a linguagem como fenómeno intensamente marcado pelo contexto social, histórico e ideológico, no qual o sujeito se constitui a partir de relações discursivas instauradas pela dialogia “outro / eu“) (Bakhtin, 2004); e também de Hall, para quem as identidades culturais “são multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagónicas” (Hall, 2009, p. 108). O autor enfatiza – como já fizera Coracini – que “brasileiros e portugueses, ainda que possuam como aspecto comum a língua portuguesa, normalmente deixam de se entender por aspectos outros que não as diferenças de sotaque, vocabulário e variantes sintáticas da língua” (Oliveira, 2012, pp. 74-75).

“Mães de Bragança”

Um caso emblemático de profunda diferença de atitudes, conflito de visões e formas de estar ocorreu, a certa altura, no norte de Portugal, quando um grupo de mulheres portuguesas criou um movimento intitulado “Mães de Bragança”, que se insurgiu contra a presença de mulheres brasileiras em bares de prostituição da região, acusadas de desestabilizarem as suas vidas familiares pela atração fatal que exerciam junto dos seus maridos. O assunto foi capa da revista *Time*, em outubro de 2003, tendo assim obtido grande repercussão nacional e internacional¹⁰². Estavam em confronto dois tipos de comportamento – um mais tradicional e conservador, outro mais desinibido e menos submetido aos ditames morais conservadores. O que é curioso é que de um lado e do outro houve recurso a práticas encantatórias, com as quais se procurava obter certos resultados – fosse a conquista/sedução dos homens ou a sua recuperação para as estritas normas conjugais das quais andavam “extraviados e perdidos”. O sociólogo José Machado Pais fez do acontecimento um “*case study*” no qual assinala que as jovens brasileiras – pela sua condição de estrangeiras, sedutoras, e imigrantes foram consideradas “como um factor de perturbação da ordem” (Pais, 2010).

De alguma forma, o episódio de Bragança veio renovar a velha imagem edénica do Brasil,

¹⁰² Ver “Prostituição brasileira em Bragança faz capa da ‘Time’” – jornal *Público* de 14 de outubro de 2003. Retirado de <https://www.publico.pt/2003/10/14/sociedade/noticia/prostituicao-brasileira-em-braganca-faz-capa-da-time-1170625#gs.UblHboUT> e “Autoridades de Bragança indignadas com capa da revista ‘Time’” – jornal *Público* de 15 de outubro de 2003. Retirado de <https://www.publico.pt/2003/10/15/jornal/autoridades-de-braganca-indignadas-com-capa-da-revista-times-206501#gs.7LOTRg5c>

onde os portugueses tinham a aguardá-los, desde a chegada das caravelas, índias sedutoras sem sombra de pecado – uma sedução que se prolongou depois no relacionamento dos senhores de engenho com as escravas e as mulatas e agora se objetivou no estereótipo da mulher brasileira como descomplexada, erótica, sedutora e acessível. No ambiente restrito de uma cidade do interior, profundamente conservadora, o episódio deixava uma marca de agitação, com as “Mães de Bragança” a reporem, pelo recurso às autoridades, a ordem perturbada. Em resumo: sedução, aproximação e rejeição, neste encontro Portugal-Brasil de início do novo século, a (re)confirmar a disparidade de comportamentos.

No que respeita à comunidade lusa no Brasil, a nossa própria pesquisa confirmou a existência de clima de *estranhamento*: todos os portugueses radicados no Brasil ouvidos ao longo do trabalho confirmaram terem sido “vítimas das anedotas”, rodeados que foram, sobretudo no início, por um clima de mofina ao qual tiveram que se adaptar para se poderem integrar. Alguns acabaram até, com essa finalidade, por se tornarem eles próprios “especialistas de anedotas de portugueses” a fim de mostrarem que não se sentiam minimamente afetados.

Mas houve também mais do que isso. De acordo com o relato do engenheiro português radicado no Brasil Manuel Lousada Soares¹⁰³, natural do Porto, com 36 anos de trabalho no âmbito do governo federal, já reformado, algumas pessoas chegaram, no começo, a questionar a sua presença no país, considerando que ele vinha aqui “para tirar o nosso espaço”. Mais tarde, já integrado num ambiente tecnicamente qualificado, sentiu também que não era chamado a situações de maior confiança pelo facto de ser português: “Estava integrado numa comissão, mas nunca me chamavam e eu vi que havia ali uma certa falta de confiança, como se eu fosse estranho em terra estranha”. Num ou noutro caso ficou a dúvida se foi preterido por ser português ou por não pertencer ao partido no poder naquele momento. Em todo o caso, uma certeza:

Sinto que há uma certa falta de entendimento, tanto do lado do Brasil, como do lado de Portugal, das oportunidades que as relações de língua e tradição cultural poderiam permitir no campo económico. Falta perspicácia do lado brasileiro e falta perspectiva dos dois lados.

De acordo com Lousada Soares, um outro fator que complica o relacionamento – sobretudo depois da entrada de Portugal na União Europeia – “é a atitude altiva, diria mesmo

¹⁰³ Manuel Lousada Soares em depoimento pessoal recolhido pelo autor, em Brasília, no dia 07-04-2015.

arrogante, de muitos portugueses que vêm ao Brasil, considerando-se superiores por pertencerem ao primeiro mundo...”.

Este tipo de atitude negativa, de que frequentemente os brasileiros se queixam em relação aos portugueses, constitui um dado da maior importância, que terá de ser devidamente encarado e levado em conta na medida em que afeta diretamente o relacionamento bilateral, prejudicando a comunicação. Como assinala Moinet,

apesar de ser frequentemente utilizada nos discursos mediáticos, a noção de arrogância permanece pouco analisada. Além da invectiva que ela em geral constitui, a arrogância merece ser considerada, no nosso entender, do duplo ponto de vista da incomunicação e da impostura estratégica. Negando a interação e misturando desdém e desprezo, a arrogância revela a força da relação que existe entre informação, comunicação e estratégia. (Moinet, 2012, p. 177)

Os intelectuais de um e outro país também se queixam mutuamente de serem tratados pelos seus pares com soberania, com sentido de superioridade. Um sentimento que, naquilo que respeita ao Brasil, segundo o português Eduardo Lourenço, já viria de muito longe. Sublinhando o facto de que os brasileiros se consideram *filhos de si mesmos*, acentua: “Nem é caso novo. Já nos princípios do século XVII, os *portugueses de lá* – que são na sua origem os brasileiros enquanto actores e construtores do que pouco a pouco será o Brasil – se consideravam *outros (e superiores...)* aos portugueses de cá” (Lourenço, 2004, p. 136) (sublinhado nosso). Uma situação, entretanto, contraditória e ambígua, pois, como vimos, ao mesmo tempo que as camadas sociais dominantes – a chamada “nobreza da terra” – tendiam, efetivamente, a considerar-se superiores aos reinóis e à metrópole (no Brasil de tudo havia mais e melhor do que em Portugal, como referem já os primeiros cronistas), era com eles que se identificavam por contraposição aos índios e aos escravos, para os quais olhavam com desprezo ou nem sequer consideravam.

Por seu turno, o brasileiro Amado Cervo considera que, no domínio da cultura, hoje, “Portugal mantém distância do Brasil”, o que se traduziria não só na continuação, nos meios intelectuais e políticos lusos, de uma visão gilbertiana da lusofonia (lusocêntrica), mas também nesta circunstância: “Os intelectuais de Coimbra – afirma – mantêm e perpetuam o sentimento de *superioridade cultural* relativamente à intelectualidade brasileira, as editoras não publicam e o público não lê autores brasileiros, com raras exceções” (Cervo, 2011, p. 116) (sublinhado nosso).

Diálogo de surdos e diálogo intercultural

A persistência de estereótipos e pontos de vista conflitantes, resultando numa espécie de continuado diálogo de surdos entre Portugal e Brasil, gerando difícil adaptação social mútua cada vez que imigrantes de um e outro país procuram integrar-se – apesar de todo um fundo histórico comum, ainda que contraditório; da língua/cultura que ambos partilham até certo ponto e dos laços de sangue, mesmo diversos, que os aproximam – levanta a questão de saber se o diálogo intercultural entre eles é possível, ou se estaremos condenados a nunca verdadeiramente nos entendermos.

Os resultados das pesquisas teóricas nesta área – Winch (1970), Pitkin (1984) Wittgenstein (1988), e Habermas (1999/2002) – permitem defender a possibilidade de um conhecimento intercultural com base em confluências que vão para além das diferenças que distinguem uma cultura da outra.

Neste, como noutros casos, o etnocentrismo europeu e de uma forma mais abrangente, o *logos* ocidental hegemónico, ao se apresentar como modelo único e único discurso verdadeiro, desconsiderando contextos étnicos e culturais diversos, outras formas de racionalidade e outras narrativas, é certamente um obstáculo. Mas o reverso também é verdadeiro: quando outras narrativas, ainda imbuídas de ressentimento pelos traumas do passado causados pelo expansionismo europeu se recusam a olhar, conhecer e compreender o outro no seu processo histórico. É o que acontece, como vimos, na forma como os manuais escolares brasileiros tratam o período histórico do início da colonização – com destaque para a descrição do modo de vida das populações indígenas e escassa ou nula atenção às condições sociais, políticas, culturais e tecnológicas da sociedade portuguesa/europeia da época.

Hoje em dia, com a intensificação dos fluxos culturais (bens simbólicos) e humanos, à escala de milhões de pessoas entre os vários continentes, provocando o confronto entre diferentes perspectivas, não é mais possível sustentar padrões únicos etnicamente centrados. Como escreve Alberto Maldonado, “o impacto supõe uma miscigenação e, por conseguinte, a presença de modos discursivos e compreensões de outra cultura presentes na nossa. O isolamento e o ‘purismo cultural’ são pouco prováveis num mundo em crescente inter-relação” (Maldonado, 2005, p. 119). Daí a pertinência da observação de Wittgenstein (1988) com respeito aos pensadores ocidentais:

eles não compreendem a magia de outros povos; muitas vezes captam a maioria das regras dos jogos de outras culturas, porém não conseguem compreender o espírito do jogo, a essência vital, lúdica, filosófica, agonística, epopéica e dramática desses jogos. Uma observação que pode, entretanto, ser aplicada também a outras narrativas e culturas, igualmente convocadas a abrir-se para compreender o Outro.

Como defende Milton Bennett, a aprendizagem intercultural é tarefa que cabe a todos, essencial para que todos possamos viver em paz. Concretamente, impõe-se que todos desenvolvam “inteligência contextual”, adquirindo “competência intercultural”. Mais importante do que falar a mesma língua, é entender o contexto de cada situação: “Quanto mais rápido todos conseguirem reconhecer esse contexto, e quanto mais rápido conseguirem mover-se por contextos diferentes, mais fácil será a comunicação entre as pessoas” (Bennett, 1993).

O desafio é esse e o exemplo pode ser visto nos acontecimentos do dia 22 de abril de 1500. Afinal, nesse momento, em Porto Seguro, quer portugueses quer indígenas deram provas de capacidade intercultural. É certo que, depois disso, muito sangue correu sob as pontes, acumulando-se incompreensões, ódios e ressentimentos, que haveriam de conduzir, mobilizados que foram pelos *portugueses de lá* para justificar a separação em relação aos *portugueses de cá*, em sentimentos de estranheza e incomunicação. Mas, volvidos dois séculos sobre a separação, já sem motivo para que o Brasil possa em boa verdade sentir qualquer ameaça à sua independência e integridade vinda de Portugal e vice-versa, não haverá aí espaço para superação?

7.6. O enigma decifrado?

Apesar da permanência dos sentimentos de *estranhamento* e *(in)comunicação*, num aparente paradoxo, as relações políticas, sociais, culturais e comerciais bilaterais permanecem intensas e têm até registado avanços importantes nalgumas áreas. Daí que se possa falar – como referido na Introdução – de um “estranho estranhamento”, dado que ele ocorre num contexto que em princípio lhe seria adverso.

Em primeiro lugar, porque tem havido uma intensificação dos contactos de parte a parte. No final do século passado, houve uma forte corrente de emigração brasileira para Portugal e,

hoje, mais brasileiros – agora das classes média e média alta – instalam-se no país¹⁰⁴, que escolhem pelo padrão de vida, pela segurança e, claro, também pela língua. Pelo meio, quando eclodiu a crise financeira mundial de 2008 (e agora, também mais recentemente¹⁰⁵), muitos brasileiros regressaram ao país, ao mesmo tempo que uma “avalanche” de portugueses rumava ao Brasil¹⁰⁶. De acordo com o Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo do SEF de 2017, existem 85.426 brasileiros residindo legalmente em Portugal, representando 20% da totalidade de estrangeiros radicados no país. É a maior população de imigrantes em Portugal, sendo o número total, incluindo os que se encontram em situação irregular, reconhecidamente superior (SEF, 2017).

Depois, porque tem havido igualmente importantes investimentos cruzados, de que foram exemplo, no final dos anos 1990, a entrada de capital português no setor das telecomunicações brasileiras e mais tarde (2012) a criação de uma fábrica da Embraer em Portugal. (Ataíde, 2002; Chechella, 2011)¹⁰⁷. Nessa medida, com mais empresários portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal, seria expectável que o estranhamento tendesse a se dissipar e a comunicação a intensificar-se.

O facto de a TAP – Transportadora Aérea Portuguesa – ter hoje cerca de 70 voos semanais de uma dezena das maiores cidades do Brasil para Lisboa e Porto (desmultiplicados em acordos de parceria com companhias aéreas brasileiras)¹⁰⁸, traduz bem a intensidade das relações sociais, que abrangem, além dos contactos empresariais, pessoais e familiares, de turismo e institucionais,

¹⁰⁴ Ver, por exemplo, “Número de brasileiros em Portugal volta a subir depois de seis anos” – jornal *Folha de São Paulo*, 29 de junho de 2018. Retirado de <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/numero-de-brasileiros-em-portugal-volta-a-subir-depois-de-seis-anos.shtml> e também “Empreendedores brasileiros se estabelecem em Portugal” – jornal *O Globo*, de 12-02-2019. Retirado de <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/empreendedores-brasileiros-se-estabelecem-em-portugal-23439943>

¹⁰⁵ Ver “Não era como imaginava: Cresce número de brasileiros que pedem ajuda para voltar de Portugal” – in *UOL Notícias* de 17-08-2018. Retirado de <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/empreendedores-brasileiros-se-estabelecem-em-portugal-23439943>

¹⁰⁶ Ver “A avalanche dos novos portugueses no Brasil” – jornal *Público* de 29 de dezembro de 2011. Retirado de <https://www.publico.pt/2011/12/29/sociedade/noticia/a-avalanche-dos-novos-portugueses-no-brasil-1526845#gs.MYBq6Jzo>

¹⁰⁷ Ver também “Investir em Portugal – Casos de sucesso: Embraer” – Boletim da AICEP/Portugal Global. Retirado de <http://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/CasosSucesso/Paginas/Embraer.aspx> e “Portugal e Brasil assinam acordo de cooperação bilateral” – Agência Brasil, 27/06/2018. Retirado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-06/portugal-e-brasil-assinam-acordo-de-cooperacao-bilateral>

¹⁰⁸ Ver “Avianca Brasil e TAP Portugal anunciam acordo de compartilhamento de voos”. Retirado de <https://www.avianca.com.br/-/avianca-brasil-e-tap-portugal-anunciam-acordo-de-compartilhamento-de-voos>

com relevo para a aproximação académica bilateral e no quadro da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). O número de turistas brasileiros em Portugal tem vindo aliás a crescer nos últimos anos, estimando-se que ultrapasse a marca de um milhão em 2019 (foram 870 mil em 2017 e cerca de 950 mil em 2018)¹⁰⁹.

Por outro lado, o número de estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal aumentou exponencialmente desde 2005, superando os 12.000 já em 2017. Dados e estudos oficiais das instituições de pesquisa portuguesas atribuem esse aumento a um conjunto variado de fatores – da concessão de bolsas ao crescimento do número de imigrantes brasileiros passando pelo acesso a mais de três dezenas de universidades através da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).¹¹⁰ Também o número de médicos brasileiros a residir em Portugal tem vindo a aumentar.¹¹¹

A Globo descobre Portugal

Na esfera do entretenimento mediático, os portugueses passaram a ter acesso, desde 1977, às telenovelas da Globo (primeiro ainda no canal público RTP, depois no canal privado SIC), tendo as primeiras delas – *Gabriela, Cravo e Canela* e *Roque Santeiro* – obtido êxito estrondoso. À hora da exibição, literalmente o país parava. Mais do que isso, porém; como escreve Isabel Ferin Cunha (s/d), em estudo sobre o tema,

os jornalistas e o público, entrevistado pelos diversos jornais, vão-se dando conta da sofisticada indústria que produz a telenovela, a qual é identificada, posteriormente, como um género televisivo e não, apenas, como uma mera adaptação televisiva de um romance de Jorge Amado, uma indústria que produz simultaneamente música, cinema, *shows* e um *star system* próprio, ao mesmo tempo que promove a Literatura e o Teatro brasileiros.

¹⁰⁹ Ver “Portugal estima ultrapassar marca de um milhão de turistas brasileiros em 2019” – Mercado&Eventos de 22-02-2019. Retirado de https://www.mercadoeventos.com.br/destaque/_slideshow/portugal-estima-ultrapassar-marca-de-um-milhao-de-turistas-brasileiros-em-2019/

¹¹⁰ Ver “Dispara número de estudantes brasileiros em Portugal” – jornal *O Globo* de 13-07-2018. Retirado de <https://3a%2F%2Foglobo.globo.com%2Fmundo%2Fdispara-numero-de-estudantes-brasileiros-em-portugal-ja-sao-mais-de-12-mil-22881931> E “Portugal aposta em brasileiros para impulsionar universidades” – jornal *Folha de São Paulo* de 04-06-2018. Retirado de <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/portugal-aposta-em-brasileiros-para-impulsionar-universidades.shtml>

¹¹¹ “Dispara o número de médicos brasileiros a vir para Portugal” – jornal *Diário de Notícias* de 22-07-2018. Retirado de <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/22-jul-2018/interior/dispara-o-numero-de-medicos-brasileiros-a-ir-para-portugal-9618015.html>

Esta descoberta deixou a semente para o que seria, alguns anos mais tarde, o lançamento de uma indústria portuguesa própria capaz de colocar no mercado produtos de qualidade dentro do mesmo género televisivo. Mas também houve polémica, com alguns setores a contestarem o facto de a televisão pública, paga com dinheiro público, à qual compete a divulgação da cultura feita em Portugal por portugueses estar, afinal, a promover vivências culturais e modos de falar brasileiros. Mas a verdade é que o público português foi extremamente receptivo à proposta das telenovelas da Globo, com cujos temas e conteúdos se identificou. Tais conteúdos, além de expressos numa língua comum, traziam também – escreve Férin – “um imaginário comum, de mitos, heróis, acontecimentos, paisagens, recordações e saudades”, permitindo assim facilmente a sua identificação por todos os portugueses. Se acrescentarmos a isso a fácil percepção da pronúncia brasileira – mais aberta e acentuada – a par de um erotismo difuso sabiamente cultivado pela encenação e pelos atores, percebem-se as razões do êxito que as telenovelas brasileiras tiveram e ainda têm em Portugal.

Depois, quando, em 1992, foi criada a primeira estação privada de televisão no país – a Sociedade Independente de Comunicação – SIC (com 15% de participação da TV Globo no capital), as telenovelas brasileiras foram determinantes na luta pela conquista do mercado. Em pouco tempo, a SIC conseguia – graças à informação mais descomprometida com o poder, mas muito, também, graças às telenovelas brasileiras (que, em 1994, a Globo retirou da RTP e entregou em exclusivo à SIC) derrubar a tradicional hegemonia histórica da estação pública, protegida até aí pelo monopólio, e passar a liderar as audiências.

Além desse contributo para a luta de audiências, as telenovelas brasileiras tiveram ainda a virtude de estimular a produção desse género televisivo em Portugal (algumas, aliás, em colaboração com a estação brasileira) que passaram a integrar a programação de todos os canais. São fenómenos como este que levam pesquisadores (no campo dos *estudos culturais e culturais críticos*) das complexas sociedades contemporâneas (Morin, 1986; 2000; Giddens, 1991; Bauman, 2001; Wallerstein, 1996) – marcadas pela expansão das tecnologias da comunicação e a intensificação das migrações – a traçar uma analogia entre a Comunicação enquanto espécie de campo epistemológico migrante, uma interdisciplina por excelência, e a interculturalidade movida pelos meios de comunicação – seu preferencial objeto de estudo. Como escreve Maria Immacolata Vassallo de Lopes,

Se, por um lado, as identidades parecem irreduzíveis, por outro, os negócios e trocas mediáticas crescem cada vez mais. Perguntamo-nos então se o caso da telenovela não seria um fenômeno de integração multicultural auspiciada pelos meios de comunicação. (Lopes, 2006, p. 147)

Ainda no domínio do entretenimento, merecem referência, pelo seu grande impacto junto do público jovem, as edições portuguesas do *Festival Rock in Rio*, sempre com muita repercussão mediática, num e noutro país. Lançado em 1985, o Festival já teve – desde 2004 – oito edições em Lisboa, associando assim de forma regular e emblemática duas cidades com fortes laços históricos – uma no Brasil, outra em Portugal –, o que não deixa de acentuar um vínculo entre os dois países, que agora se expressa num evento de repercussão mundial¹¹².

Informação – desenvolvimentos contraditórios

Já no domínio da informação, embora tenha havido desenvolvimentos importantes, o quadro é mais contraditório, assistindo-se a uma reciprocidade altamente assimétrica em favor do Brasil.

A partir de 2006/2007, aparentemente estimuladas pelo crescimento da comunidade brasileira em Portugal, duas grandes redes brasileiras de televisão – Record e Globo – começaram a abordar o mercado mediático português, colocando ambas, um pouco mais tarde (2009), correspondentes em Lisboa e abrindo também na capital portuguesa sedes próprias como base das suas atividades para o conjunto da Europa¹¹³. Tratou-se de um marco, quer para uma quer para outra estação, uma vez que até aí a Record não tinha correspondentes na Europa e a Globo tradicionalmente cobria o velho continente a partir de Londres e/ou Paris. Desde aí, ambas as estações têm visto a sua atividade crescer em Portugal, tendo a Record inaugurado uma nova sede em Lisboa em 2014¹¹⁴ e a Globo alargado recentemente a sua presença para todos os canais

¹¹² Ver “30 Anos de Rock in Rio, jornal Estado de São Paulo”. Retirado de <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/rock-in-rio-30-anos/>. E também “A aventura Rock in Rio começou há 34 anos: uma viagem pela história do festival”. Retirado de <https://mag.sapo.pt/showbiz/artigos/o-primeiro-rock-in-rio-foi-ha-34-anos-uma-viagem-pela-historia-do-festival2>

¹¹³ Ver “Record apresenta correspondente internacional em Portugal” – *VCFAZ*. Retirado de <http://vcfaz.tv/artigo.php?t=87614> e “Rede Globo inaugura sede europeia na cidade de Lisboa, em Portugal” – *Redeglobo.com*. Retirado de <http://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/2011/10/rede-globo-inaugura-sede-europeia-na-cidade-de-lisboa-em-portugal.html>

¹¹⁴ Ver “Record Internacional ganha nova sede em Portugal” – *RecordTV*. Retirado de <http://recordtv.r7.com/video/record-internacional-ganha-nova-sede-em-portugal-536ebc186745ee3fb6002f16/>

de distribuição da TV por cabo, onde os seus programas lideram, muitas vezes, as audiências¹¹⁵.

Também a televisão pública brasileira está presente na TV por cabo em Portugal através da TV Brasil Internacional (inaugurada em 2010), da Empresa Brasil de Comunicação/EBC.

O Brasil tem assim garantida uma presença muito forte no mercado mediático português: para além da grande cobertura *pro bono* – em geral benévola, como vimos acima – de que desfrutam os seus assuntos de toda a ordem nos grandes órgãos de média portugueses (imprensa, rádios e televisões) – está diariamente em todos os canais de distribuição de televisão por cabo através de duas grandes estações privadas e uma pública. Não é pouca coisa.

Reciprocidade assimétrica

Nada de semelhante ocorre, entretanto, com os média portugueses no Brasil, reduzidos que estão, em termos televisivos, à presença das emissões da estação privada SIC, na TV por cabo, e da estação pública portuguesa RTP Internacional – primeiro canal televisivo global em língua portuguesa, emitindo desde 1992 – na TV por satélite. Em 2004, por decisão unilateral da Globo, a RTPi foi retirada da maior rede de distribuição por cabo – a NET, perdendo assim, de um dia para o outro, de acordo com os seus responsáveis, cerca de 2/3 da sua audiência no Brasil. Múltiplos esforços ao longo de mais de uma década – quer por parte da própria RTP quer da diplomacia portuguesa (alguns dos quais o autor pôde acompanhar diretamente) desenvolvidos ao mais alto nível junto da Globo e/ou da NET não tiveram qualquer resultado prático. Desde então, Portugal não conseguiu mais recolocar no Brasil a sua estação pública nos mesmos níveis de visibilidade e audiência anteriores (que tinham saído reforçados na sequência da cobertura da Guerra do Iraque feita pela RTP, reproduzida nalguns canais brasileiros, designadamente, como assinalámos, a TV Cultura de São Paulo).

De qualquer forma, cabe referir que nenhum dos dois canais lusos disponíveis no Brasil tem programação própria para o país, com cuja população as televisões portuguesas pública e privada, portanto, não dialogam e à qual nem sequer se dirigem em termos de promoções e/ou *marketing* geral. A programação de ambas as estações emitida para o Brasil é feita com base nos conteúdos internos de Portugal, sem qualquer esforço de adaptação/apresentação para o

¹¹⁵ Ver “Globo conduz reformulação da marca e dos seus canais em Portugal” – Redeglobo.com. Retirado de <https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/sucesso-na-tv-paga-em-portugal-globo-conduz-reformulacao-de-marca-e-dos-seus-canais-no-pais.ghtml>

mercado brasileiro, sendo por isso vista – quando o é – quase só pelos diferentes núcleos da comunidade portuguesa. Em termos de real comunicação com o Brasil, a sua contribuição é pouco menos que nula.

As atribuições da agência Lusa no Brasil: muita ambição e pouca persistência

Ao longo do último quarto de século – desde meados dos anos 90 até hoje – a agência portuguesa de notícias Lusa fez várias tentativas de se implantar no Brasil. O conjunto desses esforços pode ser dividido *grosso modo* em dois grandes períodos.

O primeiro, aproximadamente de 1995 a 2003, foi fortemente determinado por razões de ordem política e empresarial, mas também de ordem cultural, dada a partilha da língua e a similitude da cultura. Acompanhando a reaproximação registada durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e António Guterres, ideologicamente próximos – quando Portugal decidiu dar início à globalização da sua economia pelo Brasil (Costa, 2009) – a agência Lusa considerou que seria oportuno abrir escritório em Brasília. O contexto e o objetivo eram claramente políticos (o Estado português é o accionista maioritário com 50,14% do capital); mas também havia ideias de negócios relacionados com a língua portuguesa, conforme relatou ao autor o jornalista Alfredo Prado, que na época esteve à frente de todo o processo, em Brasília¹¹⁶. A Lusa – pensava-se – ao instalar-se no Brasil, poderia tirar partido de algumas vantagens relativas de que dispunha, designadamente a sua proclamada “vasta rede de correspondentes no mundo” – para explorar a possibilidade de vender os seus serviços, através da produção de conteúdos que pudessem interessar ao Brasil, cuja agência oficial apresenta(va) um perfil mais modesto.

O empenho foi grande e na sequência de um processo preparatório de apenas seis meses, a delegação da Lusa em Brasília foi inaugurada em 1 de agosto de 2000, por forma a estar já em funcionamento aquando da programada visita oficial do então Primeiro-Ministro António Guterres ao Brasil. O escritório (duas salas em andar situado no centro) tinha um delegado – o jornalista Alfredo Prado – e cinco jornalistas locais (4 em Brasília e 1 em São Paulo). Missão: cobrir os eventos das relações bilaterais (de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal), adaptar as matérias da Lusa a distribuir no Brasil ao estilo local (“tropicalização”) e definir uma agenda de eventos de

¹¹⁶ Alfredo Prado, jornalista português radicado em Brasília, diretor do site *Portugal Digital* e ex delegado da Lusa no Brasil, em depoimento registado em Brasília pelo autor no dia 30-11-2018.

interesse do Brasil a serem cobertos pela Lusa um pouco por todo o mundo. Pretendia-se então, claramente, penetrar no mercado brasileiro, tendo o delegado da Lusa visitado as redações dos principais órgãos de mídia e também averiguar as possibilidades de penetrar nos Estados da Federação, explorando a relativa autonomia dos órgãos de comunicação social locais (mesmo quando ligados por contrato, em termos de filiais, com as maiores empresas de mídia do país).

O serviço foi lançado em setembro de 2000, tendo sido realizado um evento especial de apresentação pública na Torre de TV, em pleno centro de Brasília, e outro na Bovespa – a Bolsa de São Paulo, o que só por si dá bem uma ideia da aposta forte da Lusa feita então no mercado brasileiro. Tudo coordenado a partir da Lusa-Lisboa, tendo a Embaixada em Brasília “apenas acompanhado o desenrolar dos acontecimentos sem neles participar diretamente”. Aparentemente, a Lusa, com plano estratégico, algum investimento e recrutamento de pessoal conhecedor do terreno, entrava pela porta grande no Brasil. Foi inclusive contratado um advogado local para identificar, processar e agilizar as questões legais e foi criada uma empresa brasileira específica – Lusa-Brasil.

Para acompanhar o processo do ponto de vista jornalístico, a Lusa criou em Lisboa nessa altura (2000) um *desk* específico para o Brasil dentro da secção Internacional. Além do aluguer das salas, e dos honorários do advogado, o investimento mais pesado foi a aquisição de um *server* próprio, para cuja instalação foi enviado um técnico de Lisboa que esteve cerca de um mês em Brasília. Rapidamente, porém, surgiram dois grandes problemas: 1) choque de concepções sobre as matérias a produzir para o Brasil (entre o delegado local e o *desk* Brasil em Lisboa), levando a desentendimentos praticamente diários e 2) inexistência de uma rede efetiva de correspondentes (mais retórica do que real) uma vez que as pessoas que a Lusa considerava serem seus correspondentes em várias partes do mundo não passavam, na sua maioria, de *stringers*, sendo mais amadoras que profissionais (à exceção de Berlim, Moscovo, e Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa/PALOP), não estando por isso em condições de corresponder ao que delas se pretendia, ou seja, a cobertura de acontecimentos importantes do interesse do Brasil.

Nas palavras do jornalista e ex-presidente da Lusa, José Manuel Barroso, em depoimento recolhido pelo autor para esta tese ¹¹⁷ “os média brasileiros acolheram a Lusa com muita simpatia

¹¹⁷ José Manuel Barroso, jornalista, ex-diretor de informação (1987), administrador-delegado (2004) e presidente da agência Lusa (2006/2008), em depoimento recolhido pelo autor em 13-12-2018. Ver também

e manifestando interesse pelo noticiário fornecido, mas essa simpatia e esse interesse não se traduziram depois em contratos firmados quando se passou da oferta gratuita à venda do serviço”. Numa palavra – a despesa do *desk* de Brasília não era coberta com as vendas, pelo que, uma nova direção da agência, no começo dos anos 2000, decidiu extinguir esse núcleo. Dadas as rigorosas leis laborais vigentes à época, essa decisão trouxe ainda custos adicionais em rescisões e indemnizações. A primeira fase da “aventura Brasil” da agência Lusa deixava assim uma memória amarga na sede da empresa, em Lisboa. A agência de notícias portuguesa passou desde essa altura a ter no Brasil apenas um chefe de delegação em São Paulo e um correspondente em Brasília.

Feito o luto da primeira experiência, a partir de 2004, a Lusa tenta de novo ampliar a sua presença no Brasil, agora de forma mais cautelosa, começando por “equacionar o que poderia ser feito em termos realistas e a um custo aceitável”. Após uma nova série de contactos exploratórios, conclui-se que a oferta deveria ser limitada, mas em qualquer caso ajustada às necessidades reais (e não imaginadas) dos média brasileiros.

Esta segunda fase – que vai de 2004 a 2009 - diferencia-se da primeira pelo recurso, em regime de *outsourcing*, a uma empresa local de média – a Prima Página, do jornalista brasileiro Jaime Spitzcovsky, de créditos firmados no mercado, que já se vinha especializando no atendimento a clientes desejosos de estabelecer uma relação com o mercado editorial brasileiro. Uma primeira experiência do género já havia sido tentada antes, mas sem êxito, quando do fecho da Lusa-Brasil e do encerramento do escritório de Brasília, através da contratação de uma pequena empresa de comunicação – a Envolverde, de São Paulo – especializada em temas ambientais.

A Prima Página mantinha um núcleo redatorial em São Paulo dedicado à Lusa, que além de “tropicalizar” as matérias, alimentava, também, o site Lusa-Brasil, então criado, com algumas notícias disponíveis em acesso aberto. Como nos disse Jaime Spitzcovsky¹¹⁸, além da seleção editorial, “os redatores da Prima Página também introduziam alterações nos textos em termos de estilo e linguístico, adaptando-os aos costumes, modos de falar e hábitos mediáticos locais, promovendo mudanças de vocábulos e construções sintáticas”. Este *modus faciendi* também já

<https://www.publico.pt/2006/03/31/portugal/noticia/jose-manuel-barroso-eleito-presidente-da-agencia-lusa-1252546#gs.uZ7eS6BY>

¹¹⁸ Jaime Spitzcovsky, jornalista brasileiro, proprietário da empresa Prima Página, foi editor internacional do jornal *Folha de S. Paulo* (1988 – 1990 e 1997 – 2000) e correspondente em Moscovo pelo mesmo jornal de 1990 a 1994 e em Pequim de 1994 a 1997. Depoimento recolhido pelo autor no dia 25 de novembro de 2018.

havia sido tentado antes, na redação de Brasília, e para o executar sempre foi necessário vencer alguma resistência da matriz e críticas daqueles que viam na “tropicalização” e no “abrasileiramento” das matérias concessões excessivas, prejudiciais ao vernáculo da língua.

A Lusa celebrou então novo acordo (já tinha havido dois outros anteriormente) com a Agência Brasil, governamental, que incluía algum apoio à própria agência brasileira e envolvia troca de informações, fotos e notícias; pretendia-se que essa troca fosse diária, através da apresentação mútua das respectivas agendas para cada uma escolher o que mais lhe interessava incluir no seu próprio serviço. Aqui, a maior dificuldade – como pudemos nós próprios constatar nessa altura, em Brasília – foi instituir a regra da consulta diária, o que implicava, para ser eficaz, que houvesse, de um lado e do outro, pelo menos um jornalista dedicado. Por outro lado, dado o caráter de utilização exclusiva de muitas matérias da Lusa, muitas das que interessavam à Agência Brasil não podiam por ela ser utilizadas, o que se traduziu em redução de expectativas e alguma frustração.

A Lusa também teve a sua dose de redução de expectativas quando constatou que tentar penetrar nos média brasileiros através do serviço de uma agência muito marcada pelo seu perfil governamental, não era a medida mais realista. Assim, foi o serviço autónomo e independente da Prima Página, que escolhia e trabalhava ela própria em termos adequados à psicologia e aos interesses reais do mercado brasileiro os materiais que divulgava, a via que se mostrou mais adequada.

Pouco a pouco, os materiais da Lusa começaram a ser aceites pelo seu próprio valor intrínseco – sempre, claro, na justa medida em que os média brasileiros se interessam pelas coisas de Portugal e do mundo de língua portuguesa. Na avaliação de José Manuel Barroso – que nós próprios pudemos na altura confirmar *in loco* – “esse projeto, na primeira fase, foi muito bem sucedido e um ano depois havia já uma consistente presença da Lusa em alguns órgãos de âmbito nacional sempre que havia temas de interesse óbvio para os média brasileiros”. Paralelamente, a agência portuguesa passou também a funcionar com a Federação das Câmaras de Comércio Portuguesas no Brasil, que reproduziam as matérias da Lusa nos respetivos sites, ampliando significativamente a divulgação, em particular junto dos meios empresariais. Na altura houve muitas conversas exploratórias com a agência de notícias do Estado de São Paulo e com a Agência Globo para troca e distribuição de material fotográfico e ainda um contatos exploratórios no Ceará e na Bahia. Por outro lado, na sequência dessa progressiva presença no mercado, a agência

portuguesa chegou depois, já em 2008/2009, a encetar negociações com o jornal de negócios mais importante do Brasil – o *Valor Econômico* – com vista a assegurar uma presença da Lusa no site do jornal brasileiro, através de um serviço elaborado pela Prima Página, que teria como objetivo difundir as principais notícias de ordem económica, financeira e empresarial – mas também política e desportiva – para os assinantes online do *Valor Econômico*. Os encontros no *Valor Econômico* decorreram com a presença de empresas portuguesas no Brasil – a isso encorajadas pelo Consulado de Portugal em São Paulo – tendo sido previsto que numa fase posterior haveria também divulgação específica de informação de interesse empresarial e contactos entre o mundo lusófono e a China, aproveitando para isso a presença da Lusa em Macau e Pequim.

Em finais de 2009, com a mudança de titular na presidência da agência de notícias portuguesa, regista-se novo *volte-face*: os planos em curso para o Brasil são subitamente revistos e abandonados – aparentemente devido ao desconforto, que já vinha de trás, dos órgãos de direção da Lusa, em Lisboa, em relação a um serviço – a Lusa-Brasil – sobre o qual não tinham efetivo controlo.

Estes aspetos psicológicos/emocionais que marcam o relacionamento bilateral parecem-nos particularmente relevantes em termos do estudo do nosso objeto, na medida em que ditam ou influenciam comportamentos contrários ao aprofundamento das relações e, em particular, da comunicação. Do lado português – nesta questão da Lusa como noutras – surgem com frequência – de acordo com os depoimentos que recolhemos nesta e noutras áreas – atitudes de alguma expressão de deslocada superioridade, aparentemente ditadas pelo sentimento de pertença ao chamado “primeiro mundo” ou então com origem na ideia de que Portugal seria o único depositário legítimo da expressão vernácula da língua, pelo que não teria que “ceder” em termos da sua adaptação às formas de expressão locais. Daí o “desconforto” de alguns responsáveis na sede da Lusa com a autonomia de que desfrutava a Prima Página no tratamento das matérias e também o caráter impositivo que alguns assumiam na relação, pensando porventura que bastaria insistir para levar os brasileiros a aceitar.

De qualquer forma, a verdade é que, a partir de janeiro de 2010 e até hoje, o relacionamento com o Brasil passou a ser feito apenas através do serviço tradicional de correspondentes e *stringers* – numa cobertura muito centrada nas visitas ao Brasil de entidades

portuguesas, política local e matérias da comunidade. Do Brasil para Portugal e já não de Portugal para o Brasil, abandonado que foi o projeto de penetrar no maior mercado de língua portuguesa do mundo e conseqüentemente fazer da Lusa a grande agência de informação lusófona mundial, ligando em termos de comunicação diversos continentes. Com essa viragem para dentro – feita, aliás, de forma abrupta e desrespeitosa para com usuários, parceiros e público em geral (o site da Lusa Brasil deixou subitamente de ser atualizado, ficando “congelado” no ar e não foram dadas explicações aos interlocutores brasileiros – Prima Página, EBC-Agência Brasil, UOL e *Valor Econômico*)¹¹⁹ – a Lusa, na realidade, arriou bandeira no Brasil e voltou ao que era no começo dos anos 90 e até antes – ou seja, na expressão de José Manuel Barroso,

regrediu-se várias décadas em termos de presença e de afirmação no Brasil. Em termos práticos, é toda a importância do Brasil, com os seus mais de 200 milhões de habitantes, como principal país da Lusofonia, que não é reconhecida ou tida em conta nos planos da empresa, que parece hoje mais voltada para o mercado interno e para África.

É esta situação, a que se junta – como veremos em seguida – a fraca ou nula projeção dos meios de comunicação social portugueses no Brasil e a reduzida difusão – meramente local – dos meios de comunicação da comunidade lusa – que permite qualificar a situação como apagão mediático português no Brasil.

Imprensa escrita – intercâmbio reduzido

No plano da imprensa escrita, foram tomadas algumas iniciativas pontuais de intercâmbio, mas em geral, a cooperação entre os média portugueses e brasileiros apresenta um quadro claramente aquém do possível e desejável.

Um ou outro jornal – O *Diário de Notícias* de Portugal e *A Folha de São Paulo*, por exemplo – têm entendimentos para troca de artigos ou comentários e o jornal *Público* desenvolveu – a partir de 2013 e após intenso processo de análise com especialistas – um site virado para o Brasil. Mesmo sem adaptar a linguagem das matérias ou elaborar artigos especificamente direcionados ao público brasileiro, apenas selecionando da sua pauta diária os assuntos considerados de maior

¹¹⁹ Ver “Agência de notícias portuguesa Lusa encerra atividades no Brasil” – Portal Imprensa – Jornalismo e Comunicação na Web de 08-01-2010. Retirado de http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/30631/agencia+de+noticias+portuguesa+lusa+encerra+atividades+no+brasil

interesse potencial, esse site passou rapidamente das 300.000 visitas únicas por mês, que já tinha no Brasil (sobretudo executivos e pessoas cultas de um modo geral em busca de informação sobre Cultura e Política Internacional e um ponto de vista europeu) para 1,5 milhão (dados de 24/25-05-2015, cedidos pela jornalista Bárbara Reis, então diretora do Público, em entrevista ao autor da tese)¹²⁰.

O *Público*, em colaboração com o jornal *O Globo*, também passou a organizar eventos anuais de promoção comercial (vinhos e turismo) no Rio de Janeiro (de que resultaram já um livro e um suplemento feito em conjunto – *One Shot*, em maio de 2014. Em colaboração com a Livraria Cultura de São Paulo, o *Público* participou também na promoção de concertos; e desenvolveu ainda uma aproximação ao site de notícias do *Universo Online*, conhecido pela sigla UOL, empresa brasileira de conteúdos, produtos e serviços de Internet do Grupo Folha¹²¹. Alguns suplementos do jornal português passaram a ter os seus *links* disponíveis na *mailing list* de sites brasileiros de informação.

Entre 2012 e 2013, o *Público* dedicou, também, ao longo de vários meses, toda uma série de reportagens de grande profundidade sobre o Brasil, mas a iniciativa (surgida, como vimos, no âmbito do Ano de Portugal no Brasil e do Ano do Brasil em Portugal) teve caráter unilateral e não altera o essencial – a *inexistência de vínculos regulares e institucionalizados entre os média dos dois países*. Basta referir que, com exceção dos acordos entre a brasileira TV Globo e a portuguesa TV SIC, centrados nas telenovelas (exibição numa primeira fase e produção conjunta depois), apesar da língua comum, não existem (e quando existem pouco se executam) protocolos de cooperação entre jornais, rádios, agências de notícias e/ou estações de televisão de um e outro lado do Atlântico. Além disso, não há esforço específico dos média portugueses no Brasil, exceto algumas ações pontuais de cariz comercial como aquela que o jornal *Público* promoveu durante o Ano de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal (2012-2013). Os maiores meios de informação/comunicação do Estado ou com participação estatal também primam pela fraca presença. A Agência Lusa, como vimos, deixou de ter representação oficial e ou escritório/redação no Brasil, limitando-se a *stringers* no Rio e em São Paulo e, mais recentemente – desde meados

¹²⁰ Bárbara Reis, jornalista e ex-diretora do jornal Público, em depoimento ao autor registado em Lisboa no dia 25-05-2015.

¹²¹ Ver, sobre a parceria Público-UOL, “Nova parceria leva Público a universo de 50 milhões de leitores”. Retirado de <https://www.publico.pt/2015/03/17/opiniao/noticia/nova-parceria-leva-publico-a-universo-de-50-milhoes-de-leitores-1689321>

de 2018, à presença de uma jornalista credenciada em Brasília. Por seu turno, a televisão pública RTP- Rádio e Televisão de Portugal – não está presente em qualquer dos dois principais centros político-económicos do Brasil – São Paulo e Brasília – limitando-se a um correspondente no Rio de Janeiro, mas sem o tipo de infraestrutura de que dispõe noutras capitais da Lusofonia. A RTP tem, desde 1998, um canal generalista específico com temas africanos/ RTP-África – destinado aos países de língua oficial portuguesa no continente e, mais recentemente, programas financiados pela Comissão Europeia com temas europeus / RTP-Europa¹²², mas nunca criou canal idêntico virado para o Brasil. De acordo com o jornalista Lopes Araújo, diretor de Relações Internacionais da RTP, em depoimento recolhido para esta tese, numa apreciação que se referia em primeiro lugar à estação pública, mas talvez caracterize a atitude geral dos média portugueses,

no Brasil, o financiamento de qualquer iniciativa mediática é sempre muito elevado e por vezes tem-se a percepção de que os brasileiros não seriam muito receptivos; por outro lado, a grandeza, as dimensões do Brasil, também impressionam e acabam muitas vezes por desencorajar os responsáveis.¹²³

Imprensa comunitária – alcance restrito

A existência de um ou outro órgão de imprensa, alguns sites e algumas dezenas de pequenos programas de rádio portugueses espalhados pelo Brasil – em particular no Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza/Ceará – não modifica o quadro geral de fraca expressão mediática portuguesa. Todos estão essencialmente virados para a comunidade lusófona e/ou aparentada, não dialogando por isso com a generalidade da população. Vejamos quais são os principais desses órgãos:

1. *Voz de Portugal* – o mais antigo (fundado em 1936 por Joaquim Campos) órgão de imprensa da comunidade portuguesa no Brasil. Os apoios que chegou a receber por parte do antigo regime português extinguiram-se com o 25 de Abril de 1974. Direção atual – Teresa Meirinho. Sede – Rio de Janeiro. Tiragem não disponível.

¹²² Ver “RTP estreia novos programas sobre a Europa”. Retirado de https://www.rtp.pt/noticias/rtp-europa/rtp-estreia-novos-programas-sobre-a-europa_v1104985

¹²³ José Maria Lopes Araújo, diretor do departamento de Relações Internacionais da RTP, em depoimento recolhido pelo autor em 22-07-2015

O êxito obtido pela *Voz* levou – no final da Segunda Grande Guerra, em 1945 – a ao lançamento de outra iniciativa no domínio da imprensa comunitária: o jornal *Mundo Português*, de cunho mais popular; iniciativa essa replicada em São Paulo com o surgimento de mais um órgão: *A Pátria*, ao qual se seguiram, no Rio de Janeiro, o *Jornal de Portugal* e, um pouco mais tarde, sob a direção de Duarte Neves e Metzger Leoni, o *Portugal em Foco*, de inspiração abertamente anti-salazarista, o que causou na época grande polémica e confronto. De assinalar ainda o jornal desportivo *A Voz De São Januário*. Já nos anos 70, surgiu também a *Folha de Portugal*, de que foi fundador, diretor e redator o jornalista Graciano Coutinho.

2. *Mundo Lusíada* – jornal sediado em São Bernardo do Campo, São Paulo. Diretor – jornalista Odair Sene. Fundado em setembro de 1998 (há 21 anos), tem uma edição diária com tiragem física de 10.000 exemplares. É distribuído pelas associações portuguesas do Estado de São Paulo e pelas Câmaras de Comércio Portugal-Brasil Sustentação financeira – assinantes e publicidade. É hoje, provavelmente, o órgão mais expressivo da comunidade portuguesa. Tem um portal digital com 35.000 aderentes – sendo o único portal de conteúdo lusófono em toda a América Latina.

3. *Portugal em Foco* – semanário de cariz popular fundado em 1961, no Rio de Janeiro. Público alvo – comunidade portuguesa local, clubes e associações, Tiragem não disponível. Tem site próprio de reduzida expressão, com *links* para os artigos dos anos mais recentes. Tem representante em São Paulo que se ocupa da publicidade

Só estes três – *Voz de Portugal*, *Mundo Lusíada* e *Portugal em Foco* – ainda possuem edições impressas, diárias ou semanais, todas de pouca expressão.

4. *Portugal Digital*: site de notícias na internet – diretor – jornalista Alfredo Prado. Elevado número de visitas únicas. Presente também no Facebook e no Twitter. Número de assinantes na distribuição diária via email – 6.000.

5. *Mundo Português* – semanário no Rio de Janeiro – pertenceu à Federação das Associações das Comunidades Portuguesas no Brasil. Praticamente não tem, hoje, qualquer expressão.

6. *Mundo Português* – jornal editado em Portugal desde os anos 70 (há 40 anos, ex *O Emigrante*), dirigido às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, hoje distribuído apenas por via eletrónica digital. Apresenta-se a si próprio como “um jornal dedicado a todos os portugueses em Portugal e no estrangeiro e todos aqueles com ligações, familiares e afetivas, a Portugal”. Tem 271 mil seguidores no Facebook.

7. Há dezenas (cerca de meia centena) de “rádios portuguesas” – na realidade *programas de rádio semanais* que emitem dentro de rádios locais brasileiras como a Rádio Metropolitana do Rio de Janeiro. Normalmente são emissões de uma hora – espaço que os produtores compram com publicidade. Há programas desses sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza; mas é tudo muito artesanal e por isso o alcance é limitado, abrangendo em geral apenas os núcleos locais da comunidade portuguesa, que vão alimentando com notícias da vida associativa e de Portugal, música popular portuguesa e folclórica.

8. Revistas de cariz comunitário como a *Nau's*, sediada em São Paulo, que promove os laços lusófonos.

De notar que, nesta mesma área, uma então grande editora brasileira – a Bloch, chegou a publicar, nos anos 70, a par dos seus títulos mais vendidos – *Manchete* e *Fatos&Fotos* – também uma *Revista de Portugal*, que teve grande acolhimento nessa época um pouco por todo o Brasil – experiência que mereceria talvez ser revisitada pelo que parece indiciar sobre a existência de um mercado potencial.

9. *Portugal Sem Passaporte* - *blog* de notícias lusófonas no jornal *O Povo* de Fortaleza.

Responsável: Graciano Coutinho, jornalista português radicado no Brasil. Dados sobre número de leitores não disponíveis.

10. De referir, por fim, os média próprios das 14 Câmaras de Comércio Portugal-Brasil¹²⁴ - cada uma das quais tem o seu site e publicações esporádicas avulsas, que se limitam, entretanto, a uma distribuição pelo círculo limitado dos respetivos sócios. Há para cima de 500 empresas registadas nessas câmaras, mas a comunicação é muito virada para dentro. Na expressão do jornalista Odair Sene, em depoimento colhido pelo autor para esta tese, “não saem do respectivo nicho”¹²⁵.

Os jornais que ainda possuem edições impresas também aparecem nas bancas, mas com pouca expressão, ao contrário do que acontecia nos anos 70. A sua área de influência é, por isso, quase só limitada aos maiores focos de presença lusa, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os responsáveis queixam-se da falta de apoios e até de falta de interesse por parte das entidades oficiais e dos meios empresariais portugueses no Brasil. “Parece mesmo haver – disse ao autor o diretor do *Mundo Lusíada*, Odair Sene – um certo afastamento dos meios de negócios e diplomáticos em relação à comunidade portuguesa”.

Não há, também, qualquer apoio por parte do Estado português, nem sequer para a eventual distribuição de materiais impressos pelos Correios. Para tal, os órgãos de média portugueses no Brasil precisariam de ter sede... em Portugal. Em suma, os jornais da emigração que subsistem são ou paroquiais ou manifestamente incapazes de chegar ao grande público, circulando só nos meios comunitários.

Em geral, portanto, o que se pode concluir é que a força mediática dos órgãos da comunidade portuguesa no Brasil (estimada entre 500.000 a 700.000 pessoas) é muito restrita, não correspondendo nem à intensidade e profundidade dos laços históricos entre os dois países nem à pujança do movimento associativo da própria comunidade atual – 237 instituições portuguesas e luso-brasileiras em atividade, a maioria filiada na Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, fundada em 1931 e sediada no Rio de Janeiro.

Segundo um relatório da Embaixada de Portugal em Brasília, (janeiro de 2001) uma das principais aspirações da Comunidade é justamente “o reforço da sua influência local, através do reacentuar da identidade cultural e histórica da presença portuguesa no Brasil, de forma a

¹²⁴ Ver Federação das Câmaras de Comércio Portugal-Brasil (<https://www.federacao-camaras-portugal-brasil.com/>)

¹²⁵ Odair Sene, editor / jornalista responsável na empresa *Jornal Mundo Lusíada*, em depoimento colhido pelo autor no dia 05-11-2018.

potenciar a sua imagem e actuação, nomeadamente junto da opinião pública, onde é pouco referida” (sublinhado do autor) em comparação com a pujança de afirmação de outras comunidades, nomeadamente as italiana, japonesa, sírio-libanesa e alemã.

Vemos assim que *os fluxos humanos em expansão a que assistimos nas últimas décadas na relação Portugal-Brasil* (correntes migratórias recíprocas ao sabor das crises económico-financeiras respetivas, intensificação das ligações aéreas, crescimento do turismo, relações económico-comerciais com vultosos investimentos mútuos, etc.) *tiveram desenvolvimento desigual em termos de comunicação.*

O Brasil, graças à expansão e influência da sua consagrada música popular (MPB), primeiro; à exportação de telenovelas, depois; e agora também graças à implantação em Portugal das redes de televisão Globo e Record (com a televisão pública TV Brasil garantindo igualmente um lugar no cabo), conseguiu uma implantação notável no mercado lusitano de média e uma aceitação generalizada junto do grande público. Já Portugal, com muito menos meios e sem uma estratégia definida e consistentemente prosseguida, viu a sua implantação mediática no mercado brasileiro de média – já de si muito fechado – estagnar ou mesmo retroceder.

Em resumo, *a penetração da indústria cultural brasileira de massas em Portugal é intensa, o mesmo não acontecendo, no sentido inverso. A reciprocidade assimétrica é total.* Como na canção de Chico Buarque, “numa pororoca, o Amazonas deságua(ou) no Tejo”. Assimetria tão pronunciada não favorece o diálogo intercultural, o que explica que o sentimento de estranheza/ *(in)comunicação* se prolongue.

Além disso, o facto de os grandes média audiovisuais brasileiros estarem hoje implantados em Portugal, explorando bem, em termos de mercado, o secular interesse e fascínio dos portugueses pelo Brasil (de acordo com as pesquisas da própria Globo, os portugueses admiram “a alegria contagiante do brasileiro, a forma apaixonada e intensa como encara a vida e o idioma falado de forma mais doce e cantada”)¹²⁶ não significa, só por si, maior aceitação, compreensão e reconhecimento mútuo.

A Globo considera Portugal “extremamente estratégico” e uma “avenida de oportunidades” para a empresa. No primeiro trimestre de 2018, o canal da Globo em Portugal

¹²⁶ Ver “Globo conduz reformulação da marca e dos seus canais em Portugal” – site de informação da rede Globo, 19-04-2018. Retirado de <https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/sucesso-na-tv-paga-em-portugal-globo-conduz-reformulacao-de-marca-e-dos-seus-canais-no-pais.ghtml>

registou um crescimento de audiência de 8% relativamente ao período homólogo de 2017, estando entre os canais mais vistos do universo cabo, com vários dos seus produtos a liderar o *ranking* dos programas mais assistidos. Com 1h31 em média por dia, a Globo é o maior canal por assinatura em tempo dedicado dos espectadores. São alcançadas mais de 1,5 milhões de pessoas por semana – uma audiência que tenderá agora a alargar-se na medida em que a Globo passou a estar desde o ano passado presente em todos os canais de distribuição da TV por cabo em Portugal – um universo de 3,7 milhões de pessoas)¹²⁷; Ao mesmo tempo, porém, essa mesma Globo tem fomentado, no plano interno brasileiro, como vimos, a produção de obras de grande impacto marcadas por um inegável viés antilusitano. Um pouco à semelhança do que aconteceu também, noutra plano, na Era Vargas/Salazar: a similitude ideológica dos regimes aproximava os Estados, mas isso não impedia que, ao mesmo tempo, prosseguisse no plano interno a ideologia antilusitana, como assinala Capelato, “ao contrário da Argentina, no Brasil da Era Vargas não houve valorização do lusitanismo na construção da nova identidade; na volta às origens foram recuperados os aspectos negativos do colonizador português” (Capelato, 1996, p. 336).

Não houve na Era Vargas e não há agora na Era Globo. Essa é uma realidade que vem desde a Independência e que não se alterou até aos nossos dias, como vimos pelos depoimentos recolhidos junto de jovens brasileiros da nova geração. Escreve Maria Bernadete Ramos:

A história oficial aprendida nas escolas não era, e não é, uma história de harmonia com o país colonizador, nem de apologia à nossa origem portuguesa. A versão oficial nos apresenta Portugal no papel de metrópole-colonizadora-dominadora-exploradora. O Brasil, desde os primórdios, para afirmar a nacionalidade, desenvolveu uma tradição antilusitana, expressão significativa da literatura nacional do século XIX. (Ramos, 2001, p. 366)

Nestas circunstâncias, a *reciprocidade assimétrica abissal*, no domínio da informação/comunicação/cultura/entretenimento, longe de contribuir para a superação dos estereótipos de parte a parte e, portanto, do *estranhamento/ (in)comunicação*, pode até reforçá-los na medida em que tenderá a cristalizar as ideias feitas. Na expressão de Lourenço, “Portugal-Brasil: um sonho falso e um único sonhador” (Lourenço, 2004). Como explica Boudon, para que haja verdadeira comunicação é necessário que os interlocutores partilhem os mesmos *a priori* –

¹²⁷ Ver “Globo conduz reformulação da marca e dos seus canais em Portugal” – site de informação da rede Globo, 19-04-2018. Retirado de <https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/sucesso-na-tv-paga-em-portugal-globo-conduz-reformulacao-de-marca-e-dos-seus-canais-no-pais.ghtml>

normativos, culturais, morais... Ora isso é justamente o que não se verifica entre Portugal e Brasil há mais de um século. Em tais casos – escreve Boudon – pode haver simultaneamente proliferação de mensagens e não comunicação “sempre que essas mensagens circulem entre interlocutores que as percepcionem a partir de *a priori* distintos” (Boudon, 1989, p. 53). Mais – o esquecimento, a *ignorância da história* e, mais latamente, “o avanço da incultura traduz-se no desaparecimento de certos laços comunicacionais entre o homem e o seu passado” (Boudon, 1989, p. 59). Uma observação que nos parece particularmente relevante no que respeita ao objeto do nosso estudo, já que a pouca atenção conferida em geral por Portugal à sua própria história no Brasil e a rasura e recalçamento dessa memória a que por razões políticas o Brasil procedeu e procede acabaram por gerar e consolidar *a priori* distintos que complexificam e dificultam (quando não tornam mesmo inviável) a comunicação entre ambos, gerando *estranhamento*. Como sublinha Boudon – “a manutenção e a ampliação da comunicação passam tanto pelas instituições culturais como pelas instituições de comunicação” (Boudon, 1989, p. 59).

Este desigual intercâmbio espelha, claro está, a enorme diferença de dimensões, recursos e capacidades entre os dois países. De alguma forma, é natural que assim aconteça. É o que acontece também – como assinala Straubhaar (2006) – no caso das antigas colónias britânicas, onde a produção televisiva é dominada não pela antiga potência colonial, mas pela maior antiga colónia, os Estados Unidos da América. Mas, ao perpetuar-se, essa abissal assimetria de presença e influência comunicacional e cultural acaba também por contribuir para o prolongamento do *estranhamento* e da *(in)comunicação*, já que o aumento da circulação de pessoas e das trocas não é acompanhado por um diálogo efetivo e mais paritário, um diálogo em termos comunicacionais em que os preconceitos, os ressentimentos antigos e as diferenças fossem claramente expostos e enfrentados em conjunto.

Mas essa disparidade – na qual alguns chegam a ver uma espécie de reversão da relação dominante/dominado de outrora que suscitaria reações compensatórias mútuas em cadeia – não explica tudo.

Quando se tenta averiguar porque permanece nas relações entre Portugal e Brasil um certo *estranhamento*, um claro desconforto, que vai para além do natural afastamento entre colonizador e colonizado, um desajustamento ao qual Eduardo Lourenço se refere como um “não-laço”, um “sentimento de uma ausência de laços vivos e vividos no presente, entre os nossos dois

povos” (Lourenço, 2004, p. 145), as razões que emergem são múltiplas e complexas. Tentemos avançar um pouco no desvendar do enigma.

A resposta começa, como vimos, por estar na *História das relações bilaterais* – nos seus *momentos marcantes de rutura e confronto*, que deixaram marcas sucessivas nas respetivas memórias coletivas, um lastro de animosidade difusa, fruto de confrontos, ódios e ressentimentos antigos, alguns dos quais identificamos ao longo da pesquisa. *Com a particularidade absolutamente determinante de o antilusitanismo estar na própria génese constitutiva da nacionalidade/identidade brasileira, tendo-se posteriormente formado uma ideologia antiportuguesa* – particularmente acentuada no período jacobino da República. Uma ideologia que, a exemplo dos mitos fundadores, foi/vem sendo incessantemente repetida, tendo acabado por sedimentar no sistema de ensino e nos média - da imprensa à rádio e televisão, passando pelo cinema e agora também pelas redes sociais – que sempre a ela de uma forma ou de outra retornam, tendo-se por isso tornado estruturante, passando a integrar o senso comum, a ponto de muitas vezes já não ser sequer consciente nas suas diferentes manifestações.

Integram essa ideologia:

- *a reversão de sentido operada no momento da separação*, quando os altos dirigentes da monarquia instalada no Rio de Janeiro, todos portugueses e/ou de origem portuguesa, incluindo o próprio imperador, D. Pedro I, se assumiram como vítimas do Antigo Regime de que eles eram a própria elite;

- *a ideia* (posta a circular com fins políticos) *de que as Cortes de Lisboa pretendiam “recolonizar o Brasil”*, quando o que estava em causa era saber a quem caberia a hegemonia e onde deveria ficar a sede do império luso-brasileiro;

- *a ideia de que a responsabilidade pela escravatura foi essencialmente portuguesa*, quando os grandes senhores do tráfico eram luso-brasileiros e estavam sediados no Rio de Janeiro;

- *a ideia de que o extermínio dos índios também foi obra só dos lusos*, quando na realidade os bandeirantes – aliás incensados como heróis por alguma historiografia brasileira, em particular a de São Paulo – eram já inegavelmente mestiços; e ainda

- *todo um conjunto de acusações que fazem dos portugueses os grandes responsáveis pelos grandes problemas do Brasil* (“males de origem”, na expressão de Manoel Bomfim) – da

destruição da mata atlântica à corrupção, passando pelo centralismo despótico, a burocracia e o atraso económico e social.

A operação ideológica a que o Estado brasileiro – ele próprio continuação do Estado português fundado no Rio de Janeiro por D. João VI – deu início desde a Independência para consolidar o poder das elites dirigentes do Centro-Sul no processo de unificação imposto – em alguns casos pelas armas – ao resto do país consistiu, portanto, em identificar todos os motivos de agravo, todos os males e todas as queixas contra a administração colonial, o Antigo Regime e a Coroa portuguesa num conjunto mais ou menos coerente, ainda que historicamente contestável na sua unidimensionalidade, fazendo desse *constructo* a liga com que passou a cimentar a unidade nacional e essa “comunidade imaginada” que é a nação (Anderson, 1989). Uma operação ideológico-política com um inequívoco sentido antilusitano, agravado na República, quando os militares que a proclamaram (1889) decidiram fazer do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, herói nacional (Carvalho, 1990). Seria preciso esperar a habilidade política de um Mário Soares, já no final do século XX, para contornar a questão, fazendo de Tiradentes – em cerimónia realizada na embaixada do Brasil em Lisboa, em setembro de 1994 – também “um herói português”. Mas esse gesto político – isolado e pouco ou nada repercutido nos média – do então chefe de Estado português, em colaboração com o embaixador do Brasil em Lisboa à época, José Aparecido de Oliveira, de quem era amigo, não bastou, como é óbvio, para anular o *estranhamento* e a *(in)comunicação*.

Um *estranhamento* e uma *(in)comunicação* que não resultam apenas da oposição dos interesses e dos confrontos decorrentes do processo de independência. Derivam também, em termos históricos e por mais paradoxal que pareça, da *relativa amenidade da separação*, que prologou as ligações entre os dois países – a mesma Monarquia de um e outro lado do Atlântico – para além da rutura da Independência, criando uma certa indefinição que gerou desconforto, impedindo durante muito tempo a necessária clarificação e gerando, no Brasil, um problema de (auto)identificação. Como nos disse o jornalista e escritor brasileiro Laurentino Gomes (1956), autor do *best seller* 1808 (2007), em depoimento pessoal para esta tese,

Isso gerou *um problema de identidade nacional para os brasileiros*. Formalmente, nos tornamos um país independente em 1822, mas, na prática, continuamos intimamente ligados a Portugal. Essa foi a causa da grande crise do Primeiro Reinado no Brasil... [deposição de D. Pedro I, em 1831] . Mesmo

depois disso, no entanto, os vínculos institucionais entre os dois países se mantiveram estreitos. A mesma dinastia real de Bragança continuou no trono no Brasil, até 1889, e em Portugal, até 1910. Até final do século XIX, o tráfico de escravos da África para o Brasil (e outras regiões da América, como Cuba) era um empreendimento conjunto entre brasileiros e portugueses. *No meu entender, a falta de uma ruptura mais definitiva ou revolucionária em 1822 criou nos brasileiros um problema de identidade pelo qual, ainda hoje, nós tendemos a culpar os portugueses pelas nossas dificuldades e defeitos! (...)* É um processo de "demonização do outro", no qual nós nunca assumimos, de fato, a responsabilidade pelos nossos problemas. É uma certa infantilização do Brasil, que foge das suas culpas e sombras ao atribuir todas as responsabilidades aos portugueses. E, pior, acho que nós nos sentimos confortáveis desse modo: *diminuir, desprezar, ridicularizar os portugueses é uma forma de afirmar a nossa ainda frágil identidade nacional.* (sublinhados nossos)

Essa relativa indefinição identitária (como se pôde constatar pela produção histórica e sociológica que examinamos ao longo do texto), a par das discrepâncias existentes entre as identidades nacionais respetivas (há muito consolidada, homogênea e coesa, em Portugal, país "sólido"; diversa, contrastante, complexa, problemática (Cunha, 2006), ainda maleável e em formação, no Brasil, país "líquido"), a diferente inserção internacional de cada um dos países (Portugal integrado na Europa, o Brasil mais virado politicamente para os EUA, embora sempre admirando, como o próprio Portugal do século XIX, culturalmente a França) (Cervo, 2012) e conseqüentemente a diferença entre os modelos civilizacionais (culturais e modo de vida) respectivos gera desencontros e desajustamentos, provocando *estranhamento e (in)comunicação*, verdadeira incompreensão mútua:

Como assinalou Lourenço,

esta *incompreensão* mútua e vivida das nossas duas culturas, as raízes de onde ela provém, a reflexão sobre ela e as hipotéticas iniciativas para a minorar, ou viver com ela, *sabendo porquê*, é que são assunto para debate sério e não as exalações ressentidas, mesmo com algum fundamento, no mais que visível hegemonismo histórico-cultural que o Brasil encarna entre os países de língua portuguesa. (Lourenço, 2004, p. 142) (sublinhados do autor)

O afastamento/ *estranhamento* entre Portugal e Brasil agrava-se também devido à *quase total ausência de relacionamento institucionalizado entre os média respetivos* que assinalamos atrás, um vazio mediático que tem produzido ou alimentado a sensação de *(in)comunicação*.

Que fazer?

Eis-nos então reconduzidos, para uma eventual mudança de situação, ao papel dos média e do que poderia ser feito para colocar minimamente Portugal no radar do Brasil. Mais do que isso, do que poderia ser feito para construir um espaço alargado de informação, comunicação e diálogo entre toda a Lusofonia.

A inapetência (ou incapacidade?) dos órgãos de comunicação social privados portugueses, em particular televisivos (SIC, TVI) em se implantarem verdadeiramente no mercado brasileiro (o que existe até hoje, é pouco significativo ou pontual), ao contrário do que acontece com os seus congéneres brasileiros em relação a Portugal (Globo, TV Record); as dificuldades experimentadas pelos média do Estado em manterem presença continuada (caso da agência Lusa) ou garantirem acesso aos principais canais de distribuição (caso da RTP Internacional); e ainda a inexpressiva difusão dos média comunitários – tudo isso compõe um quadro bastante débil no que respeita à projeção mediática portuguesa no Brasil. O arriar de bandeira da agência portuguesa de notícias registado, há quase uma década; a retirada, em 2004, pela Globo, da RTP Internacional do maior canal de distribuição por cabo (NET), desferindo um sério golpe na audiência brasileira da televisão pública portuguesa; as permanentes dificuldades dos órgãos locais comunitários, que mal respiram, a par de uma muito escassa cobertura mediática brasileira sobre temas portugueses e ainda a quase completa ausência de música portuguesa nas emissões de rádio do Brasil (para já não falarmos da total ausência do modo de falar de Portugal, ainda visto por muitos setores como estranho ou mesmo ridículo) – tudo isso junto configura uma situação que pode ser legitimamente considerada, como assinalamos, de *apagão mediático português no Brasil*.

Em 2000, ao fazer o balanço das Comemorações dos 500 anos da Descoberta do Brasil, Eduardo Prado Coelho escreveu que Portugal, se quisesse assegurar uma presença relevante além Atlântico, teria de “actuar em termos muito intensos de indústria cultural e ocupação mediática”. De então para cá, nada disso aconteceu, bem pelo contrário – *globalmente, a presença mediática portuguesa recuou*.

Podemos questionar-nos sobre as causas desse recuo. Uma explicação possível reside no facto de os investimentos portugueses no Brasil (iniciados por uma conjugação de fatores de ordem cultural e económica) (Costa, 2005; 2009) – terem, ao cabo de poucos anos, começado a declinar e algumas experiências menos felizes de empresas portuguesas no mercado brasileiro

(designadamente no setor bancário e/ou de distribuição) terem também acabado por esmorecer o entusiasmo inicial inerente à decisão de começar a internacionalização da economia portuguesa justamente por terras de Vera Cruz, quando se considerava que nenhum outro país oferecia vantagens comparativas superiores às do Brasil para receber investimentos diretos de empresas portuguesas (Ataíde, 2002). As causas – como nota Cervo (2011) – podem ser várias: da burocracia à diversificação de mercados. Mas entre elas, quando se aprofunda a análise, há também uma *clara falta de informação/comunicação*, acabando as decisões de um e outro lado por não serem inteiramente percebidas e gerando por isso expectativas desajustadas e reações diferentes do que se aguardava: primeiro, o governo de Fernando Henrique (1995-2002) criou condições atrativas de investimento no país, mas não promoveu investimentos brasileiros em Portugal; depois, os governos Lula estiveram travados pela questão da emigração brasileira em Portugal e acabaram, também eles, por não incluir Portugal na sua estratégia de internacionalização. Pior de tudo foi a percepção errada de Portugal que considerou, a certa altura, que o apoio antes concedido ao Brasil em termos de investimentos, justificava esperar que o Brasil apoiasse Portugal quando a crise financeira atingiu o auge, em 2011. Rapidamente, porém, os responsáveis da Fazenda em Brasília deram a entender que a sugestão da compra de títulos da dívida portuguesa não estava na agenda. Uma situação embaraçosa para o governo português (que, na altura, o autor acompanhou diretamente em Brasília na sua qualidade de conselheiro de imprensa da Embaixada de Portugal), claramente resultado de uma falta de comunicação que redundou em percepções desfasadas e expectativas frustradas (Cervo, 2011, p. 107).

Nessa altura, justamente no momento em que mais seria preciso ficar, a Lusa já tinha arriado bandeira, contribuindo com isso para o prolongamento da *(in)comunicação* e do *estranhamento*.

À inapetência dos privados pelo mercado brasileiro somava-se o voltar de costas do Estado, aparentemente cansado de tentativas infrutíferas para repor a RTP Internacional nos canais de distribuição por cabo e acabando por ceder ao desânimo perante a complexidade e grandeza do Brasil. Paralelamente, em vez de esforços continuados e persistência estratégica, ziguezagues de orientação e prático abandono do maior mercado de língua portuguesa do mundo por parte da agência de notícias Lusa. Uma decisão tanto mais incompreensível quanto é certo que em termos de esforço financeiro “a presença da agência Lusa no Brasil – de acordo com o

seu antigo presidente, José Manuel Barroso – era praticamente assegurada pelos patrocínios das empresas portuguesas presentes no mercado local”. Tudo isto sem que os responsáveis fossem questionados, nem nos média nem no Parlamento, e sem que a decisão de deixar o Brasil tivesse levantado qualquer objeção ou sido objeto de qualquer análise crítica aprofundada, o que só por si parece indiciar falta de interesse e/ou desatenção dos média portugueses e de uma forma mais geral da sociedade portuguesa como um todo pela questão maior do relacionamento informativo e comunicacional (logo, também, cultural) entre Portugal e o Brasil.

Mas a desatenção do Estado não o exime das responsabilidades a que está obrigado por força de diferentes dispositivos legais, designadamente, no que respeita à comunicação, o Contrato de Serviço Público de Rádio e Televisão assinado com a RTP (Rádio e Televisão de Portugal). Em diferentes cláusulas, aí se estabelece que compete à televisão pública (e, portanto, são objetivos do Estado português que esta terá cumprir):

- a promoção económica e cultural de Portugal além fronteiras (cláusula 4^a, h);
- a promoção da língua e a cultura portuguesa, a Lusofonia (cláusula 5^a, c);
- a emissão programas destinados especialmente aos portugueses residentes fora de Portugal e aos nacionais dos países de língua portuguesa (cláusula 6^a, k);
- a garantia de um serviço de programas internacional, vocacionado para a afirmação, valorização e defesa da imagem de Portugal, da economia, da cultura e da ciência portuguesas no mundo, além do contacto com os telespectadores e ouvintes de língua portuguesa residentes no estrangeiro e um serviço de programas especialmente dirigido aos países de língua oficial portuguesa (cláusula 7^ad);

Os objetivos são claros e preenchem, no essencial, o que compete ao Estado fazer no âmbito da informação e comunicação em termos de difusão da língua e da cultura, a concretizar através das necessárias políticas públicas, entendidas estas como

um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (Saravia & Ferrarezi, 2006, pp. 28-29)

É certo que – como assinala Helena Sousa (2017) – assistiu-se nos últimos anos, em Portugal (em particular entre 2011 e 2015), à desvalorização das Ciências Sociais e Humanas,

incluindo as Ciências da Comunicação, quando estas na realidade são mais necessárias que nunca:

uma sociedade que não é capaz de descodificar as mensagens, de ler os interesses que se jogam por trás da oferta simbólica à sua disposição, é uma sociedade fragilizada e com maiores dificuldades em enfrentar os desafios sociais, culturais, económicos e ambientais. (Sousa, 2017, p. 195)

No que respeita à informação/comunicação entre Portugal e o Brasil, essa desatenção vem, entretanto, de bem mais longe e parece residir no desinteresse sobre a história portuguesa no Brasil “de que o portugueses (metropolitanos) nunca quiseram saber grande coisa e os portugueses brasileiros ainda menos, o que aliás se percebe” (Lourenço, 2004, p. 139). Um desinteresse algo paradoxal, no que respeita aos metropolitanos, já que estes, ao mesmo tempo, continuam(os) até hoje a alimentar um florilégio de ditirambos, um amor imaginário em relação ao Brasil “não por ser o que ele é, e o merecer naquilo que é, mas por julgarmos que os brasileiros se vivem como continuação, ampliação e metamorfose nossa” (Lourenço, 2004, pp. 140-141).

A imaginada autogénese de uns (Brasil) leva ao sistemático recalçamento e à rasura da memória portuguesa; o hipernarcisismo de remota e retrógada inspiração imperial de outros (Portugal) imagina uma memória brasileira benévola em relação à sua herança, na realidade inexistente, recusando-se a ver e aceitar a rejeição de que são/é objeto. Nisto reside – conclui Lourenço – “a desastrosa ilusão que está no centro do equívoco” (Lourenço, 2004). Um diálogo de surdos, afinal - uma *(in)comunicação* e um *estranhamento* que a ampliação dos contactos sociais mais variados registada nos últimos anos ainda não conseguiu ultrapassar. E não conseguiu porque, como nota Wolton, mesmo quando há muita comunicação (e não é o caso) isso não basta “para haver reconhecimento e respeito às identidades, pois o respeito às identidades requer um *longo tempo*”. Um tempo que poderia, entretanto, ser mais curto, se houvesse maior comunicação.

Papel da academia

Ora, a verdade é que a comunicação nunca foi objeto de atenção estratégica devidamente equacionada e executada. Houve, como vimos, tentativas de aproximação no início do século XX, fruto da junção de esforços de intelectuais e políticos portugueses (designadamente António Ferro) com a corrente lusófila brasileira, com destaque para a revista *Atlântida* (fruto da amizade entre o

português João de Barros e o brasileiro João do Rio), e chegou mesmo a ser esboçado um projeto de aliança entre os dois países (apresentado em 1909 na Sociedade de Geografia de Lisboa por Consiglieri Pedroso).

Mas os acontecimentos internos e internacionais acabaram por conspirar para manter o afastamento e o *estranhamento*, pese embora toda a dedicação e esforço da comunidade portuguesa no Brasil no sentido de contrariar o antilusitanismo: seja pela edificação de grandes obras de cultura como o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (1837); desporto – Clube de Regatas Vasco da Gama (1898); e grandes instituições de beneficência abertas a todos; seja igualmente pela edição de jornais e revistas, que chegaram a ter grande influência, sobretudo no eixo Rio-São Paulo.

Tudo isso ficou para trás e o mais recente instrumento diplomático que regula as relações bilaterais – o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta assinado no ano 2000¹²⁸ (último de uma tríade iniciada em 1825 e renovada em 1953) – não contempla no seu articulado quaisquer questões relacionadas com informação/comunicação. A ausência de objetivos claramente expressos e mutuamente acordados nesta área priva a diplomacia de instrumentos para atuar com eficácia quando pretende – como foi o caso por ocasião do afastamento da televisão pública portuguesa da maior rede de distribuição por cabo no Brasil, em 2004 – repor a paridade de tratamento à luz do princípio da reciprocidade: se, juntamente com as televisões privadas brasileiras, a TV Brasil está no cabo em Portugal, a RTP Internacional também deveria estar no cabo no Brasil.

Além disso, ao não estabelecer princípios gerais a observar e objetivos concretos a alcançar no domínio da Informação/Comunicação entre os dois Estados, nos textos legais que regulam e enquadram as suas relações, ambos os países deixam de fora uma área crucial por onde passam os seus interesses mais fundamentais e território onde se decide a compreensão ou incompreensão mútua.

Colmatar essa lacuna incluindo a Comunicação na agenda das comissões encarregadas de acompanhar a execução do Tratado (e preparar o próximo) seria, a nosso ver, um primeiro

¹²⁸ Ver Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil. Retirado de https://www.dgae.mec.pt/?wpfb_dl=1023

passo para Portugal começar a corrigir o *apagão mediático* português no Brasil. Uma forma de iniciar um diálogo nesta área entre Lisboa e Brasília.

Útil não só para se corrigirem eventuais situações de desequilíbrio e/ou desigualdade de tratamento como – tão ou mais importante – para que os objetivos no domínio da Comunicação deixassem de estar apenas nas declarações políticas, passando a integrar os instrumentos legais, tornando-os assim não só mais presentes e claros para todos os órgãos do Estado e organizações dele dependentes, mas também conferindo força de lei à necessidade da sua execução. Isto para que não sucedam mais episódios, como aquele que o autor presenciou, de ver – em reunião de responsáveis da RTP com o presidente da TV Cultura de São Paulo– a TV pública portuguesa recusar ceder *pro bono* imagens de cidades portuguesas para que aquela estação pública brasileira pudesse mostrar nos momentos que antecedem as suas transmissões de jogos de futebol do campeonato lusitano. Uma estreita visão mercantilista acompanhada de sentimentos de sobrançeria de remota e descabida inspiração imperial e eurocêntrica não só não se coadunam com os objetivos políticos repetidamente proclamados pelos responsáveis e prosseguidos pela diplomacia de projetar Portugal no exterior e fomentar as relações de amizade e cooperação no âmbito da Lusofonia, como lhes são frontalmente opostos e inadmissíveis. Uma situação, entretanto, que o responsável pela tutela da RTP à época se confessou, em declarações ao autor, impotente para corrigir.

A nosso ver, para a definição de objetivos estratégicos nesta área e sua maior consciencialização pela sociedade *caberia à academia um papel ativo*, promovendo a investigação e o debate público com os diferentes responsáveis a vários níveis.

O Estado português não pode deixar de assumir a responsabilidade que lhe cabe, por imperativo da sua própria história/cultura e determinação legal em projetar, promover e concretizar políticas públicas nesta área (Silva & Ribeiro, 2013). Afinal de contas, dos quase 900 anos que Portugal tem como Estado independente, pelo menos 1/3 estão profundamente ligados com o Brasil. E a academia pode não só lembrar-se disso mesmo como contribuir para a elaboração de uma estratégia de informação/comunicação devidamente estruturada para o Brasil e para a Lusofonia que manifestamente tem faltado, desenvolvendo estudos e promovendo encontros e debates sobre o tema. Sob pena de Portugal se render à situação criada e acabar por

ver a sua herança histórica e cultural no Brasil fenecer por completo na memória dos brasileiros e assim o *estranhamento/ (in)comunicação* prolongar(em)-se *ad infinitum*.

Neste particular, estamos em desacordo com Eduardo Lourenço, quando afirma “esperemos calmamente que o Brasil nos descubra. Descobrimo-nos. Já não é sem tempo” (Lourenço, 2015, p. 206). Que já não é sem tempo, certamente; mas esperar calmamente não parece ser a melhor atitude em tempo tão veloz. Já não o era, em 1998, quando ele escreveu e ainda o é menos, hoje.

Além de uma presença mediática própria mais assídua (reinstalando novamente no cabo, sem prejuízo da SIC, a RTP Internacional) para verdadeiramente dialogar com o público brasileiro, Portugal teria de equacionar também algum acesso aos média brasileiros, incluindo aqui não apenas os jornais e os sites, mas até canais e programas de televisão (em parcerias, por exemplo, na criação de telenovelas, explorando, em termos interculturais, histórias e estórias no âmbito do relacionamento Portugal-Brasil – seja em termos da História comum, seja dos laços familiares que resultaram das imigrações, cá e lá, até hoje). Há aí muita coisa para contar à espera de futuras coproduções luso-brasileiras.

Falando da *história comum*, Eduardo Lourenço observou justamente que

não está no poder de ninguém nem rasurá-la nem branqueá-la a baixo preço. O que talvez se imponha é revisitá-la em comum para descobrir, acaso também a meias, para além do que nela houve de doloroso e inexplorável, o que, apesar de tudo, emerge ainda desse processo como possibilidade e promessa de um diálogo que mutuamente nos enriqueça e humanize. Que mais não seja e no que nos toca, pelo reconhecimento, sem masoquismo estéril, do que houve nessa aventura, como em todas semelhantes, de naturalmente inumano. (Lourenço, 2004, p. 119)

Simultaneamente, Portugal teria de explorar as potencialidades de criar – eventualmente em conjunto com o Brasil (como já foi esboçado em 2010, depois logo abandonado¹²⁹) e aberto aos outros países de língua portuguesa – *um outro canal de televisão* – público ou privado e/ou público-privado – *especificamente virado para o mercado brasileiro*. Por exemplo, justificar-se-ia uma RTP-Brasil, nos moldes da já existente RTP-África ou mesmo nos termos da mais modesta

¹²⁹ Ver “Portugal e Brasil querem criar canal de televisão lusófono” - LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A. 27 de julho de 2010. Retirado de https://www.rtp.pt/noticias/cultura/portugal-e-brasil-querem-criar-canal-de-televisao-lusofono_n363316

RTP-Europa, recém-criada. Um canal/programa desse tipo seria, além do mais, um contributo para o desejável reequilíbrio da ordem mediática mundial, onde até hoje “só os poderosos parecem ter voz” (Wolton, 2004). Afinal, a proposta de criação de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação – NOMIC – do famoso Relatório MacBride da UNESCO (1980) foi bloqueada, mas as questões de fundo que levantou – designadamente a necessidade de um reequilíbrio informativo mundial – não desapareceram (Melo, 2008; Góes, 2010). Como assinalou o mesmo Wolton, “os problemas pertinentemente levantados não obtiveram solução desde então e surgirão com mais violência, porque o álibi comunista não existe mais para permitir um contra-ataque do campo ocidental” (Wolton, 2004, p. 106).

A experiência adquirida de lançamento de canais internacionais virados para a Lusofonia (RTP Internacional e RTP África) é considerada muito positiva pela generalidade dos círculos políticos portugueses, o que constitui um fator favorável, como já foi assinalado pela pesquisa na área da Comunicação:

Desde os anos 80, sucessivos governos consideraram que os canais de televisão iriam, de algum modo, contribuir para o desenvolvimento da ideia de uma comunidade lusófona e, eventualmente, para a constituição de uma entidade política formal, o que, de facto, viria a acontecer em 1996 (com a constituição da CPLP). (Sousa, 2006, p. 179)

Ou seja, no princípio era a Comunicação, que precedeu a própria criação da CPLP. Por que não admitir que algo de semelhante possa também ocorrer no domínio das relações com o Brasil?

A ideia de um canal de televisão reforçado para a projecção externa de Portugal, juntando esforços da televisão pública e dos canais de televisão privados, foi recentemente recordada por um dos principais responsáveis, há 25 anos, do lançamento da RTP Internacional¹³⁰, o que mostra que a questão se mantém viva nos círculos dirigentes, apesar das dificuldades financeiras sempre invocadas para não se ousar avançar. Como escreve Helena Sousa,

a falta de financiamento não pode deixar de ser lida e compreendida à luz do pensamento crítico, instruído e problematizante. O financiamento (e/ou a sua ausência) decorre de escolhas políticas, de opções deliberadas e com uma intencionalidade clara (Sousa, 2017, p. 197)

¹³⁰ Ver “Luís Marques Mendes quer Portugal maior” – jornal *Correio da Manhã* de 13-12-2018. Retirado de <https://www.cmjornal.pt/tv-media/detalhe/luis-marques-mendes-quer-portugal-maior>

É certo que os estudos funcionalistas mostraram que o poder dos média é relativo e nem sempre os resultados são os esperados, ocorrendo fenómenos de distorção como a “dissonância cognitiva” de que fala Festinger (1957). Mas isso não significa que os órgãos de comunicação social – e em particular (ainda) a televisão – não tenham grande importância e influência, como mostra a iniciativa de vários Estados nos últimos anos no sentido de criarem canais próprios – nas respetivas línguas e em língua inglesa – como instrumentos das suas respetivas políticas externas. Como lembra Mauro Wolf, a persuasão opera através de percursos complicados, mas as comunicações de massa exercem-na: “Quanto mais expostas as pessoas são a um determinado assunto, mais o seu interesse aumenta e, à medida que o interesse aumenta, mais as pessoas se sentem motivadas para saberem mais acerca dele” (Wolf, 1996, p. 37).

A verdade é que Portugal e Brasil ainda se ignoram muito: o Brasil não conhece ou conhece mal o Portugal mais moderno e Portugal desconhece o Brasil emergente e conhece mal, ou tem bastante esquecida e subvalorizada a sua própria história no Brasil. Entretanto, na ausência de qualquer organismo encarregado da projeção externa do Estado – que a democracia portuguesa não ousou criar, mas que vários países democráticos têm - equacionar uma estratégia de continuada presença em termos de indústria cultural e sustentada exposição mediática é uma missão difícil.

Mas alguma coisa se poderia, mesmo assim, fazer, aproveitando as imensas possibilidades abertas pelas novas tecnologias da comunicação e o facto de Portugal poder contar no Brasil com uma grande comunidade de origem lusa (ainda que envelhecida), a par de uma vasta estrutura de representação diplomática, consular e comercial.

No plano dos média eletrónicos, os sites da Deutsche Welle e da Radio France Internationale (este juntando texto, imagem e som) – não muito extensos, mas abertos e com atualizações diárias – são bons exemplos do que Portugal também poderia fazer através de uma seleção do que já possui orientada para o Brasil. O que não se justifica é a agência Lusa manter um site extremamente fechado quando as suas congéneres europeias têm páginas variadas que podem ser consultadas gratuitamente. *O fetiche da mercantilização terá de ser superado em benefício da projeção externa do país, muito em particular no que diz respeito ao Brasil.*

Mais do que celebrações pontuais, que cíclica e ritualmente aproximam os dois países, mas no fundo são meras ilhas no mar de um afastamento cultural que permanece profundo e

tende a alargar-se, faz sentido avaliar se haverá condições para tentar lançar as bases de uma aproximação mútua mais estruturante, capaz de permanecer de forma sustentada e desenvolver, na base de intenso diálogo, o enorme potencial das relações bilaterais.

A experiência da agência Lusa no Brasil, embora frustrada, merece ser ponderada na medida em que encerra lições que poderão ainda ser úteis. Designadamente a convergência no projeto de todos os atores capazes de contribuir para a sua projeção, execução e sustentação: a própria agência, naturalmente, através da determinação da sua direção em Lisboa (apoiada pela tutela) em torno de uma visão estratégica (que pode ser ou não, ainda, a de fazer da Lusa a grande agência de notícias do mundo lusófono, como chegou a ser pensado); os meios diplomáticos – embaixada e consulados – para mobilizar boas vontades; os setores empresariais com interesses no Brasil (principais empresas e Câmaras de Comércio em diferentes Estados federados) capazes de – pela contratação de publicidade – sustentar financeiramente o projeto e, claro, também, as organizações e personalidades da comunidade portuguesa estabelecida no Brasil.

Em termos operacionais, a *parceria de outsourcing* com uma empresa local (no caso a Prima Página) não apenas conhecedora do terreno, dos meios e dos métodos mais apropriados, mas inclusive capaz de apresentar propostas em termos do desenho do próprio projeto e sua projeção para a Lusofonia e até além dela – foi também essencial e é certamente uma das lições a reter. Como declarou ao autor o jornalista Jaime Spitzcovsky, no depoimento já referido,

há um enorme e subexplorado potencial para a colaboração entre meios de comunicação brasileiros e portugueses. Creio que um dos fatores a explicar a timidez e a reduzida realização do potencial reside no viés tradicional de se privilegiar, em Brasil e em Portugal, os mercados domésticos, deixando em segundo plano oportunidades transatlânticas. Entre estas está a a ascensão da China. O governo chinês, marcado por sua experiência na relação com Macau, fala frequentemente numa política para países lusófonos, o que coloca Brasília e Lisboa no mesmo radar de Pequim.

Para além dos óbvios motivos de ordem histórica, cultural e linguística, há interesses complementares numa série de áreas que militam no sentido da aproximação entre Portugal e o Brasil. Tal envolvimento, no entanto, não encontra reflexo no fluxo de informações entre os dois países, com claros prejuízos para a ampliação e solidificação desses laços, ainda vítimas de desinformação e preconceitos.

Não é, por isso, cedo para repensar a questão da comunicação entre os dois países, a começar pelo debate – que a academia poderia promover – com vista à elaboração de orientações estratégicas e começando depois, eventualmente, por um *Encontro Média, Comunicação e Negócios* juntando todos os potenciais agentes com interesses e/ou responsabilidades na relação Portugal-Brasil – academia, políticos, diplomatas, jornalistas e empresários – para se discutirem estas questões e promoverem parcerias.

Isso terá de ser feito, no entanto, partindo do reconhecimento claro e frontal do *estranhamento* e da *(in)comunicação* que se instalaram e que não vale a pena disfarçar com o discurso onírico da retórica oficial. Como também já assinalou Eduardo Lourenço, a narrativa do “país irmão” visa, no fundo, esconder a relação de origem país colonial/país colonizado que os brasileiros não querem evocar, como se fossem filhos de si mesmos, recalcando sempre o ato fundador português. Insistir nesse discurso equivale a prolongar *ad infinitum* e sem propósito um diálogo de surdos institucional assente na invisibilidade mútua, uma desfocagem de visão: por excesso (de Portugal em relação ao Brasil) ou por escassez (do Brasil em relação a Portugal) (Soares, 2003).

Se nada for feito, Portugal arrisca-se a que se possa dizer da sua relação com o Brasil o que certa vez Bernard Shaw afirmou sobre os EUA e a Inglaterra – serem dois países separados pela mesma língua. Daí para cá, América e Grã-Bretanha souberam construir uma *special relationship*. Convirá por isso averiguar se o aprofundar das relações sociais, académicas, económicas e comerciais registado nos últimos anos poderá abrir espaço para que entre Portugal e Brasil venha um dia a existir uma idêntica relação especial. Tanto mais que o Brasil, à medida que se desenvolve e perde o “complexo de vira-lata” de que falava Nelson Rodrigues (1993, pp. 51-52), poderá ser mais generoso para com a sua própria história e, portanto, também para com Portugal.

Parece-nos, entretanto, irrealista esperar que isso aconteça por mera geração espontânea, como por vezes sugerem alguns diplomatas, assim isentando o Estado das suas responsabilidades. Se o veio brasileiro da lusofilia não for protegido e acarinhado, a fonte pode secar. Em qualquer caso, Portugal, se desejar evitar que o cisma cultural com o Brasil se alargue, terá de começar por conhecer melhor as razões do *estranhamento* e da *(in)comunicação*, encarando de frente as coisas como elas são. Essa a razão e o sentido deste trabalho.

Dada a desproporção existente entre os dois países, haverá sempre uma diferença de impacto assinalável. Para já não falar das telenovelas, é garantido que qualquer ação cultural do Brasil em Portugal, ainda que pouco relevante, terá sempre assegurada ampla repercussão, enquanto a inversa não é verdadeira. Qualquer ação portuguesa, mesmo de mérito internacional reconhecido, se não for acompanhada por intensa ação mediática, passará despercebida do grande público brasileiro.

Tem havido, nos últimos anos, alguns avanços em termos de projeção cultural portuguesa em terras de Vera Cruz. Para além do culto a Pessoa e a reverência para com Saramago, que continuam presentes, um punhado de autores portugueses contemporâneos – Miguel Sousa Tavares, Inês Pedrosa, Gonçalo M. Tavares, José Luís Peixoto, Valter Hugo Mãe... - são hoje conhecidos no Brasil e a presença da *Babel* e da *Leya* introduz uma nota de prestígio no mercado editorial brasileiro.

Os acordos de cooperação no cinema e no teatro, lançados pelo Tratado de Amizade e Cooperação de 2000¹³¹, produzem também os seus frutos. Milhares de estudantes brasileiros fazem os seus cursos em universidades portuguesas e mantém-se intenso o diálogo académico a diferentes níveis, designadamente no âmbito da Lusofonia.

Continua, entretanto, a faltar a tudo isso expressão mediática. O que é tanto mais de lamentar quanto é certo que – de acordo com Rui Nogueira¹³², jornalista português há décadas radicado no Brasil – “esse sentimento de estranhamento, embora exista, já foi maior” e “o interesse dos brasileiros por Portugal não diminuiu – aumentou.” Por outro lado, “nas redações, de uma forma geral, não é por preconceito que existe desinteresse pelas coisas portuguesas. Não há privilégio, mas também não há preconceito”. O que parece faltar – segundo Rui Nogueira – é uma atenção maior por parte de Portugal no que respeita às questões mediáticas, incluindo os novos média, as redes sociais: “parece não existir uma estratégia nem uma procura de diálogo devidamente sustentada”.

¹³¹ Ver Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil. Retirado de https://www.dgae.mec.pt/?wpfb_dl=1023

¹³² Rui Nogueira, jornalista português radicado no Brasil. Formou-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Foi chefe de Redação e chefe de Reportagem nas sucursais dos jornais *Folha de S. Paulo* (12 anos) e *O Estado de S. Paulo* (7 anos) em Brasília. Foi também editor da TV Globo/BsB (4 anos) e diretor da revista e site *Primeira Leitura* (6 anos). É sócio-diretor da PATRI-análise estratégica de políticas públicas. Depoimento recolhido para esta tese, em Brasília, no dia 12-07-2015.

Não espanta, por isso, que a assimetria persista. Uma assimetria que, dada a desproporção entre as dimensões dos dois Estados, só poderia ser colmatada com uma forte presença da informação portuguesa, designadamente através de:

- edições (pelo menos eletrónicas) de jornais/sites portugueses dirigidas especificamente ao público brasileiro;
- mais acordos e protocolos de cooperação e intercâmbio entre os média dos dois países;
- maior visibilidade e preparação dos correspondentes portugueses no Brasil, com particular incidência no conhecimento da história conjunta dos dois países;
- penetração efetiva da Agência Lusa no mercado mediático brasileiro, renovando os contatos que chegaram a ser encetados com os média do Brasil;
- mais esforços concertados dos média portugueses, públicos e/ou privados para garantir acesso ao espaço mediático do Brasil, incluindo através de parcerias locais, etc.;
- parcerias bilaterais como já têm: a BBC com uma grande rádio brasileira – a CBN, da rede Globo; a Radio France Internationale – acordo com a empresa pública brasileira de comunicação EBC e outro com a rede de rádios Radioweb;
- parcerias com grandes estações de televisão e produtoras brasileiras visando produzir programas conjunto e/ou criar telenovelas centradas quer nos aspetos históricos quer atuais do relacionamento bilateral;
- visitas regulares a Portugal de jornalistas brasileiros dos grandes órgãos de comunicação – designadamente colunistas e líderes de opinião, a exemplo do que já faz a AICEP nas áreas do turismo e dos vinhos;
- encontros anuais alternados em Portugal e no Brasil entre jornalistas dos dois países;
- troca de estágios de jornalistas brasileiros em redações de média portuguesas e vice-versa, eventualmente associando centros de formação e faculdades de comunicação dos dois países;
- *criação de um canal lusófono em parceria com o Brasil e aberto aos outros países de expressão portuguesa, emitindo via satélite e negociando também a presença no espectro audiovisual brasileiro disponível da TV por cabo;*

- emissão (com caráter regular ou esporádico) de telejornais em simultâneo repartidos entre Lisboa/Brasília e outras capitais estaduais do Brasil, como faz hoje a BBC entre Londres e Washington (BBC News America) e entre Londres e Singapura, por exemplo;
- E, *the last, but not the least*, para estimular tudo isso, criação de um Prémio Anual de Jornalismo Portugal-Brasil para distinguir as melhores matérias em diferentes áreas do relacionamento bilateral, a ser entregue todos os anos num grande espetáculo com repercussão mediática.

Nada disto hoje existe. Pelo contrário, a presença mediática portuguesa no Brasil, como vimos, reduziu-se nas últimas duas décadas: os órgãos de comunicação social portugueses não acompanharam a internacionalização da economia portuguesa rumo ao Brasil e aquele que mais esboçou um movimento de acompanhamento, como a agência Lusa, acabou por não se fixar, retirando-se inexplicável e abruptamente, quando se encontrava em fase de consolidação e expansão, mantendo-se por isso o *estranhamento* e a *(in)comunicação*, apesar da intensificação do intercâmbio social entretanto registada.

Um fator que poderia contribuir para a superação desse *estranhamento* seria o trabalho de *um núcleo de correspondentes profissionais*, devidamente formados e cientes dos desajustamentos das relações bilaterais, conhecedores da história conjunta Portugal/Brasil e trabalhando no sentido da (re)aproximação mediática entre os dois países. Os correspondentes, vistos sob o ângulo das implicações culturais, têm, com efeito, um papel a desempenhar na imagem recíproca dos países, podendo dar um contributo para as relações bilaterais. Portador de um olhar de país diferente, inserido numa nova realidade, o correspondente encontra-se numa situação de fronteira, de charneira entre duas culturas, cabendo-lhe “traduzir” a diversidade.

Como assinala o antropólogo britânico Anthony Carter,

os correspondentes pertencem a uma comunidade de prática que se espalha pelo mundo de forma organizada, mas notavelmente desigual (...) e se engaja na produção e na organização de fluxos de cultura”, que podem ser definidos como “os sentidos que as pessoas criam e que criam as pessoas e as formas de divulgação pelas quais esses sentidos se tornam públicos – através de consideráveis distâncias físicas e sociais. (citado em Lins, 2011, p. 82)

A tendência atual em relação ao Brasil não é, infelizmente, de reforço, mas de redução do corpo de correspondentes internacionais acreditados no país. Desde 2017, “a maioria dos veículos de imprensa internacionais está fechando as portas ou enxugando drasticamente seu quadro de

funcionários no Brasil” (Michaels, 2017). De acordo com a Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira, dos 120 que havia no começo daquele ano, 30 já haviam saído. A quebra de perspectivas de desenvolvimento ocorrida nos últimos anos, com a entrada do país em crise justificaria o êxodo. Como disse Jonathan Watts, correspondente para a América Latina do jornal inglês *The Guardian*, “um país que retrocede na política e na economia perde importância no cenário mundial” (Michaels, 2017). Mas Portugal tem outro tipo de responsabilidades em relação ao Brasil e não precisa necessariamente de seguir a lógica e o movimento geral; a saída de muitos correspondentes pode até tornar mais acessível a implantação de um escritório como os que a RTP Internacional tem, desde os anos 90, noutros países de expressão portuguesa, mas até agora não criou no Brasil.

Da importância da narrativa

Sem que a sua narrativa se faça ouvir no Brasil, e sem que o Brasil se habitue a escutar o Português de Portugal, tal como Portugal já se habituou, através das telenovelas, a escutar e entender o Português do Brasil, não será possível contrariar a crescente separação cultural entre os dois países.

Na sequência dos estudos de Michel Foucault e Jacques Derrida, há muito que ficou estabelecida a importância fulcral da narrativa:

a narrativa é tudo, a narrativa é que constrói o objeto histórico, é o modo pelo qual o discurso historiográfico se constitui enquanto lógica, enquanto coerência para que determinadas bases factuais sejam legitimadas. (Edgar Deca, citado em Nicolazzi, 2004, p. 111)

Para isso, *Portugal precisaria de assegurar acesso aos média brasileiros* – como o faz por exemplo a Radio France Internationale, que criou uma redação de língua portuguesa em Paris e fornece diariamente matérias que coloca numa plataforma de distribuição ao alcance de milhares de rádios no Brasil inteiro (Radioweb) – e/ou, ao mesmo tempo, tentar chegar diretamente ao grande público via satélite e/ou internet, com meios próprios – públicos ou privados – capazes de dialogar com as suas audiências.

Como mencionado, a RTP Internacional e a SIC Internacional já possuem os meios, com emissões via satélite que alcançam o Brasil, mas a grelha de programas, tecida quase só com

conteúdos concebidos para o público português, não dialoga verdadeiramente com o público brasileiro.

Como sabemos pelo menos desde Schudson (1986, p. 31), o acesso ao campo jornalístico é um bem socialmente estruturado e as notícias são, entre outras coisas, “o exercício do poder sobre a interpretação da realidade” (Gans citado em Traquina, 2007, p. 122). *Sem uma política estrategicamente concebida e sistematicamente aplicada nesta esfera, Portugal limitar-se-á a ficar à mercê dos acontecimentos*, correndo o risco de ver o Brasil afastar-se mais e mais do seu horizonte, prolongando a *(in)comunicação* e acentuando o *estranhamento*. Dado o descaso a que vimos assistindo nos últimos anos, em que o episódico e pontual, ainda que repetido e enfatizado pela diplomacia, não chega para dar corpo a uma estratégia estruturante, o que espanta é que esse afastamento não seja ainda maior. O que eventualmente só poderá explicar-se por força dos “laços de sangue” que persistem, mesmo quando não conscientes, e por força da língua, que nos mantém ligados numa mesma relativa identidade. Mas, quer num caso quer noutra, a erosão, por efeito do tempo, da distância e do não diálogo, uma vez que um não ouve verdadeiramente o outro, é galopante.

Se tiver a pretensão de conter essa erosão e se assumir como ator global, Portugal não pode deixar de se virar mais para o Brasil, dotando-se dos necessários instrumentos dessa política pública ou, pelo menos, aperfeiçoando os já existentes, vencendo o *estranhamento* e a *(in)comunicação*. A criação de um canal de televisão lusófono poderia – como ensina Joseph Nye e o exemplo do que já fazem hoje os EUA (CNN), o Reino Unido (BBC), a Alemanha (DW), a Espanha (TVE), a França (TV5), a Rússia (RT), o Qatar (Al Jazeera) e a China (CCTV), entre outros, comprova – essa política tem três dimensões:

- 1) o noticiário diário – em que se explicam acontecimentos e decisões;
- 2) a comunicação estratégica – em que se definem grandes temas e se estabelecem calendários para a sua celebração mediática, como numa campanha publicitária; e
- 3) a criação e sustentação continuada de uma rede de contatos com indivíduos-chave através de intercâmbio, ações de formação, seminários, conferências e acesso aos canais de média. (Nye, 2005). Como aí se afirma, “na era da informação em que vivemos, em última instância ganhará aquele que souber fazer prevalecer a sua narrativa”.

Mas o desafio para Portugal deveria ser o de ir além da simples reafirmação e defesa da sua identidade e da memória da sua própria história no Brasil. Poderia ser, também, uma oportunidade para lançar e manter em permanência um diálogo com a diferença, um reconhecimento das alteridades étnicas, culturais e políticas envolvidas no processo histórico da colonização. Um tal canal (por vocação aberto a toda a Lusofonia) poderia aliás converter-se numa plataforma de reflexão com vista à transformação do próprio Portugal num sentido mais diversificado, fortalecendo o movimento rumo – na expressão de Miguel Vale de Almeida – a “um país multicultural, de acolhimento e integração de imigrantes, onde a diversidade conviva com a igualdade social e de cidadania” (Almeida, 2003, p. 384).

Essa é a potencialidade encerrada numa desejável maior aproximação mediática de Portugal com o Brasil: partir da história para ambos se reconhecerem na plenitude das suas diferenças e finalmente aceitarem, sem complexos, o seu passado comum em tudo o que ele teve simultaneamente de exaltante e de terrível:

Falando da *história comum*, Eduardo Lourenço observou justamente que

Não está no poder de ninguém nem rasurá-la nem branqueá-la a baixo preço. O que talvez se imponha é *revisitá-la em comum* para descobrir, acaso também a meias, para além do que nela houve de doloroso e inexpiável, o que, apesar de tudo, emerge ainda desse processo como possibilidade e promessa de um diálogo que mutuamente nos enriqueça e humanize. Que mais não seja e no que nos toca, pelo reconhecimento, sem masoquismo estéril, do que houve nessa aventura, como em todas semelhantes, de naturalmente inumano. (Lourenço, 2004, p. 119) (sublinhado nosso)

Considerações finais

“se o Brasil mal aprecia Portugal, Portugal, em certa maneira,
completamente ignora o Brasil.”

Sampaio Bruno, *O Brasil mental - Esboço crítico*, 1898

Raízes emaranhadas

Dada a diversidade dos territórios, das gentes, do *ethos* e da psicologia, e marcada que se encontra por narrativas muitas vezes contraditórias, a questão do relacionamento Portugal-Brasil é complexa por natureza. Ou está, pelo menos, emaranhada de tal modo que se torna difícil desfazer os nós.

Envolvendo realidades históricas dinâmicas e cruzadas sobre as quais se projetam diferentes olhares, dela irrompem entendimentos fracionados que muitas vezes dificilmente se ajustam. Por sobre as ondas do imenso Oceano que une e separa os dois países, espelham-se imagens deformadas dessa relação, ao mesmo tempo que um espesso nevoeiro ideológico consolidado obscurece e confunde tudo ainda mais. Com a agravante de que, embora falando a mesma língua, os dois a custo se entendem porque os códigos – mais ainda do que os sotaques – são distintos. Dai o *estranhamento* e a *(in)comunicação*. Mas, como se chegou até aqui e porque se prolonga aparentemente *ad infinitum* essa situação?

Os contingentes humanos oriundos de Portugal que povoaram o Brasil variaram muito em termos sociais ao longo dos séculos, ao mesmo tempo que se ia operando a metamorfose dos que chegavam e se instalavam, à medida que se iam adaptando às novas realidades e

miscigenando com os núcleos dispersos de populações autóctones, primeiro, e com os contingentes africanos que alimentaram a escravatura, depois.

As diferenças assim formadas entre o Portugal europeu e o Portugal americano eram, desde o início, tão grandes que, pode dizer-se, a separação estava “inscrita nas estrelas”, tudo não sendo se não uma questão de tempo. Um tempo ao longo do qual os contrastes se foram acentuando e as fricções e os confrontos se multiplicaram, com eles se acentuando também os sentimentos de desconforto, *estranhamento* e *(in)comunicação* entre os de lá e os de cá.

Em busca de legitimidade histórica, a narrativa nativista brasileira sempre tentou – e por vezes tenta ainda – remeter para o passado mais longínquo possível a origem do antiportuguesismo. Alguns chegam a ver na Carta de Caminha os primeiros indícios do Brasil autárquico. O exercício, porém, não se sustenta, porquanto pelo menos nos séculos XVI e XVII, os portugueses na e da América se viam a si próprios como continuadores da realidade portuguesa nos trópicos, erigindo aí uma Nova Lusitânia, como assinava Duarte Coelho, escrevendo da capitania de Pernambuco (Freire, 2001). Mesmo que se sentissem já superiores em tudo, mesmo com todas as diferenças e com todos os conflitos que iam surgindo, instaurando desentendimentos vários, viam-se ainda como agentes diretos do poder lusitano. Sendo assim, onde podemos fixar o grande momento de rutura?

Ao longo dos séculos, houve – como vimos – muitos motivos de *estranhamento*: entre quem chegava e quem estava; entre quem dominava e quem era dominado; entre brancos e índios, brancos e negros, senhores e escravos, reinóis e nobreza da terra, “mazombos” e “emboabas”, “marinheiros” e “pés de cabra”... Depois, já no início do século XIX, o processo de instalação da Corte no Rio de Janeiro gerou mais descontentamento devido aos abusos que foram cometidos, intimando os nobres locais a cederem as suas casas (Souza, 2005), ainda que ao mesmo tempo, como vimos, houvesse também um sentimento de “patriotismo imperial” por o centro político estar agora no território.

Todavia, o momento mais marcante de confronto e estranhamento foi certamente o do processo da Independência, entre 1821 e 1822, quando os “portugueses de um e outro hemisfério” se cindiram na luta pela hegemonia do Império. É quando nas Cortes de Lisboa soa o “Adeus, Senhor Brasil!”, de Fernandes Tomás, e na Corte do Rio de Janeiro D. Pedro exclama “De Portugal não queremos nada, nada...!”.

Esse momento é crucial e determinante, a vários títulos, para o que se vai passar em seguida. Antes de mais, porque, ao contrário do que se encontra estabelecido no senso comum – numa construção narrativa elaborada *a posteriori* por razões políticas e ideológicas – a separação entre Portugal e Brasil não ocorreu dentro de um esquema clássico de Colônia contra Metrópole, colonizados contra colonizadores. O primeiro impulso para a separação veio até, como vimos, de Portugal, colocado que estava – desde as invasões francesas e consequente transferência da Corte para o Rio de Janeiro – numa situação subalterna internamente considerada humilhante face a um Brasil acrescido e engrandecido.

Não havia, na altura, uma nação contra outra. A nação era a mesma, ainda que com cambiantes particulares de região para região, cada qual vendo nela a sua *pátria* originária: minhotos, baianos, paulistas, mineiros, etc. (Jancsó & Pimenta, 2000). Por outro lado, as elites das classes dominantes tinham a mesma formação, fosse no Brasil, fosse em Portugal, uma vez que todas elas se graduavam em Coimbra, o que constituía um fator de aproximação importante (Carvalho, 1981).

Registaram-se, como referimos, críticas, descontentamentos, confrontos e revoltas; mas, *antes de finais do século XVIII, não havia ainda um sentimento nacional unificado*. E muitos dos ódios de então eram mais dirigidos contra a Coroa do que propriamente contra a nação portuguesa, à qual as elites locais tinham, aliás, orgulho de pertencer, uma vez que era isso que as distinguiu das classes subordinadas e consideradas “inferiores”. Os indígenas e os escravos, esses, antes da Independência, na visão das elites, “não tinham pátria”, embora fossem também súbditos do mesmo Rei e alguns se tenham até distinguido na defesa do território, como aconteceu, por exemplo, na luta contra os invasores holandeses, no século XVII, com o índio Felipe Camarão e o negro liberto Henrique Dias, heróis de Guararapes, distinguidos pela Coroa e disso orgulhosos.

Na luta pela Independência, o que houve, portanto, foi uma briga interna – “uma guerra civil de portugueses” na expressão de Sérgio Buarque de Holanda (Holanda, 2003, p. 17) –, dentro das elites cultas e dirigentes *da mesma nação lusa dominante, pelo controlo da hegemonia do Império*. Onde centrar a capital: Lisboa ou Rio de Janeiro, eis a questão.

Colocados perante a intransigência dos deputados liberais em tolerar um poder partilhado que reconhecesse a autonomia brasileira já adquirida desde a elevação do Brasil a Reino Unido

por D. João VI, os portugueses da América, na consumação da sua metamorfose, inventam como arma política o mote da “tentativa de recolonização” por parte das Cortes, que na realidade nunca existiu ou não existiu com essa caracterização (Rocha, 2008; Dolhnikoff, 2012). Mas o mito foi atuante e determinante para justificar e sustentar a separação política e “essa versão seria durante muito tempo a versão oficial da história brasileira” (Dolhnikoff, 2012).

A figura de José Bonifácio – “esse português natural do Brasil” (Varela, 2006), que a si próprio se considerava o “mais humilde e fiel súdito português”, acabando depois por se transformar no “patriarca da Independência” – espelha bem, de forma concentrada, na sua própria personalidade e percurso (mais de 30 anos de vida em Portugal e na Europa antes de regressar ao Brasil para aí assumir, já em idade avançada, a luta pela separação) todo o caráter contraditório da situação.

Durante e depois do corte com Portugal, colocados perante a necessidade imperiosa de literalmente construir uma nação até aí inexistente, os portugueses do Brasil, com o príncipe herdeiro, D. Pedro, e José Bonifácio à cabeça, vão alimentar – literalmente inventar – essa ideologia do colonizado vítima do colonizador que se liberta das correntes da opressão lusa – logo eles, um nascido em Lisboa em berço de ouro e outro que estudara e passara a maior parte da vida em Portugal, lutara por Portugal contra os franceses nos batalhões académicos de Coimbra e a si mesmo se considerava “bom vassalo e bom português” (Varela, 2006)!

A identificação com Portugal e com a nação portuguesa era tão grande que – dada a ausência de tradição cultural própria, distinta da herança lusa – “a única forma de definir o brasileiro era pelo que o termo excluía”. E naquela conjuntura que se seguiu à Independência (...) nenhuma ideia se oferecia com maior facilidade para exercer esse papel do que a do português, assim transformado no outro, no estrangeiro do qual a nova nação se queria distinguir (Ferreira & Neves, 2000, p. 228).

O maior paradoxo, gerador de todas as ambivalências, é que os antigos portugueses da América, os líderes do processo de Independência vão edificar a nova nação e a nova identidade com base no antilusitanismo servindo-se, entretanto, para isso, do Estado português instaurado no Brasil pela Corte de D. João VI.

Na realidade, o Brasil parece configurar o exemplo clássico – sustentado pelas teorias modernistas do nacionalismo (Breuilly-1982, Gellner – 1983 e Anderson – 1983) de uma nação

criada de cima para baixo, através da manipulação de dados culturais pré-existentes visando responder às necessidades das elites, culturalmente unificadas, de homogeneizar (Bonifácio fala – como vimos – de “amalgamar”) as suas populações culturalmente fragmentadas (Maurício, 2012).

É nesse processo de separação que se forja, alimentada pela imperativa necessidade política de operar uma *inversão de sentido*, a identidade brasileira, tendo como contraponto o português, a partir daí hostilizado em múltiplos confrontos. *Por isso, o antilusitanismo está* – pode dizer-se – *na própria gênese, no DNA da nação e da identidade brasileiras, o que explicaria a perenidade do estranhamento em relação a Portugal, tanto mais que esse sentimento, como vimos, se cristalizou no ensino e nos média, penetrando o senso comum.* Este é, parece-nos, um momento-chave para decifrar o mistério, apontado por Amado Cervo, que envolve as relações bilaterais e que se traduz na parceria inconclusa (eternamente?) de que ele próprio também nos fala (Cervo, 2012).

Entretanto, nesse mesmo momento da separação, os portugueses da América, em vias de se transformarem em brasileiros, também se cindiram internamente em duas correntes – uma lusófoba, outra lusófila, que irão permanecer ativas de então para cá, tornando assim profundamente ambivalente a atitude do Brasil em relação a Portugal, geradora, por isso mesmo, também ela, de um sentimento de estranheza. Por um lado, havia hostilidade, mas, por outro, abriam-se as portas à imigração portuguesa, considerada a mais adequada, e reconhecia-se a existência de “laços de sangue” na base dos quais se concediam aos portugueses alguns privilégios; a começar, por exemplo, pela atribuição aos já residentes, no momento da Independência, da cidadania originária: um reconhecimento implícito, afinal, de que a nação fora até aí a mesma.

Seguiram-se depois, ao longo de um século, confrontos e momentos de tensão vários, em que as correntes lusófoba e lusófona foram disputando espaço sobre a forma de construir a nova “comunidade imaginada” (Anderson, 1989) – definindo o que do passado deveria ser ou não acolhido na configuração identitária da nacionalidade.

Tudo se agravou, entretanto, com a instauração da República, quando a lusofobia virou dominante (ou, pelo menos, mais “audível”) e a herança lusa – que a Monarquia de alguma forma

preservava e estimava – se tornou, aos olhos de muitos, num “pesado fardo” do qual o Brasil teria de se desfazer para poder progredir.

Tal como acontecera em 1822, no momento da Independência, também na República foram razões políticas que determinaram o antilusitanismo: como fundamento da nova nacionalidade, no primeiro caso; e como meio de consolidação do novo regime, no segundo.

Por isso, em finais do século XIX, o confronto com os portugueses acentuou-se e o antilusitanismo atingiu o ápice, num movimento que chegaria ao ódio e que se consolidou, no plano simbólico, já no começo do século XX, com a Semana de Arte Moderna de São Paulo (1922), em que pela primeira vez o Brasil mental se propôs construir a imagem de si próprio sem referência a Portugal. Em carta a Manuel Bandeira, Mário de Andrade – autor de *Macunaíma*, em que exalta o folclore dos índios e em parte também dos negros – confessa que *o objetivo já nem era combater Portugal. O objetivo, agora, era esquecê-lo* (Moraes, 2000).

Na mesma senda, poucos anos depois (1928), Oswald de Andrade, outro dos expoentes do Modernismo brasileiro, lança o *Manifesto Antropófago*, no qual a indianidade é erigida claramente em matriz da nacionalidade (como já havia feito o Romantismo ao qual o Modernismo, no entanto, se opunha). A ideia era esta: tal como, no século XVI, os índios Caetés haviam feito com o Bispo Pero Fernandes Sardinha, o primeiro do Brasil, devorado num ritual antropofágico, os nativos iriam agora devorar os elementos vindos de fora, os colonizadores e todos os que se lhes seguiram, assim se tornando melhores e mais fortes: brasileiros. Para que não restassem dúvidas, Oswald acentuava: “Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. (...) Tupi or not Tupi, that is the question”.

No processo de elaboração da identidade nacional brasileira passam então a ser valorizadas todas as outras raízes que não a portuguesa: a indígena, a africana, a europeia de diferentes proveniências (italiana, espanhola, alemã, polaca...) a sirio-libanesa, a japonesa... Quanto ao português, pior do que ter sido comido e (re)assimilado, como no exemplo metafórico do Bispo Sardinha que inspirou Oswald de Andrade, passou a ser sistematicamente desvalorizado e até esquecido.

Lourenço foi talvez o primeiro a assinalar esse processo ao escrever:

O Brasil, tal como três séculos de autocolonização o construíram e desenharam, é apenas uma *invenção* portuguesa, prolongada e modificada em seguida por uma emigração europeia, asiática, de fecundo dinamismo. Salvo

para uma consciência índia que só hoje acorda para uma memória que não lhe assegurava nem permanência nem identidade, o Brasil parece assim cometer um parricídio, mesmo inconsciente, vivendo-se, como realmente se vive, nos seus textos, nos seus sonhos, nas suas ambições planetárias, como uma *nação sem pai*. (Lourenço, 2004, p. 136)

Toda uma série de “intérpretes do Brasil” – sociólogos, historiadores e literatos de um modo geral (Manoel Bomfim, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Paulo Prado, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda...) - irá aprofundar o distanciamento, designado o passado lusitano como a raiz de todos os males da nova nação.

Nos anos 1930, a lusofilia recuperou fôlego graças aos esforços da Comunidade Portuguesa (sempre em contracorrente com a lusofobia), e sobretudo com a obra de Gilberto Freire, que, n' *O Mundo que o Português Criou* e em *Casa-Grande e Senzala* (1933), ao destacar o valor da mestiçagem (contra as teorias racialistas da época) e sobretudo ao acentuar a plasticidade da alma lusa como particularmente adequada à vida nos trópicos, *reinstalou a herança portuguesa no centro da construção identitária do Brasil*. “(...) o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidade de permanência” (Freyre, 2004, p. 73). O próprio Sérgio Buarque de Holanda, que apontava o corte com as raízes ibéricas como condição de progresso do Brasil, acabou por reconhecer que apesar do “contato e mistura com raças indígenas ou adventícias”, a cultura brasileira não se fez tão diferente dos “nossos avós de além-mar” como muitas vezes “gostaríamos de sê-lo”, acentuando:

No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos compatriotas [ele próprio?], é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma. (Holanda, 2000)/(parêntes nosso)

“Alma comum” não é pouca coisa. Mas, nos anos 50 do século passado – retomando uma senda aberta já nos anos 30 pelo marxista Caio Prado Júnior com o seu *Evolução Política do Brasil* - iniciou-se uma nova fase da vida intelectual brasileira apoiada em diversas versões e aproximações ao marxismo, na qual a sociologia e a economia irão fornecer as bases ideológicas

para um novo nacionalismo, que acabará por varrer para segundo plano essa narrativa mais conciliatória para com a herança cultural portuguesa (Zarur, 2005, p. 36).

Em vez de apreciada e valorizada, a herança portuguesa passa a ser denegrida ou no mínimo sistematicamente criticada ou até rasurada, num incessante parricídio em que o Brasil se assume como *filho de si mesmo* (Lourenço, 2004, p. 36). Para Eduardo Lourenço, essa atitude vem de trás, pelo menos da já referida Semana de Arte Moderna de 1922, que lançou os fundamentos da cultura brasileira do século XX, a qual “nunca mais deixou de voluntariamente se distanciar não apenas da cultura matriz, objeto de ocultação e denegação inconsciente, mas da cultura arquetipa ocidental” (Lourenço, 2004, p. 140). Como também assinalou Lourenço, chegamos assim a esta situação paradoxal: “No Brasil, Portugal está em todo o lado e em lado nenhum”. Os brasileiros – afirma – preferem não ter passado e ser apenas esse futuro em que a realidade brasileira se encontrará com um sonho digno da “grandeza do Brasil”, no qual “Portugal não tem lugar” (Lourenço, 2004, p. 140).

Uma armadilha da História?

Nessa medida, e como reconhecia no início do século o historiador brasileiro Guilherme Mota, “O modo como o Brasil constrói sua História tem muito de antropofágico e mesmo autofágico” (Mota, 2003, p. 392).

Estaria o Brasil, na construção da sua História, mesmo sem disso se dar conta, no afã de evitar uma narrativa centralizada e totalizante, caindo naquilo a que Pierre Clastres chamava “uma armadilha da História” (Clastres, 1979), isto é: querendo evitar um mal, caindo noutro?

A abertura a narrativas diversas é certamente salutar. É, na verdade, uma necessidade que decorre da própria tecitura da sociedade brasileira, na qual coexistem sectores muito diferenciados, etnicamente distintos, com histórias, culturas, percursos e interesses diversos e em vários planos antagónicos, e que possuem, portanto, memórias não coincidentes. Mas a diversidade conflituante dos discursos acaba por ter o efeito perverso de dificultar a consolidação de um acervo estruturado, com reflexos negativos na autoestima nacional.

A tentativa de evitar uma excessiva hegemonia narrativa e dela expurgar o elemento politicamente hegemónico – o português – acabou, paradoxalmente, por conduzir a um outro tipo

de “hegemonia”: um discurso quase sempre desestruturante, no qual são sistematicamente desvalorizados aspetos que poderiam contribuir para o acervo positivo da história nacional.

No processo de construção da nacionalidade por contraposição aos portugueses, os historiadores e sociólogos brasileiros – e, na sua esteira, os média – acabaram por gerar, por via de sucessivas decantações simplificadoras impostas pela vulgarização, uma narrativa que além de sempre acentuar os ângulos negativos da herança lusa, ignora ou recusa aceitar o que desse legado poderia ser invocado em interesse próprio. Nociva – ainda que apenas por omissão – à própria imagem, trata-se, portanto, como referia Mota, de uma História em boa parte autofágica.

Quadro depreciativo prolonga estereótipos

No processo de construção da nação e da sua identidade, o Brasil parece, com efeito, debater-se com a dificuldade intrínseca de estabelecer uma narrativa positiva e inquestionável em relação a tudo o que envolve os portugueses, por aparente temor de valorizar em excesso uma herança que tem de rejeitar para se afirmar, mas da qual não pode inteiramente prescindir porque também é sua.

Daí que, perante a dilacerante dificuldade do exercício, o brasileiro prefira muitas vezes esquecer, olvidar ou recalcar essa memória – rasurá-la, tentando só olhar para o futuro. E *quando, ainda assim, ousa olhar para trás, não se reconhece, não se identifica, descrevendo esse passado com estranheza, como se não lhe pertencesse ou dele não fosse o direto herdeiro e continuador*. É esse olhar que faz dizer a Sérgio Buarque de Holanda logo na abertura de *Raízes do Brasil*: “somos ainda hoje uns desterrados na nossa própria terra” (Holanda, 1988, p. 3).

Por outro lado, o facto de esse passado ser arrumado, em termos de historiografia do país, no chamado “período colonial”, onde os principais atores negativos são os portugueses na qualidade de conquistadores – nessa visão apresentados como elementos externos que depois seriam expulsos – reforça esse olhar distanciado, como se os brasileiros de hoje pouco ou nada tivessem a ver com esse período e com essa gente.

Como se já existisse no território uma identidade nacional plenamente formada que pelos lusos tivesse sido subjugada e esmagada, quando na realidade a relação com os diferentes grupos indígenas dispersos pelo território e que entre si se guerreavam em permanência foi – como assinalamos – contraditória, variando de tribo para tribo, de região para região, oscilando sempre

entre aliança, miscigenação e guerra; sem esquecer que a nação brasileira – ela própria fruto último desse complexo e ambivalente processo – só viria propriamente a ser criada pelo Estado no século XIX, já depois da Independência, em resultado, no fundamental, de uma desavença entre “portugueses de um e outro hemisfério”. Como assinalou Evaldo Cabral de Mello: “*O nacionalismo brasileiro não precedeu, sucedeu, a criação do Estado nacional*” (Mello, 2002, p. 15).

Afinal, o que é seu e o que a outrem pertence? Até quando e o quê aceitar da história portuguesa na história brasileira sem se descaracterizar e o que dela abertamente repudiar para melhor se auto identificar? Onde verdadeiramente começa a colonização portuguesa e quando termina? O que atribuir, de todo esse processo histórico, aos portugueses e o que colocar na conta já dos brasileiros? Como e quando ocorreu essa metamorfose?

Para responder a estas questões, a narrativa histórica brasileira mais comum adota um método que aplicará de forma transversal: inserir sempre que possível o ato ou acontecimento histórico português, que não possa deixar de ser registado ou referenciado, num contexto mais vasto, por forma a que ele perca a força incisiva que poderia ter e/ou que a historiografia portuguesa lhe atribua, dissolvendo-o por assim dizer num horizonte mais amplo em que intervenham atores de outras procedências, outras nacionalidades, outros tempos... Por outro lado, regra geral, sempre se atribui aos portugueses o que no processo histórico da colonização se considera negativo, ao mesmo tempo que considera ser dos brasileiros tudo aqui a que se confere valor positivo.

No caso específico do “achamento” do Brasil, por exemplo, muitos livros de divulgação historiográfica começam por tentar estabelecer quem foram, desde a pré-história, os primeiros seres humanos a chegar e a habitar o território que hoje integra o país, cometendo alguns o anacronismo de os considerar já “os primeiros brasileiros”, quando na realidade ainda não havia propriamente Brasil.

Entretanto, e como vimos, ao mesmo tempo que esquece/recalca/apaga a origem portuguesa, *o Brasil conserva no sistema educativo e nos média, em relação a Portugal e ao passado colonial português, um quadro interpretativo essencialmente negativo* – a imagem daquele colonizador que o país gostaria de não ter tido, essencialmente incompetente e que não

esteve à altura da grandeza do Brasil, que – em suma – o não mereceu e do qual se quis/quer ver livre (Barbosa & Medeiros-Portel, 1987).

Por outro lado, mantém-se também – muito para além do momento que os originou, a ponto de acabarem por não terem mais sustentação, prolongando-se por inércia – alguns estereótipos: o do “português burro” e do “português que levou o ouro e deixou as pedras”, por exemplo, que sobrevivem nas narrativas escolares e no anedotário nacional. Com a particularidade espantosa, no que a este último respeita – como assinala Calligaris – de apresentar essa “característica única de ter como vítima o povo mesmo do qual se origina a maioria dos brasileiros” (Calligaris, 1991, p. 18).

Todos os portugueses estabelecidos no Brasil ouvidos no âmbito da preparação deste trabalho – homens de negócios, funcionários, diplomatas, universitários, jornalistas, estudantes... – declararam terem sido alvo, no início da sua instalação no país e durante muito tempo, das “anedotas de português”, sendo esse “fogo amigo” a que se viram sujeitos um dos principais constrangimentos com que tiveram de conviver para se adaptar. “Fogo amigo” que muitas vezes os *média* repercutem, como nos declarou (2015) o jornalista português Graciano Coutinho, sediado há muitos anos em Fortaleza, onde mantém, desde 2011, no diário local *O Povo*, o blog *Portugal Sem Passaporte*:

o sentimento anti português continua vivo e ampliou-se até nos últimos anos; o *Jornal Hoje*, da Globo, por exemplo, sempre que fala de Portugal, normalmente confere um tom negativo às matérias, ao contrário do que acontece quando relata alguma coisa de Itália ou do Japão. A verdade é que continua a haver no Brasil um sentimento negativo face a Portugal.¹³³

No que respeita ao sistema escolar, registamos também o caso – relatado pelos pais portugueses a viver no Brasil (2018) - de uma sua filha de nove anos que, depois das aulas, chegou a casa muito apreensiva, contando que a professora havia dito na aula que “os portugueses tinham levado o ouro do Brasil...”

Mas essa realidade é mais consequência – agora já de alguma forma benigna, ainda que por vezes possa ofender – do que propriamente razão do *estranhamento* que se instalou nas relações bilaterais.

¹³³ Graciano Coutinho, jornalista português radicado no Brasil, colaborador do jornal *O Povo*, de Fortaleza, em depoimento ao autor em 23-07-2015.

Este, como vimos, é mais profundo – não se alimenta apenas do anedótico nem está – como este – apenas relacionado com um período específico da história da imigração lusitana (finais do século XIX, começos do século XX). *O estranhamento/(in)comunicação são mais profundos e intrínsecos: surgiram no momento da separação e estão inscritos na própria génese da nacionalidade brasileira, que, para se formar e constituir, fez do português o seu alter ego negativo.*

Por mais paradoxal que pareça, esse *estranhamento* de fundo permanece, mesmo para além do desenvolvimento das relações a que vimos assistindo nos últimos anos, quer no plano económico-comercial, quer no plano dos contatos humanos (fluxos migratórios, intercâmbio universitário, turismo...) e das comunicações, agora facilitadas pelas novas tecnologias em rede e pela multiplicação das ligações aéreas.

Daí que, quando se fale de *estranhamento* e *(in)comunicação* entre Portugal e o Brasil muitos brasileiros e portugueses se espantem e alguns até se ofendam, sinceramente convictos que estão de que as relações vêm claramente melhorando e estão até em fase ascendente, num processo de crescente aproximação entre os dois povos e os dois países. Como é possível – dizem-nos – falar de *estranhamento* e de *(in)comunicação* quando estão aí dezenas de voos diários da TAP transportando milhares de pessoas de cá para lá, os negócios crescem, e contatos nos mais diferentes domínios se multiplicam? Responsáveis diretos pelo fomento das relações, os diplomatas – para quem o otimismo proclamado é, em geral, uma segunda natureza – são quase sempre os mais veementes nessa negação.

O embaixador brasileiro Carlos Paranhos¹³⁴, por exemplo, considera que “não se pode falar propriamente de estranhamento, o que existe é uma relação normal dentro das limitações próprias dos dois países”. Superada que foi, desde os anos 70, já com o presidente Geisel, a vinculação acrítica anterior da política externa brasileira em relação a Portugal (defesa na ONU das posições do regime de Salazar em relação às colónias), estabeleceram-se entre os dois países relações mais realistas. Mas o diplomata não deixou, ainda assim, de referir que “a entrada de Portugal na comunidade europeia e o deslumbramento com a pertença ao mundo europeu” geraram desconforto em Brasília, que interpretou o novo posicionamento de Lisboa como desconsiderando o Brasil, que teria passado a ser encarado por Lisboa “como parceiro não pleno”. Outro fator de

¹³⁴ Carlos Paranhos, embaixador brasileiro ouvido pelo autor no Itamaraty, em Brasília, no dia 16-04-2015.

incómodo foi a autoproclamada “teoria da porta”, fazendo de Portugal a entrada privilegiada de acesso do Brasil à Europa: “Aqui em Brasília – afirmou o embaixador – essa ‘teoria da porta’ era vista com ironia, um certo desdém, por vezes mesmo de forma marcadamente crítica, como se o Brasil precisasse de algum favor seja de quem for para ter acesso à Europa...” De qualquer forma – acentuou – hoje, com posições mais realistas, há condições para um diálogo mais normal: “É claro que as questões culturais e históricas são importantes, mas tudo é equacionado em função do interesse económico recíproco, e não dos lindos olhos dos portugueses.”

Outro diplomata, Lauro Moreira, que foi embaixador do Brasil junto da sede da CPLP em Lisboa, também considera que hoje não se pode falar de estranhamento:

É possível que esse sentimento de estranheza tenha emergido em alguns momentos do passado, mas atualmente não vejo qualquer dificuldade no relacionamento entre Brasil e Portugal. Pelo contrário, quanto mais se adensa o intercâmbio de pessoas e culturas, mais tranquilas ficam essas relações. Esse sentimento, que existiu em algumas fases de nossa história comum, predominou, como seria natural, no período pós-Independência e perdurou com maior ou menor intensidade até o advento da República no Brasil. Mas já nos primeiros anos do século XX figuras como Rui Barbosa e Sílvio Romero propugnavam pela criação de uma Comunidade Luso-Brasileira.¹³⁵

Esse é, igualmente, de uma forma geral, o discurso dos representantes das comunidades portuguesas no Brasil – “Hoje, Portugal e Brasil superaram algumas coisas daquele complexo antigo, algumas coisas mal resolvidas (que é natural em relação ao colonizador, embora a gente não se considere assim...) e que hoje foram já superadas...”¹³⁶

Existe, portanto, uma atitude de incómodo e/ou negação – por razões políticas e ou diplomáticas - em relação à realidade, que detetamos na pesquisa, de uma situação de efetivo *estranhamento* (reconhecido por vários autores) que se traduz em *(in)comunicação* e dela se alimenta.

O que acontece, por outro lado, é que, de tão entranhado e naturalizado, este *estranhamento* de fundo prolonga-se mesmo para além do desenvolvimento das relações, a ponto de não ser visto, uma vez que está no inconsciente. Por isso, o *estranhamento* e a

¹³⁵ Ver Sousa, Santos & Amorim, 2010.

¹³⁶ António Almeida e Silva, Presidente do Conselho da Comunidade Luso-Brasileira (São Paulo), em entrevista ao programa *Todo Seu*, da Globo local (22-04-2015).

(in)comunicação, se não forem abertamente encarados e assumidos, podem viajar indefinidamente incógnitos a bordo dos aviões da TAP, sem que a situação no fundamental se altere.

Diferentes matrizes culturais

A razão profunda para tal parece residir na *diferenciação que se operou ao longo dos anos entre as matrizes culturais dos dois países*, que embora comunguem de um fundo comum, não coincidem inteiramente e até divergem em larga extensão.

No Brasil, há um fundo de messianismo ibérico que se juntou ao messianismo indígena na elaboração da crença no advento de uma civilização redentora:

a construção de uma civilização redentora é a proposta distintiva do pensamento social brasileiro e o principal marco da identidade nacional. A pedra de toque do pensamento brasileiro é a idéia da inevitável chegada de uma civilização nova, mestiça e original. Este é o seu fio condutor, quase uma obsessão, muito clara, desde o século passado e talvez desde muito antes. (...) Nas religiões brasileiras de hoje é central a idéia de uma civilização brasileira original, onde "serão superadas as barreiras de raça, classe e credo. As ordens esotéricas, mas que aqui não têm como esconder sua inspiração africana, elevam o Brasil à "terra do evangelho" e profetizam que "Brasília será a capital do terceiro milênio". (Zarur, 2005)

Mas apesar dessa convergência remota, os elementos constitutivos das respectivas matrizes culturais são hoje tão díspares, que o *estranhamento* é inevitável. Sobretudo num pano de fundo histórico, em que, como vimos, o antilusitanismo se inscreveu *ab initio* na matriz da nacionalidade brasileira e tem vindo a ser reiterado ao longo dos anos no sistema de ensino e nos média. Ao mesmo tempo, por razões de afirmação própria, resolveu-se apagar, rasurar a memória do passado português, a ponto de Portugal e os portugueses quase se tornarem, nessa visão do brasileiro em relação a si próprio, verdadeiramente inomináveis. Daí que muitos brasileiros não relacionem sequer a língua que falam com um longínquo país chamado Portugal.

No Brasil, o herói exaltado pela literatura romântica – e depois pelo modernismo - foi o indígena idealizado, a que se agregou em seguida o negro escravizado, de quem se lembram os quilombos das revoltas, embora muitos ainda deixem transparecer a ideia racialista (hoje condenada e não assumida) de que um "embranquecimento" redentor um dia acabará, quiçá, por justificar a queima dos arquivos da escravidão ordenada pelo ministro da Fazenda da primeira

República, Rui Barbosa (1849-1923), em 1890. O Português, esse, foi relegado ao esquecimento, recalçado na memória, apenas lembrado quando – atado no pelourinho da escola e dos *média* – se trata de lhe atribuir os males do Antigo Regime, porque os bens, esses, eram já brasileiros...

Um duplo espanto

Daqui resulta um duplo espanto – por um lado, a verdadeira descoberta dos brasileiros que pela primeira vez chegam a Portugal ao constatarem que estão ali, afinal, algumas das mais fortes raízes de si próprios, que eles inteiramente (ou quase) desconheciam: vão na expectativa de encontrarem a diferença e descobrem a semelhança. Exatamente ao contrário do que acontece com os portugueses que – como nós próprios – colocam pela primeira vez o pé no Brasil: vêm à espera da semelhança e acabam por descobrir a diferença. Por outro lado, o espanto, feito de negação, de que haja *estranhamento* e *(in)comunicação* quando tudo aparenta estar bem e agora parece haver mais relações que nunca.

Tudo somado, o que se pode dizer de ciência certa, é que os brasileiros são bastante mais portugueses do que admitem sê-lo, embora bastante menos do que os portugueses – numa remota nostalgia imperial – tendem a considerar que eles ainda são.

Da forma como se processou a génese da nação brasileira, intrinsecamente marcada pelo antilusitanismo, da não coincidência das matrizes étnicas e culturais profundas e da constante perpetuação pelo ensino e pelos média do Brasil de uma visão negativa da herança lusa – de tudo isso resultam *estranhamento* e *(in)comunicação*.

E mesmo quando – como lembra Cervo (2011, pp. 13-29) – a história conjunta do passado e o que ainda há de comum nas matrizes culturais respetivas chegam a gerar tropismos e dinâmicas de aproximação, a diferente integração geoestratégica dos dois países e as suas diferentes prioridades de política externa acabam também por funcionar como poderoso fator de inibição, contrariando a aproximação para a qual tende a impulsionar a proximidade cultural e linguística.

Portugal esquecido, Portugal ausente

Este quadro pouco animador não se fica a dever apenas aos brasileiros. Portugal também é responsável por isso. Não é só o Brasil que esquece Portugal, são os portugueses que não se

fazem lembrar. Antes de mais, porque os portugueses conhecem mal e nunca verdadeiramente valorizaram a sua própria história no Brasil, talvez pelo facto de a epopeia portuguesa na América não estar nos Lusíadas.

Camões morreu em 1580, assinalou que Portugal chegou à quarta parte nova “onde os campos ara” e que, “se mais mundo houvera, lá chegara”. Mas, praticamente toda a saga portuguesa do outro lado do Atlântico – da fundação das grandes cidades ao desbravamento e povoamento do território, da corrida ao ouro, à defesa do país contra os invasores estrangeiros e, mais tarde, o abnegado trabalho de sucessivas gerações de emigrantes para o Brasil – tudo isso estava ainda por acontecer quando o poeta faleceu.

Toda essa história está estudada nos seus diferentes e mais marcantes episódios, mas nunca foi compilada num só volume pela pena de um artista da dimensão de Camões que a fixasse para sempre na memória do país. Não estando nos Lusíadas, não está no imaginário nacional português.

Depois, porque *tem faltado, em particular nas últimas décadas, uma estratégia devidamente articulada com vista a tornar Portugal mais visível e presente no Brasil, o que se traduz num comportamento algo casuístico e muitas vezes errático e quase sempre pouco persistente, em particular no plano mediático e cultural.*

Desde finais da década de 90 para cá, o capital português começou a afluir ao Brasil, e Portugal chegou mesmo a ser o terceiro maior investidor internacional no país (Cervo, 2011, p. 16) onde começaram a atuar algumas das grandes empresas lusas. Mas os média portugueses não acompanharam de forma consequente e equivalente esse movimento, nem houve – excluídas algumas ações pontuais – uma estratégia de aproximação mediática devidamente estruturada e sustentada.

Como vimos, a Rádio e Televisão de Portugal – RTP continua sem uma estrutura forte no Brasil e sem um canal especificamente virado para o público brasileiro, em contraste com as sólidas estruturas que há muitos anos (desde 1998) tem nos países africanos de língua oficial portuguesa – junto com os quais organizou e mantém o canal RTP África – e em Timor-Leste. Também a agência portuguesa de notícias Lusa tem, nos últimos anos (desde 2010) primado pela ausência.

Em termos de exploração do mercado de comunicação e estabelecimento de diálogo informativo e cultural com o público brasileiro, *a situação dos média portugueses no Brasil – incluindo quando comparada com a dos seus homólogos de outros países europeus – pode caracterizar-se como bastante fraca, em absoluto contraste com a projeção mediática brasileira em Portugal, numa situação de absoluta reciprocidade assimétrica*. Não havendo, em termos mediáticos, interação e diálogo permanentes, a diferenciação entre as culturas respetivas tende a aprofundar-se.

Na análise de Eduardo Lourenço, feita já no início dos anos 90, o duplo afastamento das culturas respetivas “evolui a um ritmo e segundo paradigmas diferentes dos que eram comuns a Portugal e a esse outro Portugal que o Brasil era nos séculos XVII e XVIII”; e da cultura do Brasil contemporâneo, cujo código “se está a afastar, a uma velocidade extraordinária, do velho país europeu que Portugal é” (Lourenço, 2004). E a conclusão que daí retira é pessimista:

Há muito tempo que estamos “perdidos” para o Brasil (...) [com o qual] nunca formaremos um conjunto, no sentido de comunidade linguístico-cultural (nem mesmo acrescentando o contributo dos novos países africanos de expressão portuguesa) capaz de constituir um pólo de influência histórico-política no mundo. (Lourenço, 2004, pp. 157/159).

Mas foi também Lourenço quem, como vimos, manteve aberta a eventualidade, ainda que remota, de Portugal e Brasil poderem, um dia, visitar juntos a História comum – que a ninguém é dado branquear ou rasurar a baixo preço – para “descobrir, acaso também a meio, para além do que nela houve de doloroso e inexprimível, o que, apesar de tudo, emerge ainda desse processo como possibilidade e promessa de um diálogo que mutuamente nos enriqueça e humanize” (Lourenço, 1999, p. 119).

Entre aquela descrença e esta eventualidade esperançosa estará porventura o caminho estreito, a margem de manobra na qual e por onde se poderá trabalhar para que um dia se dissipem ou pelo menos se atenuem o *estranhamento* e a *(in)comunicação* entre Portugal e o Brasil.

A boa notícia é que a *(in)comunicação*, ao contrário do aparente beco sem saída onde por vezes parecem nos conduzir as análises de Dominique Wolton – para quem “a incomunicação é o horizonte frequente da comunicação” (Wolton, 2004) – e Pascal Robert – que chega a dizer que

é preciso “renegar a própria noção de comunicação” (Robert, 2005) – apesar de tudo não é absoluta.

É certo que na comunicação interpessoal há frequentemente incompreensão; ela é mesmo, como escreve Eric Dacheux (2015), “o motor da comunicação reflexiva”. Por outro lado, como sempre há uma distância, um espaço de liberdade inventiva que nos conforta e frustra ao mesmo tempo, estimulando-nos a ir mais longe no relacionamento com o outro, o mais certo seria afirmar que *a (in)comunicação é um dos componentes da comunicação*, mas não o único; mais um estimulante, uma pimenta, do que propriamente um veneno. Nesta perspetiva – escreve Dacheux – *“a incomunicação não é mais o horizonte trágico da comunicação, mas uma das suas condições de existência”*.

Daí a necessidade de até certo ponto a preservar, já que “se negar a comunicação é negar a sociedade, querer destruir a incomunicação significaria cair na comunhão (fusão das alteridades), ou sucumbir às sereias da comunicação (negação da liberdade do outro e/ou da sua igualdade)”. Daí a conclusão relativamente otimista do autor: “É porque a incomunicação é o sal da comunicação que esta última permanece o oceano desejável e desejado das relações humanas”.

A esta luz, no caso específico da relação Portugal-Brasil, sal não falta. E sendo assim, compreende-se que nunca esmoreça o desejo de nos comunicarmos mais e melhor. Talvez por isso não morra a esperança de que o mar salgado que nos separa também possa unir.

Referências bibliográficas

- Abreu, C. (1956). Introdução. In A. F. Brandão. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Salvador: Progresso.
- Abreu, C. (1998). *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Brasília: Senado Federal.
- Abreu, C. (1999). *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes.
- Aguiar, I. R. F. (1869). Prefácio. In J. F. Moutinho, *A Notícia sobre a Província de Matto-Grosso*, São Paulo: Typ. de Henrique Schroeder
- Alencar, J. M. (1872). *Sonhos de Ouro*. eBooksBrasil.com
- Alencastro, L. F. (2000). *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Alexandre, V. (1993). *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento.
- Almeida, C. D. (2010). *João do Rio a caminho da Atlântida: Por uma aproximação luso-brasileira*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Retirado de https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=especifico&nrSeq=15982@1
- Almeida Garrett (2014). Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa. *Translusofonias. Revista de Estudos Comparativistas Lusófonos*, 1(1). Retirado de <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/RevTranslusofonias/article/view/1783>
- Almeida, M. R. C. (2000). *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial – Novos súditos cristãos do Império Português*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, Brasil. Retirado de <https://www.cpei.ifch.unicamp.br/biblioteca/os-índios-aldeados-no-rio-de-janeiro-colonial-novos-súditos-cristãos-do-império-português>
- Almeida, M. R. C. (2017). A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, 37(75), 17-38. DOI: 10.1590/1806-93472017v37n75-02

- Almeida, M. V. (1998). O regresso do Luso-Tropicalismo – Nostalgias em tempos pós-coloniais. In *Essas outras histórias que há para contar* (pp.235-248). Lisboa: Salamandra.
- Almeida, M. V. (2003). Comemoração, nostalgia imperial e tensão social – O desenvolvimento Portugal-Brasil. *Psicologia, XVII*(2), 381-384. DOI: 10.17575/rpsicol.v17i2.455
- Almeida, O.T. (2003). À propos de la lusophonie: Ce que la langue n'est pas. In O. T. Almeida & F. Bethencourt (Eds.), *Lusophonie et multiculturalisme* (pp. 139-145). Paris: Fondation Calouste Gulbenkian.
- Almeida, R. (1925). Passadismo e imitação. *Revista de História, 53*.
- Alves, C. (1997). O navio Negreiro – Tragédia no mar. In *Obra Completa* (pp. 277-284). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A.
- Alves, C. (1998). *O Belo e o Disforme: Álvares de Azevedo e a Ironia Romântica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Alves, D. M. C. (2000). Apresentação. In A. L. Cervo & J. C. Magalhães. *Depois das Caravelas – As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora da UnB.
- Alves, F. N. (1998). A ruptura Brasil-Portugal à época da Revolta da Armada. *Estudos Ibero-Americanos, XXIV*(2), 231-246. DOI: 10.15448/1980-864X.1998.2.27262
- Anchieta, J. (1595). *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz
- Anchieta, J. (1933). *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões, (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Anderson, B. (1989). *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Atica.
- Andrade, J. C. S. (2014). *Em demanda do sebastianismo em Portugal e no Brasil : um estudo comparativo (séculos XIX/XX)* Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Retirado de <http://hdl.handle.net/10316/26814>
- Andrade, L. C. O. (2004). *A narrativa da vontade Deus: a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador*. Rio de Janeiro: FBN.
- Andrade, M. (1935). *O Aleijadinho e Álvares de Azevedo*. Rio de Janeiro: R. A. Editora. Retirado de <https://www.passeidireto.com/arquivo/23274649/mario-de-andrade-o-aleijadinho>
- Andrade, M. de (2004). *Macunaíma – o herói sem nenhum caráter*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Livraria Garnier.
- Andrade, O. (2017). *Manifesto Antropófago*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras.
- Akoun, A. (2002). Nouvelles techniques de communication et nouveaux liens sociaux. *Cahiers Internationaux de Sociologie, 112*, 7-15.
- Antonil, A. J. (1982). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp.
- Araújo, A. C. B. (1992). O “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” 1815-1822. *Revista de História das Ideias, 14*, 233-261.

- Armitage, J. (1914). *História do Brasil*. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Cia.
- Arroteia, J. C. (2009). Emigrantes e irmandades de origem portuguesa no Brasil. In F. Sousa et al. (Eds.), *Nas duas margens – Os portugueses no Brasil* (pp. 41-50). Porto: Edições Afrontamento.
- Assis, M. (1873). *Instinto de Nacionalidade: Ensaio sobre as perspectivas da literatura brasileira*. Rio de Janeiro. Retirado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/355080/mod_resource/content/1/machado.%20instinto%20de%20nacionalidade.pdf
- Ataíde, J. G. Q. (2002). As relações entre Portugal e o Brasil: uma perspectiva económica. *Revista Negócios Estrangeiros*, 3, 183-201.
- Augusti, V. (2004). Polêmicas literárias e mercado editorial Brasil-Portugal na segunda metade do século XIX. *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. Retirado de <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/polemicas.pdf>
- Azevedo, A. (2016). *Literatura e civilização em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Caetés, Rio de Janeiro.
- Bachelard, G. (2006). *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70, Lisboa.
- Bacci, M. L. (2002). 500 anos de demografia brasileira: uma resenha. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(1), 141-159.
- Bakhtin, M. (2004). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Baptista, M. M. (2006). A Lusofonia não um jardim ou da necessidade de “perder o medo às realidades e aos mosquitos”. In M. L. Martins; H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos média* (pp. 23-44). Porto: Campo das Letras.
- Barbosa, L. N. H. & Medeiros-Portela, I. C. (1987). O colonizador do Brasil: imagens de Portugal e dos portugueses nos livros didáticos de História do Brasil. *Forum Educativo*. Rio de Janeiro.
- Barbosa, O. (1978). *Samba: sua história, seus poetas, seus músicos e seus cantores*. Rio de Janeiro: Funarte.
- Barreto, L. F. (2000). Fundamentos da Cultura Portuguesa da Expansão. *Philosophica*, 15, 89-115.
- Barros, J. (1920). *Primeira década da Ásia*. Paris/Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- Bastos, C. T. (1929). *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo / Recife / Porto Alegre: Companhia Editora Nacional.
- Bastos, M. (2014). *A competência de Comunicação Intercultural: olhares sobre a natureza do conceito e suas dinâmicas de desenvolvimento*, Aveiro: Cadernos do LALE – UA Editora.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Bennett, M. J. (1993). Towards ethnorelativism: a developmental model of intercultural sensitivity. In R. M. Paige (Ed.), *Education for the Intercultural Experience* (pp. 21-71). Yarmouth, ME: Intercultural Press.
- Berbel, M. R. (2010). *A Nação como artefato – deputados do Brasil nas Cortes portuguesas 1821-1822*. São Paulo: Editora Hucitec.

- Bernardes, D. A. M. (2006). *O patriotismo constitucional, Pernambuco, 1820-1822*. Pernambuco: Editora Universitária UFPE.
- Berrini, B. (2003). *Brasil e Portugal: a Geração de 70*. Porto: Campo das Letras.
- Bethell, L. (Ed.) (1990). *Historia de América Latina, vol. 1. América Latina colonial: La América precolombina y la conquista*. Barcelona: Editorial Crítica.
- Bicalho, M. F. B. (2005). Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *fórum, almanack brasiliense*, 2, 21-34. Retirado de <http://www.periodicos.usp.br/alb/article/viewFile/11616/13385>
- Bomfim, M. (1993). *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Bonavides, P. & Amaral, R. (Eds.) (2002). Proclamação do Imperador D. Pedro I aos Portugueses sobre o Reconhecimento da Independência do Brasil pelo Governo de Portugal (21 outubro 1822). In *Textos Políticos da História do Brasil*, Brasília: Senado Federal.
- Boudon, R. (1989). Petite Sociologie de l'incommunication. *Hermès: La Revue*, 4, 53-66.
- Boxer, C. R. (1963). *A Idade de Ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Brandão, A. F. (1956). *Diálogos das grandezas do Brasil*. Salvador: Progresso.
- Brighenti, C. A. (2015). Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. *Percursos*, 16(32), 103-120. DOI: 10.5965/1984724616322015103
- Brito, R. J. F. (2016). O “Brasileiro” como tipo português: o uso de um estereótipo cultural na reflexão sobre a sociedade portuguesa em As Farpas (fevereiro de 1872). *História e Cultura*, 5(3), 347-363 DOI: 10.18223/hiscult.v5i3.1526
- Bruno, S. (1898). *O Brazil mental – esboço crítico*. Porto: Livraria Chardron, de Lello e Irmão.
- Buarque, C. & Guerra, R. (2003). *Calabar – O elogio da traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bueno, E. (2003). *Brasil: uma História – a incrível saga de um país*. São Paulo: Editora Ática.
- Caldeira, J. (1999). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34.
- Caldeira, J. (2015). *Nem céu nem inferno: ensaios para uma visão renovada da história do Brasil*. São Paulo: Três Estrelas.
- Callado, A. (1995, 18 de fevereiro). ‘Carlota’ expõe raízes da fracassomania. *Folha de S. Paulo*. Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/18/ilustrada/18.html>
- Calligaris, C. (1991). *Hello Brasil – notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. Rio de Janeiro: Escuta.
- Calmon, P. (1941). *História Social do Brasil*, São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
- Calmon, P. (1943). *O Rei do Brasil: Vida de D. João VI*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Calmon, P. (2002). *História da civilização brasileira*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

- Camargo, A. M. A. & Moraes, R. B. (1921). *Carta do Compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém*. Rio de Janeiro: Typographia Real
- Cândido, A. (1989). *A Educação pela Noite & Outros Ensaios*. São Paulo: Editora Ática.
- Cândido, A. (2000). *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.
- Cantarin, G. (2004). *Uma ilha chamada Brasil – o paraíso irlandês no passado brasileiro*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora.
- Capelato, M. H. (1996). Propaganda Política e construção da Identidade Nacional Coletiva. *Revista Brasileira de História*, 16(31-32), 328-352.
- Cardim, F. (1939). *Tratados da Terra e Gente do Brasil – Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica*. Retirado de <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/111/tratados-da-terra-e-gente-do-brasil>
- Cardoso, J. L. & Cunha, A. M. (2011). Discurso Económico e Política Colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Revista Tempo*, 17(31), 65-88. DOI: 10.1590/S1413-77042011000200004.
- Carvalho, T. F. (2000). Eça de Queirós e o Brasil – Leituras da Crítica Brasileira, *Revista Camões*, 9/10, 195-201.
- Carvalho, J. B. (1974). *Rumo de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Carvalho, J. M. (1981). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Carvalho, J. M. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carvalho, J. M., Bastos, L. & Basile, M. (Eds.) (2012). *Às Armas, Cidadãos!,- panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora UFMG.
- Carvalho, M. E. G. (2003). *Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*. Brasília: Senado Federal.
- Carvalho, M. J. M. (2003). Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*, 23(45), 209-238. DOI: 10.1590/S0102-01882003000100009
- Carvalho, M. J. M. & Câmara, B. A. D. (2008). A Insurreição Praieira. *forum almanack braziliense n°08*, 5-38.
- Castello-Branco, C. (1877). *Cancioneiro Alegre de Poetas Portuguezes e Brasileiros*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Cherdron.
- Castilla del Pino, C. (1979). *La incomunicación*. Barcelona: Ediciones Península.
- Castilho, A. (1962). A língua portuguesa no Brasil. *Alfa. Revista de Linguística*, 1, 9-24.
- Castilho, A. (2003). Portugal e Brasil, Conflito Diplomático. In J. Nabuco (Ed.), *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Brasília: Edições do Senado Federal.

- Castro, C. (2012). *A Noite das Garrafadas*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal.
- Castro, S. (2008). *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&PM.
- Catroga, F. A. (1977). Os inícios do positivismo em Portugal. *Revista de História das Ideias*, 1, 1-12. DOI: 10.14195/2183-8925_1_9
- Cavalcanti, P. (1959). *Eça de Queiroz – agitador no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Cervo, A. L. (2011). *A parceria inconclusa: as relações entre Brasil e Portugal*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Cervo, A. L. & Magalhães, J. C. (2000). *Depois das Caravelas – As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora da UnB.
- Chalhoub, S. (2011). *Visões da Liberdade - uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chauí, M. (2000, 26 de março). O mito fundador do Brasil. *suplemento +mais do jornal Folha de S. Paulo*.
- Chechella, C. (2011). *A globalização e a internacionalização das empresas brasileiras em Portugal*. Cascais: Principia.
- Clastres, H. (1978). Terra sem Mal. *Revista Adm. Emp.* 20(3), 86-93.
- Clastres, P. (1979). *A Sociedade contra o Estado (Investigações de Antropologia Política)*. Porto: Afrontamento.
- Coelho, E. P. (2000, 6 de maio). A oportunidade. *Público*.
- Coelho, M. (1999, 5 de setembro). Uma desistência maravilhosa. *Folha de S. Paulo*.
- Coggiola, O. (2013). Novamente, a Revolução Francesa. *Projeto História*, 47, 281-322.
- Coracini, M. J. R. F. (2009). Língua e efeitos de estranhamento: modos de (vi)ver o outro. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 9(2), 475-498.
- Correia, E. B. (2017). Literatura e civilização em Portugal de Álvares de Azevedo. *Gragoatã*, 22(43), 949-953. DOI: 10.22409/gragoata.2017n43a926
- Cortesão, J. (1969). A colonização do Brasil. In *Obras Completas, XVIII, História, volume 11*. Lisboa: Portugália Editora.
- Costa, C. G. (2005). *A Cultura como fator dinamizador da economia: os investimentos portugueses no Brasil*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/ UTL.
- Costa, C. G. (Ed.) (2009). *New frontiers for economic diplomacy*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Costa, D. (2009). *Fundamentos para o estudo da estratégia nacional*. São Paulo: Paz e Terra.
- Costa, E. V. (1982). *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora Ciências Humanas.
- Costa, E. V. (1985). *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Costa, E. V. (1988). Introdução ao estudo da independência política do Brasil. In C. G. Mota (Ed.), *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

- Costa, W. P. (2005). A Independência na Historiografia Brasileira. In I. Jancsó, István (Ed.), *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp.
- Costa, C. R. (2007). *A Revista no Brasil – o século XIX*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Retirado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-24042009-152705/pt-br.php>
- Couto, J. (2000). A gênese do Brasil. In C. G. Mota (Ed.), *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)* (pp. 103-125). São Paulo: SENAC.
- Couto, J. (2003). O Brasil pombalino. *Revista Camões*, 15/16, 53-74.
- Couty, L. (1881). *L'Esclavage au Brésil*. Paris: Librairie de Guillaumin et Cie Editeurs.
- Cunha, C. A. (2004). *A fundação da literatura brasileira em Noite na Taverna. Itinerários, Araraquara*, 22, 115-133.
- Cunha, D. L. (1929). *Instruções inéditas a Marco Antônio de Azevedo Coutinho*. Coimbra: Academia de Ciências de Lisboa/Imprensa da Universidade.
- Cunha, I. F. (2000). Transição e telenovela: o ano de 1977. In *Actas do IV Lusocom*. São Vicente.
- Cunha, I. F. (s/d). As telenovelas brasileiras em Portugal. Covilhã: BOCC. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-telenovelas-brasileiras.html>
- Cunha, L. (2006). Terras lusitanas e gentes dos Brasis: a nação e o seu retrato literário. In M. L. Martins; H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos média no espaço lusófono* (pp.45-63). Porto: Campo das Letras.
- Cunha, M. C. da (1992). *Introdução a uma História Indígena*, In *História dos Índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Cunha, M. C. da (2012). *Índios no Brasil – História, direitos e cidadania*. São Paulo: Editora Claro Enigma.
- Cruz Ferreira, T. M. B. (2000). *Lusofobia*. In R. Vainfas (Ed.), *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva
- Cruz Ferreira, T. M. B. & Neves, L. M. B. P. (2000). *As relações culturais ao longo do século XIX*. In A. Cervo & J. C. Magalhães (Eds.), *Depois das Caravelas – As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000* (pp. 225-252). Brasília: Editora UnB.
- Cunha, M. C. (Ed.) (1992). *História dos Índios no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Dacheux, É. (2015). L'incommunication, sel de la communication. *Hermès, La Revue*, 71, 266-271
- Deus, F. G. M. (1797). *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo*. Lisboa: Typografia da Academia.
- Dias, C. M. (1921). *História da colonização portuguesa do Brasil, vol. I*. Porto: Litografia Nacional
- Dias, C. M. (1923). A expedição de 1501. In Dias, C. M. (Ed.), *História da colonização portuguesa do Brasil, vol. II* (pp. 171-222). Porto: Litografia Nacional
- Dias, G. (1959). O Canto do Piaga. In *Grandes Poetas Românticos do Brasil*, São Paulo: LEP.

- Dias, M. O. S. (1986). *A interiorização da metrópole (1808-1853)*. In C. G. Mota (Ed.), *1822: Dimensões* (pp. 160-184). São Paulo: Editora Perspectiva. 1972 ou 2005
- Dolhnikoff, M. (2012). *José Bonifácio - O patriarca vencido*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Dussel, E. (1985). *Caminhos de libertação latino-americana*. São Paulo: Edições Paulinas.
- Edmundo, L. (2003). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal.
- Fabra, C. (2010). *São Vicente – primeiros tempos*. São Vicente: Prefeitura Municipal de São Vicente.
- Faoro, R. (1977). *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro, vol. 1*. Porto Alegre: Editora Globo.
- Faoro, R. (1987). Existe um pensamento político brasileiro? *Estudos Avançados*, 1(1), 9-58. DOI: 10.1590/S0103-40141987000100004
- Faulkner, W. (1951). *Requiem por uma freira*. Nova Iorque: Random House.
- Fausto, B. (2006). *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da USP.
- Feitosa, R. G. A. (2007). A visão do Brasil sob o ponto de vista português de As Farpa. *Patrimônio e Memória*, 3(2), 54-63.
- Fernandes, F. (1976). Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis. In S. B. Holanda (Ed.), *História geral da civilização brasileira* (pp. 72-86). Rio de Janeiro: Difel.
- Ferreira, S. P. (1976). *Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Editora Documentário.
- Ferreira, T. M. T. B. & Neves, L. M. (2000). As relações culturais ao longo do século XX. In A. Cervo & J. C. Magalhães (Eds.), *Depois das Caravelas – As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora UnB.
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Evanston, IL: Row & Peterson.
- Figueira, L. (1687). *Arte de gramática da língua brasílica*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes.
- Figueiredo, F. (1925). Um século de relações luso-brasileiras. *Revista de História*. 53.
- Figueiredo, L. R. A. (2001). O Império em apuros – notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII. In J. Furtado (Eds.), *Diálogos Oceânicos – Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português* (pp. 197-254). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Fino, C. (2003). *A guerra ao vivo*. São Paulo: Verbo [versão brasileira de *A Guerra em Directo*].
- Fino, C. (2003, 16 de maio) – *O português que o Brasil descobriu* – Entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, p.06.
- Florentino, M. & Machado, C. (2002). Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX: um ensaio. In C. Lessa (Ed.), *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno* (pp. 91-116). Rio de Janeiro: Editora Record.
- Fragoso, J. L. (1992). *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Editora Arquivo Nacional.

- Fragoso, J. L. (2000). A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII), *Revista Topoi*, 1, 45-122. Retirado de http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_artigo02.pdf
- Fragoso, J. L. (2001). A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In A. A. Graça Filho (Ed.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* (pp. 29-73). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fragoso, J. L. (2017). Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira, século XVII a meados do século XVIII. In J. L. R. Fragoso & M. F. Gouveia (Eds.), *O Brasil Colonial, vol. 3 (1720-1821)* (pp. 159-240). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fragoso, J. L. & Gouveia, M. F. (2014). *O Brasil Colonial, vol. 1 (1443-1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fragoso, J. L. & Gouveia, M. F. (2017). *O Brasil Colonial, vol. 3 (1720-1821)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Fragoso, J. L. & Guedes, R. (2017). Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII. In J. L. R. Fragoso & M. F. Gouveia (Eds.), *O Brasil Colonial, vol. 3 (1720-1821)* (pp. 9-57). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- França, W. (2000, 10 de abril). Índios realizam marcha inédita para contestar o Descobrimento. *FolhaOnline*. Retirado de https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/report_10.htm
- Franco, M. S. C. (1976). As ideias estão no lugar. *Cadernos de debate 1 – História do Brasil*, 61-64.
- Franchetti, P. (2007). *Estudos de literatura brasileira e portuguesa*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Freire, F. B. (2001). *Nova Lusitânia, história da Guerra Brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda.
- Freyre, G. (2004). *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- Furtado, C. (2007). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Galeano, E. (1996). Vers une société de l'incommunication? *Le Monde Diplomatique*, outubro, 78-80. Retirado de <http://www.edu.ge.ch/cptic/clubs/internet/dossier/galeano.html>
- Gândavo, P. M. (2004). *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil – modernização do texto original de 1576*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Gândavo, P. M. (2008). *Tratado da terra do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal.
- Garcia, F. C. (2014). *Como escrever a história do Brasil: miséria e grandeza*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Gardner, G. (1975). *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo / Belo Horizonte: Edusp / Itatiaia.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

- Ginzburg, C. (2001). *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Godinho, V. M. (1978a). *Ensaio II*. Lisboa: Editora Sá da Costa.
- Godinho, V. M. (1978b). L'émigration portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde. *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 1-2, 5-32.
- Góes, L. T. (2010). Relatório MacBride – concentração midiática, mídia alternativa e internet. *PJ:Br – Jornalismo Brasileiro*, 13. Retirado de <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos13b.htm>
- Gomes, A. M. (2013). Jacobinos: abordagem conceitual e performática. *Revista Cantareira*. Retirado de <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e13a01.pdf>
- Gomes, J. L. (2007). *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.
- Gonzaga, T. A. (s.d.). *Cartas chilenas*. Belén: Universidade da Amazônia. Retirado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000293.pdf>
- Gorender, J. (1990). *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editorial Ática.
- Gorender, J. (2011). *O escravismo colonial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Gorgen, S. & Corbari, M. A. (2019, 7 de fevereiro). Sepé Tiarajú, 263 anos depois, segue presente e necessário na luta dos povos, *Revista Forum*. Retirado de <https://www.revistaforum.com.br/sepe-tiaraju-263-anos-depois-segue-presente-e-necessario-na-luta-dos-povos/>
- Gouvêa, M. F. S. (2001). Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In J. Fragoso & M. F. S. Gouvêa (Eds.), *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (sécs. XVI-XVIII)* (pp. 285-315). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Guerra, F. X. (1999). A nação na América espanhola: a questão das origens. *Revista Maracanan*, 1(1), 9-30. Retirado de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13242/10116>
- Guicci, G. (2003). Uma Carta: império e nação. In J. C. C. Rocha (Ed.), *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora.
- Guimarães, E. (2005). A língua portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura*, 57(2), 24-28. Retirado de http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200015
- Guimarães, L. M. P. (2011). Redemoinhos da Atlântida (1915-1920). *Revista de História*, 16(1), 133-149.
- Guimarães, M. L. L. S. (1988) Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, 1(1), 5-27. Retirado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>
- Habermas, J. (1984). Mudança estrutural da esfera pública – investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Resenha analítica. Retirado de

<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/estruturas-sociais-da-esfera-p%C3%ABblica-para-habermas-em-%E2%80%9Cmudan%C3%A7a-estrutural-da-esfera-p%C3%ABblica>

- Hahner, J. E. (1976). Jacobinos versus Galegos: urban radicals versus Portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890s, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 18(2), 125-154. DOI: 10.2307/174772
- Hall, S. (2009). Quem precisa da identidade? In T. T. Silva & K. Woodward (Eds.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. São Paulo: Vozes.
- Heinsfeld, A. (2007). A ruptura diplomática Brasil-Portugal: um aspecto do americanismo do início da República brasileira. *XXIV Simpósio Nacional de História*.
- Herculano, A. (1944). Futuro Literário de Portugal e do Brasil – 1847-1848. In G. Dias (Ed.), *Obras poéticas*. São Paulo: Nacional.
- Hermann, J. (1998). *No reino do desejado – A construção do sebastianismo em Portugal nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hespanha, A. M. (2001). A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In A. A. Graça Filho (Ed.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* (pp. 163-188). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hespanha, A. M. (2003). As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In Tengarrinha, J. (Ed.), *História de Portugal* (pp. 117-181). São Paulo: Unesp/EDUSC.
- Hespanha, A. M. & Santos, M. C. (1998). Os poderes num Império Oceânico. In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal, Quarto Volume, O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Holanda, S. B. (2000). Raízes do Brasil. In *Intérpretes do Brasil, Volume 3*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
- Holanda, S. B. (2003). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda
- Holanda, S. B. (2010). *Visão do Paraíso – os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hue, S. M. (2004). *A primeira História do Brasil – Introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Ltda.
- Huisman, D. (1985). *l'Incommunication – Essai sur quelques effets plétoriques abusifs ou pervers de la communication actuelle*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- Iglésias, F. (2000). *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Belo Horizonte: UFMG, IPEA.
- Ilha, F. M. (1975). *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Jaboatam, F. A. S. M. (1859). *Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Chronica dos frades menores da província do Brasil (1761) – vol I*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense.
- Jancsó, I. (Ed.) (2003). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo-Ijuí: Editora HUCITEC.

- Jancsó, I. & Pimenta, J. P. G. (2000). Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In C. G. Mota (Ed.), *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)* (pp. 125-171). São Paulo: SENAC
- Júnior, C. P. (2002). Formação do Brasil contemporâneo. In *Intérpretes do Brasil, volume 3*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
- Júnior, J. J. G. S. (2011). Jacobinismo, antilusitanismo e identidade nacional na República Velha, *Historiæ*, 2(2), 89-106.
- Júnior, J. J. G. S. (2014). “O mais esquisito dos espetáculos” – a crise do asilo diplomático entre Brasil e Portugal, em 1894. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. Retirado de <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5718>
- Kehl, M. R. (2000, 27 de fevereiro). Caderno “Mais”. *Folha de S. Paulo*.
- Khaled Júnior, S. H. (2007). *A construção da narrativa nacional brasileira: a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen*. Dissertação de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Retirado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/11153>
- Klein, H. S. (1993). A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. *Análise Social*, xxviii(121), 235-265. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223290545Z8cUY2rh7Lu99TE5.pdf>
- Kothe, F. R. (1997). *O cânone colonial*. Brasília: Editora UnB.
- Kothe, F. R. (2000). *O cânone imperial*. Brasília: Editora UnB.
- Kothe, F. R. (2003). *O cânone republicano*. Brasília: Editora UnB.
- Lacombe, A. J. (2003). A Igreja no Brasil Colonial. In S. B. Holanda (Ed.), *História Geral da Civilização Brasileira – tomo I, vol. 2*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Leite, D. (1931). *Descobridores do Brasil*. Porto: Livraria Lello, Editores.
- Leite, J. N. & Leite, C. S. G. (2010). Alexandre Rodrigues Ferreira e a formação do pensamento social na Amazônia. *Estudos Avançados*, 24(68), 273-289. DOI: 10.1590/S0103-40142010000100019
- Lepastier, S. (Ed.) (2013). *L'incommunication*. Paris: CNRS.
- Léry, J. (1961). *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército.
- Lessa, C. (2002). Rio – uma cidade portuguesa?. In *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Record
- Lessa, C. (2008). Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, 22(62), 237-256. DOI: 10.1590/S0103-40142008000100016
- Lima, O. (1958). *O movimento da Independência. O império brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos.
- Lima, O. (1997). *O movimento da Independência, 1821-1822*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Lima, O. (Ed.) (2006). *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks.

- Lins, C. E. (2011). *Correspondente Internacional*. São Paulo: Contexto.
- Lisboa, J. S. (1826). *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional.
- Lopes, M. I. V. (2006). Televisões, nações e narrações – Reflexões sobre as identidades culturais em tempos de globalização. In M. L. Martins; H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos média no espaço lusófono* (pp. 143-153). Porto: Campo das Letras.
- Lyra, M. L. V. (1994). *A utopia do poderoso Império – Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- Lyra, M. L. V. (1998). "Pátria do cidadão": A concepção de pátria/nação em Frei Caneca. *Revista Brasileira de História*, 18(36). DOI: 10.1590/S0102-01881998000200016
- Lourenço, E. (2004). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da Lusofonia – nós e o Brasil: ressentimento e delírio*. Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, E. (2015a). *Do Brasil: fascínio e miragem*. Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, E. (2015b) Entrevista. In W. Rossa & M. C. Ribero (Eds.), *Patrimônios de influência portuguesa: modos de olhar* (pp. 149-172). Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Lustosa, I. (2000). *Insultos impressos – A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lustosa, I. & Triches, R. (Eds.) (2011). *O português da anedota, in Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Machado, A. (1980). *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo.
- Machado, A. R. (2005). As esquadras imaginárias. No extremo-norte, episódios do longo processo de independência do Brasil. In I. Jancsó (Ed.), *Independência: História e Historiografia* (pp. 303-343). São Paulo: Hucitec / FAPESP.
- Machado, I. J. R. (2002). Resenha de A Lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses. *Mana – Estudos de Antropologia Cultural*, 8(1), 213-240. DOI: 10.1590/S0104-93132002000100016
- Magalhães, J. R. (2004). O projecto de D. Luís da Cunha para o império português. *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos* (pp. 653-659). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Magnoli, D. (1997). *O corpo da pátria – imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP-Editora Moderna.
- Magnoli, D. (2003). O Estado em busca do seu Território. *Revista Terra Brasilis (Nova Série)* 4-5, 1-10. DOI: 10.4000/terrabrasilis.343
- Maia, F. P. S. (2014). As remessas dos emigrantes portugueses no Brasil e a capitalização da economia local: alguns exemplos. In F. Sousa et al. (Eds.), *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul* (pp. 336-352). Porto: CEPESE.

- Maldonado, A. E. (2015). Teoria da comunicação: interculturalidade, filosofia, linguagem e sociedade. *Conexão – Comunicação e Cultura*, 4(8), 117-129.
- Malheiro Dias, C. (1924). “Relações luso-brasileiras: quimeras e realidades”. In: *Lusitânia: Revista de Estudos Portugueses, fascículo 1*, 193-207.
- Marcas Solidárias (2010). *Obras sociais das comunidades portuguesas*. Lisboa Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Marcondes Filho, C. (2004). *Até que ponto de fato nos comunicamos?* São Paulo: Paulus.
- Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os lusófonos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Marques, A. H. O. (1995). *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Marson, I. A. (2013). Figurações de Portugal no Brasil: manifestações de lusofobia e lusofilia no embate entre republicanos “jacobinos” e monarquistas no contexto da “questão portuguesa” (1894-1899). *XXVII Simpósio Nacional de História*.
- Martins, M. L. (Ed.) (2015). Apresentação. Lusofonias – reinvenção de comunidades e combate linguístico-cultural. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade. Promessa e travessia* (pp. 7-23). Famalicão: Húmus.
- Martins, O. (1882). *História de Portugal, tomos I e II*. Lisboa: Livraria Bertrand
- Martins, O. (1920). *O Brasil e as colónias portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora
- Martins, R. C. (2001). A arena da história ou labirinto do Estado. *Cadernos do Noroeste*, 15, 35-56.
- Martins, R. B. (1980). A economia escravista de Minas Gerais no Século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG.
- Martins, W. (1979). *História da inteligência brasileira, vol. VII*. São Paulo: Cultrix.
- Martins, W. (2006). Um clássico da Historiografia Nacional, prefácio. In O. Lima, *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora.
- Martius, K. F. P. (1844). Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6, 389-411.
- Matos, T. (2002, 25 de janeiro). Chegada da família real ao Brasil satirizada na Globo. *Público*, p. 48.
- Mattelart, A. (1999). *La communication-monde: histoire des idées et des stratégies*. Paris: La Découverte
- Mattos, I. R. (1987). *O tempo Saquarema*. São Paulo: Editora HUCITEC.
- Maurício, C. (2012). Hobsbawm, ou quando o nacionalismo inventa a nação. *Ler História*, 62, 113-116.
- Mauss, M. (1974). Ensaio sobre a dádiva - forma e razão da troca nas sociedades arcaicas, in *Sociologia e Antropologia, vol. II*, E.P.U. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda.
- Maxwell, K. (1978). *A devassa da devassa – A inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

- Maxwell, K. (1986). Condicionais da Independência do Brasil. In M. B. N. Silva (Ed.), *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Maxwell, K. (1989). Conjuração mineira: novos aspetos. *Revista Estudos Avançados*, 3(6), 4-24. DOI: 10.1590/S0103-40141989000200002
- Maxwell, K. (2000). Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In C. G. Mota (Ed.), *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)* (pp. 177-195). São Paulo: Editora SENAC, São Paulo.
- Maxwell, K. (2004). *Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Medina, J. (2000). *Eça de Queirós antibrasileiro?* São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração
- Meirelles, J. G. (2007). A Gazeta do Rio de Janeiro: o jornal oficial da Corte de D. João VI no Brasil (1808-1821). Comunicação apresentada no *V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo.
- Melo, J. M. (2008). MacBride, A NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. *Logos – Comunicação e Universidade*, 15(1), pp. 42-59. Retirado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/12486>
- Mello, E. C. (2000). Uma nova Lusitânia. In C. G. Mota (Ed.), *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)* (pp. 73-101). São Paulo: SENAC
- Mello, E. C. (2002). *Um imenso Portugal*. São Paulo: Editora 34.
- Mello, E. C. (2008). *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda.
- Mendes, J. S. R. (2010). *Laços de sangue – privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1922-1845)*. Porto: Fronteira do Caos Editora.
- Merquior, J. G. (1977). *Breve história da literatura brasileira: de Anchieta a Euclides*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Michaels, J. (2017, 24 de abril). NÃO INTERESSA MAIS - A debandada dos correspondentes estrangeiros do Brasil. *Revista Piauí*. Retirado de <https://piaui.folha.uol.com.br/nao-interessa-mais/>
- Moinet, N. (2012). L'arrogance, entre incommunication et imposture stratégique. *Hermès, La Revue*, 64, 177- 183.
- Moita, L. (1936). *O fado, canção dos vencidos: oito palestras na Emissora Nacional*. Lisboa: s./ed.
- Monteiro, J. M. (1994). *Negros da terra - índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Monteiro, J. M. (2011). *Os índios na história do Brasil – bibliografia comentada*. Campinas:
- Monteiro, N. G. (2005). O Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Forum, almanack brasiliense*, 2, 4-20. Retirado de <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11615/13384>
- Monteiro, N. G. (2009). A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. *Revista Tempo*, 14(27), 51-67.

- Monteiro, N. G. (2017). As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In J. Fragoso & M. F. Gouvêa (Eds.), *O Brasil Colonial – 1720-1821* (pp. 111-156). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Monteiro, R. B. (2007). O rei de São Paulo. *Revista de História*. Retirado de <http://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/wp-content/uploads/2017/02/O-rei-de-S%C3%A3o-Paulo-Revista-de-Hist%C3%B3ria.pdf>
- Monteiro, T. (1927). *História do Império – A elaboração da independência*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Editores.
- Moog, C. V. (1957). *Bandeirante e pioneiros – paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Editora Globo.
- Moraes, M. A. (2000). *Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: Editora da USP.
- Morel, M. & Barros, M. M. (2003). *Palavra, imagem e poder – o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Moreira, M. E. (2013). Três românticos brasileiros e a crítica portuguesa no século XIX. *Miscelânea*, 14, 69-79.
- Morin, E. (1986). *Ciência com consciência*. Lisboa: Editora Europa-América.
- Morin, E. (2000). *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Mota, C. G. (1967). Mentalidade Ilustrada na Colonização Portuguesa: Luís dos Santos Vilhena. *Revista de História*, 35(72), 405-416. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1967.126797
- Mota, C. G. (1989). *Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801). Estudo das formas de pensamento*. São Paulo: Cortez Editora.
- Mota, C. G. (2003). O mundo que o português criou, ruiu – Florestan Fernandes e nós. In J. C. C. Rocha (Ed.), *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora.
- Mota, C. G. (2008). Da ordem imperial pombalina à fundação do Império brasileiro (1750-1831): o significado da Abertura dos Portos (1808). In L. V. Oliveira & R. Ricupero (Eds.), *A abertura dos portos*. São Paulo: SENAC.
- Mota, M. B. & Braick, P. R. (2002). *História – das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo: Moderna.
- Mourão, G. B. C. M. (2017). *1817 e outros ensaios*. Recife: CEPE Editora.
- Munaro, L. (2011). A unidade do reino luso-brasileiro: uma discussão jornalística em Londres (1808-1822). *Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia*.
- Munch, E. (2006). Geschichte von Brasilien. In O. Lima (Ed.), *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Nabuco, J. (1897). *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Garnier Livreiro-Editor.
- Nabuco, J. (2003). *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Brasília: Edições do Senado Federal.

- Natali, J. B. (2004). *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto.
- Nemi, A. L. L. (2006). Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação. *Forum almanack braziliense n°04*, 49-64
- Neto, H. F. (2015). *Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)*. Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Retirado de http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20238/3/2015_H%C3%A9lioFranchiniNeto.pdf
- Neto, J. A. F. & Tasinafo, C. R. (2006). *História geral e do Brasil*. São Paulo: HARBRA.
- Neves, J. A. (1992). O Brasil na Memória de Antero de Quental, in *As relações literárias de Portugal com o Brasil* (pp. 183-191). Maia: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Neves, L. M. B. P. (1999). A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Revista Tempo*, 8, 1-17.
- Neves, L. M. B. P. (2003). *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência, 1820-1822*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Editora Revan.
- Nicolazzi, F. (2004). A narrativa da experiência em Foucault e Thompson, *Anos 90*, 11(19/20), 101-138. Retirado de <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6353/3804>
- Nóbrega, M. (2010). *Manuel da Nóbrega*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.
- Norton, L. (2008). *A Corte portuguesa no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Novais, F. A. (1984). O Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, 7, 105-118.
- Novais, F. A. (1989). *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Novais, F. A. (2005). *Aproximações – estudos de história e historiografia*. São Paulo: Editora Cosac Naify.
- Nye, J. S. (2005). *The means to success in world politics*. USA: Public Affairs.
- Oliveira, A. (1916). Os portugueses no Brasil. *Revista Atlântida*, 3, 195-204.
- Oliveira, A. (1919). *Na outra banda de Portugal*. Lisboa: Sociedade Editora.
- Oliveira, E. R. (2005). A ideia de império e a fundação da monarquia constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824), *Tempo*, 9(18), 43-63. DOI: 10.1590/S1413-77042005000100003
- Oliveira, F. R. (2017). A “Ilha Brasil” de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico. *Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, XXII(1.191). Retirado de <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1191.pdf>
- Oliveira, H. F. (2012). Narrativas de uma portuguesa vivendo no Brasil: algumas considerações sobre suas experiências interculturais. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 12(1), 73-91. DOI: 10.1590/S1984-63982012000100005
- Oliveira, L. L. (2006). *Nós e eles – relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

- Pacheco, M.; Simões, I. & Netto, M. L. (2004). O imaginário da carta de Caminha e sua apropriação pelo turismo. Retirado de http://www.uesc.br/icer/artigos/imaginariocartacaminha_isabel.pdf
- Paim, A. (2014). *Momentos decisivos da História do Brasil*. Campinas: VIDE Editorial, CEDET.
- Pais, J. M. (2001). *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez.
- Pais, J. M. (2010). “Mães de Bragança” e feitiços: enredos luso-brasileiros em torno da sexualidade. *Revista de Ciências Sociais*, 41(2), 9-23. Retirado de <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/455>
- Paranhos, A. P. (2017). Xô Fado! Nacionalismo e antilusitanismo na terra do samba. *Tempo e Argumento*, 9(22), 44-69.
- Paredes, M. M. (2006). A Querela dos Originais: notas sobre a polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga, *Estudos Ibero-Americanos*. 2, 103-119.
- Paredes, M. M. (2011). Republicanismos luso-brasileiros: demarcação histórica e estética relacional, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo. Retirado de http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300668509_ARQUIVO_MarcalParedes-ANPUH2011-Republicanismosemescalaluso-brasileira.pdf
- Pasckes, M. L. N. A. (1990/1991). Notas sobre os Imigrantes portugueses no Brasil (séculos XIX e XX). *Revista de História*, 123-124, 37-70.
- Pazzinato, A. L. & Senise, M. H. V. (2000). *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Editora Ática.
- Pedreira, J. (2006). Economia e política na explicação da independência do Brasil. In J. Malerba (Ed.), *A independência brasileira – novas dimensões* (pp. 55-98). Rio de Janeiro: Editora FGV
- Pedreira, J. (2017). A economia política do sistema colonial. In J. Fragoso & M. F. Gouvêa (Eds.), *O Brasil colonial (1720-1821)* (pp. 419-460). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Pedreira, J. & Costa, F. D. (2008). *D. João VI – um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pedro, A. (1997). *História da Civilização Universal Integrada*. São Paulo: FTD, São Paulo.
- Peixoto, F. (2003). Uma reflexão sobre a traição, nota introdutória à peça Calabar. In *O elogio da traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Pereira, M. S. (1979). Capitães, Naus e Caravelas da Armada de Cabral. *Separata da Revista da Universidade de Coimbra, Volume XXVII*, 31-134.
- Pereira, M. H. & Neto, M. F. (2012). Revista Brasileira (1857-1861): apropriações do “outro” como termômetro da ilustração. *Anos 90*, 19(36), 251-280.
- Pereira, V. L. C. (2015). *As muitas vidas de Luís de Camões – ressonâncias biográficas camonianas na literatura luso-brasileira oitocentista*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Retirado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-15012016-125300/pt-br.php>

- Pimenta, J. P. G. (2002). *Estado e Nação no fim dos Impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Pina, A. M. F. (1988). *De Rousseau ao imaginário da revolução de 1820*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Pinheiro, R. B. (1872). Apontamentos sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb pela Europa. Retirado de <http://purl.pt/28331/1/index.html#/6-7/html>
- Pinto, J. A. C. (2009). Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). *Revista de História*, 28(1), 445-482. DOI: 10.1590/S0101-90742009000100016
- Pinsky, J. (2015). *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Pinto, F. M. (1980). *Peregrinação*. Lisboa: Edições Afrodite.
- Pompeia, R. (1981). “Diário de Minas”. In *Obras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Pompeia, R. (2018). CARTA ao Autor das “Festas Nacionais”. In *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural. Retirado de <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra6359/carta-ao-autor-das-festas-nacionais>
- Poncioni, C. & Camilotti, V. (2015). *“Muito d’alma: Cartas de Paulo Barreto (João do Rio) a João de Barros – 1909-1921*. Academia Brasileira de Letras/Garamond.
- Pradt, M. (1817). *De L’Amérique Méridionale et du Brésil*. Paris: F. Béchét.
- Prado, P. (2002). Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira”. In *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
- Prescott, V. L. S. R. (2009). *A decadência nacional de fim-de-século - Estudo sobre Guerra Junqueiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Retirado de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/404/1/21140_ulfl068165_tm.pdf
- Pronça, W. L. (2007). Escravidão no Brasil: debates historiográficos contemporâneos. In *Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: Pensando o Brasil no centenário de Caio Prado Júnior* 8pp. 1-10), São Paulo: UNESP.
- Pucci Jr, R. L. (2003). As margens plácidas de O Quinto dos Infernos. *Revista Significação*, 30(19), 148-164. DOI: 10.11606/issn.2316-7114.sig.2003.65572.
- Queirós, J. M. (2013). Brasil e Portugal – relações transatlânticas e literárias no século XIX, *Polifonia*, 20(28), 189-203.
- Queiroz, S. R. R. (1986). *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense.
- Ramos, A. (2018, 22 de junho). Filipe II também mandou usar a palavra Descobrimientos. *Ipsilon*, p. 38.
- Ramos, A. R. (1965). *Pescadores portugueses no Rio de Janeiro*. *Pesquisa Antropológica*, 17, 19-46.
- Ramos, M. B.; Serpa, É. & Paulo, H. (2001). *O beijo através do Atlântico – O lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Argos – Editora Universitária.

- Rêgo, C. (1943). *Camilo Castelo Branco - Polêmicas em Portugal e no Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora.
- Reis, G. (2018, 25 de setembro). África Sempre. *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/opiniao/africa-sempre/>
- Reis, J. J. (Ed.) (1986). *Polêmicas de Eça de Queiroz. Volume II (1867-1872)*. Lisboa: Europress/Instituto Português do Livro.
- Reis, J. J. & Silva, E. (1989). *Negociação e conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, D. (1995). *O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, São Paulo.
- Ribeiro, G. S. (1987). “Cabras” e “pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. *O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Ribeiro, G. S. (1990). *Mata Galegos – os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Ribeiro, G. S. (1991/1992). “Pés-de-chumbo” e “garrafeiros”: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, 12(23/24), 141-165
- Ribeiro, G. S. (1997a). “Inimigos Mascarados com o Título de Cidadãos” – A vigilância e o controle sobre os portugueses no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado. *Acervo*, 10(2), 85-98.
- Ribeiro, G. S. (1997b). *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de Doutorado. Unicamp, Campinas, Brasil. Retirado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280045>
- Ribeiro, G. S. (1994) “Por que você veio encher o pandulho aqui?” Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha. *Análise Social*, XXIX(127), 631-654.
- Ribeiro, J. (2014). *História do Brasil*. Brasília: UnB Editora.
- Ribeiro, M. A. (2007). Construindo o “Brasileiro”: Contornos do Imigrante Português no Brasil de 800. *Revista de História das Ideias*, 28, 623-648. DOI: 10.14195/2183-8925_28_22
- Ribupero, B. (2007). *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda.
- Ricardo, C. (1979), *Marcha para o Oeste*, São Paulo: José Olympio.
- Ricupero, B. (2008). Da formação à forma: ainda as “Idéias fora do Lugar”. *Lua Nova*, 73, 59-69. DOI: 10.1590/S0102-64452008000100003
- Robert, P. (2005). De la communication à l'incommunication? *Communication et langages*, 146, 3-18. DOI: 10.3406/colan.2005.3372
- Rocha, A. P. (2008). *A recolonização do Brasil pelas Cortes – História de uma invenção historiográfica*. São Paulo: Editora UNESP.

- Rodrigues, A. C. (2012). *Poder Eclesiástico e Inquisição no século XVIII Luso-Brasileiro: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, Brasil. Retirado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27092012-114557/pt-br.php>
- Rodrigues, B. (1923). *Uma donfederação Luso-Brasileira. Prováveis alianças e grupamentos de nações. Fatos, opiniões e alvitres*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, Lisboa.
- Rodrigues, B., (1917). "Será possível uma nova e grande Lusitânia?". *Revista Atlântida*, 20.
- Rodrigues, J. H. (1975). *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Rodrigues, N. (1993). *Á sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Romero, S. (1887). Uma esperteza – Cantos e contos populares do Brazil e o Sr. Theophilo Braga - Protesto por Sylvio Roméro. Rio de Janeiro: Typ. da Escola, de Serafim José Alves, Rio de Janeiro. Retirado de https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4504/1/016147_COMPLETEO.pdf
- Romero, S. (1906). *A América Latina – Analyse do livro de igual título do dr. M. Bomfim*. Porto: Livraria Chardon.
- Romero, S. (1943). *História da Literatura Brasileira, tomo I*, Rio de Janeiro: Coleção Documentos Brasileiros.
- Rossa, W. & Ribero, M. C. (Eds.) (2015). *Patrimônios de influência portuguesa: modos de olhar*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Rowland, R. (2001). Manuéis e Joaquins: a cultura brasileira e os portugueses. *Etnográfica*, V(1), 157-172. Retirado de http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_05/N1/Vol_v_N1_157-172.pdf
- Rubira, L. (2012). *Sepé Tiarajú e a Guerra Guaranítica*. São Paulo: Editora Callis.
- Russel-Wood, J. (1990). O Brasil colonial – o ciclo do ouro (1690-1750). In L. Bethell (Ed.) (1990). *Historia de América Latina, vol. 1. América Latina colonial: La América precolombina y la conquista*. Barcelona: Editorial Crítica.
- Russel-Wood, J. (1998), Rotas entre o Brasil e o Império: uma conversa com A. J. R. Russel-Wood. *Tempo*, 3(6), 229-241. Retirado de <http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres6-1.PDF>
- Russel-Wood, J. (1998). Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, 18(36), 187-250. DOI: 10.1590/S0102-01881998000200010
- Russel-Wood, J. (1999). Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Codice Costa Matoso, *Varia Historia*, 21, 100-118
- Russel-Wood, J. (2014). *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Editora Unesp.
- Saint-Hilaire, A. (1974). *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Belo Horizonte/São Paulo: Italaia / Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Salvador, F. V. (1982). *História do Brasil: 1500-1627*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Sampaio, A. C. J. (2017). A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In J. Fragoso & M. F. Gouvêa (Eds.), *O Brasil colonial (1720-1821)* (pp. 307-338). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, A. C. M. (1998). Do projeto de império à independência. Notas acerca da opção monárquica na autonomia política do Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*. 7-36.
- Santos, E. (1991). O Brasil pombalino na perspectiva iluminada de um estrangeirado. *Revista da Faculdade de Letras*, 8, 75-105.
- Santos, G. A. P. D. (2002). *Relações interétnicas em Lisboa: imigrantes brasileiros e africanos no contexto da Lusofonia*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil. Retirado de <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/91755/relacoes-interetnicas-em-lisboa-imigrantes-brasileiros-e-africanos-no-contexto-da-lusofonia/>
- Santos, L. G. (2013). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal.
- Santos, M. M. A. (1994). *Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. João Pessoa: União.
- Santos, P. C. G. & Souza, A. OI (2007). As vanguardas européias e o modernismo brasileiro e as correspondências entre Mário de Andrade e Manuel Bandeira. In *CELLI – Colóquios de Estudos Linguísticos e Literários*, 3, 789-798.
- Saraiva, A. (2004). *Modernismo brasileiro e modernismo português. Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas: Editora UNICAMP.
- Saravia, E. & Ferrarezi, E. (Eds.) (2006). *Políticas públicas*. Brasília: ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.
- Schneider, A. L. (2005). *Sílvio Romero – Hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume Editora.
- Schudson, M. (1986). *Reading the news*. New York: Pantheon Books.
- Schudson, M. (1989). *Discovering the news. A social history of American newspapers*. Basic Books.
- Schwarcz, L. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, L. & Starling, H. (2015). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwartz, S. (1989). The formation of a colonial identity in Brazil. In N. Canny & A. Padgen (Eds.), *Colonial identity in the Atlantic World, 1500-1800* (pp. 15-50). Princeton: Princeton University Press.
- Schwartz, S. (2000). “Gente da terra braziliense da nação”. Pensando o Brasil: A construção de um povo. In C. G. Mota (Ed.), *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)* (pp. 103-125). São Paulo: SENAC.
- Schwartz, S. & Lockart, J. (2002). *A América Latina na Época Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Schwarz, R. (2014). *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Scott, A. S. V. (2001). As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930), *Congreso de Historia Económica de Zaragoza*.
- Scott, A. S. V. (2000). Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822 – 1910). *Revista de Ciências Humanas*, 27, 29-56.
- SEF (2017). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo*. Lisboa: SEF.
- Serpa, É. (2000). Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História*, 20(39), 69-97. DOI: 10.1590/S0102-01882000000100004
- Silva, A. S. & Ribeiro, M. J. (2013). O serviço público de comunicação social como recurso da política cultural. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1(1), 183-205. Retirado de <http://www.rlec.pt/index.php/rlec/article/view/15/14>
- Silva, D. A. (2000). Tensões entre Castela e Portugal a propósito dos descobrimentos atlânticos: um estudo das bulas alexandrinas. In *Anais eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC*. Salvador: ANPHLAC. Retirado de http://anphlac.ffch.usp.br/sites/anphlac.ffch.usp.br/files/dinair_silva.pdf
- Silva, F. R. (1993). História da Alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados. In A. Nóvoa & J. R. Berrio (Eds.), *A História da Educação em Espanha e Portugal* (pp. 101-121). Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Silva, J. B. (1825). *Representação sobre a Escravatura*. Paris: Typ. De Fernin Didot.
- Silva, R. F. (1997). *Colônia e Nativismo – a História como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec.
- Slemian, A. (2006). *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Slemian, A. & Pimenta, J. P. G. (2003). *O “nascimento político” do Brasil – as origens do Estado e da nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Soares, M. L. C. (2003). As labirínticas relações Brasil-Portugal. *Revista de Letras*, 59, 215-223. Retirado de <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/2850/2332>
- Soares, M. L. C. (2009). O encontro do Velho Continente com o Novo Mundo na Carta a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil. In N. Soares (Ed.), *Gênese e consolidação da ideia de Europa, vol. 4: Idade Média e Renascimento* (pp. 171-191). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sobrinho, B. L. (1995). *Desde quando somos nacionalistas?*, Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Sobrinho, B. L. (1997). *O problema da imprensa*. São Paulo: Edusp, COM-ARTE.
- Sodré, N. W. (1966). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sousa, F. & Ferraria, M. J. (2009). A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840). In F. Sousa et al. (Eds.), *Nas duas Margens – os Portugueses no Brasil* (pp. 13-32). Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa, F., Martins, I. M. & Matos, I. (Eds.) (2000). *Nas duas margens – portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa, G. S. (2013). *Tratado descritivo do Brasil*. Salvador: CDPB.

- Souza, H. O. (2000). 500 anos – as polêmicas de uma data histórica. *Teoria e Debate*, 44. Retirado de <https://teoriaedebate.org.br/2000/05/10/%EF%BB%BFbrasil-500-anos-as-polemicas-de-uma-data-historica/>
- Sousa, H. (2006). *A mobilização do conceito de Lusofonia: o caso dos canais internacionais da RTP*. In M. L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos média* (pp. 165-182). Porto: Campo das Letras.
- Sousa, H. (2017). Comunicação e políticas públicas para a Ciência e Tecnologia em Portugal durante os XIX e XX governos constitucionais (2011-2015). In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas – o caso das Ciências da Comunicação* (pp. 193-200), Farnalhão: Húmus.
- Sousa, S. (2010). *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: CEPESE, Fronteira do Caos.
- Sousa, V. (2017). *Da portugalidade à Lusofonia*. Ribeirão: Húmus
- Souza, L. M. (1994). *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, L. M. (2001). O nome do Brasil. *Revista de História*, 145, 61-86. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i145p61-86
- Souza, L. M. (2001, 13 de outubro). Lições da distância. *Jornal de Resenhas da Folha de S. Paulo*. Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1310200101.htm> .
- Souza, L. M. (2006). *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras
- Souza, R. L. (2005). O antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade. *Politeia: História e Sociedade*, 5(1), 133-151. Retirado de <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/195/216>
- Staden, H. (1930). *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira.
- Straubhaar, J. (2006). A televisão do mundo: múltiplas correntes para identidades culturais multiniveladas. In M. L. Martins; H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos média no espaço lusófono* (pp. 231-258). Campo das Letras: Porto.
- Sturari, M. (2006). *De Pero Vaz de Caminha a Menotti del Picchia: alguns motivos edênicos na literatura de viagens dos séculos XVI e XVII e no modernismo*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Retirado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-24082007-141227/pt-br.php>
- Taunay, A. D'E. (2012). *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro/CDPB.
- Taunay, A. E. (1891). *A Cidade do Ouro e das Ruínas*. São Paulo: Editora Melhoramentos de São Paulo.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa portuguesa*. Lisboa: Caminho, Lisboa.
- Todorov, T. (1982). *A conquista da América: a questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes.
- Todorov, T. (1999). *Textos dos formalistas russos*. Lisboa: Edições 70.

- Toledo, D. O. (1976). A arte como procedimento – V. Chklovski. In D. O. Toledo (Ed.), *Teoria da Literatura – Formalistas Russos* (pp. 39-56). Porto Alegre: Editora Globo S.A.
- Tollenare, L.-F. (1905). *Notas dominicaes – tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817 e 1818*. Recife: Empresa do Jornal do Recife.
- Torga, M. (1955). *Traço de União*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Torres, A. (1925). *As razões da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Edição, A.J.Castilho.
- Traquina, N. (2007). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- Triches, R. P. (2008) A labareda da discórdia: o antilusitanismo na imprensa carioca. *achegas.net*, 36. Retirado de http://www.achegas.net/numero/36/triches_36.pdf
- Triches, R. P. (2009). Biba a Penha! O elemento português no imaginário da nação. *II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina-Paraná.
- Vainfas, R. (1995). *A heresia dos índios - catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Vainfas, R. (2016). O imbróglio de Raízes: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, 36(73), 19-40. DOI: 10.1590/1806-93472016v36n73_003
- Vainfas, R., Faria, S. C., Ferreira, J. & Santos, G. (2010). *História (Ensino Médio)*. São Paulo: Saraiva.
- Varela, A. G. (2006). “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*” – análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume.
- Varnhagen, F. A. (1877). *História Geral do Brazil antes de sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert.
- Verdelho, T. S. (1981). *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Verissimo, J. (1986). *Cultura, literatura e política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- Viana, B. C. B. (2015). A imagem do Brasil na mídia impressa portuguesa. Um estudo do caso Diário de Notícias e Público. Comunicação apresentada no 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre. 3-5 de junho. Retirado de <http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/696>
- Vicentino, C. & Gianpaolo, D. (Eds.) (2006). *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Editora Harbra.
- Vicentino, C. & Gianpaolo, D. (2001). *História para o Ensino Médio: História geral e do Brasil*. São Paulo: Editora Scipione, São Paulo.
- Vico, G. (2015). *La Scienza nuova, 1744*. Roma: Laboratorio dell'ISPF. Retirado de http://www.ispf-lab.cnr.it/2015_101.pdf
- Vidal, L. (2009). *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: UnB.
- Villar, F. (1945). *A missão do cruzador José Bonifácio: a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923)*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert.

- Wallerstein, I. (1996). *Para abrir as ciências sociais*. Lisboa: Editora Europa-América.
- Watzlawick, P. (1977). *How real is real: confusion, disinformation, communication*. New York: Vintage Random.
- Webber, M. (2003). *Economia e Sociedade – fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB.
- Weffort, F. (2012). *Espada, cobiça e fé – as origens do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Wilcken, P. (2005). *Império à deriva – A Corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Wittgenstein, L. (1994). *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes.
- Wolf, M. (1999). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Wolton, D. (2004). *Pensar a Comunicação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Wolton, D. (2011). Les dix chantiers de la communication. In E. Dacheux (Ed.), *La Communication* (pp. 153-164). Paris: CNRS Éditions.
- Wolton, D. (2014). Communication, l'impensée du XX siècle. *Hermès, La revue*, 70, 13-20.
- Zarur, G. (2005). A utopia brasileira: etnia e construção da nação no pensamento social brasileiro. In *Etnia e Nação na América Latina*, Rio de Janeiro: FLACSO.
- Zelizer, B. (2004). *Taking journalism seriously: news and the academy*. Thousand Oaks: Sage.
- Zeliotto, D. M. (2004). A posição do sujeito na fala e seus efeitos: uma reflexão sobre os quatro discursos. *Psicologia USP*, 15(1/2), 215-223. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n1-2/a21v1512.pdf>
-